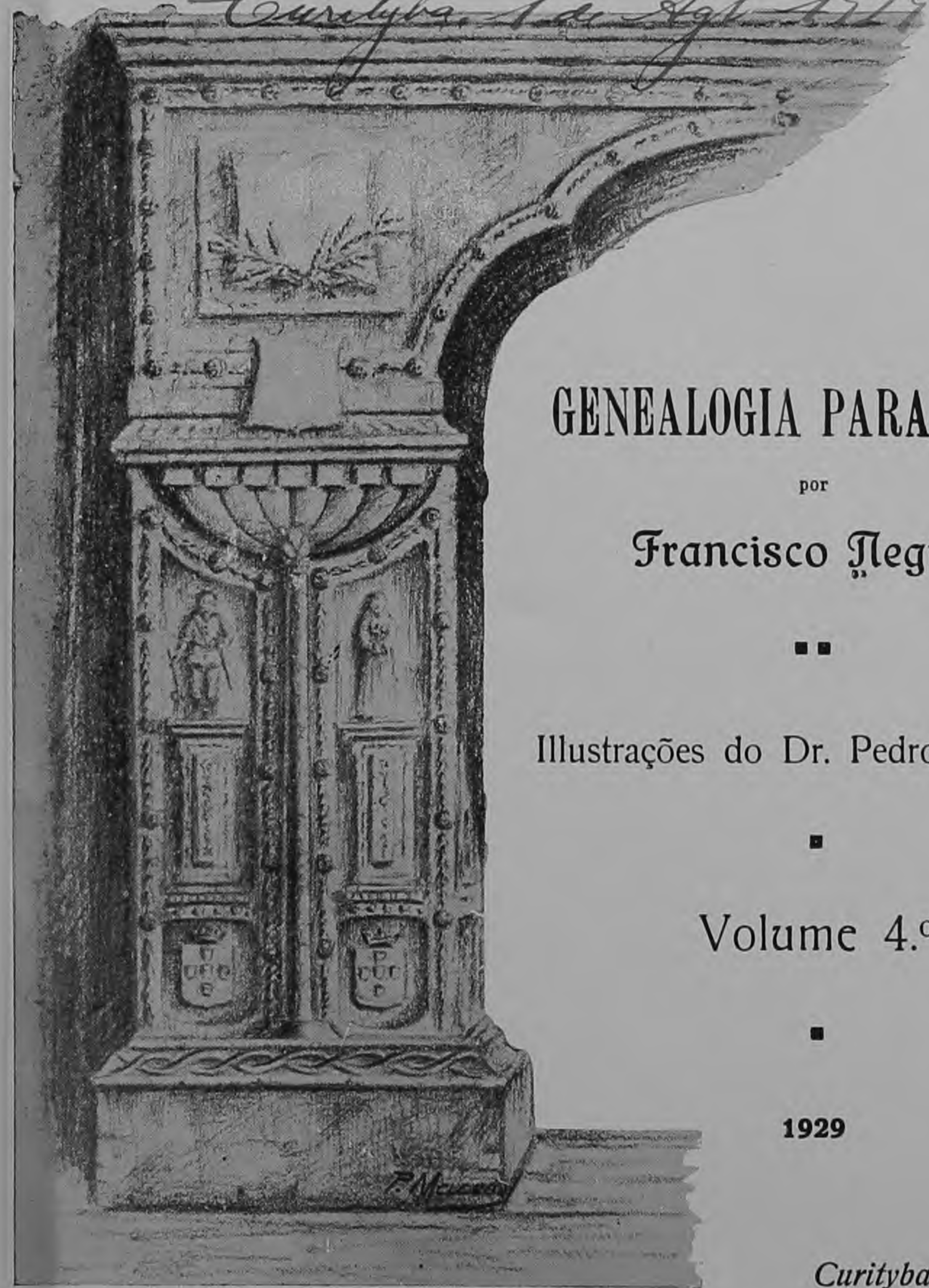
Ao illustrado Snr Dr Americo de Moura
homenagem do Francisco Negrão

Curityba, 1 de Agt. 1929

GENEALOGIA PARANAENSE

por

Francisco Negrão

▪▪

Illustrações do Dr. Pedro Macedo

▪

Volume 4.º

▪

1929

Curityba

Impressora Paranaense

EM MEMORIA

Ao sabio
João Capistrano de Abreu
mestre, sem par,
na literatura historica brasileira,

Ao bonissimo
Benedicto Calixto de Jesus
insigne pintor e glorioso historiador
Vicentino, e

Ao egregio
Dr. Moysés Marcondes de Oliveira e Sá
illustre escriptor, tão benemerito
quão patriota e bondoso,

TRINDADE ILLUSTRE, HONRA E GLORIA
DA NOSSA PATRIA

as

**Homenagens sinceras
de minha profunda saudade.**

Francisco Negrão.

Curityba, 5 de Junho de 1928.

GENEALOGIA PARANAENSE

Titulo Laras

Ouvi; vereis o nome engrandecido
Daquelles de quem sois senhor superno:
E julgareis qual he mais excellente,
Se ser do mundo Rei, se de tal gente

Camões, Lusiadas, Canto 1.º, n.º X

A O Capitão-mór Gabriel de Lara deve Paranaguá o seu povoamento; era elle filho de Diogo de Lara e de sua mulher Antonia de Oliveira, filha de Antonio de Oliveira Gago e de sua primeira mulher Isabel Gonçalves; neta pelo lado paterno de Antonio de Oliveira, cavalleiro fidalgo da casa de el-rei; de Portugal veio para o Brasil em 1537, como Feitor da Fazenda Real de S. Vicente; foi loco-tenente do donatario Martim Affonso de Souza e Capitão-Mór dessa Capitania em 1538. Voltou Antonio de Oliveira á Portugal e de lá trouxe em 1542 sua mulher Genebra Leitão de Vasconcellos com varios filhos. («Historia da Capitania de S. Vi-

cente», de Frei Gaspar da Madre de Deus e «Genealogia Paulistana», de Silva Leme.)

Gabriel de Lara, capitão das gentes de infantaria, fôra em 1640 mandado a Paranaguá para ahi constituir um posto avançado da costa meridional do Brasil e impedir que os hespanhóes se apossassem do littoral e os corsarios viessem a se installar em Paranaguá. Estabeleceu a nova povoação na Ilha da Cotinga, ponto elevado, de onde se podiam avistar as embarcações que demandavam á barra e impedir-lhes o accesso no porto e na bella bahia de Paranaguá.

Alojados na Ilha da Cotinga, ficavam ainda os recem-vindos acobertos dos ataques dos indios Carijós que, em grande numero, habitavam a terra firme.

Gabriel de Lara, apesar de muito moço ao vir povoar Paranaguá em 1640, tinha, ao que parece, feito anteriormente parte de uma Bandeira, organizada para atacar e escravizar os indios Carijós do rio Taquaré, mais tarde Itiberê, a cujas margens assenta a pittoresca cidade de Paranaguá.

Foi elle a primeira autoridade militar da Capitania de Paranaguá.

Por notavel coincidencia, os limites da nova capitania, desmembrada da de Santo Amaro, marcavam os do «habitat» dos Carijós, indios considerados os mais trataveis e leaes de todas as tribus que habitavam o littoral brasileiro.

Gabriel de Lara procurou logo captar as sympathias dos Carijós e firmar com elles alliança, chegando por seu intermedio á convicção da existencia de minas de ouro, que procurou logo explorar, remettendo amostras ao Governador das minas.

A descoberta do ouro que Gabriel de Lara revelou em sua viagem a S. Paulo, em 1646, feita especialmente para registrar o precioso minerio na casa da moeda, attrahiu a cobiça dos vicentistas. Estes, em grande numero, se fizeram transportar á Paranaguá, onde se atiraram resolutamente ás explorações dos rios, das serras e montes circumvisinhos, em bandos tão numerosos que pareciam cidades ambulantes.

Paranaguá povoou-se como por encanto, da noite para o dia. Os homens do terço militar que com o capitão Gabriel de Lara vieram fortificar o littoral parananiano, foram reforçados por novos aventureiros, que procuravam fazer fortuna com a extracção do ouro. Assim é que, no mesmo anno, já a população se achava de tal forma crescida que se fez sentir a necessidade da creação da justiça local.

A ambição pelo ouro lançava os aventureiros em lutas e disputas quasi sempre funestas.

O capitão Gabriel de Lara intervia com a sua autoridade, mas essa não se extendia aos civis, fóra da idade militar, e tão sómente aos homens da força de seu commando. Mesmo assim se fazia respeitar, tornando-se em pouco tempo estimado de todos os habitantes em cujo meio logrou possuir vasto prestigio.

Gabriel de Lara fez ver a El-Rei a necessidade da creação da justiça e requereu autorização para a erecção da Villa e permissão para mandar proceder a eleição dos Officiaes da Camara de Paranaguá, allegando que a povoação ficava a 14 leguas de Cananéa, a mais proxima Villa a que tinham de recorrer afim de receber justiça, e que a descoberta de minas de ouro podia instigar a cobiça de aventureiros e piratas.

Essa autorização foi concedida ao Ouvidor Geral, dr. Manoel Pereira Franco, para permittir a Gabriel de Lara e aos moradores fazerem a eleição em Camara, dos juizes, vereadores, procurador do conselho e almotacés, por Carta Regia de 29 de Julho de 1648.

Segundo o termo de Vereança de 22 de Fevereiro de 1677, os homens mais antigos de Paranaguá eram o Capitão-mór Gabriel de Lara, o Capitão João Gonçalves Peneda e o Capitão João Velloso de Miranda.

Em 1.º de Fevereiro de 1654, foi pelo Conde da Ilha do Principe, commissionado o Capitão-mór de Itanhaen, e seu loco-tenente, Diogo Vaz de Escobar, para tomar posse da Villa de Paranaguá, que ficaria sob sua jurisdicção. Em vista dos poderes que apresentou, a Camara da villa, em vereança de 8 de Março de 1655, lhe deu posse passiva e sem contradicção, do que se lavrou termo. Pouco tempo durou Escobar nesse lugar, pois falleceu em Outubro de

1655, sendo os seus bens inventariados em Paranaguá no anno seguinte. Em substituição a Diogo Vaz de Escobar foi empossado em 20 de Fevereiro de 1656 Simão Dias de Moura, no cargo de Capitão-mór da villa, nomeado pelo donatario Luiz Carneiro, conde da Ilha do Principe.

O Marquez de Cascaes resolveu então, em 1656, crear uma Capitania independente, abrangendo as villas comprehendidas na demarcação das 40 leguas nas partes do sul, a que denominou de «Capitania de Paranaguá» e para Capitão-mór e seu loco-tenente sismeiro, nomeou o Capitão povoador Gabriel de Lara, homem de vasto prestigio e valor e que já era o commandante da força militar da referida villa desde 1640, quando fôra povoada pelos homens da missão militar de Gabriel de Lara que então fôra nomeado Capitão Povoador de Paranaguá. Esta povoação prosperara desde logo, e já em 1648 era elevada a cathegoria de villa; é que Gabriel de Lara descobrira alguns grãos de ouro em corregos proximos a povoação, e esse facto naturalmente attrahio ao povoado as pessoas avidas por faceis meios de enriquecerem.

Eram dous Capitães-móres governando ao mesmo tempo a villa: — Simão Dias de Moura, em nome do Conde da Ilha do Principe e Gabriel de Lara, em nome do Marquez de Cascaes; ambos apresentavam documentos habeis, provando o direito de seus constituintes; ambos empossados pelo Conselho da Camara. Em 30 de Novembro de 1660 aportou a Paranaguá o General Salvador Correia de Sá e Benavides, com o encargo de verificar pessoalmente a existencia de pretendidas minas de ouro, onde demorou alguns mezes, segundo declarou a El-Rey em carta, pois impressionava-o o pouco resultado dellas, e esperava que a sua presença podesse trazer alguma vantagem. Não quiz voltar ao Rio sem «findar o intento para com o desengano della fazer avizo a sua magestade». (Carta de 10 de Abril de 1661.)

Salvador Correia de Sá vendo o prejuizo que com a dualidade de Capitães-móres estava soffrendo a villa, determinou á Camara que ella se conservasse em nome de Sua Magestade, sem reconhecer nenhum dos dois donatarios, visto a duvida em que estavam da legitimidade delles.

(Provimentos de Pardinho deixados em Paranaguá em 1720 — Documentos para a Historia do Paraná do Dr. Moysés Marcondes.)

Frei Gaspar, em suas Memorias para a Capitania de S. Vicente diz que Diogo Vaz de Escobar, Capitão-mór da Capitania de Itanhaem, tomou posse da Villa de Paranaguá, que pouco antes havia fundado Gabriel de Lara, em nome de D. Diogo de Faro e Souza aos 16 de Dezembro de 1653. (Capitanias Paulistas de Benedicto Calixto.) Vieira dos Santos em suas «Memorias Historicas de Paranaguá» dá essa posse como sendo a 8 de Março de 1655, conforme o auto que se lavrou em Camara. E' verdade que o proprio Vieira dos Santos menciona a nomeação de Gabriel de Lara para o cargo de Capitão-mór da villa de Paranaguá (não da Capitania), por Patente de 12 de Outubro de 1653, em cuja data ainda elle Escobar se declarava Capitão-mór e Ouvidor com Alçada nesta Villa e Capitania, e Governador das minas e quintos reaes. Em 21 de Janeiro de 1654, segundo ainda Vieira dos Santos, Diogo Vaz de Escobar, como Ouvidor, fez na Villa de Paranaguá uns provimentos. O Ouvidor Pardinho em seus Provimentos dá a posse de Escobar como sendo em 1.º de Fevereiro de 1654.

Não temos base para affirmar que Gabriel de Lara tivesse ou não aceito a Patente de Capitão-mór, em nome do Conde da Ilha do Principe, para o qual foi nomeado em 12 de Outubro de 1653 pelo Capitão-mór Governador de Itanhaem, com os poderes que lhe concedeu o referido conde.

Achamos mesmo que não houvesse aceito esse cargo, tanto mais que já em 1655 o proprio Escobar veio exercer esse referido posto, e em 20 de Fevereiro de 1656 era empossado nelle Simão Dias de Moura, por morte de Escobar.

Gabriel de Lara partidario do Marquez de Cascaes, naturalmente não quiz servir a casa dos seus rivaes.

A sua Patente de Capitão-mór, de 12 de Outubro de 1653, provavelmente lhe dava unicamente o encargo da Administração das Minas, que por elle foram descobertas, ou antes, que por elle fora manifestado a existencia.

A sua nomeação de Capitão-mór, Ouvidor e Alcaide mór da Capitania (já não da villa, e sim da Capitania) de Paranaguá, foi passada pelo Marquez de Cascaes e a sua posse se realizou em vereança de 15 de Maio de 1660, pela Camara, que incorporada foi a casa de sua residencia onde lhe deu posse e prestou preito e homenagem.

Os Capitães povoadores tinham grandes poderes no começo do seculo XVII. Não se limitavam ao commando e governo militares, suas attribuições eram tanto de ordem militar como civil. Administravam os povos da sua jurisdicção de forma quasi absoluta.

Tanto Gabriel de Lara, no littoral, como o Capitão Matheus Martins Leme, em Curityba, exerceram funcções politico-administrativa e militar, cumulativamente. Ambos tiveram grande influencia e representaram papel saliente na creação das respectivas villas de Paranaguá e de Curityba.

Foi ao Capitão povoador Gabriel de Lara que o povo paranaguense recorreu, em 1646, solicitando a creação da justiça e da administração da Villa. Foi ao Capitão Gabriel de Lara que o Ouvidor Geral do Brasil, dr. Manoel Pereira Franco, escreveu, enviando a Carta Regia de 29 de Julho de 1648, autorizando-o a proceder a eleição das primeiras autoridades da villa de Paranaguá. Em virtude dessa autorização, Gabriel de Lara convocou o povo e determinou se procedesse a mesma eleição, que fez — «*alimpar e apurar*» — e com o seu resultado se conformou e deu posse aos eleitos a 7 de Janeiro de 1649.

Foi o Capitão Gabriel de Lara quem fez levantar pelourinhos — o de Paranaguá em 1646 e o de Curityba a 4 de Novembro de 1668.

Foi ao Capitão povoador Matheus Martins Leme que o povo de Curityba, em 24 de Março de 1693, requereu a creação de sua justiça local em petição por elle deferida, com determinação de que o povo se reunisse, o que se fez a 29, cinco dias após, quando se procedeu a eleição da justiça e dos membros do Conselho. Por ahi se vê que tinham os capitães povoadores attribuições muito mais vastas que as dos capitães de ordenanças de então, sendo grande a parcella de mando que exerciam sobre seus jurisdiccionados.

Quanto a Curityba, mediou entre a data da elevação do Pelourinho e a eleição de suas autoridades, o periodo de 25 annos. Pensamos explicar essa longa demora pela falta da necessaria ordem regia, pois os donatarios tinham autorização apenas para crear villas ao longo da costa e dos rios que desaguassem nos mares, e no sertão, desde que ellas ficassem em distancia, uma da outra, de 6 leguas, para que facilmente se soccorressem. Fóra dahi, mister se fazia ordem regia.

Aos mais antigos povoadores e entre elles o mais capaz e de maior prestigio e serviços, se expediu a Patente de «*Capitão-Povoador*». Naturalmente Lara e Leme mereceram-na. Dahi o titulo de Capitães Povoadores que usavam em todos os seus actos.

Ainda em 1729, se nomeava Capitão Povoador do districto de Nhanduhy-mirim a José Vieira do Rio, por Patente de 24 de Abril, passada pelo Capitão General Governador de S. Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel, então na Praça e Villa de Santos. (Doc. Interessantes, Vol. XXVII, pag. 10.)

Gabriel de Lara, em 9 de Novembro de 1674, concedeu sesmarias de terras em Paranaguá, no Rio do Guaragussú, a João da Gama e a Gregorio Pereira, por serem elles «dos primeiros que vieram povoar a terra, e no proprio lugar onde o Pai deste ultimo teve uma roça».

Achando-se as minas de Paranaguá sob a administração do Provedor Matheus de Leão, e sendo Capitão-mór Gabriel de Lara, descobridor d'ellas, como já ficou dito, eis que se apresenta Eliodoro d'Ebano, General da Armada das Canôas de guerra das costas do sul, (titulo que correspondia ao de Commandante) e officia ao Capitão-mór, nos termos que se seguem, em data de 4 de Março de 1649:

«Eliodoro d'Ebano, General da Armada das Canôas de Guerra, desta costa e mar do sul. De ordem do Administrador Geral das minas, o Governador Duarte Corrêa Vasquez-Annes, por Sua Magestade, que Deus guarde.

«Faço saber ao Capitão-mór desta Villa de Nossa Senhora do Rosario, e aos Officiaes da Camara d'ella que por serviço de Sua Magestade se me encarregou o exame

e entabolamento das minas, que descobrirão, e das mais que se descobrirem assim neste Districto, como em qualquer outro das Capitanias do Sul, para cujo fim se me ordenou requisitasse as necessarias deligencias, todo o cuidado e importação da Real Fazenda de Sua Magestade e augmento de seus quintos reaes, e commum para se conseguir o serviço de todos e não haver no emtanto perturbação em contas, nem desvio, antes para melhor obrar, se deve acudir a obrigação de bons ministros, e vassallos com todo o fervor e ajuda pelo que ordeno, e requeiro da parte de Sua Magestade e aos ditos Capitão-mór, e Officiaes da Camara dêm ajuda e favor (. . . . .) tudo o que por direito lhe fôr pedido para o dito effeito, e dependente das ditas minas, tambem porque conforme o regimento (. . . . .) destacamentos da Fazenda, e quintos reaes (. . . . .) e mandamos ao Administrador das minas Governador Duarte Corrêa Vasquez-Annes amostras de outro da mesma consideração (. . . . .) que havendo minas nesta terra e intentem os inimigos evadila que a Camara requeira a Sua Magestade faça ordenar a sua defesa e que o Capitão da Ordenança com o mais que necessario fôr ponha este porto e barra com a necessaria precaução (. . . . .)»

— Este Officio de Eliodoro d'Ebano a Gabriel de Lara foi copiado pelo infatigavel historiador Antonio Vieira dos Santos, do proprio original, já em grande parte destruido pela acção do tempo, e corroido pelas traças, e constam de suas «Memorias historicas de Paranaguá», base sobre a qual assentam, os trabalhos dos nossos historiadores sobre factos paranaenses.

A elle devemos ainda o conhecimento do importante Officio infra, em que Salvador Corrêa de Sá e Benavides, Governador do Rio de Janeiro, dá instrucções a Eliodoro d'Ebano relativamente á sua missão:

«(. . . . .) Salvador Corrêa de Sá e Benavides, Senhor da Villa de (. . . . .) Commendador das Commendas de São Sebastião da Lagôa; e de S. João de Cassia, Alcaide mór da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, do Conselho de Guerra; e partes maritimas, superintendente e Administrador Geral das minas neste Estado por Sua Magestade etc.

« — Mando ao Capitão Eliodoro d'Ebano, que com poderes está administrando as minas de ouro da Capitania de Paranaguá e das minas desta repartição, ao Provedor das minas, e ao Thesoureiro d'ellas, que logo que lhe for apresentado este meu mandado, entregue ao Ajudante João Rodrigues Morales todo o Ouro dos quintos que houver procedido, do que se tirou das minas; esteja no Cofre da Caixa delles, pertencente a Sua Magestade, que foi servido, concedello á Rainha Nossa Senhora; a quem pertendo leva-lo na minha companhia, na armada em que estou embarcado, e como o conhecimento feito pelo Escrivão das minas, ou a que fôr dos quintos na Capitania de Paranaguá, mandará pelo Ajudante João Rodrigues, para ser levado em conta do Thesoureiro (. . . . .) a Thomé Pereira, Provedor da Fazenda Real nesta Capitania do Rio de Janeiro para o remetter á Rainha Nossa Senhora, a quem pertence o dito ouro; dito conhecimento, servirá de descarga ao dito Thesoureiro e ao Capitão Eliodoro d'Ebano, de quem espero lhe dê todo o devido comprimento, com summa brevidade pelo pedir a urgencia com que a Armada está para partir deste porto, onde vae com segurança o dito rendimento das minas.

«Passado no Rio de Janeiro sob meu signal e sinete de minhas armas, aos 5 de Maio de 1652 (assignado) Salvador Corrêa de Sá e Benavides.»

Não ha um unico indicio, da passagem de Eliodoro d'Ebano pelo planalto parananiano.

Não ha uma carta de sesmaria, ou qualquer outro documento official ou semi-official que denote, mesmo vagamente, a estada delle em Curityba ou em serra acima.

Este facto demonstra que, como Capitão de Canôas de guerra que era, nunca se aventurou pelo interior do Paiz, limitando sua esphera de acção somente á costa maritima dos mares meridionaes da Capitania.

Isto posto, não ficará elle desmerecido por essa circumstancia. Prestou outros serviços que o recommendam á posteridade; o ter sido ou não povoador e o descobridor de minas, não lhe augmenta ou diminue o merito.

Não póde mais restar duvida alguma depois das recentes investigações nos archivos, e das publicações feitas

das actas das vereanças das Camaras Municipaes das antigas Villas componentes das Capitanias de S. Vicente e S. Amaro, que a passagem de Eliodoro d'Ebano, em sua missão de inspecção das minas dos mares do Sul, occorreu em 1649.

Alem das provas dessa verdade, já por nós apontadas com a transcripção do seu officio apresentado ao Capitão-mór Gabriel de Lara e datado de 4 de Março de 1649, ha as referencias feitas a sua passagem por Iguape no anno de 1654, pelo que alguns historiadores o dão como fundador da povoação, ao passo que outros remontam esse povoamento a 1567, segundo uns, a 1579 segundo outros, e a 1611 segundo varios outros, no dizer de Azevedo Marques nos seus preciosos «Apontamentos historicos da Provincia de S. Paulo».

Agora ainda vem corroborar essa verdade a publicação official feita pela Prefeitura Municipal de S. Paulo, das actas da Camara da Villa de S. Paulo. No volume V, sahido á luz da publicação em 1915, vêm as actas dos annos de 1640 a 1652; ahi, á pagina 389 se lê uma representação de Bartholomeu Fernandes de Faria, datada de 31 de Outubro de 1649, de que: —

«Avia algumas barretas de ouro que vinhão com a marca de Sua Magestade que fôra posta em Pernaguá a qual marca hera mais diferente da que avia nesta Villa na caza da fundissão que nella está e que pedia ao Juiz e vereadores fossem ver as ditas marcas e vistas provessem na materia o que lhe paressese justiça, e tãbem pello dito Cappitam mor foi requerido que pello que convinha ao serviço de sua magestade e ao bem comum dos povos e pelo que resulta ao donatario desta Cappitania o S.or marques de cascaes que avizem a sua magestade o descaminho que na villa de pernaguá se fazem em o ouro que nella ha fundindo e fazendo barretas e marcando-o com sello real como consta pellas que se virão e ha noticia vem da dita villa e tãbem avisem o Senhor governador geral e a duarte corea vasqueanes acudão tãbem sobre o dito descaminho fogindo da casa da moeda desta dita villa de que protestavam etc.»

Em vereança de 27 de Novembro de 1649, perante a Camara compareceu o Provedor das minas, Pascoal Affonso e requereu e declarou que: — «a elle lhe tinha vindo a noticia em como na villa de pernaguá nas minas descobertas que vêo o cappitão gabriel de lara registrar a casa da moeda e quintos reais desta villa de são paullo asiste e esta de morada — liodoro ebano — onde dizem que tem feito caza da fundição e quinta e manda marcar ouro por officiaes que para isso lá tem feito sendo que não tem ordem para o poder fazer e ser contra o regimento de sua magestade pello que requeria aos ditos officiaes da camara da parte do dito senhor lhe dessem toda ajuda e favor e indios para irem em sua companhia a dita villa de pernaguá para onde está de partida a impedir e atalhar ao dito — leodoro ebano — a que não va por diante com seu intento e outrosim requereo mais que lhe mandassem elles ditos officiaes da camara passar precatorias ás justiças das villas de cananéa e de pernaguá e bem assim ao Cappitão gabriel de lara, da dita villa (. . . . .) lhe dê toda ajuda e favor necessaria para o dito e que toda pessoa que tiver que quintar ouro o venha fazer a esta villa de são paullo aonde sua magestade tem casa de moeda e quintos reaes (. . . . .) requereu mais em como as ditas minas de pernaguá adonde se quinta o dito ouro e marqua está em porto de mar adonde tem o inimigo ollandez noticia della lhe será mui fasil ir com seus navios e fazersse senhor dellas com o que dará muita perda a sua magestade e que acudissem a isso por se escusar o mal que daqui podia resultar. . .»

Foram expedidos os precatorios referidos e mandado que lhe fossem fornecidos os indios necessarios a acompanharem-n'o na deligencia á Paranaguá. (Vol. V das referidas actas da Camara de S. Paulo, pag. 389 a 392.)

A administração das Minas de Paranaguá, por autoridades nomeadas pelo Governo do Rio de Janeiro, não era bem vista pelo Governo de S. Paulo. Alem disso, a competição de dominação por parte dos descendentes dos donatarios das Capitanias de S. Vicente e de S. Amaro, respectivamente doadas em 1531 a Martim Affonso de Souza e a seu irmão Pedro Lopes de Souza, veio estabelecer grande tumulto e confusão.

A revolução triumphante de 1640, que rebentou em Portugal, restabelecendo a sua independencia e pondo fim ao jugo castelhano (1580 a 1640), agitou fortemente o Brasil; os descendentes de Portugal procuraram hostilizar aos de Hespanha que dominavam nas Capitanias, estabelecendo-se competições de mando.

Por outro lado, a Corôa lusitana, sempre ávida de ouro, procurou organizar o serviço da administração das minas, até então descuidado pelos reis castelhanos.

Salvador Corrêa de Sá e Benavides, foi nomeado Superintendente e Administrador geral das Minas do Estado do Brasil e Almirante das armadas de guerra e partes maritimas do mesmo Estado e Africa do Sul. Duarte Corrêa Vasqueannes foi nomeado commandante e Governador militar da Fortaleza de S. João da barra do Rio de Janeiro.

Achava-se Salvador Corrêa de Sá na campanha da Africa em 1648, expulsando os Hollandezes que se haviam apossado de Loanda, quando occorreu a vacancia do Governo do Rio de Janeiro, já desmembrado do da Bahia, pelo que foi nomeado Governador o Commandante da Praça de S. João, Duarte Corrêa Vasqueannes, cujo Governo, si bem de pequena duração, por ter sido substituido por Salvador Corrêa de Sá e Benavides, que havia regressado triumphante das guerras na Africa em 1651, foi comtudo proveitoso ao Brasil. Nessa época, voltou Vasqueannes a reassumir o seu posto militar em S. João, assumindo Benavides as redeas do Governo do Rio de Janeiro, que comprehendia as partes do Espirito Santo até os confins das possessões portuguezas dos mares do sul.

Por essa forma ficou o Brasil com dous Governos: um ao Norte, com séde na Bahia, e outro ao Sul, com séde no Rio de Janeiro, sem que com isso houvesse solução de continuidade á dominação dos donatarios, cujos direitos foram respeitados sempre.

O ouro, porem, pertencia á Corôa, e os Governadores e Administradores geraes se encarregavam do regimen e administração das minas, sem intervenção dos donatarios ou de seus Logares-Tenentes e Procuradores.

Algumas vezes, é certo, foram esses Logares-Tenentes, que então exerciam as funcções de Capitão-mór, encarregados pela Corôa da Provedoria das Minas, mas constituia esse um encargo á parte de suas funcções proprias.

Salvador Corrêa de Sá e Benavides, tendo noticia da existencia de minas de ouro em S. Paulo, resolveu emprehender uma viagem a Portugal no anno de 1643. Ahi informou a El-Rei e propôz o descobrimento das minas da Capitania. El-Rei aceitou a proposta e offereceu-lhe o titulo de Marquez e 4000 cruzados annuaes, si ellas rendessem até 500.000 cruzados á Corôa; e 5% do producto de todo o ouro que dellas fosse retirado. (Memoria historica de Antonio Vieira dos Santos.)

Em 1655, o Capitão-mór e Ouvidor de S. Vicente Diogo Vaz de Escobar, veiu tomar posse da Capitania de Paranaguá, em virtude da escriptura de Dote, arras e obrigação que se passou em Lisbôa, em 5 de Janeiro de 1654, — «nos aposentos de D. Affonso de Faro, estando presente Luiz Carneiro, Senhor da Ilha de S. Helena, S. Antonio, e do Principe e Conde della e da outra parte D. Diogo de Faro e Souza, filho de D. Sancho de Faro e por isso herdeiros e successores de sua caza e Morgado de Vimieiro, e Alcoantre, e de D. Izabel da Cunha, sua mãe; e bem assim D. Affonso de Faro como Tutor de D. Marianna de Faro e Souza, sua irmã, e de seus sobrinhos menores e em seu nome e no de cada um d'elles e outros que estavam presentes o Dr. Pedro Paulo de Souza, Desembargador dos Aggravos e Caza da Supplicação; e Dr. Francisco Ferreira Encerrabodes, Juiz de Orphãos da cidade de Lisbôa, e com o alvará de S. Magestade de 17 de Setembro de 1651 que concede a D. Diogo de Faro o poder dotar sua irmã D. Marianna de Faro e Souza, que estava contractada a cazar com o Conde da Ilha do Principe, das 100 leguas de terras que tinhão das Costas do Brasil, conforme a informação que havia dado o Dezembargador Pedro Paulo de Souza e que tambem tem o Alvará de sua Mãe de supprimento da idade para este dote e Cazamento e bens de trato que vão adiante no translado da sua Capitania, de 100 leguas de terras na Costa do Brasil do Districto do Rio de Janeiro, que he de Capitania dita, Governador perpetuo, e a de sua jurisdição, direitos e rendas, assim e damaneira que tem

e lhe pertence e a Doação orça na avaliação de 20 mil crusados.»

Esta escriptura foi encontrada pelo historiographo Vieira dos Santos, registrada nos livros do Conselho de Paranaguá, já com lettra apagada e com palavras carcomidas.

Em 25 de Fevereiro de 1655, na Camara Municipal de Paranaguá, recebeu-se o Alvará que mandou reconhecer ao Conde da Ilha do Principe, representado por seus procuradores em missão especial, Manoel de Lemos Conde, João Maciel Antão, Manoel Lopes e João Rodrigues Ribeiro, que vieram de S. Paulo á Paranaguá, a tomar posse desta Villa. Sendo reunido para tal fim o povo, este em sessão do Conselho de 5 de Março de 1655, fez auto da posse que se deu ao Capitão-mór e Ouvidor Diogo Vaz Escobar, como Procurador do dito Conde da Ilha do Principe. Posse que a Camara deu pacifica e sem contradição.

Em 1656, o Marquez de Cascaes intentou repellir ao Conde da Ilha do Principe do dominio da Capitania. Para isso separou o Termo de Paranaguá, das Capitanias de Itanhaen e S. Vicente, elevando-o a Capitania.

Em vereança da Camara de Paranaguá de 15 de Maio de 1660, foi lavrado o auto de posse de Capitão-mór, Ouvidor e Alcaide mór, a Gabriel de Lara, nomeado por D. Alvaro Pires de Castro e Souza — Marquez de Cascaes, pelo direito que a este foi reconhecido ao dominio da Capitania de Paranaguá. A Camara incorporada foi á casa de residencia de Gabriel de Lara onde lhe deu a dita posse, sendo elle investido das insignias de Capitão-mór.

Esses factos deram logar ás reclamações dos Procuradores do Administrador da Casa da Moeda e officina de fundição de S. Paulo, receiosos de descaminhos do ouro das minas de Paranaguá, Cananéa e de outras Villas, sem se lembrarem que não estavam ellas sujeitas ás autoridades das capitanias de S. Vicente e de S. Amaro, e sim ao Governador do Rio de Janeiro.

Até 1637 as povoações portuguezas só se estendiam até Cananéa sendo despovoada toda a costa meridional do Brasil. Vejamos o testemunho dos historiadores contemporaneos a essa epoca:

Diz Simão de Vasconcellos na sua «Chronica da Companhia de Jesus»:

«Do Rio de Janeiro, correndo avante 42 leguas, descobre-se a barra do rio S. Vicente. Está em altura de 24 gráos e meio, navega-se a ella Lesnordeste Oessudueste, desde a Ilha Grande: E' porto capaz de todas as náos.

«Aqui se edificou a villa que hoje chamamos S. Vicente, cabeça da Capitania de Martim Affonso de Souza.

«Divide-se esta da de S. Amaro (que foi de seu irmão Pedro Lopes de Souza) mediante o esteiro da villa de Santos. Ha nesta costa muitas ilhas de conta: 30 rios de aguas puras, das melhores do mundo; por que vêm muitos d'elles despenhados de altas serras, por entre espessos arvoredos, sempre frias. Affirmão os indios que os mais dos rios d'este districto, erão copiosos em mineraes: — ouro, prata, ferro, calaim e salitre, — até o rio Cananéa — e dista este do de S. Vicente 30 leguas, quasi Nordeste Sudoeste. Está em altura de 25° e meio. E' abundante todo seu districto de copiosas lagôas, e rios ferteis de pescado, e a terra de caça, e de todo o genero de mantimento Brasilico. Tem grande bocca e d'ella para dentro uma formosa abra capaz de toda sorte de navios; e — até, aqui chegam hoje as povoações dos Portuguezes. —

«Do Rio Cananéa ao Rio da Prata, vai outra formosa parte da terra do Brasil, com 200 leguas pela costa (. . . . .) é povoada de indios Carijós, a melhor nação do Brasil.

«O Rio dos Patos, fertillissimo e abundantissimas suas terras e por isso requestadas dos indios. Este rio fica sendo o termo do districto dos Carijós que, corre desde o rio Cananéa, onde tem principio, e traz em guerras intestinas com os Goyanás.»

Frei Vicente do Salvador, em sua «Historia do Brasil», narra que:

— «El-Rei Catholico fez aprestar contra corsarios inglezes que crusavam o Atlantico, não só forças do Vizo Reinado do Perú, como da peninsula Hiberica que, com 23 náus de alto bordo, com 5000 homens de mar e guerra, com petrechos para a fabrica de fortes, capazes para 300 homens de guerra, e alguns povoadores para facilitar mais sua conservação. Nomeou para general d'essa Armada a

Diogo Flores de Valdêz e por piloto mór a Antão Paulo Corso e a Pedro Sarmento por Governador dos fortes e povoações. Sahiu de S. Lucas esta Armada a 25 de Setembro de 1581, com tão máo tempo, pela pressa que o duque de Medina dava, que depois de 3 dias arribou com tormenta, á bahia de Cadiz, com perda de 3 navios, havendo-se afogado a maior parte da gente, e tão destroçada, que para reparar-se teve de deter-se mais de 40 dias, tornando a sahir com 17 navios que chegaram ao Brasil no Porto do Rio de Janeiro onde invernarão 6 mezes e meio, porque ainda que chegassem a 25 de Março, que em Hespanha he a primavera, em estas partes he o principio do inverno, em que se não póde navegar para o estreito de Magalhães (. . . . .) a 2 de Outubro, com 16 navios, deixando um por inutil e tomando a derrota do estreito, que está a 700 leguas d'este porto, chegaram ao Rio da Prata, donde se levantou hum temporal de vento tão forte que estiveram 22 dias mar em travéz, sem poder pôr um palmo de vellas e havendo-se perdido em vespera de S. André, a náu do capitão Palomar com 236 pessôas, sem podel-os remediar; aos 2 de Dezembro applacou alguma couza o vento, e com accôrdo dos capitães e pilotos, tornou Diogo Flôres atraz, buscando o porto pera reparar as náus, porque estavão 5 d'ellas abertas da tormenta e as mais em perigo de fazerem o mesmo. Foram a ilha de S. Catharina, 300 leguas d'alli — «a qual ainda que despovoada, por ser de portuguezes, que não sabem povoar, nem aproveitar-se das terras que conquistão — he terra de muita agua, pescado, caça, lenha e outras couzas (. . . . .)

Refere-se ainda Frei Vicente do Salvador que, — «ha muitos annos que voava fama de haver minas de ouro e outros metaes em a terra da Capitania de S. Vicente, que El-Rei D. João o 3.º, doou a Martim Affonso de Souza, (note-se bem, o autor refere-se claramente á Capitania de Martim Affonso de Souza e não a de S. Amaro, doada na mesma occasião a Pedro Lopes de Souza) e já por algumas partes voava com azas douradas, e havia mostras de ouro, o que visto pelo Governador, D. Francisco de Souza, que avisou a Sua Magestade, offerecendo-se pera essa empreza, e elle a encarregou, e mandou pera ficar governando a cidade da Bahia, a Alvaro de Carvalho; o Governador se partiu pera baixo em o mez de Outubro de 1598 (. . . . . .) em poucos dias chegou á Capitania do Espirito Santo, por lhe dizerem que havia metaes, na serra do mestre Alvaro, e em outras partes, as tentou e mandou cavar e fazer ensaios de que se tirou alguma prata.

«Tambem mandou que fossem ás esmeraldas, a que já da Bahia havia mandado por Diogo Martins Cão, e as tinha descobertas; fez um fórte pequeno de pedras e cal em que pôs 2 peças de artilharia, pera defender a entrada da Villa e feito isto, se partiu pera o Rio de Janeiro, onde foi recebido do Capitão Mór, que então era Francisco de Mendonça, e do povo todo, com muito applauso, por ser parte onde nunca vão os Governadores geraes (. . . . . .)

«Chegado que foi o Governador á São Vicente, fez aprisionar uma náu hollandeza que alli aportára, na qual arrecadou mais de 100.000 cruzados, que applicou nas despezas de sua expedição. De S. Vicente passou a S. Paulo, que é mais chegado ás minas (. . . . . .) entretinha o tempo que lhe restava do trabalho das minas, que era mui grande, e — muito maior por não ser sempre de proveito, porque como é ouro de lavage, umas vezes se levava pouco ou nenhum, mas outras se achava grãos de pezo e de preço e de que elle enfiou um rosario, assim como sahiam, redondos, quadrados ou cumpridos, que mandou á Sua Magestade, com outras mostras de perolas, que se acharam no esparcél de Cananéa, e em outras partes; mandando-lhe pedir provisão pera fazer descer gentio do sertão, que trabalhasse n'esse misterio, a que lhe não deferiram por morrer n'esse tempo (1598) El-Rei Philippe 1.º que o havia enviado, e succeder seu filho Philippe 2.º, que o mandou ir para o reino (. . . . .) e porque elle não pediu mais que o marquezado de minas de S. Vicente, o tornou a mandar á ellas com o governo do Espirito Santo, Rio de Janeiro e mais Capitanias do Sul, ficando nas do Norte governando D. Diogo de Menezes.

«Trouxe D. Francisco comsigo seu filho D. Antonio de Souza, que tambem já cá havia estado, pera capitão mór da costa.

«D. Francisco foi para as minas e D. Antonio para o

Reino, com as amostras do ouro d'ellas, do qual levou uma cruz e uma espada, á sua Magestade, o que tudo os corsarios no mar o tomaram; nem o Governador teve lugar de mandar outra; com uma enfermidade grande que teve na villa de S. Paulo, da qual morreu, estando tão pobre que me affirmou um padre da Companhia, que se achava com elle á sua morte, que nem vella tinha para lhe metterem na mão, se não mandára levar do seu convento (. . . . .) e assim cessou o negocio das minas, posto que não deixam alguns particulares de ir á ellas, cada vez que querem, a tirar ouro.»

— D. Francisco de Souza falleceu no anno de 1610, por onde se vê que as investigações officiaes das minas da Capitania de S. Vicente, n'essa época apenas se achavam em inicio e não tiveram feliz resultado.

Quanto ás minas da Capitania de Paranaguá, por essa época, não eram ainda exploradas, pois, — as terras ao sul de Cananéa, se achavam despovoadas e eram habitadas apenas pelos indios Carijós, até a Lagôa dos Patos, «por serem pertencentes a portuguezes, que não sabiam povoar nem aproveitar-se das terras que conquistavam».

Dos Annaes do Rio de Janeiro, manuscripto datado de 1663, transcripto pelo Dr. Mello Moraes, no seu Brasil Historico, transladamos o seguinte:

— «Logo que á Madrid chegou a certeza da morte de D. Francisco de Souza, foi despachado para succeder-lhe, no lugar de Administrador Geral das tres Capitanias — do Rio, S. Vicente e Espirito Santo — Salvador Correia de Sá, por alvará de 4 de Novembro de 1613, com ordenado de 600$000 por anno, que venceria desde o dia que sahisse de Lisbôa, em virtude do alvará de 27 de Dezembro do mesmo anno, passando-se-lhe alvará para averiguação das minas, do theor seguinte:

«Eu El-Rei, faço saber á vos Salvador Corrêa de Sá, fidalgo de minha casa, que por se me representar que na Capitania de São Vicente ha minas de ouro e outras, que beneficiando-se poderão ser de grande utilidade á minha fazenda e vassallos, encarreguei a D. Francisco de Souza, do meu conselho, da averiguação e beneficio d'ellas, em que não poude fazer cousa alguma de consideração, por succeder fallecer em breve tempo; e por que pelos ditos respeitos, e outros do meu serviço, convem muito — averiguar-se a verdade e certeza d'ellas — confiando de vós pela muita experiencia que tendes das cousas d'aquellas partes, e pelas muitas da vossa pessôa, verdade e zelo, que tendes do meu serviço, me servireis muito á minha satisfação, hei por bem de vos encarregar da averiguação, deixando em vossa prudencia o modo que n'isto deveis ter, etc.»

— Chegou com effeito, ao Rio de Janeiro, Salvador Correia, e enviou seu filho Martim Correia por Administrador das minas de S. Paulo, nomeado por provisão datada no mesmo Rio, de 20 de Julho de 1615; nesta administração permaneceu elle até o anno de 1621, em cujo tempo lhe succedeu seu irmão Gonçalo Correia de Sá, e a este succedeu em 1624, Manoel João Branco, com o mesmo caracter de Administrador das minas de S. Paulo e Superintendente dos indios das aldeias do real padroado, o qual exercendo o seu ministerio, concedeu datas mineraes aos mineiros de Santa Fé, a Pedro da Silva e Gaspar Sardinha, que lh'as pediram por não terem mais em que trabalhar nas que tinham sido facultadas.

Naquelle tempo fez El-Rei mercê aos povos das terras mineraes, para as beneficiarem a sua custa, contentando-se que lhe pagassem o quinto do ouro que extrahissem, e lhe deu novo regimento de terras mineraes, de 18 de Agosto de 1612.

Esta providencia era admiravel, não só porque poupava a real fazenda mui grandes despezas, como porque animava aos vassallos a se entregarem a novos e importantes descobrimentos; «tendo mostrado a experiencia que nunca foi util ao interesse da real fazenda o minerar-se por conta do Rei; e ainda que no tempo dos referidos administradores não produzirão as minas os interesses que eram de desejar, nem apparecerão descobertas, cuja importancia engrossasse os direitos da real fazenda e o interesse dos povos: elles comtudo se manifestarão na serie dos tempos. . . . . .»

Pela Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista antiga, reproduzida da Collecção do Museu Paulista, pu-

blicada por occasião da commemoração do primeiro centenario da Independencia Nacional se vê um mappa datado de 1612, com as seguintes legendas: «Copia do mappa de fls. 4 do Livro Qve. Da Rezão Do Estado Do Brasil. Feito em 1612» (sic). — «Descripção da Costa q' vai do Rio de Janeiro atê o Porto de São Vicente que he aultima povoação que temos na Costa do Brasil pera a parte do Sul na qual a muy bons portos esurgidouros Como se mostra» (sic).

— Salvador Corrêa de Sá e Benavides, Governador do Rio de Janeiro, desejando averiguar dos motivos do pouco rendimento das minas, emprehendeu penosissima viagem, e a 30 de Novembro de 1660 aportou a Paranaguá.

«Impressionava-o o pouco resultado dellas e talvez que a sua presença em visita de inspecção podesse dar algum resultado pratico.» Demorada foi sua inspecção, pois não queria voltar ao Rio, «sem findar o intento, para com o desengano della fazer aviso a Sua Magestade», conforme declarou em carta de 10 de Abril de 1661, em que relatava essa viagem e as graves occurrencias havidas em sua ausencia no Rio de Janeiro, com o levante do povo e deposição das autoridades constituidas, cujo epilogo foi a morte no pelourinho do chefe da revolta, Jeronymo Barbalho.

Agostinho Barboza Bezerra foi, por provisão Regia de 7 de Setembro de 1663, nomeado administrador das minas de Paranaguá e das serras das Esmeraldas e, ajudado pelos paulistas nas descobertas dessas pedras, arrojou-se pelos sertões do Espirito Santo, onde falleceu em 1667, sem ter assumido seu logar em Paranaguá.

Ao provedor Matheus de Leão succedeu o Capitão-mór Diogo Vaz Escobar, que accumulou as duas funcções, visto como «pelo precario resultado das Minas de Paranaguá que nada ou pouco produziam», essas funcções de provedor foram exercidas pelos proprios Capitães-móres até o anno de 1670. Por morte de Diogo Vaz Escobar, occorrida em 1656, succedeu-lhe Matheus Vaz e a este o Capitão-mór Thomaz Fernandes de Oliveira, que teve por seu successor o Capitão Manoel de Lemos Conde, nomeado provedor por provisão de 26 de Março de 1674.

Para bem orientar o leitor, quanto a epoca da vinda de Gabriel de Lara á Paranaguá, transcrevemos os testamentos abaixo, por onde se poderá verificar que, até 1632 residia elle em Iguape.

Testamento e inventario de Maria de Oliveira (Irmã de Gabriel de Lara).

Em nome de Deus amen.

Eu Maria de Oliveira, filha de Diogo de Lara que Deus tem (. . . . . .) e de sua mulher Antonia de Oliveira minha mãe havida de legitimo matrimonio e como a morte (. . . . . .) natural ordenei este testamento estando em cama de uma doença que Nosso Senhor me deu estando em meu perfeito juizo.

Primeiramente encommendo minha alma a meu Deus que a criou e por ella derramou seu precioso sangue que haja misericordia della e á Virgem Maria sua Madre e aos Santos Apostolos São Pedro e São Paulo e todos os santos e santas da côrte do céu e ao bemaventurado São Miguel Archanjo que todos sejam meus advogados diante de Nosso Senhor que me perdoe meus peccados.

Declaro que estou casada com Antonio de Varoja em face da igreja haverá quatorze annos ou o tempo que na verdade se achar e delle não houvemos filhos nenhuns.

Declaro que tenho minha mãe Antonia de Oliveira viva e é minha herdeira forçada assim como eu sou della e aquillo que de direito lhe vier de minha parte se lhe dê.

Declaro que meu corpo seja enterrado no convento de Nossa Senhora do Carmo na villa de São Paulo se Nosso Senhor me levar desta vida para a outra e para isso lhe deixo minha terça e por ella me façam bem por minha alma o que confio farão como bons religiosos na cova de meu pae.

Declaro que todas as dividas que meu marido fez depois que esteve casado commigo se pague de minha fazenda e de sua irmãmente. . . . .
. . . .

Declaro que meu irmão Diogo de Lara seja meu testamenteiro que confio nelle o fará como bom irmão.

Declaro que as peças que meu irmão Gabriel de Lara me deu que foi em condição que me servisse em minha vida as quaes se chamam Suzanna e Agostinha mando que se lhe dêm que são suas (onde diz arriba Agostinha diga-se Faustina).

Declaro que tenho uma india de meu serviço que me deu meu irmão Gabriel de Lara tem dois filhos uma femea e um macho e deixo a seus filhos e esta india se chama Andreza do gentio carijo por serem os filhos desta dita india brancos e serem filhos de meu irmão Manoel de Lara os quaes assim mãe como filhos se lhe dê para que crie seus filhos e os doutrine e lhe deixo mais uma rapariga por nome Luzia.

E com estas addições e declarações acima e atrás houve a dita testadora seu testamento por cerrado e pede ás justiças de Sua Magestade assim seculares como ecclesiasticas e prelados mandem cumprir e guardar esta cedula feita em os tres dias de Setembro de mil e seiscentos e vinte e sete annos testemunhas que ao todo foram presentes Christovão Diniz que assignou pela testadora por ser mulher e não saber escrever e Ursulo Collaço e Alberto Lobo, Manoel de Lara, Domingos Dias Diniz todos moradores nesta villa de Parnaiba Mathias de Oliveira e Martinho de Oliveira moradores na villa de São Paulo e perante todos (. . . . . .) dita testadora (. . . . . .) todo o conteudo neste testamento era sua vontade (. . . . . .) perante mim tabellião e dos mais testemunhas disse que esta era sua ultima vontade Luiz Iannes tabellião do publico judicial e notas nesta dita villa o escrevi. — Luiz Iannes — Assigno por mim e por ella Ursulo Collaço — Christovão Diniz — Mathias de Oliveira — Alberto Lobo — Domingos Dias Diniz — Martinho de Oliveira — Antonio de Souza Couto.

Cumpra-se este testamento como nelle se contem Santanna da Parnaiba 25 de maio de 1628 annos — João Fernandes.

* *
*

Termo de requerimento de Gabriel de Lara.

Aos vinte e cinco dias do mez de maio do anno presente de mil e seiscentos e vinte e oito annos nesta villa de Santa Anna da Parnaiba nas pousadas de mim tabellião e estando ahi o juiz ordinario desta dita villa João Fernandes appareceu Manoel de Lara (Naturalmente o tabellião Luiz Iannes enganou-se escrevendo Manoel de Lara, quando devia escrever Gabriel de Lara, pois foi este que em audiencia fez as declarações e as assignou) morador na villa de Nossa Senhora das Neves e logo ahi em minha presença requereu ao dito que mandasse sua mercê entregar-lhe as peças que sua irmã Maria de Oliveira em seu testamento declarara que são suas porquanto elle dito Gabriel de Lara os descera do sertão e sua mercê os não podia (. . . . . .) em partilhas conforme o regimento dos juizes dos orfãos onde Sua Magestade manda que se não metterão em partilhas senão a fazenda que estiver liquidada e conforme a declaração da testadora requeria a sua mercê o mandasse metter de posse das ditas peças nomeadas e assim mais protestava fazendo elle certo ter dado na mesma conformidade mais peças a sua irmã que as que as dita defunta nomeou em seu testamento de não perder o direito que nellas tinha e o dito juiz mandou que fosse notificado quem tinha as ditas peças que as entregasse ao dito Gabriel de Lara ficando a justiça resguardada ás partes e assim mais mandou lhe fosse tomado seu protesto e o assignaram com o dito juiz eu Luiz Iannes tabellião do publico judicial e notas nesta dita villa o escrivi não faça duvida a entrelinha que diz as eu sobredito o escrevi — João Fernandes — Gabriel de Lara.

Termo de concerto de amigavel composição entre o capitão André Fernandes de Varoja em uma demanda que tiveram.

Em os vinte e nove dias do mez de julho de mil e seiscentos e vinte e oito annos nesta villa de Santanna da Parnaiba nas pousadas de mim tabellião perante o juiz louvado Manoel da Costa do Pino appareceram o capitão

André Fernandes e Antonio de Varoja e por elles ambos e cada um por si foi dito ao dito juiz que elles na demanda que traziam ante sua mercê estavam concertados um com o outro e se desciam da dita demanda pagando o dito Antonio Varoja as dividas que estavam carregadas no dito capitão André Fernandes neste inventario da defunta Maria de Oliveira que Deus tem tirado oito alqueires de farinha de trigo postos em Santos as quaes pagará o dito capitão André Fernandes como no inventario é obrigado e disse o dito capitão que neste concerto e conformidade dava ao dito Antonio de Varoja por quite e livre da peça que se lhe pedia para o dito ficar inteirado com o dito Antonio de Varoja nas partilhas que tiveram por morte da dita defunta por se lhe tirar ao dito capitão André Fernandes duas peças que estavam nomeadas na verba do testamento da dita defunta por pertencerem a Gabriel de Lara e disse ao dito capitão André Fernandes que em nenhum tempo as tornaria a pedir ao dito Antonio de Varoja cousa alguma por si nem por outrem porquanto estava pago e satisfeito de tudo o que lhe pertencia e elle dito Antonio de Varoja disse que acceitava o dito concerto e se obrigava pelo dito capitão André Fernandes pagar as dividas na conformidade acima declarada o qual disseram um e outro que em nenhum tempo iriam contra este concerto nem por si nem por outrem deste dia para todo sempre e declararam ambos que se dessem as peças conteudas no testamento ao dito Gabriel de Lara sem embargo algum nem contradicção e com estas declarações se assignaram ambos com o dito juiz eu Luiz Iannes tabellião que o escrevi. — Antonio de Varoja — André Fernandes — Manoel da Costa do Pino.

Testamento e inventario de Antonia de Oliveira.

Saibam quantos este publico instrumento de cedula de testamento virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e trinta e dois annos em os vinte e quatro dias do mez de janeiro do dito anno nesta villa de Santa Anna da Parnaiba da capitania de São Vicente costa do Brasil etc. nas casas da

morada do capitão André Fernandes aqui morador adonde eu publico tabellião fui chamado estando ahi doente em cama Antonia de Oliveira mulher do dito capitão André Fernandes de doença que o Senhor Deus lhe deu em seu perfeito juizo e entendimento e logo ahi me foi dito a mim publico tabellião e perante as testemunhas que se acharam presentes que ella dita Antonia de Oliveira estava no estado em que todos a viamos e por não saber a hora que Nosso Senhor fosse servido leval-a da vida presente queria e era contente de mandar fazer esta cedula de testamento para nella declarar o que é necessario e convem para desencargo de sua consciencia. Primeiramente disse que encommendava sua alma a Deus Nosso Senhor que a criou e remiu com seu precioso sangue e que sendo Deus Nosso Senhor servido leval-a da vida presente desta doença de que está doente quer e é contente que seu corpo seja enterrado na igreja de Santa Anna da Parnaiba (. . . . .) o padre Gaspar de Brito (. . . . . .) estando presentes (. . . . . .) o mais deixo em confiança do capitão André Fernandes que fará o que costuma fazer de caridade e amôr de Deus mando se me diga um officio de nove lições com sua missa (. . . . . .) sobre minha sepultura.

Mais cinco missas resadas que de tudo se dará a esmola costumada mando que na igreja de Nossa Senhora do Carmo me digam nove missas resadas com a esmola costumada mando que se dê de esmola a uma menina filha de Manoel de Lara meu filho por nome Joana que eu criei o meu vestido e sua mãe va com ella e seus filhos (. . . . . .) mando se dê de esmola uma rapariga por nome Luiza a uma filha de Isabel de Paredes minha sobrinha por nome Mariquita moradora em Santos declaro que eu fui tres vezes casada em face de igreja a primeira com Antonio Ch. . . . . . (Chaveiro) um filho que morreu, do segundo (. . . . . .) Diogo de Lara do qual tive tres filhos (. . . . . .) Manoel de Lara e Maria de Oliveira e Gabriel de Lara o capitão André Fernandes do qual (. . . . . .) que ora fica na paragem (. . . . . .) Francisco Fernandes de Oliveira (. . . . . .) são herdeiros (. . . . . .)

minha fazenda declaro que tenho feito (. . . . .) filho Francisco Fernandes de Oliveira (. . . . .
. . . .
. . . .)
mando que nenhum de meus herdeiros va contra isso e assim peço ás justiças de Sua Magestade cumpram e mandem cumprir e guardar em tudo esta minha ultima e derradeira vontade; declaro que possuimos o gentio da terra (. . . . .) de consciencia delles, mais obriga (. . . . . .) conforme o costume da terra entre os quaes ha muitos que vieram de suas aldeias e de sua terra livremente sem ninguem ir por elles só vieram pela fama de meu marido o capitão André Fernandes, só pelo bom tratamento que com elles usa nos quaes se não bolirão nem aggravarão por serem livres como são e os deixem estar como até agora estiveram e os mais que foram trazidos e descidos (. . . . .) os mais herdeiros como a justiça ordenar declaro que as dividas que devemos hoje se hão de pagar as que meu marido o capitão André Fernandes der por um ról declaro que casamos (. . . . .) e a Salvador Soares e Pedro Alvares (. . . . .) partimos com elles do que possuimos como (. . . . .) o que devia e o que lhe demos consta (. . . . .) o hei por bem feito pois tudo fiz pelo amôr de Deus e obra de caridade declaro que deixo por meus testamenteiros ao capitão André Fernandes meu companheiro e a meu cunhado e (. . . . .) Balthazar Fernandes aos quaes lhe peço (. . . . .
. . . .
. . . .)
e a cada um delles (. . . . .) meus filhos tenham em tudo respeito ao capitão André Fernandes como o pae e hei por revogados todos e quaesquer outros testamentos que tenho feito e este quero que valha e tenha força e vigor e peço ás justiças de Sua Magestade o façam cumprir e guardar como nelle se contem (. . . . .) esta é a minha ultima e derradeira vontade testemunhas que foram presentes o padre Gaspar de Brito que a rogo da dita testadora assignou por ella e por estar presente ao fazer deste Jacome Nunes e Pedro Nunes e Antonio Nunes todos aqui moradores que assignaram neste meu livro de

notas onde fica tomado e eu Manoel de Alvarenga tabellião o escrevi — Assigno pela testadora e por ella m'o pedir e eu estar presente e como testemunha o padre Gaspar de Brito, Jacome Nunes, Pedro Nunes, Antonio Nunes, o qual traslado eu tabellião tirei bem e fielmente sem cousa que duvida faça e vae na verdade em o dia mez e anno atrás escripto e assignei dos meus signaes publicos e raso que taes são. — Manoel de Alvarenga.

Cumpra-se como nelle se contem. — Santa Anna da Parnaiba 11 de março de 1632 annos. — Alberto Lobo.

Termo de requerimento que fez Gabriel de Lara ao juiz ordinario e dos orfãos João de Godoy.

Em os vinte seis dias do mez de maio deste presente anno de mil e seiscentos e trinta e dois annos nos pousados de Christovão Diniz morador nesta dita villa onde o juiz ordinario e dos orfãos João de Godoy estava fazendo inventario da fazenda do defunto Sebastião Mendes Gordinho que Deus haja perante elle dito appareceu Gabriel de Oliveira (por Gabriel de Lara) morador na villa de Nossa Senhora das Neves em Iguape e por elle lhe foi dito que elle estava nesta dita villa e viera em busca de sua herança que lhe cabia por morte e fallecimento de sua mãe que Deus haja Antonia de Oliveira e porquanto elle dito Gabriel de Lara se tinha concertado com André Fernandes por escusarem gastos e (. . . . .) fazenda em que confessava estar pago e satisfeito de tudo o que á sua parte lhe vinha de herança da dita sua mãe de que por este o dava por quite e livre deste dia para todo sempre e que em nenhum tempo por si nem por seus herdeiros e procuradores iriam contra o teor deste concerto que entre ambos amigavelmente fizeram havendo por bem feito tudo o que constar por escripturas e papeis que a dita sua mãe tem feito como é a doação feita á Capella da Senhora Santa Anna e patrimonio de seu irmão Francisco Fernandes de Oliveira e os dotes dos filhos do dito capitão André Fernandes a saber a mulher de Alberto Lobo

e outrosim a mulher de Salvador Soares e Pedro Alvares Moreira o que tudo elle havia por bem e requeria a elle dito juiz lhe mandasse lançar o traslado deste concerto no livro das notas para todo tempo constar a verdade visto estar pago e satisfeito de sua legitima e o ter em si de que mandou o dito juiz fazer este termo de concerto e quitação em que assignaram (. . . . . .) traslado deste concerto no livro das notas e de como assim o mandou assignou com as partes e eu Manoel de Alvarenga tabellião e escrivão dos orfãos o escrevi. — João de Godoy — Gabriel de Lara.

— Foi progenitor desta familia na Capitania de S. Paulo dom Diogo de Lara, natural de Çamora (Zamôra), da freguezia de S. Antonio e morador na Praça de Tordegrado, vindo a S. Paulo nos primeiros annos do seculo 17.º, ahi casou com Magdalena Fernandes de Moraes, filha de Pedro de Moraes de Antas e de Leonor Pedroso.

Segundo refere Pedro Taques na sua preciosa «Nobiliarchia Paulistana»: «a alta qualidade e nobreza de sangue dos Laras foram provadas em autos de genere processados na cidade de Çamora (Zamôra) do reino de Castella a Velha no anno de 1704 perante dom Bartholomeu Gonzales de Valdevia, provisor e vigario geral do bispado da dita cidade a requerimento do capitão-mór Pedro Taques de Almeida no anno de 1703 dirigido ao doutor Jorge da Silveira Souto-Maior, provisor e vigario geral do bispado do Rio de Janeiro. Ao reverendissimo vigario geral de Zamôra foi dirigida a requesitoria para o effeito de se proceder (na forma do estylo e em segredo ecclesiastico precedendo informação do reverendissimo parocho e nomeação de testemunhas) sobre a averiguação da pureza e limpeza de sangue de dom Diogo de Lara, natural de Zamôra da freguezia de Santo Antonio e S. Estevão, filho legitimo de dom Diogo Ordonhez de Lara. Procedendo-se nesta diligencia, informou o reverendissimo parocho da dita freguezia, na sua certidão jurada aos 27 de Abril de 1704, que dom Diogo de Lara fôra natural daquella cidade e morador da praça de Tordegrado da freguezia de Santo Antonio e S. Estevão (da qual era parocho e cura

tenente elle doutor Gaspar Manoel de Tezeda) e filho de dom Diogo Ordonhez de Lara, natural da mesma freguezia e de sangue muito illustre; grande e illustre cavalheiro das mais conhecidas e esclarecidas casas da cidade de Zamôra, onde com seu filho dom Diogo de Lara foi morador em casas proprias, arrimadas junto á muralha da praça de Tordegrado, em cuja fachada ou fronteira se divisavam as armas dos seus illustres appellidos. Sobre esta mesma materia foram inquiridas sete testemunhas de grande excepção, as quaes todas depuzeram com a singularidade de conhecimento e tratamento que tiveram com o dito dom Diogo de Lara até o tempo que se passára para o reino de Portugal e embarcara para o Brasil. Os autos originaes deste processo foram remettidos aos 30 dias de Abril de 1704 para a camara episcopal da cidade do Rio de Janeiro; e por elles obteve sentença «de puritate sanguinis» o habilitando o capitão-mór Pedro Taques de Almeida, neto pelo costado materno do dito D. Diogo de Lara, filho de D. Diogo Ordonhez de Lara. Estes autos passaram do Rio de Janeiro para o bispado de S. Paulo no anno de 1746, com a creação desse bispado do qual foi primeiro bispo D. Bernardo Rodrigues Nogueira que fez a sua publica entrada na Cidade a 8 de Dezembro desse anno.»

Continúa Pedro Taques: «Dom Diogo de Lara viveu em S. Paulo com grande estimação e respeito, que depois passou a uma geral e reverente veneração pelas suas grandes virtudes. Com ellas mereceu conseguir o caracter de varão santo. Vivia mais no templo de Nossa Senhora do Carmo, ao pé do altar mór, onde estava o Santissimo Sacramento no sacrario, de que em sua casa. Commungava com grande frequencia. Retirou-se do popular concurso para a soledade de uma quinta em distancia de um quarto de legua, que depois deixou aos religiosos carmelitas de S. Francisco com todo o gado que nella tinha, por conta do que, com o decurso dos annos, se chamava esta quinta — Ferraria e Curral dos carmelitas. Ao presente tempo só existe o sitio desta quinta, sem utilidade alguma ao convento dos religiosos, que a este estado se reduzem as casas pelo desprezo «de quem lhes não cultiva as terras».

Desta quinta vinha D. Diogo de Lara todos os dias ao romper da alva vestido no habito de terceiro do Carmo, que foi a preciosa gala (pelo sagrado escapulario do mesmo habito) com que se adornou muitos annos até o da morte. Na sua quinta cultivava um jardim de varias flôres, que colhia sempre que vinha para o templo de Nossa Senhora do Carmo, e com ellas ornava o altar da mesma Senhora, na capella mór.» Estas flôres trazia o mesmo D. Diogo de Lara no regaço, ou ponta da capa do mesmo habito, que então era geralmente de estamenha parda. Depois de receber a sagrada communhão se deixava ficar no mesmo templo em profunda oração; e, ainda que convidado da religiosa Caridade para tomar uma pequena refeição, não aceitava, por se não apartar do sustento que tinha em estar na presença do Senhor.

«No dia de sabbado estendia mais a sua oração até a hora em que os religiosos cantavam a Salve no fim dos Completos; e só depois deste acto se recolhia para a sua quinta, onde chegava já vizinha a noite.

«Neste santo exercicio continuou, com tal fervor e desapêgo das dependencias do mundo, depois que Deus foi servido chamar ao seu tribunal divino a 18 de Julho de 1661 a D. Magdalena Fernandes de Moraes sua esposa, até 22 de Outubro de 1665, em que entregou a alma ao seu Creador. «O seu corpo, amortalhado no sagrado habito dos religiosos carmelitas, esteve depositado na igreja dos mesmos, que lhe officiaram honrosos funeraes, não só pela grande opinião, que tinham das suas virtudes, e exemplar vida, mas tambem como obrigados ao seu bemfeitor, alem do concurso de ser este santo varão pai de religioso carmelita, qual foi seu filho frei Alberto do Nascimento. «Teve sepultura este venerando cadaver na capella dos irmãos terceiros da mesma ordem, tendo estado flexivel e com semblante agradavel; e o affecto popular acclamando-o de santo pela efficacia da opinião, que todos tinham formado da sua exemplar e penitente vida.

«As armas dos Laras são em campo de prata, duas caldeiras pretas postas em pala, com as bocas e azas guarnecidas de ouro. Assim se illuminaram no brazão das armas passado em 5 de Julho de 1707 ao capitão-mór Pedro Taques de Almeida, neto do dito dom Diogo de Lara.»

— Para darmos as cauzas e a epoca do povoamento de Paranaguá, necessario se torna estudarmos a luta entre os herdeiros dos Donatarios das Capitanias de S. Vicente e de S. Amaro e a obrigação imposta a estes Donatarios de defenderem e fortificarem as suas Capitanias quando ameaçadas por estrangeiros, bem como da obrigação de promoverem o seu povoamento.

A Capitania de S. Amaro, da Doação a Pero Lopes de Souza, era dividida em duas secções territoriaes — Itamaracá ao Norte e a de Sant'Anna ao Sul de Cananéa. A séde era em Itamaracá, onde residia o Capitão representante do Donatario. A parte do sul ficou ao abandono e despovoada até 1640, como já temos repisado. De Cananéa para o sul não haviam os donatarios cuidado do povoamento e muito menos da defeza da costa, mesmo porque o perigo residia no Norte, devido a tenacidade dos hollandezes em se apropriar da Bahia de S. Salvador, como da parte septentrional do Brasil.

O perigo da conquista do Brasil meridional estava arredado, dada a dominação hespanhola sobre Portugal e suas colonias. Durára ella de 1580 a 1640. Nesses 60 annos gosou o sul do Brasil de calma absoluta, mas quedou-se inteiramente abandonado. A restauração de Portugal, em 1640, veio mudar a situação. O perigo deslocou-se do norte, pelos revezes soffridos pelos hollandezes, para passar ao sul, ameaçado pelas represalias castelhanas occasionadas pelo despeito natural, devido a emancipação lusitana do jugo hespanhól.

O litigio entre os Condes de Monsanto e o de Vimieiro sobre o direito de succession da Capitania, contribuiu grandemente para o abandono em que jazeu Paranaguá e as terras de S. Anna.

Os proprios rendimentos que pertenciam aos donatarios, ficavam retidos em mão da Fazenda Real, que por emprestimo os tomava e os applicava nos assumptos de guerra. A carta regia que se segue é disso prova:

«Dom Luis de Sousa, Amigo. Eu El Rey uos enuio

muito saudar Tenho entendido q' do deposito que nesse estado se fez do Rendimento dacapitania de tamaracá sobre que corria legitio entreos Condes de Monsancto. E Vimieiro, se tomarão por emprestimo oito mil cruzados para soccorro da guerra do Maranhão; E por q' por sentença que sedeu na matt.ª está julgado pertencer a Successão damesma capitania ao Condede Monsancto, oqual pretende lhe mande entregar a ditta contia; me pareceo dizeruos poresta minha carta que senão bulla mais no dinheiro doditto deposito E que ordeneis que o que delle se tiuer tirado para a ditta guerra, ou outra cousa de meuseruiço se restitua comeffeito ao mesmo deposito, porque assy o Hey por bem; Escripta em madrid a 25 de Janeiro de 1617.

REY

O Arcº primaz

Para o Gouernador do Brasil»

— Em 1617 se tornava grave a situação do Norte; revoltas do Maranhão e Pará, pelas forças armadas que promoveram a deposição do governador Castello Branco; a ameaça dos hollandezes a esses lugares, ao Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Itamaracá-Pernambuco, Sergipe, Bahia e Espirito Santo, que se achavam desarmadas e sem fortificações, obrigaram a metropole, que nesse tempo era em Madrid, a cuidar mais seriamente do assumpto. Esses cuidados porem, eram bem poucos, por falta de visão politica da côrte madrilena que não via no Brasil outra riqueza que não fosse o páu Brasil. O ouro até então não seduzia nem os colonos, nem a metropole. Não queria o governo gastar os recursos de que dispunha com couza tão sem importancia como era, a seu ver, o Brasil. Os subditos que se defendessem como podessem e como eram obrigados. Mas, os hollandezes mais avisados, com visão mais larga, com descortino extraordinario organizavam-se systhematicamente em fortes náus bem armadas e providas e se iam infiltrando paulatinamente em todo o norte.

Veio então a lembrança de obrigar os Donatarios a auxiliarem na defeza e fortificação de suas Capitanias. Foi ordenado que se desse uma busca na Torre do Tombo de Lisbôa a ver si das Cartas regias de doações constava a obrigação dos Donatarios defenderem suas Capitanias.

Successivas ordens foram expedidas nesse sentido ao Governador Geral do Brasil, que informou a el-Rei que dos Donatarios só residiam no Brasil o Conde de Monsanto, o da Castanheira e D. Jeronymo de Athaide, conforme se deprehende da Carta Regia de 31 de Dezembro de 1631. Só então se positivou a resolução regia de obrigar os Donatarios á defeza da costa, que, pela imminencia do perigo de dominação hollandeza ao Norte, se realisou ali antes que ao Sul. O Conde de Monsanto nomeou então a Salvador Pinheiro para o cargo de Capitão de Itamaracá, séde de sua Donataria, o qual em cartas de 29 de Abril e 17 de Junho de 1631, deu noticia ao Conde de Monsanto do estado da Capitania e da entrada do inimigo naquella Ilha onde se fortificou. O Conde remette essas cartas a el-Rey, que, por sua vez as transmitte por copia ao Governador em Carta regia de 19 de Outubro de 1631, na qual ordena que se obrigue os Donatarios de Capitanias a melhor cuidarem da «defensão e fortificação d'ellas e accudam pessoalmente a defendelas e se embarquem immediatamente e não o fazendo e não cumprindo essas ordens se proverão as Capitanias em outras pessoas que bem accudam essa obrigação».

A Carta regia infra, que extrahimos dos preciosos Annaes do Muzeu Paulista a cargo do emerito historiador Dr. Affonso de Taunay, tem grande valor, pelo que a reproduzimos:

«Guouernadores amigos EU EL REY ett.ª Por uia do Conde de Monsanto se Receberão aqui duas cartas de Saluador Pinheiro capittão posto por elle na Capitania de Itamaraca de que he Donatario de q. aqui uão as coppias, hua de 29 de Abril e outra de 17 de Junho nas quaes da conta da entrada q. o enemigo fez naquella Ilha e de como nella fica forteficado a entrada da barra, e do estado em que se achou nesta occasião e soccorros que lhe enuiou Mathias de Albuquerque e outros particulares que nellas

se contem, e porque destas cartas se deixa bem uer a pouco preuenção em q. estava Itamaraca, de que com tam particulares palauras trata o mesmo capittão prouido p.lo Donatario refferido o desamparo em q. se achou aduertireis logo disto ao Conde de Monsanto e de q. deue a sua obriguação nestas couzas ordenando lhe que da minha parte que soccorra logo cõ effeito aquella Capitania e mais q. tem no Brazil comtudo o que poder, e me conta do que poruer, e com todos os outros Donatarios de Capitanias daquelle estado ordenareis q. tambem se faça o mesmo offr.o como por tantas outras uezes e tenho mandado sem ategora se saber de cauza q. ajão prouido e em cazo q. não satisfação promptamente cõ effeito (O q. não espero) ira nos primeiros nauios ordem minha ao Brazil aos menistros a quem tocar que do Rendimento da ditta Cap.nia do que pertencer aos donatarios se tome o necess.rio para a forteficação dellas e sustento dos soldados q. seruem em cada hua, e não hauendo Rendimentos em as ditas cap.nias se ordenara aos donatarios q. acudão pessoalmente a defendelas, e se embarquem pera isso dentro no termo que lhe signalareis que será abreuiado declarandoselhes que não cumprindo esta ordem mandarey prouer as dittas capitanias de propriedade em pessoas q. bem acudão a esta obrigação; E porq. os termos a q. estão reduzidas as cousas do Brazil pedem toda a execução nisto e em tudo o mais de que possa depender a sua deffenção e forteficação das praças e capitanias pera q. nisso se proceda cõ maior promptidão e acerto com milhor desposição; Hey pr bem logo hua junta de pessoas conuenientes q. nomeareis na qual uos assistireis tambem; p.la qual se dará int.ro comprim.to a tudo o q. fica dito acerca dos Donatarios e nella se tratará com todo o cuidado e boas intelligencias da forteficação e deffenção das praças, e capittanias tomandosse informação dos capittães que tem de prez.te a dandolhes peraby as ordems necessarias para as forteficarem e pera q. os moradores das terras acudão a fazello, como he justo que seja, sendo isto p.a sua

propria deffenção; E concorrendo os Donatarios como deuem as suas obrigações e os m.ros por sua parte como he razão e soccorrendosse p.la minha comtudo o q. puder ser pareçe que todo estes effeitos iuntos dispostos e bem encaminhados pella junta se poderá conseguir melhorarsse o Brazil em forteficações e auer defenças em todas as partes, assy nas capitanias dos Donatarios como nas q. são da Coroa e demais disto se cuidará com os Donatarios acudirem ao que deuem o escandalo e sentim.to q. haueria de se pedir no R.ro a outros e com que sayão de defender as suas capitanias tocandolhes a elles em particular fazello não som.te com as faz.as senão cõ as pessoas nas occasiões prez.tes de guerra pois na paz gosarão por tam largos tempos os dir.tos e aproueitam.tos dellas.

«E p.la neçessidade q. ha de Armas no Brasil se procurara q. se lhe enuiem na mayor quantidade que for possiuel. E p.lo q. toca as capitanias que ficão no destrictro da Bahia se escreuera ao guou.or Diogo luis de Oliu.ra o que conuenha pera que as faça por em defença em conformidade do q. se contem nesta carta.

«E quanto aos procedimentos de Saluador Pinh.ro e as pessoas q. elle aponta q. assistem naquella guerra farsehão cartas minhas pera todos agradencendolhes o q. fazem e dizendolhes q. me terey por muy seruido de que o continuem como se esperão fação e que tenhão por çerto lhes mandarey por isso fazer as merçes que mereçem por seus serviços; E porq. Saluador Pinheiro diz que o sitio em que os Olandezes se fortefição he o que elle tinha auisado muito antes q. elles aly fossem que conuinha forteficarsse pera se siguarar aquelle porto Ordenareis que se saiba se ha nas secretarias cartas deste capittão que tratem deste particular, e o que sobre isto se fez e ordenou de q. me auizareis.

«Emcomendouos m.to que façaes logo dar a execução tudo o que se contem nesta carta e q. em conformidade della se passem na parte q. cumprir os desp.os necessarios e me uenhão assinar cõ o prim.ro

correo e de tudo o que se fizer e for fazendo no mais me ireis dando conta com toda particularidade pera o ter entendido.

«E cõ os Donatarios das capitanias do Brazil q. se achão nesta corte mandey q. fiziesse aqui o offr.º necess.rio conforme a resolução q. está tomada o Secret.rio luis falcão: Escritta em Madrid a 19 de Octubro de 1631. (Annaes do Muzeu Paulista.)

— Ainda sobre este particular se encontra nos Annaes do Muzeu Paulista, preciosa correspondencia que por trazer grande luz sobre a data do povoamento de Paranaguá, não podemos deixar de transcrever:

«Sobre o Aviso que se deu aos Donatarios e sobre outras providencias:

«Em conformidade do que V. Mg.de foi servido de mandar per carta de 9 do mez passado sobre as novas q' por via de Salvador Pinheiro Capitão mór de Itamaracá se tiverão do cometimento q' olandezes avião feito aquella capitania se advertio da parte de V. Mag.de ao Conde de Monsanto e aos mais donatarios de capitanias do Brasil, com os quaes não se tinha ainda feito deligencias por não estarem na corte do q' devem a sua obrigação ordenando-lhes q' socorressem logo as capitanias com todo o que pudessem e dessem conta a V. Mg.de de que provessem e prevenindo os que se ouvesse descuido de sua parte (delle Conde de Monsanto) em materia de tanta importancia mandaria V. Mg.de acudir a ella com effeito como mais convenha a seu Real serviço e a segurança e comservação das capitanias: Os Condes de Monsanto e Castanheira e Dom Jr.mo de Ataide que são os Donatarios com que se fez aqui a delig.a referida responderão por escritto e pera cõ mais certeza se passar a diante pareceu necessario verensse as suas doações das quaes se tem pedido huas e outras ordenando q' se tirem as copias da torre do tombo. . . . .

etc. 15 de Novembro de 1631.»

— Em carta datada de Lisbôa de 11 de Dezembro de 1632, o Conselho de Estado dá noticia a El-Rei do estado dos negocios da guerra em Pernambuco e dá o parecer de que Sua Magestade deve escrever ao Capitão Salvador Pinheiro e aos soldados que com elle assistem em Itamaracá, agradecendo os serviços que estão prestando, defendendo-a contra os hollandezes e prevenindo que na primeira caravella que partir seguirão em seu auxilio 50 soldados e 2 peças de artilharia e munições e algumas — quarteirolas de vinho — porque aquella gente estima muito.

Em carta regia de 28 de Fevereiro de 1633, El-Rey accusa o recebimento da carta do Conselho de Estado e reitera as ordens para que a defeza de Itamaracá seja feita pelo Conde de Monsanto.

Recebidas que foram as ordens constantes da carta regia da 19 de Outubro de 1631, e transmittidas pelo Governador aos Donatarios Condes de Monsanto, de Castanheira e D. Jeronymo de Athayde, protestaram estes contra a referida ordem e appellaram para que se examinasse as suas cartas de doação das Capitanias antes de se os compellir a defendel-as e fortifical-as. Levados esses protestos ao conhecimento de El-Rey, volta este pela carta regia infra declarando ao Governador que — «por maiores que sejam as considerações que se devam respeitar nesta materia, estando as couzas do Brasil no aperto em que sabeis não se permitte nesse negocio nenhuma dillação . . . .» e posto que nas doações dos Donatarios não aja clausulas expressas, tem elles obrigação precisa de acudir as suas capitanias para tudo o que he povoal-as, soccorrel-as, defendel-as e fortefical-as, pois é couza vista que Eu lhas não dei somente pera receberem os fruitos e proveitos sem os encargos.» —

«Guou.res amigos Eu El Rey ett.a Hauendo uisto hua Resposta da que uos escreuy sobre a resolução que tomei acerca do modo que se a de ter com os Donatarios das capitanias do Brasilem razão de por sua parte auerem cõ effeito de acudir logo a forteficação e deffenção de suas capitanias dando me conta de como se auia declarado o q. mandey aos Condes da Castanheira e de Monsanto, e a Dom Jr.mo de Ataide, e que para se passar adiante com elles, era

necessario ueremsse suas doações, pera com ellas se tratar tudo na junta em q. Eu mandey q. se executasse o que contem a resolução tomada; me pareceo dizeruos que pelas considerações q. concorrem nesta mat.ria e pellas mayores q. se deuem respeitar nesta resolução estando as cousas do Brasil no aperto q. sabeis não se permitte neste negocio nenhua dilação principalm.te quando não pode uir em duuida (posto que nas doações dos Donatarios não aja clausulas expressas que declarem) terem elles obrigação precisa de acudir as suas capitanias pera tudo o q. hé pouoallas, socorrellas, defendellas e forteficallas, pois he cousa uista q. Eu lhas não dey somente pera receberem os fruitos e proueitos dellas sem os emcargos forcosos de sua mplicação seguridade e deffença os quaes sem que se aya exprimido nas doações são de justa e deuida obrigação e por estas e outras razões, E porq. se não nos ajudarmos huns aos outros todos os passaremos mal, vos emcomendo muito que logo sem preceder outras diligencias e dilações executeis o que tenho resoluto emcaminhandosse tudo como mais conuenha na junta que mandey ordenar peraque me dizeis tendes já nomeado pessoas, e isto sem embargo de que nas ditas doações dos Donatarios se achem mettidas clausulas expressas de obrigações de forteficação e deffenção pois estas de sy estão declaradas como cousa justa e diuida e em rezão disto será bem que se escuze a uista e prezentação das ditas doações de q. me auizaes ficaueis tratando.

«E porq. os Secret.rio Luis falcão fez aqui o mesmo eff.o que continha a resolução q. tomey cõ o Marquez de Porto seguro, Dom fernando de faro, e Ambrosio de Aguiar Coutt. que se acharão nesta Corte como tanbem vos auizarey os quaes responderão o que se contem nos seus papeis que com esta se uos enuião lhes mandey declarar que acudissem a uos e que satisfação ao que tenho mandado, e na mesma conformidade se procederá com elles, e em rezão de que o Marquez aponta acerca da pouoação da sua capitania Hey p.r bem de lhe conceder que

possa enuiar a ella toda a gente q. lhe parecer como sejão naturaes dos R.nos de Espanha, e q.to ao pao Brazil que elle diz trouxe daquellas partes de q. tambem trata no seu papel por ser neg. este que tanto toca a minha faz.a e tão exemplar e sobre que tenho enuiado a esse guouerno alguas ordens de cuja execução não ha noticia; vos emcomendo muito q. façaes logobuscar as minhas cartas que tratão deste particular e sabais o q. em comprimento dellas está feito, e me deis conta de tudo com toda a pontuallidade e breuidade como tambem mandareis do mais que se contem nesta carta; escritta em Madrid a 8 de Dezembro de 1631.» (Annaes do Muzeu Paulista.)

«Guouernadores amigos Eu El Rey ett.a Hauendo uisto a uossa carta de 23 do mez presente sobre a execução da Resolução que tomey acerca de os Donatarios das capitanias do Brasil auerem de acudir logo promptam.te ao socorro e deffenção dellas p.lo estado prezente das cousas daquellas partes em q' me dizeis a deligencia q' se estaua fazendo nas secretarias p.los papeis de que deu noticia Andre diaz da frança, me pareceo dizeruos que por outra carta minha de Oito deste que auereis recebido cõ o ordin.rio que partio em dezasette tereis entendido, o que nestes particulares ordeno por ultima determinação, e que espero de uos q' o auereis executado inteiram.te e assy o q' p.la prim.ra de 19 de Outubro a que estase referia, mandey sobre esta mat.ria por ser tudo o disposto por estas ordens de tanto seruiço meu, como se deixa uer, e vos considerareis, e porq' tambem me dizeis q' ahy se não achão prezentes outros Donatarios de Capitanias do Brasil mais q' o Conde de Monsanto, o da Castanheira e Dom Jeronimo de Ataide, e demais destes e dos tres que aqui estão com quem se fez a diligencia de cuja resposta se uos tem auizado, tenho entendido que ha outros com q' tambem conuem se faça vos encomendo m.to q' informeis disso logo, e que sem execução algũa se dê com todos os que ouuer inteirame.te a exespção o q' tenho mandado p.las cartas refferidas, e me deis conta

de como assy se tem comprido pera se saber: escritta em Madrid a 31 de Dezembro de 1631.» (Annaes do Muzeu Paulista.)

— Compellido por essas ordens, despoticas é certo, mas que tanto valor tiveram para o povoamento do Brasil, tratou o Conde de Monsanto da defeza de sua Capitania cuja séde era em Itamaracá. Dahi o povoamento de Paranaguá poucos annos depois, pelos homens ao mando do Capitão-povoador Gabriel de Lara, como adiante se verá.

«Guouernadores amigos Eu El Rey ett.ª estou esperando entender o que se tem executado em rezão do que ultimam.^{te} vos escreuy sobre os Donatarios das cap.^{nias} do Brasil auerem de acudir ao socorro e deffensão de suas capitanias. E porq' hauendo chegado o ordinario me não destes conta disso nas uossas cartas que por elle se receberão Vos emcomendo muito que sejáonão tiuerdes feito quando ahy chegar este correio me avizareis logo cõ o primeiro e por todos me vades dando conta do que se fôr fazendo n'estas couzas até de todo se dar inteiro comprimento as minhas ordens, e estando por satisfazer a algûa dellas o effectuareis com toda a promptidão e pontualidade que de vos confio porq' assy o pede a qualidade da materia e convem a meu serviço.

«Escritta em Madrid a 31 de Janeiro de 1632.» (Annaes do Muzeu Paulista.)

«Governadores amigos ett.ª, cõ o ordinario de 31 de Janeiro passado me enviou hûa consulta da junta das forteficações e execução dos soccorros cõ q' an de acudir as capitanias do Brasil os Donatarios dellas e havendo visto me pareceo diservos que a dita junta toca conforme a convêção que lhe tenho dado p.^{las} minhas cartas que tendes recebido acerca destas mat.^{rias} dispor as couzas que mandey que nellas se tratassem. . . . .

. . . . E em q.^{to} ao que se diz na consulta da junta em razão do que com que devem concorrer e soccorrer os ditos Donatarios me conformo cõ o que aponta acrecentando q' a junta os obrigará a que por

menos diga cada hû logo as provisões de armas, munições e mais couzas com que ham de socorrer suas capitanias fazendolhes noteficar que tudo embarquem nas caravellas que estão para partir e que não o fazendo, a junta execute a sua comição em conformidade com o que tenho resoluto e a isso se acrescentará que não satisfazendo logo os ditos Donatarios se faça o socorro por sua conta tomandosse tanto de suas rendas q' baste para o fazer compridam.^{te} e não se effeituando assy mandarey prover as dittas capitanias em outras pessoas que satisfação a estas obrigações porq' não seria justo que por elles não acudirem pessoalmente a deffenção das ditas capitanias como parece que são obrigados, se ponhão entre o evidente perigo de se perder, e pois se tolere não irem em pessoa parece que não devem faltar com o soccorro possivel de suas faz.^{das} e particularmente attenderá a junta cõ todo o cuidado a capitania do Porto seguro por aver nella Recolhimento capaz e seguro se se forteficasse para os navios de meus vassallos e seria grande desgraça que o occupassem os enemigos como fizerão a de Itamaracá por descuido do Donatario (Conde de Monsanto) que não desculpa sua cauza cõ dizer que por estarem livres as suas capitanias se vee que as socorreo, pois a principal q' he Itamaracá como fica o enemigo tem o porto dela e ha cessado seu comercio e quando acometeo a achou tam desprevenida como avisou o mesmo capitão provido por elle como o tendes entendido E pera que no tocante a estes socorros dos Donatarios e o mais que esta remetido (sic) a junta se caminhe com a brevidade que pede essas couzas Ey por bem q' ella se faça dous dias em cada semana e que por todos os correos se me va dando conta do que se fizer e o secretario a que tocar tomará a seu cargo satisfazer a isso com toda a pontualidade. E pera tomar resolução no que a junta aponta acerca da restituição da art.ª (artilharia) que se tirou de algûas capitanias de Donatarios pera outras, se me dirá por menor que art.ª he esta e se era minha ou dos Donatarios e

aonde se levou e por que ordem, com tudo o q' nisto convier tersse entendido com o parecer da junta.

«E o — *particular da povoação* — (o gripho é nosso) se deixará aos Donatarios para que fação nisso o que mais se lhes cumprir, — *advertindo que o que agora importa e aperta* — he que elles socorrão as suas capitanias e as armem pera sua defenção e tratarsse de fortificar estas e as minhas em todos os postos (talvez por: — pontos) onde mais convenha para que o enemigo não se entre por ellas.

«Escritta em Madrid a 14 de Março de 1632.» (Annaes do Muzeu Paulista.)

— Eis ahi, ainda em Março de 1632, El-Rey ordenava severas providencias tendentes a fortificação e defeza dos portos, das Capitanias dos Donatarios, quanto ao — «particular do povoamento dellas» — recommenda aos Governadores que — «deixem aos Donatarios para que façam nisso o que mais lhes cumprir» — advertindo que pelo aperto da situação, agora importa o soccorro e defeza d'ellas. E' como se dissesse: — O povoamento fica para depois.

— Essas ordens terminantes e reiteradas ao Conde de Monsanto, que reunia a esse titulo tambem o de Marquez de Cascaes, como passou a ser conhecido dessa epoca em diante, por ser o mais elevado, obrigou-o a tomar medidas referentes ao povoamento e defeza maritima e territorial de sua Capitania na sua secção meridional, até então completamente despovoada e desguarnecida.

Dous ou tres annos gastou elle em tentativas a ver si se podia livrar de onus a que as cartas de sesmarias de sua Donataría não o obrigavam. Ainda em 1634 as cartas regias ao Governador, se referiam ao dever dos Donatarios de povoar e fortificar suas Capitanias.

A urgencia e premencia da situação do norte do Brasil, levou o Marquez de Cascaes a retardar o povoamento de Paranaguá por mais algum tempo, mesmo porque — Itamaracá — séde do governo de sua Donataría estava a dar-lhe dores de cabeça; era necessario dali desalojar os tenazes hollandezes, que tambem ameaçavam firmar-se em quasi todo o norte, da Bahia ao Pará. O proprio Espirito

Santo e Cabo Frio estavam sendo cruzados por navios de Amsterdam, conforme nos dão noticias as cartas regias, como tambem por navios francezes que ahi vinham carregar pau brasil.

Gabriel de Lara foi o escolhido para vir povoar e fortificar Paranaguá, nomeado pelo Marquez de Cascaes, com a patente de — «Capitão-povoador» —. Organisou elle a sua bandeira, em S. Vicente, e com ella rompeu atravez dos sertões rumo a Paranaguá, até então completamente deshabitada.

As leis e ordens existentes não permittiam que os homens habitassem terras e sertões a não ser em grupos organisados, armados e no serviço regio. Não se queria desperdiçar elementos da defeza das villas e portos. Paranaguá não contava até 1640 um unico morador, mesmo porque sendo povoada pelos Carijós, ninguem se arriscaria izoladamente a vir residir entre elles. Alem disso, qual o movel que aconselharia a um ser izolado a vir, nessa epoca, habitar terras desprovidas de todos os recursos imaginaveis, sabendo que as leis de Sua Magestade a isso se oppunham?

E' de suppor que, Gabriel de Lara em anteriores bandeiras, já tivesse vindo a Paranaguá em — «*missão civilisadora de captivar os indigenas — Carijós*» e pelo conhecimento que já tinha dos caminhos a trilhar e da magnifica bahia de Paranaguá, foi o escolhido para a sua — defenção e povoamento. —

O povoamento era feito por ordens do Donatario ou de El-Rey e sempre feito em massa, em grupos systhematicos. Eram cidades que se deslocavam, que marchavam pelos sertões em busca de outras plagas para estabelecer a séde de suas residencias. Homens, mulheres e crianças, com todos os seus haveres, com os utensilios necessarios á vida, marchavam atravez de todos os perigos e vicissitudes a fundarem villas e povoações, da noite para o dia. Era o serviço de S. Magestade que exigia e todos pressurosos corriam a attendel-o. Assim se fundou Paranaguá em 1640, assim se fundou Curityba em 1655, assim se fundou S. Francisco do Sul, Laguna, Lages, Guaratuba, Lapa, Guarapuava, Castro, etc. em epocas posteriores. To-

das tiveram seus «Capitães povoadores», sem terem — «o primeiro morador» — porque estes forem muitos e em conjuncto.

Os factos são positivos e não conjecturas. Até hoje, quem se abalançará a ir só povoar um sertão, onde num raio de 20 leguas de distancia, haja uma tribu indigena, catechisada ou não?

A tal ponto chegou a mania de povoamento de sertões pelos annos de 1640, que, S. Vicente ficou sem homens capazes de effectuar sua defeza maritima, tornando-se necessario a «*descida do sertão*» de numerosas tribus indigenas alliadas dos portuguezes. Não só o littoral se viu povoado e fortificado, como o sertão. Curityba foi fructo desse influxo salutar. Não viu a metropole com bom agrado esta ultima parte.

A carta de 27 de Abril de 1655, do Governador geral Conde de Attouguia ao Capitão-mór de S. Vicente, assim se refere ao caso:

«Receberamsse as Cartas de V. m. de 29 de Novembro passado e 1 de Janeyro . . . . etc. . . . . E fique V. M. advertido de que senam dispenda mais polvora senão em defender essa praça. Tendo entendido que se vay muita gente dessa Capitania a levantar novas Villas ao Certam, o que nam convem a conservação da fazenda Real, a (por: — e a) desuas praças.

«Vm. lho não consinta mais, ê querendo alguns fazer, pessam Licença primeyro a este governo, propondo as cauzas e numero de gente que o intentarem fazer. . . . .

«G.de Deus a Vm. Bahia, Abril 27 de 1655.
O Conde de Attouguia.»

Carta pera o Provedor da Fazenda da Capitania de S. Vicente:

«Vy tudo o que Vm. me escreve na sua Ultima Carta de Novembro passado, hordenei ao Capitam mór dessa Cap.ia o que convinha ao serviço de S. Mag.de sobre a Polvora, Fortaleza e villas q' de novo Sefundão e mais principalmente, acerca dos Ordenados que V. M. lhe duvidou pagar, e lhe escrevo remeta a este governo as resõens, q' tem para os levar, e V. M. que as se lhe offereçem p.a lhos impedir, p.a que vistas huas e outras e a Meza da fazenda, sedelibere o q' for mais justo, etc. se evite este embaraço que cada tres annos se repete com a nomeaçam dos Donatarios, e provimentos de S. Mg.e

«V. M. otenha asy entendido, emquanto se nam resolve esta materia nam tenha effeito aminha provisam, e se o tiver tido se suspenda tudo the daquihir, a ultima determinação.

«G.de Deus a V. M. — Bahia e Abril 27 de 1655.
O Conde de Attouguia.»

(Annaes do Muzeu Paulista.)

— O embaraço opposto na creação de Villas no sertão, foi a cauza do retardamento da creação da Villa de Curityba, cujo Pelourinho foi levantado a 4 de Novembro de 1668, por ordem e na presença do Capitão-mór da Capitania de Paranaguá, Gabriel de Lara, em nome do Marquez de Cascaes, Donatario d'ella, e só foi permittida a creação da justiça e administração da Villa a 24 de Março de 1693, sendo que a eleição se procedeu a 29 desse mez. Levado o acto do levantamento do Pelourinho ao conhecimento do Governador geral do Brasil, ficou ali sem resposta e no esquecimento por 25 annos, até que o povo recorrendo ao seu velho e decrepito — Capitão povoador — pediu permissão para a escolha das autoridades, da villa creada em 1668 por Gabriel de Lara, petição que foi deferida por se tratar de facto que competia ao Donatario e não a El-Rey, — a creação e erecção de villas.

O illustrado historiographo patricio Dr. Ermelino de Leão por vezes tem attribuido a um regulo que ora chama de Quevedo, ora de Canedo e tambem de Peneda, o povoamento da Ilha da Cotinga, onde fez-se alliar aos indios Carijós. E' uma conjectura, sem fundamento a nosso ver, baseada talvez na leitura de alguma narrativa de chronista que mal houvesse interpretado acontecimentos que não presenciaram e cuja documentação historica não consultára. Só agora, no seculo actual, é que os governos se

vêm preoccupando da publicação official dos documentos existentes nos velhos archivos do Brasil, divulgando por essa forma, verdadeiras joias que jaziam occultas as vistas dos investigadores, que agora podem melhor estudar os factos historicos, corrigindo lendas existentes e restabelecendo a verdade historica. Ainda agora o illustrado Dr. Affonso de Taunay, publica nos Annaes do Muzeu Paulista que tão brilhante e competentemente dirige, grande numero de correspondencia, que se relaciona com a historia paranaense e que atraz transcrevemos. Quanto aos Cabedos, Quevedos e Penedos, ahi ha factos que vem collocar em seus lugares o povoamento da — «Ilha da Cotinga» —.

Em fins de 1655, o Ouvidor de S. Vicente Miguel de Cabedo de Vasconcellos, tambem chamado Miguel de Quevedo de Vasconcellos, abriu luta com o Capitão-mór dessa Capitania Gonçallo Couraça de Mesquita, por ter este querido ultrapassar as attribuições do referido ouvidor, passando Provimentos sobre ordens e providencias que pertenciam a ouvidoria. Os officiaes da Camara da Villa de S. Paulo, por sua vez representaram ao Governador Geral da Bahia, o Conde de Attouguia, contra o Capitão-mór e o Ouvidor pelas disputas estabelecidas entre elles no tocante ao serviço de S. Magestade, ao que o Governador respondeu ter já providenciado a respeito, accrescentando: «Estimo que com a chegada do novo Capitão mór e do Ouvidor se evitará a continuação das Alterações passadas e se consiga o socego e concordia.» (Carta de 5 de Outubro de 1654.) Em carta de 5 de Outubro desse anno, o Governador diz ao Ouvidor de S. Vicente: «Vi as cartas de V. M. de 20 de Mayo e 30 de Abril pp. e de ambas insiro o zello com que V. M. serve a S. Mg.de Deus o g.de e se houve no socego das alterações dessa Capitania. Muy importante foi a concordata que se tomou entre os parciaes do cargo por via de ministro que a vá tirar e remetta a este governo para se resolver o que mais convenha ao beneficio desse povo. . . Cumpra irremediavelmente a provisão e evite a menor sombra que possa haver de se renovarem tumultos nesse povo.» Em carta de 2 de Outubro de 1655 o Governador assim

se expressa ao Capitão-mór: «Vi a carta de V. M. e contra todas as rasões e queixas que V. M. nella me dá, chegaram aqui differentes papeis e cartas que por muito repetidas e justificadas merecem todo o credito. De todas se vê que procedeo V. M. sempre e com mais attenção aos respeitos de sua conveniencia, que as obrigações do serviço de S. Mag.de A forma com que concedy a V. M. poderes para prover os officios, he muito differente do excesso com que V. M. uzou della. V. S. Se abstenha de fazer mais semelhantes provimentos porque se não serve assim a S. Mag.de. . . . . . Sobre as duvidas dos Pires e Camargos e de V. M. com a Camara se fica tomando resolução, justo fora e assim uns como os outros converteram o Odio de que resultam tantas sedições e descompostura na união com que todos deviam servir á S. Mag.de e attender só a consumação e socego da sua republica. Quando se offereçam casos como os da morte do ermitão e dos negros que se enforcarãm sem ordem da justiça de que V. M. me dá conta não ha de ser por uma carta simples, senão em forma juridica para na Relação servir para resolver (. . . . . .) e mais convenha ao castigo dos culpados. . . .» A margem dessa carta ha o seguinte: «(e mão de S. Ex.cia trate V. M. desacomodar com o ouvidor não dando motivo a novas desemquietações nesse estado)» (Sic).

Em primeiro de Outubro de 1655 escreveu o Governador ao Ouvidor de S. Vicente Miguel de Cabedo de Vasconcellos:

«Sobre todos os papeis que V. M. tem remettido contra o capitão mór dessa Capitania e elle contra V. M. se fica tomando resolução.» Nessa mesma carta trata o conde de Athouguia dos vencimentos pretendidos pelo Capitão mór Couraça de Mesquita, desde o dia que sahio de Lisbôa, pois seus vencimentos, como procurador do Donatario da Capitania, correm por conta de sua fazenda e não da de S. Magestade. Em carta de 7 de Dezembro de 1655 ao Ouvidor Quevedo diz: «Os Procuradores dos Pires e Camargos levão a resolução de seus negocios q' Vm. verá da provisão que lhe hão de apresentar por duas vias: Vm. se resolva a dar a execução sem mais reparo q' no effeito

della: porque só em seu cumprimento coesiste o acerto do serviço de S. Magestade, a quietação desse povo a reconsiliação daquellas familias, e fazer Vm. não o q' deve as suas obrigações, mas ao gosto particular que terei de ver essa Capitania em socego. . . .» Os officiaes da Camara da Villa de Santos representaram ao Governador contra as ordens do Capitão mór e do Ouvidor Quevedo de Vasconcellos por terem estes impedido despoticamente o embarque das — farinhas de guerra — necessarias ao abastecimento das forças em operações do norte, ao que respondeu o governador em 23 de Junho de 1656 ao Ouvidor Miguel de Quevedo, nos termos seguintes: «Vm. que devia buscar meios de soccorrer esta praça não correspondeu a seu zello a faltar a mostral-o nesta occasião, pois poderá deixar partir os barcos com a carga q' se lhes mettesse de farinhas de guerra e não permittir a Camara o procedimento que teve; eu lhe escrevo e o reprehendo. «Vm. logo que receber esta carta deixe comprar e carregar livremente as farinhas de guerra e partir com ellas as embarcações que por esta cauza estiverem detidas, e havendo pessoa q' repugne (o que não creio) soccorrer se com ellas esta praça ma remetta Vm. na primeira occasião preza a bom recato. . . .»

— Esses factos, occorridos no momento em que a luta entre as poderosas familias dos Pires e Camargos era grande, travando-se disputas e lutas armadas entre seus sequazes, fez com que o Governador do Brasil temendo novas lutas pelas discordias do Capitão mór Couraça, com o Ouvidor — Quevedo — Canedo ou Peneda e os Officiaes da Camara, tomasse serias resoluções tendentes a evital-as; a correspondencia entre elles trocada, é prova disso. Os officiaes da Camara accusavam ao Capitão mór e ao Ouvidor de — despotas — e estes por suas vezes se accusavam reciprocamente. Dahi serem elles tomados como: — Regulos.

Mas si foram despotas, não abandonaram a séde da Capitania de S. Vicente para virem como regulos a Paranaguá viver entre selvagens. Nem se comprehende que assim procedesse um Capitão mór nomeado pelo Donatario, nem um Ouvidor, todos naturaes de Portugal donde

vieram á exercer esses cargos. Não se veja nesta narrativa outro desejo que o de precisar a epoca da fundação e do povoamento de Paranaguá.

Vimos sempre sustentando que foram Gabriel de Lara e a gente de seu commando os primeiros povoadores do littoral parananiano, e que esse povoamento se deu em epoca muito proxima ao anno de 1640; isto o fizemos baseado em historiadores contemporaneos aos acontecimentos, e agora nossa affirmação se acha mais corroborada com as preciosas publicações officiaes de S. Paulo e da Bahia, que vieram trazer novas luzes.

Os topicos que transcrevemos do Relatorio do Governo do Rio da Prata a Sua Magestade, em resposta a real cedula de 5 de Julho de 1608, em que pedia informações a respeito da Provincia del Viaca e de seus naturaes, e que com a devida venia transcrevemos do Tomo primeiro dos Annaes do Muzeu Paulista — Documentação Hespanhola, em bôa hora inserida pelo seu illustrado Director Affonso de Escragnole Taunay, vem trazer grande luz sobre a data do povoamento do littoral paranaense, e que deve ser lido com attenção pelos historiadores. Lastimamos não podermos transcrever na integra toda essa documentação, pela sua vultuosidade:

«Señor.

«Cumpliendo com lo que Vuestra Magestad me manda por su real cedula de 5 de Julio del año passado de 608 scripta en lerma acerca de que informe a Vuestra Magestad donde cae la provincia del Viaca y que naturales tiene, que disposicion ay en ellos para que reciuan nuestra santa fee catholica y si an entrado alli religiosos a predicarsela, y si conuendra poblar aquella prouincia y si yo lo podre hacer en la forma que se advierte en vuestra real cedula y si tiene algunas dificultades y que enbie relacion de todo con mi parecer.

«Digo lo primeiro que es de presuponer que este Rio de la plata sale a la mar al lest suest la isla de flores que esta junto la costa de la banda del norte 40 leguas de esta ciudad y 15 leguas antes esta un puesto famozo que descubri que se dice Monte-

vidio en la banda de los indios charruas de las calidades que a Vuestra Magestad tengo escripto para una muy buena poblacion y desde la dicha Isla volviendo la costa al 50 leguas hasta estar norte sur com la isla de Castillos desde alli corre la costa hacia el Brasil nornordest hasta el puerto de san bicente que abra hasta el desde la dicha Isla de castillos 190' o 200 leguas poco mas o menos.

«De la Isla de Castillos al Rio grande que llaman rio de S. P.º (S. Pedro) que esta en 32 grados y medio abra 35 leguas.

«yendo por la costa al norte deste rio hasta al de don Rodrigo abra 50 leguas.

«Deste de don Rodrigo a la isla de santa catalina que llaman — «los patos y provincia del Viaca» — abra 30 leguas hasta la punta de la isla de la banda del sur y tendra da isla otras 10 leguas hasta la punta della de la banda del Norte y esta isla en 28 grados.

«Desde la punta del norte de esta Isla de santa catalina ay hasta el rio de san francisco ocho o nueve leguas — «aqui quisso venir a poblar el capitan Rui Diaz Melgarejo que poblo la provincia del Guayra».

«Del Rio de san francisco a — «la cananea que es un rio y una Isla y esta un pueblo pequeño en la tierra firme de Portuguezes» —, abra 27 leguas.

«De aqui a san vicente que es el primer puerto de la costa del brasil abra 35 leguas.»

. . . .

«la isla de santa catelina que tiene aquel «puerto famozo llamado los patos», y por otro nombre «el viaca» esta lest, a oest con la ciudad de bera de las siete corrientes que esta rivera deste rio parana 70 leguas adelante de la ciudad de santa fe.

« . . . . en este rio del uruay entre la ciudad de bera y puerto de santa catalina es donde seria de grande importancia poblar un pueblio porque este rio es caudaloso y de mucha suma de naturales y poblandose otro pueblo en el puerto de santa catalina

se puede llevar a la dicha costa de la mar gran suma de ganados de los que ay en mucha abundancia en esta governacion con que demas del fructo que se conseguira de que los naturales del dicho rio del uruay y los que estan desde santa catalina hasta el rio grande que con muchos hengan en conocimiento de nuestra fee — sera de mucha importancia el corambre y otras cossas que se podran llevar a esses Reynos.»

— Neste ponto entra em considerações sobre a conveniencia de ser povoado por hespanhoes, por ser o caminho mais curto e seguro aos peruanos e paraguayos nos seus negocios, principalmente na remessa da prata das minas de Potosi, cuja prata se destinava á real fazenda. Mostra o relatorio a docilidade dos habitos e costumes dos naturaes cuja disposição de receber os castelhanos e seus religiosos já fôra posto em provas quando D. Mecia Calderon, mulher do adelantado João de Sanabria, vendo perdida parte da armada que a conduzia, aportou a S. Catharina, e quando o governador Alvaro Nunes Cabeça de Vacca com sua gente atravessou todo o territorio parananiano, de Santa Catharina até Assumpção, apezar de serem os naturaes da terra em numero superior a cem mil, do Guayra ao Uruguay. Aconselhando em seu relatorio a Sua Magestade o povoamento da ilha de S. Catharina e S. Francisco queria o governador evitar que: «em diferentes ocasiones y de muchos annos a esta parte siempre an concordado los que tienen noticia desto em decir ay mas desta quantidade y junto a esta provencia estan los que confinam com la de Guayra y del uruay que son — «muchos demas de que confirma el auer mucha gente venir como bienen de ordinario de los pueblos de la costa del brasil» — en navios a la dicha — «Isla de santa catalina a resgatar con los naturales» — que alli estan de paz los que traen para este efecto los de la tierra adentro que son muchos y — «poblandose aquella provencia» — cessara aquel mal trato y resgate con que los resgatados quedan con mas sujecion que si fueran esclavos y por solo este respecto avia V. Magestad de «*mandar despoblar el poblecuelo que los portuguezes tienen començado a hacer*

en la cananea porque demas de aquelle esta en la corona de castilla y no en la de portugal» y ellos pretenden yrse entrando se evitara el — «yr llevando tanta gente desta provencia del biaca al brasil» . . . .

Este informe é assignado pelo governador do Rio da Prata — Hernando Arias de Saavedra e datada de Buenos Ayres a 12 de Maio de 1609.

— Estes documentos vêm confirmar a affirmação de Frei Vicente de S. Salvador, de Simão de Vasconcellos e de outros historiadores que declaram que, até 1620 não haviam povoações portuguezas ao sul de Cananéa.

A Capitania de Paranaguá limitava ao norte com Cananéa a 12 leguas de distancia da Cidade de Paranaguá, e ao sul se estendia pela Costa n'uma extensão de 40 leguas, que findão proximo a Laguna. Esta Capitania era parte integrante da Sesmaria concedida em 1534 ao Donatario Pedro Lopes de Souza. Tendo fallecido D. Izabel de Lima de Souza Miranda, ultima descendente de Pedro Lopes de Souza, donatario em primeira mão dessa Capitania, instituio, por não ter deixado filhos, seu herdeiro, a seu primo Lopo de Souza, que já era donatario da de S. Vicente, como descendente que era de Martins Affonso de Souza, de forma que as Capitanias de S. Vicente e de S. Amaro passaram a pertencer a um só Donatario. Ermelino de Leão em seu estudo: «As Capitanias de Itanhaen e de Paranaguá» estuda magistralmente os direitos de successão entre os Condes de Monsanto e o de Vimieiro.

O Conde de Monsanto, tambem neto de Pedro Lopes de Souza, não se conformou com a dadiva á Lopo de Souza, e por ser mais velho que este, se julgou com direito á Capitania. Em 1617 obteve ganho de cauza. Em Junho de 1620 delega poderes de representa l-o como seu Procurador Loco-Tenente e sismeiro á Manoel Rodrigues de Moraes o qual veio ao Brasil com essa missão.

Como Loco-Tenente da Donataria Condessa de Vimieiro se achava em S. Vicente o Capitão-mór João de Moura Fogaço, que empregou baldados esforços no sentido de defender os legitimos interesses e direitos de seu constituinte.

Por confuzão das Capitanias, foi o Conde de Monsanto, por seu Procurador, empossado da Capitania de S. Vicente e S. Amaro, inclusive das 40 leguas de costa dos mares do Sul, conhecidas pelo nome de Capitania de Paranaguá, quando do que elle obteve ganho de cauza foi somente da Capitania de S. Amaro, visto como a de S. Vicente passou ao seu herdeiro directo, licitamente.

Mas o Governador Geral do Brasil, D. Luiz de Souza, ao ver a Procuração que lhe apresentou Manoel Rodrigues de Moraes, conjuntamente com os alvarás que davam ganho de cauza ao Conde de Monsanto, inadvertidamente ordenou as Camaras de S. Vicente e de S. Amaro que dessem-lhe posse e dominio; a sua Provisão foi cumprida inteiramente.

A Condessa de Vimieiro, esbulhada da sua posse tratou de crear a Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaen, que regeu de 1624 a 1645.

Succedendo-lhe então seu filho D. Sancho de Faro, que por auzente foi substituido por D. Affonso de Faro, seu irmão, que por sua vez foi substituido por D. Diogo, filho de D. Sancho, que regeu a Capitania até 1653, quando o doou a D. Marianna de Souza por occasião de seu contracto de casamento com D. Francisco Luiz Carneiro, Conde da Ilha do Principe, senhor da ilha de S. Helena, S. Antonio e Principe.

O Conde de Monsanto por sua vez creou a Capitania de Paranaguá, da qual tomou posse em 1660.

A Casa de Monsantos — depois marquezado de Cascaes, exerceu o seu dominio sobre Paranaguá e sul do Brasil até 1711, quando a Coroa encorporou aos seus dominios os territorios das Capitanias de Martim Affonso e de Pedro Lopes de Souza.

«Em 1655 o Capitão-mór e Ouvidor Diogo Vaz de Escobar veio tomar posse da Villa de Paranaguá, em virtude da seguinte escriptura de Dote, arrhas e obrigação que se passou em Lisbôa em 5 de Janeiro de 1654 nos aposentos de D. Affonso de Faro, estando presentes Luiz Carneiro Senhor da Ilha de S. Helena, S. Antonio e do Principe e Conde della e da outra parte Diogo de Faro e Souza, filho de Dom Sancho de Faro e por isso herdeiros e successores

de sua caza e Morgados de Vimieiro e Alcoentre, e de D. Izabel da Cunha sua Mãi; e bem assim D. Affonso de Faro como Tutor de Dona Marianna de Faro e Souza sua Irmã, e de seus Sobrinhos menores e em seu nome e no de cada um delles e outros que estavam presentes o Dr. Pedro Paulo de Souza Desembargador dos aggravos, e Caza de Supplicação; e o Dr. Francisco Ferreira Encerrabodes, Juiz de Orphãos, da Cidade de Lisbôa, e com o Alvará de S. Magestade de 17 de Setembro de 1651 que concedeu a Dom Diogo de Faro o poder dotar sua irmã D. Marianna de Faro e Souza, que estava contractada a Cazar com o Conde da Ilha do Principe, das 100 leguas de terras que tinhão nas Costas do Brasil, conforme a informação que havia dado o Dezembargador Pedro Paulo de Souza e que tambem tem o Alvará de sua Mãi do supprimento da idade para este dote e Cazamento e bens de trato que vão adiante notraslado da sua Capitania de 100 leguas de terras na Costa do Brasil do Districto do Rio de Janeiro, que he da Capitania dita, Governador perpetuo, e a de sua jurisdição, direitos e rendas, assim, e damaneira que tem e lhe pertence e a Doação orça na avaliação de 20 mil cruzados.»

Esta escriptura foi encontrada pelo historiographo Vieira dos Santos, registrada nos livros do Conselho de Paranaguá, já com letra apagada e com palavras carcomidas.

Em 25 de Fevereiro de 1655 a Camara Municipal de Paranaguá recebeu o Alvará que mandava reconhecer ao Conde da Ilha do Principe, representado por seus procuradores em missão especial Manoel de Lemos Conde, João Maciel Antão, Manoel Lopes e João Rodrigues Ribeiro, que vieram de S. Paulo á Paranaguá, com direito na posse da Villa referida. Tendo sido reunido para tal fim o povo, este em sessão do Conselho de 8 de Março de 1655, fez auto de posse que se deu ao Capitão-mór e Ouvidor Diogo Vaz Escobar como Procurador do dito Conde da Ilha do Principe. Posse que a Camara deu pacifica e sem contradicção.

Em 1656 o Marquez de Cascaes intentou repellir o Conde da Ilha do Principe do dominio da Capitania. Para isso separou o Termo de Paranaguá das Capitanias de Itanhaen e de S. Vicente, elevando-o a Capitania independente.

Em Vereança da Camara de Paranaguá de 15 de Maio de 1660, foi lavrado o Auto de posse dada ao Capitão mór, Ouvidor e Alcaide-mór Gabriel de Lara, nomeado por D. Alvaro Pires de Castro e Souza, Marquez de Cascaes, pelos direitos que a este foram reconhecidos ao dominio da Capitania de Paranaguá.

A Camara encorporada foi a casa de residencia de Gabriel de Lara onde lhe deram a dita posse, sendo elle investido das insignias do cargo de Capitão-mór.

Os papeis officiaes assignados por Gabriel de Lara erão precedidos dos seguintes pomposos titulos: «O Capitão-mór Gabriel de Lara — Povoador da Villa de Nossa Senhora do Rosario da Capitania de Parnaguá em Nome de Sua Alteza, e com os mesmos poderes Logar-Tenente, e como Procurador do Marquez de Cascaes nas Villas das quarenta legoas da parte do Sul, etc. etc. etc.»

Logo apoz a posse de Gabriel de Lara no Governo de Paranaguá em 15 de Maio de 1660, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, Governador do Rio de Janeiro, emprehendeu uma viagem ao Sul em serviço de Inspecção, desejoso de pôr cobro nas rivalidades entre Donatarios, que arbitrariamente formavam Capitanias da noite para o dia, como aconteceu nas de Itanhaen e de Paranaguá. Nesta ultima chegou Salvador de Sá no dia 30 de Novembro de 1660, portanto seis mezes apoz a posse de Gabriel de Lara como Capitão e Procurador do Marquez de Cascaes, reconhecido pela Camara como legitimo Donatario, apezar da contestação do Conde da Ilha do Principe, aos seus direitos de posse.

O Governador determinou que a Camara não interviesse nas disputas entre os Donatarios, e que não reconhecesse as autoridades delles. Ordenou porem, que quanto ao Capitão-mór Gabriel de Lara, deviam respeital-o emquanto se conservasse em nome del-Rei. (Memoria historica de Paranaguá de Antonio Vieira dos Santos.)

«Os direitos do Marquez de Cascaes, foram legalmente reconhecidos pelo que Gabriel de Lara continuou a Governar em nome de sua Alteza e com os Poderes conferidos pelo Marquez.

«Em 4 de Novembro de 1648 sendo Capitão e povoador da povoação de Nossa Senhora do Rosario de Paranaguá requereu a Sua Magestade a creação da Villa conforme se ve da Carta Regia abaixo:

«Dom João por Graça de Deos, Rei de Portugal e Algarves, d'aquem, e d'alem Mar em Africa, Senhor de Guiné da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. etc. etc.

«A' todos os Corregedores, Ouvidores, Provedores, Juizes e mais Justiças a quem esta minha Carta for appresentada; e o conhecimento dellas, com direito deva; e haja de pertencer, e seu cumprimento se pedir, e requerer:

«Saude.

«Faço saber que, a mim e ao meu Ouvidor geral, com alçada do Estado do Brasil vinha a dizer por sua petição Gabriel de Lara, Capitão e povoador da Villa de Nossa Senhora do Rosario de Pernaguá, que nella havendo (. . . . . .) os moradores (. . . . . .) com suas casas e familias, e nella não havia justiças, e nem officiaes da Camara que a governasem, e por asim (. . . . . .) barbara, e confuzamente, sem tenção áquem recorrer; e era que lhe fizesse Justiça, na Camára que os governásem; e a Villa que mais perto ficava, era a de Cananéa, que dista quatorze legoas; e era nesseçario que, se lhe acodisem com o remedio competente para que se fasa na dita Villa a Eleição de Juizes, Vereadores, Procuradores, e Almotaçeis, para que governasem a terra, administrásem a Justiça, me pedia em seu nôme, e dos mais moradores, lhe mandase pásar Carta para que na ditta Villa, os moradôres della fizessem Elleição dos Officiaes da Camara, e Justiça que nella haviam de servir, como se fazia nas mais Villas o que visto por mim com o dito meu Ouvidor geral do Estado, mandei que se passasse Carta como pedia para se fazer esta Elleição, e as mais que pelos tempos em diante por bem do que se passou a presente, indo primeiro assignada e passada pela minha Chancellaria. Vos mando que visto as

couzas alegadas pelo dito Capitão Gabriel de Lara; e a distancia, e o lugar, a senão saber com certeza os limites delle, e districto em que ficavão deixeis ao dito Capitão e moradores na dita Villa fazer Elleição em Camára; e os Juizes, Vereadores, e o Procurador do Conçelho e Almotacéis que naquella Republica for nesseçario pera Ministrarem Justiça, e pera o bom governo della, o qual asim feito na forma de minhas Leis, e os Officiaes que forem Eleitos, se obedeção a estes taes, não torvareis sua jurisdicção, nem vos entrometereis nellas, mas lhe deixareis exercitar seus Cargos, que cóanto a dita Villa e seu districto, sob pena de vos mandar proceder contra vóz.

«El-Rei Nosso Senhor o mandou pelo Doutor Manoel Pereira Franco de seu Desembargo e Desembargador da Caza do Porto, Ouvidor Geral com Alçada do Estado do Brasil — Audictor dos exercitos delle, e syndicante das Capitanias do Sul, com Ordem geral e especial para o Real Serviço — Dada nesta Villa de S. Paulo aos 29 do mez de Julho do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1648 annos. Manoel Coelho da Gama a fez por Antonio Rapozo da Silveira Escrivão da Correição e Ouvidoria geral do Estado. Eu Antonio Rapozo da Silveira Escrivão da Ouvidoria geral do Estado, e correição nesta Capitania do Sul o fez escrever e Subscrevy.

«(Assignado) Manoel Pereira Franco — Sello de 600 reis.

«Sem sello ex-cauza valera.»

— Gabriel de Lara, em 9 de Novembro de 1674, passou uma Carta de data de uma legua de terras, em Paranaguá, a João da Gama e a Gregorio Pereira por serem dos primeiros povoadores, que vieram á esta terra.

Em Vereança de 22 de Fevereiro de 1677, perante os Officiaes da Camara de Paranaguá foi apresentada a Provisão Regia que nomeava Agostinho Barbalho Bezerra para Governador-Administrador das minas. O Conselho já escarmentado com as divergencias entre os Donatarios, temendo incorrer em novas censuras pelo reconhecimento de autoridades, como já havia acontecido com Diogo Escobar e com Gabriel de Lara, resolveu declarar que, não «duvidava pôr o seu cumpra-se na Provisão, mas que, para

conservar a boa união e commercio com os moradores e povoadores «desta Villa» mandara chamar alguns dos mais antigos, como sejam o Capitão-mór Gabriel de Lara, o Capitão João Gonçalves Peneda, o Capitão João Velloso de Miranda e outras pessoas das principaes e das mais antigas da Villa, os quaes presentes, foram de opinião que se cumprisse a Provisão Regia.» (Memoria Historica de Paranaguá de Antonio Vieira dos Santos.)

— Em vista daquella Provisão Regia de Licença, o Capitão Gabriel de Lara convocou o Povo de Paranaguá para tomar conhecimento d'ella, e em seguida mandou proceder o escrutinio para a eleição dos Juizes, Vereadores e Procurador do Conselho.

Termo de ajuntamento que fez o Capitão Gabriel de Lara, e mais povo:

«Aos vinte seis dias do mez de Dezembro da era de mil seiscentos quarenta e oito mandou o Capitão Gabriel de Lara tocar caixa na sua porta, aonde acudiram todos, e logo mandou buscar uma Provisão do Syndicante, em que manda se faça Justiça nesta povoação, onde mais largamente consta na copia, que nesta vai ao todo, e depois de lida perguntou geralmente a todos se tinhão alguns Embargos que alegar sobre o provimento, onde todos a hua vôz diçerão, que não; mas antes me requererão como Capitão deste Pôvo, fizesse Eleição, porquanto não podião estar sem justiça; e pereciāo a falta d'ella; e visto o requerimento do povo; ordenou logo como adiante se vê.

«E mandou a mim Escrivão fizesse este termo onde todos asignarão com elle, junto comigo Escrivão. (Assignados.)

«Gabriel de Lara — João Gonçalves Martins — João Gonçalves Peneda — Estevão de Fontes — Francisco de Uzeda — Francisco Pires — João Gonçalves Silveira — Diogo de Lara — Antonio de Lara — Manoel Coelho — Pedro da Silva Dias — Gabriel de Góes — Antonio Leam — Domingos Fernandes Pinto — Domingos Fernandes, o mosso.»

— A eleição que se procedeu nesse mesmo dia deu o seguinte resultado:

«Para Juizes:

«1.º — João Gonçalves Peneda.

«2.º — Pedro de Uzeda.

«Para Vereadores:

«1.º — Domingos Pereira.

«2.º — Manoel Coelho.

«3.º — André Magalhães.

«Procurador do Conselho:

«Diogo Braga.

«Escrivão:

«Antonio de Lara.» (Memoria citada de Antonio Vieira dos Santos.)

O Capitão Gabriel de Lara em 27 de Dezembro de 1648, depois que «alimpou» conformou-se com o resultado do escrutinio, mandando que os eleitos tomassem posse de seus cargos a primeiro de Janeiro de 1649, o que não se realisou nesse dia e sim no dia 9 desse mesmo mez por não estarem naquelle dia presentes os eleitos.

Gabriel de Lara, nomeado que foi Capitão-mór de Paranaguá pelo Marquez de Cascaes, procurou fazer valer o seu prestigio, attrahindo á cauza do seu constituinte os poderosos habitantes de serra a cima, então — nova povoação — de Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes e para isso foi a Curityba onde entendeu-se com o seu Capitão-povoador Matheus Martins Leme, com os membros da poderosa familia Carrasco dos Reis e outros, e em retribuição a suas adhesões á Cauza do Marquez de Cascaes, elevou a incipiente povoação á cathegoria de Villa, como se verá do Termo infra.

Acta do levantamento do Pelourinho da Villa de Curityba:

«Saibam quantos este publico instrumento de pósse e levantamento de Pelourinho virem, em como aos quatro dias do mez de Novembro de mil seiscentos e secenta e oyto annos, nesta villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes, estando o Capitão mór Gabriel de Lara nesta dita villa, em presença de mim Tabelião fizerão os moradores desta dita villa requerimento perante elle dizendo todos á húa vóz que estavão povoando estes campos de Coritiba em terras e lemites da demarcação do Snr. Marquez de Cascaes, e asim lhe requerião como Capitão mór e Pro-

curador bastante do dito Snr. mandase levantar Pelourinho em seu nome, por convir asim o serviço d'el-Rei e acresentamento do donatario; e visto o requerimento dos moradores ser justo mandou logo levantar Pelourinho com todas as solennidades necessarias, em paragem e lugar decente nesta Praça, de que mandou paçar este termo por meu Tabalião, onde todos se asignarão com migo Antonio Martins Leme, que o escrevi. (Assignados) Gabriel de Lara — Matheus Martins Leme — Gaspar Carrasco dos Reis — Luiz de Góes — Ignocencio Fernandes — André Fernandes dos Reis — Amaro Pereira — Matheus Martins, o moço — João Martins Leme — Francisco da Gama Pais — Thomaz de Castanheda — João da Gama — Manoel Cardozo — Domingos Rodrigues da Cunha — Domingos André — Manoel Martins Leme — Angelo Nunes Camacho.» (Boletim do Archivo Municipal de Curityba — Publicação official, Vol. I.)

— Creada esta villa por Gabriel de Lara, só em 1693 é que foram eleitas as autoridades, quando já era elle fallecido, e se achava substituido pelo Capitão-povoador Matheus Martins Leme, nas funcções de Capitão-mór.

Gabriel de Lara foi vulto de grande destaque e importancia, e falleceu em Paranaguá em Dezembro de 1682, porquanto em Vereança de 1.º de Janeiro de 1683, foi pela Camara de Paranaguá declarado vago, por sua morte, o cargo de Capitão-mór e para substituil-o foi indicado o Capitão Thomaz Fernandes de Oliveira, que serviu nesse anno.

Foi casado com Brigida Gonçalves de cujo matrimonio teve dois filhos:

1 — Maria de Lara	Capitulo 1.º
2 — Antonio de Lara	Capitulo 2.º

CAPITULO 1.º

1 — Maria de Lara, casada com Antonio Rodrigues Side, de quem foi a primeira mulher, elle filho de Jeronymo Rodrigues e de sua mulher Luiza Maria de Sid Cunha. Jeronymo Rodrigues falleceu em Curityba, com seu solemne testamento em 1694, no qual declarou que foi casado em primeiras nupcias com Maria de Lara, filha legitima do Capitão-mór Gabriel de Lara, de cujo matrimonio não deixou descendentes, sendo depois casado em segundas nupcias com Izabel Garcia, filha do Capitão Balthazar Carrasco dos Reis. (C. O. de Curityba.)

CAPITULO 2.º

2 — Antonio de Lara, filho do Capitão-mór Gabriel de Lara e de sua mulher Brigida Gonçalves Lourença, foi casado em Curityba a 26 de Abril de 1683 com Antonia Luiz de Marins, filha de Antonio da Motta e de sua mulher Maria de Pinha. (C. E. de Curityba.) De seu matrimonio houveram dois filhos:

1 — Antonio de Lara	§ 1.º
2 — Antonio Luiz de Oliveira	§ 2.º

§ 1.º

1-1 Sargento-mór Antonio Rodrigues de Lara, casado com Maria Rodrigues Antunes, fallecida em Curityba a 28 de Março de 1755, filha de Antonio Rodrigues Side e de sua segunda mulher Izabel Garcia, filha do Capitão-Povoador Balthazar Carrasco dos Reis e de sua mulher Izabel Antunes, dos quaes trataremos em outro lugar deste livro, neta pela parte paterna de Miguel Garcia Carrasco e de sua mulher Margarida Fernandes. Vêr traços biographicos no vol. 1.º, pag. 83. Desse matrimonio teve conforme se vê do inventario feito por occasião da morte de Maria Rodrigues Antunes em 1755 (C. O. de Curityba.) 11 filhos a saber:

2-1 João Rodrigues de Lara (no inventario diz Cardozo), com 40 annos de edade em 1755, natural de Curityba, casado com Maria do Rosario da Silva, natural de Curityba, filha

de Felippe Rodrigues, natural de Itanhaen, e de sua mulher Anna Maria da Silva, natural de Curityba.
Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba.)
3-1 João Rodrigues da Silva, casado em Curityba a 10 de Fevereiro de 1759 com Maria da Luz Siqueira, filha de Martinho Bonette Vareiro e de sua mulher Helena de Siqueira, neta pela parte paterna de Manoel Bonette Vareiro, natural de S. Sebastião, e de sua mulher Luiza de Souto, de Ubatuba; neta pela parte materna de Lourenço de Siqueira, natural de S. Francisco, e de sua mulher Paschoa de Pina, natural de Paranaguá.
Filhos:
4-1 Francisca Antonia de Lara, casada com Francisco José de Siqueira.
Teve:
5-1 Joaquim José de Siqueira Cortes, natural de Curityba, nascido em 1.º de Janeiro de 1790 e fallecido em 25 de Maio de 1865.
Casou na Villa do Principe em Janeiro de 1810 com Rosa da Silveira, filha de Francisco Xavier da Silveira. (Filha adoptiva do Padre João da Silva Reis.)
Filhos:
6-1 Maria Francisca de Siqueira, casou com seu tio Damaso Xavier da Silveira.
Teve:
7-1 José Damaso da Silveira, fallecido.
7-2 Joaquim Damaso da Silveira, fallecido.
7-3 Luiz Damaso da Silveira, assassinado pelos Fanaticos.
7-4 Sophia Leopoldina da Silveira, casada com Alexandre Luiz da Silveira e fallecida em 29 de Junho de 1875.
7-5 David Damaso da Silveira, casado.
6-2 Francisco de Siqueira Cortes, casado em primeiras nupcias com Maria Rita da Silveira e em segundas nupcias com Theodora Maria da Conceição.

Teve do primeiro matrimonio:
7-1 Anna Angelina de Siqueira, casada com Leopoldino Ferreira Padilha.
7-2 Rosa Angelina de Siqueira, casada com Manoel Ignacio de Souza.
Teve do segundo matrimonio:
7-3 Maria Francisca de Siqueira, casada com Fabiano Taborda Prestes.
7-4 Marcolina Maria de Siqueira, casada com Laurindo Joaquim Bello.
6-3 João de Siqueira Cortes, nascido em 1818, fallecido solteiro.
6-4 Gertrudes de Siqueira Cortes, casada com João de Oliveira Santos.
Teve:
7-1 Francisco de Oliveira Santos, casado com Escolastica Cardoso Moreira, ambos fallecidos.
Sem descendencia.
7-2 Raphael de Oliveira Santos, casado.
7-3 Luiza de Oliveira Santos, casada com Seraphim de Ornellas de Lima.
Filha unica:
8-1 Maria Ornellas.
7-4 Maria Joanna de Oliveira Santos, casada com Anacleto Pires de Lima.
7-5 Francisca de Oliveira Santos, casada com João Antonio Ramalho.
7-6 Sophia Augusta dos Santos, casada com José Soares de Siqueira Cortes Filho, ambos fallecidos.
7-7 Felicio de Oliveira Santos, casado com Blandina Ferreira Padilha, ambos fallecidos.
7-8 João de Oliveira Santos Filho, já fallecido, foi casado com Maria Rosa de Siqueira Cortes.
Filhos:
8-1 Gertrudes de Siqueira Santos (Santinha).
8-2 Maria da Luz dos Santos Cortes.
7-9 Antonio de Oliveira Santos, casado, já fallecido.
7-10 Olympio de Oliveira Santos, casado.
7-11 David de Oliveira Santos, casado com sua prima Rosa Angelina de Siqueira.

6-5 José de Siqueira Cortes, casado com Francisca Maria de Siqueira.
Filhos:
7-1 Juliana de Siqueira, casada com Amaro Rodrigues de Lima.
7-2 João da Luz de Siqueira, casado duas vezes, teve filhos somente do segundo matrimonio.
7-3 José Francisco de Siqueira, casado.
7-4 Paulino de Siqueira Cortes, casado e com filhos.
6-6 Benedicto de Siqueira Cortes, nascido em 21 de Outubro de 1828, casado com a viuva Anna Angelina de Sampaio.
Filhos:
7-1 Rosa Angelina de Siqueira, casada com David de Oliveira Santos.
7-2 Paulina de Siqueira Cortes, nascida em 10 de Janeiro de 1881, casada com Antonio Domingues dos Santos, com diversos filhos.
7-3 Rita Angelina de Siqueira, casada com Antonio de Oliveira Vianna, com diversos filhos.
7-4 José de Siqueira Cortes, fallecido.
6-7 Euphrasio de Siqueira Cortes, nascido na cidade da Lapa a 26 de Novembro de 1832 e fallecido em 21 de Outubro de 1912. Casado com Maria da Luz Santos em 6 de Agosto de 1859, nascida a 8 de Setembro de 1845; filha de Antonio Alves dos Santos, natural da cidade da Lapa, fallecido em 24 de Fevereiro de 1867, e de sua mulher Maria Rosa de Assumpção.
Filhos:
7-1 Manoel Euphrasio, nascido em 31 de Janeiro de 1862, casado com Maria da Gloria Saboya, nascida em 24 de Março de 1869 e fallecida em 14 de Agosto de 1899.
Filhos:
8-1 Abigail Saboya Cortes, professora normalista.
8-2 Napoleão de Siqueira Cortes, casado em 31 de Julho de 1918 com Maria Braga de Lacerda, esta nascida em 29 de Julho de 1897.
Filhos:

9-1 João Antonio, nascido em 6 de Junho de 1919.
9-2 Caetano, nascido em 15 de Junho de 1921.
9-3 Maria Regina, nascida em 8 de Julho de 1923.
8-3 José Saboya Cortes, casado com Aldina Cordeiro, em 8 de Setembro de 1921, nascida em 4 de Dezembro de 1904.
Filhos:
9-1 Alcino Manoel, nascido em 16 de Agosto de 1922.
9-2 José Afranio.
8-4 Maria da Conceição, nascida em 12 de Outubro de 1896.
7-2 Antonio de Siqueira Cortes, nascido na Villa do Principe, hoje Cidade da Lapa, em 8 de Janeiro de 1865, casado com Ubaldina Rebello de Macedo, nascida em 7 de Fevereiro de 1866, filha de Manoel Ribeiro de Macedo Junior e de sua mulher Ubaldina de Assis Andrade.
Filhos:
8-1 Hylda de Macedo Cortes, nascida em Curityba em 27 de Junho de 1898, casada com Manoel Pereira de Macedo, em 8 de Setembro de 1920.
Teve:
9-1 Nycia, nascida em 12 de Outubro de 1921.
8-2 Clovis de Macedo Cortes, nascido em 1.º de Novembro de 1899, casado em 29 de Abril de 1922 com Ondina Correia da Silva.
8-3 Leony de Macedo Cortes, nascida em 9 de Março de 1901.
8-4 Euthalia de Macedo Cortes, nascida em 11 de Novembro de 1902.
8-5 Olga de Macedo Cortes, nascida em 8 de Março de 1904.
8-6 Javert de Macedo Cortes, nascido em 2 de Junho de 1905 e fallecido em 13 de Dezembro do mesmo anno.
8-7 Tobias de Macedo Cortes, nascido em 15 de Junho de 1908 e fallecido em 20 de Março de 1910.

7-3 Euphrasio de Siqueira Cortes Filho, nascido em 10 de Dezembro de 1866, casado em 7 de Setembro de 1890 com Etelvina Alves Guimarães, nascida em 17 de Março de 1869 ou de 1870.
Filhos:
8-1 Ovidio Guimarães Cortes, fallecido.
8-2 Olivio Guimarães Cortes, nascido em 6 de Outubro de 1892, casado em 14 de Dezembro de 1912 com Luzia Moreira.
Filhos:
9-1 Jorge, nascido em 21 de Novembro de 1913.
9-2 Raul, nascido em 2 de Fevereiro de 1914.
9-3 Armando, nascido em 18 de Junho de 1920.
9-4 Ovidio, nascido em 7 de Outubro de 1921.
9-5 Ismael, nascido em 13 de Fevereiro de 1922.
9-6 Alvaro, nascido em 24 de Maio de 1924.
8-3 Lecticia Guimarães Cortes, nascida em 19 de Junho de 1894, casada com Aristoteles Xavier.
Teve:
9-1 Geny.
9-2 Alcione.
8-4 Saphira Guimarães Cortes, nascida em 12 de Setembro de . . . .
8-5 Augusto Guimarães Cortes, nascido em 1.º de Fevereiro de 1900.
8-6 Heitor Guimarães Cortes, nascido em 11 de Março de . . . .
8-7 Jacy Guimarães Cortes, nascida em 22 de Dezembro de 1904.
8-8 Glacy, fallecido.
8-9 Eudoxia, fallecida.
8-10 Jenny, fallecida.
8-11 Nelson, fallecido.
7-4 Maria Rosa de Siqueira Cortes, nascida em 23 de Fevereiro de 1868, casada em 29 de Março de 1890 com João de Oliveira Santos, já fallecido.
Teve:
8-1 Gertrudes Cortes Santos, casada em 30 de Outubro de 1924 com Antonio Zappa.
8-2 Maria da Luz Cortes Santos, nascida em 15 de

Junho de 1900, casada em 2 de Janeiro de 1922 com José Antonio dos Santos.
Teve:
9-1 Lyncol, nascido em 16 de Janeiro de 1924.
7-5 Joaquim de Siqueira Cortes, nascido em 8 de Setembro de 1871, casado em 2 de Janeiro de 1902 com Helena de Santa Helena Borba, nascida em 2 de Junho de 1885, filha do Coronel Jocelyn Augusto Morocines Borba e de sua mulher Constança da Silva Lopes.
Filhos:
8-1 Acrelinda, nascida em 29 de Novembro de 1904.
8-2 Constança, nascida em 25 de Outubro de 1905.
8-3 Helenita, nascida em 13 de Janeiro de 1907.
8-4 Divonsir, nascido em 9 de Fevereiro de 1909.
8-5 Atlantido, nascido em 22 de Outubro de 1911.
8-6 Hélenton, nascido em 24 de Maio de 1920.
7-6 Theophilo de Siqueira Cortes, nascido em 9 de Fevereiro de 1874.
7-7 Epaminondas de Siqueira Cortes, nascido em 1.º de Setembro de 1876, casado em 5 de Março de 1905 com Clotilde Monteiro.
Filhos:
8-1 Dupuy, nascido em 26 de Julho de 1909.
7-8 Alipio de Siqueira Cortes, nascido em 26 de Outubro de 1878, casado em 4 de Fevereiro de 1910 com Nympha Meyer.
Filhos:
8-1 Jair, nascido em 28 de Fevereiro de 1912.
8-2 Eutherpe, nascida em 10 de Novembro de 1914.
8-3 Antonio, nascido em 2 de Outubro de 1920.
8-4 Cecilia, nascida em 17 de Março de 1922.
8-5 Maria da Luz, nascida em 19 de Dezembro de 1923.
7-9 Paulino de Siqueira Cortes, nascido em 10 de Janeiro de 1880, casado em 8 de Setembro de 1907 com Ernestina de Macedo Franco.
Filhos:
8-1 Maria Iphigenia.
8-2 Francisca.

8-3 Sebastião.
8-4 Maria da Piedade.
7-10 Narcizo de Siqueira Cortes, nascido em 19 de Abril de 1884, casado em 14 de Julho de 1905 com Francisca Andrade de Macedo.
Filhos:
8-1 Maria da Luz, nascida em 15 de Junho de 1906.
8-2 Leonidas Macedo Cortes.
8-3 Nathalia Macedo Cortes.
8-4 Oswaldo Macedo Cortes.
8-5 Aglacy Macedo Cortes.
8-6 Neuza Macedo Cortes.
8-7 Ivonne Macedo Cortes.
7-11 Juvencio de Siqueira Cortes, nascido em 12 de Setembro de 1889, solteiro.
6-8 Francisca Antonia de Siqueira, baptisada a 6 de Agosto de 1834, na Lapa, era viva até ha poucos annos contando perto de noventa annos.
5-2 Maria Francisca de Siqueira, natural de Curityba, filha de 4-1, retro. Casada com Manoel Teixeira Coelho. Fallecida com testamento, aberto a 20 de Dezembro de 1824, na Villa do Principe, hoje Cidade da Lapa.
Teve:
6-1 Manoel.
6-2 José.
6-3 Antonio.
(Teve mais uma filha chamada Jesuina de Jesus que não era desse matrimonio.)
3-2 Anna Maria da Silva, casada em Curityba a 21 de Janeiro de 1760 com Victorino da Silva, filho de paes incognitos.
2-2 Manoel Rodrigues da Luz, com 38 annos de edade

em 1755, casado com Anna Luiza de Siqueira, filha de Antonio Fernandes de Siqueira e de sua mulher Catharina de Siqueira Cortes, dos quaes trataremos em outro lugar.
Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba.)
3-1 Joanna de Siqueira Cortes, casada a 7 de Agosto de 1761, em Curityba, com Manoel Baptista de Castilho, filho de João Baptista Castilho, natural de Conceição, e de sua mulher Anna Maria de Góes, de Curityba; neto pela parte paterna de Mauricio de Castilho, de S. Francisco, e de sua mulher Maria Ribeiro.
3-2 José Rodrigues de Siqueira, natural de Curityba, residente na Lapa, casado em Curityba a 1.º de Junho de 1786 com Josepha Gonçalves, natural de Curityba, filha de Pedro Gonçalves da Cruz, natural de Itú, e de sua mulher Helena Pedrosa, de Taubaté; neta pela parte paterna de Antonio José da Cruz, de Portugal, e de sua mulher Margarida Correia, de Itú; neta pela parte materna de Antonio Dias Leme e de sua mulher Maria Pedrosa de Lima.
2-3 Margarida Rodrigues Antunes, baptisada a 14 de Julho de 1715, casada em Curityba a 30 de Outubro de 1733 com Manoel Nunes de Santiago, filho de Miguel de Góes de Siqueira e de sua mulher Izabel da Silva, naturaes de Curityba.
Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba.)
3-1 João Rodrigues Antunes, fallecido em 1839, casado a 3 de Setembro de 1771, em Curityba, com Izabel Alves de Almeida, filha de João Alves de Faria e de sua mulher Joanna Pereira de Almeida; neta pela parte paterna de João Alves Martins, de S. Sebastião, e de sua mulher Maria de Souto, de Curityba; neta pela parte materna de João Paes de Almeida, de S. Paulo, e de sua mulher Maria dos Passos, de Santos.
Teve 8 filhos: (C. O. de Curityba — Inventario de 1839.)
4-1 Bento José de Lara, casado com Clara Ma-

ria de Jesus, fallecida em 1839. Foram moradores na Borda do campo, Curityba.
Filhos:
5-1 Maria Joanna de Lara, casada com José de Lara, filho de João de Lara e de sua mulher Maria Vaz, 5-1 de 4-2.
5-2 Maria Luiza de Lara, nascida em 1831.
5-3 Francisca de Lara, nascida em 1837.
4-2 João de Lara, casado com Maria Vaz.
Filho:
5-1 José de Lara, casado com sua prima Maria Joanna de Lara, 5-1 de 4-1.
4-3 Joaquim de Lara.
4-4 Anna Iria de Lara, casada com Joaquim dos Santos Belem.
4-5 Izabel de Lara, casada com Anastacio Ferreira.
4-6 Archangela de Lara, já era viuva em 1839, o testamento não diz o nome do marido.
4-7 Maria Francisca de Lara, casada com Francisco José de Siqueira. Encontramos um inventario de 1783 em que figura Francisco José de Siqueira como inventariante de sua mulher Maria dos Santos, fallecida a 10 de Agosto de 1783. No titulo de herdeiros figuram seis filhos: Francisca, com 13 annos; Josepha, com 11 annos; Belchior, com 8 annos e ausente para o Sul até 1805; Francisco, com 4 annos e ausente para o Sul em 1805; José e Raphael, que já eram casados em 1805. Não nos foi possivel verificar a identidade do que foi casado com Maria Francisca com o que foi casado com Maria dos Santos; e pela data do fallecimento d'aquella, opinamos que trata-se de pessoas de nomes iguaes. Houveram tres Francisco José de Siqueira, sendo que um era filho do Capitão Francisco de Siqueira Cortes e de sua mulher Catharina Mendes Barbudo, porem era este casado com Archangela Maria.
4-8 Rita de Lara, casada com Antonio Teixeira.
3-2 Manoel Rodrigues da Luz, casado em Curityba a 23 de Fevereiro de 1772 com Anna Maria Pereira, filha

de João Alves de Faria e de sua mulher Joanna Pereira de Almeida, acima descriptos.
2-4 Miguel Rodrigues de Lara, falleceu em estado de solteiro aos 40 annos de edade em 1761.
2-5 Antonia Rodrigues Antunes, casada em 1735, em Curityba, com José Luiz Mattos, natural de Itú, filho de José Luiz da Costa e de sua mulher Maria Rodrigues. Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba.)
3-1 Angelo Luiz de Mattos, casado em Curityba a 7 de Dezembro de 1771 com Gertrudes Maria do Espirito Santo, filha de Manoel Lourenço Vidal, da Ilha de Fayal, e de sua mulher Francisca dos Passos; neta pela parte paterna de Francisco Vidal e de sua mulher Josepha Correia, da Ilha de Fayal; neta pela parte materna de João Paes de Almeida, de S. Paulo, e de sua mulher Maria dos Passos, de Santos.
3-2 Izabel Rodrigues Antunes, casada em Curityba a 29 de Junho de 1785 com Angelo Pedroso de Godoy, de Mogy das Cruzes, filho de Pedro de Godoy Moreira e de sua mulher Luiza Paes Pedrozo; neto pela parte paterna de Luiz da Costa e Vasconcellos e de sua mulher Izabel Godoy, ambos de Mogy das Cruzes; neto pela parte materna de Matheus de Siqueira, natural de S. Paulo, e de sua mulher Catharina Paes.
3-3 Appollonia Rodrigues Antunes, casada em Curityba a 12 de Outubro de 1790 com Francisco Rodrigues Lanhoso, filho de José Rodrigues Lanhoso e de sua mulher Bernarda de Almeida; neto pela parte paterna de João Fernandes e de sua mulher Luiza dos Reis, ambos naturaes de Lanhoso; neto pela parte materna de João Machado Castanho e de sua mulher Anna de Siqueira.
3-4 Victor Antonio de Mattos, casado em Curityba a 13 de Junho de 1793 com Maria Fernandes, filha de Salvador Fernandes de Siqueira e de sua mulher Maria das Neves e Silva; neta pela parte paterna de Antonio Fernandes de Siqueira e de

sua mulher Catharina de Siqueira Cortes; neta pela parte materna de Manoel de Chaves e Almeida, de Itú, e de sua mulher Anna Martins das Neves, de Curityba.

3-5 Manoel Luiz de Mattos, viuvo de Felizarda Maria de Jesus, casado em segundas nupcias a 4 de Setembro de 1798 com Maria Ursula, filha de paes incognitos.

2-6 Agostinho Rodrigues de Lara, falleceu a 12 de Junho de 1782 com 40 annos de edade, em estado de solteiro.

2-7 Lucas Rodrigues Antunes, casado em 1749 com Luiza Peres Pedrozo. (Nos assentamentos ecclesiasticos de nascimentos dos filhos algumas vezes figura ella como Luzia e outras como Luiza.)

Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba e C. O. de Curityba.)

3-1 Gertrudes, nascida em 1746.

3-2 Antonio, nascido em 1748.

3-3 Anna Maria, nascida em 1750.

3-4 Miguel Rodrigues Antunes, casado em Curityba com 31 annos de edade a 11 de Julho de 1784 com Francisca Maria de Jesus, natural de Antonina, filha de Miguel Martins de Assumpção e de sua mulher Antonia da Veiga Coutinho.

3-5 Maria, nascida em 1756.

2-8 Antonio de Lara ou Rodrigues Antunes, casado em Curityba aos 33 annos de edade a 17 de Fevereiro de 1757 com Maria Pedroso, natural de Sorocaba, filha de Pedro Gonçalves da Cruz, de Itú, e de sua mulher Helena Pedroso, de Taubaté.

Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba.)

3-1 João de Lara, casado em Curityba a 5 de Junho de 1785 com Francisca Antonia dos Passos, filha de Francisco José de Siqueira e de sua mulher Archangela Maria dos Passos; neta pela parte paterna de Francisco de Siqueira Cortes e de sua mulher Catharina Mendes Barbudo; neta pela parte materna de Manoel Lourenço Vidal e de sua mulher Francisca dos Passos, todos da Ilha de Fayal.

2-9 José Rodrigues Antunes, nascido em 1725 e casado em Curityba a 26 de Abril de 1765 com Francisca Barbosa, filha de João Barbosa Leme e de sua mulher Mariana Pires Camacho; neta pela parte paterna de João Barbosa Leme e de sua mulher Benta de Góes; neta pela parte materna de Miguel Fernandes de Siqueira, de S. Francisco, e de sua mulher Maria Luiz, de S. Paulo.

2-10 Appollonia Rodrigues Antunes, falleceu em Curityba a 15 de Novembro de 1768, casada em Curityba a 9 de Fevereiro de 1757 com Placido de Góes Castanhedas ou Bonette, filho de Antonio Bonette Varejo e de sua mulher Luzia Martins de Góes, de S. Sebastião.

Teve que descobrimos: (C. E. de Curityba — Inventario de 1768.)

3-1 Francisca Rodrigues Antunes, nasceu em 1765, casada em Curityba a 10 de Outubro de 1797 com Lucas Francisco de Oliveira, filho de Victorino Fernandes Paes e de sua mulher Maria Dias Valente.

3-2 Maria, com 9 annos.

3-3 Antonio, com 6 annos.

3-4 João, com 2 annos.

3-5 Francisco, com 45 dias.

2-11 Estevão Rodrigues Antunes, casado em Curityba a 30 de Junho de 1767 com Maria de Brito, filha de Sebastião Bilches, natural da Hespanha, casado com Rita de Siqueira, natural de Curityba; neta pela parte paterna de Balthazar Bilches e de sua mulher Joanna Tribinha, naturaes de Hespanha; neta pela parte materna de João Barbosa Leme e de sua mulher Mariana Pires Camacho, naturaes de Curityba.

§ 2.º

1-2 Antonio Luiz de Oliveira (segundo filho de Antonio

de Lara) entrou na posse de sua herança paterna conjuntamente com seu irmão Antonio de Lara, em 2 de Novembro de 1711.

Titulo Moraes Cordeiro

No sacro pantheon de heróes famozos
Teu nome brilhará sempre altaneiro.

***

TEVE inicio essa familia do Paraná no Provedor Manoel de Lemos Conde, casado com Anna Cordeiro Mattoso Mourato, filha de Valentim Cordeiro, natural da Villa de Espinhel, e de sua mulher Anna Mourato; neta pela parte paterna de Gaspar Cordeiro e de sua mulher Anna Mattoso; neta pela parte materna de Manoel Mourato Coelho, fallecido com testamento em 1646, e de sua mulher Maria Rodrigues de Alvarenga, filha de Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural de Lamego, casado em S. Vicente com Anna Ribeiro, filha de Estevão Ribeiro Bayão Parente, natural de Beja, e de sua mulher Margarida Fernandes Feijó de Madureira, natural do Porto.

Pedro Taques em sua preciosa «Nobiliarchia Paulistana» diz o seguinte sobre os Alvarengas, que foi reproduzido

pelo erudito Dr. Silva Leme, no volume 5.º da sua preciosa «Genealogia Paulistana»:

«Antonio Rodrigues de Alvarenga passou em serviço do Rei a ser um dos primeiros povoadores da villa de S. Vicente (que em 1531 fundou o donatario e senhor d'ella Martim Affonso de Sousa por concessão de El-Rei dom João III). N'esta villa casou-se Antonio Rodrigues de Alvarenga com Anna Ribeiro, natural da cidade do Porto, d'onde passou com duas irmãs e varios irmãos na companhia de seus paes Estevão Ribeiro Bayão Parente, natural de Beja (o qual era parente em grão propinquo de Estevão de Liz, morgado bem conhecido em Villa-Real) e de sua mulher Magdalena Fernandes Feijó de Madureira, natural da cidade do Porto. De S. Vicente passou para S. Paulo Antonio Rodrigues de Alvarenga com sua mulher, e, como pessoa tão distincta, soube conseguir respeito e veneração, e foi senhor proprietario, por merce do donatario, do officio de tabellião do judicial e notas de S. Paulo, onde falleceu com testamento a 14 de Setembro de 1614 (C. O. de S. Paulo); e d. Anna Ribeiro falleceu em S. Paulo com testamento a 23 de Outubro de 1647 e foi sepultada na capella-mór da igreja dos religiosos carmelitas em jazigo proprio, no qual já descançavam as cinzas de seu filho Antonio Pedroso de Alvarenga, sargento-mór da comarca de S. Paulo com 80$ de soldo.»

«Brazão de armas dos Alvarengas:

«D. Pedro por graça de Deus principe de Portugal, etc. Faço saber aos que esta minha carta de brazão de armas virem que o capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga e seus irmãos Antonio Pedroso de Alvarenga, o padre-mestre Fr. Luiz dos Anjos e o padre-mestre Frei João da Luz, carmelitas calçados, naturaes da villa de S. Paulo, filhos legitimos de Diogo Martins da Costa e de sua mulher Izabel Ribeiro, netos por parte paterna de Belchior Martins da Costa e de sua mulher Ignez Martins, naturaes da cidade de Evora, e pela materna de Estevão Ribeiro de Alvarenga e de sua mulher Maria Missel, naturaes da villa de S. Paulo, o qual Estevão Ribeiro de Alvarenga é filho de Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural da cidade de Lamego, filho de Balthazar de Alvarenga e de sua mulher

Messia Monteiro, e o dito Antonio Rodrigues de Alvarenga teve outro irmão chamado Manoel Monteiro, filho do mesmo pai e mãe, o qual foi familiar do santo officio, os quaes filhos de Diogo Martins da Costa me fizeram uma petição, na qual me pediam que por viverem na villa de S. Paulo, nunca puderam tirar seu brasão de armas por lhes competir, e que queriam fazer certo e notorio em juizo contencioso, e mostrar por testemunhas fidedignas como eram os mesmos descendentes do dito Antonio Rodrigues de Alvarenga, o qual era fidalgo de geração e elles successores eram herdeiros, e lhes competiam as armas e nobreza dos seus antepassados, paes e avós dos sobreditos; que outrosim, queriam justificar como descendiam da muito illustre familia dos Alvarengas, tão conhecida n'este reino; e assim queriam renovar esta memoria e honra, para lograrem elles supplicantes e seus descendentes, e se conservar em suas casas para as não consumir o tempo e para que possam lograr d'aquellas liberdades e fóros concedidos a taes familias e gerações pelos senhores reis d'este reino, meus antecessores. E sendo esta petição apresentada ao meu corregedor do civel da corte desta minha muito nobre e sempre leal cidade de Lisbôa, n'ella poz que justificassem o que relatavam perante elle, e fizessem certo o que diziam; e sendo apresentadas sete testemunhas de todo o credito, fóra de suspeita e de toda a excepção, maiores, e as mais d'ellas cavalleiros do habito de Christo, naturaes da cidade de Lamego, que depuzeram de facto proprio: sendo lhe os autos conclusos, n'elles proferio a sentença seguinte: «Vistos estes autos dos justificantes a fl. 2, o capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga e seus irmãos Antonio Pedroso de Alvarenga, e os padres-mestres Frei João da Luz e Frei Luiz dos Anjos, carmelitas calçados; ditas testemunhas as fls. 7 que eu inquiri, e certidões que se juntaram de fls. 8 em diante, se mostra serem os justificantes filhos ligitimos de Diogo Martins da Costa, e de sua mulher Izabel Ribeiro, netos pela parte masculina de Belchior Martins da Costa e de sua mulher Ignez Martins etc. . . . julgo aos sobreditos justificantes por filhos ligitimos do dito Diogo Martins da Costa e por descendentes da muito illustre geração e fa-

milia dos Alvarengas e Costa e os julgo tambem por christãos velhos sem raça de mouro ou judeo, nem de outra alguma infesta nação, e poderão tirar as suas sentenças de processo, e paguem as custas, dos autos. Lisbôa 2 de Junho de 1681. E sendo a dita sentença assignada e publicada pelo dito meu corregedor, da minha corte e casa da supplicação, tirada do processo, e passada pela minha chancellaria, a qual sendo apresentada a meu rei de armas Portugal, porque a minha tenção é honrar aos meus vassallos, ainda aquelles que mais remotos vivem, para que se não extingam as nobrezas e fidalguias, que seus avós adquiriram e alcançaram. Hei por bem, e me praz de lhes conceder todas as honras, liberdades e isenções que as taes familias de Alvarengas tem, e logram n'este meu reino e senhorios de Portugal, e poderão trazer as ditas armas que lhes competem, que são as dos Alvarengas, que, visto no livro de armaria, lhes são dadas e conservadas as armas seguintes: um escudo direito com suas orlas e folhagem com um elmo em cima, e sobre o dito elmo um leão rapante com uma espada dourada na mão direita e na outra mão esquerda uma estrella de prata, e o dito escudo orlado com filetes dourados, e terá no meio cinco estrellas prateadas em campo azul, e as pontas das folhagens serão tambem douradas. Com estas armas que são as que se vem, poderão usar d'ellas como suas por lhes competir; e com ellas poderão entrar em festas, carros, justas e torneios, levando-as em seus escudos e rodelas e pondo-as nas portas de suas casas e quintas, e mais partes que lhes parecer, e quizerem e gozarão de toda a nobreza e fidalguia que tem os fidalgos de geração por lhes competir, e assim estar julgado no juizo da correição do civel de minha corte, por cujo effeito lhes mandei passar esta carta de brasão de armas e geração para que constem as que lhes pertencem, e são as mesmas que estão no dito livro de armaria, que está em mão e poder do meu rei de armas Portugal, por lhes competir, por assim passar por fé o escrivão do seu cargo, que esta subscreveu, a qual vai assignada pelo meu rei de armas Portugal. . . E eu Francisco de Moraes Coutinho, escrivão das gerações, o subscrevi. Rei das armas Portugal.

«Cumpra-se e registre-se em camara. S. Paulo 17 de Abril de 1683 annos. Foi trasladado para o registro da camara de S. Paulo por Jeronimo Pedroso de Oliveira escrivão da mesma em 1683, sendo officiaes Jorge Moreira, Miguel de Camargo, Manoel de Lima do Prado, Antonio Garcia Carrasco e Thomé Mendes Raposo.»

— Manoel de Lemos Conde foi Vereador e Almotacé da Camara de S. Paulo, em 1656, como se verifica da acta de 4 de Novembro de 1656, publicada no tomo annexo ao vol. VI das Actas da Camara. Foi Lemos Conde o descobridor das minas de Paranaguá, de que deu conhecimento a El-Rey e a D. Affonso Furtado de Mendonça, Governador Geral, na Bahia.

A Carta Regia de 23 de Novembro de 1674, tratando do assumpto, dá providencias sobre o caso, manda que se forneçam as armas e munições julgadas necessarias, e providencia sobre o seu regular estabelecimento e entabolamento. O Capitão-mór de S. Vicente, Agostinho de Figueiredo, recebeu ordem de ir á Paranaguá, como já o tinha feito em 1660. Ahi encontrou já Lemos Conde, com seus filhos e escravatura, em explorações com recursos de sua fazenda particular, e com tal actividade e zelo que o recommendou ao Governador Geral, que, por patente de 27 de Novembro de 1674, passada na Bahia, o nomeou para o lugar de Provedor das Minas de ouro de Paranaguá, pelo zelo que demonstrou na companhia do Capitão-mór Agostinho de Figueiredo, na descoberta das minas de Prata, no districto da villa. Lemos Conde recebeu tambem a seguinte carta:

«Manoel de Lemos Conde. — Eu o Principe vos envio saudar. — Pelas vossas Cartas e pelas do Governador do Estado, Affonso Furtado, se me fez presente o zelo que tendes do meu serviço no descobrimento das minas de prata de Paranaguá, e fico com lembrança para vos fazer as mercês que houver por bem, tendo effeito seu entabolamento e ao Governo do Estado mando escrever vos deixe continuar no exercicio do cargo que tendes; mandando-vos assistir com ajuda de custo que parecer conveniente em quanto ahi estiverdes nessa occupação. Lisbôa, 30 de Novembro de 1674. Principe. Conde de Val Reis.»

— Procurando Lemos Conde pôr termo aos descaminhos do ouro extrahido, cujos quintos não eram pagos á Fazenda Real, desaveio-se com os poderosos da terra, que, machinando-lhe a ruina, o depuzeram do cargo e o prenderam com ameaças de morte.

Pela inclusa Carta Regia por nós copiada em 1918, do proprio original existente no Archivo Publico Nacional do Rio de Janeiro, se verão as providencias tomadas a respeito:

«Carta Regia de 19 de Março de 1676.

«Mathias da Cunha. — Eu o Principe vos envio muito saudar. — Com esta vos mando remetter duas cartas minhas para Thomé de Souza Corrêa «e Pedro de Unhão de Castello Branco, ouvidor geral desta Capitania para que façais entregar a cada um d'elles, declarando ao Ouvidor vá logo dar comprimento ao que lhe mando executar sobre ir a sua custa á Paranaguá repor o Administrador das Minas de Prata e os officiaes que com elle assistião, que com excesso e contra minhas ordens tirou e prendeo, e me avisareis de como se derão as cartas e se lhe o fez assim executar.

«Escripta em Lix.a a 19 de Março de 1676. — Principe.»

— O Ouvidor Geral Castello Branco, fez immediatamente cumprir a ordem regia por meio de uma commissão da qual fez parte o seu parente D. Rodrigo de Castello Branco e o Sargento-mór Antonio Affonso Vidal, aos quaes foi tambem delegada a missão de averiguar desses acontecimentos para narrar a El-Rey, como tambem tiveram o encargo de fiscalizar as arrecadações dos quintos, de accordo com a denuncia de Lemos Conde. D. Rodrigo percorreu todo o «hinterland» aurifero do Paraná, e por Carta Regia de 29 de Novembro de 1677, foi nomeado Administrador Geral das minas, com o encargo de verificar as de prata de Paranaguá, para o que foi autorizado a applicar parte do imposto de 200.000 crusados lançados no Brasil para o ajuste de paz com a Hollanda e Inglaterra.

Em 1679, nomeou elle a Antonio Lemos Conde, filho do descobridor da prata para Capitão-mór das gentes que deviam partir para a descoberta das minas.

Em 1680, achava-se D. Rodrigo em Curityba, examinando as minas da «Campina de Botiatuva», proximo ao Rio Passauna; tendo nesse mesmo anno examinado as minas de Itaimbé, para depois se recolher a S. Paulo. Era ajudado nessa empresa pelo mineiro pratico da missão, João Alves Coutinho.

Ao Provedor Manoel de Lemos Conde, succedeu o Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo, nomeado por patente de 4 de Outubro de 1690, confirmada a 12 de Fevereiro de 1691, pelo Provedor Geral da Fazenda Real Domingos Pereira Fontes.

Contra Gaspar Teixeira, manifestaram-se ainda os interessados pelo descaminho do ouro. Veio elle a soffrer as mesmas accusações que soffreu seu antecessor.

Suppunham elles que fariam este amenizar as medidas de rigor que foram estabelecidas na arrecadação dos quintos por Lemos Conde. Não conseguindo seus intentos, planejaram a sua deposição.

Gaspar Teixeira mandou, em Abril de 1697, abrir uma devassa contra os descaminhadores do ouro; com isso fez chegar o fogo ao rastilho da polvora.

A sua deposição não se fez esperar.

A tarefa commettida a D. Rodrigo, de descobrir minas de ouro em Paranaguá, tivera máu exito, pois não deu resultado algum á real fazenda, e foi a sua administração feita com enorme dispendio do real erario.

Era D. Rodrigo natural da Hespanha e fôra nomeado Administrador Geral das Minas da Serra do Sabarabuçú, (hoje Sabará, Estado de Minas) de Tabaiana, nos sertões da Bahia, e das de Paranaguá, com o ordenado annual de 600$000, e o titulo de fidalgo da casa real. Da Bahia sahiu D. Rodrigo acompanhado do Capitão Jorge Soares de Macedo (mais tarde Governador da praça de Santos), com uma companhia de 30 soldados de sua guarda, que já o havia acompanhado aos sertões do sul, e do Capitão Manoel de Souza Pereira, tomando no Rio de Janeiro mais 20 homens.

Em Santos fez o Capitão Jorge Soares subir a S. Paulo, afim de obter recursos, e esse, com mais de 200 indios guerreiros, que levou de reforço, seguiu em direcção

ao sul, levando como Capitão-mór dessa gente a Braz Rodrigues de Arzão e a Antonio Affonso Vidal, como Sargento-mór.

Em Março de 1678, embarcaram os homens da expedição em sete embarcações, as quaes logo ao sahirem de Santos, tiveram de arribar ao porto, pelas tormentas e ventos contrarios que encontraram. Refeita a expedição seguiu viagem em direcção ao sertão do Rio S. Francisco, d'ahi até a Ilha de Santa Catharina, onde por solicitação do Governador do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo, que se achava na Ilha de S. Gabriel, fortificando a povoação da Colonia do Sacramento, embarcou sua força, que foi reforçar a Colonia, seriamente ameaçada pelos Castelhanos, deixando de guarnição, em Santa Catharina, os 200 indios. Ao passo que essas peripecias se davam com a columna de Jorge Soares de Macedo, a de D. Rodrigo seguia de Santos para Paranaguá por terra, sem que, apesar de grandes dispendios de dinheiro, nada adeantasse no descobrimento das minas, visto que as de Peruna e Itaimbé foram descobertas, a primeira pelo Capitão-mór Gabriel de Lara, e a segunda por João de Araujo, ambos paulistas, e assim as de N. S. da Conceição da Cachoeira, proximas a Curityba, posteriormente a estas, em 1678 ou 1680, por Salvador Jorge Velho, tambem paulista. Todas estas descobertas foram feitas sem despesas para a real fazenda.

Em 1680 voltou D. Rodrigo a S. Paulo, em busca dos sertões das Esmeraldas, descobertos por Fernão Dias Paes. (Pedro Taques — «Nobiliarchia Paulistana».)

D. Rodrigo nomeado nessa epoca administrador geral das minas, partiu de S. Paulo com uma bandeira composta de 240 indios e tres companhias de paulistas a caminho do Sumidouro, pelas noticias das descobertas das esmeraldas de Fernão Dias Paes. As noticias que corriam sobre D. Rodrigo eram más; acusavam-n'o de arrogante e libertino, censurando a sua empafia e fidalguia.

A sua bandeira era composta de bohemios e devassos, que enchiam as selvas de scenas ruidosas de bebedeiras e lascivias, a que pagavam largo tributo as virgens selvagens.

No Sumidouro, ou antes, no Rio das Velhas encontraram-se as bandeiras de D. Rodrigo com a de Manoel de Borba Gato, genro e herdeiro de Fernão Dias Paes Leme, que obtivéra as honras de Governador das minas das esmeraldas.

Houve porfiada disputa entre ambos, provocada pelo conflicto de jurisdição nas attribuições que cada qual pretendia ter sobre as minas. No entrechoque D. Rodrigo cae fulminado por um tiro certeiro de um partidario de Borba Gato. Esse facto passou-se em meiado de Outubro de 1681.

Conforme o Bando mandado publicar em S. Paulo e nas mais villas da Capitania, foi concedido perdão aos criminosos foragidos, que se apresentassem para fazer parte da força com que D. Rodrigo tinha de entrar para o sertão em descoberta das minas.

Ermelino de Leão no seu precioso «Diccionario Historico e Geographico do Paraná», assim se refere:

«D. Rodrigo del Castel Branco ou de Castello Branco. Somente agora, depois de devassados os archivos locaes de varios Estados e municipios se pode esboçar a biographia deste aventuroso fidalgo que percorreu o Brasil, como novo argonauta atraz do vellocino. . . do prata. As lendas em torno das famosas minas de Roberio Dias que circulavam no reino, já haviam produzido a aventura de D. Francisco de Souza, o malogrado Marquez das Minas. Não obstante o insuccesso dessa primeira tentativa, D. Rodrigo del Castel Branco, favorito do principe D. Pedro, poz-se a desvendar o thesouro occulto num recanto da vasta colonia brasileira. Temeraria era a empreza: insuperaveis os obstaculos que se offereciam para atinar com o caminho da nova Phocica argentina. «Castelhano parlador» como o chamavam os seus contemporaneos, era D. Rodrigo um aventureiro que dispunha de natural eloquencia, e que soube vencer as objecções que a côrte portuguesa offerecia ao seu emprehendimento. Ganha essa primeira batalha, ferida nos bastidores do Paço Real, embarcou D. Rodrigo para a Bahia trazendo amplos poderes e ali chegando em 1673 em companhia do capitão Jorge Soares de Macedo, elevado ao posto de general ad-honorem.

«Entregando-se, com ardor, á empresa que o seduzira, poz se desde logo, a fazer os preparativos da primeira jornada, a colher versões sobre o roteiro de Roberio Dias e a providenciar tudo quanto necessario para coroar de exito os seus esforços.

«A 11 de Julho de 1674, partiu D. Rodrigo á frente de luzida bandeira para os sertões de Itabaiana. Quatro longos e penosos annos foram gastos nas infructiferas pesquisas, através catingas e florestas, grimpando serranias, batendo os leitos dos rios, lavrando, socavando, sem que uma tenue esperança acenasse o arrebol do dia do triumpho.

«Essa tenacidade o recommendou ao apreço dos posteros.

«Achava-se na diligencia dos descobrimentos das minas da Bahia, já desesperançado, quando teve sciencia, como administrador geral das minas do Brasil, da noticia de que, em Paranaguá, nas costas da Serra da Prata, foram descobertas pintas do procurado metal. Ou por empenho do fidalgo, ou por acto espontaneo do governo foi D. Rodrigo, a 29 de Novembro de 1677 nomeado administrador geral das minas de Paranaguá.

«Emquanto a expedição fazia a longa travessia do Atlantico em caravellas roceiras, á mercê dos ventos e das calmarias, o fidalgo, na febre das ambições, continuava as infructiferas investidas aos sertões bahianos. Logo, porem, que teve sciencia da nova commissão que lhe fora confiada, apressou-se a seguir viagem para o Rio de Janeiro, trazendo comsigo o capitão Jorge Soares de Macedo com patente de general «ad-honorem», com 30 soldados de sua guarda, sob o commando do capitão Manoel Soares de Souza Pereira e numerosos funccionarios.

«No Rio de Janeiro, recebeu um reforço de 20 soldados e do alferes Mauricio Pacheco Tavares.»

Diz ainda Ermelino de Leão:

«Francisco Negrão, em nota ao vol. VII do Boletim do Archivo Municipal de Curityba, diz que: «D. Rodrigo de Castello Branco, parente do Ouvidor Geral do Brasil, foi por este mandado em Março de 1676 a Paranaguá, em virtude de uma carta régia que lhe determinava fosse logo

á sua custa a essa Villa, repôr o Administrador das Minas de Prata Manoel de Lemos Conde e aos officiaes que com excesso e contra as ordens d'el-rei prendeu e depoz dos seus cargos com ameaças de morte, devendo avisar el-Rei da maneira como as suas ordens foram executadas. Com D. Rodrigo veio com o mesmo encargo, o Sargento-mór Antonio Affonso Vidal, os quaes trouxeram tambem a missão de averiguar as minas da Capitania de Paranaguá e seu termo e da fiscalisação na arrecadação. D. Rodrigo em 1680 ainda se achava em Curityba, examinando as minas da Campina de Butiatuva, proximo ao Passauna, e as de Itaimbé. Em 1681, D. Rodrigo já nomeado Administrador Geral das Minas do Brasil, cae varado por uma bala de um partidario de Manoel Borba Gato, genro do descobridor das esmeraldas, por querer D. Rodrigo se apossar dos roteiros aos herdeiros do seu sogro Fernão Dias Paes Leme, celebre bandeirante.

«Esta nota do esforçado historiador patricio discrepa dos documentos e versões conhecidas em varios pontos.»

— E' interessante essa estranheza. Apresentamos um documento novo por nós extrahido do Archivo Publico Nacional do Rio de Janeiro e o Dr. Ermelino vem declarar — «que discrepamos dos documentos e versões conhecidas em varios pontos» — como que, a pôr em duvida a nossa honorabilidade, já não dizemos de chronista, mas de mero copista da Carta Regia de 19 de Março de 1676, dirigida a Matheus da Cunha. Mas, é facil de se verificar a verdade; basta se procurar no referido Archivo Publico do Rio, e ali se encontrará não uma carta regia, mas duas cartas, em primeira e em segunda via. E' facil a prova. Foi ella por nós copiada de — verbo ad-verbum. Não tratariamos deste assumpto neste livro, conhecedores que somos de sua complacencia e amisade para comnosco, si não vissemos as suas palavras registradas no seu precioso Diccionario Historico e Geographico, que é uma obra definitiva.

Não queremos que, por falta de nossa contestação, venham os leitores de seus trabalhos de litteratura historica, ver intenções pejorativas a nosso respeito, nas suas palavras e expressões, quando somos os primeiros a reconhe-

cer sua fraterna amisade por nós correspondida. Reatemos nossa narrativa:

— D. Rodrigo percebia o avultado ordenado de 600$000 annuaes e o Capitão Jorge Soares o soldo mensal de 16$000. Os seus auxiliares venciam os seguintes ordenados: o capellão-mór Reverendo Felix Paes Nogueira provido na Bahia a 3 de Setembro de 1678, tinha a congrua annual de 83$920; o escrivão das minas João da Maia, nomeado por D. Rodrigo a 3 de Abril de 1678, ganhava 15$000 por mez; o thesoureiro Manoel Vieira da Silva provido a 15 de Abril do mesmo anno, vencia 15$000 mensalmente; o apontador Francisco João da Cunha 10$000 por mez; o mineiro João Alvares Coutinho provido a 20 de Agosto do mesmo anno, 20$000 por mez. Todos esses ordenados excediam generosamente aos fixados nas tabellas da epoca e eram bem remuneradores, attendendo ao valor da moeda então circulante.

Chegado ao Rio de Janeiro em Novembro de 1678, teve noticias de uma serra com pedreiras que João de Campos Mattos dizia ter conhecimento. Desde logo tratou de mandar a 18 de Novembro de 1678 ao proprio João de Mattos para chefe dessa expedição mal succedida.

No mesmo mez de Novembro, chegou a Santos, tendo preparado todos os planos para a campanha que devia levar a effeito no sentido de descobertas de minas. O tenente-general «ad-honorem», Jorge Soares, partiu logo para S. Paulo afim de levantar uma bandeira de indios das aldeias e de paulistas para iniciar as expedições ao sertão. Emquanto isto occorria, D. Rodrigo se dirigiu para Paranaguá com a sua guarda e sua grande comitiva.

Segundo a carta do seu grande protector, Principe Regente, D. Pedro, de 29 de Novembro de 1677, D. Rodrigo devia, em primeiro lugar, verificar se existiam as minas de prata de Paranaguá; e, colhido o desengano, explorar as riquezas do Sabarábussú que Fernão Dias Paes vislumbrara. Para custear as despezas das expedições, foram conservados os pesados impostos-donativo da Inglaterra e Paz de Hollanda, grande parte dos quaes se canalisava para o bolso do favorito que, além do principesco ordenado de 600$000, percebia o vencimento mensal de 40$000 como provedor das minas e esse vencimento elevar-se-ia a 60$000 quando as minas descobertas rendessem para a Real Fazenda, livres, 40 libras (£). Além de tudo isto, teria 700$000 de juro e herdade para «todo o sempre».

D. Rodrigo trouxe poderes para, em nome do Principe Regente prometter aos paulistas que o auxiliassem, um habito de Christo, dois da Ordem de Aviz, dois da Ordem de São Thiago com 20$ até 40$ de tença, 6 foros de moços fidalgos e 6 de moços da camara.

D. Rodrigo deixou Santos a 14 de Março de 1679, trazendo 123 indios conductores e chegou a Paranaguá a 4 de Abril. Logo após á chegada iniciou sem resultados, a exploração do reconcavo, despendendo até 14 de Maio 174$000 de soldo a 118 pessoas incumbidas dessas diligencias.

Antes de deixar Santos, a 12 de Dezembro de 1678, escreveu ás camaras de Iguape, Cananéa e Paranaguá, ordenando que todos os mantimentos existentes nessas villas fossem remettidos para S. Francisco, para a expedição do tenente-general Jorge Soares de Macedo, que deveria seguir para a nova Colonia do Sacramento.

No mesmo dia da chegada a Paranaguá, nomeou a Manoel de Lemos Conde, capitão-mór da gente que ia ao sul em descobrimento de minas; e a 4 de Maio passou patente a Jacomo Bayarte, indicado pela camara como o homem mais competente para dirigir bandeiras descobridoras de minas.

O erudito Dr. Moyses Marcondes no seu precioso livro «Documentos para a Historia do Paraná», assim se refere ao Provedor:

«Foi Manoel de Lemos Conde das mais conspicuas personagens de Paranaguá, no ultimo quartel do seculo XVII. Não póde, como tal, deixar de prender a attenção de quem quer que se proponha a estudar factos ahi occorridos nessa época.

«Se a historia, que hoje se escreve, já não é aquella «essencia de innumeras biographias», a que alludiu Carlyle, e que foi a praticada por velhos chronistas, nem por isso se pode prescindir de procurar elucidação, para factos

historicos, no estudo dos individuos que, em taes factos intervieram, sendo até, ás vezes, seus geradores. E' o que nos leva a esmiuçar mais attentamente a vida d'esta personagem.

«A importancia local de Manoel de Lemos, comprovada pelos altos cargos que exerceu, na villa e seu districto, ainda melhor se denuncia, nos têrmos das accusações proferidas, contra elle e seu filho Antonio Morato, pelo ouvidor Pardinho, em seus Provimentos. Abusos da natureza dos apontados pelo severo ouvidor presuppõem necessariamente grande importancia local dos accusados. Individuos de somenos consideração nunca se abalançariam a cometter usurpações de bens publicos, do vulto das citadas por Pardinho; e ainda menos conseguiriam prolongar, por espaço de cincoenta annos, um pleito contra a camara. Tudo se conjuga, pois, na demonstração de ter sido Manoel de Lemos das personagens marcantes da terra, no seu tempo. E' quanto basta para justificar o esforço de lhe reconstituir, quanto possivel, a personalidade historica, procurando pôr alguma ordem nas licções controversas, mal documentadas e nem sempre exactas dos historiadores.

«E' o que tentaremos fazer nesta nota, documentando os factos e deduzindo d'elles as conjecturas racionaes, que possam comportar.

«A versão de Pedro Taques, sobre Manoel de Lemos, sendo embora a mais antiga e pouco extensa, ainda não foi excedida, em veracidade, pelas de historiadores vindos depois. Nella beberam todos, e muito pouco lhe addicionaram de novo.

«Em funcção de genealogista, limita-se Taques a esta curta nota:

«Anna Mathoso Mourato casou em S. Paulo com Manoel de Lemos Conde, natural da villa de Borba, que foi provedor dos reaes quintos da fazenda de Parnaguá, e que em 1681 se degolou por suas proprias mãos, estando preso e sequestrado.»

«O Dr. Silva Leme reproduz a versão de Taques e accrescenta ter sido Manoel de Lemos o descobridor das minas de prata de Paranaguá e haver merecido carta firmada pelo rei em 1674, autorisando-o a continuar no cargo de Provedor das minas. Em additamento, e em volume posteriormente publicado de sua obra, diz ainda o Dr. Silva Leme haver sido informado pelo Capitão Francisco de Paula Dias Negrão, de Curityba, que Antonio Vieira dos Santos, em sua Historia da Fundação de Paranaguá, registára uma carta patente de nomeação de Manoel de Lemos, para o cargo de capitão-mór de S. Vicente, datada de 27 de Novembro de 1684, donde deve concluir-se que, a ser exacta a versão de Taques, se enganou no anno apontado, como aquelle em que o suicidio se realizou.

«Ha aqui confusão, nascida de data errada e de documento desattentamente criticado. Procuremos esclarecer a dúvida, com elucidações de outras fontes. Está errada, como dissemos, a data de 27 de Novembro de 1684, consignada por Vieira dos Santos, como sendo a da patente, passada na Bahia, pelo governador geral Affonso Furtado de Mendonça, confirmando a Manoel de Lemos no officio de provedor das minas de ouro, «pelo zelo que mostrou na companhia do capitão-mór Agostinho de Figueiredo (falta de palavra) das minas de prata, que se acharão nos districtos da mesma villa de Paranaguá». O proprio Vieira dos Santos fornece prova cabal d'esse erro, na carta consignada em sua nota n.º 51, e que aqui transcrevemos na integra, pelas informações biographicas, que encerra:

«Agostinho de Figueiredo Capitám Mór e Governador da Capitania de Sm. Vicente, e admenistrador Geral destas minas da repartição do Sul, por Sua Alteza; e Commissão do Governo Geral deste Estado — Porquanto vindo a esta Capitania de Fernaguá a tratar de com effeito obrigar o descobrimento das minas de prata que sedis haver, achei o Capitám Manoel de Lemos Conde estar servindo o Cárgo de Provedor das minas desta offeçina provido pelo Governo Geral deste Estado o qual Cargo me consta servir, com muita satisfação e zello no Serviço e Fazenda de Sua Alteza que Deos Guarde, e já tem servido outros muitos annos, e acharão (sic) o dito Provedor com mt.ª vontade e grande zello para me acompanhar aos Sêrros e minas desta Villa; com sua pessoa, filhos, e ne-

gros de seu serviço a sua custa, como pessoa intelligente que sabe as paragens, onde se hade fazer as experiencias que pretendo fazer para effeito de se descobrirem minas de prata, e fiando eu do dito Provedor, que se haverá em tudo, o que do serviço de Sua Alteza for nesseçario muito conforme a confiança que delle faso: — Hey porbem eao (de o) conformar (confirmar) csmo (como) pela prezente faso, da serventia do dito Cargo de Provedor das minas desta Villa, e seus destrictos, para que continúe na forma de dita Provisão de confirmação por mim asignada e Sellada com sinete de minhas armas, a qual se cumprirá tão inteiramente como nella se contem sem duvida, contradicção, ou embargos, e registrará nos livros de registos o que tocar.

«Dada nesta Villa de Nossa Senhora de Pernaguá aos 26 de Março de 1674.

«Sello das Armas. — Agostinho de Figueiredo. — Cumpra-se como nella secontém e registese onde tocar. Pernaguá em 28 de Março de 1574 (por, 1674) annos. Manoel Velloso da Costa — João Vellozo de Miranda — Francisco da Silva — João Dias Cortes — e Eu Manoel Sardinha Pereira, Escrivão da Camara o registei bem e verdadeiramente como nella se contem.»

«Esta carta é, pois, datada de Paranaguá, aos 26 de Março de 1674 e, embora diga que Lemos Conde estava servindo, com zelo, e já tinha servido por muitos annos o cargo de provedor das minas, por provisão do governo geral do Estado, e por tudo isso lhe confirmava a serventia do dito cargo, não póde haver duvida de ter sido esta confirmação, de Agostinho de Figueiredo o motivo da nova patente passada pelo governador geral Affonso Furtado de Mendonça, datada da Bahia aos 27 de Novembro de 1674, e, não, 1684, como, por lapso, consignou Vieira dos Santos, á pagina 40.

«Se mais provas do êrro de data fossem necessarias, haveria ainda esta, — de todas a mais inconcussa: o governador geral Furtado de Mendonça, que tomou posse do governo, em 8 de Maio de 1671, veiu a fallecer em 26 de Novembro de 1675. Não poderia, pois, ter assignada a patente, em 1684, isto é: nove annos depois de haver fallecido. O anno exacto da patente é, sem duvida possivel, o de 1674; o que mais uma vez confirma a versão de Pedro Taques.

«Além d'isso, houve confusão do Dr. Silva Leme, quando disse ter sido Manoel Lemos nomeado, para o cargo de capitão-mór de S. Vicente. A nomeação, como acima se viu, foi para o cargo de Provedor das minas de Paranaguá; nomeação feita, sim, pelo Capitão-mór de S. Vicente Agostinho de Figueiredo. Houve confusão de cargos e pessoas.

«Dizemos ter sido do Dr. Silva Leme a confusão, porque o seu informante, em monographia de sua lavra, narra os acontecimentos, como de facto se deram; reincidindo, porém, no êrro de data da patente.

«Por insignificantes que pareçam os factos acima criticados, são elles que dissipam toda a duvida sobre a veracidade da versão de Taques, e vão fornecer-nos elementos elucidativos de acontecimentos occorridos em Paranaguá, relativos ao assumpto da descoberta das minas de prata, e que culminaram na prisão de Manoel de Lemos Conde. São successos interessantes da vida local, e que ainda careciam de completa elucidação.

«Qual teria sido o motivo da prisão de Manoel de Lemos Conde? Por ordem de quem teria sido effectuada essa prisão? A resposta a essas duas perguntas está, sem duvida, contida no caso da descoberta das minas de prata de Paranaguá, caso em que a acção de Manoel de Lemos foi proeminente.

«Tentemos, pois, reconstituir o acontecimento, á luz da licção dos historiadores e dos documentos, ábaixo transcriptos e por nós colhidos do Archivo de Marinha e Ultramar.

«Como já vimos na carta régia de 1674, citada por Pedro Taques e outros, Manoel de Lemos exercia effectivamente o cargo de provedor das minas de Paranaguá.

«Mais duas cartas régias, que ábaixo transcrevemos, o confirmam.

«Do anno de 1674, encontramos registada, no códice respectivo do Archivo Ultramarino, carta dirigida ao provedor das minas de Paranaguá, mas cujo nome não se

cita, em que se lhe censura a longa falta de noticias d'essas minas. Quasi ao mesmo tempo em que esta censura era expedida ao provedor, chegava a Lisbôa a noticia de haver elle descoberto minas de prata, em Paranaguá. A boa nova era transmittida por Manoel de Lemos e tambem pelo governador geral do Estado Affonso Furtado de Mendonça. E' pelo menos o que se deprehende de carta régia de 30 de Novembro de 1674, citada por Francisco Negrão e dirigida ao mesmo Manoel de Lemos.

«A noticia, por certo, agradou muito, na Metropole. Era mais uma esperança, e bem fundada, de se ver satisfeita a velha ambição de descoberta de minas de prata, no Brazil, que pudessem rivalizar com as das Indias Hespanholas. Nem podia ser mais opportuna a noticia, porque, no dizer de Pedro Taques, havendo passado «de Castella ao reino de Portugal um Dom Rodrigo de Castel Branco, a quem Sua Magestade tomou por fidalgo de sua casa, o qual senhor persuadido das grandes expressões do tal castelhano, que assegurava ter um pratico conhecimento de minas de ouro, prata e pedras preciosas», já estava em via de realização a viagem de Dom Rodrigo, para «o entabolamento das minas de prata de Tabayana do Estado do Brazil», como se vê da instrucção que lhe foi dada, aos 28 de Junho de 1673. Realizou-se effectivamente, nesse anno, a sua chegada, á Bahia.

«E assim iria a presumida competencia do fidalgo castelhano ser tambem aproveitada, na verificação das minas de Paranaguá e de Sabaráboçú.

«Foram expedidas ordens ao provedor da fazenda do Rio de Janeiro, para que, sem embargo dos desaccordos havidos com o ouvidor geral da Capitania, Pedro de Unhão Castello Branco, sobre differenças de jurisdicções officiaes dos quintos do ouro e da prata, mandasse, d'alli por deante, como administrador das ditas minas, pôr em arrecadação os quintos, conservando, porém, os officiaes d'ellas, «principalmente os de Pernaguá» até nova ordem, nada dispondo sobre factos anteriores passados com esses officiaes, «porquanto hão de assistir a Dom Rodrigo e a Jorge Soares, que tenho ordenado vão a essa capitania, a fazer deligencia tocante ao descobrimento das minas de

prata para se averiguarem, e depois disso se tratar do que for mais acertado sobre os offeciaes dos quintos do ouro de Pernaguá que são os que derão conta das minas de prata, por ser conveniente que se conservem os offeciaes que tem para este effeito».

«Narra Francisco Negrão que Manoel de Lemos Conde, procurando pôr têrmo ao descaminho do ouro dos quintos, entrou em conflicto com os póderosos da terra, que o depuzeram do cargo, prenderam-n'o e ameaçaram-n'o de morte. Documenta essa narrativa com carta régia de 19 de Março de 1676, carta por elle, Negrão, copiada do original existente no Archivo Publico Nacional do Rio de Janeiro. A carta é dirigida a Mathias da Cunha, a quem se diz remetterem-se duas outras, para Thomé de Souza Corrêa «e Pedro de Unhão de Castello Branco, ouvidor geral da Capitania, para que façais entregar a cada um delles, declarando ao Ouvidor vá logo dar cumprimento ao que lhe mando executar sobre ir á sua custa a Paranaguá repor o Administrador das minas de Prata e aos officiaes que com elle servem e que com excesso e contra minhas ordens tirou e prendeo, e me avisareis de como se derão as cartas e se lhe fez assim executar».

«Esta carta só demonstra que Manoel de Lemos Conde foi deposto e preso, como os officiaes que com elle serviam, pelo ouvidor geral Pedro de Unhão Castello Branco; o que teria succedido por occasião da correição feita por elle á Paranaguá, em 1675, como refere Pardinho, nos capitulos 42 e 43 de seus Provimentos. Di-lo positivamente a carta régia, quando manda ao ouvidor que vá logo e «á sua custa» (como castigo) repôr aquelles que «com excesso e contra as minhas ordens tirou e prendeo». Outra prova do desagrado Real, em que incorreu Pedro de Unhão, encontra-se na já citada carta régia, de 5 de Junho de 1677, ao provedor da Fazenda do Rio de Janeiro, onde a elle se faz referencia, como «ouvidor geral, que foi, d'essa capitania»; e que, portanto, já não era, por haver sido substituido.

«O que com mais segurança se póde deprehender da carta régia ácima citada é que, a salvação de Manoel de Lemos e dos seus officiaes, nessa occasião, foi tão

somente devida á noticia do descobrimento das minas de prata.

«Ahi se manda correr temporariamente um véu sobre o «atrazado», até depois de averiguadas as minas. Depois d'isso se trataria do que fosse mais acertado, sobre os officiaes dos quintos do ouro de Paranaguá.

«O sonho das minas de prata sobrepunha-se a tudo. Dava até lugar a larguezas régias, ás quaes a colonia não andava acostumada; se bem que fossem larguezas arrancadas, em grande parte, ao imposto e donativo de Inglaterra e paz da Hollanda e á zelosa assistencia dos paulistas. Basta que se vejam as vantagens concedidas e promettidas a Dom Rodrigo de Castel Branco. Vinha elle na qualidade de administrador geral das minas, com seiscentos mil reis; e, para as de Paranaguá e Sabaráboçú, trazia ainda o officio de administrador e provedor geral, com quarenta mil reis mensaes de ordenado; e, quando as minas descobertas rendessem livres para a fazenda quarenta mil cruzados, passaria de quárenta a sessenta mil reis a mensalidade, além de setecentos mil reis de juro e herdade para sempre.

«Para os «leaes paulistas», que o auxiliassem, trazia, como promessas costumadas, um hábito de Christo, dous de Aviz, dous de S. Thiago, com vinte a quarenta mil reis effectivos para cada hábito; e mais seis fóros de cavalleiros fidalgos, seis de moços da camara, e promessa de respeito ao serviço prestado, para haverem do mesmo senhor a mercê de fidalgos da sua casa. Pela largueza das concessões e das promessas, mede-se bem a das esperanças.

«O resultado final, porém, não poderia ter sido de maior decepção para todos. Nos nove annos contados da chegada de Dom Rodrigo á Bahia, em 1673, até Setembro ou Outubro de 1682, quando, no sertão de Sabaráboçú, o bandeirante Manoel de Borba Gato, em conflicto originado de censura, que fizera ao fidalgo, de esbanjar inutilmente os dinheiros do rei e só se occupar de caçadas para abastecimento de sua lauta mesa, acabou por precipitar a Dom Rodrigo ao fundo de alta cata, onde cahiu morto; em todo esse tempo diziamos, nem o mais leve

successo corôou a empreza dos pesquisadores das minas de prata. Um anno perdido, na Bahia, quatro inutilmente despendidos no sertão de Tabaiana, o insuccesso de pesquizas mineraes confiadas, no Rio de Janeiro, a João de Campos de Mattos; tudo isso já devia levar Dom Rodrigo em pessima disposição de ánimo, quando, em Abril de 1679, chegava de Santos, por via terrestre, á Paranaguá.

«Ahi, porém, poderia elle encontrar compensação, para os anteriores insuccessos. A existencia de minas de prata, nessa região, não dependia de vagos boatos, como nas outras exploradas. O descobrimento d'estas, de Paranaguá, fôra officialmente communicado ao rei, pelo provedor Manoel de Lemos Conde e pelo governador geral do Estado. Só restava verificar que a sua importancia fosse tal que, não somente restituisse brilho ao desempenho da missão, de que elle, Dom Dodrigo, viera investido; mas que tambem lhe assegurasse a realização das régias promessas.

«Chegado, pois, a Paranaguá, mette logo Dom Rodrigo mãos á obra.

«Organisa a expedição, para a pesquisa das minas de todo o districto.

«Em 6 de Abril de 1679, segundo Vieira dos Santos, passa patente de capitão-mór da gente, que vai ao descobrimento das minas, a Antonio de Lemos Conde.

«Suspeitamos de outro lapso do nosso chronista, neste nome. Não seria antes ao proprio Manoel de Lemos Conde que teria sido passada essa patente?

«Por um lado, o cargo parecia mais adequado a quem tinha mais competencia e maior responsabilidade; por outro, não ha noticia de Antonio algum, appellidado de Lemos Conde. Os filhos varões de Manoel de Lemos chamavam-se: Antonio Morato, Francisco de Lemos Mattoso e Manoel de Lemos Mattoso.

«Fosse como fosse, porém, toda a gente se pôs em actividade, com o proprio Dom Rodrigo á frente; bateu sêrros e serras, onde se dizia haver minas de prata; galgou e transpôs a Cordilheira do Mar; e chegou aos campos de Curityba. Ao fim de um anno, porém, de esforços e largas despesas, estavam todos de volta a Paranaguá, sem terem visto um grão de prata e, de minas de ouro,

tão somente as antigas, onde a gente da terra, de longa data, faiscava.

«A nova decepção de Dom Rodrigo havia de ser a maior de todas, e o azedume d'ella brotado havia de se descarregar para cima de quem annunciára descoberta de minas que, de facto, não se encontravam.

«Foi o que succedeu. Dom Rodrigo, ao partir para Santos, em Abril de 1680, depôs a Manoel de Lemos do cargo de provedor das minas e prendeu-o.

«Não parou ahi a sua furia. Manoel de Lemos, suicida-se na prisão, em 1681, e Dom Rodrigo, antes de penetrar no sertão de Sabaráboçú, sequestra-lhe os bens.

«Outros factos e documentos confirmam as illações, que ácima deduzimos dos já citados. Nesse anno de 1680, apparece novo provedor das minas de Paranaguá. E' Thomaz Fernandes de Oliveira. Conjuga-se perfeitamente essa data com a da deposição de Manoel de Lemos e, como adeante se verá, foi Dom Rodrigo quem proveu a Thomaz nesse cargo. Cumpre notar que Vieira dos Santos, com outro lapso de cópia, introduziu alguma confusão neste assumpto; mas que é facil de dissipar, como se vai ver.

«Transcreve Vieira dos Santos uma carta régia para o provedor das minas de ouro de Paranaguá Thomaz Fernandes de Oliveira, em que se lhe autorisa a assistir a um sacerdote, reclamado pela camara, pelo rendimento dos quintos quando não bastem os da finta dos moradores entre si e os dos dizimos.

«A data d'esta carta inscripta por Vieira dos Santos é de 21 de Outubro de 1668, quando o anno exacto é o de 1680. Verificamos esse engano, no códice respectivo do Archivo de Marinha e Ultramar, onde ha várias cartas tratando do mesmo assumpto e quasi de igual teor, para o governador do Rio de Janeiro, administrador ecclesiastico, officiaes da Camara de Paranaguá e provedor da fazenda da Capitania de São Vicente, todas datadas de 21 de Outubro de 1680. Damos a ultima, ábaixo, na integra; porque seria a que levou destinada a Thomaz, que não consta d'aquelle códice.

«Ainda mais uma prova de que foi Dom Rodrigo quem fez substituir Manoel de Lemos por Thomaz, dão-nos mais duas cartas régias, tambem ábaixo transcriptas, e que se referem a requerimentos de Thomaz, sobre lhe mandarem pagar vencimentos do tempo em que serviu de provedor das minas. A primeira manda expressamente informar «o poder que tinha Dom Rodrigo de Castel Branco para prover officios». Não nos parece que possa prevalecer qualquer dúvida sobre os factos discutidos.

«Do que atraz se expõe tambem se póde deduzir que Paranaguá só teve prata, no nome da sua bella serra. Parecem depor no mesmo sentido os seguintes factos: Pardinho, que, em vários capitulos dos seus Provimentos, providenciou sobre minas de ouro, nenhuma referencia fez ás da prata; Antonil, que foi autor bem informado, no seu tempo, e cujo livro data de 1711, nem sequer incluiu Paranaguá, na lista dos lugares, onde constava haver esse metal. São provas indirectas, mas que dão assistencia ás outras.

«Não nos parece que devesse ser motivo de grande descontentamento, para os habitantes de Paranaguá d'aquelles tempos, a fracassada esperança da descoberta das minas de prata. Se não podiam ter deante dos olhos a sorte dos moradores das regiões das grandes minas, já poderiam ter noticia d'aquelle sermão, quasi prophetico, que, na primeira oitava da Paschoa de 1656, pregou Antonio Vieira, na matriz da cidade de Belem, prodigalisando consolações aos povos do Grão Pará, por identica decepção de minas não descobertas. Depois de lhes suavizar tristezas, com a pintura dos males, que lhes adviriam da esperança realizada, clamava o pregador em certo passo: «Ainda falta «por dizer o que mais vos havia de destruir e assolar. «Quantos Ministros Reaes, e quantos Officiaes de Justiça, «de Fazenda, de Guerra, vos parece que haviam de ser «mandados cá para a extracção, segurança e remessa deste «ouro, ou prata? Se um só destes poderosos tendes expe«rimentado tantas vezes, que bastou para assolar o Esta«do, que farião tantos? Não sabeis o nome do serviço «Real (contra a tenção dos mesmos Reis) quanto se es«tende cá ao longe, e quão violento é, e insoportavel? «Quantos Administradores, quantos provedores, quantos

«Thesoureiros, quantos Almoxarifes, quantos Escrivães, quan-
«tos Contadores, quantos guardas, no mar e na terra, e
«quantos outros officios de nomes e jurisdições novas se
«havião de crear, ou fundir com estas minas, para vos
«confundir e sepultar nellas?

«Que tendes, que possuis, que lavrais, que trabalhaes,
«que não houvesse de ser necessario para o serviço de
«El-Rei, ou dos que se fazem mais que Reis, com este
«especioso pretexto? No mesmo dia havieis de começar a
«ser Feitores, e não Senhores, de toda a vossa fazenda.
«Nem havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a
«vossa canôa, nem vosso o vosso carro, e vosso boi, senão
«para o manter e servir com elle. A roça haviãovola de em-
«bargar para os mantimentos das minas. A casa haviãovola
«de tomar de aposentadoria para os Officiaes das Minas.
«O cannaveal havia de ficar em mato, porque os que o
«cultivassem havião de ir para as minas; e vós mesmo não
«havieis de ser vosso, porque vos havião de apenar para
«o que tivesseis, ou não tivesseis, prestimo; e só os
«vossos Engenhos havião de ter muito que moer, porque
«vós e vossos filhos havieis de ser os moidos.»

«Que quadro, do que se provou nas grandes minas, e do que se livrou a gente de Paranaguá, com o fracasso de Dom Rodrigo; mas que, ainda assim, lá deixou victima.

«Voltemos, porém, a Manoel de Lemos Conde, cuja personagem deu pretexto a esta nota. Narrámos os factos, como os pudemos apurar; mas a historia não seria historia, se fosse apenas amontoado de factos crús. A crueza, só por si, é geralmente desmoralisadora. Se a razão, desprevenida e calma, não penetra até a justa significação dos factos, no tempo e no meio, julga como o sentimento e, não, como a razão deve julgar.

«Os factos, em sua crueza, apresentam-nos Manoel de Lemos, sob um prisma que lhe é pouco favoravel. Provedor das minas, d'ellas não dá noticia; e, quando censurado por isso, annuncia o descobrimento das de prata que, de facto, não existem. Entretanto o governador geral do Estado, informado por Agostinho de Figueiredo, que as foi pessoalmente verificar, tambem as dá por descobertas. «Se a verificação posterior de Dom Rodrigo, auxiliado por mais habil mineiro, que comsigo levou, não deu a esperada confirmação; porque motivo se ha de attribuir o insuccesso á má fé do provedor e, não, á sua incapacidade e á deficiencia dos meios locaes, para classificação exacta dos mineraes encontrados? Não foi isso o que se deu, mais de uma vez, com as pedras verdes desvaliosas, que heroicos sertanistas tiveram em conta de riquissimas esmeraldas? Não foi o que se deu, em sentido opposto, no descobrimento das «Geraes», com aquelles granitos côr de aço, que ninguem sabia o que fossem, e só no Rio de Janeiro se conseguiu verificar serem d'esse ouro preto, e do mais fino quilate? Ponderações d'essa especie não podem deixar de attenuar a má nota do provedor.

«Nas proprias accusações proferidas contra Manoel de Lemos por Pardinho, no assumpto da usurpação das terras do rocio, não deixa de ser indicio favoravel o facto de nunca haver alludido aos acontecimentos relacionados com a descoberta das minas de prata, nem mesmo ao desastrado fim do provedor. E tudo isso se passára havia apenas quarenta annos, quando Pardinho fez a sua correição em Paranaguá. Havia por força de encontrar ainda, alli, gente contemporanea d'esses acontecimentos, junto da qual se informasse com alguma exactidão.

«Nenhum indicio, porém, descarrega tanto a memoria de Manoel de Lemos, como o que nos fornece o desfecho do sequestro dos seus bens; porque este, além de positivo, é documentado.

«Demonstram effectivamente tres cartas régias que os bens sequestrados e arrecadados de Manoel de Lemos orçaram por 793$860 réis; e que, sua viuva e filhos obtiveram sentença favoravel do Juizo dos Feitos da Fazenda da Côrte, para o effeito de lhes serem restituidos esses bens; sentença a que o rei mandou dar cumprimento.

«E' incontestavel que, se a prisão de Manoel de Lemos e o sequestro de seus bens não tivessem dependido exclusivamente da mal humorada prepotencia de Dom Rodrigo; mas decorressem de falta commettida pelo provedor, na arrecadação ou applicação do rendimento dos quintos: nunca teriam os herdeiros obtido aquella sentença favoravel. Nem, tão pouco, é a importancia dos bens se-

questrados de molde a se poder attribuir tanta esperteza egoista a Manoel de Lemos Conde. Mais esperteza haveria no depositario dos valores arrecadados que, na passagem do deposito para as mãos do recebedor da fazenda, já o entregou desfalcado de mais de dez por cento, «por se não achar clareza da quantia que se havia depositado». Com que desfalque teria chegado essa quantia, afinal, ás mãos dos herdeiros?

«Subsistem, pois, a cargo de Manoel de Lemos Conde, as accusações do ouvidor Pardinho, relativas ás terras do rocio. Para essas, não encontramos documentos que as pudessem contestar. Constituiriam ellas mais um caso de abuso de influencia pessoal, para fins egoistas. Abusos d'essa natureza são de todos os tempos; mas tambem o são os pendores humanos, para acceitar, como provadas, todas as accusações d'essa especie. Os melhores dótes de critica cedem, ás vezes, á influencia de taes pendores, e proferem ou perfilham falsas accusações d'essa especie.

«Sem a minima intenção de descabida defesa de Manoel de Lemos, neste particular, não resistimos á tentação de transferir para aqui um caso, que constitúe excellente licção, para quantos se occupam de critica historica.

«E' referido por Braamcamp Freire que, com muita graça e excellente logica, corrigiu um êrro d'essa especie, e êrro de quem? De Herculano, sempre tão escrupuloso na documentação dos seus juizos.

«Tratava-se de Dom João de Aboim (ou de Portel), o celebre valido e mordomo de Affonso III, que, por tal modo utilizou a influencia de que gosava, a ponto de engrandecer extraordinariamente a sua casa. «. . . Tudo lhe convinha, contanto que augmentasse as suas riquezas,» diz Braamcamp Freire. «. . . . cartas de doações, privilegios, diligencias, compras, vendas, adopções para heranças, quitações e outros contratos; uns do rei outros de várias ordens militares e monacaes, de varios concelhos de cidades e villas, que o recebiam com sua mulher e filhos por seus visinhos, dando-lhes herdades, e finalmente de particulares, que lhe vendiam, ou davam, ou deixavam seus bens, adoptando-o por filho, a elle, ou a seu filho mais

velho, para herdarem a metade, ou a terça parte, de suas legitimas, mesmo havendo filhos.»

«Em presença de tudo isso, que consta de um Livro de Registo, &, &, existente na Torre do Tombo, não admira que Herculano, deparando com uma sentença de 1284, que mandava a Dom Pedro Annes restituir ao concelho de Sortelha bens usurpados por seu pae Dom João, entendesse tratar-se de Dom Pedro Annes de Portel e seu pae Dom João de Aboim. Assim não era porém, e tambem Herculano dormitou. Tratava-se, como Braamcamp incontestavelmente demonstrou, de Dom Pedro Annes Gago, casado com uma filha bastarda de Affonso III, e de seu pae Dom João Martins Chora. E assim conclúe Braamcamp: «E'ra, ou não, facil a confusão? E'ra, ninguem affirmará o contrario. Fique, pois, o mordomo de Dom Affonso III com outras rapinancias, se as praticou, mas a da Sortelha temos de lh'a tirar do sacco, que já não iria mal cheio de peccados.» O caso é typico e de bom ensinamento.

«Proceda tambem assim a critica historica, com Manoel de Lemos Conde, tirando-lhe do sacco os peccados alheios, que outros lá puzeram; e esperando que os restantes, se os houver, como parece das accusações de Pardinho, sejam-lhe levados á conta de bons serviços prestados á terra nova, em tempos de incipiente civilização e muita dureza.

«Ao desilludido Dom Rodrigo de Castel Branco, já lhe bastaria a sua desillusão, desde que a carta régia, que o mandava recolher-se ao reino, já o não encontrou vivo; nem podia encontrar, a outra, que lhe mandou sequestrar os bens. O fim tragico, que lhe coube em sorte, desperta compaixão. Eram, porém, processos da época: a sua extrema dureza, para com Manoel de Lemos Conde, e a violencia extrema do celebre bandeirante para com elle mesmo.»

— No «Boletim do Archivo Municipal de Curityba», Vol. VII, em nota relativa a D. Rodrigo, assim nos expressamos:

«D. Rodrigo de Castello Branco, parente do Ouvidor Geral do Brasil, foi por este mandado em Março de 1676 á Paranaguá, em virtude de uma Carta Régia que lhe de-

terminava fosse logo a sua custa a essa Villa, repôr o Administrador das Minas de Prata Manoel de Lemos Conde e aos officiaes que com excesso e contra ordens de El-Rey prendeu e depoz de seus cargos com ameaças de morte, devendo avisar a el Rey da maneira como suas ordens foram executadas. Com D. Rodrigo veio, com o mesmo encargo, o Sargento-mór Antonio Affonso Vidal, os quaes trouxeram tambem a missão de averiguar as minas da Capitania de Paranaguá e seu termo, e da fiscalisação na arrecadação. D. Rodrigo em 1680 ainda se achava em Curityba, examinando as minas da Campina de Botiatuva, proximo ao Passauna e as do Itaimbé. Em 1681 D. Rodrigo já nomeado Administrador Geral das Minas do Brasil, cae varado por uma bala de um partidario de Manoel Borba Gato, genro do descobridor das esmeraldas, por querer D. Rodrigo se apossar dos roteiros das minas de Sabarabussú, ao que a isso se oppõe Borba Gato, por pertencer o roteiro aos herdeiros de seu sogro Fernão Dias Paes Leme, celebre bandeirante.»

Esta nota mereceu o reparo que atraz reproduzimos, do theor seguinte: «Esta nota do esforçado historiador patricio (Francisco Negrão) discrepa dos documentos e versões conhecidas em varios pontos.»

— Não podemos atinar em que pode a nota ser considerada discrepante da verdade historica. Apresentamos documentos novos por nós extrahidos do Archivo Publico e baseamo-nos em fontes insuspeitas.

Viriato Corrêa, no artigo infra, corrobora a nossa asserção, que já era documentada. Eis o que diz Viriato Corrêa:

«Borba Gato, ao avistar D. Rodrigo de Castello Branco, que se aproximava pelo caminho daquelle outeiro que se chamou depois o Alto do Fidalgo, avisou novamente aos dois pagens que, a alguns passos, se perfilavam, de trabuco aos hombros:

«Fiquem ahi bem quiétos. Nem um movimento. Eu sósinho me entenderei com o hespanhol.»

«Era em outubro do anno de 1681. A desavença entre d. Rodrigo e Borba Gato nunca estivera tão accesa e feroz. Havia varios dias que aquelles dois chefes de

«bandeiras» num choque de interesses e de vaidades, viviam em discordia, agitando aquelle pedaço da terra mineira do Sumidouro.

«Aquella contenda era das muitas contendas da época agitada e maravilhosa dos bandeirantes.

«Os sertões estavam cheios de aventureiros paulistas em procura das minas, do ouro lendario que se dizia existir, como em parte nenhuma, na terra brasileira. Lévas de homens varavam cordilheiras e valles, ao acaso, ao sol, á chuva, em bandos tão numerosos, que pareciam cidades ambulantes.

«Havia gente de toda a casta, creanças e mulheres, indios e fidalgos, escravos e doentes, tudo a caminhar sem rumo, a rumo do ouro que se não sabia em que confins da terra os esperava.

«E, dia a dia, novas levas saiam, de bandeira, á frente, desfraldada, a seguir para onde o vento guiava a bandeira. Ninguem pensava no dia de hoje. Era sempre a visão do futuro, a luminosa visão do amanhã dourado por aquelle ouro que a fabula collocava no amago dos sertões remotos. Se faltavam viveres ao bando, eil-o a parar num descampado, lavrando a terra, semeando-a, percorrendo as redondezas emquanto as roças frutificam, seguindo ao acaso novamente, depois da colheita farta. Era a aventura, era a audacia, o enigma, o desconhecido que o clarão das riquezas illuminava tentadoramente.

«A «bandeira» de Fernão Dias Paes Leme tinha sido a mais numerosa daquella época de sonho e de aventura. A tempera de ferro do grande paulista tinha resistido durante sete annos na rudeza dos sertões das Minas Geraes, sem um desanimo, sem uma quebra, á procura das montanhas resplandescentes de esmeraldas que se diziam existir em Sabarabussú.

«Com as honras de governador das minas de esmeraldas que o rei de Portugal lhe dera, arrasta um mundo de aventureiros para as selvas desconhecidas, alcança as cabeceiras do Rio Doce e do S. Francisco, sem encontrar uma só das pedras verdes que a lenda dizia existirem em montões para aquellas bandas. Mas não esmorece. As discordias agitam os bandeirantes que obedecem ao seu mando. A sua energia de sertanejo domina tudo.

«Para a frente! ao acaso!

«E chega aos immensos pantanos de Vupabussú. Ha pedras verdes cobrindo as ribanceiras e os montes. Devem ser as esmeraldas da lenda, as esmeraldas que havia tantos annos, se procurava por aquelles intrincados de cordilheiras e rios.

«E volta para S. Paulo, carregando a riqueza verde. Mas as febres dos pantanos tiravam-lhe a vida. Ao chegar ao Rio das Velhas, ali bem perto do Sumidouro, não tem mais forças para andar. A morte está proxima. Mas um consolo alegra a alma do velho bandeirante paulista. O seu genro Manoel de Borba Gato, destemido e valente como ninguem, chega á frente de uma bandeira, trazida de S. Paulo. Paes Leme entrega-lhe o bando, entrega-lhe os titulos de governador das minas das esmeraldas, as munições, as armas da «bandeira», pede-lhe que continúe as descobertas das montanhas resplandescentes de Sabarabussú, e morre.

«Era a successão de Paes Leme, a continuação da obra do grande bandeirante que accendera aquella terrivel discordia entre d. Rodrigo e Borba Gato.

«O Rei de Portugal nomeára d. Rodrigo de Castello Branco administrador geral das minas. O fidalgo vinha de S. Paulo, a caminho do Sumidouro, á frente de uma «bandeira» apparatosa, de duzentos e quarenta indios e tres companhias de paulistas. As noticias que corriam sobre d. Rodrigo, por aquelles sertões longinquos, eram as mais desagradaveis.

«Diziam-n'o cheio de empafia, envaidecido do seu sangue de fidalgo, arrogante e libertino. A sua «bandeira» não era uma «bandeira», mas um rancho de bohemios e devassos que enchiam as selvas de scenas ruidosas de bebedeira e de lascivia. D. Rodrigo era como um potentado a frente de seu bando, desregrado, vivendo uma vida de banquetes estrondosos, seduzindo as virgens selvagens, numa eterna orgia de dansas e vinhos caros.

«Borba Gato, que já havia partido a cumprir a missão que Paes Leme lhe confiára, voltou ao Sumidouro para conhecer o fidalgo.

«Ao primeiro encontro chocaram-se. D. Rodrigo queria estender a sua autoridade até aos dominios e aos direitos de Paes Leme. Que lhe fossem entregues os roteiros e as minas descobertas.

«O protesto de Borba Gato foi prompto. Nunca! Se elle, D. Rodrigo, trazia uma nomeação legal, feita pelo rei, de administrador geral das minas, Fernão Dias Paes Leme, tambem pelo rei, tambem legalmente, havia sido investido dos poderes de governador das esmeraldas e dos descobrimentos e conquistas que fizesse. Nunca! Os alvarás davam a Paes Leme direitos de passar a terceiro os seus poderes. Paes Leme escolhera-o para lhe succeder.

«Nem morto se curvaria. O regimento que investia d. Rodrigo da autoridade de administrador excluia as conquistas do governador das esmeraldas.

«Ali estava clarissimo na propria letra do regimento, que dizia que os poderes do fidalgo se limitavam ás unicas minas que elle, em pessoa, descobrisse. Não! não entregava a «bandeira», não entregava os roteiros, não entregava as conquistas!

«Nunca mais se puderam entender. A situação de d. Rodrigo começou a aggravar-se. Era hespanhol e os paulistas sentiam irritação no mando de um estrangeiro. Fazem-se varias tentativas de conciliação.

«Borba Gato está irreductivel. Um dia o choque entre os dois bandeirantes, o paulista e o hespanhol, se daria, e violentissimo.

«D. Rodrigo insiste pela entrega dos roteiros de Sabarabussú. Borba Gato enraivece-se e, no furor do temperamento impulsivo de sertanejo, atira accusações á cara do fidalgo. Bebedo! Libertino! Melhor seria que elle cuidasse de servir de outra maneira a el-rei, do que andar naquella vida de orgias, de violas e guitarras, de bebedeiras e mulheres.

«Não fossem os amigos dos dois chefes que intervieram promptamente, as consequencias do conflicto seriam horriveis.

«O fidalgo hespanhol comprehendeu que seria inutil insistir. Borba Gato era de uma coragem e de uma teimosia implacaveis.

«O melhor era cuidar de outros descobrimentos, ru-

mar em caminho de outras minas, em direcção do Tapajós. Mas, para tão longa viagem, não tinha munições. Que Borba Gato lh'as désse.

«O genro de Paes Leme estava em plena irritação. Não! não dava!

«Elle, se quizesse, que partisse com os recursos proprios. As munições da sua «bandeira» não pertenciam á fazenda real. Tinham sido compradas com o dinheiro do seu sogro e eram suas agora, como substituto do governador das esmeraldas. Aquella recusa, feita com tanta violencia e tanta brutalidade, irritou os homens de d. Rodrigo. Era um insulto ao chefe. Que se tomassem as munições por bem ou a força! E os dois punhados de bandeirantes separaram-se, de armas na mão para começar a luta.

«Ia ser uma carnificina aquillo, no meio daquellas regiões bravias onde todos se deviam unir para o bem de todos. Era necessario uma conciliação.

«E d. Rodrigo manda pedir ao genro de Paes Leme uma conferencia, em logar neutro, para que os dois se entendessem melhor. Foi marcado aquelle outeiro que se chamou depois o Alto do Fidalgo. Cada qual levaria dois homens como guardas, mas a conferencia devia ser entre os dois chefes sómente.

«Borba Gato acceitou. Agora, ao avistar o fidalgo que caminhava para o alto do outeiro, recommendava insistentemente aos seus pagens que se conservassem socegados, conforme as boas regras da paz.

«Quando d. Rodrigo se approximou, Borba Gato encaminhou-se ao seu encontro, estendendo-lhe a mão.

«A conferencia começou cordial e tranquilla. D. Rodrigo sabia ser fidalgo, quando queria; Borba Gato era, no fundo, uma alma simples e boa.

«Durante algum tempo houve entre elles delicadezas e animos de concordia.

«O fidalgo lamentou a viagem que era forçado a fazer em procura do Tapajós, por uma região ainda não trilhada, sem munições sufficientes para enfrentar as surpresas da selva virgem. Como lhe era impossivel voltar a S. Paulo para adquirir as taes munições, e como elle Borba Gato

teimava em não lh'as dar, tinha então resolvido abandonar o plano da derrota ao Tapajós e ficar por ali mesmo, explorando as minas que existem no Rio das Velhas.

«O paulista ergueu-se, com os olhos em fogo, os gestos assomados:

— Ah! aqui não! Não consinto! Uma chamma brilhou no olhar de D. Rodrigo.

— Porque?

— Porque o Rio das Velhas, respondeu Borba Gato, é districto dos dominios de Fernão Paes Leme.

— Mas eu sou o administrador geral das minas, nomeado por El-Rei.

— Eu sou, tambem por El-Rei, o dono e governador destas terras. Exijo que saia dellas no menor tempo possivel.

D. Rodrigo estremeceu, ferido no seu orgulho de fidalgo:

— E se eu não sair?

— Eu me encarregarei de o obrigar.

Uma onda de sangue subiu ao rosto do bandeirante hespanhol:

— Estupido! rugiu.

— Bebedo! devasso! gritou o paulista.

— Bandido!

«Os dois, ao mesmo tempo, avançaram um para o outro, de punhos erguidos.

«Um tiro estrondou. D. Rodrigo caiu no chão, varado, morto, como se alguem o tivesse fulminado. Borba Gato recuou estatelado, zonzo, sem comprehender aquillo.

«Lá adeante, um dos pagens, com o trabuco a fumegar, sorria. O chefe paulista correu-lhe ao encontro, desvairadamente.

— Para que o mataste, miseravel?

— Eu o vi avançando para o aggredir. Pensei. . .

«Borba Gato levou a mão desesperadamente a cabeça.

«Estava arruinada, para sempre, toda a sua vida.

«O que se acabava de dar ali era uma infamia e nunca convenceria ninguem que não tinha sido elle o autor daquella miseria. Estava perdido para o mundo.

«Os paulistas, os seus proprios homens, os seus pro-

prios amigos, nunca lhe perdoariam a pusilanimidade de ter mandado matar um homem, de surpresa, pelas costas, no momento de uma conferencia de paz. Iam tombar todos os seus esforços, todos os grandes sonhos de riqueza, de conquistas e de gloria.

«De agora por deante seria o infame que assassinou a traição.

«Ninguem, ninguem poderia acreditar que aquillo fosse obra da lealdade excessiva de um homem rude, que não comprehendera a gravidade do momento.

«Estava o seu nome, a sua honra desabados.

«Naquelle instante vinham chegando, ao rumor do tiro, os pagens de d. Rodrigo e um bando de paulistas que ali por certo esperavam os resultados da conferencia. Ao dar com o cadaver de d. Rodrigo, todos estacaram, surprehendidos, aterrados, fitando o genro de Paes Leme.

— Quem foi o miseravel que fez isto? perguntou um paulista no meio do silencio.

«Borba Gato baixou dolorosamente a cabeça.

— Eu!»

(Viriato Corrêa.)

— D. Rodrigo de Castello Branco, Administrador das Minas das Repartições do Sul, cumprindo a Ordem Regia de que nos referimos, ao chegar a Paranaguá, por Patente ahi passada a 6 de Abril de 1679, nomeou o Capitão Manoel de Lemos Conde para o lugar de Capitão-mór da gente que ia na diligencia do descobrimento das — Minas de Prata de Paranaguá.

Do matrimonio de Manoel de Lemos Conde houveram os seguintes filhos:

1 — Capitão Francisco de Lemos Mathoso	Capitulo 1.º
2 — Antonio Morato	Capitulo 2.º
3 — Manoel de Lemos Conde	Capitulo 3.º
4 — Catharina de Lemos	Capitulo 4.º
5 — Maria de Lemos Conde	Capitulo 5.º

CAPITULO 1.º

1 — Capitão Francisco de Lemos Mathozo Mouratto, foi

fundador da ermida de N. S. das Mercês da Ilha da Cotinga e da Capella de S. Benedicto de Paranaguá, segundo se vê de uma inscripção tumular existente na actual egreja de S. Benedicto, na qual consta ter fallecido em 1701.

O Dr. Silva Leme em sua preciosa obra o dá como tomando parte na conquista dos Palmares.

Em 1656 figurou em Paranaguá como Procurador do Conselho local.

CAPITULO 2.º

2 – Capitão Antonio Moratto ou tambem Antonio de Lemos Conde, da governança de Paranaguá, onde gozou sempre de largo prestigio e preponderancia pelo seu valor social e politico. Foi, com seu pae e seu irmão Francisco, fundador da ermida das Mercês da Ilha da Cotinga e da Capella de S. Benedicto de Paranaguá. Na actual egreja de S. Benedicto daquella cidade, servindo de sócco aos degráos da escada da porta principal, ha uma preciosa pedra tumular encimada de arabescos com os seguintes dizeres já em parte corroidos pela acção dos tempos:

SEPULTURA

DE

ANT.º MORATTO

Fundador

desta Capella

(Ha outras palavras já corroidas, terminando pela era de)

1721

Esta inscripção foi copiada pelo illustrado patricio Snr. Dr. Pamphilo de Assumpção que teve a gentileza de offertar-nos. Tivemos opportunidade de examinar esta preciosa lapide *in-locum*.
Era casado com Joanna do Canto e Castro. O Capitão Antonio Morato falleceu em 1721, deixando em Curityba, bens avaliados em 1:260$500.
Teve:

1-1 Tenente José Morato do Canto § 1.º
1-2 Joaquim Morato do Canto § 2.º
1-3 Antonio Morato do Canto § 3.º
1-4 Izabel Maria do Canto § 4.º
1-5 Ignacio Morato § 5.º

§ 1.º

1-1 Tenente José Morato do Canto, natural de Paranaguá, onde foi homem de grande valor. Exerceu por muitos annos o cargo de Escrivão da Ouvidoria e de Tabellião de Publico, judicial e notas.
Casou com Anna Maria do Espirito Santo.
Filhos:
2-1 Alferes Manoel Pereira do Canto, foi juiz ordinario em Parnahyba, onde casou em 1800 com Rita Bueno de Carvalho, filha do Tenente Francisco José de Carvalho, natural de Portugal, e de sua mulher Francisca Gomes Palheiros.
Filhos:
3-1 Maria Rita Morato do Canto, casada em 1819, em Itú, com o Tenente-Coronel Elias de Almeida Prado, filho do Sargento-mór João de Almeida Prado e de Anna de Almeida.
Teve:
4-1 João de Almeida Prado, nascido em 1821 em Piracicaba, ahi casou com Anna Soares, filha de Manoel Soares de Sampaio e de sua primeira mulher Anna Leite Penteado.

Filhos:
5-1 Manoel de Almeida Prado, casado com Joanna Sampaio, filha de Francisco Severino de Sampaio e de Maria de Sampaio.
Com geração.
5-2 Anna.
5-3 Francisca.
5-4 Elias.
5-5 João.
5-5 Rita.
5-7 Izabel.
5-8 Lourenço.
4-2 Lourenço de Almeida Prado, nascido em 1823 em Piracicaba, ahi casou em 1844 com sua prima irmã Anna Ferraz de Almeida, filha de Joaquim Ferraz de Almeida e de sua mulher Antonia de Almeida Prado.
Filhos:
5-1 Antonio de Almeida Prado, nascido em 1847 em Piracicaba, casou em 1892 no Jahú com Rosa Maxima, natural das Caldas da Rainha, Portugal.
5-2 Anna Ferraz, casada com o Major Fernando Ferraz de Arruda, viuvo de Rita de Almeida Prado, filho de Antonio Ferraz de Arruda e de sua mulher Anna Gertrudes de Almeida.
5-3 Maria Ferraz, que foi casada em primeiras nupcias em Piracicaba com Antonio Corrêa Leite, filho de Francisco de Almeida Leite de Sampaio e de sua mulher Maria Corrêa; esta, filha de Antonio Corrêa Pacheco da Silva; e em segundas nupcias com Felippe Pachano, natural da Italia.
5-4 Elias de Almeida Prado, nascido em 1849 em Piracicaba, casou em 1877 no Jahú com sua prima Maria Ferraz de Camargo, filha de Francisco de Camargo Penteado e de sua mulher Maria Ferraz de Almeida Prado.
5-5 Joaquim, falleceu solteiro.
5-6 Candida, falleceu solteira.
5-7 Thereza, falleceu solteira.
5-8 Rita Ferraz, casada com José Ferreira Alves, filho

de outro de igual nome e de sua mulher Francisca Ferreira de Almeida.
5-9 Antonia.
5-10 Bento.
5-11 Escholastica, casada com Francisco Antonio Leme.
5-12 Lourenço Nazareno, professor secular de latim no seminario de S. Paulo.
5-13 Carolina, casada com Antonio Fernandes Custodio.
5-14 Izabel, casada no Jahú com seu primo Joaquim Ferraz de Almeida, filho de João Ferraz de Almeida Prado e de sua mulher Anna Brandina de Almeida Bueno.
5-15 João Prado, casado em 1890 com sua prima Clotilde Augusta, filha de João Ferraz de Almeida Prado.

4-3 Elias de Almeida Prado, casado com Anna Arruda, em primeiras nupcias, filha de Manoel Arruda e de sua mulher Rosa da Silveira; em segundas nupcias com Francisca de Almeida Leite, filha do Sargento-mór Fernando de Almeida Leite e de sua mulher Anna de Almeida Pedroso; e finalmente em terceiras nupcias com sua prima Rita Morato do Canto, filha de Francisco Morato de Carvalho.
Filhos da primeira nupcia:
5-1 Elias Leopoldino, fallecido, que foi casado em primeiras nupcias com sua prima Rita, filha de Antonio do Amaral Campos e de sua mulher Anna Candida.
Filhos do segundo casamento:
5-2 Francisca.
5-3 Anna, fallecida, foi casada com Ignacio Leite de Mattos.
5-4 Maria, casada com seu primo Antonio, filho de Antonio Amaral Campos.
5-5 João, casado com sua prima Maria, filha de Manoel Ferraz de Sampaio.
5-6 Rita.
5-7 José.
Filhos do terceiro casamento:

5-8 João.
5-9 José.

4-4 José Elias de Almeida Prado, casou em Indayatuba com sua prima Francisca de Almeida Prado, filha do Capitão José de Almeida Prado e de sua mulher Maria Antonia de Camargo.
Filhos:
5-1 Elias, fallecido solteiro.
5-2 Escholastica, fallecida solteira.
5-3 Maria Rita.
5-4 João, fallecido solteiro.
5-5 Amador.
5-6 Lourenço.
5-7 Luiz.
5-8 Auta de Almeida, viuva de Arthur Pacheco Jordão, filho do dr. José Elias Pacheco Jordão.
5-9 Leonor.
Uma destas foi casada com Luiz Fernando de Souza.

4-5 Anna Candida de Almeida Prado, nascida em 1826 em Piracicaba, casou em Capivary com Antonio do Amaral Campos, fallecido.
Teve:
5-1 Antonio, casado com sua prima Maria.
5-2 Rita, casada com seu primo Elias Leopoldino.
5-3 Tiburcio, casado com Maria da Silveira, filha de João da Silveira.
5-4 Izabel, viuva de seu primo Lourenço de Almeida Prado, filho de Carmello de Almeida Prado e de sua mulher Francisca de Almeida Prado.

4-6 Francisca de Almeida Prado, filha de Elias de Almeida Prado e de sua mulher Anna Soares, casou com seu primo Carmello de Almeida Prado.

4-7 Antonio de Almeida Prado, natural de Piracicaba, casou em Itatiba com Thereza de Paula, fazendeira, viuva de José Vicente Ferreira, filha de José Francisco de Paula.
Sem geração.

4-8 Rita de Almeida Prado, foi a primeira mulher do Sargento-mór Fernando Ferraz de Arruda, filho de An-

tonio Ferraz de Arruda e de sua mulher Anna Gertrudes de Almeida.
Teve:
5-1 Antonia Ferraz de Arruda Pinto, casada com o Alferes Jayme Pinto de Almeida, filho de José Pinto de Almeida e de sua mulher Anna Cecilia de Oliveira.
Teve:
6-1 Antonio Pinto de Almeida Ferraz, bacharel em direito, advogado em Piracicaba, casado com Indiana Viegas Pinto, filha de José Viegas Jortes Moniz e de sua mulher Maria Auta Viegas.
Filhos:
7-1 Cloris Pinto Viegas.
7-2 Thaïs Pinto Viegas.
6-2 José Pinto de Almeida Ferraz, solteiro em 1904.
6-3 Maria Clotilde Pinto Ferraz, solteira.
6-4 Luiz Pinto de Almeida Ferraz, solteiro.
5-2 Antonio.
5-3 Anna Gertrudes, casada com seu primo João de Almeida Prado Junior, filho do Capitão João de Almeida Prado e de sua mulher Carolina Ferraz do Amaral.
5-4 Elias, fallecido solteiro.
5-5 Bento Ferraz de Arruda, casado em Piracicaba com Anna Pinto Ferraz, filha de Ricardo Pinto de Almeida e de Emilia Augusta Pinto Cesar.
Filhos:
6-1 Fernando Ferraz de Arruda Pinto.
6-2 Maria Emilia Pinto Ferraz.
6-3 Ricardo.
6-4 Alcides.
6-5 Bento.
6-6 Antonio.
6-7 Mario.
6-8 Alice.
6-9 Plinio.
6-10 Lucila.
5-6 Marcellino, fallecido solteiro.
5-7 João Leite Ferraz de Arruda, solteiro em 1899.
5-8 Francisco, fallecido em criança.
5-9 Maria, fallecida na infancia.

5-10 Fernando Ferraz, era academico de direito em S. Paulo em 1899.
5-11 Maria, solteira em 1896.
4-9 Francisco de Almeida Prado, nascido em 1832, em Piracicaba, casou em 1855 com Francisca, filha de João Ferreira Alves e de sua mulher Anna Thereza Pires de Almeida; neta pela parte paterna de Domingos Ferreira Alves e de sua mulher Lucrecia de Almeida Falcão.
Filhos:
5-1 Elias.
5-2 Anacleto.
5-3 Alfredo.
5-4 Thomaz.
5-5 Sebastião.
5-6 Antonio.
5-7 Benedicto.
5-8 Francisco.
4-10 Izabel de Almeida Prado, solteira.
3-2 Francisco Morato de Carvalho, casado.
Teve:
4-1 Rita, que foi a terceira mulher de seu primo Elias de Almeida Prado.
3-3 Capitão João Morato de Carvalho, casou com Francisca Ferraz de Barros, filha de Manoel de Barros Ferraz e de Gertrudes Ferraz de Campos.
Filhos:
4-1 Rita Morato de Carvalho, casou com seu tio paterno Manoel Morato do Canto.
Teve:
5-1 Carlos Morato.
4-2 Bento Morato de Carvalho, casou com Americana Nogueira, filha de Angelo Custodio Nogueira.
4-3 Antonio Morato de Carvalho, casou com Ambrosina de Almeida Lara, filha do Capitão Emygdio Justino de Almeida Lara e de sua mulher Candida Branco de Camargo.
Filhos:
5-1 Maria das Dôres, solteira.

5-2 Antonio, casado e com filhos.
5-3 Candida, casada com Agenor Alves de Proença. Com 6 filhos.
5-4 Sebastiana, casada com Antonio José Leite. Com 6 filhos.
5-5 Maria do Carmo, casada com Juvenal Morato, filho de Manoel Morato de Carvalho e de sua mulher Maria Silveira da Conceição.
5-6 José Elias Morato, casado com Maria Proença. Com 6 filhos.
5-7 Dr. Francisco Antonio de Almeida Morato, casado com sua prima Maria da Conceição, filha do Barão da Serra Negra e de sua mulher Gertrudes Rocha.

4-4 Ismael Morato de Carvalho, casou com Adelaide, irmã de Ambrosina de Almeida Lara.
Filhos:
5-1 Francisca, casada com Coriolano Ferraz do Amaral, filho de Joaquim Ferraz do Amaral e de sua mulher Francisca de Almeida Barros.
5-2 Eliza, casada com Francisco Rodrigues Bueno, filho de Garcia Rodrigues e de sua segunda mulher.
5-3 Rita, casada com Theophilo Cesar de Barros, filho de José Rodrigues Cesar.
Teve 8 filhos.

4-5 Escholastica Morato, casou com o Capitão Innocencio de Paula Eduardo, filho de Francisco de Paula Eduardo, natural de Portugal, e de sua mulher Gertrudes Leme.
Teve:
5-1 Gertrudes, casada com José Teixeira de Barros.
5-2 Dr. Avelino de Paula Carvalho, casado com Eulalia Ferraz, filha de Theodoro Ferraz de Andrade e de sua mulher Gertrudes Ferraz de Barros Cesar.
5-3 Eduardo de Paula Carvalho, casado com Emilia Morato, filha de Manoel Morato de Carvalho e de sua mulher Maria Silveira da Conceição.
5-4 Aristides, casado com Clementina Frota, filha de Pedro Frota.

5-5 Maria Eliza, casada com João Baptista da Rocha, filho de Manoel da Rocha e de sua mulher Guiomar.
5-6 Armando, casado com Adelina do Amaral, filha de Antonio Aristides do Amaral e de sua mulher Gertrudes de Souza Amaral.
5-7 Anezia, casada com João Barbosa Ferraz, filho de Antonio Barbosa Ferraz e de sua mulher Ambrosina Ferraz de Camargo.
Com geração.
5-8 Alvaro, solteiro.
5-9 Maria Luiza.

4-6 Coronel João Morato de Carvalho, foi casado com Idalina Augusta de Almeida Morato, irmã de Ambrosina, virtuosa e piedosa senhora, falleceu em 1904 em Piracicaba, sem geração.
Deixou em seu testamento importantes legados a diversas instituições pias.

4-7 Theophilo Morato de Carvalho, casou com Maria Ferraz.
Teve um filho.

4-8 Manoel Morato de Carvalho, casou com Maria Silveira da Conceição, filha de Manoel José da Conceição e de sua mulher America M. Moreira.
Filhos:
5-1 Emilia Morato, casada com Eduardo de Paula Carvalho, filho de Innocencio de Paula Eduardo.
Com geração.
5-2 Malvina Morato, casada com Reynaldo Celso Pinto, filho de Antonio Pinto de Almeida e de sua mulher Guilhermina Ferraz de Almeida.
Teve:
6-1 Haydéa.
6-2 Celso.
5-3 Escholastica Morato de Almeida, casada com Joaquim Pinto de Almeida, filho de Ricardo Pinto de Almeida e de sua mulher Emilia Augusta Pinto Cesar.
Teve:
6-1 Luiz.

6-2 Izaura.
6-3 Elisa.
6-4 Aurea.
6-5 Odila.
6-6 Leontina.
6-7 Julio.
5-4 Bento Morato, casado com Antonietta A. Bonilha, filha de Francisco A. Bonilha.
Com geração.
5-5 Maria Eliza, solteira.
5-6 Juvenal Morato, casado com sua prima Maria do Carmo.
5-7 Maria Joanna, solteira.
4-9 Rita Morato, casou com José Teixeira de Barros, filho de Joaquim Teixeira de Barros.
Com geração.
3-4 Manoel Morato do Canto, casou com sua sobrinha Rita Morato.
Teve um filho:
4-1 Carlos Morato.
3-5 Rita Morato, foi casada com Antonio José da Conceição, natural de Portugal.
Teve:
4-1 Francisco José da Conceição, Barão da Serra Negra, casado com Gertrudes Rocha, filha de Manoel da Rocha Garcia e de sua mulher Anna Joaquina do Amaral Rocha.
Filhos:
5-1 Dr. João Baptista da Rocha Conceição, casado com Maria de Nazareth, filha do Dr. Antonio da Costa Pinto e de sua primeira mulher Maria de Nazareth de Souza Queiroz.
Com um casal de filhos.
5-2 Manoel Ernesto da Conceição, casado com Maria Justina, filha de Pedro de Souza Rezende, Barão de Valença, e de sua mulher Justina Emerick.
5-3 Dr. Francisco Julio da Conceição, engenheiro civil, e fazendeiro no Rio das Pedras, casado com Anna Monteiro de Barros, filha do Dr. Rodrigo Antonio Monteiro de Barros e de sua mulher Francisca da Silva Monteiro de Barros.
Tinha 6 filhos em 1904.
5-4 José da Conceição, casado com Angelina da Silveira, filha do Commendador Joaquim da Silveira Mello e de sua primeira mulher Anna Theolinda da Silveira.
Filhos:
6-1 Aluizio.
6-2 José.
6-3 Dulce.
6-4 Maria.
6-5 Angelina.
6-6 Helena.
5-5 Anna Candida da Conceição, Baroneza de Rezende, casada com Estevão de Souza Rezende, Barão de Rezende, filho do Dr. Estevão Ribeiro de Rezende, Marquez de Valença, e de sua mulher Ilidia Mafalda de Souza Rezende.
Teve:
6-1 Estevão de Souza Rezende.
6-2 Francisca de Souza Rezende, casada com o Dr. em medicina Americo Braziliense de Almeida Mello Filho.
6-3 Lydia de Souza Rezende.
6-4 Dr. Luiz de Souza Rezende, casado com Altimira Guedes, filha dos fallecidos barões de Pirapitinguy.
5-6 Francisca da Conceição, casada com o Dr. Adolpho Corrêa Dias.
Com geração.
5-7 Julio da Conceição, solteiro, residente em Santos.
5-8 Angelina Conceição, casada com o Dr. Torquato da Silva Leitão.
Com 12 filhos.
5-9 Dr. Antonio Augusto da Conceição, casado com Laura Pacheco, filha de Antonio Corrêa Pacheco e de sua primeira mulher Anna Candida de Almeida Barros.
5-10 Maria da Conceição Morato, casada com o Dr.

Francisco Antonio de Almeida Morato, filho de Antonio Morato de Carvalho e de sua mulher Ambrosina de Almeida Lara.

4-2 João José da Conceição, casado com Maria Emilia da Rocha, já fallecida, filha de Manoel da Rocha Garcia.
Filhos:
5-1 João Miguel da Conceição, solteiro com 40 annos em 1904.
5-2 Rita Amelia, casada com o Dr. Joaquim Antonio do Amaral Gurgel, residente em Mogy das Cruzes.
5-3 Maria Emilia da Conceição Rocha, casada com José Ferraz de Arruda Campos, filho de Manoel Ferraz de Arruda Campos.
Teve:
6-1 Maria da Annunciação.

2-2 José Morato do Canto, casou em 1786 em S. Paulo com Anna Maria, viuva de Domingos Jorge de Lima.
2-3 Anna Maria do Canto.
2-4 Joanna Chrysostoma do Canto e Castro.
2-5 Capitão Joaquim Pereira do Canto, natural de Iguape, casou com Francisca das Chagas Alvim, filha do Guarda-mór Manoel Alves Alvim, natural da Villa Nova de Famelicão, Portugal, e de sua mulher Catharina Angelica da Purificação Taques. Foi herdeiro de sua tia Izabel, fallecida com testamento em Novembro de 1750.
Teve:
3-1 Joaquim Pedro do Canto, que casou em primeiras nupcias com Rita Dias, de quem teve os sete seguintes filhos:
4-1 Bacharel Joaquim Pedro do Canto, fallecido solteiro.
4-2 Francisco Pedro do Canto, casado duas vezes.
4-3 Rita, casou com o Capitão Augusto R. Cardoso.
4-4 Leonor, viuva.

4-5 Candida, fallecida, foi a primeira mulher do Tabellião Francisco de Pontes.
4-6 Margarida, foi a segunda mulher do Tabellião Francisco de Pontes.
4-7 Joaquina, casou o Capitão Luiz Carneiro da Silva Braga.

3-2 Anna Margarida, casou com Antonio Vaz Ferreira, de Portugal, que occupou posição saliente em Iguape.
Teve o filho unico:
4-1 Antonio Vaz Ferreira Junior, que foi curador geral de orphãos e vereador em Iguape.

3-3 Maria Justina, casou com o Commendador Tenente-Coronel Joaquim de Souza e Castro, que por espaço de 30 annos foi juiz de paz, delegado de policia e occupou outros empregos em Iguape.
Teve:
4-1 Coronel Joaquim Antonio de Souza Castro, casado com Umbelina Alves. Occupou altos cargos da governança de Iguape e deixou 7 filhos.
4-2 Dr. Sergio Francisco de Souza Castro, fallecido em 21 de Maio de 1921, tribuno de nomeada, occupou os mais importantes cargos, taes como o de deputado geral na 16.ª e 17.ª legislaturas, director geral da instrucção publica no tempo da monarchia, e no regimen republicano foi chefe de policia e presidente do congresso legislativo do Paraná.
O «Diario da Tarde», de Curityba, de 22 de Maio de 1921, assim noticia o seu fallecimento:
«Falleceu hontem, no Rio de Janeiro, o velho e estimado cavalheiro dr. Sergio Francisco de Souza Castro, parlamentar notavel do antigo regimen e distincto advogado que aqui passou a maior parte de sua vida.
«O dr. Sergio de Castro, filho legitimo do tenente coronel Joaquim de Souza Castro e d. Maria Justina de Souza Castro, nasceu em 10 de Junho de 1840, na cidade de Iguape, do Estado de S. Paulo; recebeu o grão de bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de S. Paulo,

em 1861; após poucos annos casou-se em primeiras nupcias com d. Francisca Gonçalves dos Santos, filha legitima do coronel Manoel Gonçalves dos Santos e de d. Maria Ritta dos Santos; foi casado em segundas nupcias com d. Hortencia Jansen de Almeida, filha legitima de Antonio Pereira Ramos de Almeida e d. Anna Jansen de Almeida.

«Logo depois de formado pela mencionada Faculdade, foi nomeado secretario da policia da ex-provincia do Paraná; após pouco tempo foi nomeado official maior da Secretaria do governo desta ex-provincia, e, da mesma posteriormente, nomeado director geral da Instrucção Publica.

«Depois de algum tempo foi eleito deputado provincial, em quatro legislaturas, pela referida ex-provincia. Nestas legislaturas, ora foi presidente da respectiva Assembléa, ora leader, ora relator das principaes commissões.

«Em 1876 foi eleito deputado geral pela mencionada ex-provincia e pronunciou, então, o seu primeiro discurso, na Camara dos Deputados, discurso que se tornou celebre em todo o Brasil e mereceu extraordinarios applausos, principalmente, da mocidade academica, que em tal occasião, lhe offereceu um sumptuoso banquete em um dos salões do Club Polytechnico.

«Em 1878 foi reeleito e então, discutiu, na mesma Camara, salientando-se muito como tribuno, varios assumptos da politica geral, de sciencias juridicas, de sciencias sociaes, de colonização, etc.

«Foi convidado, no ministerio Sinimbú, para a presidencia do Piauhy, e para a do Maranhão no ministerio Paranaguá; excusando-se destas honrosas commissões, pela necessidade politica de não se ausentar da referida ex-provincia.

«Foi, no ministerio Martinho Campos, indigitado, para ser presidente de Pernambuco e em seguida, para ser director da Secretaria de Agricultura.

«O seu muito conhecido patriotismo e ardente amor ás ideas liberaes, o levaram a adherir ao actual regimen republicano e acceitar o mandato de deputado ao Congresso Constituinte deste Estado, sendo immediatamente eleito seu respectivo Presidente. Logo depois, tambem foi eleito presidente do subsequente Congresso Legislativo.

«Finalmente, a instancias reiteradas do dr. Xavier da Silva, governador deste Estado, exerceu o cargo de chefe de policia do mesmo Estado, correspondendo completamente ás espectativas.

«Nunca deixou de occupar a tribuna popular, sendo sempre a sua palavra ouvida com o maior enthusiasmo, no meio de innumeros applausos. Como tambem nunca se recusou a defender os direitos conculcados pelos poderes publicos.

«Exerceu, com pequenas interrupções, a sua nobre profissão de advogado patrocinando, com victorias, innumeras causas e occupando, com raro brilhantismo, a tribuna forense.»

Teve do primeiro matrimonio:

5-1 Dr. Sergio Francisco de Souza Castro Junior, Bacharel em direito, casado com Francisca de Paula Duarte de Castro, fallecida.
  Filhos:
  6-1 Maria Leonor de Castro Marques e Souza, casada com Fioravante Garcez Marques de Souza.
    Teve:
    7-1 Maria de Lourdes.
  6-2 Theophilo Garcez de Souza Castro, solteiro.
  6-3 Pedro de Souza Castro.
  6-4 Paulo de Souza Castro.
  6-5 Francisca de Souza Castro.
  6-6 Luiz Alberto de Souza Castro.

5-2 Maria Francisca de Castro Villalva, casada com o Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva.
  Teve:
  6-1 Dr. Carlos Villalva Junior, fallecido.
  6-2 Ermelinda Villalva de Castro, casada com Armando de Castro, ella já fallecida.
    Teve:

7-1 Wanda.
7-2 Ruy.
6-3 Leonor de Castro Villalva, solteira.
6-4 Dr. Accacio de Castro Villalva, casado com Lucinda Pedroso Villalva.
6-5 Dr. Durval de Castro Villalva, casado com Sophia Villalva.
Filhos:
7-1 Sylvio.
7-2 Dora.
6-6 Dulce de Castro Villalva, fallecida.
6-7 Maria José de Castro Villalva, fallecida.
6-8 Fabio de Castro Villalva, solteiro.
6-9 Clelia de Castro Villalva, de menor edade em 1928.
6-10 Yolanda de Castro Villalva, de menor edade em 1928.
6-11 Gracita de Castro Villalva, de menor edade em 1928.
6-12 José Carlos de Castro Villalva, de menor edade em 1928.
5-3 Leonor de Castro Coelho, casada com Arthur Coelho, já fallecido. Serventuario ferroviario.
5-4 Julio Sergio de Souza Castro, pertenceu ao exercito nacional. Falleceu tragicamente em 1898 em Curityba, em estado de solteiro.
5-5 Rodrigo de Castro, funccionario do Serviço de Fiscalisação das Estradas de Ferro do Paraná, casado com Lavinia Palermo de Castro.
Filhos:
6-1 Arthur Palermo de Castro, fallecido.
6-2 Maria Francisca Palermo de Castro, de menor edade em 1928.
6-3 Lauro Palermo de Castro, de menor edade.
6-4 Floriano Palermo de Castro.
6-5 Alberto Palermo de Castro.
Do segundo matrimonio teve:
5-6 Mario Sergio de Souza Castro, commerciante, casado com Maria Rosa de Araujo Castro, 7-4 de pagina 69 do 3.º volume.

Teve:
6-1 Rachél de Castro Rimer, casada com o Dr. Ricardo Rimer.
Teve:
7-1 Regina.
7-2 Rosina.
6-2 Mario de Souza Castro Filho, fallecido.
6-3 Ruth de Souza Castro.
6-4 Francisca Hortencia de Souza Castro.
6-5 Ruy de Souza Castro.
5-7 Laura de Castro Meira, casada em primeiras nupcias com Francisco Ellis, filho do Senador Alfredo Ellis, de S. Paulo; casada em segundas nupcias com o Capitão Joaquim Meira.
Teve do primeiro matrimonio:
6-1 Eudoxia de Castro Ellis, casada.
6-2 Guilherme de Castro Ellis.
6-3 Alfredo de Castro Ellis.
6-4 Hortencia de Castro Ellis.
6-5 Beatriz de Castro Ellis.
5-8 Beatriz de Castro Monteiro, casada com o Dr. Alberto Monteiro de Carvalho e Silva.
Filhos:
6-1 Alberto Monteiro.
6-2 Joaquim Monteiro.
4-3 Tenente Carlos Augusto.
4-4 José Antonio, fallecido moço.
4-5 Major Francisco Antonio, fallecido moço.
4-6 Maria Izabel, casou com João Octavio, filho do capitalista João Mancio da Silva Franco.
4-7 Tenente-Coronel Antonio Ludgero de Castro, advogado, residente em Iguape, onde occupou altos cargos, de inspector da instrucção publica, de promotor publico e outros; era serventuario da justiça em S. Paulo em 1904; casado com Francisca das Neves, filha de João Baptista das Neves e neta do Guarda-mór de Cananéa, Manoel Bento Dias.
3-4 José Innocencio, fallecido solteiro.
3-5 e outros.

§ 2.º

1-2 Capitão Joaquim Morato do Canto, em 1738 achava-se em Goyaz em cujo anno tirou provisão para casar com Rosa de Toledo Castelhanos, filha de Simão Toledo Castelhanos e de sua mulher Catharina de Oliveira d'Horta; por esta, neta de Francisco de Oliveira Preto e de sua mulher Izabel de Unhatte; neta pela parte paterna de João de Toledo Castelhanos e de sua mulher Maria de Lara. Não descobrimos a descendencia; o Dr. Silva Leme menciona apenas um filho:

2-1 Padre José Xavier de Toledo, que foi vigario collado da vara de Santos. Foi herdeiro de sua tia Izabel, fallecida em Novembro de 1750.

§ 3.º

1-3 Alferes Antonio Morato do Canto, natural de Paranaguá, passou a residir nos Campos Geraes do Paraná, onde possuio fazendas de criação de gado vaccum.

§ 4.º

1-4 Izabel Maria do Canto, casada com o Tenente-Coronel Diogo da Paz Caria, natural de Peniche, fallecido em Curityba a 29 de Dezembro de 1756; foi Provedor da casa dos quintos de Paranaguá por provisão passada em S. Paulo a 24 de Novembro de 1719, pelo Ouvidor Pardinho; era elle, quando casou com Izabel, já viuvo de Catharina de Ramos, filha do Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo e de sua mulher Catharina de Ramos; quer de um como de outro matrimonio não deixou descendentes.
Izabel Maria do Canto falleceu em Iguape, com seu solemne testamento, em Novembro de 1750; instituio seu testamenteiro e herdeiro ao Capitão-mór Rodrigo Felix Martins e ao enteado deste, Jeremias (de Lemos Conde), filho orphão de Manoel de Lemos Conde, com direito a metade de seus bens, cabendo a outra metade da meação a seus sobrinhos José de Toledo Xavier, filho de seu irmão Joaquim, e Joaquim (Pereira do Canto), filho de seu irmão José, então moradores em Iguape.
Possuiam casas em Paranaguá e em Curityba, um sitio no Rio Imboguassú, chamado pela testadora — Ambiguassú, terras de criação em Curityba, junto as de Gaspar Carrasco. O Capitão-mór Rodrigo Felix Martins em requerimento ao Ouvidor Antonio Pires da Silva Mello Portocarreiro, pediu e conseguio que se expedisse precatorio ao Juiz de Orphãos de Curityba que sustasse o proseguimento do inventario que ahi estava sendo «feito clandestina e fraudulentamente». O Ouvidor fez avocação dos autos do inventario. Sendo o inventariante o marido da testadora e residindo elle em Curityba, onde falleceu em 1756, e ella em Iguape, onde falleceu em 1750, legando seus bens a seus sobrinhos, parece que é logica a supposição de que se achava o casal separado e em divergencia, tanto que, o testamenteiro inquinou de clandestino e fraudulento o inventario que Diogo da Paz Caria estava procedendo em Curityba.
Não houveram filhos.

§ 5.º

1-5 Ignacio Lemos do Canto.

CAPITULO 3.º

3 — Manoel de Lemos Conde ou tambem Manoel Mathoso do Canto, foi casado, mas não conseguimos saber com quem, só descobrindo o nome do filho Jeremias de Lemos Conde, que foi contemplado no inventario de sua tia Izabel do Capitulo 2.º.
Teve:

1-1 Jeremias de Lemos Conde § 1.º

§ 1.º

1-1 Jeremias de Lemos Conde, foi fazendeiro no interior do Paraná, fez parte da expedição a Guarapuava e, ao que parece, residiu em Castro. Apezar das nossas diligencias investigadoras não conseguimos descobrir dados a seu respeito.

CAPITULO 4.º

4 – Catharina de Lemos, casada com o Capitão Pedro de Moraes Monforte.
Residia em Curityba em 1693, e assignou a acta da creação da justiça da villa a 29 de Março de 1693. Foi homem de valor e servio os cargos da governança de Paranaguá; já era fallecido em 1731 quando seu filho Gaspar foi nomeado Tabellião.
Teve varios filhos como se deprehende da petição em que seu filho Gaspar solicitou do Tenente-General Caldeira Pimentel, Governador de S. Paulo, sua nomeação para o officio de Tabellião do publico judicial e notas e escrivão dos Orphãos, das execuções, da Camara e Almotaçaria da Villa de Paranaguá, em 1731; então allegou ter de sustentar sua mãe já decrepita e duas irmãs e sobrinhos.

§ 1.º

1-1 Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, foi nomeado Tabellião do publico judicial e notas, Escrivão de Orphãos, das execuções e almotaçaria da Villa de Paranaguá por Provisão de 23 de Novembro de 1731, passada pelo Governador da Capitania de S. Paulo, Caldeira Pimentel. Solicitou no foro e figura em numerosas procurações passadas no Tabellionato de Curityba; em sua provisão se declara que – «no supplicante concorriam todas as partes e requisitos para servir os ditos officios com satisfação e por sustentar sua mãe já decrepita e duas irmãs e sobrinhos e

contar da folha corrida que apresentou, não ter crime». Ver o que a seu respeito escrevemos no volume 2.º pagina 102 e seguintes. Por conter materia curiosa transcrevemos aqui o seu testamento:
«Em nome da Santissima Trindade, Padre, Filho, Espirito Santo, tres pessoas, e um só Deos verdadeiro.
«Saybão quantos este instrumento virem como no anno do nascimento de nosso S. J. Christo de 1773 aos 16 de Janeiro do dito anno, nesta Villa de Paranaguá, eu Gaspar Glz. de Moraes, estando em meo perfeito juizo e entendimento, que N. S. me deo, temendo-me da morte, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deos N. S. de mim quer fazer, e quando será servido de me levar para Sy, faço este Testamento na forma seguinte:
«Primeiramente encomendo minha alma a Santissima Trindade etc. etc.
«Rogo em primeiro lugar a minha mulher Catherina de Sene, e em segundo e terceiro a meos filhos o Padre Bento Gonç.es Cordeiro, Manoel Gonçalves e Francisco Gonçalves, por serviço de N. S. queiram ser meus Testamenteiros.
«Meu corpo será sepultado na Igreja Matriz desta Villa amortalhado no habito do meu Serafico S. Francisco para o que já o tenho em casa, por conceção do meu comissario, e acompanhado, pelos Rev.dos Parochos e mais Sacerdotes que se acharem presentes, que dirão por minha alma missas de corpo presente, e com as cruzes das confrarias e Irmandades de que sou Irmão e das que não for, se dará a esmola custumada etc. etc.
«Declaro que sou natural d'esta Villa, filho legitimo de Pedro de Moraes Monforte e de Catherina de Lemos, já defuntos, e que sou casado com D. Catherina de Sene, de cujo matrimonio temos nove (9) filhos, a saber: Maria; Anna; Escolastica; José; Margarida; Bento, que hoje he Sacerdote; Manoel; Francisco; e Antonio.
«Declaro que casei minha filha Maria com José Joa-

quim Pinto de Castro, e lhe inteirei o dote que lhe prometti, que consta do seu rol, e o meo Livro de Contas a folhas 173 com o qual meo genro depois tivemos contas e me ficou restando por um Credito o que se declara no meu Livro fls. 81.

«Declaro que casei minha filha Margarida com Francisco da Costa, e por fallecimento d'este casou segunda vez com Manoel Antonio Maxado, a quem inteirei o seu dote que hade constar do seu Rol e meu Livro a fls. 173.

«Declaro que casei minha filha Anna com Antonio dos Santos Pinheiro, a quem dei o dote que constar do Rol que se acha em meo poder, com quem tive contendas sobre o particular que minha mulher e filhos muito bem sabem e consta dos autos de execução que lhe fiz, em que me ficou restando o que d'elle constar, e he m.ª vontade que a metade da d.ª execução que me está restando, lhe perdoar: e peço a meus herdeiros pelo amor de Deos tambem assim o fação. E caso algum repugne a perdoar se lhe inteirará pro-rata o prejuizo que tiver, por minha fazenda.

«Declaro que casei m.ª filha Escolastica com Joaquim José Moutinho, a q.m inteirei o dote que lhe prometti q' hade constar do seu Rol e meu Livro a fls. 172 verso.

«Declaro que tenho em meu poder, de meo filho Manuel, que lhe deixou sua Madrinha, sincoenta e seis mil e quatro centos, que se lhe inteirará, alem de sua legitima, pelo monte da fazenda, e na mesma forma, a meu filho Francisco vinte mil reis que lhe satisfarão como divida.

«Declaro que devo a minha sogra 50$000, os quaes não lhe tenho pago esperando a promeça que tem feito de me remunerar o trabalho que tenho tido nas cobranças das suas dividas desde solteiro até o presente tempo, com demandas, execuções que fui fazer fora da terra, de que nunca me deo nada, e quando por sua morte assim o não disponha, e os mais herdeiros, em nada convenhão pague-se a d.ª divida sem duvida alguma.

«Declaro que fui Testamenteiro do defunto Bernardo Vieira, e procurador de sua mulher hoje fallecida sem herdeiros, ficou em meu poder huas miudezas-zinhas de pouco valor, e uma Egoa na minha Fazenda, vinda de Caãpucú, e quero que o meu filho o Rev.do Vigario Bento Gonçalves Cordeiro, diga 5 missas, pelas Almas destes dous defuntos; digo 10 missas, ficando a d.ª Egoa para o d.º Padre.

«Declaro que quando fui Thesoureiro dos absentes me remetteo a justiça da villa de Iguape, producto de hu negro fugido trinta mil reis, estes os guardei na minha Caixa até se meter no Cofre, e fazer-se-me carga viva, e querendo fazer, achei de menos o dinheiro, não só esse como algum meo e de Irmandades, e ainda do mesmo Cofre, por ser publico haverem-me roubado com xaves falsas como hade constar de livros e autos; e porque segundo as opiniões de alguns Doutores não estou na obrigação de restituir por estar separado em seu emburulho a d.ª quantia, e não haver tempo de se meter no Cofre, por essa razão não o repuz, da m.ª fazenda, e como opiniões mais provaveis contra os meus solidos fundamentos acharem q' nesta parte me não favorece o direito e por isso haja eu de ter algum encargo; meus testamenteiros satisfarão pelos bens do monte a d.ª quantia na forma q' lhe for mandado: q' não quero encargos p.ª outra vida.

«Declaro q' p.ª effeito de Ordenar a meu filho o P.e Vigario Bento Glz. Cordeiro, lhe institui o seu Patrimonio no valor de 400$000, em umas casas e um sitio, com as terras a elle pertencentes. Declaro que alem da despeza que com elle fiz em siminarias e mais estudos e preparatorios lhe assisti de fora parte com 135$200, dos quaes estou saptisfeito por outra tanta quantia pouco mais ou menos q' por mim pagou na reposição q' fiz ao cofre do roubo q' nelle se me fez; e assim, nada me deve.

«Declaro, nomeio e constituo aos ditos meus filhos de tudo o que restar de minha fazenda, pago o funeral e dividas, por meos legitimos e universaes herdeiros.

«Declaro que a Fazenda que possuimos, tanto n'esta Villa, como na de Curityba, m.ª mulher e meos filhos muito bem sabem para delles darem conta, por essa razão escusado é expressal-as. Emquanto as dividas que se devem ao cazal constão do meu Livro Razão de fls. 81 em diante, cujas relações se darão inteiro vigor por serem todas verdade e juntas na factura deste Testamento.

«Quero que meu filho Manoel, sirva por meu fallecimento de Tutor de seu Irmão Antonio, emquanto não tiver a idade competente e os seus bens q' lhe pertencerem o seu Tutor os administre até se emancipar.

«Declaro q' como quando casei minhas filhas e ordenei a meu filho, nos dotes e Patrimonios que lhes fiz, eu e minha mulher sogeitamos nossas Terças, e assim n'este caso não posso Liberalmente dispor d'ella como desejava, porem regulando de alguma parte, o que faço na forma seguinte:

«Caso possa caber na d.ª m.ª Terça, e não cabendo se seguirão os legados da forma que vão escriptos: e havendo remanecentes deixo a minha mulher para delle dispor; dando 10$000 a Capella do S. Bom Jesus, e outros 10$000 a confraria de N. S. do Rosario dos pretos, e outros 10$000 a m.ª netta Maria (Catharina de Moraes Cordeiro) a mais velha; e havendo sobra ficará a d.ª m.ª mulher, para ajudar a sua sustentação e fazer por mim, o que eu por ella fizera, caso eu sobreviver, e em quanto aos sufragios que assima declaro, se seguirão na forma seguinte: (seguem-se recommendações de esmolas por missas, etc., etc.)

«E porquanto esta é a m.ª ultima vontade, do modo q' tenho dito mandei escrever este meu Testamento em que me assigno n'esta sobredita villa, no sitio em que vivo, dia era ut supra. (assignado) Gaspar Glz. de Moraes.

«Approvação a 17 de Janeiro de 1773. Tabell.º André S.ª Braga.

«Testemunhas: Luiz Lopes Coutinho, Christovão Cardoso Leytão, M.el Glz. Ramalho, M.el José, M.el Glz. Ramos.

«Cumpra-se. — 14 Fev. 1776. — João da Silva Pinheiro.

«Termo de abertura a 14 Fev. 1776.

«V.to ter a testamenteira satisfeito todas as disposições testamentarias, como dos autos e req.to do Promotor se mostra hei a mesma por absolvida e as contas por dadas mandando se lhe dê quitação querendo-a, e pague as custas. Q.to a duvida do recibo de fls. 9 e verba de n. 9 do testamento se não defere por este juizo por não ter o competente em autos taes para sua decisão. Uze a test.ª da acção que lhe competir pelos meios legaes. — Paranaguá, 18 de Julho de 1777. — Antonio Barbosa de Mattos Coutinho.»

Este testamento se acha no Cartorio de Curityba do Snr. Gabriel Ribeiro. Pacote de 1777, n.º de Ordem 2.067.

Filhos:

2-1 Maria Gonçalves Cordeiro, casada com José Joaquim Pinto de Castro, natural do Rio de Janeiro. Teve:

3-1 José Antonio de Moraes Castro, natural de Paranaguá, casado com Barbara Paes de Queiroz, filha do Capitão-Mór Antonio Correia.
Filha:

4-1 Florinda Antonia de Moraes, casada em 1799, em S. Carlos, com Francisco de Paula Brito.

2-2 Margarida Gonçalves Cordeiro, casada em primeiras nupcias com Francisco da Costa e em segundas nupcias com Manoel Antonio Machado.

2-3 Padre Bento Gonçalves Cordeiro, foi Vigario de Guaratuba e encarregado da construcção da egreja por occasião da erecção dessa Villa, a 30 de Abril de 1771.
Seus irmãos tinham por elle grande amôr e respeito, conforme se lê no testamento do Tenente-Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, fallecido

em 1811, de quem foi o Padre Bento testamenteiro. Em 1814, porem, já era fallecido, pelo que foi substituido no inventario por outro testamentario de seu irmão.

Foi Vigario de S. Francisco, onde vivia em companhia de suas irmãs ali residentes.

O distincto historiographo Catharinense Dr. Carlos da Costa Pereira, de S. Francisco, gentilmente forneceu-nos o incluso informe sobre o Padre Bento:

«*A fazenda de Sant'Anna.* — Foi vigario desta parochia, de 1783 a 1800, o rev. padre Bento Gonçalves Cordeiro, que deixando as funcções daquelle cargo, se retirou para a sua fazenda de Sant'Anna, situada nas Tres Barras, onde ainda hoje se encontra um local denominado *porto da Missa,* nas proximidades das ruinas de uma capellinha, provavelmente ali mandada erigir pelo reverendo proprietario daquellas terras.

«Pouco sabemos da vida do padre Bento Cordeiro; entretanto, segundo umas cartas por elle escriptas da fazenda de Sant'Anna, parecia ser um sacerdote muito sensato e ponderado, e talvez um tanto commodista, trocando os affazeres ecclesiasticos pela vida tranquilla e agradavel dos campos.

«Assim mesmo, por vezes, da villa recorriam á experiencia do ex-vigario para resolver certos casos que diziam respeito á matriz, para cuja conclusão muito contribuiu, tendo fornecido, como diz J. Padilha no n. 4 da «Razão», — parte do taboado para fazer-se-lhe o forro em 1808.

«A sua fazenda ficava no *porto do Cubatão de Curitiba* e media uma legua de frente, fazendo fundos no rio dos Cavallinhos, «isto por sesmaria confirmada por Sua Magestade».

«A casa de residencia era coberta de telha e junto ficava o engenho de moer canna para o fabrico de assucar e aguardente. Em torno, extendia-se, irrigado por *aguas altas e baixas,* um campo que servia de pasto a um regular numero de gado vaccum.

«O padre Gonçalves falleceu por volta de 1818 ou

1819, deixando em testamento a fazenda de Sant'Anna ou de Tres Barras ao seu parente Joaquim Gonçalves da Luz, casado com d. Cordula Maria das Dores. Em 1821, estes a venderam ao governador de Santa Catharina, cel. João Vieira Tovar e Albuquerque, pela quantia de 800$000, a saber: — a casa, bemfeitorias e terras por 300$000, e o gado e moveis por 500$000.

«A escriptura foi passada aqui em 27 de Junho daquelle anno, tendo o tenente-coronel Francisco de Oliveira Camacho assignado a mesma na qualidade de procurador de Tovar e Albuquerque.

«Ignoramos qual fosse o proposito do governador em adquirir, no distrito de S. Francisco, essa propriedade, logo depois do movimento constitucionalista de que resultaria a sua demissão do cargo que vinha exercendo despoticamente. Segundo uma «Memoria historica da provincia de Santa Catharina, etc.» publicada na Revista Trimensal do Inst. Hist. e Geogr. de S. Cath., vol. II, 1913, — Tovar fez diversas tentativas para permanecer nesta provincia «fossem quaes fossem os seus fins particulares q. alguns querem advinhar». Mas, é muito de duvidar que elle pretendesse fixar residencia nas Tres Barras. . .

«A 20 de Julho de 1821, Tovar e Albuquerque passou o governo ao seu substituto, ten.-cel. Thomaz Joaquim Pereira Valente, e embarcou dias depois, no Desterro, com destino ao Rio, e, conforme a referida *memoria,* fez com que o mestre da embarcação que o conduzia, tocasse no porto da Enseada de Garoupas, no actual municipio de Porto Bello, e desembarcando ahi dirigiu-se a toda a pressa para o *Cubatão do Rio de S. Francisco a tratar negocios familiares com as pessoas q. p.ª ali enviou, etc., etc.* Naturalmente esses negocios se prendiam á sua propriedade adquirida dias antes.

«Do Rio de Janeiro, o ex-governador seguiu para Lisbôa, deixando aqui a sua fazenda de Tres Barras, cujo dominio e posse não sabemos a quem pertence actualmente. — C. P.»

— Acreditamos haver engano na data da morte do

Padre Bento; o escriptor Catharinense diz que falleceu elle por volta de 1818 ou 1819, mas no inventario do Tenente Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, fallecido em 1811 e do qual o Padre Bento foi nomeado testamenteiro, consta que em 1814 o padre já era fallecido pelo que foi substituido.

2-4 Capitão Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento, foi Capitão aggregado a 3.ª Companhia de milicia de Paranaguá, nomeado por patente de 15 de Março de 1777, de cujo cargo teve baixa a 30 de Setembro de 1803. Falleceu em Morretes aos 90 annos de edade a 9 de Abril de 1834. Foi casado tres vezes, sendo a primeira vez com Maria Antonia Cordeiro, fallecida com testamento em 15 de Junho de 1781, no qual declarou ser filha legitima de Zacarias Dias da Silva e de sua mulher Maria Joanna, e que é neta de Izabel Ferreira do Valle; declarou no seu testamento que se acha — «pejada» — e que institue seus testamenteiros, primeiro, seu marido bem como a seus cunhados Capitão Francisco Gonçalves Cordeiro e Capitão José Gonçalves Moutinho.

Veio a fallecer desse parto.

Foi casado em segundas nupcias com Maria da Luz, 3-2 de pagina 86 do terceiro volume desta obra; em terceiras nupcias foi casado com Anna Rosa Laynes.

Do primeiro matrimonio, segundo informações do historiador Carlos da Costa Pereira, teve o filho unico:

3-1 Joaquim Gonçalves da Luz, que, ao que suppomos, foi entregue aos cuidados de uma das suas tias residentes em S. Francisco; ahi foi casado com sua prima-irmã Cordula Maria das Dôres. Foram herdeiros testamentarios do Padre Bento, que lhes deixou a fazenda de «Sant'Anna» em Tres Barras no porto do «Cubatão de Curityba», constituindo uma sesmaria de uma legua de frente, fazendo fundos para o rio «Cavallinhos»; havia nessa fazenda a par do gado vaccum, um engenho de canna onde era fabricado assucar e aguardente. Esta fazenda foi mais tarde adquirida pelo governo de S. Catharina.

Filhos: (Por informações.)

4-1 José Gonçalves de Moraes, casado com Anna de Araujo.
Filhos:
5-1 Maria Gonçalves, fallecida solteira.
5-2 Joaquim Gonçalves da Luz, foi casado em primeiras nupcias com Anna Coelho e em segundas nupcias com Virginia de Carvalho.
Filho:
6-1 Belmiro, casado.
5-3 Severiano Gonçalves da Luz, casado com Maria da Luz Nunes.
Filhos:
6-1 Maria, viuva.
6-2 Anna, casada.
6-3 Ursulina, solteira.
6-4 Trajano, casado.
6-5 José, casado.
6-6 Maurilio, casado.
5-4 Dorothéa Gonçalves de Moraes (ou Dorothéa Maria da Conceição), casada com Francisco Victorino de Oliveira.
Filhos:
6-1 José Patricio de Oliveira, casado com Maria de Oliveira.
Filhos:
7-1 Raulino.
7-2 Abdnago.
7-3 Arina Gomes de Oliveira, casada com Crescencio.
Teve um filho.
6-2 Maria Saturnina Gomes de Oliveira, casada com Otto Tobler.
Sem descendencia.
6-3 Anna Gomes de Oliveira, casada com Antonio Michilou.
Sem descendencia.
6-4 João Gomes de Oliveira, casado com Luiza de Oliveira do Prado.
Filhos:

7-1 Maria.
7-2 Luiza.
7-3 Anna.
7-4 Amalia.
7-5 Waldemiro.
6-5 Donatilla Gomes de Oliveira, solteira.
6-6 André Gomes de Oliveira, casado com Alina Doin de Oliveira.
Sem descendencia.
6-7 Leopoldina Gomes de Oliveira, casada com João de Oliveira do Prado.
Filhos:
7-1 Antonio.
7-2 João.
7-3 Donatilla.
7-4 Maria.
7-5 José.
6-8 Geraldino Gomes de Oliveira, casado com Idalina do Prado de Oliveira.
Filhos:
7-1 Antonio.
7-2 João.
7-3 Anna.
7-4 Estacio.
7-5 Altamiro.
7-6 Honoria.
6-9 Thereza Gomes de Oliveira e Silva, casada com Antonio Christovão da Silva.
Filhos:
7-1 Miguel.
7-2 Aurea.
E outros.
5-5 Geraldina Gonçalves de Moraes, casada com Manoel Fernandes Leite.
Filhos:
6-1 Euzebio, casado.
6-2 Theodorico, casado.
6-3 Frederico, casado.
6-4 Manoel, casado.
6-5 Anna, casada.

5-6 Cordula Gonçalves de Moraes, casada com Clemente Tavares de Souza.
Filhos:
6-1 Rosa de Souza Caldeira, casada com José Antonio Caldeira.
Filhos:
7-1 José de Souza Caldeira, casado com Etelvina Alves, tendo um filho de nome:
8-1 Joaquim.
7-2 Manoel Braulio Caldeira, casado com Frieda Stein.
Teve tres filhos:
8-1 Nair.
8-2 Orlando.
8-3 Sirette.
7-3 Maria de Souza Caldeira, casada com Nabor de Souza Lima.
7-4 Alayde de Souza Caldeira, casada com Arthur Schmidlin, tendo um filho de nome:
8-1 Lycio.
7-5 Clemente de Souza Caldeira, solteiro.
7-6 Nabor de Souza Caldeira, solteiro.
7-7 Ulysses de Souza Caldeira, solteiro.
7-8 Balduina de Souza Caldeira, solteira.
7-9 Cordula de Souza Caldeira, solteira.
7-10 Rosa de Souza Caldeira, solteira.
7-11 Alice de Souza Caldeira, solteira.
7-12 Hilda de Souza Caldeira.
6-2 Virginia Gonçalves de Souza Oliveira, casada com Antonio Aniceto de Oliveira.
Filhos:
7-1 Octavio de Souza Oliveira, casado com Maria Oliveira.
Filhos:
8-1 Jeny.
8-2 Maria de Lourdes.
7-2 Maria Virginia de Oliveira Souza, casada com Carlos de Almeida Souza.
Filhos:
8-1 Nivaldo.

8-2 Sidney.
7-3 Zenaide de Souza Oliveira, solteira.
7-4 Antonio de Souza Oliveira, solteiro.
6-3 Anna de Souza Alves, casada com Ricardo de Assumpção Alves.
Sem descendencia.
6-4 Clemencia de Souza Tavares, casada com Durval Somy Tavares.
Filhos:
7-1 Sigefredo.
7-2 Durval.
7-3 Nirce.
7-4 Reinaldo.
7-5 Zoraide.
7-6 Herminia.
7-7 Maria.
7-8 Luiza.
6-5 Guilhermina de Souza Torrens, casada com José Torrens.
Sem descendencia.
6-6 Clementino Gonçalves de Souza, casado com Maria da Gloria Souza.
Sem descendencia.
6-7 Maria Gonçalves de Souza Oliveira, casada com Dercilio Augusto de Oliveira.
Teve:
7-1 Léa.
6-8 Alfredo Gonçalves de Souza, casado com Lila Wanke de Souza.
Filhos:
7-1 Oswaldo.
7-2 Eduardo.
7-3 Alfredo.
7-4 Oscar.
6-9 Thereza Gonçalves de Souza, casada com Augusto Comte de Souza.
Filhos:
7-1 Isaltina.
7-2 Anna.
7-3 Aurora.

7-4 Amazilda.
7-5 Adair.
7-6 Adir.
7-7 Arthur.
7-8 Raulino.
7-9 Augusto.
5-7 Rosa Gonçalves de Moraes, casada com João Maria Soares.
Filhos:
6-1 Doris, casada.
6-2 Cornelio, casado.
5-8 Maria Luiza Gonçalves, fallecida solteira.
5-9 Anna Maria da Luz, casada com Francisco Th. Machado.
Filhos:
6-1 Francisco, casado.
6-2 Maria, casada.
6-3 Victorino.
5-10 José Gonçalves de Moraes, casado com Anna Ferreira Ramos.
Filhos:
6-1 Maria, casada com Procopio Ezequiel de Carvalho.
Filhos:
7-1 Gilda.
7-2 Anna.
7-3 Maria.
7-4 Nair.
7-5 Lourival.
7-6 Elmira.
7-7 Eulalia.
7-8 Manoel.
6-2 Anna, solteira.
6-3 José, solteiro.
6-4 Ibrandina, casada com José Alves da Silva.
Filhos:
7-1 Maria.
7-2 Antonio.
6-5 Virginia, casada com Joaquim Silverio de Souza.
Teve:

7-1 Euclydes.
6-6 Pedrina, casada com Tiburcio Alves da Silveira.
Filhos:
7-1 Gelio.
7-2 Acilda.
6-7 Rosalina, solteira.
6-8 Emilia, solteira.
4-2 Gaspar Gonçalves de Araujo, casado com Maria de Araujo.
Teve:
5-1 Brasilio Gonçalves de Araujo, casado com Joaquina de Freitas.
5-2 Gaspar Gonçalves de Araujo, casado com Joaquina Nunes.
5-3 João Gonçalves de Araujo, casado com Maria Gomes.
5-4 José Gonçalves de Araujo, casado com Anna Nunes.
5-5 Manoel Gonçalves de Araujo, casado com Thereza Alves.
5-6 Maria Gonçalves de Araujo, casada com Luiz Budal.
5-7 Balbina Gonçalves de Araujo, casada com seu primo José da Rocha Coutinho Filho.
5-8 Antonio Gonçalves de Araujo, casado com Maria de Oliveira Cercal.
4-3 Maria Rita de Moraes, casada com Francisco Machado Pereira, que por morte de sua mulher, em consequencia de um máu parto, se casou com sua cunhada Esther. Sem descendencia.
4-4 Esther Joaquina de Araujo, foi casada em primeiras nupcias com seu cunhado Francisco Machado Pereira e em segundas nupcias com José da Rocha Coutinho Filho.
Filhos do primeiro matrimonio:
5-1 Maria Rita Machado, fallecida em 1912, foi casada com José Maria Cardoso.
Teve:
6-1 José Maria Cardoso, commerciante, casado com sua prima Olympia, 6-3 de 5-2, adiante.

6-2 Francisco Machado Cardoso, commerciante, casado com Sophia Cardoso.
Filhos:
7-1 Julio Machado Cardoso, fallecido em plena mocidade.
7-2 Lydia.
7-3 Ignez.
7-4 Annita.
6-3 Antonio, fallecido.
6-4 Olegaria Cardoso, casada com Virgilio Bernardo Caetano.
Teve:
7-1 Carlos, fallecido.
7-2 Virgilio, fallecido.
7-3 Adalgisa.
7-4 Maria.
7-5 Ladisláu.
7-6 José.
6-5 Esther Cardoso Vieira, casada com João da Cruz Vieira.
Teve:
7-1 Francisco.
7-2 Athatilia.
7-3 Maria.
7-4 Agenor.
6-6 Maria Cardoso Correia, casada com João Soter Correia.
Teve:
7-1 Maria Correia.
7-2 Prudente Soter Correia, casado com Irene Bley.
Filhos:
8-1 João Bley Correia, casado.
8-2 Eloy Bley Correia, casado.
6-7 Celina Cardoso.
6-8 Marcia Cardoso, casada.
6-9 José Cardoso.
5-2 Francisco Machado da Luz, casado em primeiras nupcias com Maria Barbara da Conceição e em segundas nupcias com Januaria Gomes da Luz.
Filho do primeiro matrimonio:

6-1 Dr. Reynaldo Machado, medico, casado com Maria Isabel Virmond, 6-2 de pagina 167 do 2.º Volume, onde traçamos sua biographia.
Deixou o filho unico:
7-1 Reynaldo Machado Filho, academico de medicina, nascido a 25 de Janeiro de 1908.
Do segundo matrimonio teve:
6-2 Alvaro Machado, casado com Clotilde Macedo Machado.
Filhos:
7-1 Guiomar.
7-2 Clotilde.
6-3 Ambrosina Machado de Oliveira Portes, casada com o Dezembargador Joaquim Antonio de Oliveira Portes, que foi Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Paraná. Juiz integérrimo, honrou sempre a sua tóga, pela inteireza de seu caracter, illustração e alto espirito de justiça. Era natural da Lapa.
Teve:
7-1 Dr. Antonio Joaquim de Oliveira Portes, engenheiro civil.
7-2 Maria Nazareth.
7-3 Joél Valdemiro de Oliveira Portes, empregado bancario, casado com Corina do Amaral Portes, filha do Dr. Jeronymo Cabral Pereira do Amaral.
7-4 Ambrosina Portes de Andrade, casada com Moysés Ribeiro de Andrade, filho do Major Moysés Ribeiro de Andrade e de sua segunda mulher Joaquina Correia de Andrade.
7-5 Claudia.
7-6 Aécio Ruy de Oliveira Portes.
7-7 Adelina.
7-8 Licio Ruysdael de Oliveira Portes, academico de medicina.
7-9 Vollanda.
7-10 Esther.
6-4 Olympia Machado Cardoso, casada com seu primo José Maria Cardoso, 6-1 de 5-1, retro.
Teve:

7-1 Jayme Cardoso, casado com Xagúana Gomes de Sá Cardoso, filha do Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho e de sua mulher Leonor Brito Gomes de Sá.
Filhos:
8-1 Regina.
8-2 Rosy.
6-5 Hermes Machado da Luz, engenheiro agronomo.
6-6 Adahyr Machado da Luz Loureiro, casada com João de Ascenção Loureiro.
Teve:
7-1 Maria da Luz.
7-2 João.
6-7 José Machado da Luz.
6-8 Murillo Machado da Luz, fallecido solteiro no Rio Grande do Sul.
6-9 Clodoaldo Machado da Luz, casado com Else Hering Machado da Luz, residentes em Blumenau.
Teve:
7-1 Otto.
6-10 Francisco Machado da Luz, casado com Rosa da Silva Machado.
Filhos:
7-1 Claudia, fallecida.
7-2 Flora.
7-3 Clarice.
7-4 Stella.
7-5 Claudia.
7-6 Nicia.
7-7 Diva.
7-8 Francisco.
7-9 Linneu, fallecido.
7-10 Rachel.
7-11 Ney.
6-11 Eugenio Machado da Luz, casado em primeiras nupcias com Maria de Bastos Machado e em segundas nupcias com Izolina de Oliveira Machado; deste matrimonio não teve filhos.
Do primeiro matrimonio teve:
7-1 Americo Machado da Luz.

7-2 America Cardoso da Veiga, casada com Affonso Cardoso da Veiga.
Teve:
8-1 Aroldo.
8-2 Arnoldo.
7-3 Maria da Conceição.
7-4 Agenor.
7-5 Beatriz.
7-6 Eugenio.
7-7 Francisco.
7-8 Asdrubal.
7-9 Claudia.
7-10 Lygia.
6-12 Hilda Machado de Faria, casada com o Dr. José Thomaz de Faria, engenheiro, já fallecido.
Teve:
7-1 Jandyra.
7-2 Everaldo.
7-3 Reynaldo.
7-4 Astréa.
7-5 José.
7-6 Mario.
7-7 Alice.
6-13 Professor Julio Machado da Luz, diplomado pela Escola Normal de Curityba, a cuja alta administração pertence; casado com sua prima Rosina Gomes Stock Machado.
Filhos:
7-1 Nicia, fallecida.
7-2 Reny.
7-3 Julio.
7-4 Rosy.
7-5 Maria de Lourdes.
6-14 Noemia Machado da Luz Lima, casada com Plinio Pinheiro Lima, empregado ferroviario, filho do Coronel Benigno Pinheiro Lima e de sua mulher Maria Geraldina de Lima.
Teve:
7-1 Maria Januaria.

4-4 (Esther Joaquina de Araujo) do seu segundo matrimonio teve entre outros o filho:
5-1 José da Rocha Coutinho Filho, casado com sua prima Balbina Gonçalves de Araujo, 5-7 de 4-2, retro.
2-4 Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento, de pagina 138, do seu segundo matrimonio teve os filhos descriptos em 3-2 de pagina 86 do 3.º volume desta obra, dos quaes agora só mencionamos os nomes, sem descrever a descendencia ali descripta:
3-2 Delphina, fallecida em criança.
3-3 Bento, fallecido em criança.
3-4 Escolastica da Luz Pereira, casada com Manoel Gomes Pereira.
3-5 Capitão Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento, natural de Morretes e fallecido em Paranaguá a 14 de Abril de 1847, onde era casado com Maria Josepha de França, filha do Tenente Coronel Manoel Francisco Correia e de sua mulher Maria Clara. Com descendencia em 4-4 de pagina 86 do 3.º volume desta obra.
3-6 Maria da Luz Paraizo, casada em Morretes a 9 de Dezembro de 1814 com o Sargento-Mór Antonio Ricardo dos Santos, 4-5 de pagina 111 do 3.º volume desta obra.
Teve:
4-1 Maria da Luz Paraizo Loyola, casada com José Ignacio de Loyola, 5-1 de pagina 113 do 3.º volume, ahi a geração.
4-2 Antonio, fallecido em criança.
4-3 Major Manoel Ricardo do Nascimento, casado em primeiras nupcias com Maria Caetana de França e em segundas nupcias com Virginia de Oliveira Bittencourt, com descendentes em 5-1 de 4-4 e 5-3 de pagina 116 e 124 do 3.º volume.
4-4 Maria Francisca da Luz Gomes, casada com o Capitão Manoel Cordeiro Gomes. Avós maternos do auctor desta obra. 5-5 de pagina 134 do 3.º volume; ahi os descendentes.

4-5 Francisca Maria da Luz Santos, casada com o Coronel José Antonio dos Santos. 5-6 de pagina 152 do 3.º volume; ahi os descendentes.

4-6 Thereza Maria da Luz, casada com o Commendador Joaquim Americo Guimarães, 5-7 de pagina 164 do 3.º volume desta obra.
Sem descendencia.

4-7 Commendador Antonio Ricardo dos Santos — Commendador Dodóca —, foi casado com Cordula Maria dos Santos, 5-4 de pagina 130 do 3.º volume, ahi a descendencia e traços biographicos. Teve o Commendador Antonio Ricardo dos Santos alem dos filhos ali mencionados mais o filho:

5-1 Dr. José Pereira dos Santos Andrade, nascido em Paranaguá em 9 de Abril de 1842. Aos 18 annos de edade foi mandado, por seu pai, para o Rio da Prata e logo apóz para S. Paulo, onde estudou durante tres annos o curso de preparatorios. Como provisionado, advogou por algum tempo em Minas Geraes, até que em 1866 seguio para o Recife, onde terminou o curso de preparatorios e recebeu o gráu de Bacharel em direito em 1875, sendo logo nomeado Promotor Publico de Antonina, no qual cargo se conservou por alguns annos. Recusou aceitar o lugar de Juiz Municipal na Provincia de Minas, para dedicar-se a carreira commercial, conforme o desejo de seu Pai, grande industrial de herva-matte e abastado capitalista em Morretes e mais tarde em Curityba. No antigo regimen militou sempre nas fileiras do Partido Conservador, do qual seu Pai foi valoroso e prestigioso Chefe.
A nova carreira que abraçou e que exerceu com competencia e intelligencia, não o inhibiu de exercer varios cargos de eleição popular. Deputado Provincial em varias legislaturas. No regimen republicano, dado o congraçamento e fuzão dos antigos partidos ao republicano, na eleição senatorial que se seguiu a mudança de forma de governo, foram escolhidos para Senadores, pelo

Partido Conservador o Dr. Santos Andrade, pelo Partido Liberal o Dr. Generoso Marques e pelo Partido Republicano o Dr. Ubaldino do Amaral. Como Senador pelo Paraná assignou a Constituição da Republica e com a grande maioria do Congresso Nacional assignou o manifesto protesto contra o Golpe de Estado dado pelo Generalissimo Deodoro da Fonseca, em 1891. Deixou sua cadeira no Senado em 1895, por ter sido empossado no cargo de Presidente do Estado para o qual fôra eleito. Governou o Estado por 4 annos, com calma e justiça e contribuiu para o apasiguamento dos odios e rivalidades consequentes das formidaveis lutas politicas que se seguiram a Revolução Federalista de 1893 e 1894, de tão fatal consequencia á Familia Paranaense. No seu governo, comtudo, teve occasião de demonstrar a forte tempera de sua energia, por occasião da tentativa de occupação de territorio paranaense por parte dos catharinenses. Uma forte columna da Policia do estado visinho, embarcada em vapores e lanchas pretendeu fazer a navegação do Rio Iguassú e outros da jurisdicção paranaense; o Dr. José Pereira contrapôz força a força e fez apprehender os vapores e lanchas e toda a força catharinense que desarmou fazendo arrecadar armas e munições em grande profuzão. A sua tolerancia politica foi manifestada com a nomeação para seu Official de Gabinete, do antigo adversario Snr. Coronel Luiz de França, digno e illustre paranaense, que prestou ao seu Estado bons serviços, é verdade, mas que não deixava de ser seu antigo adversario.
Durante sua administração o Estado que sahia das garras da revolução que o evadira, viu-se em serias difficuldades economicas e financeiras. Os cofres publicos exhaustos de recursos não podendo equilibrar a receita com as despezas não podia manter em dia o pagamento, nem siquer do seu funccionalismo; o Dr. Santos Andrade recusou receber seus vencimentos, emquanto os demais serventuarios se achassem em atrazo; só apóz sua morte é que seus herdeiros os receberam.

Dotado de uma forte complexão, era de força herculea, como tambem de lucida memoria.
Quando Senador da Republica por vezes acompanhou o glorioso Floriano Peixoto, nas suas visitas de inspecção ao Morro do Castello, Arsenaes de Guerra e de Marinha e outros pontos fortificados e arriscados, e para onde convergiam os tiros da Esquadra revoltada, de 1893.
Como Commandante do 7.º Batalhão da Guarda Nacional fez parte da columna que sob o commando do General Pires Ferreira avançou pelo Itararé para retomar o Estado do Paraná, então em poder da Revolução de 1894.
Tendo deixado a administração do Estado a 25 de Fevereiro de 1900, veio a fallecer 4 mezes depois, a 15 de Junho desse anno, em sua Fazenda do Bariguy.
Era casado com Anna Martins de Andrade, filha de Domingos Martins da Cruz e de sua mulher Rosa Martins da Cruz, 4-8 de 3-3, adiante.
Filhos:

6-1 Hecilda de Andrade Muricy, fallecida aos 23 annos de edade em 1900, sendo casada com o Coronel José Candido da Silva Muricy, Commandante da Força Publica do Estado e membro da Academia de Letras do Paraná, já referido em 6-2 de pagina 196 do 1.º volume, onde demos seus traços biographicos e ascendentes.
Teve:

7-1 Iria, fallecida com seis mezes.

7-2 Dr. José de Andrade Muricy, membro da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, do Instituto Varnhagen, professor da Escola Superior do Commercio do Rio de Janeiro, Director da revista «Festa», Official da Côrte de appellação do Districto Federal e membro da Academia de Letras do Paraná. Nasceu em Curityba a 4 de Dezembro de 1895. E' formado em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Escriptor de merito, publicou os seguintes trabalhos: «Litteratura nacional», ensaio 1916; «Alguns Poetas Novos», critica 1918; «Emiliano Pernetta», estudo critico 1919; «O Suave Convivio», ensaios criticos 1922. A entrar para o prelo: «O Parnasianismo no Brasil», estudo historico critico; «Elogios do Romantismo Brasileiro»; «Os trabalhos de Hercules», chronica de emoções, etc.

7-3 Gilberto Candido da Silva Muricy, agrimensor e ex-alumno da Escola Militar.

6-2 Julia de Andrade Taborda Ribas, casada com Pretextato Pennaforte Taborda Ribas, nascido em Curityba a 17 de Agosto de 1868, é o actual Presidente do Banco do Estado do Paraná, 6-6 de pagina 161 do 2.º volume, onde demos os ascendentes e descendentes.

O Dr. José Pereira dos Santos Andrade, além dos filhos acima descriptos teve mais o filho legitimado e seu primogenito:

a) Capitão Carlos de Andrade, que foi casado com Maria Mathoso de Andrade, filha do Capitão José Antonio Mathoso e de sua mulher Thereza da Silva Mathoso.

3-7 Manoel Gonçalves Cordeiro, casado com Rosa Maria de Lima, 4-8 de pagina 229 do 3.º volume desta obra.
Filhos:

4-1 Antonio Gonçalves do Nascimento, casado com sua prima Maria Thereza do Nascimento, com descendentes em 5-10 de pagina 227 do 3.º volume.

4-2 Capitão Francisco Gonçalves do Nascimento Rosa, casado em primeiras nupcias com sua prima Thereza de Moraes Roseira, 6-1 de pagina 206 do 3.º volume, ahi a descendencia; casado em segundas nupcias com Olympia Garcez do Nasci-

mento, 6-2 de pagina 229 do 3.º volume, ahi a geração.

4-3 Joaquina Maria Rosa de Loyola, casada com o capitalista Antonio de Loyola e Silva, 5-3 de pagina 231 do 3.º volume desta obra, ahi a geração.

4-4 Izabel Gonçalves do Nascimento Nobrega, casada com o Coronel José Antonio Nobrega, 5-4 de pagina 235 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-5 Manoel Gonçalves do Nascimento, falleceu solteiro.

4-6 Maria Rosa de Lima, casada com o Coronel Modesto Gonçalves de Bittencourt, 5-6 de pagina 237 do 3.º volume, ahi a geração.

3-8 Anna Maria da Luz, casada com o Capitão Joaquim Antonio Guimarães.

Teve o filho unico:

4-1 Commendador Manoel Antonio Guimarães — Barão e mais tarde Visconde de Nacar —, foi casado em primeiras nupcias com Maria Clara Correia Guimarães, 5-1 de pagina 165 do 3.º volume, ahi a geração; casado em segundas nupcias com sua cunhada Rosa Correia, 5-1 de pagina 199 do 3.º volume, ahi a descendencia.

3-9 Coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, casado com Justina Rodrigues da Trindade, 4-7 de pagina 203 do 3.º volume, ahi os seus traços biographicos, ascendentes e descendentes.

Teve:

4-1 Major Ricardo Gonçalves Cordeiro, casado com Anna Antonia Pereira, 5-1 de pagina 205 do 3.º volume.

4-2 Tenente Coronel Firmino Gonçalves Cordeiro, foi casado em primeiras nupcias com Anna de Moraes Roseira, 5-2 de pagina 205 do 3.º volume desta obra, com descendentes a pagina 206 desse volume; casado em segundas nupcias com Francisca Alves Pereira, 5-2 de pagina 210 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-3 Major Fernando Gonçalves Cordeiro, casado com

Francisca Antonia Pereira, 5-3 de pagina 214 do 3.º volume, ahi a geração.

4-4 Joaquim Gonçalves Cordeiro, fallecido com 11 annos de edade.

4-5 Delphina.

4-6 João Gonçalves Cordeiro.

4-7 Anna Gonçalves Cordeiro, casada com João Pereira da Silva, 5-7 de pagina 221 do 3.º volume, ahi a geração.

4-8 Rosa Maria de Lima, casada com o Major Antonio Polydoro, 5-8 de pagina 222 do 3.º volume, ahi a geração.

4-9 Antonio Gonçalves Cordeiro.

4-10 Maria Thereza da Luz, casada com Antonio Gonçalves do Nascimento, 5-10 de pagina 227 do 3.º volume, ahi a geração.

4-11 Capitão Antonio Modesto Gonçalves de Moraes, casado com Rita Negrão Lisbôa, 5-11 de pagina 228 do 3.º volume.

4-12 Mathilde Gonçalves Cordeiro, foi casada com o Coronel Bento Gonçalves Cordeiro, 5-8 de pagina 99 do 3.º volume, ahi a geração.

4-13 Clara Gonçalves Cordeiro, falleceu solteira.

4-14 Tito Gonçalves Cordeiro, casado com Amelia Cordeiro.
Sem descendentes.

4-15 Modesto, fallecido em criança.

3-10 Joaquim José Gonçalves Cordeiro, casado com Luiza Gonçalves Cordeiro, 4-11 de pagina 244 do 3.º volume desta obra, ahi a geração.

Filhos:

4-1 Modesto Gonçalves Cordeiro, casado com Julia dos Santos Cordeiro, 5-1 de pagina 244 do 3.º volume, ahi os descendentes.

4-2 Affonso Gonçalves Cordeiro, casado com Bertha Keller, 5-2 de pagina 244 do 3.º volume, ahi os descendentes.

4-3 Antonio Ricardo dos Santos Sobrinho, casado com Lydia do Nascimento, 5-3 de pagina 245 do 3.º volume, ahi a geração.

4-4 Maria dos Anjos Agner, casada com o Major Luiz Manoel Agner, 5-4 de pagina 249 do 3.º volume, ahi a geração.
4-5 Leopoldina Gonçalves Cordeiro, casada com Antonio Gonçalves Cordeiro, 5-9 de pagina 104 e 254 em 5-5 do 3.º volume, ahi a geração.
4-6 Tenente Manoel Gonçalves de Moraes, casado em primeiras nupcias com Maria Cordeiro, em segundas nupcias com Deolinda Gonçalves e em ultima nupcia com Anna Gonçalves Dias, 5-6 de pagina 270 do 3.º volume, ahi a geração.
4-7 Joaquim Gonçalves Cordeiro, casado em primeiras nupcias com Petronilha Martins e por morte desta passou a segundas nupcias.

3-11 Francisca Esmeria da Luz França, foi casada em primeiras nupcias com o Alferes Manoel dos Santos Carneiro. Sem filhos desse matrimonio. Casado em segundas nupcias com o Capitão Antonio Luiz Pereira, 4-9 de pagina 238 do 3.º volume, ahi a geração.
Teve:
4-1 Manoel dos Santos Carneiro, fallecido com 21 annos.
4-2 Maria Rosa de Jesus, casada em primeiras nupcias com João Gonçalves de Araujo Triste e em segundas nupcias com o Dr. Luiz Ramos Figueira, 5-2 de pagina 238 do 3.º volume.
4-3 Antonio Luiz, nascido em 1829 e fallecido solteiro em 1885.
4-4 Joaquina, fallecida solteira.
4-5 Balbina da Luz Pereira de Souza, casada com o Commendador Joaquim Antonio dos Santos Souza, 5-5 de pagina 238 do 3.º volume, ahi a geração.
4-6 Joaquim Antonio Luiz Pereira, casado com Maria Izabel de Souza, 5-6 de pagina 242 do 3.º volume, ahi a geração.

3-12 Rosa, fallecida solteira.

2-4 Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento, do seu terceiro matrimonio teve:
3-7 Capitão Rufino Gonçalves Cordeiro; foi proprietario de grandes lavouras no Anhaya, bem como de engenhos de herva matte e de moagem de canna de assucar, casado com Escolastica Josepha de França, 5-6 de pagina 98 do 3.º volume desta obra, ahi a geração.

2-5 Anna Gonçalves Cordeiro, fallecida em 1809; foi casada com o Tenente Antonio dos Santos Pinheiro, natural da praça de Chaves-Setubal-Portugal; foi Escrivão dos auditorios e ecclesiasticos e Tabellião do Publico em Paranaguá e Escrivão da Ouvidoria Geral e como tal lavrou os termos de erecção da Villa de Castro, a 20 de Janeiro de 1789 e o da Villa de Antonina. Antes de 1747 já figurava como escrivão dos auditorios de Paranaguá. De 1788 a 1805 figurava como Tabellião de Curityba. Em 17 de Setembro de 1805, estando em — artigo de morte — entrou para a Irmandade de S. Francisco das Chagas de Paranaguá, pagando a joia de 12$000. Falleceu com cerca de 80 annos de edade. Foi homem de consideração e respeito e recebeu bôa educação e instrucção. Os seus actos publicos como escrivão e tabellião demonstram a sua competencia; os seus termos eram bem feitos e caprichosamente escriptos com uma calligraphia miuda, clara e bonita.
Era filho de Manoel dos Santos Chaves, natural da praça de Chaves, e de sua mulher Maria Josepha do Nascimento, de Setubal.
Teve:
3-1 Maria Catharina de Moraes Cordeiro, casada com o Sargento-Mór Ignacio Lustoza de Andrade, 3-1 de pagina 101 do 2.º volume desta obra, onde vem sua biographia, ascendentes e descendentes, pelo que aqui apenas mencionamos os seus filhos:
4-1 Tenente José Lustoza de Andrade, casado com Carolina José de Andrade.

4-2 Manoel de Ramos Lustoza de Andrade, falleceu solteiro.
4-3 Benedicta Francisca de Assis, casada em primeiras nupcias com o Capitão Joaquim Pinto Rebello, com ascendentes á pagina 117 do 2.º volume desta obra; casada em segundas nupcias com o Capitão Tobias Pinto Rebello de 4-3 de pagina 164 do 2.º volume, ahi a descendencia.
4-4 Izabel Lustoza de Andrade, casada com Manoel Lobo da Silva Passos.
Teve:
5-1 Izabel, fallecida em criança.
4-5 Balduina Lustoza de Andrade, casada com seu cunhado Manoel Lobo da Silva Passos, 4-5 de pagina 179 do 2.º volume, ahi a descendencia.
4-6 Rita Maria Lustoza de Andrade, casada com o Capitão João de Souza Dias Negrão — o velho —, tronco da familia de seu appellido no Paraná, 4-6 de pagina 182 do 2.º volume desta obra, ahi a geração.
4-7 Francisca Joaquina de Andrade, casada com o Capitão Ricardo José Taborda Ribas, 4-7 de pagina 246 do 2.º volume, ahi a descendencia.
4-8 Tenente-Coronel Ricardo Lustoza de Andrade, 4-8 de pagina 248 do 2.º volume, ahi a geração.
4-9 Anna Maria de Jesus Lustoza de Andrade, casada com o Tenente José Luiz Pereira, 4-9 de pagina 261 do 2.º volume, ahi a descendencia.

3-2 Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, natural de Paranaguá, fallecido com testamento na cidade de S. José, de S. Catharina, a 12 de Janeiro de 1860. Nesse testamento declarou elle a sua legitima filiação e naturalidade. Possuimos as photographias desse testamento devido a obsequiosidade do illustrado Snr. Dr. Henrique Fontes, que em carta gentilissima que nos dirigiu a respeito, assim se manifestou: «... Como grão de areia á sua obra de benedictino que o amigo vai edificando, remetto-lhe com esta, copias photographicas dos testamentos dos dous coestaduanos seus, de notavel relevo na historia catharinense; o Coronel Joaquim Xavier Neves, com vasta e illustre descendencia em S. Catharina, e o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, presidente e vice-presidente que foram da ephemera Republica Juliana —» Ermelino de Leão, notavel historiador patricio, em artigo publicado no «Diario da Tarde» de 2 de Julho de 1927, assim se exprimiu:

Um presidente da Republica — paranaense

I

«O titulo deste artigo está destinado a causar verdadeira surpresa a todos nós que cultivamos e nos interessamos pelos estudos da Historia Paranaense.

«Na verdade, todos nós ignoravamos que tivesse cabido a um paranaense a subida honra da presidencia de uma republica, entretanto o illustre almirante Henrique Boiteux, no seu trabalho «A Republica Catharinense», que segundo a imprensa do Rio acaba de ser dado a publicidade, vem revelar que um sacerdote paranaense exerceu o cargo de presidente da ephemera «Republica Juliana», proclamada em Laguna por David Canabarro e José Garibaldi.

«De um artigo do snr. Mozart Monteiro, inserto em «O Jornal» de 18 de Junho, verificamos que a presidencia da Republica Catharinense foi exercida por um sacerdote paranaense — o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, que, então, exercia o vigariato de Laguna. Esta cidade foi occupada pelas tropas republicanas commandadas pelo notavel guerreiro David Canabarro, no dia 22 de Julho de 1839.

«As adhesões á causa da revolução republicana na zona dominada pelos revolucionarios, foram numerosas e enthusiasticas.

«Canabarro, convencido que lhe estava destinado uma missão de libertador, convidou a Camara Municipal de Laguna a «declarar, já e já, solemnemente, a nação catharinense livre e independente, formando um estado republicano constitucional».

«A 29 de Julho, a Camara declara a independencia

de S. Catharina e a 7 de Agosto procede-se a eleição para presidente e vice-presidente do Estado Republicano Catharinense. Os 22 eleitores escolheram para presidente o tenente-coronel Joaquim Xavier Nunes e para vice-presidente o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, sendo no dia 10 eleitos os demais membros provisorios do Corpo Governamental do Estado Catharinense Republicano, Constitucional, Livre e Independente, obtendo, novamente, votação o padre Vicente F. dos Santos Cordeiro.

«O Tenente-Coronel Nunes não poude assumir a presidencia da Republica por estar ausente, de sorte que a 28 de Agosto, o vice-presidente entrou em exercicio.

«O primeiro decreto, datado de 5 de Setembro nomeava os dois ministros do Corpo Governamental, e trazia como lemma — Liberdade, Igualdade e Humanidade. Outro decreto da mesma data concedia a Canabarro, que, até então era chefe da divisão libertadora, o posto de commandante em chefe do exercito catharinense «com as honras e regalias annexas a tão elevado cargo».

«O grande Garibaldi foi nomeado capitão-tenente do exercito, chefe da pequena frota republicana.

«Por decreto do Presidente da Republica, Laguna foi elevada a cidade, passando a denominar-se Cidade Juliana de Laguna, obtendo a Camara um brazão com uma liberdade encostada sobre um escudo, em cujo campo brilhavam as palavras «Vinte e dois de Julho de 1839» e a orla da margem, como divisa — Liberdade, Igualdade, Humanidade.

«As cores verde, branco e amarello seriam as nacionaes da ephemera Republica Juliana; adoptaram tópe analogo. O ex-promotor foi nomeado representante da Republica junto ao governo republicano do Rio Grande do Sul para negociar as bases do tratado relativo a projectada «Confederação Brasileira», sendo recebido em Caçapava como «ministro plenipotenciario e enviado extraordinario do governo catharinense».

«Mas, por uma ironia da sorte surgiu o 15 de Novembro — assignalando o termino daquelle brilhante sonho de liberdade.

«A esquadra de Garibaldi é destruida pela armada imperial, commandada pelo capitão de mar e guerra Frederico Mariath. Annita Garibaldi pratica feitos heroicos a bordo do «Rio Pardo».

«As forças de terra commandadas pelo tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira occupavam Laguna, fazendo retirar-se o exercito catharinense.

«Até aqui, a synthese dos successos em que esteve envolvido o padre paranaense como Presidente da Republica, colhida do artigo do «O Jornal».

«Quem era Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro?

«Infelizmente, não deparamos no momento, um codice em que temos apontamentos dos vultos de Antonina, cujos nomes começam pela letra M, em diante.

«O Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro logo depois de receber ordens, esteve em Antonina em 1807, onde residia a sua familia, ao que suppomos, para resar a sua primeira missa.

«Pelos documentos que deparamos em cartorio de Antonina deduzimos que o Padre Vicente seja filho de Polidoro José dos Santos e de F. Cordeiro, n. p. do Guarda mór Vicente Ferreira de Oliveira, morador em Paranaguá, onde exerceu o cargo de juiz ordinario em 1797 e que em 1803 fora a S. Paulo; e n. m. do Cap. Gaspar Gonçalves de Moraes.

«Por uma carta escripta a 30 de Julho de 1800 pelo Padre Bento Gonçalves Cordeiro, vigario da Villa da Graça de S. Francisco e registrada a fls. 6 do livro de nota 1.º A do cartorio de Antonina, deprehendemos que o Padre Vicente era filho de Polidoro José dos Santos e sobrinho e afilhado do P.e Bento, que lhe doou o escravo José para seu pagem.

«Cabe ao nosso fecundo e brilhante linhagista Francisco Negrão dizer, em difinitivo, quaes os maiores do Presidente da Republica Juliana, que era incontestavelmente paranaense.

«Polidoro José dos Santos residia em Antonina onde exerceu o cargo de vereador em 1827.

«A verdade, porem, é inilludivel: o Paraná — essa terra tão depreciada em seus homens pelos seus proprios filhos, já foi berço de um Presidente de Republica, que se manifestou na altura da elevada posição que occupava.

«Accusam a revolução republicana de 1835 de ter errado, compromettendo a integridade da patria, pela implantação de republiquetas: mas não se recordam que uma das primeiras medidas do Corpo Governamental da Republica Catharinense foi o de enviar um embaixador ao governo da Republica de Piratiny para negociar o tratado da Confederação Brasileira. Os republicanos não visavam a cessão, a partilha do Brasil em republicas independentes: tentavam proclamal-as com o fim de attrahir sympathias regionalistas, mas com o intuito capital da constituição da Confederação Brasileira.

«Não possuimos ainda a obra do Almirante Henrique Boiteux, que tratamos de adquirir; ignoramos qual a sorte do velho vigario republicano depois da occupação de Laguna pelas forças imperiaes.

«Seja, porem, como for, o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro foi um predecessor do regimen, quiçá o primeiro filho do Paraná que sonhou e realisou a republica.

«Esta gloria lhe cabe: o sacerdote paranaense entra para os annaes da nossa Historia como um precursor do regimen que tombou, em Laguna, a 15 de Novembro de 1839, para surgir triumphante, em todo o paiz, meio seculo transposto, no dia 15 de Novembro de 1889. — Ermelino de Leão.»

II

O Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro — Seu testamento — Dois paranaenses — presidentes de republica — O Dr. Henrique Fontes e sua gentileza.

«Mezes atrás publicamos nas columnas deste apreciado vespertino, um artigo em que tratavamos do Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, presidente

da Republica Juliana Catharinense, com séde na cidade de Laguna.

«No mesmo dia em que o «Diario» inseria o nosso artigo, recebiamos do grande linhagista paranaense Francisco Negrão, os precisos esclarecimentos genealogicos do notavel sacerdote paranaguense.

«O Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, era filho do Tenente Antonio dos Santos Pinheiro e de D. Anna Gonçalves Cordeiro. O Tenente Antonio dos Santos Pinheiro, residia em Antonina, no sitio dos Pinheiros, proximo do seu cunhado Tenente-Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro — o velho —, e aqui exerceu funcção de relevo, no governo da terra. Homem dotado de culta intelligencia, com boa calligraphia e pratica do foro, fora o Tenente Antonio dos Santos Pinheiro eleito para o elevado cargo de Juiz ordinario de Antonina, no anno de 1800. Vagou, nesse interim, o officio de escrivão da ouvidoria geral, sendo o Tenente nomeado para exercel-o, não de seu muito agrado.

«A camara allegou que Pinheiro estava exercendo o cargo de juiz ordinario; mas o ouvidor geral declarou que não podia dispensal-o do officio por não existir, na comarca, outra pessoa idonea para desempenhal-o com competencia e zelo.

«Santos Pinheiro transferiu a residencia para Paranaguá com a familia; e ali nasceu o P.e Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, mais tarde Vigario de S. José de Terra Firme, em Santa Catharina, e vice-presidente da Republica Juliana do Estado Independente, Constitucional e Republicano de S. Catharina, tendo entrado no exercicio das altas funcções, em virtude do impedimento do presidente eleito.

«Agora, á gentileza do meu distincto amigo e illustre historiador Dr. Henrique Fontes, Secretario da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura do prospero Estado de S. Catharina, devo o obsequio de possuir, não somente a notavel memoria do almirante Henrique Boiteux sobre a ephemera Republica Juliana, a titulo precario, como uma reproducção photo-

graphica parcial do testamento do illustre sacerdote paranaguense.

«Este documento, lavrado pelo escrivão de paz de S. José de Terra Firme, José Conrado, confirma o depoimento de Francisco Negrão, pois traz a seguinte clausula:

«Declaro que sou natural da Cidade de Paranaguá, Provincia de São Paulo, filho legitimo do Tenente Antonio dos Santos Pinheiro e de Anna Gonçalves Cordeiro, ambos já fallecidos.

«O illustre Dr. Henrique Fontes accrescenta na sua gentilissima missiva:

«Brevemente far-lhe-ei remessa de copia tambem photographica, do outro documento que merecerá o seu apreço — o testamento de outro paranaense, que foi figura de relevo na politica catharinense e que foi o presidente eleito da ephemera Republica Juliana: o coronel Joaquim Xavier das Neves, avô do inesquecivel dr. Hercilio Luz. Este documento, pertencente tambem ao cartorio de S. José, já se acha em minhas mãos.»

«Assim, pois, pode o nosso Estado vangloriar-se de ter sido berço de dois presidentes de Republica.

«Reservamo-nos para, quando em nosso poder o testamento do prestigioso Coronel Xavier das Neves, nos occuparmos deste illustre paranaense, com a merecida attenção.

«Por emquanto nos limitamos a registrar, nestas linhas, o nosso profundo reconhecimento ao prezado amigo e illustre companheiro Dr. Henrique Fontes, pela obsequiosidade de sua missiva, acompanhada de tão valiosos documentos. — Ermelino de Leão.»

3-3 Alferes Polydoro José dos Santos, foi casado em primeiras nupcias com Iria Maria dos Prazeres, 3-6 de 2-7 de pagina 164 do 1.º volume, ahi a descendencia; casado em segundas nupcias com Maria Rita do Rosario, 5-1 de pagina 49 do 3.º volume, ahi a descendencia.

Teve do primeiro matrimonio:

4-1 Major Vicente Ferreira da Luz, casado com Florencia do Amaral Luz, 4-1 de pagina 165 do 1.º volume desta obra, ahi os descendentes.

4-2 Manoel Polydoro, casado com Anna Maria Gomes da Silva, 4-2 de pagina 211 do 1.º volume, ahi a descendencia.

4-3 Benedicta dos Prazeres Loyola, casada com o Capitão João de Loyola e Silva, 4-3 de pagina 215 do 1.º volume, ahi a geração.

Do segundo matrimonio teve:

4-4 Maria Rita do Rosario — filha, casada com Antonio Vieira dos Santos Junior, 5-1 de pagina 49 do 3.º volume, ahi a geração.

4-5 Antonio Polydoro, casado com Rosa Maria de Lima, 5-8 de pagina 222 do 3.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.

4-6 Cordula Martins dos Santos, casada com o Commendador Antonio Ricardo dos Santos, 5-4 de pagina 130 do 3.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

4-7 Anna Martins, casada com José Pedro Estanislau da Silva, habil pharmaceutico em Morretes, onde prestou relevantes serviços a população, prestando seus serviços como pratico em tratamentos aos doentes, com grande desinteresse.

Teve:

5-1 Gertrudes da Silva Almeida, foi casada com o capitalista José Rodrigues de Almeida, negociante, natural de Portugal, que por morte de sua mulher passou a segundas nupcias com sua sobrinha Olinda Marques de Almeida.

Teve:

6-1 Rosa, fallecida.

6-2 Maria de Almeida Ribeiro, casada com o Major Benedicto da Motta Ribeiro, alto funccionario estadual aposentado, filho do Capitão José da Motta Ribeiro e de sua mulher Izabel da Motta Ribeiro.

Filhos:

7-1 Esther Ribeiro de Andrade Moura, ca-

sada com Eurico de Andrade Moura, 7-4 de pagina 145 do 2.º volume.
Filhos:
8-1 Osman.
8-2 Augusto.
8-3 Lucia.
8-4 Eurico.
8-5 Romeu, fallecido.
8-6 Zeny.
8-7 Esther.
8-8 Armando.
7-2 Carlos da Motta Ribeiro, casado com Maria das Dôres Fragoso Ribeiro.
Filhos:
8-1 Cyrene.
8-2 Amaury.
7-3 Agar Ribeiro Branco, casada com Edgard de Souza Branco, empregado de Fazenda com exercicio na Sub-Contadoria da Delegacia Fiscal do Paraná, filho de Victor Alves Branco e de sua mulher Edeltrudes de Souza Branco.
Filhos:
8-1 Clorys, fallecida.
8-2 Dil.
8-3 Edgard, fallecido.
8-4 Therezinha.
7-4 Plinio da Motta Ribeiro, casado com Ismenia de Bastos Rotoli Ribeiro.
Filhos:
8-1 Omir.
8-2 Nilce.
7-5 Octavio da Motta Ribeiro, casado com Genny Soffiatti Ribeiro.
Filha:
8-1 Neuza.
7-6 Maria da Luz Silveira da Motta, casada com Joaquim Ignacio Silveira da Motta, filho do Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta Filho e de sua mulher Maria Amelia de Barros Silveira da Motta.
Filha:

8-1 Yvonne.
7-7 José da Motta Ribeiro.
7-8 Jacy, fallecido.
7-9 Carmen, fallecida.
7-10 Maria do Rosario, fallecida.
7-11 João, fallecido.
7-12 Gertrudes Motta Ribeiro.
7-13 Izabel Lays da Motta Ribeiro.
6-3 Leonor de Almeida Gonçalves, casada com o Agrimensor Luiz de Castro Gonçalves, commissario de terras no Paraná.
Filhos:
7-1 Plinio de Castro Gonçalves, casado com Herminia Gonçalves.
7-2 Eddy Gonçalves Pereira, casada com Carlos Pereira Junior.
Filhos:
8-1 Carlos.
8-2 Veda.
8-3 José, gemeo com
8-4 Luiz.
8-5 . . .
7-3 Ignez Gonçalves.
7-4 Saphira Gonçalves.
6-4 José Rodrigues de Almeida Filho, fallecido, foi casado com Lecticia Fonseca de Almeida.
Filhos:
7-1 Helly.
7-2 José.
7-3 Zayde Fonseca de Almeida Munhoz, casada com Saul Munhoz, acreditado guarda-livros em Curityba, filho do Major Raul Munhoz, official do exercito, e de sua mulher Aïdê Pereira Munhoz, 6-3 de pagina 241 do 1.º volume, ahi os ascendentes.
Teve:
8-1 Nelson.
8-2 . . .
6-5 Magdalena de Almeida, foi casada em primeiras nupcias com o Alferes do exercito Angelo Mendes de

Almeida Sampaio, 8-6 de pagina 349 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes. Casada em segundas nupcias com o General de Divisão João Nepomuceno da Costa, engenheiro militar, natural de S. Catharina.

Filhos do segundo matrimonio:

7-1 Eleonora da Costa Monteiro, casada com o Dr. Anastacio da Silva Monteiro, 1.º Tenente do Corpo de Saúde do Exercito.
Filhos:
8-1 João Nepomuceno.
8-2 . . .

7-2 João Nepomuceno da Costa Filho.
7-3 Flavius da Costa.

6-6 Antonio Rodrigues de Almeida, commerciante, casado com Carmelina Velloso de Almeida.
Filhos:
7-1 Hydos Velloso de Almeida, casado com Eloah Saldanha de Almeida.
Teve:
8-1 Alyr.
7-2 Mario de Almeida.

6-7 Eliza de Almeida do Amaral, casada com o Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Juiz de Direito da Capital, em disponibilidade, já referido em 7-5 de pagina 430 do 1.º volume, ahi seus ascendentes e descendentes.

6-8 Elvira de Almeida Queiroz, casada com o commerciante Francisco de Queiroz.
Teve:
7-1 Joaquim.
7-2 Gertrudes.
7-3 Carmen.
7-4 Armando.
7-5 José Maria.

6-9 Gertrudes de Almeida Abreu, casada com Abilio Gonçalves de Abreu, acreditado e activo commerciante em Curityba, successor de seu Pai o Commendador Manoel Martins de Abreu e de sua primeira mulher Escolastica Gonçalves de Abreu. E' Thesoureiro da Santa Casa

de Misericordia de Curityba, onde vem prestando reaes serviços a essa instituição e aos soffredores. Espirito folgasão e communicativo faz-se estimado geralmente.
Filhos:
7-1 Ernani.
7-2 Ophelia.

6-10 Cecilia de Almeida Lagarto, casada com Albano de Carvalho Lagarto.
Filhos:
7-1 Dirce } gemeos.
7-2 Dirceu }
7-3 Alceu.

6-11 Plinio, fallecido.

6-12 Plinio Rodrigues de Almeida, casado com Dagmar Lustoza de Barros, filha do Commendador Antonio de Barros e de sua segunda mulher Escolastica Lustoza de Barros.
Filhos:
7-1 José.
7-2 Maria Apparecida.

5-2 Maria dos Santos Polydoro, viuva do Major Modesto Polydoro, 6-1 de 5-8 de pagina 222 do 3.º volume desta obra, ahi os ascendentes.

5-3 João Stanislau da Silva.

5-4 Pedro Stanislau da Silva — Pedróca. Como seu pae foi pharmaceutico em Morretes e como elle prestou relevantes e desinteressados serviços a população da Cidade. Falleceu victima de variola apanhada quando com desprendimento soccorria a população, e principalmente a pobreza. Foi victima de sua benemerencia.
Era solteiro.

4-8 Rosa Martins da Cruz, casada com Domingos Martins da Cruz.
Teve:
5-1 Anna Martins de Andrade, casada com o Dr. José Pereira dos Santos Andrade, formado em direito, abastado em bens de fortuna, parte herdada de seu pai o Commendador Antonio Ri-

cardo dos Santos — Dodoca. Foi deputado provincial em varias legislaturas e presidente ao congresso estadual, Senador da Republica e Governador do Paraná. Foi antes adiantado industrial e commerciante.
Filhos:
6-1 Hecilda Santos de Andrade Muricy, casada com o Tenente-Coronel José Candido da Silva Muricy, 6-2 de pagina 196 do 1.º volume desta obra, ahi os traços biographicos, ascendentes e descendentes.
6-2 Julia de Andrade Taborda Ribas, casada com o Tenente-Coronel Pretextato Pennaforte Taborda Ribas, 6-6 de pagina 161 do 2.º volume desta obra, ahi os ascendentes e descendentes.
5-2 Ottilia Martins Coelho, foi professora publica, casada com Alfredo Coelho, ambos fallecidos.
Sem filhos.
5-3 Maria Martins da Cruz Oliveira, casada com Alfredo de Oliveira.
Sem descendencia.
5-4 Eliza Martins de Mello, que foi a primeira mulher de José da Cunha Mello, Telegraphista Nacional, aposentado, filho de Theotonio Soares de Mello e de sua mulher Francisca da Cunha Marques.
Teve:
6-1 Euzinio Martins de Mello, telegraphista nacional, casado a 25 de Dezembro de 1909 com Izabel Negrão de Mello.
Sem descendentes.
6-2 Antonio Martins de Mello, telegraphista nacional, casado a 5 de Outubro de 1912 com Palmyra Correia Bompeixe e Mello, professora normalista.
Sem descendentes.
6-3 Eslea Martins de Mello, solteira.

5-5 Rosa Martins da Cruz Pereira, foi casada com Segundo Pereira Correia.
Teve:
6-1 José Segundo Pereira, serventuario da Estrada de ferro S. Paulo—Rio Grande.
5-6 Agricola Martins da Cruz, fallecido.
5-7 José Martins da Cruz, fallecido.
5-8 Antonio Martins da Cruz, fallecido.
3-4 Frei José dos Santos Pinheiro, Superior da Ordem dos Carmelitas de Tamanduá.
3-5 Maria de Sevene.
3-6 Maria Peregrina de Assumpção, casada com o Capitão Francisco Leite de Moraes, natural de S. Martinho de Lordello-Porto, filho de Francisco Leite de Moraes e de Felippa Rosa.
(Esta filha não encontramos em nossas investigações e a mencionamos porque foi citada pelo Dr. Ermelino de Leão; da mesma forma procedemos e pelo mesmo motivo com a filha Anna.)
3-7 Anna Barbara, casada com Francisco Rodrigues Seixas, natural de Curityba.
3-8 Sargento-mór Francisco dos Santos Pinheiro, fallecido a 19 de Março de 1847, com testamento. Pertencia a governança da villa de Antonina. Era Sargento-mór reformado, da 2.ª linha, do 2.º Regimento de Artilharia de Paranaguá, desde antes de 10 de Junho de 1827, quando com esses titulos fez uma petição.
Foi vulto de prestigio social e politico. Possuia alta lavoura em Antonina.
Casado com Anna Maria Francisca Xavier Neves — a moça —, filha de Manoel Jacintho das Neves e de sua mulher Anna Maria Francisca Xavier, e irmã de Jacintho Xavier Neves, de 3-9 de 2-6, retro.
Teve:
4-1 Jacintho Xavier Neves — o sobrinho —, casado com Anna Luiza de Oliveira, 4-2 de pagina 340 do 3.º volume desta obra, ahi os ascendentes.
Filhos:
5-1 Manoel Gonçalves Cordeiro, fallecido solteiro.

5-2 Capitão Joaquim Xavier Neves, fallecido a 27 de Dezembro de 1879, foi casado com Adelaide Pinto de Amorim, 5-2 de pagina 341 do 3.º volume, ahi a descendencia.
5-3 José Xavier Neves, casado com Thereza Maria de Jesus, 5-3 de pagina 343 do 3.º volume, ahi a descendencia.
5-4 Padre João Baptista de Oliveira, já descripto em 5-4 de pagina 348 do 3.º volume.
5-5 Rosa Luiza de Oliveira, casada com Francisco Fernandes, fallecido.
Teve:
6-1 Maria, fallecida.
5-6 Porcina Antonia de Oliveira, casada em primeiras nupcias com Pedro de Souza e em segundas nupcias com Antonio Anthero de Souza, 5-6 de pagina 348 do 3.º volume.
5-7 Maria Francisca de Oliveira, casada com Antonio Pinto.
5-8 Joaquina Antonia de Oliveira, casada com seu tio José Machado de Oliveira, 4-1 de pagina 339 do 3.º volume, ahi a geração.
5-9 Francisca Xavier Neves, casada com Antonio Nunes de Mello, 5-9 de pagina 349 do 3.º volume, ahi a descendencia.
4-2 Antonio dos Santos Pinheiro — o neto —, casado com Gertrudes de Oliveira Ribas, 4-9 de pagina 417 do 2.º volume desta obra, ahi a ascendencia e descendencia.
Filhos:
5-1 Joaquim Mariano Ribas, casado com Joanna Ribas.
5-2 Ricardo dos Santos Ribas, casado com Rosaria Ribas, 5-3 de pagina 418 do 2.º volume, ahi a descendencia.
5-3 Alferes Sinfronio Ribas, foi casado com Escolastica da Annunciação Ribas, fallecidos sem filhos.
5-4 Maria da Gloria Ribas, casada com Salvador Antunes, 5-4 de pagina 418 do 2.º volume, ahi a geração.

5-5 Antonio dos Santos Ribas, casado com Izabel Alves do Prado, 5-5 de pagina 418 do 2.º volume, ahi a geração.
5-6 João Baptista de Oliveira Ribas, solteiro.
5-7 Francisco dos Santos Ribas, falleceu solteiro.
5-8 Major João Evangelista dos Santos Ribas, casado com Maria da Conceição Garcez, 5-8 de pagina 418 do 2.º volume, ahi a geração.
4-3 Americo dos Santos Pinheiro, falleceu solteiro.
4-4 Jesuino Amado do Nascimento, casado com Iphigenia Maria Machado.
Teve:
5-1 Pedro Amado do Nascimento, casado com Antonia Zenobia do Nascimento, 5-1 de pagina 371 do 3.º volume, ahi a geração.
4-5 Maria do Rosario.
4-6 Procopio Gonçalves Cordeiro, casado com Anna Gonçalves Cordeiro, 4-7 de pagina 363 do 3.º volume.
Filhos:
5-1 Candida Gonçalves Cordeiro, casada com seu primo Amelio Santa Ritta, filho de Francisco Santa Ritta e de sua mulher Balduina dos Santos. Sem filhos.
5-2 Procopia Gonçalves Cordeiro, casada com Gabriel José do Nascimento, guarda-livros. Sem geração.
4-7 Anna Mariana da Annunciação, foi a segunda mulher do Sargento-mór Basilio José Machado, 3-5 de pagina 339 do 3.º volume.
Filhos:
5-1 Francisco José Machado, casado com Leonidia de Oliveira Vianna, 4-5 de pagina 360 do 3.º volume, ahi a descendencia.
5-2 Maria Porcina Pinto, casada com Bernardo José Pinto, 4-6 de pagina 362 do 3.º volume, ahi a descendencia.
5-3 Anna Gonçalves Cordeiro, casada com seu tio Procopio Gonçalves Cordeiro, 4-6 acima.
5-4 Rita Machado da Costa, casada com Manoel da Costa, 4-8 de pagina 363 do 3.º volume, ahi a geração.

5-5 Thereza Maria dos Passos, casada com Bento Ribeiro de Macedo Guimarães, 4-9 de pagina 364 do 3.º volume, ahi a descendencia.
5-6 Pedro José Machado, casado com Leocadia de Oliveira Vianna, 4-10 de pagina 366 do 3.º volume, ahi a geração.
5-7 Raymundo José Machado, casado em primeiras nupcias com Maria Rosa de Mello; casado em segundas nupcias com Maria do Belem, 4-11 de pagina 368 do 3.º volume, ahi a geração.
4-8 Balduina dos Santos, casada com Francisco Antonio Santa Ritta.
Teve:
5-1 Amelio Santa Ritta, casado com sua prima Candida Gonçalves Cordeiro, 5-1 de 4-5, retro.
5-2 Coronel Antonio Francisco de Santa Ritta, casado com Maria dos Anjos Pereira de Santa Ritta, 7-1 de pagina 64 do 3.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.
3-9 Joaquina Ananias Dorothéa de Jesus, foi casada em primeiras nupcias com o Tenente Jacintho Xavier Neves, filho de Manoel Jacintho das Neves e de sua mulher Anna Maria Francisca Xavier, e em segundas nupcias com o Tenente Cirurgião Vicente Pires Ferreira.
Teve do primeiro matrimonio:
4-1 Joaquim Xavier Neves (que não deve ser confundido com outro de igual nome, filho de Jacintho Xavier Neves — o sobrinho —, 5-2 de 4-1, retro), natural de Paranaguá, fallecido em S. José-S. Catharina com seu solemne testamento approvado a 17 de Novembro de 1870, no qual declarou sua filiação e naturalidade, e ser viuvo de Felicidade de Souza Neves, com os seguintes filhos:
5-1 Jacintho.
5-2 Gaspar.
5-3 Joaquim.

5-4 João.
5-5 Vicente.
5-6 Maria, casada com o Major João Luiz do Livramento.
5-7 Luiza, casada com o Major Domingos José da Costa Sobrinho.
5-8 Candida, casada com o negociante Manoel de Almeida Vargas.
5-9 Joaquina, casada com o negociante Jacintho José da Luz.
5-10 Felicidade, casada com Marciano Francisco de Souza.
4-2 Euphrasia Maria de Jesus, casada com Francisco José Correia de Bittencourt.
Teve:
5-1 Maria Clara Bittencourt Vianna, casada com Joaquim Cunha Vianna, filho de José Joaquim da Cunha Vianna e de sua mulher Anna da Cunha Vianna; por esta, neto de Pedro Gomes Sobral e de sua mulher Cordula Maria de Souza; por esta, bisneto de Manoel de Souza Pinto e de sua mulher Catharina Maria José do Nascimento.
Teve:
6-1 Virgilio da Cunha Vianna, casado com Maria Magdalena Vianna, fallecida, filha de Manoel da Cunha Vianna, fallecido, e de sua mulher Francisca Justina de Bittencourt Vianna, fallecida.
Teve a filha unica:
7-1 Maria Magdalena Vianna de Souza, fallecida, casada com Cyriaco Emiliano de Souza.
Teve:
8-1 Iphigenia Vianna de Souza.
8-2 Mercedes Vianna de Souza.
6-2 Joaquina Vianna Stoll, fallecida, casada com João Jacob Stoll, fallecido a 13 de Fevereiro de 1883.
Filhos:
7-1 Elisa Stoll Gonçalves, casada com Ma-

noel José Gonçalves, Tabellião do publico judicial e notas de Curityba, filho de Francisco José Gonçalves e de sua mulher Constança Pinto Gonçalves. Exerceu varios cargos de eleição popular e foi proprietario do jornal «A Republica», orgam do Partido Republicano do Paraná.

Teve:

8-1 João Stoll Gonçalves, advogado, casado com Zenith Gentil Gonçalves.
Sem filhos.

8-2 Carlos Alberto Stoll Gonçalves, engenheiro agronomo, casado com Olga Macedo Gonçalves.
Sem filhos.

8-3 Stella Stoll Gonçalves, solteira.

8-4 Edith Stoll Gonçalves Moutinho, casada com o Tenente Gastão Moutinho.
Teve:
9-1 Haroldo.

8-5 Constança Stoll Gonçalves Caminha, casada com Amado P. Caminha.
Teve:
9-1 Amado.
9-2 João Carlos.

8-6 Odette Stoll Gonçalves Mocellin, casada com Augusto Mocellin.
Teve:
9-1 Luiz Renato.

7-2 Olympia Stoll Junqueira, nascida em Porto de Cima, em 2 de Fevereiro de 1876. Casada com Alvaro Junqueira Peniche, importante industrial e capitalista, nascido em Iguape, Estado de S. Paulo, em 16 de Junho de 1873, filho de Joaquim Peniche e de sua mulher Francisca Junqueira Peniche. Casada em Curityba no dia 8 de Setembro de 1895. Fallecida em 7 de Março de 1921.
Alvaro Junqueira Peniche por morte de sua primeira mulher passou a segundas nupcias com Elfrida Gaissler, filha de Paulo Emilio Gaissler e de sua mulher Leocadia de Paula.
Filhos:

8-1 Dr. Alvaro Junqueira Filho, nascido em 31 de Julho de 1897. Formado em engenharia pela Universidade de Shenectady, nos Estados Unidos da America do Norte. Casado com Zila Fontana Junqueira, filha de Francisco Fido Fontana e de sua mulher Iphigenia Correia Fontana.
Filhos:
9-1 Alvaro Luiz, nascido em 15 de Julho de 1924.
9-2 Paulo, nascido em 27 de Agosto de 1927.

8-2 Olympia Junqueira França, nascida em 19 de Julho de 1898. Casada em 6 de Janeiro de 1914 com o Dr. Seraphim França, bacharel formado pela Escola Livre de Direito do Rio de Janeiro; mavioso poeta e romancista, publicou os seguintes livros: Album de um Moço, Canções da Terra dos Pinheiraes e Cantos da Linda Terra dos Pinheiros (versos) e Amor Mysterioso e Senhorita Mysterio (romances); escreveu varias peças theatraes; militou na imprensa, fundou varias revistas, inclusive a de nome — Olho da Rua —, de larga repercussão no Estado. Exerceu varios cargos publicos, entre os quaes o de Redactor dos Debates do Congresso Legislativo do Estado, o de Promotor Publico da 1.ª Vara da Capital e exerce actualmente o de Curador Geral do Juizo de Menores, na Capital.
Teve:
9-1 Alvaro Luiz Junqueira França, nascido a 31 de Julho de 1915.

8-3 Nadyr Junqueira Borges, nascida em 2 de Março de 1900. Casada com o Dr. Oscar Borges de Macedo, bacharel em direito pela Universidade do Paraná, jornalista e advogado, actualmente exercendo a sua actividade em Ponta Grossa.
Filhos:
9-1 Maria Olympia, nascida em 10 de Junho de 1919, fallecida.
9-2 Nice, nascida em 24 de Junho de 1920.
9-3 Lia, nascida em 18 de Abril de 1925.
9-4 Carlos Eduardo, nascido em 27 de Abril de 1928.

8-4 Maria de Lourdes Junqueira Medeiros, nascida a 12

de Outubro de 1902. Casada com o Dr. Luiz Osmundo de Medeiros, medico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Lente da Universidade do Paraná e Director do Leprosario S. Roque, no Estado. E' jornalista e clinico. Filho:

9-1 Luiz Medeiros Filho, nascido em Paris a 29 de Agosto de 1923.

8-5 Antonio Nelson Junqueira, nascido em 1.º de Fevereiro de 1904. Tem o curso de Commercio e é commerciante em S. Paulo.

8-6 Olga Junqueira de Castro, nascida em 1.º de Fevereiro 1906. Casada com o Dr. Joaquim Vicente de Castro, engenheiro civil, formado pela Universidade do Paraná, ex-director de Obras Publicas do Estado e actualmente realizando o traçado e a execução de varias rodovias importantes no interior do Estado. Filhos:

9-1 Olympia Augusta, nascida em 21 de Junho de 1924.

9-2 Odette, nascida em 5 de Dezembro de 1926.

9-3 Vicente de Castro Netto, nascido em 7 de Agosto de 1927.

8-7 Osmar Junqueira, nascido em 7 de Maio de 1908. E' engenheiro chimico industrial, formado em S. Paulo.

8-8 Maria Clara Junqueira, nascida em 8 de Janeiro de 1911.

7-3 Nathalia Stoll Marques, viuva do Coronel Ennio Gonçalves Marques, abastado capitalista e industrial, fallecido em 11 de Agosto de 1924, filho do Coronel João Eugenio Gonçalves Marques, fallecido em Janeiro de 1924, e de sua mulher Josephina de Lacerda Marques.

Com ascendentes e descendentes descriptos em 7-1 de pagina 105 do 3.º volume.

7-4 Julia Stoll Nogueira, casada com Manoel Nogueira Junior, filho de Manoel Nogueira, fallecido, e de sua mulher Justina Nogueira, fallecida. Com ascendentes e

descendentes descriptos em 7-1 de pagina 223 do 3.º volume.

6-3 Justina Vianna Seiler, nascida em Porto de Cima, onde se casou a 18 de Maio de 1876 com José Gustavo Seiler, natural da Suissa, filho de João Jacob Seiler e de sua mulher Christina Wintheralter Seiler. Ella fallecida em 10 de Janeiro de 1914 e elle fallecido em 12 de Janeiro de 1921.

Teve:

7-1 João, nascido e fallecido no Porto de Cima, com 6 mezes de edade.

7-2 Joaquina Seiler Giglio, nascida no Porto de Cima; casou-se em Curityba no dia 7 de Janeiro de 1905 com Luiz Giglio Junior, nascido em Xiririca, Estado de S. Paulo, filho de Luiz Giglio, de nacionalidade italiana, e de sua mulher Joaquina Teixeira Giglio, natural do Estado de S. Paulo. Elle adiantado industrial e competente contador em Curityba, onde goza de grande consideração. E' dotado de bôa cultura intellectual. Teve:

8-1 Yollanda Seiler Giglio, nascida em Curityba onde falleceu com a edade de 7 annos.

8-2 José Seiler Giglio, nascido em Curityba. Academico de Medicina, solteiro em 1928.

8-3 Orlando Seiler Giglio, nascido em Curityba. Academico de Engenharia, solteiro em 1928.

8-4 Ruy Seiler Giglio, nascido em Curityba, onde falleceu com a edade de 17 mezes.

8-5 Hernani Seiler Giglio, nascido em Curityba.

8-6 Justina Seiler Giglio, nascida em Curityba.

7-3 Maria Christina Seiler, nascida em Joinville e fallecida em Curityba na edade de 10 annos.

7-4 José Seiler, nascido no Porto de Cima, onde falleceu aos 4 annos de edade.

7-5 Julia Seiler Barbosa, normalista, nascida no Porto de Cima; casou-se em Curityba no dia 25 de Dezembro de 1902 com Antonio Elias Barbosa, natural de Castro, filho de Antonio Rodrigues Barbosa e de sua mulher Maria da Conceição

Barbosa, ambos naturaes do Estado de S. Paulo. Antonio Elias Barbosa é commerciante e capitalista, residente em Curityba.
Teve:
8-1 Estella S. Barbosa Lisbôa, nascida em Curityba, onde se casou no dia 23 de Abril de 1925 com Osmundo Pereira Lisbôa, nascido em Paranaguá, filho de Honorio Lisbôa e de sua mulher Josephina Appolonia Pereira Lisbôa, ambos naturaes de Paranaguá.
8-2 Aristides, nascido em Morretes, onde falleceu com 20 dias de edade.
8-3 Claudio Seiler Barbosa, nascido em Curityba, é contador, solteiro em 1928.
8-4 Eleonora Seiler Barbosa, nascida em Curityba, solteira em 1928.
8-5 Dirceo Seiler Barbosa, nascido em Curityba, estudante gymnasial, solteiro em 1928.
8-6 Justina Eunice Seiler Barbosa, nascida e fallecida em Curityba com 30 dias de edade.
8-7 Zayde Seiler Barbosa, nascida em Curityba, solteira.
7-6 João Vianna Seiler, nascido no Porto de Cima, casado em Curityba no dia 25 de Setembro de 1909 com Semiramis de Macedo Seiler, filha do Commendador José Ribeiro de Macedo e de sua mulher Laurinda R. Loyola de Macedo, com ascendentes e descendentes em 6-1 de pagina 290 do 2.º volume. Adiantado industrial e capitalista.
7-7 Palmyra Seiler Roriz, Professora diplomada pela Escola Normal da Capital, nascida em Curityba, casada a 29 de Setembro de 1906 com Benedicto Roriz, funccionario federal, natural de Goyaz, filho de Manoel Roriz e de sua mulher Maria Carlinda Roriz, ambos naturaes de Goyaz.
Filhos:
8-1 Osiris Seiler Roriz, nascido em Curityba, funccionario da Standard Oil Co., solteiro em 1928.
8-2 Odenath Seiler Roriz, nascido em Curityba, estudante gymnasial, solteiro em 1928.

8-3 Isis Seiler Roriz, nascida em Curityba, alumna da Escola Normal da Capital, solteira em 1928.
8-4 Odin Seiler Roriz, nascido em Curityba.
7-8 Manoel Seiler, nascido em Curityba, onde falleceu com 8 dias de vida.
7-9 Mercedes Seiler Rocha, formada pela Escola Normal, nascida em Curityba, casada em 29 de Setembro de 1914 com Manoel Liberato Rocha, commerciante na Capital do Estado, nascido em Curityba, filho de Manoel Luiz de Souza Rocha e de sua mulher Josephina Liberato Rocha, ambos naturaes de S. Catharina.
Teve:
8-1 Justina Seiler Rocha, nascida em Curityba a 1.º de Julho de 1915, alumna da Escola Normal da Capital, solteira em 1928.
8-2 Josephina Seiler Rocha, nascida em Curityba a 22 de Outubro de 1916, solteira.
8-3 Fernando Wilson Seiler Rocha, nascido em Curityba a 1.º de Setembro de 1918, estudante gymnasial.
8-4 Mercedes Seiler Rocha, nascida em Curityba a 29 de Março de 1926.
8-5 Oswaldo Wilton Seiler Rocha, nascido em Curityba a 29 de Outubro de 1927.
7-10 Maria da Luz Seiler Veiga, diplomada pela Escola Normal da Capital, nascida em Curityba, casada a 25 de Dezembro de 1920 com Americo Danin Veiga, jornalista, natural do Pará, filho do Visconde José da Silva Veiga, natural de Portugal, e de sua mulher Leopoldina Danin Veiga, natural da Italia.
Teve:
8-1 Justina Seiler Veiga, nascida em Curityba.
7-11 Helena Seiler de Camargo, dentista diplomada, nascida em Curityba, casada a 18 de Maio de 1920 com Waldomiro Bandeira de Camargo, dentista e fazendeiro, natural de Guarapuava, filho de Manoel Camargo e de sua mulher Henriqueta Bandeira de Camargo, ambos nascidos em Guarapuava.
Teve:
8-1 Justina Seiler de Camargo, nascida em Guarapuava.

8-2 Henriqueta Seiler de Camargo, nascida em Curityba.
8-3 Omar Seiler de Camargo, nascido em Guarapuava.
8-4 Renato Seiler de Camargo, gemeo com
8-5 Roberto Seiler de Camargo, nascidos em Guarapuava.

6-4 José da Cunha Vianna, nascido no Porto de Cima em 5 de Julho de 1858, onde se casou a 1.º de Junho de 1889 com Dulcia Pereira Vianna, nascida no Porto de Cima, filha de Joaquim Luiz Pereira e de sua mulher Maria Souza Pereira, ambos naturaes do Paraná.
Teve:
7-1 Julieta Vianna Pilagalo, nascida no Porto de Cima, casada em Curityba com José Pilagalo.
Teve:
8-1 Dermeval Vianna Pilagalo, nascido em Curityba.
8-2 Dionéa Vianna Pilagalo, nascida em Curityba, alumna da Escola Normal da Capital.
8-3 Dourival Vianna Pilagalo, nascido em Curityba, onde falleceu.
8-4 Darcy Vianna Pilagalo, nascido em Curityba.
8-5 Dircéa Vianna Pilagalo, nascida em Curityba.
8-6 Dulce Vianna Pilagalo, gemea com
8-7 Dillah Vianna Pilagalo, nascidas em Curityba; esta fallecida aos 3 mezes de edade.
8-8 Diva Vianna Pilagalo, gemea com
8-9 Dirceo Vianna Pilagalo, nascidos em Curityba; este falleceu com 3 mezes de edade.
7-2 Joaquim Pereira Vianna, nascido no Porto de Cima, casado em Curityba a 27 de Julho de 1913 com Italia Vercezi Vianna, nascida em Curityba, filha de Vicente Vercezi e de sua mulher Sevina Rovedo Vercezi.
Teve:
8-1 Acyr Vercezi Vianna, nascido em Curityba.
7-3 José Pereira Vianna, nascido no Porto de Cima, casado em Curityba com Rosa Nogaroli Vianna, nascida em Curityba, filha de João Nogaroli e de sua mulher Anna Buturi Nogaroli.
Teve:
8-1 Hamilton Nogaroli Vianna, nascido em Curityba.
8-2 Maria de Lourdes Vianna, nascida em Curityba.
7-4 Francisco Pereira Vianna, nascido no Porto de Cima, casado em Curityba com Esther Ribeiro Vianna, filha de Francisco Ribeiro e de sua mulher Domitilla Machado Ribeiro.
Teve:
8-1 Elza Ribeiro Vianna, nascida em Curityba e fallecida na edade de 2½ annos.
8-2 Manoel Wilson Vianna, nascido em Curityba.
8-3 Ildefonso Ribeiro Vianna, nascido em Curityba.
8-4 Domitilla Ribeiro Vianna, nascida em Curityba.
8-5 Nicia Dulce Ribeiro Vianna, nascida em Curityba.
7-5 Maria Joaquina Vianna Bonino, nascida no Porto de Cima, casada em Curityba com Francisco Bonino, filho de Cesario Bonino e de sua mulher Maria Bonino, naturaes da Italia.
7-6 Escolastica Vianna Rodebard, nascida no Porto de Cima, casada em Curityba com Guilherme Withers Rodebard, filho de Alberto Rodebard e de sua mulher Florencia Withers Rodebard.
Teve:
8-1 Edgard Vianna Rodebard, nascido em Curityba.
8-2 Alceu Vianna Rodebard, nascido em Curityba.
8-3 Guilherme Vianna Rodebard, nascido em Curityba, onde falleceu com a edade de 6 mezes.
8-4 Alberto Vianna Rodebard, nascido em Curityba.
7-7 Esther Nahir Vianna Ciruelos, nascida em Curityba, onde se casou com Emiliano Ciruelos, de nacionalidade hespanhola.
7-8 Dulcia Vianna, nascida em Curityba, solteira em 1928.
7-9 Dallila Vianna, nascida em Curityba, solteira em 1928.
7-10 Antonio Pereira Vianna, nascido em Curityba, solteiro em 1928.

6-5 João da Cunha Vianna, nascido no Porto de Cima, se casou em primeiras nupcias com Maria Candida Marcondes Vianna, filha de José Prudencio Marcondes e de sua mulher Candida Branco Marcondes, naturaes do Paraná. Casado em segundas nupcias com Herminia Sanches Vianna, natural de S. Paulo, filha de Bernardino Sanches e de sua mulher Leonor Junqueira Sanches, ambos naturaes do Estado de S. Paulo.
Teve do primeiro matrimonio:
7-1 Alice Vianna, fallecida com 2 annos de edade.
7-2 Maria Joaquina Vianna Negrão, nascida em Imbituva, foi casada com Thucidides da Motta Negrão, filho do Capitão Antonio Ricardo de Souza Dias Negrão e de sua mulher Nercindia da Motta Negrão. Ella fallecida com 22 annos de edade na Cidade da Palmeira, no Paraná, em 1914.
Teve:
8-1 Odysséa Vianna Negrão, nascida em Curityba.
8-2 Antonio Vianna Negrão, nascido em Curityba.
8-3 Maria Izabel Vianna Negrão, nascida em Curityba.
Do segundo matrimonio teve:
7-3 Carlinda Sanches Vianna, nascida em Santos, solteira em 1928.
7-4 Heroina Sanches Vianna, nascida e fallecida em Curityba.
7-5 Leonor Sanches Vianna, nascida em Curityba, solteira em 1928.
7-6 Nilza Sanches Vianna, nascida em Curityba, onde falleceu.
7-7 João Sanches Vianna, nascido em Curityba.
7-8 Mozart Sanches Vianna, nascido em Curityba.
6-6 Anna Vianna de Azevedo, nascida no Porto de Cima, casada em 14 de Novembro de 1883 com Narcizo Pereira de Azevedo, nascido em Paranaguá, filho de José Pereira de Azevedo natural de Portugal, e de sua mulher Anna Moreira de Azevedo, natural de Paranaguá.

Teve:
7-1 Sarah de Azevedo Mendes, nascida em Curityba, casada a 9 de Julho de 1905 com José Barbosa Mendes, natural de Portugal, filho de Luiz Mendes e de sua mulher Candida Barbosa Mendes, naturaes de Portugal.
Teve:
8-1 Anna de Azevedo Mendes, nascida em Curityba; solteira em 1928.
8-2 Luiz de Azevedo Mendes, nascido em Curityba; solteiro em 1928, serventuario da Estrada de Ferro do Paraná.
8-3 Maria de Azevedo Mendes, nascida em Curityba, solteira em 1928.
8-4 Narcizo de Azevedo Mendes, nascido em Curityba, estudante, solteiro.
7-2 Maria Julia de Azevedo Guimarães, nascida em Curityba, casada a 8 de Setembro de 1903, com João de Alencar Guimarães, filho de Manoel Antonio Guimarães e de sua mulher Barbara de Alencar Guimarães.
Teve:
8-1 Narcizo Azevedo Guimarães, nascido em Curityba, solteiro.
8-2 Diva Guimarães Mäder, nascida em Curityba, onde se casou com Erasmo Mäder, filho do Coronel Nicolau Mäder e de sua mulher Francisca Mäder.
Teve:
9-1 Ilka Maria Mäder, nascida em Curityba.
8-3 Manoel Azevedo Guimarães, nascido em Curityba.
8-4 João Azevedo Guimarães, nascido em Curityba.
8-5 Ney Azevedo Guimarães, nascida em Curityba.
8-6 Dalton Azevedo Guimarães, nascido em Curityba.
8-7 Mahil Azevedo Guimarães, nascida em Curityba.
8-8 Nazareth Azevedo Guimarães, nascida em Curityba.
7-3 José Narcizo de Azevedo, nascido em Curityba, se casou em Guarapuava a 20 de Junho de 1914 com Gabriella Branco de Azevedo, nascida em Guarapuava, filha de Gabriel Lopes Branco e de sua mulher Mathilde Camargo Branco. E' serventuario do Banco Pelotense.

Teve:

8-1 Sebastião Branco de Azevedo, nascido em Curityba.

8-2 José Branco de Azevedo, nascido em Curityba.

7-4 Esther Azevedo, nascida em Curityba, onde falleceu com 17 mezes de edade.

7-5 Joaquim Narcizo de Azevedo, funccionario do Banco do Brasil, nascido em Paranaguá, casado em Curityba a 14 de Janeiro de 1922 com Cecilia Barreto de Azevedo, nascida no Estado do Rio, filha do Dr. Irineu Barreto Pinto e de sua mulher Ludovica Escobar Pinto, ambos naturaes do Rio Grande do Sul.

Teve:

8-1 Murillo Barreto de Azevedo, nascido em Curityba.

8-2 Maria Dóra Barreto de Azevedo, nascida em Curityba.

6-7 Rosa da Cunha Vianna, nascida no Porto de Cima e fallecida em Curityba com 13 annos de edade.

5-2 Major Antonio Francisco Correia de Bittencourt, casado a 20 de Novembro de 1866 com Maria Francisca da Cruz Biscaia de Bittencourt, filha de Manoel Roiz Biscaia e de sua mulher Maria Francisca Biscaia. Exerceu varios cargos de eleição popular em Curityba, onde foi negociante e capitalista.

Filhos:

6-1 Iphigenia de Bittencourt Garcez, fallecida em 17 de Agosto de 1918, casada em 5 de Fevereiro de 1891 com Gregorio Affonso Garcez, filho de Joaquim Moreira Garcez e de sua mulher Maria Borges do Rosario Garcez.

Filhos:

7-1 Eloyna Garcez, casada em 5 de Março de 1913 com o Capitão do Exercito Dr. Abacelio Fulgencio dos Reis, medico.

Filhos:

8-1 Ene, 14 annos.

8-2 Enon, 12 annos.

8-3 Enesi, 10 annos.

8-4 Eny, 9 annos.

8-5 Enoly, 7 annos.

8-6 Ephigenia, 6 annos.

8-7 Eniel, 3 annos.

8-8 Eloyna, 1 anno.

7-2 Ovidio Garcez, nascido a 3 de Junho de 1893, empregado publico, casado em 8 de Setembro de 1915 com Julia Gomes de Sá Garcez.

Filhos:

8-1 Nilce, 12 annos.

8-2 Gualberto Affonso, 11 annos.

8-3 Eloyna, 10 annos.

8-4 Zeny, 8 annos.

8-5 Nilson, 6 annos.

8-6 João Luiz, 2 annos.

7-3 Timotheo Garcez, nascido em 7 de Novembro de 1894, dentista, casado em 4 de Novembro de 1914 com Arminda de Castro Garcez.

Filhos:

8-1 Giazone, 13 annos.

8-2 Iphigenia, 10 annos.

8-3 Avany, 9 annos.

7-4 Dinorah Garcez, casada em 8 de Setembro de 1921 com José Luiz Ferreira, commerciante.

Filhos:

8-1 Luiz Affonso, 6 annos.

8-2 Gualter, 2 annos.

7-5 Maria da Conceição, fallecida em 17 de Setembro de 1910 com 7 annos de edade.

7-6 Dr. Antonio Garcez, engenheiro civil, nascido em 2 de Junho de 1900, casado em 20 de Fevereiro de 1926 com Nilda Garcez.

Filho:

8-1 Nywo, mezes de edade.

7-7 Marietta, fallecida com 2 annos de edade.

7-8 Odelia, fallecida com 4 annos de edade em Setembro de 1910.

7-9 Lia, fallecida com 2 dias de edade.
7-10 Affonso, nascido em 14 de Outubro de 1908, dentista.
7-11 Moacy, nascido em 21 de Setembro de 1910, estudante.
7-12 Ozelia, nascida em 10 de Maio de 1912.
7-13 Ozilda, nascida em 30 de Maio de 1914.
7-14 Garcinia, solteira.
5-3 Rosa Clara Bittencourt, casada com Domingos José Cordeiro.
Teve:
6-1 Maria Cordeiro Pinto, casada com Antonio da Costa Pinto (tio do Padre Pinto, de Antonina).
Teve:
7-1 Maria.
7-2 Antonio.
5-4 Francisca Justina de Bittencourt, casada com Manoel da Cunha Vianna.
Teve:
6-1 Geraldina da Cunha Vianna, professora aposentada, viuva de Presciliano Martins.
6-2 Maria Magdalena Vianna, casada com seu primo Virgilio da Cunha Vianna, 6-1 de 5-1 de 4-1, retro.
6-3 Horacio da Cunha Vianna, casado. Com filhos.
5-5 José Correia de Bittencourt, fallecido solteiro.
3-9 do seu segundo matrimonio teve:
4-3 Vicente Pires Ferreira, casado em primeiras nupcias com Anna Joaquina de França, 5-2 de 4-4 de pagina 87 do 3.º volume e em segundas nupcias com sua cunhada Izabel Josepha de França, 5-3 de pagina 88 do 3.º volume.
Do primeiro matrimonio teve:
5-1 Capitão Gaspar Pires Ferreira, casado com Maria Saturnina Arantes Ferreira.
Filhos:

6-1 Euthalia Pires Ferreira, solteira.
6-2 Climaco Pires Ferreira.
6-3 Mario Pires Ferreira, casado com Mercedes Withers, filha do Coronel Carlos Withers.
6-4 Donaide Pires Ferreira Arantes, casada com seu primo Capitão Juvenal Ferreira Arantes.
Teve:
7-1 Ismael.
7-2 João.
7-3 Juvenal.
6-5 Eduardo Pires Ferreira, casado com . . . . Dutra.
6-6 Climaco Pires Ferreira.
6-7 Joaquina Ferreira de Lima, fallecida em 1928 em estado de viuva de Francisco Gonçalves da Silva Lima, telegraphista nacional.
Teve:
7-1 Armando.
7-2 Rosenda.
7-3 Olympia.
7-4 Graça.
7-5 Isolda.
7-6 Marieta Lima Lopes, casada com Eurebiades da Silva Lopes.
7-7 Didimo.
Do segundo matrimonio teve:
5-2 Capitão Bento Pires Ferreira, casado com Brasilina de Lacerda Pires, 6-6 de pagina 110 do 3.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.
5-3 Joaquina Pires Ferreira, casada com Manoel da Silva Aveleda.
Filha unica:
6-1 Helia, casada e com descendencia no Rio de Janeiro.
4-4 Rosa de Jesus.
4-5 Maria Dorothéa de Jesus, casada com Luiz

Carmeliano de Miranda, filho de Ignacio Tavares de Miranda e de sua mulher Anna Maria de Lima; por esta, neto de Agostinho Machado de Lima e de sua primeira mulher Maria de Souza. Com ascendentes e descendentes em titulo Tavares de Miranda, neste volume.

2-6 Commendador Francisco Gonçalves Cordeiro, foi Coronel Commandante do Regimento de 2.ª Linha de Paranaguá, de 1801 a 1811. Como Capitão de milicia do Regimento de Paranaguá marchou em 1777 para o sul em defeza de S. Catharina, cuja capital fôra tomada pelos castelhanos ao mando de Zeballos. Foi até Laguna, onde serviu. Ao regressar, arrecadou as armas, que as forças da guarnição do Desterro haviam espalhado e as conduziu a Paranaguá, entregando-as ao commandante da Praça. Por seus relevantes serviços obteve de El-Rey D. João VI a condecoração do habito de Christo, em 1808, fazendo sua profissão de fé na Egreja Matriz de Paranaguá, em 1809. Foi homem de vasto prestigio social e politico. Falleceu em Paranaguá a 9 de Março de 1811, sendo seu testamenteiro seu irmão o Padre Bento. Era casado com Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos, filha do Capitão-mór de Paranaguá Antonio Ferreira Mathoso e de sua mulher Maria da Conceição, com ascendentes descriptos em 5-5 de pagina 134 a 144 do 3.º volume desta obra e em Titulo Teixeira de Azevedo neste volume.

Foram possuidores das mais vastas e importantes propriedades agricola e industrial do Paraná.

Estendiam-se estas por Alexandra, Rio Sagrado, Icarahy, Floresta Negra, Pinheiros, Itapema e Anhaya, alem de toda a sesmaria que em 1649 foi passada em favor de Pedro de Uzeda — em Guarapiracaba — Antonina, por Gabriel de Lara, então Capitão povoador e sismeiro.

No serviço dessas importantes fazendas eram applicados mais de 60 escravos africanos, no plantio de canna de assucar, mandioca, arroz e outros productos

da lavoura, sendo que só o café colhido produzia annualmente muitas arrobas. Para o serviço exclusivo das fazendas, haviam dous navios á vella, de grande tonelagem para a epoca.

Filhos:

3-1 Anna Euphrasia Monteiro de Mattos, nascida em 1796, casada com Antonio Gomes, fallecido em Antonina em 8 de Agosto de 1850; foi abastado industrial, possuindo vasta lavoura de canna de assucar, para cujo beneficio possuia bom engenho como tambem possuia engenho de beneficiar arroz e café, a cujas lavouras se dedicava. Era homem intelligente, folgazão e muito estimado. Era natural da Villa de Monson, arcebispado de Braga-Portugal, filho de Salvador Gomes e de sua mulher Maria Josepha de Brito Lima, de S. Lourenço de Capella-Braga.

Teve:

4-1 Capitão Manoel Cordeiro Gomes, nascido a 25 de Dezembro de 1818 e fallecido a 27 de Dezembro de 1861, casado a 30 de Outubro de 1838 com Maria Francisca da Luz Gomes, nascida a 17 de Maio de 1821 em Morretes e fallecida em Curityba a 27 de Janeiro de 1901, 5-5 de pagina 134 do 3.º volume, onde se acham seus ascendentes, descendentes e traços biographicos, pelo que aqui só mencionamos os nomes de seus filhos:

5-1 Manoel, nascido a 22 de Abril de 1842, fallecido em criança.

5-2 Maria Euphrasia da Luz Negrão, nascida a 15 de Maio de 1844, casada a 3 de Agosto de 1862 com o Major Ricardo de Souza Dias Negrão, nascido a 24 de Janeiro de 1835 e fallecido a 1.º de Outubro de 1921, 5-2 de pagina 214 do 2.º volume desta obra, ahi a geração.

5-3 Capitão Manoel Cordeiro Gomes, nas-

cido a 3 de Abril de 1846, casado a 4 de Dezembro de 1875 com Unistarda Nogueira de Barros, 6-4 de pagina 146 do 3.º volume, ahi os ascendentes, descendentes e traços biographicos.

5-4 Maria Francisca da Luz Negrão, nascida a 24 de Julho de 1850 e fallecida a 9 de Dezembro de 1923 em estado de viuva do Capitão João de Souza Dias Negrão, nascido a 19 de Dezembro de 1833, fallecido a 2 de Abril de 1887 e casado a 24 de Novembro de 1866. Pais do autor desta Genealogia. 4-6 de pagina 182 do 2.º volume e 6-3 de pagina 145 do 3.º volume. Ahi a ascendencia, descendencia e traços biographicos.

5-5 Amelia da Luz Gomes de Oliveira, nascida a 3 de Setembro de 1853, casada a 30 de Abril de 1870 com o Capitão João Ferreira de Oliveira, nascido a 23 de Dezembro de 1842 e fallecido a 14 de Março de 1917, 6-3 de pagina 51 do 3.º volume desta obra, ahi os ascendentes e descendentes.

5-6 Antonio, nascido a 29 de Março de 1858, fallecido na infancia.

5-7 Guilhermina, fallecida em criança.

5-8 Guilhermina da Luz Gomes, Professora publica aposentada, da Capital. Hoje mantem um curso de ensino primario em Curityba. Vive no estado de solteira, cercada de geral estima.

4-2 Maria Euphrasia de Amorim, nascida em 1819, foi casada com José Pinto de Amorim.

Filhos:

5-1 Maria Francisca de Amorim; falleceu solteira.

5-2 Capitão José Pinto de Amorim, foi commerciante em Paranaguá, onde falleceu solteiro.

5-3 Rodolpho, falleceu em criança.

5-4 Luiza, falleceu em criança.

5-5 Tenente-Coronel Adelio Pinto de Amorim, foi acreditado negociante de fazendas e armarinho em Paranaguá, onde falleceu em estado de solteiro.

5-6 Anna Euphrasia de Amorim Arantes, foi a primeira mulher do Capitão João Ferreira Arantes, que foi acreditado commerciante em Paranaguá, onde falleceram.

Teve:

6-1 Juvenal Ferreira Arantes, negociante em Paranaguá, casado com Donaide Pires Ferreira Arantes, 7-4 de 6-1 de pagina 87 do 3.º volume desta obra, ahi a geração.

6-2 Helvecio Ferreira Arantes, commerciante, solteiro.

6-3 Adelia, fallecida em criança.

6-4 João, fallecido em criança.

6-5 Adelia Arantes Lisbôa, já fallecida, foi casada com o capitalista Fernando Marques Lisbôa, abastado commerciante, residente em Guarapuava. Intelligente, trabalhador infatigavel e de uma honestidade pouco vulgar, conseguiu por esforços proprios attingir o gráu de prosperidade de que merecidamente goza. Chefe de familia modelar, tem sido lanceado no seu coração com o fallecimento da digna esposa e quatro filhos desapparecidos em plena mocidade.

Teve:

7-1 Fernando Lisbôa Filho, casado.

7-2 Francisca Lisbôa (Chiquita), fallecida em Guarapuava, em plena mocidade, solteira.

7-3 Eurico Marques Lisbôa, commerciante, fallecido.

7-4 Lucilla Lisbôa Alencarliense, casada com o Dr. . . . . . Alencarliense, engenheiro militar. Fez parte por muitos annos da Commissão encarregada da Linha telegraphica Matto Grosso — Amazonas, chefiada pelo General Candido Mariano Rondon.

Filhos:

8-1 Bichat.

7-5 Annibal Lisbôa, casado, fallecido.

7-6 Cezar Lisbôa, commerciante em Guarapuava.

7-7 Anna Lisbôa (Annita), casada.

7-8 Adelia Lisbôa, solteira.

7-9 Eulina Lisbôa, fallecida solteira.

5-7 Adelaide de Amorim Neves, casada com o Capitão Joaquim Xavier Neves, fallecido a 27 de Dezembro de 1879, filho de Jacintho Xavier Neves e de sua mulher Anna Luiza de Oliveira, 5-2 de pagina 341 do 3.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

4-3 Francisca Rosa Monteiro de Mattos, nascida em 1820, casada com Domingos Gomes de Castro, foi commerciante.
Sem geração.

4-4 Capitão Domingos Cordeiro Gomes, nasceu em 1828, foi proprietario de vastas areas de terras de optima lavoura em Jacarehy e Floresta. Falleceu solteiro, porem deixou filhos naturaes reconhecidos.

4-5 Capitão Gaspar Cordeiro Gomes, nascido em 1823, foi proprietario de optimas terras no Jacarehy, onde residia e falleceu victima de um disparo de espingarda, quando procurava se certificar se ella estava carregada, tendo morte instantanea a 27 de Julho de 1874. (Inquerito policial procedido em Antonina.) Era solteiro.

4-6 Tenente-Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes, homem de valor social e politico, de intelligencia esclarecida, foi adiantado industrial em Antonina. Foi proprietario do sitio dos Pinheiros, onde possuia importante engenho de beneficiar arroz, café e de moagem de canna de assucar.
Foi casado com Joaquina Rosa da Cruz, filha do Sargento-mór Francisco Antonio da Cruz e de sua mulher Damazia Maria do Espirito Santo; neta pela parte paterna do Capitão Joaquim Antonio da Cruz e de sua mulher Rita Francisca Ferreira; neta pela parte materna do Sargento-mór Antonio José de Carvalho e de sua mulher Rosa do Espirito Santo.
Teve:

5-1 Virgilio Cordeiro Gomes, foi collector das rendas Estaduaes em Antonina; falleceu solteiro.

5-2 Beliza Gomes de Castro, falleceu repentinamente em Antonina a 7 de Outubro de 1917, em estado de viuva de Joaquim Modesto da Costa.

Teve:

6-1 Francisco Gomes da Costa, foi casado com a Professora Maria Arminda do Nascimento, filha de Pedro Amado do Nascimento e de sua mulher Antonia Zenobia do Nascimento.
Filhos:
7-1 Yolanda.
7-2 Felizardo, fallecido.
7-3 Accacio.
7-4 Felizardo.

6-2 Maria Rosa da Costa Pereira, foi casada com José Gonçalves Pereira.
Teve:
7-1 Ildefonso.
7-2 Antenor.
7-3 Zoê.
7-4 Jacyra.
7-5 Maria.
7-6 Hilda.
7-7 Ary.
7-8 Romilda.
7-9 Dalva
7-10 Diva
7-11 José
7-12 Lenny
7-13 Leony
} fallecidos em criança.

6-3 Nestor, fallecido.
6-4 Arthanje, fallecido.
6-5 Nestor.
6-6 Narcinda Gomes da Costa — Mocinha — solteira.
6-7 Herminia Gomes da Costa — Nenê — casada a 14 de Janeiro de 1905 com Leocadio de Souza, acreditado guarda-livros.
Teve:
7-1 Helio, fallecido.
7-2 Levy.
7-3 Herminia.
7-4 Helia, fallecida.
7-5 Cid, fallecido.
7-6 Acyr, fallecido.

7-7 Sady.

5-3 Capitão Antonio Cordeiro Gomes, foi estabelecido com casa de commissão e consignação em Antonina, onde possuia bom engenho de beneficiar arroz, cuja lavoura cultivava intensamente. Foi casado com Maria das Dôres Lacerda Gomes, 5-3 de pagina 108 do 3.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.

5-4 Dr. Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes Junior, formado em direito pela Academia do Recife. Foi Promotor Publico da Lapa e do Rio Negro, Juiz Municipal de Campo Largo e Antonina e Juiz de Direito da Palmeira. Juiz intergerrimo, caracter diamantino. Foi casado com sua prima Aladia Pereira Gomes, filha do capitalista Praxedes Gonçalves Pereira e de sua mulher Idalina . . . . . Pereira.
Teve:
6-1 Eunice.
6-2 Ruth.
6-3 Oswaldo.

5-5 Manoel Gonçalves Cordeiro Gomes, activo commerciante em Antonina, é proprietario de importante engenho de beneficiar arroz. Casado com Guilhermina de Lacerda Gomes, 6-4 de pagina 109 do 3.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.

5-6 José Luiz Gomes, casado, sem filhos.

5-7 Felizardo Cordeiro Gomes, solteiro, commerciante em S. Paulo.

5-8 Virginia Gomes Pereira, casada com Verissimo Gomes Pereira.
Filhos:
6-1 Dalmassio Pereira — Verito.
6-2 Joaquina.
6-3 Praxedes, fallecido.
6-4 Newton, fallecido.
6-5 Newton.
6-6 Anna.
6-7 Maria.
6-8 Alexandre.

5-9 Damazia Gomes da Costa, casada com João Modesto da Costa, fallecidos sem descendentes.

5-10 Maria Rosa
5-11 Joaquim
5-12 Ermelino — fallecidos em criança.
5-13 Maria
5-14 Virginia

3-2 Maria Fausta Monteiro de Mattos, casada com José Luiz Gomes, irmão de Antonio Gomes de 4-1 de pagina . Era ella solteira e com 17 annos de edade quando falleceu seu pae.
Foi abastado industrial de herva matte em Antonina, possuia grandes haveres e numerosa escravatura e bons navios. Foi assassinado por escravos a 29 de Janeiro de 1832, cujo movel foi o roubo.
Em seu testamento declara a sua naturalidade e filiação e não ter filhos legitimos ou naturaes. Em dinheiro deixou perto de 21 contos de reis, alem de suas propriedades. A fazenda dos Pinheiros, em Antonina, deixou a seu sobrinho Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes, com a clausula de não a poder vender e por sua morte passar a seus filhos legitimos. Os campos do Itapema deixou a seu irmão Luiz José Gomes, que estava para chegar da Europa; a este deixou mais 3:300$000 e mais 4 escravos. A sua cunhada Nharinha (Jesubina Maria de Oliveira), casada com seu irmão João Manoel Gomes, fez o legado de 1:300$000. O testamento não se refere a João Manoel Gomes como sendo irmão do testador, porem dá Nharinha como cunhada. No inventario vem João Manoel Gomes dar recibo de quitação da herança e diz que o legado era feito por seu irmão José Luiz Gomes, esse recibo foi assignado de cruz, na fazenda dos Pinheiros a 19 de Abril de 1832.
José Luiz costumava guardar o seu dinheiro disponivel em um par de botas existente na sala do oratorio; apóz o seu fallecimento foi encontrada a sala arrombada e o dinheiro havia desapparecido.
Por uma mulata foi avisado de que se planejava o seu assassinato entre os escravos, não deu credito ao aviso, declarando ser estimado por todos os seus escravos. Os assassinos procuravam fugir, mas foram

perseguidos tenazmente durante muitos mezes por varias escoltas e todos pagaram com a vida os seus criminosos actos.

3-3 Catharina Rosa Monteiro de Mattos, nascida em 1788, já era casada com o Sargento-mór Manoel Antonio da Costa quando falleceu seu pae, em 1811.

2-7 Escolastica Maria Gonçalves, casada com o Capitão Joaquim José Gonçalves Moutinho.

2-8 Tenente José Gonçalves de Moraes, casado em primeiras nupcias com Anna Maria de Jesus, fallecida em Antonina em 1809, natural de Santos, filha de Antonio Coelho e de sua mulher Maria Gertrudes de Sá; casado em segundas nupcias a 13 de Agosto de 1825 em Curityba com Maria Joanna da Cruz e em terceiras nupcias foi casado com Francisca Emilia Vianna, filha de Felix Bento Vianna e de sua mulher Antonia Vianna.

Teve do primeiro matrimonio:

3-1 Gertrudes Maria de Jesus, casada com Antonio Garcia de Miranda.
Teve:
4-1 Maria.

3-2 Joaquina Maria das Dôres, casada com Bento de Oliveira Vianna — Capitulo 1.º do Titulo Oliveira Vianna deste volume, ahi os ascendentes e descendentes.

3-3 Maria Aurea
3-4 Anna
3-5 Antonia
} eram solteiras por occasião da morte de sua mãe.

Do segundo matrimonio teve:

3-6 Joaquina Gonçalves de Moraes.

Do terceiro matrimonio teve:

3-7 Americo Gonçalves de Moraes, casado com Escolastica Jacintha de Moraes.
Teve:
4-1 José Gonçalves de Moraes, casado com Carmella do Nascimento Monforte de Moraes, 6-10 de pagina 127 do 3.º volume, ahi os traços biographicos e descendencia.

4-2 Americo Gonçalves de Moraes, casado com Narcisa dos Santos de Moraes, 7-1 de pagina 255 do 3.º volume, ahi a descendencia. Ali demos elle como filho de Americo Gonçalves de Moraes e de sua mulher Maria Gonçalves Cordeiro, o que fizemos por engano, pois seus pais são os acima referidos em 3-7.

3-8 Anna Gonçalves Cordeiro de Moraes, casada com o Capitão Floriano Bento Vianna, do qual já tratamos longamente no 2.º volume desta obra sob o titulo — A Conjura Separatista de 1821. Com ascendentes e descendentes no Capitulo 2.º do Titulo Oliveira Vianna deste 4.º volume. 5.º

2-9 Capitão Antonio Gonçalves de Moraes, se achava ausente por occasião da morte de sua mãe, que em seu testamento deixou-lhe 40$000 caso viesse a apparecer, e si houvesse certeza de seu fallecimento ficaria para o Capitão Manoel Gonçalves do Nascimento. Casou-se em Curityba a 23 de Janeiro de 1800 com Maria Escolastica Muniz da Camara, 4-3 de pagina 547 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

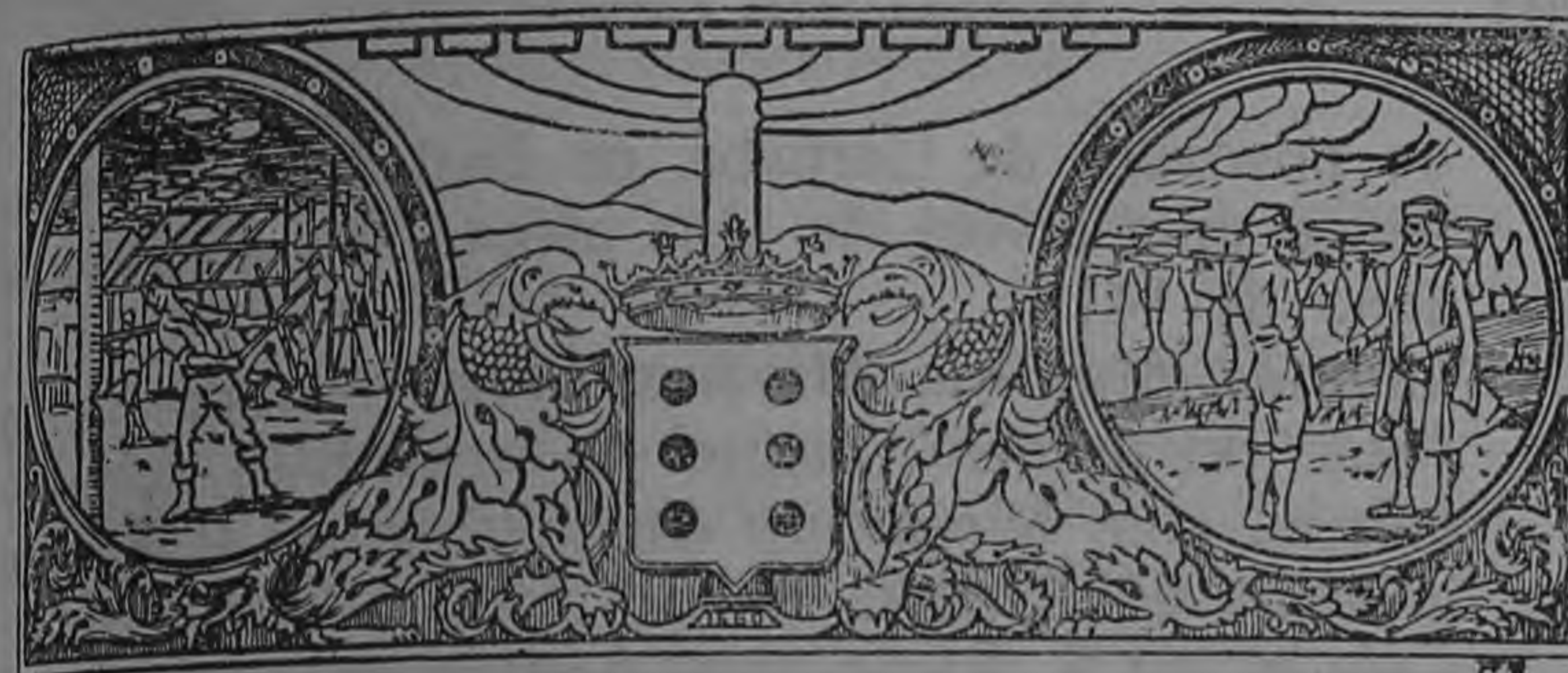
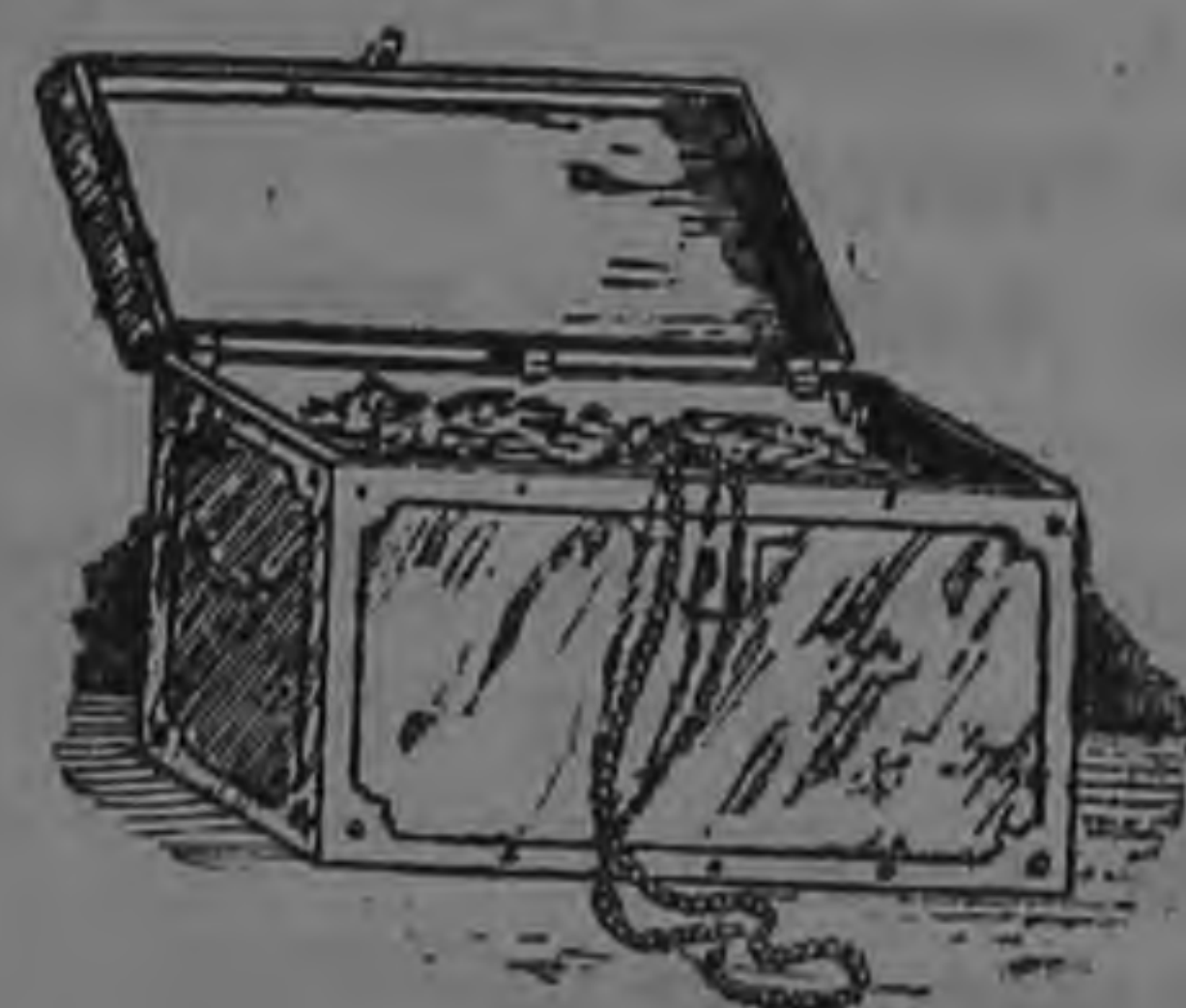
Teve o filho unico:

3-1 Commendador Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, casado em Paranaguá a 23 de Dezembro de 1820 com Maria Rosa de Moraes, 5-6 de pagina 349 do 2. volume, ahi a ascendencia. Com descendencia a pagina 205 e 210 do 3.º volume em 5-2.

CAPITULO 5.º

5 — Maria de Lemos Conde, natural e moradora de Paranaguá, onde em 1729 já era casada com o seu parente Manoel de Lemos Bicudo, nascido em 1706, filho de Sebastião Felix Bicudo Leme, fallecido em Curityba, onde seus bens foram inventariados a 5 de

Março de 1739, e de sua mulher Maria de Assucena da Cunha, moradores em S. José dos Pinhaes.
Teve:
1-1 Maria da Silva Lemos, casada com o Capitão Antonio Cordeiro Mathoso, filho de Manoel Cordeiro Mathoso e de sua mulher Romana Bicudo.
Teve:
2-1 Joanna Lemos de Jesus, casada em Curityba a 17 de Novembro de 1763 com João de Meira Collaça.
2-2 Sebastião Cordeiro da Silva, pertencia a governança de Curityba e em 1805 era Juiz mais velho. Casado com Maria dos Santos Cortes, filha de Roque de Siqueira Cortes e de sua mulher Rosa dos Santos Pereira.
Filhos:
3-1 Roque Cordeiro dos Santos, baptisado em Curityba a 2 de Agosto de 1789.
3-2 Domingos Cordeiro, natural de Paranaguá, casado com Izabel de Oliveira, natural de Antonina.
Filhos:
4-1 Bernardo José Cordeiro, natural de Antonina, casado com Ignez Antonia da Rocha, filha do Capitão Gaspar Gonçalves da Rocha e de sua mulher Anna Antonia da Cruz, naturaes de Paranaguá, 1-3 do Capitulo 2.º do Titulo Gaspar da Rocha ~~deste~~ 5 volume, ahi os descendentes, que aqui apenas os mencionamos.
Filhos:
5-1 Capitão Manoel Antonio Cordeiro, baptisado em Antonina a 21 de Setembro de 1819, casado com Maria Candida dos Santos Cordeiro, com descendentes em Titulo Miranda ~~deste~~ volume. 5º
5-2 Anna Gonçalves Cordeiro, falleceu solteira em avançada edade, depois de 1896.

5-3 Maria Gonçalves Cordeiro, falleceu solteira.
5-4 Ignacia Cordeiro de Miranda, foi casada com Manoel Liberato de Miranda, com descendentes em titulo Miranda ~~deste~~ volume. 5º
2-3 Silvestre Cordeiro Mathoso, em 1808 era o encarregado da abertura da Estrada da Graciosa, do atalho até Farinha Secca. Casado, não declarando com quem na justificação que produziu para a sua habilitação de herdeiro de seu filho Domingos, fallecido em Guarapuava quando pertencente a expedição militar.
Teve:
3-1 Domingos Cordeiro Mathoso, fallecido em estado de solteiro em Guarapuava.
3-2 Ignacio Cordeiro Mathoso, falleceu em Curityba a 13 de Novembro de 1835, já em estado de viuvo de Anna de Castro.
Teve:
4-1 Jeronymo, com 49 annos, solteiro, ausente para o Sul em 1835.
4-2 José, casado.
4-3 Ignacio, casado.
4-4 Joaquim, casado.
4-5 Barbara, solteira com 50 annos. Demente.
4-6 Anna, casada com João da Cruz Barbosa.
4-7 Izabel, casada com Manoel Rodrigues de França.
4-8 Maria, era casada.
Filhos:
5-1 Bento, com 10 annos.
5-2 Jeremias, com 8 annos.
4-9 Collecta, casada com Miguel Soares.

Titulo Matheus Leme.

> «. . . . . já da campa fria
> Ergue a cabeça, e gritos dá tremendo
> Para acordar os netos.»
>
> José Bonifacio.

A familia desse appellido, do Paraná, teve origem no Capitão povoador Matheus Martins Leme, do qual tratamos na — Introducção — desta obra, e de sua mulher Antonia de Góes. Era o Capitão Matheus Leme filho de Thomé Martins Bonilha, natural de S. Paulo, e de sua mulher Leonor Leme; pela parte paterna era neto de Francisco Martins Bonilha, natural de Castella, e de sua mulher Antonia Gonçalves, natural de Sevilha; neto pela parte materna de Matheus Leme e de sua mulher Antonia de Chaves. Quer pelo lado paterno como pela parte materna era Matheus Leme descendente de pessoas de nobreza provada, conforme justificações produzidas por membros dessas respeitaveis familias, descriptas na importante «Genealogia Paulistana» do Dr. Silva Leme no volume 2.º, fls. 179 e seguintes e volume 7.º, fls. 258 e seguintes. Para illucidação e tornar conhecidos os troncos

do povoador de Curityba, no final deste volume traremos uma arvore de seus ascendentes a começar do anno de 1415.

Capitão Matheus Martins Leme. Nascido em São Paulo no primeiro quartel do seculo XVII, porquanto falleceu com testamento em Curityba em 1697, sendo já velho e decrepito.

Casado em S. Paulo com Antonia de Góes.

Era elle filho de Thomé Martins Bonilha e de sua primeira mulher Leonor Leme.

Neto pela parte paterna de Francisco Martins Bonilha, natural de Castella, e de sua mulher Antonia Gonçalves, de Sevilha, fallecida em 1616.

Neto pela parte materna de Matheus Leme e de sua mulher Antonia de Chaves.

Povoador de Curityba. Em 1668 dirigiu a Gabriel de Lara, «Capitão-mór da Capitania — do Snr. Marquez de Cascaes», seu Procurador bastante, e sismeiro em toda a sua Capitania das quarenta leguas de terras que lhe dá sua doação da Banda do Sul», o seguinte requerimento:

«Snr. Capitão-mór.

«O Cap.^m^ Matheus Martins Leme morador nesta nova povoação de Nossa Snr.^a^ da Luz dos Pinhaes, que elle supp.^te^ não tem terras para laurar e agasalhar sua familia conforme suas posses, Pello que péde a V. m. como Cap.^m^ mór e sismeiro do donatario lhe de meya legua de testada de uma rosa que tem defronte de seu curral, da outra banda do Rio de marighy. Repartindo de meya legua de testada tantas brassas de uma banda como da outra e de comprimento da vanda do norte hua legua, Resalvando Campos e Campinas e Gsapaiy (sic) que não forem lauvradias para elle e seus herdeiros com suas entradas he sahidas. E. R. M.^ce^

«Despacho: Dou ao supplicante as terras que péde com todas as confrontações declaradas na sua petição, como procurador e sismeiro que sou do Snr. Marquez de Cascaes, de que se lhe passe carta na forma ordinaria.

«Nossa Senhora da Luz dos Pinhaes a primeiro de Setembro de 1668. — Lara.»

A Carta de sesmaria que vem encabeçada com todos os retumbantes titulos que usava Gabriel de Lara, declara que o Capitão Matheus Martins Leme — hera possante de pessas — e lhe era necessario as terras referidas para lavourar e faz sua lavoura, da outra banda do — Rio Barigoihy.

Por ahi se vê que Curityba em 1668 era — *Nova povoação.* —

Em 4 de Novembro de 1668 se levantava o Pelourinho, symbolo da creação da justiça de Curityba, de cujo acto se lavrou uma acta que foi assignada entre outros por Gabriel de Lara e pelo Capitão Matheus Martins Leme.

Em 24 de Março de 1693, sendo já fallecido o Capitão-mór Gabriel de Lara, estava exercendo as funcções de Capitão-mór sismeiro e Procurador do Snr. Marquez de Cascaes, na Capitania das quarenta leguas da banda do sul, o Capitão povoador Matheus Martins Leme, que deferiu a petição do Povo de Curityba solicitando a creação da Justiça da Villa, que se realisou a 29 de Março do dito anno de 1693, sendo elle então já velho e decrepito.

Teve do seu matrimonio 5 filhos:

1 — Antonio Martins Leme	Capitulo 1.º
2 — Capitão Matheus Leme da Silva	Capitulo 2.º
3 — Anna Maria da Silva	Capitulo 3.º
4 — Maria Leme	Capitulo 4.º
5 — Salvador Martins Leme	Capitulo 5.º

CAPITULO 1.º

1 — Capitão Antonio Martins Leme, natural de S. Paulo, foi casado em Curityba com Margarida Fernandes dos Reis, filha do Capitão Balthazar Carrasco dos Reis — o velho — e de sua mulher Izabel Antunes da Silva. Já descriptos no Capitulo 4.º do Titulo Carrasco dos Reis desta obra. Ahi a descendencia.

CAPITULO 2.º

2 – Capitão Matheus Leme da Silva, natural de S. Paulo, passou a residir em Curityba, onde falleceu com 110 annos em 1740, como se verifica do seu inventario (C. O. de Curityba). Foi acusado por seus irmãos de haver sonegado bens do inventario de seu pae, facto que causou-lhe serias contrariedades. Foi casado com Izabel do Prado Delgado ou Izabel Pedroso, fallecida em Curityba em 1711.

Ambos falleceram com seu testamento.

Teve 4 filhos (C. O. de Curityba):

1-1 José Martins Leme § 1.º
1-2 Anna Leme da Silva § 2.º
1-3 Salvador Martins Leme § 3.º
1-4 Miguel Martins Leme § 4.º

§ 1.º

1-1 José Martins Leme, casado em Curityba em 1732 com Maria Rodrigues Garcia, viuva, filha de Domingos Garcia e de sua mulher Maria Rodrigues. No inventario que se procedeu em Curityba em 1771 por morte de Maria Pires de Almeida, que fora em 20 de Dezembro desse anno, assassinada por seu marido João Cordeiro Mathoso, filho de Salvador Cordeiro Mathoso e de sua mulher Maria Monteiro de Siqueira, figura entre outras uma filha de João Cordeiro Mathoso, com 4 annos, de nome Izabel Maria Cordeiro a qual no decorrer do inventario figura como casada com José Martins Leme.

§ 2.º

1-2 Anna Leme da Silva, casada com Salvador da Costa, filho de Fructuoso da Costa Collaço e de sua mulher . . .

Teve:

2-1 Xisto Leme da Costa, casado em Curityba em 1757 com Martha Gonçalves, filha de José Gonçalves e de sua mulher Maria Gonçalves; por esta, neta de André Benito e de sua mulher Thereza dos Reis.

§ 3.º

1-3 Salvador Martins Leme Sobrinho. Não descobrimos o seu casamento, só sabemos que teve filhos entre os quaes:

2-1 Geraldo Martins Leme, que era em 1769 soldado da 1.ª Companhia das expedições a Guarapuava sob o commando do Capitão Estevão Ribeiro Bayão.

§ 4.º

1-4 Miguel Martins Leme.

CAPITULO 3.º

3 – Anna Maria da Silva, casada com o Capitão Antonio da Costa Velloso.

Teve:

1-1 Francisco Velloso da Costa § 1.º
1-2 Braz Domingues Velloso § 2.º

§ 1.º

1-1 Francisco Velloso da Costa ou e Silva, casado com Phelippa dos Reis, filha de Guilherme Dias.

Teve:

2-1 Luzia Velloso, fallecida em Curityba com 90 annos a 20 de Dezembro de 1773, já viuva de Manoel Pinto do Rego, fallecido aos 70 annos de edade a 8 de Junho de 1748, filho do Capitão-mór Governador de S. Vicente Diogo Pinto do Rego, natural de Lisbôa, e de sua mulher Maria de Brito e Silva, natural de Santos; neto pela parte paterna de Antonio Pinto do Rego, de Lisbôa, e de sua mulher Izabel do Rego;

neto pela parte materna de Domingos de Brito Peixoto e de sua mulher Anna da Guerra.
Teve:
3-1 Diogo Pinto do Rego, nascido em Curityba a 24 de Dezembro de 1717, casado a 23 de Agosto de 1752 com Agueda Cardoso de Abreu, filha de Luiz Cardoso e de sua mulher Joanna Pacheco de Abreu.
Teve (C. E. de Curityba):
4-1 Maria, nascida a 9 de Setembro de 1754.
4-2 Manoel, nascido a 23 Setembro de 1775, falleceu em criança.
4-3 Salvador Pinto do Rego, casado com Dina Maria de França.
4-4 João Pinto, casado em Curityba a 2 de Setembro de 1792 com Gertrudes Ribeiro de Góes, filha de Placido de Góes Ribeiro e de sua mulher Quiteria Dias Cortes.
4-5 Anna Pinto, casada em Curityba a 31 de Julho de 1793 com Antonio Fernandes.
4-6 Luiza Pinto, casada a 27 de Agosto de 1795 com José Ignacio Moreira.
4-7 Izabel Pinto, casada a 16 de Agosto de 1796 com Miguel Ribeiro Cubas.
3-2 Maria Velloso Pinto, nascida a 1.º de Fevereiro de 1723, casada em Curityba a 19 de Maio de 1737 com Domingos de Freitas, filho de Antonio de Freitas e de sua mulher Maria das Neves. Elle fallecido com 70 annos em 5 de Março de 1776 e ella a 24 de Janeiro de 1785.
Teve (C. O. de Curityba):
4-1 Luzia, nascida a 6 de Novembro de 1838.
4-2 Bento, nascido a 8 de Outubro de 1841.
4-3 Escolastica, gemea com
4-4 Maria, nascidas a 19 de Março de 1742.
4-5 Manoel Velloso Pinto, nascido a 9 de Novembro de 1744, falleceu solteiro em 1792.
4-6 Maria, nascida a 27 de Agosto de 1746.
4-7 Maria, nascida a 21 de Outubro de 1751.
4-8 José, nascido a 5 de Novembro de 1753.
3-3 Anna Pinto do Rego, nascida em 1720 e fallecida a 22 de Agosto de 1751, casada a 15 de Junho de 1745 com Francisco de Albuquerque, filho natural de Salvador de Albuquerque e de Maria Leme.
3-4 Messia Pinto, nascida a 27 de Setembro de 1725 e fallecida a 3 de Fevereiro de 1751, foi casada a 2 de Março de 1741 com Domingos Rodrigues da Silva.
Teve: (C. E. de Curityba.)
4-1 Manoel, nascido a 8 de Janeiro de 1743.
4-2 Miguel, nascido a 29 de Setembro de 1744.
4-3 Salvador, nascido a 15 de Julho de 1747.
4-4 José, nascido a 8 de Janeiro de 1750.
3-5 Francisco Velloso da Silva, era solteiro em 1729 quando serviu de padrinho de baptismo a uma criança.
2-2 Dorothéa Velloso da Silva, baptisada em Curityba a 26 de Dezembro de 1729, nascida a 1.º de Dezembro desse anno, era casada com João Cardoso quando falleceu em 19 de Abril de 1752, deixando os seguintes filhos:
3-1 José, nascido a 9 de Setembro de 1741.
3-2 Helena, nascida a 25 de Janeiro de 1744.
3-3 Maria, nascida em Outubro de 1746.
2-3 Domingas Pinto, casada com Roque Fernandes.
Teve:
3-1 Lourenço, baptisado a 26 de Dezembro de 1729.

§ 2.º

1-2 Tenente Coronel Braz Domingues Velloso, filho do Capitulo 3.º, já referido no volume 1.º de pagina 419 e volume 3.º de pagina 609.

CAPITULO 4.º

4 – Maria Leme da Silva, casada em Curityba a 27 de Julho de 1683 com o Capitão Manoel Picam de Carva-

lho, fallecido com testamento em Curityba em 1728 (C. E. de Curityba), foi um dos povoadores de Curityba, homem de valor, filho do Capitão Manoel Picam de Carvalho e de sua mulher Anna Maria Bicudo; por esta, neto do Capitão Garcia Rodrigues Velho, descobridor do ouro em Curityba, e de sua mulher Izabel Bicudo de Mendonça; estes foram moradores em Paranaguá, depois passaram para Curityba.
Teve: (C. O. de Curityba.)

1-1 Capitão João Carvalho de Assumpção § 1.º
1-2 Maria Leme da Silva § 2.º
1-3 Dionizia Leme da Silva § 3.º
1-4 (Não vem mencionado no inventario o nome deste ultimo filho.) § 4.º

§ 1.º

1-1 Capitão João Carvalho de Assumpção, fallecido a 26 de Março de 1761; seus bens foram inventariados em Curityba. Foi casado com Maria Bueno da Rocha, filha do Capitão Antonio Bueno da Veiga, natural de S. Paulo, e de sua mulher Izabel Fernandes da Rocha; neta pela parte paterna de Balthazar da Costa Veiga e de sua mulher Maria Bueno de Mendonça; neta pela parte materna de Antonio Bicudo Camacho e de sua mulher Maria da Rocha. (C. O. de Curityba.) No inventario e testamento de Izabel Fernandes da Rocha, procedido em 1717, se verifica que seu marido o Capitão Antonio Bueno da Veiga se achava com sua grande escravatura no serviço das minas de Minas Geraes e estar ella a dever 38$000 em dinheiro a — Catharina de Ramos Dona viuva mulher que ficou do Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo da Villa de Paranaguá —; era ella natural de N. S. da Conceição de Parahyba; seu marido, cuja filiação já foi declarada, era neto pela parte paterna de Jeronymo da Veiga e de sua mulher Maria da Cunha; era neto pela parte materna de Amador Bueno — o moço — e de sua mulher Margarida de Mendonça.

Teve:
2-1 Izabel da Silva de Jesus, foi casada com o Alferes Miguel de Miranda Coutinho.
2-2 Manoel Carvalho da Luz, fallecido solteiro.
2-3 Maria da Rocha de Jesus, falleceu com testamento em S. José, em Agosto de 1783, foi casada com o Capitão Antonio João da Costa, natural de S. Maria de Loures-Lisbôa.
Teve:
3-1 João da Rocha Loures, morador em S. José dos Pinhaes, foi inventariante de sua mulher Anna Ferreira de Oliveira, fallecida a 15 de Março de 1795. (C. O. de Curityba.)
Teve:
4-1 Capitão Antonio da Rocha Loures, nascido em 1782, casado com Joanna Maria da Luz, baptisada a 1.º de Julho de 1785 em Curityba, filha de Manoel José Barbosa, natural de Penafiel, fallecido aos 40 annos de edade em Curityba a 28 de Setembro de 1800, e de sua mulher Anna Maria dos Santos; neta pela parte paterna de Antonio Barbosa e de sua mulher Quiteria Maria de Azevedo; neta pela parte materna do Sargento-mór Miguel Gonçalves de Lima e de sua mulher Maria Paes dos Santos.
Com ascendentes em 4-5 de pagina 458 do 1.º volume desta obra, onde descrevemos a descendencia, pelo que aqui só mencionaremos os filhos do casal, conforme consta do inventario feito em Guarapuava por occasião de sua morte occorrida a 20 de Fevereiro de 1849.
Filhos:
5-1 Maria Francisca da Rocha Loures, casada com o Capitão João Carvalho de Assumpção, 5-1 de 4-5 de pagina 458 do 1.º volume, ahi sua grande geração.
5-2 Gertrudes Escolastica Ferreira, 5-2 de pagina 457 do 1.º volume.

5-3 Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, casado com Laura Rosa de França, 5-3 de pagina 467 do 1.º volume, ahi a descendencia.
5-4 Rosa Delphina Ferreira, casada com Benedicto M. Sampaio, 5-4 de pagina 471 do 1.º volume.
5-5 Escolastica Ferreira da Rocha, 5-5 de pagina 471 do 1.º volume.
5-6 Joaquina Ferreira da Rocha, casada com Benjamin Simõens de Oliveira, 5-6 de pagina 471 do 1.º volume.
5-7 João Cypriano da Rocha Loures, 5-7 de pagina 471 do 1.º volume.
4-2 Anna Ferreira, nascida em 1777, casada com José Joaquim.
4-3 Gertrudes Ferreira, nascida em 1779.
4-4 João da Rocha Ferreira Loures, nascido em 1789.
3-2 Miguel João de Carvalho, fallecido em 2 de Fevereiro de 1807, já em estado de viuvo. O inventario não menciona o nome da esposa; foi inventariante o seu irmão Capitão João da Rocha Loures.
Teve:
4-1 Francisco de Carvalho, nascido em 1790.
4-2 Antonio João de Carvalho, nascido em 1791, foi casado com Cordula Maria Moreira.
4-3 João de Carvalho, nascido em 1797.
4-4 Maria de Carvalho, nascida em 1794.
4-5 Anna de Carvalho, nascida em 1799.
4-6 Thereza de Carvalho } gemeas, nascidas em 1800.
4-7 Gertrudes de Carvalho }
3-3 Francisco João de Carvalho.
3-4 Bento de Carvalho.
3-5 Francisca de Carvalho.
3-6 Anna de Carvalho, casada com João Nepomuceno.
3-7 Maria Nazareth, casada com Joaquim José de Lacerda, morador em S. José, onde falleceu a 20 de Outubro de 1807, filho do Capitão André Correia de Lacerda e de sua mulher Maria Pires da Silva, esta filha de Parnahyba e elle de Taubaté. (C. O. de Curityba.)

Teve:
4-1 Antonio Joaquim de Moraes Lacerda, nascido em 1783, casado em 28 de Maio de 1813 com Jacintha Rosa de Jesus, filha de Ventura Correia de Mello e de sua mulher Gertrudes Maria de Jesus.
4-2 José Joaquim de Lacerda, era soldado-miliciano com 22 annos de edade em 1807.
4-3 Anna de Lacerda, nascida em 1787.
4-4 Maria Angelica de Lacerda, nascida em 1789, casada com Joaquim José de Souza, filho de José Joaquim de Souza e de sua mulher Rita Maria de Assumpção, natural de S. Francisco do Sul.
4-5 Miguel, fallecido aos 16 annos.
4-6 Bernardino de Lacerda, baptisado em S. José dos Pinhaes em 20 de Junho de 1796.
4-7 Joaquim de Lacerda, nascido em 1779.
4-8 Miguel de Lacerda (2.º desse nome).
2-4 Anna Maria de Jesus, casada com João Gonçalves Teixeira, baptisado em Curityba a 29 de Maio de 1709; foi homem de valor e prestigio, fallecido a 7 de Junho de 1777, filho do Capitão Francisco Teixeira de Azevedo, da governança de Curityba, fallecido em 1726, e de sua mulher Anna Gonçalves Soares, fallecida em Outubro de 1741; neto pela parte paterna de Luiz Palhano e de sua mulher Maria Sevano, que foram moradores em Paranaguá; neto pela parte materna de Manoel Soares, da governança de Curityba, e de sua mulher Maria Paes.
Filhos: (C. O. de Curityba.)
3-1 Maria Gonçalves, casada com José Ferreira de Camargo.
3-2 Anna Gonçalves Soares, casada com Diogo Bueno Barbosa. Com ascendentes e descendentes em 3-2 de 2-3 de pagina 412 do 1.º volume desta obra.
3-3 Francisco Teixeira de Azevedo, nascido em 1758, casado em Curityba a 7 de Outubro de 1806 com Francisca de Paula Lima, de Carambehy,

filha do Coronel Manoel Gonçalves Guimarães e de sua mulher Maria Magdalena de Lima.

Teve:

4-1 Anna Placidina de Azevedo, casada com Antonio José de Madureira e Souza, natural de Sorocaba. Com ascendentes e descendentes já descriptos em 4-1 de pagina 414 do 1.º volume.

3-4 Maria José de Jesus, casada com Salvador Correia de Lacerda, filho de André Correia de Lacerda e de sua mulher Maria Pires da Silva; neto pela parte paterna de Bernardo José de Figueirôa e de sua mulher Maria Correia de Lacerda.

3-5 Maria Bueno da Rocha, casada a 4 de Julho de 1780 com Francisco Correia de Lacerda.

2-5 Antonio de Carvalho, casado com Maria Silveira de Miranda.

2-6 João Mathias de Carvalho, nascido em 1743.

2-7 Bernardo de Carvalho, nascido em 1748.

2-8 Maria Miguel de Jesus, casada com Matheus de Souza Fagundes.

2-9 (Não figura o nome no inventario.)

§ 2.º

1-2 Maria Leme da Silva (a moça), casada em primeiras nupcias com Zacarias Dias Cortes, filho do Capitão Guilherme Dias Cortes e de sua mulher Maria das Neves.

Por ordem do General Rodrigo Cezar de Menezes de 30 de Junho de 1725, foram chamados á Camara de Curityba os mineiros do Arrayal Grande: Zacarias Dias Cortes, Manoel Soares da Silva, João Velloso da Costa, Manoel Duarte de Camacho, Francisco Xavier dos Reis e Pedro Dias Cortes, para que em suas consciencias jurassem o que deviam aos Reaes quintos desde o tempo em que começaram a minerar até o dia 30 de Dezembro de 1725. Depois do Juramento aos Santos Evangelhos, João Velloso e Zacarias Dias Cortes declararam que tiraram cada um, 200 oitavas de ouro e deviam aos Reaes quintos, cada um, 40 oitavas; Manoel Soares e Manoel Duarte declararam dever, o primeiro 12 oitavas e o segundo 5 oitavas; Francisco Xavier dos Reis declarou dever 10 oitavas e Pedro Dias Cortes 10 oitavas de ouro.

O Capitão Zacarias Dias Cortes vendeu em 29 de Maio de 1723, por escriptura publica, a Manoel Rodrigues Lopes, morador em Santos, uma sesmaria de 3 leguas de terras nas paragens chamadas as «Furnas Grandes», pelo preço de 100$000; em 5 de Outubro de 1726 vendeu outra sesmaria nas Furnas ao reverendo padre Lucas Rodrigues de França, por 400$000. Nessa escriptura figura elle precedido da palavra — Licenciado. Comprou em 1752 uma sesmaria de terras em Jaguacahem a Pedro de Siqueira Cortes e sua mulher Anna Gonçalves Coutinho.

A carta que em seguida se vê, do General e Governador de S. Paulo á Camara Municipal de Curityba, esclarece o valor do intrepido sertanista; o caminho a que essa carta se refere era o que do Rio Grande do Sul se dirigia a S. Paulo, passando pela Laguna e Curityba:

«Receby a carta de Vm.ce de doze de abril o termo que fizeram as pessoas que foram chamadas a presença de Vm.ces e do Sargento Mór Manoel Glz. da Costa pera se herem emcomtrar com o Sargento Mór Francisco de Souza e faria que com seus companheiros vem abrindo o caminho e nam posso deixar de me admirar da p.te que respeita a ellas dizerem que ignoram o certam quando muy pouca pratica he nesr.º delle pera se poder fazer esta expediçãm porque se não nesecita de mais emteligencia que a de seguir o rumo de Sudueste carrengando (sic) sempre p.a a p.te do mar vem segundo o dito rumo emcostando sempre pera a p.te do mar se pode emcomtrar com o gentio charrua por que seg.do um mapa que tenho de toda a jornada que fes Zacarias Dias esta naçam

de gentio tem a sua abitação pera a p.te do este que vem a ficar muy afastado do Rumo que devem trazer os que vem abrindo o Cam.o a q.m supponho que Deos quer dar a gloria de comseguir esta grande obra sem mais ajuda e favor que a da poderosa mão do mesmo S.or pera que se fôfece (?) e conheça que he desposição sua e nam dos homens. Nesta frota receby ordem de sua Mag.de asignada pella sua real mão em oito de fevereyro pella qual proibe que se faça descobrim.tos algum sem expressa licença sua em cujos termos não só devem Vm.ces mandar recolher logo a Zacarias dias mas empedir a toda a pessoa de qualquer condiçam que seja q' haya de fazer descobrim.tos algum de ouro, prata ou qualquer outro genero precioso sem expressa licença de Sua Magestade; porq' se obrarem o contrario ou noutros vereadores (sic) que de Annos a annos se forem susedendo satisfaram p.las suas pessoas e bens a mais leve desobediencia que obrarem neste particular de que lhes faço este aviso p.a que em nenhum tempo posam alegar ignorancia. — D.s g.de a Vm.ce — Sam Paulo 27 de Julho de 1730. — Antonio da Sylva Caldr.a Pimentel.»

— Este documento é uma prova da ignorancia litteraria e technica do General Governador. O General Caldeira Pimentel «não pode deixar de admirar....» o «dizer a Camara ignorava o sertão onde deveria haver o encontro do caminho que de Laguna se dirigia a S. Paulo». Sem um traçado previamente organisado, sem recursos de especie algum, sem soldos ou ordenados, duas expedições deveriam partir: uma de Laguna e outra de Curityba, abrindo picadas, destocando o caminho, fazendo pontes e pontilhões a custa das expedições, pois « — a Fazenda Real não podia custear esse serviço que só interessava aos povos», alem disso o caminho viria facilitar a conducção do — «gado do vento» — existente nas campanhas do sul, sem donos, e que tão necessario se tornava aos mineiros das Minas de Goyaz.

Sem descendentes deste primeiro casamento.

Foi casada em segundas nupcias com Pantaleão Rodrigues, do qual não descobrimos a ascendencia nem a descendencia.

§ 3.º

1-3 Dionisia Leme da Silva, casada com José da Costa, naturaes de Curityba.

Teve:

2-1 Maria Leme da Costa ou de Jesus, casada com o Capitão Amador Bueno da Rocha, moradores em S. José dos Pinhaes. Elle falleceu a 20 de Agosto de 1772 e ella em 9 de Maio de 1750, conforme consta dos inventarios existentes no C. O. de Curityba. Filho do Capitão Antonio Bueno da Veiga, natural de S. Paulo, e de sua mumulher Izabel Fernandes da Rocha, fallecida com testamento em Curityba em 1717; neto pela parte paterna de Balthazar da Costa Veiga e de sua mulher Maria Bueno de Mendonça; neto pela parte materna de Antonio Bicudo Camacho e de sua mulher Maria da Rocha (C. O. de Curityba). Por seu avô Balthazar era bisneto de Jeronymo da Veiga e de sua mulher Maria da Cunha.

Tendo sido por elle espancada a bastarda Francisca de Leme, esta, por escriptura publica de 7 de Junho de 1740 o perdoou allegando não ter perdido filho, por não estar pejada. (1.º Cartorio de notas de Curityba.)

Teve:

3-1 Antonio Bueno da Rocha, nascido em 1745.

3-2 Maria Bueno da Rocha, casada com Paulo da Rocha Dantas, fallecido em S. José dos Pinhaes em 1807, conforme inventario no C. O. de Curityba.

Teve os seguintes filhos:

4-1 Francisco das Chagas Rocha.

4-2 Anna Bueno da Rocha, casada com José Joaquim de Jesus.

4-3 Amador.

4-4 Antonio.
4-5 Lucio.
4-6 Maria Bueno da Rocha, casada com Ignacio Silveira.

3-3 Izabel Fernandes Bueno, baptisada a 20 de Maio de 1750, era solteira em 1778.

3-4 Manoel Bueno da Rocha, casado em primeiras nupcias com Gertrudes Antonia Moreira, fallecida a 1.º de Outubro de 1780 (C. O. de Curityba), filha de Pedro Antonio Moreira, natural de Lisbôa (filho de Antonio Martins e de sua mulher Thereza Maria), e de sua mulher Joanna Franco (4-1 de 3-2 de pagina 438 do 1.º volume da Genealogia Paulistana), e em segundas nupcias a 20 de Março de 1793, em Curityba, com Luiza Ignacia de Jesus (C. O. de Curityba). Teve do primeiro matrimonio:

4-1 Manoel Lourenço Bueno, nascido em 1777 em S. José, foi casado em 1798 em Curityba com Izabel Teixeira de Andrade, filha de Antonio Teixeira de Freitas (fallecido com testamento em Curityba a 19 de Fevereiro de 1794, no qual declarou ser natural de Villa Verde de Guimarães-Braga, filho de outro de igual nome e de sua mulher Catharina de Oliveira, já fallecidos e que era casado em Curityba com Maria Rodrigues das Neves). Obs. Melhor estudando o testamento e inventario verificamos que este Antonio Teixeira de Freitas não é o fallecido a 19 de Fevereiro de 1794 e sim o filho delle. O fallecido em 1794 era casado com Maria Rodrigues das Neves, ao passo que o Pai de Izabel Teixeira de Andrade era casado com Gertrudes Maria de Jesus.

4-2 Collecta Antonia da Rocha, nascida em 1780, casada com Francisco de Paula Ribeiro.

4-3 Francisca Bueno da Rocha, nascida em 1773, casada com Joaquim Teixeira de Freitas, filho de Antonio Teixeira de Freitas e de sua mulher Gertrudes Maria de Jesus.
Filhos desse casal:

5-1 Maria.
5-2 Gertrudes.
5-3 José.
5-4 Anna.
5-5 Escolastica, fallecida em menor edade.

4-4 Maria Bueno da Rocha, nascida em 1776, casada com João Cardozo de Assumpção.
Teve do segundo matrimonio:
4-5 Maria Rosa Cardozo, casada com Antonio Cardozo Leitão.
4-6 João Bueno.
4-7 Anna Bueno, casada com Feliciano de Oliveira Falcão.
4-8 Feliciana Bueno, casada com Alberto Fernandes Dias.
4-9 Salvador Bueno.
4-10 Luiza Bueno, casada com Miguel Archangelo Loures.

§ 4.º

1-4 (Não mencionado.)

CAPITULO 5.º

5 – Salvador Martins Leme, já era fallecido quando morreu seu pae; foi casado com Izabel Fernandes de Siqueira.
Filhos:

1-1 Alberto Martins Leme	§ 1.º
1-2 João Alvares Martins	§ 2.º
1-3 Francisco Martins Leme	§ 3.º
1-4 Maria Martins Leme	§ 4.º
1-5 Suzana Martins Leme	§ 5.º

§ 1.º

1-1 Alberto Martins Leme.

§ 2.º

1-2 João Alvares Martins.

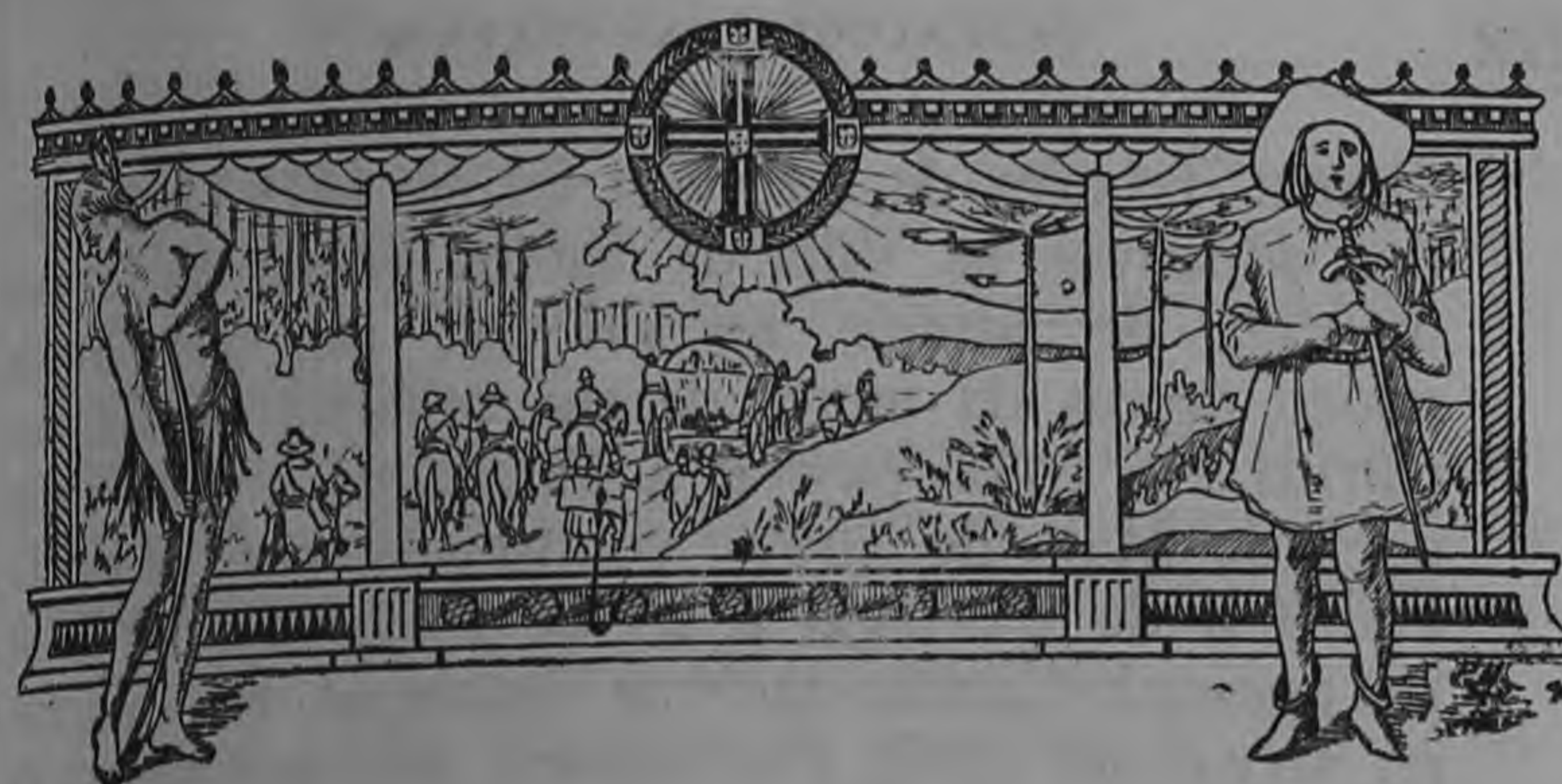
§ 3.º

1-3 Francisco Martins Leme, casado com Margarida Bicudo.

§ 4.º

1-4 Maria Martins Leme.

§ 5.º

1-5 Suzana Martins Leme.

Titulo Teixeira de Azevedo.

TEVE inicio essa familia, no Paraná, no Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo, natural da Freguezia de Bayão-Bispado do Porto, Portugal; d'ali passou a S. Paulo, onde se casou com Maria da Silva, filha de Domingos da Silva Guimarães, natural de Portugal, e de sua mulher Izabel da Ribeira; neta pela parte paterna de Gaspar Fernandes e de sua mulher Maria Francisca de Castro; neta pela parte materna do Capitão-mór Amador Bueno da Ribeira — o acclamado — e de sua mulher Bernarda Luiz, ambos de distincta ascendencia.

Por morte de sua esposa em 1682, passou a residir em Paranaguá, onde casou em segundas nupcias com Catharina de Ramos, tambem de distincta familia, fallecida em Paranaguá em avançada edade em 1756, já em estado de viuva, pois seu marido falleceu em 1711.

Gaspar Teixeira de Azevedo foi até 1675 Thesoureiro dos donativos na Villa de Santos (Actas da Camara da Villa de Santos, no VII vol., pag. 21), d'onde pouco depois da morte de sua primeira esposa, occorrida em 1682, passou a Paranaguá e por Patente de 7 de Maio de 1689, confirmada por El-Rei D. Pedro II de Portugal a 20 de Novembro de 1690, foi nomeado Capitão-mór de Paranaguá, em cujo cargo serviu até 1692. Por Patente de 4 de Outubro de 1690 e Provisão de 12 de Fevereiro de 1691, passada por Domingos Pereira Fontes, Provedor da Contadoria e Real Fazenda do Rio de Janeiro, foi nomeado alem do cargo de Capitão-mór que já exercia, para Provedor das minas de ouro, pelo que usava dos seguintes titulos em Provisões: «O Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo, Provedor das minas e quintos reaes n'esta Villa de Nossa Senhora do Rosario, Capitania de Paranaguá e seu districto, Juiz do Fisco por S. Magestade que Deus guarde etc. Faço saber etc.»

N'esse caracter nomeava Guarda-mór de minas e outros officiaes, passava patentes até as de Capitão, e Cartas de sesmarias de terras, etc.

O Provedor Geral Domingos Pereira Fontes, por Provisão de 20 de Janeiro de 1690 ordenou-lhe que fosse á Villa de Iguape e suspendesse ao Provedor Manoel Rodrigues de Oliveira e os demais officiaes das officinas de fundição e assumisse as funcções de Provedor dellas.

Homem de rija tempera, de caracter limpido, era por todos respeitado e acatado.

Em 1691 recebeu honrosa carta de El-Rei D. Pedro em resposta a carta em que lhe escreveu Gaspar Teixeira de Azevedo em 12 de Maio desse anno acerca da remessa do ouro dos quintos das minas de Iguape e de Paranaguá que lhe tem remettido, fazendo todas as despezas de seu bolso, sendo que todas as diligencias e trabalhos no descobrimento e lavras das minas tem feito desinteressadamente. El-Rei n'essa carta que data de 5 de Novembro de 1691, recapitulando esses serviços, agradece-o pelo «zelo com que se tem havido na Administração das minas», promettendo deferir as suas pretenções e requerimentos com toda a attenção.

Em 1697 foi-lhe feita a nomeação de Administrador da Casa de fundição creada em Paranaguá, onde se passou a cunhar todo o ouro extrahido das minas que então eram cunhadas em Iguape.

Em carta que dirigiu a 20 de Abril de 1697 queixou-se a El-Rei que, por uma devassa que mandou tirar pelos descaminhos dos quintos do ouro das minas novas de seu descoberto, os regulos n'ella culpados, de assuada o depuzeram do cargo de Capitão-mór e tomaram armas contra elle que ficou em serio risco de perder a vida.

El-Rei, em 8 de Novembro de 1697, determina ao Governador Geral do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes que informe a respeito e proceda contra os culpados.

Este, em resposta, informa em carta de 28 de Maio de 1698, que, o facto era verdadeiro, que a deposição do Capitão-mór fôra injusta e sem motivos, visto ser elle de muito bom procedimento, pelo que já ordenára a sua reposição no lugar.

El-Rei não se satisfez com essa resolução, por não ser sufficiente, e ordenou ao Governador Geral que castigasse os Paulistas que commetteram a grave falta de privar de seu posto de Capitão-mór a Gaspar Teixeira de Azevedo visto constituir isso materia grave e de más consequencias pelo máo exemplo.

A Carta Regia infra, elucida bem o assumpto:

«Arthur de Sá e Menezes.

«Amigo.

«Eu, El-Rey, vos envio muito saudar.

«Vio-se a vossa Carta de 28 de Maio deste anno, em resposta a que se nos havia escripto sobre os culpados na devassa que Gaspar Teixeira de Azevedo, como Provedor das minas de Paranaguá, havia tirado dos descaminhos dos quintos do ouro das minas novamente descobertas em S. Paulo, o haverem

tomado contra elle armas e pondo-o em cerco com grande risco da sua vida e suposto insinueis tinheis mandado restituir assim no Posto de Capitão-mór, como no dito cargo de Provedor das minas, por achar ser bem procedido, e sem razão expulso e que no tirante aos culpados na devassa dos descaminhos ellegereis meyo com que eu ficasse mais bem servido, quando passardes aquellas partes.

«Me parece dizer-vos que a ordem que se vos mandou não respeitava só a culpa que cometterão os Paulistas no descaminho do ouro; mas tambem a que fizerão em privarem do seu posto de Capitão-mór á Gaspar Teixeira, e como esta seja materia grave e de mui prejudiciaes consequencias o faltaçe com o castigo em um delito dessa qualidade, porque a sua imitação poderão outros vassallos romper em outros mais perniciosos; neste caso devereis fazer toda a diligencia porque se castigue os culpados como merecem suas culpas, obrando sempre neste particular com aquella cautella e prudencia que entenderdes he conveniente.

«Escripto em Lisbôa a 20 de Outubro de 1698. — Rey.»

— Eis a carta que El-Rey escreveu ao Provedor:

«Eu Rei vos envio muito saudar.

«Vendo o que me escreveste em carta de 12 de Maio deste, acerca do Ouro que tendes remettido dos Quintos das minas de Iguape e Paranaguá, depois que nellas assistis com o cargo de Provedor em que tendes havido com despeza de vossa fazenda, na condução do dito ouro e com trabalhos e diligencias no descobrimento e lavras das mesmas minas, me parece agradecer-vos, como por esta o faço, o zelo com que vos houvestes na administração das minas, e que quando tratardes dos vossos requerimentos, deferirei a elles com toda a attenção. — Escripta em Lisbôa a 5 de Novembro de 1691. — Rei.»

— A Camara, em 23 de Fevereiro de 1698, officiou ao Provedor das Minas e quintos reaes Gaspar Teixeira de Azevedo nos seguintes termos:

«Snr. Provedor das minas e quintos reaes Gaspar Teixeira de Azevedo. Pelo que ordena na Ordem do Governador e Cap.m General Arthur de Sá e Menezes, continha acerca de Indios a mandarmos apresentar a V. M.ce em cumprimento de dita ordem, e como nos foi tomada de sua parte temos feito a diligencia que o dito Governador ordena para com os moradores, estações e quarteis e como os mais Indios que ha por estas partes andão as minas com os moradores de S.m Paulo, onde não temos Jurisdição, a V. M. lhe incumbe essa diligencia como Provedor d'ellas, lhe requeremos da parte de S. Magestade, que Deus guarde, e do dito Governador, ponha em execução essa diligencia para que todos venhão para hirem nestas Sumacas, com os que na terra estiverem; o que esperamos de V. M.ce fará com tal zelo que he, no serviço de S. Magestade, que D. g. — Paranaguá em Camara, 23 de Fev.o de 1698. — Salvador Correia da Fonseca, escrivão da Camara o subscrevi. André Bonito, Bento Alves Pedroso, João Rodrigues Coelho, Manoel Velloso da Costa, Antonio Morato, Manoel Pacheco de Amorim.»

— O Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo respondeu este officio em 24 de Fevereiro de 1698, e declarou á Camara que o Governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes, lhe ordenara que em Camara tomasse posse do seu cargo.

— O Governador Geral Arthur de Sá e Menezes, estando na Cidade de S. Paulo, officiou a 2 de Março de 1698 á Camara de Paranaguá, fazendo ver que a Camara lhe tinha dado conta de 500 alqueires de farinha, que tinhão de hir para o Rio de Janeiro, e que dessem posse de Capitão mór a Gaspar Teixeira, segundo ordenara S. Magestade, pela confirmação de sua Patente, *porque se elle tinha culpas seria bom que se articulassem e justificassem,* e se tirem então o posto, castigando-o. «E como determina a dar brevemente a estas partes hua chegada saberá miudamente da cauza della, se obrou o que foi de justiça e razão».

— Em 1.º de Outubro de 1696, o Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo passou Patente de Capitão de Ordenanças a Manoel de Miranda Tavares.

— Em 10 de Outubro de 1698 passou Patente de Capitão de Infantaria de Ordenanças a Francisco de Barros Maciel.

— Por Provisão de 24 de Novembro de 1719 do Ouvidor Raphael Pires Pardinho, passada em S. Paulo, foi nomeado Diogo da Paz Caria, Provedor da Casa dos Quintos de Paranaguá, em substituição a seu sogro Gaspar Teixeira de Azevedo.

— Por Provisão passada em 20 de Agosto de 1708 pelo Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo, provedor das minas e quintos reaes n'esta Villa de Nossa Senhora do Rosario, Capitania de Paranaguá e seu districto, Juiz do Fisco por sua Magestade, que Deus guarde, etc., é nomeado Guarda-mór das minas de Paranaguá e seu districto, (seu filho) Domingos Teixeira de Azevedo. Este Domingos era casado com Maria da Silva e foram paes do historiador Frei Gaspar da Madre de Deus.

— Por Patente de 28 de Junho de 1698, nomeou a Manoel Picam de Carvalho para o posto de Capitão de Infantaria de Curityba, a quem ordenou que mandasse alistar ao povo desta villa, de 15 a 60 annos.

— Foi Capitão-mór de Paranaguá, portanto, de 7 de Maio de 1689 a 24 de Novembro de 1711, quando o seu genro Diogo da Paz Caria o substituiu n'esse cargo.

Exercia dominio em Paranaguá, Curityba, Iguape e Cananéa e seus territorios.

— Carta do Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo ao Capitão Manoel Picam de Carvalho:

«Snr. Capp.am Manoel Picam de Carvalho.

«Debaixo da Patente que tenho passado a Vm.ce de Capp.am de Infantaria d'essa Villa, lhe ordena se apresente com sua gineta, e depois disso mande tocar caixa para juntar todos os moradores que ouverem e fazer listra, e passar mostra de todas as pessoas que ouverê de quinze annos até sesenta, e mandar noteficallos para obedesserem as minhas ordens, como as que lhe remeter do Snr. Governador e Capp.am Gn.al *Artur dessa emenezes* e Vm.ce me remeterá a listra que fizer, e a mandará tresladar para lhe ficar em seu poder o treslado, e poderá fazer Alferes, e os mais officiaes que preciso lhes forem, como tambem mande Recolher todos os Indios do poder de quem os tiver pertenssentes as Aldeas de S. Paulo, e a de Sam João da Villa da Conseissão, e Remetermos a esta Villa, para dar comprimento as ordens que tenho do Governador G.al, e isto se entende assi de m.res, como de mineyros, e V.ce de comprimento á esta minha carta e a mandara registrar em Camara. Nosso Snr. a Vm.ce G.de. Pernaguá 28 de Junho de 1698 a. Gaspar Teixeira de Azevedo.»

— Provisão porque foi provido de Guarda-mór Domingos Teixeira de Azevedo:

«O Capp.am mór gaspar teixeira de azevedo provedor das minas e quintos reaes n'esta V.a de nosa Snr.a do Rosario Capitania de Paranagua e seu destrito, Juiz do Fisco por sua magestade que Deos guarde &. Fasso saber aos que esta minha provizão virem que avendo respeito e ter notisia que no districto da V.a de Coritiba se tem descuberto algûs ribeiro de ouro de que se dizem caminhão o que pertence aos Reaes quintos de sua magestade e comvem que na d.ta Villa haja pesoa que ponha em arecadação o que tocar ao d.to quinto outrosim quem mande socavar he dar experança para que as d.tas minas vão em aum.to e que este seja pessoa acta e suficiente e com correrem na de Domingos teixeira deazevedo, as partes e requisitos nesessarios para bem o Fazer por me constar ter a experiençia nesesaria pela assistençia que tem nas minas dos Catagoas, donde servio o cargo de goarda mor e outros ofiçios pertensentes a boa Forma e repartisão das d.tas minas, coperando por seu bom prosedimento e zelo que obrara no serviso do d.º des.co com todo o cuidado e intereza na arecadasão e repartição das d.as minas e datas, hei por bem de ho nomear o logar como pela presente provisão lhe no-

meyo por goardamor do d.º destrito o coal oficio servirá asim he da maneira que o fazem os mais guarda móres das outras minas, he avendo todos os prois e precalços e direitamente lhe pertemsserem logrando de todas as izensoins onras he previlegios e imunidades ao dito cargo comsididas, em quanto eu over asim por bem ou sua mag.de não mandar o contrario pelo que peso aos ofisiais da Cam.ra da d.a V.a e mais ministros e oficiais de justiça deichem servir conhesão e honrem e estimem por goarda mór das ditas minas cumprão e goardem as ordens que para ese efeito der, p.a o q' em baxo for metido de pose e para firmeza do que lhe mandei passar a presente por mim assignada e selada com o sinete das minhas armas a qual se registrará nas partes a que tocar. Dada sobre d.a V.a aos vinte dias do mez de Agosto de mil setecentos e oito annos. — Antonio Esteves Freire, escrivão das minas e quintos reais o escrevi. Gaspar teixeira deazevedo.

«Comprase como nele se contem e se registre no Livro que tocar, Pinhais, dado em Cam.ra aos sete dias do mez de Abril de mil e setecentos e nove annos. Eu Miguel Frz. de Siq.ra escrivão da Cam.ra o escrivi por mando dos d.os oficiais; Gabriel Alz. de Araujo, Gaspar Carrasco dos Reis, Manoel picam de Carvalho, João Ribeiro do Vale, Balthasar Carrasco dos Reis.

— Por se prender a um ponto historico de grande valor, fixador da epoca do povoamento de Paranaguá, transcrevemos o theor da Sesmaria passada em 1648 a favor de Bartholomeu de Toráles e seus herdeiros na — «nova povoação de Paranaguá» — a requerimento d'elles, como — «moradores e um dos primeiros povoadores e descobridores de minas de oiro nos seus reconcavos» —. Eis o documento que extrahimos de um Auto civil de posse que tomam corporal e judicial em 1819, em Antonina, D. Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos, viuva do Tenente Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, representada por seu genro e procurador Antonio Gomes, que também requereu por sua pessoa como cabeça de sua mulher Anna Euphrasia Monteiro de Mattos:

«Documento.

«Snr. Juiz Presidente. — Diz o Reverendo Gaspar de Freitas Trancoso da Cidade de Sam Paulo por seu bastante Procurador que para bem de sua justiça lhe he necessario por certidão huma carta de sismaria passada a Bartholomeu de Toráles e seus filhos, cuja se acha registada em hum dos livros dos registos da Camara desta Villa e porque o Escrivão não pode passar sem despacho Pede a Vossa Mercê seja servido mandar que o Escrivão lhe passe a dita certidão E Recebera Merce — Despacho. Passe do que constar — Lima.

«Certidão. Ignacio Luiz da Silva, Escrivão da Camara e Anexos desta Villa de Paranaguá e seu Districto com Provisão etc. certifico e porto por fé que em virtude do despacho supra do Juiz Presidente da Camara Agostinho Machado Lima busquei o livro em que antigamente se registavão as Sismarias de Terras o qual se acha no Archivo da Camara e nelle a folhas que não declaro o numero dellas por estarem as pontas do referido livro rotas, se acha o Traslado da Sesmaria que requer o Reverendo supplicante cujo theor de verbo ad verbum é da forma seguinte: Traslado de uma Carta de data de Sesmaria passada a favor de Bartholomeu de Toráles e seus herdeiros e hoje pertencentes ao Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo pelas haver comprado com seu dinheiro aos ditos herdeiros — Bartholomeu de Thoráles — «morador na nova Povoação de Paranaguá» — que elle tem cuidado a — «sustentar e Povoar» — com sua Pessoa e fazenda, descubrindo muitas Minnas de oiro nos Reconcavos delle tudo a sua custa que tudo pode resultar acressentamento da Real Fazenda de Sua Magestade e seus quintos que lhe pertencem e porquanto elle supplicante he casado e tem filhos e hua Irmam e dous filhos e hua sobrinha que tem a seu cargo e não tem terras para fazer lavoiras e de sua familia e obrigação para ter gado e criacoiñs de que

pence (sic) «sendo dos primeiros Povoadores» —, pelo que Pede a Vossa Merce lhe mande dar para elle e a sobredita Familia tres legoas e meia de terras onde tem sua — «Fazenda e Citio» —, começando do seu citio para o Mar largo e hua legoa e meia com sua quadra: E do dito Citio para o Cubatam asima e outra legoa e mêa, e a meia legoa que falta na — «Barra do Itaipaba» — a mão direita em hum Mato Virgem da Terra firme que busca o Rio, tudo com suas quadras e serventias na forma da Sesmaria — E Receberá Mercê. — Despacho. Dou ao suplicante meia legoa de terra e aos mais que em sua Petição aponta a meia legoa a cada hua das pessoas nas paragens que o suplicante aponta e com suas confrontaçõens e sahidas digo confrontaçoens entradas e sahidas e o mais que na dita Petição pede de que se lhe passe Carta nisto que aponta. — São Paulo vinte de Junho de seiscentos e quarenta e oito (20 de Junho de 1648) annos. Manoel Pereira Lobo. «Carta. Manoel Pereira Lobo, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Capitam e Alcaide Mór e Governador desta Capitania de Sam Vicente do — «Continente do Conde de Monsanto, Marquez de Cascaes e De Lorinhos (?), seu Procurador Bastante por sua Magestade Donnatario desta Capitania:

«Faço saber aos que esta minha Carta de Data de terras de Sesmaria virem ou conhecimento della com direito e pertencer que a mim me enviou a dizer por sua Petição Bartholomeu de Torálles — «morador na nova Povoação de Paranaguá que elle tem ajudado a Povoar» — (sic) e sustentar com sua Pessoa e fazenda descobrindo muitas Minas de oiro nos Reconcavos delle tudo a sua custa (sic) que pode resultar acressentamento da Real Fazenda de Sua Magestade e seus quintos que lhe pertencem e porquanto elle suplicante hera casado e tinha filhos e hua sobrinha que tinha a seu cargo e não tinha terras para fazer lavouras para sua familia e obrigação para ter gado e criaçoeñs que perecia — «sendo dos primeiros Povoadores» — pelo que me pedia lhe quizesse dar

para elle e para sobredita Familia tres legoas de terra digo e meia de terras onde tem sua fazenda e citio, correndo do seu Citio para o Mar largo e hua legoa e meia com sua quadra e do dito Citio para o Cubatam asima e outra legoa e meia, e a meia legoa que faltou na — «Barra de Itaipava» — a mão direita em um Mato virgem de Terra firme que beija o Rio tudo com sua quadra e serventias na forma da Sesmaria. E Receberá Merce e visto por mim sua Petição pronunciei nella o Despacho seguinte: Dou ao suplicante meia legoa de terras e aos mais que em sua Petição pede meia legoa a cada hua das pessoas na forma que o suplicante aponta e com suas confrontaçõens digo a cada hua das pessoas nas paragens que o suplicante aponta e com suas confrontaçõens entradas e sahidas e o mais que em sua Petição Pede de que se lhe passe Carta visto que aponta. Sam Paulo 20 de Junho de 1648 annos. (Assignado) Manoel Pereira Lobo. — E como tudo o mais largamente no dito meu Despacho da dita Data de Sesmaria lhe dei e dou de hoje para todo o sempre para elle e sua Mulher e filhos herdeiros assendentes e dessendentes que apos elles virem e para que elles tenhão e hajão a dita terra com todas as entradas e sahidas pertencer e logradores que directamente lhe pertenção as quaes terras lhe dou livres izentas sem pagar dellas fóro nem tributo, nem penção algua mais que somente os Dizimos a Deos dos frutos e couzas que nas ditas terras colher com todas as condiçõens da Data de Sesmaria na forma que a Ley de Sua Magestade manda pelo que mando aos officiais de Justiça da — «Nova Povoação de Paranaguá» — a que o conhecimento pertencer que sendo lhe esta Carta da Data de terras de Sismaria apresentada lhe dem posse das ditas Terras na forma custumada e Esta se registará nos Livros dos Registos da Fazenda. — Dada nesta Villa de Sam Paulo ao primeiro dia de Mayo sob meu signal e sello de minhas armas, de mil seiscentos e quarenta e nove (1.º de Maio de 1649). Eu Luiz de Andrade, escrivão dos Orphãos

desta Villa de Sam Paulo a fiz escrever e subscrevi. (Assignado) Manoel Pereira Lobo.
«Compete esta Carta de Data ao Capitam Mór Gaspar Teixeira de Azevedo por ter comprado as ditas terras com seu dinheiro em fé de verdade eu Tabellião o escrevi e assignei Manoel Rodrigues Penha-Coto, o qual Traslado de Carta de Data de terras de Sesmaria eu Antonio Esteves Freire, Escrivão das Sesmarias lancei neste Livro de Tombo da propria que tornei a parte bem e fielmente esta na verdade sem couza que duvida faça em fé de verdade me assignei em 26 dias do mez de Março de 1708 annos, nesta Villa de Paranaguá.» — Segue-se o final do termo na forma de estylo.
— Esta Sesmaria passou por herança do Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo a sua filha Maria de Assumpção, que foi casada com o Coronel Regente Anastacio de Freitas Trancozo e por morte destes a seus filhos Padre Gaspar de Freitas Trancozo e Maria da Conceição, casada com o Capitão-mór Antonio Ferreira Mathoso e por morte destes á sua filha Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos, que foi casada com o Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, que, fallecendo em 1811, legou a suas filhas Anna Euphrasia Monteiro de Mattos, casada com Antonio Gomes, Maria Fausta Monteiro de Mattos, casada com José Luiz Gomes, e Catharina Monteiro de Mattos. Parte desta Sesmaria constitue a actual Colonia Alexandra, cujas terras pertenceram ao Capitão Manoel Cordeiro Gomes, por doação que lhe fez sua tia Catharina.
— Testamento do Capitão-mór Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo:
«Em nome da Santissima Trindade — Padre, filho e Espirito Santo, tres pessoas e um só Deus verdadeiro. Saibão quantos este publico instrumento virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesus christo de mil setecentos e onze, aos dose dias do mez de Março, eu Gaspar Teixeira de Azevedo, estando em meu perfeito Juizo e entendimento que nosso senhor foi servido dar-me, doente em camą, temendo-

me da morte e desejando por minha alma no caminho da salvação, por não saber o que Deus nosso senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si faço este Testamento na forma seguinte:
«Primeiramente encommendo minha alma a Santissima trindade que a criou. Rogo ao Padre eterno pela morte e paixão de seu unigenito filho a que . . . (roido por insectos) para morrer na arvore de vera Cruz, e a meu Senhor Jesus Christo peço por suas divinas chagas que já que nesta vida me fez mercê dar seu precioso sangue e merecimento de seus trabalhos me faça tão be . . . (roido por traças) esperando delles que he a gloria e pessa e rogue a gloriosa virgem Maria nossa senhora, Madre de Deus e a todos os Santos da corte celestial particularmente e ao meu anjo da Guarda e ao santo de meu nome Sam Gaspar e a virgem nosa Senhora da Lapa, e a virgem do Rosario a quem tenho devoção, queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus christo agora e quando minha alma deste corpo sahir, porque como verdadeiro christão protesto viver e morrer em a Santa Fé catholica, e crer o que tem Crê a Santa Madre Igreja de Roma, e em esta Feê espero salvar minha alma, não por meos merecimentos, mas pellos da Santissima Paixão do Unigenito Filho de Deus. Rogo a Antonio de Lemos, Antonio Rodrigues Domingues e ao Cap.m mór João Rodrigues de França por serviço de nosso senhor e por me fazerem merce queirão ser meus Testamenteiros / Meu corpo será sepultado em a Igreja Matriz em huma sepultura da Santa Irmandade do Santissimo sacramento, junto ao altar das almas da banda do arco com o habito de S. Francisco e me acompanharão todos os sacerdotes que no tal tempo do meu fallecimento estiverem na terra e me dirão todos missas de corpo presente, como tambem me acompanharão todas as cruzes de todas as Irmandades de que sou Irmão e das mais que houverem, dando-lhe a esmola necessaria / Deixo seiscentas missas que se me digão por minha alma, e

pesso a meus Testamenteiros as mandem dizer com toda a brevidade em Santos, e no Rio de Janeiro, assim mais depois de minha morte a cinco dias ou no tempo a que meus Testamenteiros lhe parezer se me dirá hum officio de nove lições.

«Declaro que sou natural do Lugar de S. Pedro, freguezia de Santa Marinha do revere Conselho de Bayam comarca do Porto, filho legitimo de Domingos de Carvalho e de sua mulher Maria Teixeira de Azevedo, já fallecidos / Declaro que fui casado a 1.ª vez com Maria da Silva, em a villa de Sam Paulo do qual matrimonio tive um filho por nome Domingos Teixeira e coatro filhas por nomes: Catherina da Silva, outra Francisca da Silva, outra Izabel da Silva, outra Maria da Silva / Declaro que casei Catherina da Silva com Gaspar Leite ao coal lhe dei de dote tres mil cruzados em os coais entrarão 229$020 que lhe couberão de legitima de sua mai e assim mais 50$000 que lhe deixou seu avo Domingos da Silva, com seus lucros e ganancias / Declaro que casei Izabel da Silva com Francisco Tavares e lhe dei o mesmo dote na forma da primeira / Declaro que casei minha filha Francisca com Manoel Carvalho de Aguiar e lhe dei o mesmo dote com a mesma clauzula assima / Declaro que casei minha filha Maria da Silva com Estevão Fernandes Carneiro e lhe dei o mesmo dote como dei as mais / Declaro que a meu filho Domingos Teixeira ficou de legitima de sua Mai só sento e sincoenta mil reis porque da terça lhe não ficou nada, e so o fez a suas filhas a coal legitima lhe devo ainda / Declaro que sou *casado 2.ª vez* com Catherina de Ramos natural desta villa do coal matrimonio tenho seis filhas e hum filho por nomes — Maria, Joanna, Catherina, Domingas, Mariquita, Florencia e Valentim / Declaro que estes 12 filhos nomeados assim do primeiro Matrimonio como do 2.º são meus filhos legitimos e herdeiros / Declaro que os bens que ha no monte são os seguintes: *Em prata* lavrada — desesete livras — *em ouro* lavrado cem oitavas / Declaro que tenho na mão de meu

filho Domingos Teixeira que cobrou nas minas de Jorge de Aguiar Barrigua 128½ oitavas de ouro em pó / Declaro mais que o dito meu filho me trouxe das minas mil oitavas de ouro e me disse estavão em poder de meu genro Gaspar Leite Cezar / Declaro que tenho tão bem em poder do dito hum molato por nome Antonio / Declaro que tenho em poder de meu genro Gaspar Leite reveire como consta de cartas sua, um conto e cem mil reis em dinheiro de contado / Declaro que pessuo huas casas de pedra e cal com 5 braças mais, que correm partindo com Antonio Rodrigues Domingues, mais duas moradas de casas de pedra e cal, terreas com tres braças mais correndo para o charco, mais correndo para sima da banda do mar da ofisina Rua direita, huns chaons com seus alicerces e principio de parede / Nove braças de chaos que correm com Joseph Pereira Dias e 5 braças que partem para a banda do mar com Braz Leme / Bens na villa de Santos — Declaro que pessúo huas casas de pedra e cal de sobrado da banda do mar e mais uma Ilha que se chama — Samaracá — / Declaro que possuo em Pernaguá hû sitio onde moro tres leguas de terra de que tenho escriptura e Titulo d'ella / Bens em Curitiba — Declaro que pessuo duas leguas de terra onde tenho quatro curraes de gado que pouco mais ou menos havera entre elles com capados e crias deste anno 1400 cabeças a qual conta para melhor clareza dara meu sobrinho, fora o bravo que serão duzentos pouco mais ou menos, mais 7 cavalgaduras, entre machos e femeas / mais pessuo no citio que tenho nesta villa 27 cabeças de gado — Negros machos nesta Villa / Declaro que pessuo 10 negros machos nesta villa a saber — Mathias, Thubias, Garcia, Agostinho, Domingos, Pantaleão, Bertholomeu, João, Salvador, da terra, Silvestre da terra, — Negras — Maria, Maria casada com Thubias com 4 filhos, Felicia casada com Salvador da terra com duas crias, Fellipa, Izabel e sua filha com uma cria, Ursula com duas crias, Agueda com huma cria, Izabel sua may / em

Curityba — Declaro que pessuo *oito almas* a saber Bauptista com sua mulher Margarida, Miguel da terra, Antonio *tapanhuno,* Damião, Maria da terra com 2 crias, Antonio da terra, — Dividas que se deve a este casal — Deve o Sargento mór Raphael Ramos o que se achar em hua sentença que contra elle alcancei pela justiça, Deve Nuno de Ramos cincoenta e tantos mil reis, Deve Diogo Dias de Moura por um credito desesete mil e tantos reis, Deve João do Couto que esteve em meu curral quarenta e tantos mil reis, Deve João Vieira Pedreira 14$000 (segue-se grande lista de titulos de dividas de diversas pessoas, ao casal, e que mal se pode ler por estar estragado por traças).

«Ordeno e torno a pedir aos Senhores Antonio de Lima, Antonio Rodrigues Domingues e ao Senhor Capitão mór João Rodrigues de França por serviço de Deus queirão ser meus Testamenteiros e por me faserem merce como no principio deste meu Testamento pesso aos coaes e a cada um insolidum dou todo o meu poder que em direito posso for necessario para de meus bens tomarem e venderem o que necessario for para meu interramento e cumprimento de meu legado e pagamento de minhas dividas: E porquanto esta he minha ultima vontade do modo que tenho dito me assigno aqui em esta villa de Parnaguá, aos 10 dias do mez de Agosto de 1711, e eu Antonio Garcia por mandado do dito Testamenteiro o escrevi — Gaspar Teixeira de Azevedo.»

— A approvação foi feita na Villa de Nossa Senhora do Rosario, Capitania de Paranaguá, em pouzada do Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo, aos 12 de Agosto de 1711.

O Cumpra-se é datado de 2 de Novembro de 1711 e a abertura foi feita:

«Aos 3 dias de Novembro de 1711 nesta villa de N. S. do Rosario Capitania de Paranaguá, em pousada do Juiz ordinario e dos Orphãos André Machado Pereira abrio o dito Juiz em presença de mim Tabalião este Testamento do defunto Gaspar Teix.ª de Azevedo e lhe poz o cumpra-se de que fiz este termo em que assignou o dito Juiz e eu Manoel Pereira do O' escrivão que o escrevi / Machado.»

— Fez seu codicilo no qual declarou entre outras couzas que: «Declaro que tive na mão de Luiz Madeira morador em Lisboa alguma coantidade de ouro do que me tem mandado algumas fazendas, e me resta 75$000. Declaro que tenho em minha terra huas casinhas que comprei com meu dinheiro nas costas da Capela de Sam Paulo. Declaro que tenho vencido na assistencia de *Provedor da ofissina* 7 ou 8 annos a 50$000 por anno a qual importancia cobrarão meus herdeiros. — (19 Out. 1911.)»

Carta do Capitão-mór Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo a seu genro:

«Meu genro e Senhor Compadre Gaspar Leite Cesar.

«Não ponho duvida que esta será a ultima que a vossa merse escreva, pois vai por hû anno que eo me não levanto de hua cama donde me tem posto os achaques que padeso, tudo seja em satisfação de minhas culpas tudo o que tenho padecido, e queira N. Senhor dar-me até o ultimo de minha vida conhecimento do muito que o tenho ofendido de conformidade com sua santa vontade, e a vossa merse dar-lhe muita vida e saude para o amparo de minhas filhas e netos a quem envio minhas benção, e lhes pesso me encommendem a Deus nosso Senhor. Tenho promettido a virgem N. Senhora da Conceição de Itanhaen 20$000 de esmola, dos ganhos desta Lemitação que esta em poder de vossa merce de minha filha Maria da Conceipção, e como me considero estar já no fim e ultimo de minha vida, he bem que dê comprimento a esta e outras promessas, e suposto me parese já avisei a V. merce desse esta coantia a Ordem do Padre Guardião do dito convento, contudo como estou inserto do dito aviso o torno a fazer segunda vez, e no caso que vossa merce não tenha dado a dita coantia por esta me fará merce entregar os ditos 20$000 a ordem do Padre Guardião do convento e do sindico cobrara quitação e me remettera

para minha descarga e como o portador vai com preça e já embarcado, esta não serve de mais — Deus Guarde a vossa merce como deseja em Companhia de minha filha a quem segunda vez lhe boto minha abenção, e torno a pedir me encommendem a Nosso Senhor para que me de hua boa morte. — Parnaguá, 20 de Setembro de 1711. — Pai e compadre de vossa merse — Gaspar Teixeira de Azevedo.»

Filhos do primeiro matrimonio:

1.º Catharina da Silva Teixeira	Capitulo 1.º
2.º Francisca da Silva Teixeira	Capitulo 2.º
3.º Izabel da Silva Teixeira	Capitulo 3.º
4.º Maria da Silva Teixeira	Capitulo 4.º
5.º Domingos Teixeira de Azevedo	Capitulo 5.º

Filhos do segundo matrimonio:

6.º Capitão Valentim Teixeira de Azevedo	Capitulo 6.º
7.º Maria do Rosario de Azevedo	Capitulo 7.º
8.º Joanna de Azevedo	Capitulo 8.º
9.º Catharina de Azevedo	Capitulo 9.º
10.º Maria da Conceição	Capitulo 10.º
11.º Domingas Teixeira de Azevedo	Capitulo 11.º
12.º Florencia de Azevedo	Capitulo 12.º

CAPITULO 1.º

1 — Catharina da Silva Teixeira, casada em Santos com Gaspar Leite Cezar, Sargento-mór da fortaleza do Itapema.

CAPITULO 2.º

2 — Francisca da Silva Teixeira, casada em S. Paulo com Manoel Carvalho de Aguiar.

CAPITULO 3.º

3 — Izabel da Silva, casada com o Capitão Francisco Tavares Cabral.

CAPITULO 4.º

4 — Maria da Silva, fallecida em 1727, casada com o Provedor da real casa de fundição do ouro, em Santos, Estevão Fernandes Carneiro.

CAPITULO 5.º

5 — Domingos Teixeira de Azevedo, nomeado por provisão de 20 de Agosto de 1708 para o lugar de Guarda-mór das minas do districto da Villa de Curityba, «pela pratica que tem demonstrado nos serviços das minas de Cataguás, onde exerceu igual cargo, com zelo, cuidado e intereza».

Em 1712 já estava casado em Santos com Anna de Siqueira e Mendonça, filha de José Tavares de Siqueira — o velho — e de sua mulher Izabel Maria da Cruz.

Filhos:

1-1 Frei Gaspar Teixeira de Azevedo	§ 1.º
1-2 Abbadessa Izabel Maria da Cruz	§ 2.º
1-3 Anna Maria de Siqueira	§ 3.º
1-4 Frei Miguel Teixeira de Azevedo	§ 4.º
1-5 Padre João Baptista de Azevedo	§ 5.º
1-6 José Tavares de Siqueira	§ 6.º

§ 1.º

1-1 Frei Gaspar Teixeira de Azevedo, monge benedictino, Abbade do Mosteiro de S. Paulo, eleito em 1752, Professor de philosophia do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro, onde recebeu o gráo de doutor.

Conhecido pelo nome de Frei Gaspar da Madre de Deus, com o qual se celebrisou.

Autor das Memorias da Capitania de S. Vicente e de outros trabalhos de merito que são até hoje de grande valimento historico.

Dos «Annaes do Museu Paulista», Tomo 2.º, com a devida venia do seu illustre e benemerito Director Dr.

Affonso de Taunay extrahimos os seguintes dados biographicos que aqui inserimos:

«Nasceu frei Gaspar, segundo de seis irmãos, a 9 de Fevereiro de 1715, na fazenda de Sant'Anna, a seus progenitores pertencente. Era sua mãe senhora de alta intelligencia, esclarecida vontade e proposito firme, qualidades que lhe provinham da herança materna, pois d. Izabel Maria da Cruz, quando viuva, se notabilizára pela resistencia opposta á prepotencia do governador da praça de Santos, o tenente-general Jorge Santos (por — Soares) de Macedo, que a viva força lhe occupara uns predios, sob requisição, para o real serviço, pretexto que em tempos coloniaes revestia de sagrado caracter e da intangibilidade correspondente os actos dos governantes, — despoticos e arbitrarios que fossem. Longa lucta sustentara d. Izabel com o poderoso adversario. Levara a questão ao governador do Rio de Janeiro, Alvaro de Albuquerque, e conseguira vencer.

«Em Setembro de 1703, após mil delongas, era o tenente-general reprehendido pelas violencias commettidas e em asperos termos intimado a indemnizar a contendora pelas arbitrariedades soffridas. Herdara d. Anna de Siqueira e Mendonça esta feição materna, e assim sorprehendida pela morte inesperada do marido, da vida arrebatado na flôr dos annos, longe de assumir as attitudes de incapacidade e timidez tão communs á mulher portugueza e brasileira, em eras coloniaes, soube com admiravel tino gerir os avultados bens do casal e encaminhar a educação dos filhos.

«Deixara o coronel Domingos de Azevedo bens avaliados em perto de sessenta contos de réis, quantia que no Brasil setecentista era certamente o equivalente a mais de dois mil contos de réis em nossos dias. Da legitima coubera a cada filho, descontada a meiação materna, perto de cinco contos de réis. E no computo do monte-mór se não avaliara o que equivalia a numerosas dividas consideradas perdidas. Era, pois, a casa dos paes de frei Gaspar uma das ricas do Brasil. Além das fazendas vicentinas, possuia o coronel Domingos de Azevedo largos tratos de terras

no littoral paranaense, na zona aurifera de Minas Geraes e nos Campos Geraes de Curityba, nas paragens de Itaiacóca, por sesmarias concedidas em 1712, 1714, etc. Obtivera D. Anna do Capitão-general Caldeira Pimentel, em 1728, a revalidação dos titulos de suas terras longinquas: nellas pondo administradores, em quanto pessoalmente geria as de Santa Anna e cuidava da educação dos filhos.

«Viuva aos 35 annos, talvez, viera a dôr da perda do esposo fazer com que lhe redobrasse a já austera piedade.

«Numerosos os seus parentes, que haviam escolhido o estado ecclesiastico; entre elles um tio, frei João Baptista da Cruz, benedictino, abbade provincial do Brasil em 1720, e abbade da Bahia, «homem de lettras e de virtudes», que acabou a vida contemplativamente no mosteiro de Santos; outro tio, Estevão Tavares, jesuita, e duas irmãs, d. Maria e d. Catharina, professas no mosteiro de Sant'Anna de Vianna do Minho. Fizera-se um sobrinho, José da Costa de Britto, carmelita. Entre os primos contava o deão dr. Gaspar Gonçalves de Araujo, natural de Santos, clerigo de grande prestigio no Brasil setecentista, luminar da egreja fluminense, vigario geral e governador do bispado numerosas vezes, «varão sapientissimo, certamente digno de seculo mais attento, e gloria perduravel do cabido fluminense». Coberto de serviços numa longa vida de 93 annos não obtivera a investidura episcopal, porque Roma se achava, então, muito longe do Brasil e as dioceses do paiz só cabiam a portuguezes.

«Dentre os parentes do marido de d. Anna de Siqueira Mendonça não menos numerosos os ecclesiasticos. Dos dez filhos de sua cunhada d. Catharina da Silva Teixeira, dous havia benedictinos, dous jesuitas, tres franciscanos e um padre secular!

«Esposa estremosissima, soffreu d. Anna de Siqueira — já o dissemos — violento abalo com a morte prematura do marido.

Deixava-lhe este quatro filhos e duas filhas; dos ho-

mens, o mais velho era Gaspar, a quem fôra imposto o nome integral do avô paterno; acima delle havia uma menina, Izabel; abaixo tres rapazes José, João Baptista e Miguel e outra menina, Anna Maria.

«Tempos felizes os da infancia do futuro historiador, passados no latifundio materno, onde grande lavoura de canna e arroz floresceia. Alli nascera e alli fôra baptisado; outras propriedades extensas possuia a familia na visinhança, como a grande fazenda do avô Gaspar Teixeira de Azevedo, a ilha do Teixeira e o sitio de Piassaguéra.

«Monotona corria, porem, a vida, quando muito, animada pela concurrencia dos grandes dias santos do anno. A festa maxima celebrava-se em fins de Julho: a da Senhora Sant'Anna, tradicional, quasi secular, na familia dos Siqueiras Mendonças desde que o antepassado Alonso Pelaes, castelhano, ouvidor de São Vicente, quasi em eras martim-affonsinas, a instituira, deixando a fervorosa devoção por herança aos filhos e netos.

«Gastara o genro Luiz Dias Leme, annualmente, grandes sommas com a dulia á mãe da Virgem. Era a capella a primeira á Santa dedicada em terras do Brasil, e reinava na familia a tradição de que Affonso Pelaes e sua mulher haviam lido em certo livro, por acaso encontrado, uma prophecia affirmando que «quem festejasse a gloriosa Santa não teria detrimento no credito, nem fallencia nos bens da fortuna».

«Possuia d. Anna de Siqueira, na villa, excellente «morada de casas de sobrado» nos «Quatro Cantos», no começo da antiga rua Direita, principal arteria da povoação que ia ter ao convento dos carmelitas e d'ahi á casa do Trem Real.

«Para alli transferio a residencia afim de completar a educação dos filhos. Em 1731, aos dezeseis annos havia o jovem Gaspar feito taes progressos que obedecendo á vocação ecclesiastica, se achou em condições de apresentar-se postulante ao noviciado benedictino.

«Por Santos passando o abbade provincial do Brasil, frei Antonio da Trindade, que regressava á Bahia, de sua visita canonica aos mosteiros do Sul, a elle se apresentou o moço candidato seguindo em sua companhia para a Abbadia Geral, naquella cidade, de que era, então, prelado seu tio avô frei João Baptista da Cruz. A 4 de Agosto entrava no noviciado e no anno seguinte, 1732, a 15 de Agosto, diz-nos Pedro Taques, «recebia a illustre cogula de seu Santo Patriarcha, fazendo profissão com o nome de frei Gaspar da Madre de Deus».

«Noviço na Bahia, applicou-se frei Gaspar com grande ardor ao estudo da Philosophia, da Historia e das sciencias ecclesiasticas. Quando se ordenou presbytero consideravam-no os seus confrades como uma das bellas esperanças da Ordem, professando pelo seu talento, e saber, profundo acatamento.

«Encontrava o jovem vicentino, entre os companheiros de noviciado, edoso monge portuense, que obtivera transferencia da Congregação do Oratorio para a Ordem de S. Bento, o dr. frei Antonio de S. Bernardo, homem de grandes virtudes e conhecimentos, a quem, desde os primeiros dias, muito e muito se affeiçoou, e de quem recebeu as primeiras licções de sciencias ecclesiasticas.

«Em Agosto de 1740 fazia frei Gaspar os actos ou exames finaes, que lhe valeram o titulo de *passante:* o diploma de capacidade para o cargo de substituto e auxiliar do curso de seus mestres, por estes e pelo abbade conferido.

«Emprehendeu, em seguida, uma viagem a Portugal, onde se demorou algum tempo. Esta viagem ignorada de todos os seus biographos nol-a revelou o proemio do seu *Curso de Philosophia,* cujos manuscriptos, em 1919, descobriu na bibliotheca da abbadia de São Paulo o jovem, zeloso e distincto sub-bibliothecario D. Wolfgang Kretz.

«Nos seus estudos de Philosophia e Theologia, fez tão grandes progressos, diz Pedro Taques, que se constituiu digno para lhe darem a cadeira de mestre

no mosteiro da cidade do Rio de Janeiro.» Dentro em breve via o novo e joven lente os seus cursos summamente acreditados: pelo brilhantismo da exposição, fluencia da phrase, firmeza dos conhecimentos, e sobretudo a innovação dos methodos do ensino philosophico. Proferiu, em dous annos consecutivos, series de conferencias que tiveram larga repercussão: «Duas vezes leu Philosophia, conta-nos Pedro Taques, com gloria de ter sido o primeiro que na sua provincia dictou Philosophia moderna.»

«Nas vizinhanças de 1750 teve a grande alegria de ver transferida para o Rio de Janeiro a residencia de sua mãe e irmãos.

«Continuára d. Anna de Siqueira a viver ora na fazenda de Sant'Anna, ora em Santos, a cuidar da educação dos demais filhos.

«Dous delles, João Baptista e Miguel, manifestavam a mesma vocação para o sacerdocio, que actuára sobre o primogenito da familia. Ao primeiro mandára d. Anna estudar «nos pateos» do collegio jesuitico de São Paulo, onde tomára o grau de mestre em artes; ordenára-se depois clerigo secular, sendo-lhe attribuida a parochia de S. Francisco do Sul, como vigario da egreja e da vara da villa.

«Decidindo Miguel ser benedictino, como Gaspar, professára no mosteiro de São Bento da Bahia, com o nome de frei Miguel Archanjo da Annunciação.

«Um unico dos quatro irmãos, José Tavares de Siqueira, deixára, pois, de seguir a carreira ecclesiastica: «Herdeiro da casa de seus paes, diz-nos Pedro Taques, deu-se muito ao cuidado de augmentar os bens patrimoniaes della.»

«Excellente a gerencia feita por d. Anna de Siqueira da fortuna propria e dos filhos. Em Abril de 1744 obtivera do capitão-general de São Paulo, d. Luiz de Mascarenhas, conde de Alvor, a revalidação dos titulos de posse dos latifundios de Itaiacoca e Cabejú nos Campos Geraes de Curitiba *posseadas* por seu marido e de que lhe fizera mercê o capitão-general Caldeira Pimentel.

«Alli havia «grossas fazendas» de criar, que José Tavares passou a administrar: a de Itahupámirim, na baixada paranaense, herança paterna, e a do Tibagy, provindas de sua avó d. Izabel Maria da Cruz. Multiplicando-se os rebanhos extraordinariamente, começou o moço administrador a encaminhal-os para São Paulo e Rio de Janeiro. Em Setembro de 1749 obtinha de Gomes Freire uma sesmaria nos campos da Bocaina, no caminho que ligava as duas cidades, «com excellentes pastos para nelles engordarem as boiadas que descem para o talho», refere a «Nobiliarchia Paulistana».

«Assim, pois, próspera quanto possivel a sua situação financeira, passaram d. Anna de Siqueira e Mendonça e suas duas filhas, d. Izabel e d. Anna, a residir no Rio de Janeiro, junto ao filho e irmão, de cujos talentos e virtudes tantas glorias lhes cabia.

«Reunido á familia, poude frei Gaspar, quanto lhe permittia a estreiteza da disciplina monastica, gozar da companhia de sua mãe, por quem professava justa e extensa veneração. Ia, porém, d. Anna de Siqueira passar a viver só, pois as filhas, tomando a directriz que norteava a familia, manifestaram o desejo de envergar o habito das freiras do novo Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, installado no novo e enorme edificio, cujas dimensões eram o orgulho dos fluminenses da epocha. Desde 1745, em que assumira o governo da diocese fluminense, fora a grande preoccupação do bispo d. frei Antonio do Desterro a instauração deste cenobio, construido no Sul para corresponder aos constantes pedidos das Camaras do Rio de Janeiro e aos votos da população, «pois muito carecia a cidade, que já naquella epocha contava mais de dez mil familias, de um mosteiro de religiosas, em que pudessem ser offerecidas a Deus as filhas de seus habitantes, que merecessem do céo esta vocação, sem que se vissem precisadas a ir buscar o da Bahia ou os do reino, com o perigo de padecerem a escravidão dos barbaros que, com seu corso infestavam os mares», diz a «Gazeta de Lis-

bôa» de 1.º de Dezembro de 1750. Decididas a professar no novo mosteiro, fizeram-lhe as irmãs de frei Gaspar doação da fortuna pessoal, ajuntando d. Anna de Siqueira avultada somma á já consideravel dadiva das filhas.

«A 30 de Maio de 1750 iniciava-se a vida regular do convento edificado pelo brigadeiro Alpoim e cuja regra ia ser a de Santa Clara. Para elle entravam as novas religiosas — dez — acompanhando-lhes os coches o capitão-general, o bispo e seu cabido, os ministros da Justiça, o Senado da Camara com seu estandarte, as «Religiões», confrarias e irmandades, nobreza, funccionarios, cidadãos, a população em peso da cidade.

Sahido o prestito da egreja de S. Bento passou pelas ruas alcatifadas de flôres, espadanas e folhas, entre as paredes de tapeçarias e colchas riquissimas e as alas de soldados dos tres terços da guarnição e dos auxiliares, a Companhia dos Estudantes e cavallaria da «terra firme e outra banda», retinindo a harmonia festiva dos instrumentos bellicos, pois havia cada mestre de campo levado uns dez, outros mais musicos pretos, «vestidos todos á tragica, mas de differentes cores», relata um contemporaneo.

«Durante largo tempo impressionou aos fluminenses a magnificencia das cerimonias e festejos da inauguração do convento da Ajuda.

«Foram tres dias de jubilo para os moradores da cidade, pelo grande bem que se lhe segue desta fundação, manifestando todos o seu contentamento com as innumeraveis luminarias, com que desmentiram a tenebrosidade das noites, e com discretissimas poesias que se recitaram nos outeiros apollineos.»

«A 8 de Junho de 1751 faziam as duas irmãs solenne profissão perante o diocesano, sua mãe e irmãos, passando a chamar-se, de ora em deante, soror Izabel Maria da Cruz e soror Anna Maria do Sacramento. Fundadoras do mosteiro, póde-se dizer, foram-lhe, por ordem de antiguidade, as primeiras religiosas.

«Algum tempo mais tarde chegava a frei Gaspar a noticia de que o capitulo geral de sua Ordem, celebrado em Portugal, no mosteiro primaz de Tibães, a 28 de Dezembro de 1752, elegera-o abbade de São Paulo.

«Resolveu, no entanto, recusar tão alta dignidade; não desejava sahir do Rio de Janeiro, interromper os cursos de Philosophia e Theologia, nem deixar a mãe e irmãs.

«Allegou diversos pretextos, entre outros o de precisar gerir a fortuna materna, dada a ausencia dos irmãos. Continuou, pois, entregue a seus estudos e affazeres, occupando-se muito de assumptos historicos. Já nesta epocha era o revolvedor incansavel de cartorios e archivos e estava em communicação assidua com Pedro Taques, correspondencia que com a estada do genealogista em Goyaz soffreu larga solução de continuidade.

«Em 1746 incumbiu-o o provincial de defender os direitos do mosteiro benedictino de Santos á posse da capella de Monserrate, direitos estes que os carmelitas contestavam.

«A fundo estudou a questão *in loco,* produzindo a *Dissertação e Explicações* sobre as terras litigiosas, libello que revela profundo conhecimento da historia territorial quinhentista do littoral de São Paulo. O capitulo de Tibães, em sessão de 4 de Fevereiro de 1756, elevara-o a definidor primeiro, collocando-o no «Conselho de Estado» da Ordem no Brasil, pois aos definidores cabia a confecção dos projectos de reforma a effectuar, relatar as queixas e reclamações, suggerir medidas disciplinares, etc.

«Invocando os mesmos pretextos, pediu frei Gaspar dispensa dos novos e honrosos encargos, que lhe eram attribuidos. Não desejava afastar-se do Rio de Janeiro.

«Era, então, das mais salientes figuras intellectuaes da cidade; cada vez mais se lhe affirmavam os creditos de philosopho e theologo, orador sacro e conhecedor profundo da Historia Brasileira.

«Em 1758 alcançara notavel triumpho a sua oração funebre nas exequias solennes do bispo titular de Areopolis, d. João de Seixas da Fonseca Borges, que desde 1745 voluntariamente vivia recolhido ao mosteiro de S. Bento, na observancia da disciplina monastica.

«Com o maior pesar vira-o frei Gaspar desapparecer; a dôr se lhe traduziu em expressões de inspirado surto oratorio. . .

«Uma circumstancia occorrera, que sobremaneira lhe afinara a eloquencia: o fallecimento do irmão José, nas fazendas dos Campos Geraes. Alguns annos antes, em Junho de 1754, finara-se tambem o virtuoso vigario de S. Francisco, João Baptista de Azevedo; pouco depois em Agosto de 1760, morria uma das freiras da Ajuda, a agora madre d. Maria do Sacramento, «primeira religiosa que para o Céu deu o convento», diz-nos Pedro Taques. Em seis annos presenciara d. Anna de Siqueira e Mendonça o desapparecimento de tres dos seis filhos.

«Nesse mesmo anno de 1760 teve, porém, a consolação de vêr a outra filha, a madre d. Izabel Maria da Cruz eleita abbadessa da Ajuda.

«Ia o mosteiro mal, diz-nos Pedro Taques, e a nova superiora, sentindo em si a energia da avó e homonyma, jurou reformal-o por completo e extipar-lhe da administração e da vida conventual os abusos intoleraveis.

«Ouçamos o genealogista no seu estylo pittoresco: «As suas grandes prendas lhe adquiriram a pluralidade dos votos para ficar com o peso daquella clausura. Foi esta eleição geralmente applaudida por toda a cidade, pelo grande conceito que tinha adquirido a vida religiosa da madre d. Izabel. Não faltava o obsequio dos primeiros grandes do governo ecclesiastico e secular, o exmo. e revmo. bispo d. fr. Antonio do Desterro, o illmo. e exmo. conde de Bobadella Gomes Freire de Andrada, governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Geraes. Desempenhou a expectação em que havia posto a todos as grandes virtudes moraes da madre d. Izabel.

«Dotada de afabilidade, prudencia e humildade, conseguiu lentamente uma total reforma na sua clausura, lançando della tudo quanto era indecente nos moveis, com que as religiosas adornavam as cellas, em muitas das quaes haviam cadeiras de demasco, cortinados e pannos de bofete da mesma seda. Fez tambem lançar para fóra o excesso de criados com que se serviam as religiosas, com tanta superfluidade e indecencia. Emfim, suspendamos a penna em formar o caracter desta religiosa e prelada, porque as linhas do sangue nos embaraçam os periodos por não ficarmos sujeitos á emulação dos que nos quizerem constituir affastados da pureza, e singeleza com que escrevemos a nossa Historia Genealogica.»

«Em 1762 reelegera o Capitulo Geral ou Junta de Tibães abbade do Rio de Janeiro ao dr. fr. Antonio de S. Bernardo e este, allegando a edade e o estado valetudinario, pediu e obteve do abbade provincial que lhe désse substituto na pessoa do seu amado discipulo frei Gaspar da Madre de Deus.

«Sensato e prudente como era, entendera que melhor cabia a cargo ao amigo, cuja energia e valor tão bem conhecia, pois exigiam as difficuldades da epocha uma serie de qualidades, proprias, dos homens vigorosos, para o prelado que houvesse de assumir o governo da abbadia fluminense. Máos tempos corriam para a secular instituição benedictina! Confiantes na vitalidade da metropole brasileira haviam os prelados anteriores gasto avultadas sommas construindo predios nas ruas recentemente abertas em sua antiga e vasta «Horta», sobretudo na «rua nova de S. Bento», attendendo aos rogos do Senado da Camara fluminense. Para subvencionar as despezas pedira o mosteiro elevadas sommas a juro: contava amortisal-as paulatinamente com os rendimentos dos predios. Occorrera, porém, um certo periodo de estagnação da cidade, de modo que numerosas casas não achavam alugadores e as dividas da abbadia sobremaneira cresceram.

«Devia ella, nesta época, 57 contos, somma que hoje representaria uns dous milhares de contos de réis. Velho timorato, e, acima de tudo, tão dedicado á sua Ordem quanto dotado de nitida percepção da gravidade do momento, pediu frei Antonio de S. Bernardo ao discipulo que lhe passasse dos já debeis hombros para as robustas espaduas o peso de tão espinhoso governo.

«Ao assumir o governo do seu Mosteiro sentiu frei Gaspar tumultuar em si as impulsões autoritariamente esclarecidas, o amor á linha recta, o zelo, a consciencia, os escrupulos que tanto caracterisavam o pae e o avô, e a este haviam valido a deposição do cargo de superintendente das Minas.

«De sobra sabia quanto o esperavam difficuldades de monta e de toda a especie; inteirado se achava dos segredos da administração da Abbadia; muito havia que corrigir, muito que sanar, muito que combater. Encetou o governo «tendo os olhos fitos na santa regra do seu patriarcha», diz-nos um chronista, e os seus primeiros cuidados foram o exame e balanço das condições espirituaes em que se achava o seu cenobio. Intrinsecamente piedoso, como era, receiou que as obrigações devocionarias do mosteiro para com os seus bemfeitores e doadores do patrimonio, defuntos, houvessem sido postergadas.

«Escrupuloso inquerito levou-o á convicção de que, desde longos decennios, 2312 missas se deviam ás almas destes bemfeitores. Embora lhe objectassem que taes compromissos se achavam satisfeitos, na duvida que lhe ficou no espirito, preferiu renoval-as; o que dentro em breve realisou. Ainda: ao encontrar no cofre do mosteiro o testamento do padre Estevão de Rezende, que fizera os benedictinos seus testamenteiros, verificou que varios legados havia a pagar: com afinco procurou reparar a desidia até então havida, custando-lhe o cumprimento destes esforços não pequenos gastos e trabalhos.

«Assim tambem restabeleceu immediatamente a procissão annual de S. Gonçalo, em Jacarepaguá, cumprimento de uma clausula do testamento da doadora e bemfeitora d. Victoria de Sá, festa esta que se não realisava havia muitos annos.

«As questões da Liturgia desde o primeiro dia de prelatura, o preoccuparam como apaixonado que era da pompa do ritual benedictino, «o culto divino e as funcções da Egreja lhe mereciam a sua maior attenção, fazendo que ellas se executassem com o maior asseio e decencia, principalmente na musica e canto, em que excedeu os seus antecessores», relata-nos a chronica da Abbadia Fluminense.

«Reformou os antigos paramentos e, de accôrdo com as prescripções do cerimonial, substituiu as casulas destinadas ás missas de «requiem», trocando as roxas de outr'ora por outras pretas, das quaes uma de velludo agaloada de ouro. Novas dalmaticas egualmente agaloadas foram preparadas, e vieram rica ambula de ouro, varios e pesados castiçaes e lampadarios de prata, artisticamente lavrados, enriquecer o thesouro da egreja abbacial.

«Entrou o vasto templo em obras de aformoseamento: novos retabulos foram postos em diversos altares, recebendo a capella do SS. Sacramento «a rica obra de talha e a porta de jacarandá refendida, que é a melhor obra que tem de madeira este santuario», diz-nos o singelo dietarista.

«Voltando o zelo e a actividade incansavel para os reparos e melhoramentos do mosteiro, ordenou a construcção de aprazivel sala para a recreação dos monjes, em jogos licitos e conversação, nas tardes e dias permittidos «ao mesmo tempo que zelava com cuidado todo e qualquer excesso deste divertimento».

«Duas officinas fundou: a de encadernador e pintor, logo frequentadas por numerosos artifices do Mosteiro e da cidade.

«Varios predios do patrimonio abbacial foram por elle, então, construidos e numerosos reconstruidos; sobretudo na Prainha.

«Passando a inspeccionar as fazendas, tomou as melhores e mais efficazes providencias para que flores-

cessem. Não fôra elle o benedictino em toda a extensão da palavra, da raça dos arroteadores e civilisadores de terras! Em Iguassú installou excellente forno, na Olaria; na ilha do Governador, optimas moendas para canna. As fazendas de Jacarepaguá e Camorim, Vargem Grande, as mais importantes do Patrimonio, muito lhe deveram, realizando-se «grande mudança em suas lavouras e fabricas». «Nada se poupou ou deixou de fazer que não fosse util e necessario.»

«Arrotearam-se as ferteis terras com arados, de que já se não conhecia o uso que antigamente tiveram.»

«Reformou-se todo o material agricola, repararam-se as estradas, valas e cercados: tomou a pecuaria grande incremento, e reencetou-se o serviço de exploração de madeiras para as obras da cidade.

«Achavam-se as importantes terras da Vargem Grande quasi abandonadas «destituido o engenho de todo o necessario e absolutamente falto de tudo».

«No breve espaço de dous annos nelles se operou enorme transformação.

«Grande rede de canaes foi aberta para drenar as terras empantanadas, levando-se-lhes as aguas para a lagôa de Camorim, tudo isto á custa de «grande despesa e maior trabalho de indios».

«Excellente casa de morada construiu-se vasta e confortavel, em optima posição.

«Enthusiasmado, classifica-a o chronista: «obra mais completa e de melhor gosto que se tem feito neste mosteiro, neste genero; della resultou o adeantamento com que ficaram muitos escravos officiaes de carpinteiros e pedreiros, que nella trabalharam. O asseio e ornato interior é correspondente á sua grandeza e nella se podem accommodar até doze hospedes».

«Ao lado deste pequeno mosteiro rural ergue-se «elegante e ampla» egrejinha consagrada a Nossa Senhora do Pilar, padroeira da fazenda. Fez-se a consagração do novo templo com grande solennidade e concorrencia de convidados e povo, nelle se enthronisando jubilosamente as imagens da Virgem, de Sant'Anna e S. Bento.

«Si ao patrimonio tantos e tão especiaes carinhos dedicou, comprehende se bem quanto intenso seria o amor com que cuidou de cousas e factos directamente ligados ás instigações da intellectualidade.

«Mereceram-lhe os já avultados bibliotheca e archivo do Mosteiro a mais saliente attenção desde os primeiros dias de prelatura.

«Nada mais natural que esta demonstração de amor por parte de um apaixonado da Historia, a livros, codices e documentos! Pensou logo em «augmentar e conservar a casa da livraria», a que foi annexa a officina de encadernação.

«Assim, pois: «não duvidou recolher um livreiro, a quem pagava todos os annos avultado salario para conservar os livros damnificados do bicho, ensinando justamente este official a um escravo, que se lhe destinou para ter cuidado no asseio e limpeza da casa».

«Vieram numerosas e boas obras enriquecer a bibliotheca, a que incorporou a excellente livraria particular do Abbade Pinna, de quem mandou fazer um retrato a oleo ainda hoje existente.

«Os trabalhos do archivo realizou-os frei Gaspar pessoalmente com aturada paciencia, pertinaz a singular intelligencia: grande desordem nelle reinava; refez os antigos livros do tombo do mosteiro do Rio, deixando principiada «uma historia chronologica de todos os documentos pertencentes ás propriedades do mosteiro».

«Tudo isto á custa de enorme labor. Ouçamos o dietarista: «Só póde fazer uma idéa verdadeira do quanto trabalhou o prelado em formar estas relações quem sabe o estado ou confusão, em que se achava naquelle tempo o mesmo cartorio. Com ellas é facil hoje reduzil-o a melhor fórma. Esta obra ou este trabalho seria o mais interessante si o vissem completo os que nos hão de succeder».

«O afan com que agiu frei Gaspar para a organização do archivo repousava em grande parte uma serie de argumentos e razões ligadas á estricta defesa da vida da sua Ordem.

«Tormentosos se annunciavam os tempos para os religiosos: triumphara Pombal dos jesuitas expulsos de Portugal e do Brasil em 1759. Proseguindo na serie de violencias, fazia em 1761 queimar o padre Malagrida; em 1762 rompia as relações de Portugal com a Santa Sé e logo depois deixava ver quão funda era sua animosidade contra os regulares.

«Aos benedictinos escolheu como alvo das primeiras hostilidades anti-monasticas.

«Expediu ordens restrictas para que nos mosteiros de S. Bento se não acceitassem mais noviços até nova autorisação do poder civil. Logo depois exigiu dos cenobios do Reino e do Brasil relações exactas e pormenorisadas de todas as abbadias, priorados e presidencias, com o numero de sacerdotes, coristas e donatos, e a descripção dos respectivos patrimonios.

«Veio este periodo de afflicção encontrar o previdente frei Gaspar á testa do mosteiro fluminense: a 15 de Outubro de 1764 entregava elle ao abbade provincial do Brasil minuciosissimo relatorio do estado financeiro da Abbadia, nelle discriminando os rendimentos urbanos, os dos fóros, os ruraes e os da sacristia. Si avultado era o patrimonio, avultavam tambem as dividas: mais de cincoenta e seis contos, que dous mil seriam actualmente, como atrás deixamos notado. Cincoenta e dous monges de côro, seis coristas e tres donatos viviam no Rio.

«Logo depois novo alarme: pedia-lhe o conde da Cunha, vice-rei do Brasil, a mandado de Pombal, um estudo sobre a posição da ordem nas capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo, no que foi promptamente satisfeito a 9 de Fevereiro de 1765.

«Accentuavam-se cada vez mais as ameaças de proxima e gravissima tormenta: Em 1765, a 3 de Julho, recebia o abbade uma carta do corregedor da comarca do Rio de Janeiro, dr. Alexandre Nunes Leal, exigindo, em cumprimento de ordem da Côrte, a prompta entrega, por parte do mosteiro, de todos os titulos e documentos de propriedades concernentes aos seus predios e terras.

«Marcara-lhe o magistrado um prazo inadiavel, de dous mezes, para a apresentação dos papeis: a 2 de Setembro recebia elle das mãos de frei Gaspar todos os documentos, em regra e admiravelmente coordenados: fôra este o resultado immediato da reorganização do archivo, sabiamente levado a cabo pelo historiador precavido.

«Aproveitando os dias criticos que a Ordem benedictina atravessava, pretenderam os procuradores dos viscondes de Asseca, recorrendo á violencia dar um golpe decisivo em favor das pretenções de seus constituintes, no interminavel processo por elles movido ao mosteiro de São Bento, do Rio, sobre a posse contestada de enormes latifundios, nos então chamados Campos dos Goitacazes, processo este que foi dos mais celebres e longos jámais havidos no Brasil. Si nos não trahe a memoria, só veio a terminar em 1895, pois a Camara Municipal de Campos, dizendo-se cessionaria dos direitos dos Viscondes, retomou-o e, afinal, perdeu-o.

«Agiu frei Gaspar, nesta difficil contingencia, com a mais sábia prudencia e energia; começou pretendendo negociar um accordo. Convocou o conselho de sua communidade e fez vêr quanto seria conveniente ceder as terras chamadas da «Restinga» em troca da cessação do processo. Acceito o alvitre, propoz o Abbade aos adversarios a nomeação de um tribunal arbitral para dirimir o litigio, cujos juizes seriam escolhidos pelo visconde de Asseca, reservando-se o mosteiro apenas o direito de vetar esta ou aquella escolha.

«Acceita a proposta, declarou frei Gaspar pessoas de toda a confiança o chanceller João Alberto de Castello Branco e o conego Francisco Simões, apontados pelos adversarios. Note-se — o havia pouco fôra o chanceller summamente rispido para com o prelado numa carta em que, por ordem real, convidara-o a declarar «em que direitos se fundava o mosteiro do Rio para impôr nos districtos ruraes de suas propriedades a eleição de juizes conservadores», consulta esta

que motivara, em contestação, erudita e cabal exposição de motivos.

«Ia começar o tribunal arbitral os seus trabalhos, quando, vendo-se em má postura, decidiram os procuradores denunciar a convenção firmada, a conselho do advogado Manoel Henriques, «a quem não podia fazer conta o nosso socego e quietação», diz o dietarista.

«Grande victoria moral fôra, porém, devida á acção de frei Gaspar.

«Triumphos judiciaes obteve-os varios o nosso biographado durante a sua prelatura, devido ao seu conhecimento dos documentos.

«Assim, por exemplo: a uma causa perdida imprimiu nova e victoriosa feição — a do mosteiro contra o Senado da Camara do Rio de Janeiro, sobre uns chãos do Campo de S. Domingos, graças á descoberta de antiquissima sesmaria.

«Si como administrador revelava o abbade vicentino qualidades superiores, outra notavel face de caracter simultaneamente apresentou á admiração de seus jurisdiccionados e dos fluminenses em geral: a da philanthropia esclarecida e incansavel. Avultavam sob o seu governo as grandes esmolas habituaes do mosteiro: procurando-se então, sobretudo, proteger discretamente os necessitados, a quem a ostentação da miseria era o mais penoso dos sacrificios.

«Soccorreu o abbade, principalmente, aos que viviam occultos e recolhidos», conta-nos a chronica e, como receiasse exorbitar, recorreu constantemente á pingue bolsa materna, sempre posta ao serviço do bem e da caridade.

«Visitando, nos primeiros dias do seu governo, a fortaleza da ilha das Cobras, voltou frei Gaspar com o coração confrangido do aspecto dos seus lobregos subterraneos, daquelles sinistros calabouços, onde já no seculo XX se passou uma das scenas mais vergonhosas, um dos nefandos crimes, felizmente raros, que a nossa Historia regista.

«Longamente conversou com os grilhetas, ouvindo-

lhes os brados de angustia e as queixas dos máos tratamentos decorrentes do terrivel systema penitenciario de antanho.

«Prometteu minorar-lhes os soffrimentos, quanto lhe fosse possivel, e durante o seu periodo de prelatura não houve segunda-feira em que aos calabouços do presidio não chegasse um bom jantar «para grande consolação dos miseraveis alli detidos», conta-nos o «Dietario». Alargando o circulo da sua caridade, recommendou expressamente aos administradores das fazendas de S. Bento a maior brandura para com os escravos. Ouçamos as simples palavras da chronica, ricas de antiquado sabor: «Ordenou que sustentassem as crianças com os mantimentos da fazenda e tivessem cuidado de as bem vestir, sempre que nellas conhecessem a necessidade. Prohibiu ao mesmo tempo que se tirasse o dia de sabbado aos escravos naquellas semanas em que occorriam dias festivos e de guarda, por mais urgente que se representasse a necessidade».

«Grande carestia de mantimento occorrendo em 1764 no Rio de Janeiro e circumvisinhanças, ordenou o abbade largas distribuições aos pobres, de cereaes, que fez vir das fazendas do mosteiro.

«Era natural, pois, que revelando a superioridade sob tantas fórmas, angariasse o prelado paulista o maior prestigio entre a população fluminense e as mais altas auctoridades da colonia.

«Apreciador dos seus meritos, grande amizade dedicou-lhe o vice-rei conde da Cunha, homem, aliás, reservado e rispido, que deixou o governo no meio da maior antipathia dos fluminenses, muito embora bastante pela cidade houvesse feito durante o seu quatriennio e, em termos severos, ousasse representar ao omnipotente Pombal contra a iniqua lei de 1765, suppressora das industrias brasileiras. Installara o vice-rei o Arsenal de Marinha no sopé do morro de São Bento; ao localizar-se o estaleiro da construcção dos navios de guerra, quizeram os mestres collocar a *carreira* de modo tal que se tornava incommoda ao

mosteiro. A pedido de frei Gaspar, por quem tinha «especial veneração», ordenou o Conde que de modo algum se molestassem os religiosos, verificando-se então que havia manifesto proposito de invadir os terrenos da abbadia, abuso tanto mais reprovavel quanto cedera esta á Corôa, a titulo de occupação provisoria, o local do Arsenal.

«Pouco depois, novamente, valeu o Vice-Rei ao Abbade, assaltado por grandes tribulações.

«Ameaçava um grande capitalista da epocha, certo Pantaleão de Souza Telles, executar o mosteiro pela quantia de quarenta e dous mil cruzados, de que desde alguns annos era credor. Representaria hoje este credito uns setecentos contos. Muito embora offerecesse reforma dos titulos, com reforço de garantias e augmento da taxa de juros, nada alcançara o prelado. Era a situação melindrosissima; tinha, aliás, Pantaleão Telles razão de sobra, pois já doze mil lhe eram devidos de juros vencidos; mostrou-se, pois, irreductivel. Recorreu frei Gaspar ao Vice-Rei, e este, com o prodigioso prestigio que o cercava naquelles tempos do «quero, posso e mando», obteve um prazo de seis mezes para os seus amigos de S. Bento, sob promessa solenne de que não seria excedido. E, realmente, antes que se vencesse pagava o Abbade dous terços da divida, obtendo novo emprestimo a juros mais commodos, que veio desafogar o Mosteiro de parte de tão grandes encargos.

«Com todo o empenho procurava o Conde Vice-Rei auxiliar os benedictinos; tanta affeição lhes consagrava, que continuamente affirmava «á vista das pessoas mais autorisadas, que os monges lhe não davam cuidado ao seu governo e que parece não haver na terra esta regular corporação, resultando destas honradas expressões um respeito e veneração dos mesmos seculares para toda a communidade», diz-nos o Dietario da abbadia fluminense.

«Grato a estes serviços e demonstrações de amizade, a elles procurou frei Gaspar do melhor modo corresponder. Fallecendo a condessa de Val dos Reis, sogra do Vice-Rei, fez celebrar na sua egreja abbacial solemnissimas exequias, com toda a magnificencia liturgica, «acceitando o Conde este obsequio com grandes demonstrações de agradecimento».

«Estava a expirar o prazo governamental de frei Gaspar. Occupara os ultimos mezes em confeccionar o seu relatorio: o *Estado*, que devia ser presente ao Capitulo Geral de Tibães. Acerca dos bens da Ordem em Campos, escrevera minuciosa «relação para que os prelados futuros os pudessem conhecer».

«Mais brilhante não podia ter sido o balanço da sua administração: deixava pagos mais de metade dos compromissos assumidos para custear as obras da Rua Nova. Desta divida de 47.000 cruzados, 24.000 estavam amortizados, achando-se o mosteiro habilitado a uma nova prestação de cinco mil para o mesmo fim. Haviam ao mesmo tempo as outras diminuido de tres mil cruzados!

«Immenso o que conseguira! Tão benemeritos serviços em todos os campos de demonstração da actividade abbacial, tiveram immediato e justissimo galardão. A 19 de Agosto de 1765 reunia-se em Tibães o Capitulo Geral, sob a presidencia do abbade geral frei João Baptista da Gama. Votou a assembléa um voto de summo louvor ao prelado fluminense, e, por unanimidade de votos, elevou-o á mais alta dignidade da Ordem no Brasil: a de abbade provincial, cargo de que tomou posse a 9 de Fevereiro de 1766.

«Encetou immediatamente o novo provincial as visitas canonicas ás cinco abbadias, tres priorados e seis presidencias, que a congregação contava no Brasil, de Santos á Parahyba do Norte.

«Em cada casa tudo quiz ver e examinar por si: nada lhe escapou. Os livros do Mosteiro de S. Paulo mostram quão escrupulosa foi esta perquirição methodica e infatigavel.

«A 25 de Agosto de 1768 reunia o conselho desta ultima abbadia para ouvir pormenorisado relatorio sobre as occorrencias notaveis da vida do estabelecimento no ultimo triennio, estudar-lhes as necessida-

des, satisfazer-lhe os reclamos urgentes de ordem moral e material, tomando-se então numerosas providencias de toda a especie para que males e inconvenientes sanados fossem.

«Soffreram os livros das fazendas rigoroso busca. Escrupuloso como era o provincial teve duvidas a resolver: assim, pois, na fazenda de S. Bernardo fez revalidar numerosos casamentos de escravos, por lhe parecer que não haviam sido realizados de accordo com as prescripções da Egreja. Um facto curioso nos mostra quanto era incansavel em sua fiscalisação: encontrando num dos livros do Mosteiro de S. Paulo a transcripção de velho manuscripto que certo monge fizera, entendendo salval-o da ruina, pelo tempo e os insectos, cotejou-a com o original e com a maior franqueza escreveu-lhe á margem, assignando-as, diversas notas: «Neste trecho o copista foi infiel», este trecho não póde ser acceito, pois não concorda com o original», e assim por deante.

«Por toda a parte identicamente procedeu nas visitas canonicas. A ida a Olinda forneceu-lhe o ensejo de visitar os archivos de Pernambuco e, sobretudo, os das Camaras Municipaes, outr'ora pertencentes ao quinhão de Itamaracá, annexa á capitania de Santo Amaro, como se sabe.

«A questão do cumprimento exacto dos legados, uma das suas maximas preoccupações, tomou-lhe muito tempo e muitos cuidados em todas as casas visitadas.

«No Rio de Janeiro a sua politica de ordem e de economia esclarecida continuara a dar os melhores fructos. Pôde seu successor, frei Francisco S. José, aproveitando o vigoroso impulso do triennio precedente, concluir a edificação da Rua Nova e ainda amortizar quarenta mil cruzados das dividas do Mosteiro.

«Em sete annos salvara-se, graças a frei Gaspar, a situação financeira da grande abbadia. Devera, em 1763, cento e quarenta mil cruzados — mais de dous mil contos hoje — e em 1770 restava-lhe pagar quarenta mil apenas.

«Durante o provincialato, tentou o historiador fazer sustar os effeitos do aviso pombalino de 30 de Janeiro de 1764, em que se prohibira terminantemente a acceitação de noviços nos cenobios de Portugal e Brasil. Mallograram-se-lhe os passos inteiramente; em 1769 expedia Sebastião José de Carvalho um aviso sobre o assumpto, mais rigoroso do que o primeiro: «E' de conjecturar-se a profunda magua com que este religioso, varão de tão grandes lettras, como de preclaras virtudes, recebeu a noticia», observa Ramiz Galvão. Remedio não havia senão conformar-se. . . .

«Outros grandes desgostos de ordem intima assaltaram a frei Gaspar, neste mesmo periodo: em fins de 1764 fôra sua irmã obrigada a renunciar ao exercicio da prelazia no convento da Ajuda; adoecera de modo tal, que inteiramente inutilizada ficara. Durante tres annos ainda devia arrastar uma existencia de soffrimentos e da mais austera devoção, até que viesse a fallecer em Outubro de 1767, summamente contristando a mãe e ao irmão esta ausencia de pessoa, a quem tanto queriam.

«Mais ou menos nesta epocha começava a serie dos extraordinarios infortunios de Pedro Taques. Soubera frei Gaspar, em fins de 1766, com verdadeiro desgosto, e maior surpreza, dos desarranjos financeiros do querido amigo e confrade. E o peior era que se tratava de uma questão de alcance e em uma repartição publica de caracter ecclesiastico, a thesouraria da Bulla da Santa Cruzada, por quem se responsabilisara o genealogista. E peior ainda aos olhos do austero prelado: fôra a fonte destes males o «eterno feminino», avassalador do avelhantado linhagista. Succedera ao terno coração do historiador, viuvo duas vezes e cinquentão, render-se aos encantos de uma viuva desasisada e prodiga: fôra-se agua abaixo a pontualidade irreprehensivel e celebrada do antigo thesoureiro das minas do Pilar. De sua caixa distrahira forte somma para attender ás «amorosas rogativas» da dulcinéa, archi-quarentona, quiçá possuidora ainda de apreciaveis riminiscencias estheticas. Emprestando-

lhe Pedro Taques avultada quantia arrecadada, não pudera a dama restitui-la na epocha convencionada, muito embora imprescriptivel e fatal se annunciasse a expiração do prazo para a entrega do saldo liquido do exercicio annuo; a partida da frota de 1767 a 1.º de Junho. Urgia providenciar: era o alcance forte. Espavorido ante as consequencias da imprudencia, obtivera Pedro Taques de sua devedora, tambem desprovida de valores realisaveis na occasião, que procurasse vender, no Rio de Janeiro, a baixela de prata de sua casa.

«Comprara-a um ourives; mas, apezar de tudo insufficiente fôra o producto da venda. Nestes transes afflictissimos recorreu o genealogista a frei Gaspar, acenando-lhe com a proximidade da voragem que o ameaçava tragar.

«Era o Abbade, como já vimos, generosissimo coração, um amigo dos bons e dos máos dias. A experiencia dos homens e o contacto com suas fraquezas fe-lo encarar indulgente a falta do amigo. Soccorrendo-se da fortuna materna, promptamente veio em seu auxilio, embora apenas trouxesse esta intervenção generosa o adiamento da fatal catastrophe. Mezes mais tarde, pelo seguimento natural das cousas, era Pedro Taques destituido do cargo e via seus bens e os de seus fiadores sequestrados pelo Commissario da Bulla em S. Paulo, preludio este da serie de desgraças, que o reduziram á mais deploravel situação.

«Fundamente magoaram, como é facil suppôr, estes acontecimentos a frei Gaspar, cujos ultimos mezes de provincialato se passaram na faina de redigir e documentar o relatorio, devido ao proximo Capitulo geral.

«Longamente meditada exigiu-lhe esta peça immenso labor. De todos os contratempos havidos durante o seu governo nenhum o incommodara tanto quanto a insistencia com que Pombal mantinha fechadas as portas dos noviciados. Começou, pois, a sua exposição de motivos pelo desabafo da magua, que lhe provocara a intolerancia ministerial. Proseguindo, apontou diversas medidas a tomar ou confirmando anteriores resoluções, dictadas pela experiencia do provincialato e o extremo amor á boa reputação do seu habito. Lembrou, por exemplo, a conveniencia dos superiores da diversas abbadias fornecerem informes annuaes sobre o prestimo, capacidade, instrucção e qualidades dos religiosos, em vista do seu ulterior aproveitamento para os altos cargos da Ordem; igualmente a necessidade de se não outorgar aos religiosos com menos de vinte annos de habito a permissão de possuir escravos, nem a qualquer monge, quer o contacto prolongado com os famulos negros, quer a licença de alugarem os escravos possuidos a titulo pessoal.

«Prohibição expressa, reclamava, se renovasse aos monges de irem aos logares de mineração, fócos de espantosa corrupção de costumes, assim como a permissão para que os prelados fizessem retirar dos mosteiros todos os moveis e alfaias não condizentes com a simplicidade monastica. As festas em adros de egrejas, abuso muito commum no Brasil colonial, deviam igualmente ser rigorosamente interdictas; assim tambem se vedasse aos seculares o intimo convivio com os religiosos, como, então, muito se praticava.

«Fosse dos abbades exigido, sob pena de immediata suspensão do cargo e inhibição, por seis annos, de exercer qualquer dignidade, trouxessem sempre em dia os livros de deposito e escripturação do mosteiro.

«Nenhum monge de illustração conhecida pudesse ser nomeado para a administração das fazendas.

«Ao lado destas medidas administrativas e disciplinares pedia o ex-provincial á Junta que toda a attenção prestasse aos cursos professados nos mosteiros, aos «Collegios de Philosophia», á assistencia e vigilancia dos mestres leitores, aos «actos e conclusões». Aos provinciaes, cohibindo-se abusos, devia fallecer autoridade para conferir o grão de doutor, regalia privativa do Capitulo Geral.

«Foram estas algumas das mais importantes medidas, entre muitas outras, pelo zelo e intelligencia de frei Gaspar suggeridas ao Capitulo Geral da Congregação Benedictina Portugueza, aberto a 5 de Agosto de 1768 em S. Martinho de Tibães, sob a presidencia do Abbade Geral, o dr. frei Caetano de Loreto.

«Em uma das primeiras sessões leu-se o Estado do mosteiro do Rio de Janeiro, o relatorio relativo á administração de frei Gaspar, documento que desencadeou verdadeiro côro de applausos ao prelado vicentino, consignando-se em acta que a «Junta não podia deixar de louvar o incansavel trabalho, particular zelo e economia, com que soubera administrar o patrimonio de Jesus Christo».

«Logo depois tomava-se conta dos actos do Provincialato, cujo triennio expirava, exprimindo a Junta a sua satisfação pelos «trabalhos incansaveis» com que o m. r. p. provincial agira nas visitas de todos os mosteiros do Brasil. Ao exame da obrigação dos legados attribuiu o Capitulo Geral a maxima importancia, satisfazendo o modo pelo qual fôra tratado aos dictames da mais escrupulosa consciencia.

«A 20 de Agosto realizavam-se as eleições para o triennio de 1769 a 1772; não eram de praxe as re-eleições na Ordem Benedictina: assim, pois, querendo o Capitulo testemunhar o seu grande apreço a frei Gaspar, elegeu-o prelado do mosteiro capital da Provincia Brasileira, o de S. Sebastião da Bahia, cuja situação se achava, então, precaria.

«Foi a noticia recebida com o maior jubilo no Brasil; representava uma prova de apreço e, sobretudo, de justiça; ao mesmo tempo appellava a Congregação para os talentos consagrados do administrador.

«Havendo satisfeito no supremo logar da Provincia com os maiores acertos e desinteressada conducta a expectação dos que o elegeram, diz o chronista anonymo do *Dietario*, «no fim do seu triennio o escolheram os padres da Junta de 1768 para d. Abbade do mosteiro da Bahia, collocando-se neste revm.º p. huma bem fundada esperansa de restabelecimento daquella casa. Teve por bem, porém, renunciar escolhendo para viver retirado o mosteiro de Santos, sua patria.»

«Com effeito, resolvera frei Gaspar, de modo inabalavel, pôr termo á sua carreira prelacial. Recusou terminantemente as novas honras, e em Janeiro de 1769 recolhia-se humildemente ao mosteiro de Santos «para descansar com tranquilidade de espirito no retiro de uma cella, feito subdito quem desprezava ser prelado», escrevia a este respeito Pedro Taques, commentando tal resolução.

«Quaes teriam sido as determinantes de semelhante acto?

«E' difficil explical-o. Quiçá o desgosto do fallecimento recente da abbadessa da Ajuda, a nostalgia do torrão natal, a attracção vehemente pelos estudos historicos tão sacrificados pelos affazeres e preoccupações dos altos cargos exercidos nos ultimos annos. . .

«Em 1786 teve frei Gaspar a grande alegria de ver o irmão attingir ás culminancias, onde já estivera elle. Elegeu a Junta de Tibães a frei Miguel Archanjo abbade provincial do Brasil, para o triennio de 1787—1789, justo remate de uma bella carreira de dedicação á Ordem. E com effeito, presidente em Santos durante seis annos, fôra eleito tres vezes abbade de Olinda em 1769, 1778 e 1783, definidor em 1780 e assistente do provincial em 1774.

«Em 1795 completava o historiador oitenta annos de edade e nada publicara ainda. Volumosos manuscriptos tinha-os na cella que não se resolvia a imprimir.

«Timidez? Modestia? Afastamento das officinas typographicas, de que não havia uma só em toda a vastidão brasileira? Certo é que a morte se lhe avisinhava sem que se pudesse salvar da destruição o que tanto trabalho custara.

«Recursos pecuniarios possuia-os sobejos como sabemos; achara melhor empregal-os em obras, que lhe não viessem exaltar o amor proprio. Dava, e dava muito, esmolas aos pobres e subvenções ao seu mosteiro, cujo patrimonio se reduzia a quasi nada, cus-

teio da festa de Sant'Anna, que fez celebrar até o ultimo anno de vida etc., relatam-n'os os livros de contas do cenobio santista.

«Receiosos de que se perdessem os escriptos do amigo, lembraram-se Agostinho Delgado Arouche e seus filhos de apresental-os ao exame da Academia Real de Sciencias, immensamente prestigiada no mundo intellectual lusitano, desde que em 1780 surgira, sob a inspiração de d. João de Bragança, duque de Lafões.

«Fôra um dos filhos de Agostinho Delgado, o dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, ouvidor em Cuyabá, eleito em 1795 socio correspondente da Academia. Tanto elle como o irmão, o futuro marechal Arouche, tambem formado em Coimbra, conservavam excellentes relações nos meios litterarios portuguezes, sem contar que o parentesco e amizade com o Bispo Conde de Coimbra, Reitor da Universidade, muito os prestigiava.

«Tomou a si Diogo Ordonhes a iniciativa de apresentação dos manuscriptos do amigo e delles fez a remessa para Portugal á commissão academica de exame de memorias ineditas.

«Dera frei Gaspar á sua obra o titulo seguinte: *Fundação da Capitania de S. Vicente e acções de Martim Affonso de Souza.*

«Enviara, depois de certa hesitação, os dous primeiros livros. O terceiro não ousara infelizmente annexal-o aos mais; precisava limal-o, dar-lhe definitiva feição, circumstancia infeliz, que trouxe o desapparecimento da preciosa continuação.

«A 23 de Fevereiro de 1796 officiava a Diogo Ordonhes o illustre mathematico Francisco de Borja Garção Stockler, mais tarde barão de Villa da Praia, e então vice-secretario da Academia, que a obra de frei Gaspar merecera geral applauso dos seus examinadores.

«Estava a Academia prompta a imprimil-a «debaixo do seu privilegio», impondo-lhe em compensação, porém, certas modificações. O titulo seria outro, *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente;*

supprimisse o autor o epiteto *novato* dado aos portuguezes recemchegados ao Brasil, por descortez, a palavra *bugre* e outros brasileirismos, «por não serem termos geralmente adoptados na lingua portugueza», ou então, em notas, lhes explicasse a significação.

«Omittidos fossem os epithetos de «doutissimo e erudito», attribuidos pela generosidade do autor ao padre Santa Maria e mais alguns escriptores citados de «merecimento não distincto».

«Finalmente, exigia a Academia a correcção de phrases do jaez de «contendas que houveram», escrevendo «contendas que houve», etc., como praticaram constantemente os escriptores de melhor nota, sem se atreverem a emendar um idiotismo geralmente adotado».

«Applainadas estas pequenas difficuldades, foram impressas as *Memorias* «á custa da Academia e debaixo do seu privilegio», segundo se decidiu em sessão de 5 de Abril de 1797.

«Ainda no mesmo anno se ultimou a confecção do volume, revisto pelo illustre erudito Antonio Caetano do Amaral, secretario interino da sábia Companhia.

«Em principios de 1798 recebia frei Gaspar os primeiros volumes de sua obra.

«Grande prazer lhe devia ter causado este acontecimento, que lhe libertava a obra principal da sorte precaria dos manuscriptos. Era um escriptor estreante para o publico, o octogenario ex-provincial!

«Não fôra a iniciativa dos irmãos Arouche e a modestia do velho monge teria permittido que se consummasse inaudito attentado, o mais indecoroso caso de *sic vos non vobis,* o mais deslavado plagio de que rezam os nossos annaes litterarios.

«Residia no fim do seculo XVIII em São Paulo, a exercer o cargo de official maior da Secretaria da Capitania, certo Manoel Cardoso de Abreu, natural de Porto Feliz e personagem de vida aventurosa que em moço realizara numerosas viagens a Cuyabá e tivera varias commissões sob o governo de Martim Lopes como a de levar soccorro a Iguatemy, angariar vive-

res para uma expedição militar partida de São Paulo em direcção ao Rio Grande do Sul, etc.

«Homem muito intelligente, mas consummado velhaco, estivera quatro annos preso sob a inculpação de contrabandista de diamantes, havendo no entanto conseguido que a Relação do Rio de Janeiro o innocentasse. Devorado de ambição, havendo obtido mediocre cargo burocratico, vivia a importunar os ministros portuguezes com multiplos pedidos de promoção.

«Para dar uma idéa do seu talento e capacidade, dedicara a Martinho de Mello Castro o seu *Divertimento Admiravel*, descripção de viagens pelos rios paulistas e onde ha cousas interessantes.

«Subindo ao poder o visconde de Balsemão, a quem conhecera em Cuyabá, renovou, insistente, os pedidos de promoção e melhoria de emprego. Foi então que lhe occorreu a idéa de pedir a frei Gaspar, emprestado para o ler, o manuscripto das suas *Memorias*, copial-o e offerel-o ao ministro, como obra de sua lavra.

«Assim o fez; deu-lhe outro titulo: *Historia da Capitania de São Paulo,* annexou-lhe pomposa dedicatoria, em que se jacta do immenso trabalho causado pela obra e enviou-o a Balsemão, certo de que jamais se lhe descobriria o furto.

«Não fôra a intervenção salvadora de Diogo Ordonhes e seria o monge expoliado de sua obra pelo excontrabandista que, apesar do insuccesso de sua tentativa continuou a copiar *verbo ad verbum* não só o benedictino como Pedro Taques, de cujos manuscriptos se apossara. E' muito possivel que a elle se deva o desapparecimento do livro terceiro da obra de frei Gaspar.

«Recebidas foram as *Memorias* com verdadeiro enthusiasmo e angariaram desde os primeiros dias, entre os paulistas, a reputação que Varnhagen veiu encontrar summamente enaltecida em 1840, quando, com frei Gaspar á vista, andou em Santos a «examinar as localidades e inscripções» e em S. Paulo viu numerosos documentos paleographicos quinhentistos,

traduzidos provavelmente por Taques e o benedictino, e em S. Vicente constatou a destruição do mais velho archivo brasileiro e a fatal passagem do Dr. Cleto pelo cartorio.

«Nesta occasião «verificara e acertara pela confrontação varias investigações do chronista».

«E realmente, outro não podia ser o confronto, tal a minuciosidade da citação das fontes principaes: os cartorios da Provedoria da Fazenda Real em São Paulo, de notas de toda a Capitania, o registro das sesmarias, os cartorios civis e ecclesiasticos da Capitania, os archivos da propria familia e os das camaras de S. Vicente, Santos, Itanhaem, S. Paulo, Goyana, dos mosteiros de S. Bento de todo o Brasil, dos conventos do Carmo de Santos e São Paulo, sem contar os volumosos mananciaes dos archivos do Estado do Brasil na Bahia e no Rio de Janeiro. As citações e transcripções attingem, na absoluta pormenorisação, ao limite do exigivel pelos mais incontentaveis rigoristas.

«Das paginas das *Memorias* surgem, na sua plenitude, a boa fé, a lealdade do historiador, que se orgulha da sua veracidade: A boa fé com que escrevo obriga-me a não occultar outra noticia que parece destruir tudo quanto fica dito.

«Trahem-lhe a cada passo os preconceitos, as idéas de casta, a noção do valor proprio. Sabe que é um homem celebrado em todo o Brasil. Si se refere a Amador Bueno e á sua aventura real não é pelo gosto de o contar entre os seus terceiros avós e sim para lhe propôr ao mundo um exemplo da mais heroica fidelidade. Sobremaneira o lisongeia ser aparentado com muitas «nobres familias existentes nas capitanias de S. Paulo, Goyaz, Minas Geraes, Cuyabá e Rio de Janeiro», entre outras com a casa de Marapicú, do illustre Azeredo Coutinho.

«Vibra nas *Memorias* a nota patriotica intensamente. Indignam-o as «fabulas» de Charlevoix contra os paulistas, a proposito dos destruidores das reducções do Paraguay; homem sem criterio, phantasioso autor

de historias da carocha, como a do «Hirco-cervo dos antigos logicos», «cego pela paixão», «escriptor de coisas ridiculas e futeis».

«Trouxe-lhe a leitura da obra do jesuita francez certamente um accrescimo da antipathia de fundo atavico á Companhia de Jesus.

«Não fôra elle tão intrinsecamente paulista para não apreciar os antagonistas seculares dos descedores de indios, os invasores de Oeste que teriam trazido as lides hespanholas ao coração do territorio vicentino, si a isto se não oppuzessem os famosos sertanistas desalojadores dos taes padres castelhanos e arrazadores de suas missões.

«O entranhado espirito regionalista denuncia-se a cada passo em frei Gaspar; ora o leva a protestar na mais justa aliás das reinvindicações contra as allegações insultuosas de Dom Vaissette, historiador maurino, ora o demonstrar quanto em terras de S. Paulo era já volumosa a corrente nacionalista e quanta consciencia já ahi se tinha da importancia do indigenato brasileiro. Acodem-lhe ao bico da penna, honesta e commedida, severas palavras e irritados conceitos.

«Dom Vaissette, seu irmão de habito benedictino, «historiador celebre e sabio monge», aliás, envergonhar-se-ia de ter illudido o publico a respeito dos Paulistas», a quem tanto calumniara, chamando-lhes bandidos e piratas sem fé, lei, nem rei, «si não houvera bebido no mesmo charco que Charlevoix».

«Descendente dos mais velhos sangues vicentinos, a cogula do monge não lhe comprime as idéas e preconceitos nobiliarchicos. «Podia, como tantos outros patricios, apontar a nobreza dos 3.os, 4.os, 5.os e 6.os avós» e lembrar o que entre os seus succedera e tão frequente era, nas terras de S. Paulo, a chegada de «sujeitos de certa qualidade», da Europa ou de outras capitanias brazilicas, «certos de um bom casamento, ainda que fossem muito pobres» e a facilima acquisição, subsequente aos ricos dotes, «de muitas terras, indios e pretos com que vivessem abastados». Os Paulistas antigos, «desinteressados e generosos, altivos em demasia, porem» attendiam «por conta desta elevação de espiritos mais ao nascimento do que ao cabedal daquelles que haviam de ser seus genros».

«Surtos de estylo não devemos esperar nas *Memorias;* nellas ha, porém, certa feição litteraria que nossos criticos contemporaneos assignalaram. Assim, por exemplo, no auge da indignação que ao autor inspiram as historias de Charlevoix, despontam paginas vivas e coloridas, como as que narram o episodio de Ruy de Moschera.

«Nas *Memorias* aventara frei Gaspar uma hypothese scientifica que lhe dá verdadeiro realce ás faculdades de observação e á capacidade inductiva.

«Nellas emitte a opinião de que aos sambaquis se deve attribuir uma origem humana. Pertence-lhe a prioridade de imaginar accumulações artificiaes de conchas de ostras e outros mariscos, precedendo de muitos annos, portanto a hypothese dos destroços de cosinha os Kjœkkemœdings lançada por J. Sseenstrup, como bem observa Fernando Gabaglia n'«*As Fronteiras do Brasil*».

«Cabia, ao anno de 1798, trazer a frei Gaspar outra grande alegria; á beira tumulo devia receber uma ultima e notavel demonstração de apreço de seus irmãos de habito: recommendava expressamente o Capitulo Geral de Tibães, na sessão de 20 de Julho, aos abbades provinciaes do Brasil, que, «nas visitas, em virtude da santa obediencia, seguissem o methodo, declarações e apontamentos praticados pelo m. r. p. ex-provincial frei Gaspar da Madre de Deus».

«Era a justa consagração de uma longa vida de serviços relevantes e devotamento continuos.

«Anno e meio devia ainda viver o historiador, trabalhando sempre.

«Em 1796 concluira o catalogo dos capitães-móres e generaes do Rio de Janeiro, que Antonio Piza descobriu. Eleito em 1774 chronista-mór da Ordem no Brasil, e successivamente reeleito até 1798, escreveu, durante vinte e cinco annos, o historico das occur-

rencias principaes da provincia. Até os ultimos dias esforçou-se no proseguimento das *Memorias* promettido no fim do seu livro; nesta continuação, hoje extraviada, reside um dos principaes problemas da Bibliographia nacional.

«Em capitulo especial exporemos o que conseguimos apurar acerca deste assumpto.

«Diz-nos o recenseamento de 1799, em Santos, que frei Gaspar, dr., padre mestre jubilado, ex-abbade provincial, contava 84 annos, e seu unico companheiro do claustro, alli, o prior presidente frei Miguel de Santa Catharina Motta, 63. Tres escravos, de propriedade do ex-provincial e do prior, os serviam assim como tres outros mais, pertencentes ao Mosteiro, cujos rendimentos mal davam para o sustento da casa, pois continuava a marinha paulista a deperecer, vivendo agora quasi em cachexia economica.

«Doia ao velho monge, tão aferrado á sua região natal, constatar «este estado miseravel a que se achava reduzida toda a costa da Capitania», tudo porque os governos só cuidavam do planalto, sem ligar importancia á parte militarmente vulneravel da circumscripção. Havia alguns indicios de melhores dias, no emtanto: «o commercio principiava a reviver».

«Foi sob a impressão destes felizes prenuncios divisados das epochas, proximas talvez, que a seu querido torrão haveriam de trazer a compensação dos longos annos de abatimento e doloroso confronto com os dias venturosos do passado que «adormecendo no Senhor» suavemente se extinguiu o historiador, a 28 de Janeiro de 1800.

«Delle se poderia dizer, como dos patriarchas biblicos: morrera *senex et plenus dierum*, realizando essa comparação poderosa, que tão frisantemente traduz a imperiosa necessidade do somno eterno a assaltar os organismos privilegiados daquelles para quem a vida, por mais longa que haja sido, verificou o perfeito concerto das funcções physiologicas.

«Em Dezembro de 1803 tragava o tumulo o seu fiel companheiro dos trinta ultimos annos de vida, frei Miguel Motta. Em Dezembro seguinte desapparecia em Olinda o irmão frei Miguel Archanjo.

«Do espolio de frei Gaspar recolheu o Mosteiro de S. Paulo a *Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil*, publicada por indicação do conselheiro Amaral Gurgel e a *Dissertação e Explicações* que tivemos a honra de fazer imprimir. Muita cousa se perdeu dos seus manuscriptos, como por exemplo o *Extracto Genealogico*, de que nos falla o visconde de S. Leopoldo.

«Possuia o marechal Arouche varios escriptos do benedictino: das ruinas de seu archivo salvou Antonio Piza os fragmentos, a que já nos referimos.

«A questão da continuação das *Memorias* preoccupou vivamente os espiritos dos nossos historiographos a ponto de provocar uma das mais flagrantes apocryphias, de que reza a nossa Historia bibliographica.

«Publicou-se no tomo 24 da *Revista do Instituto Historico Brasileiro* uma *Continuação das memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus* que reputamos, de accôrdo com o parecer dos nossos mais eruditos criticos, inteiramente falsa.

«Offerecida ao Instituto pelo brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, constam as 77 paginas de tal mixtiforio da indigesta serzidura de trechos mal copiados da *Historia da Capitania de S. Vicente*, de Pedro Taques, e do resumo mal feito e annotado de outros trechos da mesma obra.

«A isto se annexa a transcripção de diversos documentos do archivo da Camara de S. Paulo e uma lista de ouvidores de São Paulo, varios dos quaes posteriores ao fallecimento de frei Gaspar. A pretensa *Continuação* é da lavra do plagiario Manoel Cardoso de Abreu, segundo expressa declaração nella consignada, circumstancia essa que inexplicavelmente escapou á commissão de redacção da *Revista*.

«Sobremaneira acatado por quantos estudaram a Historia do Brasil, sobre sua obra emittiu o illustre Augusto de Saint Hilaire, com aquelle criterio, lucidez e consciencia que tanto o caracterisam o mais elo-

gioso conceito quando declara preferir a certa versão de Machado de Oliveira «a das Memorias de Frei Gaspar da Madre de Deus, cujos escriptos tem por unico fito esclarecer os pontos mais difficeis da historia de sua patria e fazem autoridade na sciencia».

«Não ha quem ignore, accrescenta o eminente viajante e naturalista, com que attenção o consciencioso benedictino executou suas interessantes pesquizas e qual a sagacidade de sua critica. Mostrou-se sempre digno de pertencer á sabia corporação de que era membro (a Academia de Sciencias de Lisbôa).

«Prestigiado ainda pela autoridade de Porto Seguro, que o admirava, e, em 1847, lhe reeditou as *Memorias* e lhe chamava o Jaboatão do Sul, soffreu frei Gaspar enorme depreciação de sua obra e do seu renome, com a violenta e celebre aggressão de Candido Mendes em 1876, ataque este que por infelicidade do chronista teve a maior repercussão, dado o valor e a reputação do refutador.

«Tomou-se o illustre senador maranhense de verdadeiro odio á pessoa e á obra do benedictino e, como já o lembramos, atacou-os com uma vehemencia pouco consentanea da moderação e imparcialidade exigida dos historiadores, pois si a principio usou de phrases commedidas, acabou com verdadeiro desabrimento de expressões.

«Legitima gloria do Brasil imperial, bello talento servido por poderosas faculdades de dialectica, possuidor de vastos conhecimentos das cousas brasileiras e americanas, produziu Candido Mendes duas longas memorias, onde o grande advogado e jurisconsulto, o brasilologo e americanista, patentearam a opulencia da cultura, correndo-lhe as argucias da argumentação parelhas com as fulgurações da cerebração.

«Aos olhos do observador moderno, que não póde afastar-se do axioma de que a Historia se faz com os documentos, e só com os documentos — de nada vale, porém, este amontoado de argumentos, todo o arrazoado eloquente em que tudo ha, menos a mais elementar pesquiza documentaria.

«Fulminando a excommunhão *vitanda* a frei Gaspar, baseou Candido Mendes a sua sentença no seguinte facto: desvairado pelo orgulho de casta e pelo bairrismo, falsificara e forgicara o benedictino os documentos acariciadores da sua megalomania incommensuravel, sobretudo o testamento de João Ramalho, feito em S. Paulo a 3 de Maio de 1580.

«Accumulando as deducções habilmente encadeiadas, *demonstrou* o senador maranhense que Ramalho «uma e unica pessoa com o bacharel de Cananéa» não podia ter vivido além de 1560.

«E no emtanto, tres annos mais tarde, reproduzia a obra de Azevedo Marques a celebre acta da Camara de S. Paulo, de 15 de Fevereiro de 1564, em que vem uma declaração do famoso naufrago, confessando-se maior de setenta annos, então!

«Desabou de vez o já combalido castello de cartas, tão penosamente edificado por Candido Mendes, com a descoberta do documento publicado por Washington Luis em 1905. Alguem mais, além do chronista, havia lido o original do malsinado testamento; não o inventara, pois, frei Gaspar. . .

«Assim succedeu a muitos historiadores, de muito maior polpa do que o nosso illustre compatriota, a muitos e eminentes escriptores de Historia que tentaram supprir a documentação pela argumentação.

«Haja vista e por exemplo os esforços de Ranke, de Voigt e de outros grandes historiadores papaes detidos pela intransponivel muralha das portas dos archivos vaticanos. Os esforços extraordinarios para tirar premissas e conclusões da deficiencia das fontes consultadas, máo grado toda a energia da pujança mental, totalmente os inutilisou a apparição de uma serie de documentos inatacaveis trazidos á luz por Pastor, a quem dera Leão XIII o sesamo dos archivos pontificios.

«Causa dó vêr tanto e tão nobre trabalho perdido!» exclama o illustre historiador contemporaneo. Assim succedeu a Candido Mendes.

«Movido por generoso impulso de desaggravo ao que

imaginava a ser um attentado á verdade da Historia brasileira, levou-o a paixão muito além do que devia ir. A voz dos documentos rehabilitou a memoria de frei Gaspar das increpações e invectivas do seu adversario; o que ainda subsiste de tão formidavel assalto pouco desmerece o valor da obra do chronista.

«Nova e estrondosa reparação devia proporcionar ao benedictino o segundo ataque á sua obra, verdade é que incomparavelmente menos ponderoso. . .

«Generalisando, avançara imprudentemente Candido Mendes que no formigar das patranhas de frei Gaspar uma havia de singular descaro: as invencionices relativas a Amador Bueno.

«Lançou o repto, que Moreira de Azevedo soffregamente reaffirmou em 1887, com verdadeira leviandade.

«Que bella occasião para *faire aussi son petit Niebuhr,* pensou o sympathico autor d'*O Rio de Janeiro!*

«Achou a tarefa tão facil que nem siquer se deu ao trabalho de lêr attentamente ás indicações do benedictino relativas aos documentos por elle Moreira acoimados *a priori* de falsidade!

«Mandou procurar a fls. 125 de certo livro do archivo da Camara de S. Paulo o que frei Gaspar declarara achar-se a fls. 125 de outro no da Camara de S. Vicente!! E, como naturalmente não encontrasse o que alli nunca se achara, fulminou «que o frade mentira e que o frade inventara!»

«Tivemos em 1915 o prazer de publicar o documento em questão, cujo original se acha desde 1700 no Archivo do Rio de Janeiro. E' *ipsis verbis* o que frei Gaspar transcreveu. . .

«Para muitos dos nossos historiadores, sobretudo os de certa epocha imperial, era singularmente absurdo escrever a Historia recorrendo ao que ainda não fôra impresso!

«Não se gabava o velho Mello Moraes de ter sido o unico brasileiro que durante longos decennios lera documentos no Archivo Nacional?

«Que valor, pois, attribuir aos ataques dos abbades Vertot brasilicos?

«Fizeram elles, entretanto, muito mal á reputação dos nossos chronistas: diminuiram-lhes o prestigio, foram os inspiradores das palavras e conceitos depreciativos de Sylvio Romero e mais criticos.

«A hora da rehabilitação soou, porém, para frei Gaspar, desde 1915.

«Revestiu-se a commemoração, bicentenaria, que o Instituto Historico e Geographico de S. Paulo em 1915 levou a effeito, dos attributos de uma solennidade desaggravante e reparadora. O tempo se encarregará de remover do nimbo que envolve a memoria do historiador honesto, que frei Gaspar da Madre de Deus foi, os vestigios do embaciamento produzido pelas invectivas de seus detractores.

«A' objurgatoria com que Candido Mendes aggrediu frei Gaspar da Madre de Deus (Revista do Instituto Historico e Geographico Brasil., tomo 40, parte II), seguiu-se, alguns annos mais tarde, a de Moreira de Azevedo («Ibid», tomo 50, parte II, a pag. 1—10, 1887). Acompanhando as inspirações do illustre antecessor, de rijo atacou o escriptor fluminense ao benedictino e a Pedro Taques, pretendendo destruir o que intitulou — *A lenda de Amador Bueno.*

«Partiu, porém, de premissas falsas ao assegurar que o senador maranhense já provára «não serem exactos no que escreveram de João Ramalho e Tibiriçá» os dous chronistas de São Paulo. Muito mais sensato e prudente, no emtanto, seria avançar que as hypotheses do eminente Candido Mendes e a sua argumentação, apenas se revestiam do aspecto da verosimilhança, pois, com effeito, nenhuma prova cabal pudera elle adduzir de falsidade daquelles a quem detratára. Entendeu Moreira de Azevedo propicia a occasião para «faire aussi son petit Niebuhr».

«Grata e elegante tarefa! Muito pouco resta para o dominio da lenda da Historia do Brasil, exigua e despida de grandes lances.

«Já Varnhagen pulverizára a de Caramurú e Paraguassú, afilhados dos reis Christianissimos. Assestou, pois, as suas baterias o estimavel autor d'*O Rio de*

Janeiro contra Amador Bueno, que lhe pareceu summamente expugnavel, cousa de quatro ou seis tiras de papel.

«De um facto simples, tão verosimil, tão possivel de se ter passado, como esse da acclamação de Amador, quiz fazer monstruosa deturpação da verdade historica, com V grande e H maiusculo, obra da vaidade incommensuravel, da descabellada imaginativa, do bairrismo super-exaltado dos dous chronistas.

«Tudo isto «transeat»; injustissima, porém, a pecha de falsificadores de documentos irrogada aos dous escriptores setecentistas de S. Paulo. E assim «ab ovo» decretou que a famosa patente de capitão, passada a Manoel Bueno da Fonseca pelo governador do Rio de Janeiro, Arthur Sá Menezes, base de toda a documentação do benedictino e do genealogista, fôra escandalosamente manipulada, si não, mais escandalosamente ainda, inventada.

«Como argumento insophismavel fizera copiar do *Archivo da Camara de São Paulo* — de São Paulo, note-se bem — no livro de Registro «que principiou em 1684», a fls. 125, o malsinado documento, vibrando de indignado, quando o archivista lhe communicara não haver encontrado vestigio deste acto. Que maior prova do embuste do que esta? A citação feita por frei Gaspar, do livro de 1664, ás folhas citadas, contêm registo differente daquillo a que elle se refere. Vê-se, pois, commenta triumphante, que não foi o chronista exacto no documento que exhibiu. *Proh pudor!* não teria deixado de accrescentar o rectificador, caso fosse o conselheiro Accacio.

«Perfidia, ou méra, e aliás grave, distracção inspirara o escriptor ao traçar estas linhas? Commettera, no emtanto, monstruoso engano.

«Não se déra ao trabalho de prestar attenção á mais elementar indicação das fontes documentarias do chronista, pois quizera encontrar em S. Paulo o que alli jámais existira. A patente de Manoel Bueno da Fonseca achava-se registrada, diz-nos com toda a clareza o benedictino (Memorias, 1.ª edição, nota 2.ª, pag. 134) no Livro de Registos que principiou em 1684, a fls. 125, no *Archivo da Camara de S. Vicente!*

«Triumpho completo para o nosso Niebuhr brasilico, que para méro desencargo de consciencia ainda allega pequenas buscas realizadas, *sempre no Archivo da Camara de S. Paulo,* afim de poder, *ex-cathedra* e *ex-corde,* fulminar esta sentença: — «Assim, não ha documento algum *que prove a acclamação e recusa da corôa por Amador Bueno, sendo este facto apenas uma tradicção*».

«Tal prurido em expurgar a historia brasileira da pretensa lenda de Amador Bueno, filho da precipitação leviana, do juizo malevolo e preconcebido, ha de custar-lhe á reputação de historiographo bem grave nódoa, porém. Vendo-se desmentido agora, e formalmente, pela voz do documento que declarou forjado, dirão os observadores imparciaes que ao accusador de frei Gaspar bem se póde attribuir o baldão arrasador lançado pelo velho Mello Moraes, á sua geração de historiadores: de que jámais, de leve siquer, prescutára os arcanos dos Archivos Nacionaes.

«Verdadeiro horror consagrava ao contacto com os papeis velhos, á «poeira dos seculos», unicas fontes da verdade historica.

«Não é nossa intenção discutir detidamente as opiniões e affirmações de Moreira de Azevedo: apenas aqui desejamos offerecer aos estudiosos da historia do Brasil o acto reivindicador das accusações aos dous chronistas, destituidas de base e fundamento, levianas, malevolas e, sobretudo, clamorosamente injustas.

«PATENTE DE CAPITÃO GOVERNADOR DA COMPANHIA DE REFORMADOS A MANOEL BUENO DA FONSECA.

«Arthur de Sáa e Menezes. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito ao mto. q. convem ao serviço de sua Magestade, que Ds. gde. e ao bem Cumum destes Povos de São Paulo alistaremce todos homens q. ha Capazes de pegarem em

armas pa. o q. formei dous terços de auxiliares e ordenança e porq. a principal gente está por alistar q. aser os officiaes de guerra Reformados, Juizes e Vereadores q. tem servido na Camara e porq. estes são os principaes pa. qualquer incidente suceda, porq. de todos fio o brasão conforme a sua nobreza e pessoas, e pa. governar esta infantaria Se necessita de Capitão de grande talento, experiencia, Valor e Respeito que com a sua actividade e dispozição sobre com acerto que se espera e vendo eu os Serviços que tem feito Manoel Bueno da Fonseca, alem de ser hua das principaes pessoas das familias de São Paulo e ter servido a Sua Magestade q. Ds. Gde. nos postos de Alferes de Infantaria da ordenança Capitão e Sargento mór Com muita aceitação e zello, e sendo Juiz ordinario na Camara desta Villa, Sabendo as ordens q. Sua Magestade q. Ds. Gde. tinham mandado Sobre a baixa da moeda Logo pos em execução a da baixa, Sendo Contra a vontade de muitos, malquistandose e pondo-se em Risco de perder a Vida no que se mostrou Com diliberada Resolução, mostrando o zello de leal vaçallo por dar a verdadeira Execução ás Reais Ordens. E na occasião q. se lhe encarregou arecadação do Donativo Real foi á villa de Jundiahy arrecadar o Donativo, Como consta dos seus papeis *e quando não bastavam estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser netto de Amador Bueno q. sendo chamado pelo povo para o acclamarem Rey obrando como leal e verdadeiro vaçallo com evidente perigo de sua vida, exclamou dizendo que viesse El-Rei Dom João o Quarto Seu Rey e Senhor q. pela fidelidade q. devia de Vaçallo queria morrer nessa defensa e respeitando eu neste tão louvavel Vaçallo digno de grande remuneração hey por bem nomear,* e eleger, como pella prezente faço, nomeo, elejo ao d.º Manoel Bueno da Fonseca por Capitão Governador da Compa. dos Reformados, Juizes e vereadores q. tem servido na Camara e servirá o d.º posto enquanto Sua Magestade q. Ds. Gde. o ouver assim por bem en tudo de q. for Encarregado dará

inteira satisfação, Como delle espero, e gozará com o d.º posto de todas as honras e previlegios, Liberdades yzenções que em razão delle lhe pertencerem e será yzento dos terços, e só se agregará na occasião que por mim ou o Capitam lhe for ordenado, e ordenado a todos os officiaes mayores de guerra e justiça tenhão, honorem e estimem e conheção ao d.º Manoel Bueno da Fonseca por Capitão Governador da Comp.ª dos Reformados, Juizes, Vereadores q. tem na Camara, e ordeno a todos os officiaes e soldados da sua Comp.ª lhe obedeção como são obrigados, guardando suas ordens por escripto, e de palavra e jurará em minhas mãos de bem e verdadeiramente comprir as obrigações do seu posto para firmeza do q. lhe mandei passar a prezente sob meu signal e sello de minhas armas que se comprirá como nella se contem, Registandose nesta secretaria em Livros da Camara da Capitania.

«Dada nesta Villa de São Paulo aos tres dias do mez de Março de mil e settecentos. O Secretario Joseph Rebello Perdigão o escrevi. — Arthur de Sáa e Menezes. — Lugar do sello. — Carta patente por q. V. S. fas mce. nomear no posto de Capitão, Governador da Companhia dos Reformados, Juizes, Vereadores que servirão na Camara a Manoel Bueno da Fonseca pellas rasões nella declaradas. P. a V. S. a Ver.

«Dos mais interessantes é o cotejo do texto da patente e o do autor das «Memorias».

«Texto de Frei Gaspar:	«Texto do Documento do Archivo Nacional:
«E quando não bastavão estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, que sendo chamado pelo Povo para o acclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro Vassalo, com evidente perigo de	«E quando não bastavão estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno, que sendo chamado pelo Povo para o acclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro Vassalo, com evidente perigo de

sua vida, «clamou», dizendo que vivesse El-Rey Dom João o IV seu Rey e Senhor, e que pela fidelidade que devia de Vassalo queria morrer nesta defensa; e respeitando eu tão louvavel Vassalo digno de grande remuneração, Hey por bem nomear.	sua vida, exclamou, dizendo que vivesse El-Rey Dom João o IV seu Rey e Senhor, e que pela fidelidade que devia de Vassalo, queria morrer nesta defença, e respeitando eu neste tão louvavel Vassalo digno de grande remuneração, hei por bem nomear.

«Mais favoravel não podia ser o confronto; inequivocamente demonstra a escrupulosa fidelidade de frei Gaspar.

«Pondo de lado as divergencias meramente orthographicas, sem importancia alguma, notamos num dos documentos *clamou* e noutro *exclamou;* ha no original um *neste* que não existe no de São Vicente. E só. . .

«Raramente se commetteu tão séria injustiça quanto a de Moreira de Azevedo em relação ao chronista vicentino. Lavrou o decreto condemnatorio do benedictino, a «demolição» da «lenda» de Amador Bueno, e as consequencias da tão iniqua sentença, revestida das apparencias da verdade, não se fizeram esperar. Assim, pois, estribado no que escrevera o autor d'*O Rio de Janeiro,* avança Sylvio Romero na *Historia da Litteratura Brasileira: investigações recentes* provaram o exagerado do caso, reduziram-no as proporções mais modestas. Protestando contra o injustificavel emprego do substantivo inicial, e do verbo de que é sujeito, entendemos que o respeito as fontes historicas impõe a substituição da phrase por outra: «Recentes hypotheses e meras conjecturas, sem fundamento documentario algum, pretendem demonstrar o exagero do caso, reduzindo-o a proporções mais modestas.»

«E' esta a verdadeira lição que se deprehende do exame das allegações de Moreira de Azevedo que, longe de conseguir amesquinhar o apreço em que a

obra de frei Gaspar deve ser tida, proporcionou retumbante ensejo para que se evidenciasse quão grande foi o respeito pelo chronista consagrado á exactidão dos documentos transcriptos para o alicerçamento das suas affirmações leaes.

«Relação das obras de frei Gaspar. — Os ineditos. — Notas referentes á continuação das «Memorias»:

OBRAS IMPRESSAS

«1) *Memorias para a historia da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil.*

«Na Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro:

«2) *Noticias dos annos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações,* (Tomo 2.º, 17 pags., in-8.º) reimpressas na terceira edição das «Memorias».

«Na Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo:

«3) *Relação dos capitães locotenentes da Capitania de São Vicente.* (Tomo V, 17 pags., in-8.º)

«4) *Notas avulsas sobre a Historia de São Paulo.* (Tomo V, 16 pags., in-8.º)

«5) *Dissertação e explicação sobre terras de contenda entre o Mosteiro de S. Bento e o Convento do Carmo, em Santos.* (Tomo XVI, 29 pags., in-8.º)

«6) *Oração Funebre nas exequias que, pelo Serenissimo Senhor D. José Primeiro, Rey Fidelissimo de Portugal, mandou celebrar a Camara da Villa do Porto de Santos, aos 14 de Julho de 1777.* (Tomo XX, 15 pags., in-8.º)

«No tomo XLIV dos Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo:

«7) *Catalogo dos Capitães Mores, Generaes e Vice Reis que governaram a Capitania do Rio de Janeiro.*

INEDITOS

«*Lições de Philosophia,* professadas no Rio de Ja-

neiro em 1748, dois volumes em manuscripto existentes no Archivo do Mosteiro de S. Bento, em S. Paulo.
«Reputam-se perdidos entre outros: os manuscriptos do livro terceiro das *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente,* do *Extracto Genealogico,* de numerosos sermões.

«Cargos occupados e dignidades conferidas a Frei Gaspar da Madre de Deus, em sua Ordem:
«Tomou o habito de São Bento a 15 de Agosto de 1731.
«Recebeu o Presbyterato em 1738.
«*Doutor em Theologia* a 18 de Maio de 1749.
«*Abbade de S. Paulo.* Eleito no Capitulo Geral da Ordem, a 22 de de 1752, para o triennio de 1753–1756, recusou a investidura.
«*Definidor primeiro.* Eleito no Capitulo Geral, a 20 de Fevereiro de 1756.
«*Abbade do Rio de Janeiro.* De 2 de Outubro de 1765 a 9 de Fevereiro de 1766.
«*Abbade Provincial do Brasil.* Eleito pelo Capitulo Geral a 15 de Agosto de 1765, exerceu o cargo de 9 de Fevereiro de 1766 até Janeiro de 1769.
«*Abbade da Bahia.* Eleito pelo Capitulo Geral, a 5 de Agosto de 1768, para o triennio de 1769–1772, recusou a investidura, recolhendo-se ao Mosteiro de Santos.
«*Mestre de Noviços no Rio de Janeiro.* Eleito no Capitulo Geral de Abril de 1780.
«*Visitador Commissario Geral* dos mosteiros da Capitania de S. Paulo em varios triennios, de 1769 em deante.
«*Chronista Mór da Ordem.* Eleito em 1774 e successivamente reeleito até 1800, anno de sua morte.

«Depois do seu provincialato, recusou frei Gaspar a diocese da Madeira, para a qual fôra nomeado pelo governo portuguez.»

(Annaes do Museu Paulista – Tomo segundo.)

§ 2.º

1-2 Abbadessa Izabel Maria da Cruz – neta –, religiosa do convento da Ajuda no Rio de Janeiro, de que foi fundadora conjunctamente com sua irmã Anna Maria.

§ 3.º

1-3 Anna Maria de Siqueira, religiosa do convento da Ajuda no Rio de Janeiro.

§ 4.º

1-4 Frei Miguel Teixeira de Azevedo, monge benedictino, professo com o nome de frei Miguel Archanjo da Annunciação.
Transcrevemos aqui a biographia dos «Annaes do Museu Paulista», 2.º volume, pagina 237 e seguintes:
«Miguel Teixeira de Azevedo, segundo Pedro Taques, entrou monge benedictino e professou no mosteiro de S. Bento da cidade da Bahia, e ficou chamando-se Fr. Miguel Archanjo da Annunciação. Foi presidente do mosteiro da villa de Santos e commissario de todos os mosteiros da capitania de S. Paulo. Levanos isto a suppôr que o trecho aqui transcripto foi traçado numa época em que o biographado ainda não attingira os altos cargos que lhe coube occupar; em data anterior a 1769, portanto.
«Quinto filho do coronel Domingos Teixeira de Azevedo e de D. Anna de Siqueira Mendonça, ambos pertencentes ás mais antigas e opulentas familias paulistas, tinha Fr. Miguel por ascendentes Amador Bueno, o Acclamado, Luiz Dias Leme, João Ramalho; entre outras grandes figuras das primeiras eras vicentinas. Nem lhe faltava o *sainete brazilico,* pois $^{1}/_{128}$ de seu sangue era tupy, descendendo, como descendia, de Piqueroby e de Tibyriçá. O avô paterno, e um dos bisavós maternos, haviam sido capitães móres de S. Vicente. O primeiro, Gaspar Teixeira de Azevedo, fôra dos mais prestigiosos vassallos portu-

guezes no littoral paulista «capitão-mór governador da capitania de S. Vicente e de S. Paulo, provedor dos reaes quintos do ouro das minas de Parnaguá e das de Iguape» a quem fizera El-Rei D. Pedro II a «incomparavel honra» de mandar numerosas cartas do real punho.

«Valera-lhe até a consciencia e a inflexibilidade com que desempenhara as suas funcções a deposição do cargo, por um motim popular, e a reposição por expressa ordem regia.

«Perdeu Fr. Miguel o Pae nos annos da primeira infancia; D. Anna de Siqueira, mulher de grandes qualidades, educou-o com o mesmo esmero com que formara o filho mais velho, Gaspar, e o entregara ao noviciado benedictino. Grande espirito de piedade em toda a familia reinava.

«Resolveu o jovem Miguel abraçar a carreira ecclesiastica, a exemplo dos irmãos Gaspar e João Baptista. Muito ligado ao primeiro, preferira o claustro benedictino ao presbyterato secular, tanto mais quanto dous primos irmãos seus tambem vestiam a cogula do Patriarcha dos Monges do Occidente e haviam entre os confrades adquirido grande prestigio: os dous abbades de S. Paulo, Fr. Caetano de Santa Gertrudes Leite e Fr. José de Jesus Maria Leite. Pelo lado materno accrescia, ainda, uma determinante; tinha o jovem noviço, por tio-avô, o Dr. Fr. João Baptista da Cruz que, em 1720, fôra abbade provincial do Brasil, para remate de longa e honrosa carreira.

«Noviço, presbytero, monge de coro, viveu frei Miguel a principio nos mosteiros do Sul. O irmão, dentro em pouco, se tornara justo motivo de orgulho para toda a Provincia Benedictina do Brasil. Lente de philosophia no mosteiro do Rio, professava esta sciencia com a maior superioridade; orador afamado, tinha innumeros convites para pregar aqui e acolá. Em 1752 elegera-o o capitulo geral de Tibães Abbade de S. Paulo e elle, filho extremoso, para não deixar só no Rio de Janeiro sua Mãe — que para ali se transportara afim de viver junto das duas filhas, religiosas

da Ajuda — recusara tão grande honra. Em 1756, Primeiro Definidor da Ordem, vira-se, em 1763, investido da dignidade abbacial no Rio de Janeiro.

«Nesta mesma epoca tomava Fr. Miguel o governo do Mosteiro de Santos como Prior Presidente, sendo-lhe commettido ainda o encargo de Visitador e Commissario dos demais mosteiros da capitania: S. Paulo, Parnahyba, Sorocaba e Jundiahy. Brilhante foi a sua administração em Santos e rigoroso o desempenho da commissão; das visitas canonicas por elle realisadas em S. Paulo, restam numerosos attestados nos livros do Mosteiro.

«Em 1764, ordenava Pombal que todas as ordens do Brasil lhe enviassem o inventario exacto de seus patrimonios. O relatorio dos bens do mosteiro de Santos, fel-o Fr. Miguel acentuando quanto se achava esta casa empobrecida; aos monges precisava vestir a abbadia fluminense.

«No capitulo de 19 de agosto de 1765 viu-se Fr. Miguel reeleito presidente de Santos para o triennio de 1766—1769, emquanto o Irmão attingia a dignidade maxima da Provincia, escolhido Abbade Provincial, por seus pares, para o mesmo triennio.

«As eleições do capitulo seguinte, a 20 de agosto de 1769, elevaram Fr. Miguel a abbade de Olinda.

«Eleito abbade da Bahia, renunciou Fr. Gaspar ao cargo, cansado de governar e saudoso da sua terra natal. Recolheu-se a Santos de onde nunca mais quiz sahir, a viver junto da velha Mãe e occupando-se sobretudo com os estudos de historia, mau grado precisar resistir, frequentemente, aos chamamentos dos irmãos de habito, saudosos de sua autoridade.

«Tomando posse do cargo abbacial a 27 de agosto de 1769, desde logo mostrou Fr. Miguel qualidades superiores de administrador, preparando-se para a grande obra do renovamento da antiga igreja do Mosteiro que, por falta de recursos, não poude atacar logo.

«Deslocara-a o capitulo geral de 1774, de Pernambuco para a Bahia, como assistente do Abbade Pro-

vincial. Findo o triennio, reelegeu-o abbade de Olinda para o periodo de 1778—1780.

«Immenso se affeiçoara ao cenobio olindense o prelado paulista e a sua segunda administração, a 1.º de junho de 1778 encetada, se assignalou por importantes obras.

«Fez demolir a velha sacristia, e em seu lugar erigiu o actual Presbyterio. Com a nova capella mór construiu tambem a actual capella Abbacial.

«Relembram estes avultados trabalhos a inscripção gravada num dos muros da igreja «*Aspice, qualis fuit Salomonis nobile templus. Michael ædificans, confice, qualis erat. 1779*».

«A Definidor Segundo elevou-o o capitulo de 12 de abril de 1780, collocando-o no «conselho de estado» da Ordem no Brasil.

«Abbade de Olinda pela terceira vez, para o periodo de 1783—1786, completou as obras da igreja que enriqueceu sobremaneira, quer adornando-a com preciosas e artisticas imagens quer aformoseando a sacristia. Activamente promoveu ao mesmo tempo, os melhoramentos da capella dos Prazeres.

«O magnifico Altar Mór, com os seus bellos restabulos, tambem foram obra sua.

«Grande prestigio revestia-lhe o nome. Optimo administrador no temporal, fora sempre, e a exemplo do Irmão, summamente zeloso das cousas espirituaes. Piedoso e austero era um exemplo vivo para os seus monges. Ao capitulo de 1786, vieram dos varios mosteiros do Brasil indicações exaltando os meritos do abbade de Olinda. Valeram-lhe taes demonstrações a eleição para Abbade Provincial do Brasil, no triennio de 1786—1789.

«Findo o governo, onde, pela severidade das minuciosas visitas canonicas deixara novas mostras de quanto fora bem inspirada a escolha do seu nome, novas dignidades jamais quiz acceitar.

«Percorrera então os mosteiros do Sul, o que lhe proporcionara o ensejo de abraçar o irmão em Santos.

«Orgulhavam-se um do outro e tinham-no de que.

«Durante a longa existencia, haviam sabido honrar as tradições da familia e o habito da sua eleição.

«Si o abbade de Olinda não tivera em tão alto grau as instigações intellectuaes do Fr. Gaspar como monge equivalia ao irmão; a mais do que isto não aspirava.

«Separaram-se os dous: Fr. Miguel conventual de Olinda, ahi passou os ultimos annos de vida.

«Membro do Conselho da Abbadia, ouvido com o maior acatamento pelos prelados e confrades, graças a sua tão conhecida prudencia e circumspecção, investido dos cargos monasticos de «Inventariante e Depositario» «foi sempre o primeiro consultado antes de se tomarem quaesquer decisões e seu parecer parece ter prevalecido quasi sempre», conta-nos o digno Archivista de Olinda.

«Assim por exemplo, em 1794, quanto ás advertencias no sentido de se dar prompta execução a uma provisão regia relativa ao engenho de Tapacorá, á conveniencia de mandar ensinar officios e artes a escravos intelligentes, ás reclamações contra o mau estado de conservação da bibliotheca do Mosteiro, e contra a falta de assistencia a escravos da Ordem, presos na cadeia do Recife, etc. conforme se lê no livro das Actas do Conselho de Olinda.

«Disciplinado como sempre fora, e austero observador das Constituições, ainda alli se inscrevem varias admoestações suas contra pequenos abusos e negligencias de coristas, relativos ao cerimonial e ao silencio, ou no sentido de se dar ás cerimonias todo o esplendor liturgico benedictino. Nas questões que interessavam á vida economica do mosteiro não menos vigilante foi a sua acção.

«Em 1799, grave questão disciplinar surgiu entre o Bispo de Pernambuco e a abbadia olindense, a proposito da recusa dos monges administradores dos engenhos Goytá e Remedios, de receberem o visitador diocesano, sob o pretexto de defender os privilegios monasticos. Summamente irritado, officiara o Ordinario ao Abbade que se não castigasse os recalcitran-

tes, com toda a severidade, «suppriria esta negligencia pela autoridade que lhe conferiam os alvarás de S. Magestade».

«Nesta contingencia, antevendo perigoso conflicto, dado o espirito de resistencia que no seu Prelado e no Conselho percebia, resolveu Fr. Miguel a pendencia conseguindo que o Abbade escolhesse como arbitro — antes de se tomar definitiva resolução — algum magistrado amigo da Ordem, reconhecidamente sabio e douto.

«Ouvida a voz da prudencia, emanada do ex-Provincial, foi o estudo da questão entregue ao integro Desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha — o futuro marquez de Inhambupe, a quem tão brilhante papel se achava reservado nos primeiros annos da vida autonoma do Brasil.

«Foi a acção do arbitro a mais salutar possivel; obteve-se um accordo provisorio, até que de Lisbôa viesse a regulamentação definitiva do Alvará de março de 1779, motivador da celeuma e em virtude do qual agira o Diocesano. Mais uma vez o Prelado e a Communidade de Olinda se congratularam com a inspiração de se deixar guiar pelos conselhos do criterio e da experiencia do ex-Provincial.

«A 28 de janeiro de 1800 fallecia em Santos Frei Gaspar; ultimo de seis irmãos ainda viveu Frei Miguel Archanjo da Annunciação até 3 de dezembro de 1804, sendo sepultado na sacristia da igreja de Olinda.

«Sabe-se porem que é o autor da chronica do Mosteiro de Olinda (até 1763) a que, com extremo cuidado, reorganisou-lhe o archivo; colligiu e mandou copiar todos os documentos referentes ao tombo da Abbadia; deveu esta a regularisação dos titulos comprobatorios da posse do importante engenho de Mussurepe, entre outros serviços valiosos, deste genero.

«A chronica de Olinda é extensa, muito minudente, conscienciosa e documentada mas muito secca e desprovida de qualidades litterarias.

«Mas apresenta-se valiosa pela summula de dados e elementos que encerra.

«Geralmente referem-se á historia do Mosteiro Olindense mas intercurrentemente apparecem aqui e acolá referencias á historia geral de Pernambuco que talvez sejam valiosas.»

§ 5.º

1-5 Padre João Baptista Teixeira de Azevedo, Vigario de S. Francisco do Sul, onde falleceu a 3 de Junho de 1754. Estudou com os jesuitas de S. Paulo, tomando o gráo de mestre de artes. Ordenou-se clerigo secular.

§ 6.º

1-6 José Tavares de Siqueira — neto —, opulento de bens, possuia as Fazendas dos Campos Geraes, falleceu em 1758 em Pitanguy, hoje Ponta Grossa. Foi familiar do santo officio. Foi casado no Paraná, mas não conseguimos saber com quem.

Do segundo matrimonio teve: (Gaspar Teixeira de Azevedo)

CAPITULO 6.º

6 — Capitão Valentim Teixeira de Azevedo, natural de Paranaguá, residia na Fazenda de seus Paes na Borda do Campo em 1756, quando falleceu sua mãe, de quem foi inventariante. Dahi passou a villa de Antonina, onde falleceu com seu testamento, na «Fazenda do Pinheiro» de seu sobrinho Tenente Coronel Francisco Gonçalves Cordeiro, a 18 de Dezembro de 1798, em estado de solteiro e sem herdeiros forçados, pelo que legou ao seu referido sobrinho o gado que possuia. Residiu por muito tempo no Jacarey, onde tinha sua cultura, em terras de sua sobrinha Catharina da Silva Azevedo.

CAPITULO 7.º

7 — Maria do Rosario de Azevedo, casada com Manoel

da Silva Costa, possuidor de diversos morgados na cidade do Porto e que por sua morte passaram a pertencer a sua filha Catharina da Silva Azevedo, fallecida com testamento em Paranaguá a 24 de Novembro de 1783, em estado de solteira, e que os deixou a sua sobrinha Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos.

§ unico.

1-1 Catharina da Silva Azevedo — sobrinha —, falleceu solteira a 2 de Abril de 1791; de seu testamento feito a 24 de Novembro de 1783 consta a sua filiação e ser natural de Paranaguá. Que por morte de seu pai tornou-se senhora de um Prazo de natureza fatuezim na rua da Calçada de Theres extra muros da Cidade do Porto. Que por sua morte este Prazo passará a sua sobrinha (filha de primo) Dona Dorothea Luiza Monteiro de Mattos, filha de seu primo o Capitão-mór Antonio Ferreira Mathoso e de sua mulher Maria da Conceição; se for ella morta nomeia em seu lugar seu irmão (sobrinho da testadora) o Capitão José Joaquim Pinto do Valle e na falta deste o seu irmão e sobrinho da testadora Coronel Anastacio de Freitas Trancozo e em falta delles a seus filhos primogenitos. E' ainda senhora util por fallecimento de seu pai, de um Prazo de 4 vidas de livre nomeação do qual é terceira vida, na rua da Porta de carros extra muros da mesma Cidade do Porto; bem assim um outro Prazo de vidas de livre nomeação na villa de Netta extra muros da Cidade do Porto; lega todos elles aos referidos seus sobrinhos na mesma ordem e condição. Possuia varios bens de raiz e fazenda de gado em Curityba.
Possuia terras em Jacarey, onde residia seu tio o Capitão Valentim Teixeira.
Parece não ter irmãos, pois não se refere a elles em testamento e seus bens foram legados livremente a afilhados e a sobrinhos, filhos de primos irmãos.

CAPITULO 8.º

8 – Joanna de Azevedo, era solteira quando falleceu seu pai em 1711.

CAPITULO 9.º

9 – Catharina de Azevedo, era solteira quando falleceu seu pai.

CAPITULO 10.º

10 – Maria da Assumpção, casada com o Coronel Regente Anastacio de Freitas Trancozo — o velho —, fallecido em Paranaguá em 1742, depois de ter representado papel saliente na Capitania de Paranaguá ha pouco creada. Os seus Bandos ou Ordens eram encabeçados com os seguintes titulos: Anastacio de Freitas Trancozo — Coronel do Regimento de Ordenanças das Villas de Paranaguá e Coritiba, por Provimento do Exm.º Snr. Antonio Luiz de Tavora — Conde de Sarzedas do Conselho de S. Magestade, que Deos guarde, e seu Governador e Cap.m General da Cidade de S. Paulo e minas de sua repartição, etc. Coronel Anastacio de Freitas Trancozo, fallecido em 1742, foi a 22 de Dezembro de 1732 nomeado Coronel de Ordenanças de Paranaguá e Curityba, onde commandava 10 Companhias. Segundo o Dr. Toledo Piza – «*os Freitas Trancozos pertenciam as melhores familias da Capitania* e fizeram boa figura nos tempos coloniaes». Alem desse Coronel, que era homem de valor em Paranaguá, havia o Padre Gaspar de Freitas Trancozo, que foi vigario de Araraytaguabada, e o Coronel Anastacio Trancozo (neto do precedente) descendente de Amador Bueno, e primo de Frei Gaspar da Madre de Deos e cunhado do brigadeiro Moraes Leme». (Doc. interessantes para a historia de S. Paulo — Vol. 41, pag. 12.)
Ao reorganisar as forças do seu commando, publicou o seguinte Bando: «Anastacio de Freitas Trancozo,

Coronel do Regimento de Ordenanças das villas de Paranaguá e Curityba, por provimento do Exm.º Snr. Antonio Luiz de Tavora, conde de Sarzedas do Conselho de S. Mag.de, que D. g., e seu Governador e Cap.m General da Cidade de S. Paulo e minas de sua repartição. Porq.to o dito exm.º Senhor ordena que nas sobreditas Villas se criem companhias de soldados que constem de 70 homem cada uma e cotejam dotrinados no exercicio militar e promptos ao que se lhes ordenar p.a o que tem provido officiaes e como na dita villa de Curitiba, até o presente não se tenha passado mostra alguma, devendo passar, nem tão pouco se tenha repartido as Comp.as estando por esta cauza os Cap.s sem conhecemento de seus soldados e estes sem conhecimento de seus Capitães e sendo dotrina Militar p.a qualquer occurrencia de invasão de inimigos, e achando-se de presente n'esta costa navios de suspeita e convier ao serviço de S. M., q. D. g., alistar os homens da v.a de Curityba e repartir as comp.as aos Cap.m, ordeno e mando a todos os moradores da sobredita villa e seus districtos e a todos asistentes e habitantes n'ella que no sabbado que se contarão 20 de Março deste presente anno se achem pelas 3 horas da tarde do dito dia na porta do T.e Coronel Manoel Rodrigues da Motta com suas armas da sorte que cada qual as tiver p.a o q' dito ha com pena de que toda a pessoa que o contrario fizer será castigado rigorosamente sem izenção de pessoa, nem a ter previlegio que possam alegar, e os officiaes do d.º regimento, a saber: Capitães, tenentes e alferes, que se acham providos e acharão no mesmo dia na porta do T.e C.el debaixo da mesma pena, e para que venha a noticia de todos q' não possam alegar ignorancia, mandei passar este que se publicará a som de caixas, em dia festivo, sendo publicado 1.º na villa, e depois nas Freguezias distantes d'ella e lansarão no livro da Camara da d.a v. de Paranaguá, desde Janeiro de 1734. Anastacio de Freitas Trancozo.» E nam se continha mais no dito bando do que bem e fielmente o trasladei

do proprio original e van sem couza que faça duvida. Corityba, 15 de Fev.º de 1734. Antonio Alves Freire.»

— A 20 de Janeiro de 1734 o Conde de Sarzedas escrevia-lhe relativamente as providencias de defeza, visto haver noticias de navios na costa da Laguna.

— Do inventario que se fez em Curityba (por occasião de sua morte) a 7 de Novembro de 1742, se verifica que falleceu elle em Paranaguá e possuia importante fazenda de criação em Piraquara, da qual era encarregado João Martins de Assumpção, parente ou irmão de sua sogra D. Catharina de Ramos, então viuva do Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo. Esta fazenda de Piraquara confinava com os campos de sua sogra viuva Catharina de Ramos e da outra parte com as terras dos Cordeiros e pelo lado dos Campos com os do Capitão Manoel Gonçalves Carreira.

Ouvidor geral da Villa de Paranaguá e sua Comarca, por lei e ordenação de Sua Magestade que, em 13 de Julho de 1741, expediu mandado aos Juizes Ordinarios de Curityba para que fizessem prender aos réus culpados.

Por Carta precatoria do Juiz de Orphãos de Paranaguá Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, de 7 de Novembro de 1742, se procedeu em Curityba ao arrolamento para o inventario do Coronel Anastacio de Freitas Trancozo.

A Fazenda de Piraquara, tendo por fazendeiro seu cunhado João Martins de Assumpção, composta de bons campos de criação, juntos a de sua sogra Catharina de Ramos, tendo por limites por um lado, os campos dos Cordeiros e por outro lado os do Capitão Manoel Gonçalves Carreira, foram avaliados em 40$000. Tres casas da serventia da Fazenda, sendo uma nova e duas velhas, foram avaliadas, estas duas por 1$280 e a nova por 2$000. Os escravos foram avaliados por 250$000; 13 eguas de ventre a 4$000 cada uma; 5 eguas com cria a 4$320 cada uma; poldros a 3$200; cavallos pastores Colonia a 8$000;

36 carneiros machos a 640 reis cada um; 75 ovelhas a 480 reis cada uma e 422 vaccas, novilhas e bois avaliados respectivamente a 1$600, 800 e 2$560 cada um. Não figuram neste arrolamento de avaliação os bens do districto de Curityba, e o inventario foi procedido em Paranaguá.

O Coronel Anastacio de seu matrimonio teve:

1-1 Padre Gaspar de Freitas Trancozo § 1.º
1-2 Maria da Conceição § 2.º

§ 1.º

1-1 Padre Gaspar de Freitas Trancozo, presbytero secular do habito de S. Pedro, natural de Paranaguá e morador em S. Paulo. Perante a Ouvidoria Geral de Paranaguá justificou em 5 de Agosto de 1785, o seguinte:

1.º

«Que o justificante é filho legitimo do Coronel Regente Anastacio de Freitas Trancozo e de sua mulher Maria da Assumpção.

2.º

«Que a dita D. Maria da Assumpção, mãe do justificante, é filha legitima do Capitão-mór e Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo e de sua mulher D. Catharina de Ramos e por tanto o justificante é neto inteiro do dito Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo.

3.º

«Que o Coronel Anastacio de Freitas Trancozo, pae do justificante, no tempo em que esteve em sitio a Praça da Nova Colonia do Sacramento, pelos Castelhanos, na éra de 1734 ou 35, sendo Governador da dita Praça o Coronel Antonio Pedro de Vasconcellos, fez nesta villa de Paranaguá aprompiar farinha e lenha para o soccorro da mesma Praça, fazendo expedir com exacta promptidão as embarcações que conduziam o necessario áquella Praça para o sustento

dos que a guarneciam, mostrando-se e empregando-se nessas diligencias e em todas as mais funcções do Real serviço com muita honra, zelo, fidelidade e prudencia.

4.º

«Que com o mesmo zelo o dito Coronel Anastacio de Freitas Trancozo se empregou em Regimentar as Ordenanças desta Villa e a de Curityba com socego e tranquilidade, procurando em tudo a utilidade do Real serviço e a do bem commum do Povo.

—Ouvidas as testemunhas arroladas, em seus depoimentos, confirmaram os itens da justificação da seguinte forma:

Testemunha 1.ª

«O Capitão Francisco Xavier da Costa, homem casado, natural e morador nesta villa, que vive de suas lavouras, de edade de 74 annos, etc., etc. Disse:
«Ao p.º item, que conhece muito bem ao justificante o Padre Gaspar de Freitas Trancozo o qual he filho legitimo do C.el Anastacio de Freitas Trancozo e de sua mulher Dona Maria de Assumpção os quaes elle testemunha conheceu muito bem, por serem moradores n'esta Vila, d'onde he elle testemunha morador e natural.
«Do segundo disse que o justificante he neto do Capitão-mór Gaspar Teixeira de Azevedo Irmão do Capitão Valentim Teixeira de Azevedo, que ainda vive no termo desta mesma vila, por ser o mesmo Cap.m mór Pay de Dona Maria de Assumpção, havida de sua legitima mulher Dona Catharina de Ramos, o que sabe pelo conhecimento que tem da Familia do mesmo justificante e ser vóz sempre constante.
«Ao 3.º disse que o dito Coronel Anastacio de Freitas Trancozo no tempo em que esteve em Citio a praça da Colonia pelos Castelhanos a soccorreu de farinha e lenha, expedindo esses generos em embarcações que fez aprompiar com a mais exacta promptidão e deligencia com que sempre se mostrou no

real serviço, o que sabe elle testemunha por prezenciar e ser o seu Pay hum dos officiaes por cujo expediente se aprompttaram algumas cousas.
«Ao quarto disse que pela mesma razão sabia que o dito C.el Anastacio de Freitas Trancozo fez regimentar as ordenações desta Vila e as de Curitiba com susego tranquilidade e zelo do Real Serviço e mais não disse e assignou com o dito Ministro e eu Antonio dos Santos Pinheiro escrivão da Ouvidoria e correição o escrevi. — (assignados) Rendon — Fran.co X.er da Costa.

Testemunha 2.a

«Manoel Ferr.a do Valle homem casado natural e morador desta Villa que vive de suas lavouras, de idade de 71 annos etc. etc.
«Disse que sabe que o Padre Gaspar de Freitas Trancozo he natural desta Villa e he filho legitimo do C.el Regente Anastacio de Freitas Trancozo e de sua mulher D. Maria da Assumpção que sabe por ser natural e sempre morador nesta Villa, onde os referidos tiveram casa e existe ainda a sua familia.
«Ao seg.do disse que o justificante por parte da dita sua mãi he neto do Cap.m mór Gaspar Teix.a de Az.do e de s. m.er D. Catharina de Ramos o que sabe pela mesma Razão referida.
«Ao terceiro disse que sabe por presenciar, que o referido C.el Anastacio Pai do justificante, no tempo em que esteve em Citio a Colonia do Sacramento na éra de 1730 e tantos fez aprompttar com toda deligencia e zelo do Real serviço farinhas e lenhas, para socorrer a mesma praça mandando tudo em embarcações que fez aprompttar.
«Do 4.o disse que pela mesma razão de presenciar sabia que o dito C.el regimentou as ordenanças desta Villa e as de Curityba o que fez com todo modo e tranquilidade dos povos em utilidade do real serviço e mais não disse etc. — Rendon — M.el Ferr.a do Valle.

Testemunha 3.a

«O Sargt.o mór Christovão Pinheiro de França homem solteiro natural e morador d'esta Villa, que vive de suas lavouras, de idade de 83 annos etc. etc.
«Ao pr.o disse que conhece muito bem ao justificante o P.e Gaspar de Freitas Trancozo o qual é filho legitimo do C.el Anastacio de Freitas Trancozo e de sua mulher D. Maria da Assumpção os quaes conheceu elle testemunho por serem moradores d'esta Villa de onde he elle testemunha morador e natural; ao 2.o disse que o dito justificante he neto do Capitão mór Gaspar Teixeira de Azevedo, e irmão do Capitão Valentim Teix.a de Azevedo que ainda vive no termo d'esta Villa, por ser o mesmo Cap.m mór Pai de D. Maria da Assumpção havida de sua legitima mulher D. Catharina de Ramos o que sabe pelo conhecimento que tem da familia do justificante e ser vós constante.
«Ao 3.o disse que o dito C.el Anastacio de Freitas Trancozo no tempo em que esteve em Citio a Praça da Colonia pelos Castelhanos, a soccorreu de farinha e lenhas expedindo estes generos em embarcações que fez aprompttar com a mais exacta promptidão e deligencia com que sempre se mostrou no Real Serviço o que sabe elle testemunha por prevenção.
«Ao 4.o disse que pela mesma razão sabia que o dito C.el Anastacio de Freitas Trancozo fez regimentar as ordenanças desta villa e as de Curityba, com socego e tranquilidade e zelo pelo real serviço e mais não disse etc. — Rendon. — Christovam Pinh.o e França.

Testemunha 4.a

«O Rev.do Francisco de Meira Calaça Clerigo secular do habito de S. Pedro que tem servido de Vigario da vara n'esta Villa e n'ella morador, natural da villa da Conceição de Itanhaem, de 74 annos etc. etc.
«Ao 1.o disse que sabe por ver e conhecer muito bem ao Rev.do justificante Gaspar de Freitas Trancozo, o qual é filho do C.el Anastacio de Freitas Trancozo e

de sua mulher D. Maria de Assumpção, os quaes conheceu por serem moradores n'esta Villa.

«Ao 2.º disse que o dito justificante he neto inteiro do Capitão mór Gaspar Teyxeira de Azevedo pai de D. Maria da Assumpção, havida de sua legitima mulher D. Catharina de Ramos, o que sabe pelo conhecimento que tem da familia do justificante e ser constante n'esta Villa.

«Ao 3.º disse que o C.el Anastacio de Freitas Trancozo no tempo em que esteve em Citio a Praça da Colonia pelos Castelhanos na éra declarada neste artigo, sendo Governador da dita Praça o C.el Antonio Pedro Vaz Concelos, fez n'esta Villa aprомptar farinhas e lenhas para o socorro da dita Praça, fazendo expedir com exacta promptidão embarcações para conducção dos referidos generos, mostrando-se e empregando-se n'esta deligencia e em outras funcções semelhantes com grande desvelo no serviço de sua Magestade. E mais não disse etc. — Rendon -- Francisco de Meira Calaça.

Termo de Conclusão etc.

S.ta

«Hei por justificados os itens da petição do Rev.do justificante, e os julgo por sentença attenta a qualidade das testemunhas. De-se-lhe inteiramente pelas vias que pedir e pague as custas dos autos. — Paranaguá, 8 de Agt.º de 1785. — Francisco Leandro de Toledo Rendon.» (Autos civeis n. 2512 — Cartorio Gabriel Ribeiro — Curityba.)

§ 2.º

1-2 Maria da Conceição de Freitas Trancozo, casada com o Capitão-mór Antonio Ferreira Mathoso, filho do Capitão Francisco Ferreira do Valle e de sua mulher Joanna Cordeiro Mathoso; por esta, neto pela parte materna do Capitão-mór de Paranaguá Antonio Luiz Mathoso e de sua mulher Catharina de Senne. (Vêr ascendentes em 5-5 de pagina 134 do volume 3.º)

Por Patente de 5 de Setembro de 1763 foi nomeado

Capitão-mór de Paranaguá, em substituição a D. João Francisco Laynes, cargo que exerceu até 16 de Novembro de 1765.

Em 1748 propôz, em Paranaguá, uma Acção de assignação de 10 dias contra Felippe Teixeira de Magalhães para haver deste a importancia de 271$320 que lhe dera a juros.

Em 4 de Junho de 1760, era o Depositario dos bens do confisco dos Padres da Companhia de Jesus, em Paranaguá.

Por seu testamento feito em Paranaguá a 11 de Setembro de 1780 e aberto por sua morte a 23 de Agosto de 1791, se vê a sua ascendencia acima.

Possuia uma fazenda de gado vaccum em Piraquara, meeira com seu cunhado Rev.do Gaspar de Freitas Trancozo; outra na Borda do Campo.

As lavras de Ouro de Pau vermelho (Anhaya), em Paranaguá, de sociedade com seu compadre José Machado.

Um sitio de mineração de ouro no Cubatão de «Guarimby» entre terras dos herdeiros do Sargento-mór Domingos Cardoso de Lima e as do seu cunhado Capitão Francisco Gonçalves Pereira, que deixou a D. Dorothéa.

Deve a Bartholomeu Bueno, filho de Anhanguera, dez mãos de milho, a oitava e meia a mão, cuja divida foi contrahida quando se achava no Curubã, caminho de Guayas.

Elle e sua mulher por mutuo consentimento, fizeram o Patrimonio a seu cunhado o Rev.do Gaspar de Freitas Trancozo, com uma casa terrea defronte ao pelourinho e um sitio no lugar — Ribeirão —, com 700 braças de terras, tudo no valor de 400$000.

Deixou 30$000 a S. Amaro — do Collegio de Paranaguá.

Filhos:

2-1 Coronel Anastacio de Freitas Trancozo — neto —, natural de Paranaguá, era casado com Jacintha Angelica de Lara, filha do Coronel Francisco Pinto do Rego e de sua mulher Escolastica Jacintha da Ribeira Góes e Moraes. Neta pela

parte paterna do Capitão André Cursino de Mattos e de sua mulher Anna Pinto da Silva; neta pela parte materna do Capitão-mór José de Góes e Moraes. Pertenciam todos as mais distinctas familias da Villa de Santos e da Capitania. Iniciou o Coronel Anastacio a sua carreira militar no regimento de cavallaria de voluntarios reaes, organisado em 1775 pelo Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha, com os homens da principal nobreza de S. Paulo, cabendo-lhe o commando de uma companhia com o posto de Capitão; essa companhia foi por elle armada e fardada a sua custa, e no commando della marchou em 1776 para o sul até Laguna, na defeza de S. Catharina, então ameaçada e depois tomada pelos hespanhóes. Essas forças fizeram bôa figura; nas marchas e encontros que tiveram, demonstraram resistencia, calma, bravura e sangue frio, além de um desamor ao bem estar que chegava ao heroismo. Marchando por terra, supportaram firmes e resignados as canceiras da longa viagem, sem alimentos, sem conforto, sem alojamentos ou lugares para acamparem na longa travessia.

Commandou o Coronel Anastacio, forças da então comarca de Curityba, no Rio Grande do Sul, onde esteve sob a direcção geral do Coronel Raphael Pinto Bandeira no ataque e tomada de S. Tecla, cuja guarnição hespanhóla capitulou a 26 de Março de 1776; essas forças, como outras curitybanas que tomaram parte nos ataques aos hespanhóes do Rio Grande do Sul, e que estavam acostadas ás do Coronel Raphael Pinto Bandeira, foram elogiadas pela bravura e sangue frio com que se portaram sempre nos ataques. A 17 de Julho de 1789 foi promovido a Sargento-mór da Legião de voluntarios reaes e mais tarde a Coronel. Fez parte da Junta governativa de S. Paulo chefiada pelo Marechal Candido Xavier de Almeida e Souza; nesse governo provisorio serviu de 9 de Janeiro de 1823, até a creação dos Presidentes de provincias em 1824. Foi vulto de destaque militar e politico.

Falleceu em S. Paulo em 1830. Em uma de suas passagens por Paranaguá, desembarcou no intuito de rever seu berço natal e para abraçar sua irmã D. Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos, a quem não via ha alguns annos, como nos dão noticias assentos de familia. Talvez fosse em 1779, quando produziu perante o Juiz Ordinario desta villa, a seguinte justificação de — *genere:*

«Diz o Cap.^m^ Anastacio de Freitas Trancoso que para instrucção de certos requerimentos lhe é necessario mostrar justificado o deduzido nos art.^os^ infra:

«1.º Justificará que o supp.^e^ é filho Leg.º do Cap.^m^ mór Antonio Ferreira Mattoso e de D. Maria da Conceição, moradores n'esta Villa de Paranaguá.

«2.º Item, que por parte paterna é o sup.^e^ netto do Cap.^m^ Francisco Ferreira e s. m. D. Joanna Cordeiro Mathoso e bisneto do Cap.^m^ Antonio Luiz Matoso e s. m. Catharina de Sene.

«3.º Item que por parte materna é o sup.^e^ netto do C.^el^ Anastacio de Freitas Trancoso e s. m. D. Maria de Assumpção e bisnetto (por esta) do Cap.^m^ mór e provedor da Casa de fundição de ouro que foi n'esta Comarca Gaspar Teixeira de Azevedo e s. m. D. Catharina de Ramos.

«4.º Item, que todos os sobreditos occuparam n'esta referida villa (e alguns d'elles em outras) os cargos principaes da Republica com toda a promptidão zelo e correição no real serviço.

«5.º Item, que sempre se tratarão como pessoas nobres e sem nota alguma em seus procedimentos, e consequentemente o sup.^e^ como é notorio:

«A vista do que

«P. a Vm.^e^ que seja servido admittir ao supp.^e^ a justificar o deduzido, e depois de julgado por sentença o depoimento das testemunhas lhe mande dar instrumentos em publica forma pelas vias que pedir.

E. R. M.^ce^

Anastacio de Freitas Trancoso.

«Certifique, como pede. — (ass.) Caetano da Cruz, Juiz Ordinario. — Paranaguá, 20 de Novembro de 1779.»

1.ª Testemunha.

«Padre Fran.co Meira Calaça, de 78 annos:
«Diz que sabe e conhece perfeitamente pela assistencia que tem de muitos annos n'esta Villa, ser o justificante filho legitimo do Cap.m mór Antonio Ferreira Mathoso e s. m. D. Maria da Conceição moradores e naturaes d'esta Villa de Paranaguá.
«Diz que sabe ser o mesmo just.e netto do Cap.m Fran.co Ferr.a e de D. Joanna Cordeiro Mathoso a quem conhece e tambem tem noticia de ser o mesmo just.e bisneto do Cap.m Antonio Luiz Mathoso e s. m. D. Catharina de Sene, ainda que estes não conheceo, porem é notorio serem bisavos do justificante.
«Diz saber por conhecer ser o just.e neto materno do C.el Anastacio de Freitas Trancoso e s. m. D. Maria de Assumpção e tambem ser bisneto do Cap.m mór e provedor da fundição de ouro n'esta Comarca Gaspar Teixeira de Azevedo ao qual conheceu na Villa de Santos onde foi casado com D. Catharina de Ramos, por assim ouvir e ter noticia das mesmas pessoas.
«Diz que sempre teve certeza e noticia de que os sobreditos todos sempre occuparão n'esta mesma Villa os principaes Cargos da Rep.a sempre com zelo fundado no Real serviço e que sempre foram considerados como pessoas nobres e de muito trato e sem nota alguma nos seus procedimentos, pois desde menino os tem conhecido e aprecia a perfeição de suas vidas e procedimento.

2.ª Testemunha.

«P.e Antonio Sampaio, de 87 annos (1692) Natural de Paranaguá.
«Esta testemunha declarou serem verdadeiros todos os itens formulados pelo just.e e que conheceu pessoalmente todas as pessoas referidas desde sua meninice,

(é longo o seu depoimento confirmando tudo o que requereu o supplicante).

3.ª Testemunha.

«Sargt.o mór Christovão Pinh.o de França, 77 annos,
Confirmou todos os itens, por ter conhecido desde criança todas as pessoas referidas, as quaes são de reconhecida nobreza.

4.ª Testemunha.

«José da Costa Tarto, 69 annos,
«Fez identicas declarações, conheceu a todos.

5.ª Testemunha.

«Antonio Gomes Pereira, 67 annos,
«Fez identicas declarações, conheceu a muitos e tem sciencia de outros.

Termo de conclusão.

«Aos 22 de Nov. de 1779 n'esta Villa de Paranaguá em casa e morada do Juiz Ord.o José Caetano da Cruz e sendo ahy fiz estes autos de Justificação conclusos a elle dito Juiz para a sentença, do que para constar fiz este termo de conclusão, Eu Antonio dos Santos Pinheiro, escrivão que o Escrevi.

«Procede a justificação em virtude das testemunhas produzidas attentas as quaes o julgo por sentença para o que entreponho a minha autoridade e decreto judicial e pague as custas o justificante a quem o Escrivão dará Instrumento pelas vias que pedir. — Paranaguá 24 de 9bro de 1779. — José Caetano da Cruz.»

* * *

2-2 Sargento-mór José Joaquim Pinto do Valle, fallecido em Paranaguá a 5 de Setembro de 1839, em estado de viuvo de Anna Rosa de Lima.
Filhos: (Por informações.)

3-1 Anastacio de Freitas Trancozo — o 3.º desse nome —, nascido em 1799 e fallecido a 14 de Fevereiro de 1825, foi casado em primeiras nupcias com Maria Francisca do Rosario, filha do Sargento-mór Francisco dos Santos Pinheiro; casado em segundas nupcias com Anna Rosa de Miranda, fallecida em 20 de Dezembro de 1826.
Teve do primeiro matrimonio:
4-1 Francisca.
Do segundo matrimonio:
4-2 Anna.
Depois de viuvo teve varios filhos naturaes.

3-2 Antonio Ferreira Mathoso — o neto —. Sem descendencia legitima. Apóz sua morte habilitaram-se como seus herdeiros dous filhos naturaes:
a) Joaquim Antonio.
b) Anna Maria.

3-3 Manoel Nunes de Lima. Habilitaram-se á herança tres filhos naturaes.

3-4 Maria Joaquina Luiza Monteiro de Mattos, casada com o Alferes Joaquim José Alves, fallecido a 20 de Julho de 1865, filho do Capitão-mór Manoel José Alves, do qual trataremos neste volume, dando os ascendentes e descendentes.

3-5 Rita Rosa Monteiro de Mattos, nascida em 1817, casada com João Antonio de Mello.

2-3 Antonio Ferreira Mathoso — filho —, casado com Rita Pereira.
Filho:
3-1 Tenente Joaquim Candido Pinto de Castro.

2-4 Capitão Antonio Elias Ferreira Mathoso, foi assassinado em 1800 por escravos de sua fazenda.
Os dados que possuimos dão dous irmãos com o nome de Antonio, sendo um casado com Rita Pereira e outro com o nome de Antonio Elias. Acreditamos haver engano em nossos apontamentos e se tratar de uma só pessoa; apezar disso resolvemos destacar um do outro como acima se verifica.

2-5 Dorothéa Luiza Monteiro de Mattos, fallecida em Paranaguá a 10 de Fevereiro de 1837. Em seu testamento declarou possuir varios Prazos — ou Morgadios na Cidade do Porto-Portugal e propriedades agricolas em Antonina, Paranaguá e fazendas de criação em Piraquara e Borda do Campo; já era viuva do Commendador Francisco Gonçalves Cordeiro, já referido em 2-6 de pagina 190 deste volume, onde mencionamos seus ascendentes, traços biographicos e descendentes, pelo que aqui só mencionamos os nomes dos filhos:

3-1 Catharina Rosa Monteiro de Mattos, casada com o Sargento-mór Manoel Antonio da Costa, 3-3 de pagina 198 deste volume.

3-2 Maria Fausta Monteiro de Mattos, casada com José Luiz Gomes, 3-2 de pagina 197 deste volume.

3-3 Anna Euphrasia Monteiro de Mattos, casada com Antonio Gomes, bisavós do autor desta obra, 3-1 de pagina 191 deste volume.

CAPITULO 11.º

11—Domingas Teixeira de Azevedo, era solteira em 1711, quando falleceu seu pai.

CAPITULO 12.º

12—Florencia de Azevedo, era solteira em 1711.

NOTA.

Bartholomeu de Toráles, a quem se refere a carta de sesmaria de pagina 229 deste livro, era natural de Villa Rica-Paraguay, filho de Bartholomeu de Toráles e de sua mulher Violante de Zuniga, naturaes de Villa Rica. Uma de suas irmãs Maria de Toráles, era casada com Gabriel Ponce de Leon, natural da cidade real de Guayra. Com varios illustres cavalheiros e fidalgos castelhanos, se passou Toráles, da Provincia do Paraguay, para a capitania de S. Paulo. Entre elles vieram o Capitão Balthazar Fernandes — o povoador, que era casado com Maria de Zuniga, Barnabé de Contreras e Leon e sua mulher Beatriz de Espinoza, naturaes de Santiago de Xeres, e sua filha Violante de Gusman, que em S. Paulo se casou com Domingos do Prado, e outros.

Essa mudança se deu entre os annos de 1630 a 1634. Em S. Paulo havia então a supposição de que essas familias eram envolvidas em crimes de lesa magestade, que as obrigou a semelhante transmigração. (Pedro Taques — Nobiliarchia Paulistana.)

Ha evidente confuzão. O que occasionaria a transmigração dessas illustres familias castelhanas de Villa Rica, Guayra, Xeres, etc. foi naturalmente o ataque e destruição dos estabelecimentos hespanhóes situados entre os Rios Paraná e Uruguay. Essas reducções jesuiticas foram atacadas e destroçadas pelos Bandeirantes Paulistas, de 1630 a 1634. Eram as bandeiras do mando de Manoel Preto e Antonio Raposo Tavares, sub-chefiadas por Frederico de Mello, Antonio Bicudo, Simão Alves, Manoel Mourato Coelho e outros. Os fidalgos hespanhóes a que acima nos referimos, que habitavam as reducções, trataram de mudar de residencia, e por não estarem envolvidos na politica dos

jesuitas do Paraguay, vieram talvez em companhia dos bandeirantes habitar terras Paulistas.

Quanto ao crime de lesa magestade, visivelmente occorreu quando já se achavam elles de residencia fixada em S. Paulo e tentaram o golpe de acclamação de Amador Bueno para o lugar de Rei do Brasil, pela sua origem hespanhola, pois, seu pai era de Sevilha.

Pedro Taques, na sua preciosa Nobiliarchia, assim relata esse facto:

«Foi Amador Bueno vassallo de tanta honra e fidelidade, que, achando-se na sua maior opulencia de cabedaes, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos, que tinham poderoso sequito dos hespanhoes, casados e estabelecidos em S. Paulo, com alliança das familias mais principaes da capitania; não podendo estes castelhanos supportar a gloriosa e feliz acclamação do Snr. Rei D. João IV de Portugal e 2.º do nome entre os serenissimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso, e a vozes acclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este barbaro e sacrilego attentado a constancia do honrado vassallo Amador Bueno, para deste modo evitar a obediencia e o reconhecimento de que se devia dar ao legitimo rei e natural senhor, ficando S. Paulo com a voz de Castella, assim como estiveram os moradores da ilha Terceira até o anno de 1583, com a do Snr. D. Antonio, prior de Crato, que se achava refugiado em França, e a favor de quem sustentava aquelles mares com armada de muitos vazos, Filippe Shozi e Mr. de Brizay, que ficou desbaratada a 26 de Julho de 1582 por D. Gaspar de Bazan, marquez de Santa Cruz, o qual voltou sómente á mesma ilha já em 1583, contra o poder de Mr. de Chatry, cavalleiro de Malta, e ficou rendida a armada franceza e as ilhas deram obediencia a el-rei de Castella em dito anno.

«Tinha o corpo da rebellião adquirido forças nos autores d'ella, os castelhanos que por si e suas familias avultavam em grande numero. Eram os tres irmãos Rendons, da cidade de Coria; D. Francisco de

Lemos, da cidade de Orense, com seus dois filhos D. Balthazar e D. Hieronimo de Lemos; D. Gabriel Ponce de Leon, da cidade real de Guayra — da provincia do Paraguay. Bartholomeu de Toráles, da Villa Rica do mesmo Paraguay, com varios filhos que trouxe de sua mulher D. Anna Rodrigues Cabral, que falleceu em S. Paulo a 13 de Maio de 1639, natural da cidade real de Guairà; D. André de Zuniga e seu irmão D. Bartholomeu de Contreras e Toráles; D. João de Espinola Gusman, da dita provincia do Paraguay, e outros muitos hespanhóes da Europa etc. Porem Amador Bueno, sem temer o perigo, sem deixar prender-se da indiscreta lisonja, com que lhe offereciam o titulo de rei para o governo dos povos da capitania de S. Paulo, sua patria, soube desprezar, e ao mesmo tempo reprehendeu a insolente acclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: «Real, real por D. João IV, rei de Portugal». Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo d'essa horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado do mosteiro de S. Bento, acompanhado dos leaes portuguezes europêos e paulistas, até ficar em socego o inquieto animo dos castelhanos que tinham fomentado o tumulto. . .»

— Miguel Garcia Carrasco foi um dos signatarios, em 1641, da acclamação de Amador Bueno e dado o fracasso do acto, assignou a 3 de Abril desse mesmo anno a solemne acclamação de D. João IV.

A revolução triumphante que rebentou em Portugal, em 1640, restabelecendo sua independencia e pondo fim ao jugo hespanhol que datava de 1580, veio restaurar a dymnastia Bragantina, acclamando D. João IV como rei de Portugal e de suas possessões. A noticia de tão inesperado acontecimento, principalmente para os hespanhóes da America e seus descendentes, foi recebida com desagrado. Foi um golpe profundo ás ambições expancionistas dos castelhanos do Prata e do Paraguay que planejavam estender suas conquistas até as margens dos rios — «Paranapanema», «Itararé» e «Ribeira». Este plano se não fôra realisado, devemos ao indomavel valor dos — «Bandeirantes Paulistas».

— Planejaram então elles usar de ardis e artificios habeis; procuraram insuflar a vaidade dos destemerosos bandeirantes com a acclamação de um rei paulista, para governar o Brasil e, para isso, indicaram como o mais digno da corôa a Amador Bueno da Ribeira, em cuja pessoa — «concorriam as circumstancias de ser de qualificada nobreza e de muito respeito e autoridade pelos empregos publicos que havia occupado e ainda exercia, pela sua grande opulencia, pela roda de parentes e amigos e pelas allianças de seus nove filhos e filhas, duas das quaes estavam casadas com os irmãos, fidalgos hespanhóes — D. João Matheus Rendon e D. Francisco Rendon de Quevedo, que tinham passado ao Brasil em 1625, militando na armada hespanhola, destinada a restauração da Bahia», no dizer de Frei Gaspar.

Suppunham que o sangue hespanhol que corria nas veias de Amador Bueno pela sua parte paterna, seria mais forte que o sangue herdado de seus ascendentes maternos — da nobre familia dos Pires — de origem lusitana. Não sabiam porem que o valor do nascimento em terras brasileiras, é e sempre foi mais forte que o influxo e suggestão de raças e de sangues, como tambem o de ambições de poderio ou mando. A vida e fortuna dos povoadores estiveram sempre ao serviço de seu Rei e de sua patria.

Na epoca do povoamento e colonisação portugueza do Brasil, a adaptação ao novo ***habitat*** foi tão forte e completa, que, os proprios portuguezes nascidos na Europa se julgavam tão integralisados ao solo brasileiro, como os nascidos na terra, e disso deram provas na defeza constante que sempre operaram, mesmo contra pretenções da metropole.

As terras do Brasil com a pureza e doçura do seu clima, bellezas de sua natureza virgem e exhuberancia de suas riquezas, tiveram o poder de dominar o proprio patriotismo lusitano.

Reencetemos nossa narrativa:

Uzaram os hespanhóes de S. Paulo de todos os argumentos possiveis para persuadir aos paulistas que, «sem encargo de suas consciencias, nem faltarem a obrigação de honrados e fieis vassallos, podiam não reconhe-

cer por soberano a um principe a quem ainda não haviam jurado obediencia».

Fomentaram ao mesmo tempo a vaidade dos ouvintes, exagerando o merecimento dos paulistas e europeos principaes, dizendo que suas qualidades pessoaes e nobreza hereditaria, os habilitavam para outros maiores imperios.

«Para os livrarem de temores lembraram os milhares de indios seus administrados e escravos com que podiam levantar exercitos formidaveis de muitos mil combatentes e a situação de S. Paulo summamente defensavel e tão somente a estrada de Paranapiacaba de qualidade muito má, bastaria lançarem pedras pela serra abaixo para se retirarem derrotados os expugnadores.» (Frei Gaspar.)

— Os hespanhóes conseguiram seduzir e reunir um grande numero de pessoas de todas as classes, que, em alvoroço correram a casa de Amador Bueno, para o acclamar unanimemente por seu Rei. Este, comprehendendo o intuito dos promotores da sua acclamação, indignou-se com o insulto feito á sua qualidade de vassallo leal e digno.

A recusa do eleito, augmenta a obstinação do povo em querer obrigal-o a empunhar o sceptro, mesmo a contra gosto. Ha gritos de ameaça de morte contra Amador Bueno, que, sahindo de sua casa furtivamente, com a espada desembainhada para se defender se necessario fosse, no dizer de Frei Gaspar, e apressado toma o caminho do mosteiro de S. Bento, onde refugiou-se. Aos gritos da turba enfurecida que gritava: «Viva Amador Bueno, nosso Rei», respondia elle em altas vozes e muitas vezes: «Viva o Senhor D. João IV, nosso Rei e Senhor, pelo qual darei a vida».

Dada que fosse a independencia de S. Paulo, facil se tornaria executar o plano castelhano da incorporação ao jugo hespanhol, da parte meridional do Brasil; fatal seria em primeiro lugar o ataque das forças do norte contra as dos paulistas e a metropole tudo faria para dominar a revolução separatista; depois contavam com as naturaes rivalidades dos proprios paulistas, uns favoraveis a separação do jugo lusitano e outros, firmes e leaes a seu rei D. João IV. Isto, traria o enfraquecimento, com o que só teriam a

lucrar os castelhanos cubiçosos e ardilosos, promptos a tirar partido e operar a desejada represalia.

Mas, o golpe falhou pela fidelidade dos portuguezes.

Queriam dar um forte golpe contra Portugal, que perderia a sua mais importante colonia.

O plano foi habilmente delineado e talvez fosse corôado de bom exito, si não fosse a lealdade do acclamado que repelliu com energia a sua acclamação.

Provavelmente, dado o fracasso da tentativa, seguiram-se actos de perseguição contra os promotores da revolução e estes, receiosos da consequencia de seus actos, embrenharam-se pelos sertões, vindo grande parte d'elles habitar terras povoadas por Gabriel de Lara, por essa mesma época. Todos os factos nos conduzem a affirmação que constantemente temos feito, e que hoje com maior razão repetimos que: — Paranaguá foi povoada pela gente de Gabriel de Lara em época muito proxima a 1640 e que, até essa época só era habitada pela tribu dos Carijós.

Bartholomeu de Toráles se casou a 12 de Setembro de 1636, em S. Paulo, com Maria de Góes, filha de Antonio Raposo — o velho —, fallecido em 1633, e de Izabel de Góes. Era, portanto, Toráles cunhado do valoroso bandeirante Antonio Raposo — o moço —, natural de S. Paulo, que, a frente de 900 mamelucos e 2000 sertanejos investiu em 18 de Setembro de 1628, contra as reducções hespanhólas de «Guayrà» que destruiu aprisionando grande numero de selvicolas. Foi este mesmo Raposo que em 1650, com reduzido numero de homens atravessou o Brasil de Sueste a Nordeste, escalando os Andes, penetrando no Perú, attingindo o Pacifico, depois de travar varios combates com os hespanhóes, dirigindo-se depois ao Amazonas d'onde regressou a S. Paulo em 1666, tão desfigurado que não foi reconhecido pelos seus proprios amigos e parentes.

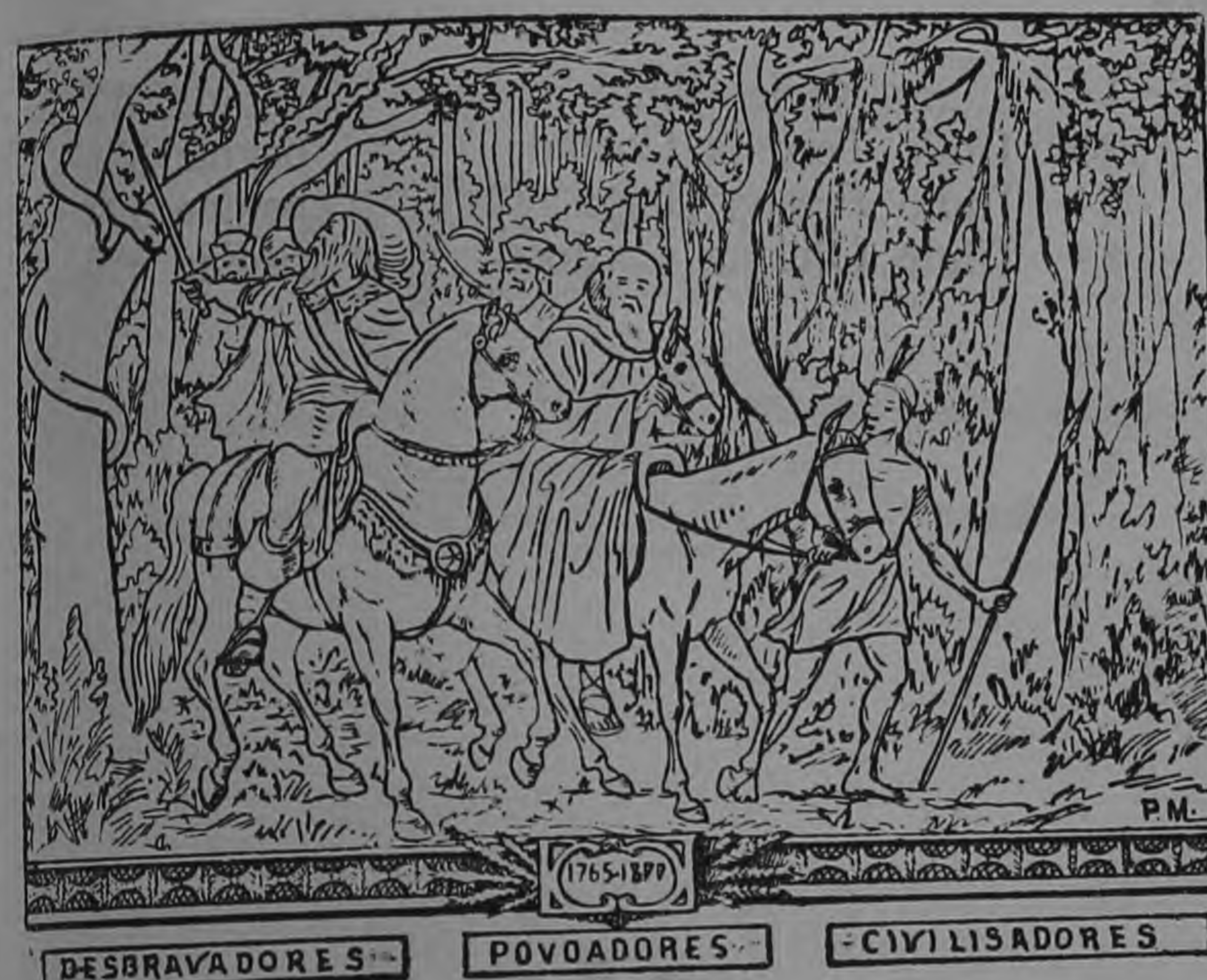
Varios membros da familia Góes, a que a esposa de Toráles pertencia, foram companheiros da jornada de Gabriel de Lara — no povoamento de Paranaguá.

O mesmo facto aconteceu com os — Fernandes — a que André Fernandes, padrasto de Gabriel de Lara, pertencia.

Suzana de Góes, irmã da esposa de Toráles, era casada com Domingos Dias de Moura, parente de Simão Dias de Moura que, em 20 de Fevereiro de 1656, fôra empossado no lugar de Capitão-mór de Paranaguá, por nomeação do Donatario Luiz Carneiro — conde da Ilha do Principe, contestante do direito a donataria do Marquez de Cascaes —. Vêr pagina 6 deste volume.

Uma irmã de Toráles era casada com Gabriel Ponce de Leon, natural de Guayrà, que tambem passou a S. Paulo com os membros d'aquella familia e que foi um dos promotores da acclamação de Amador Bueno, em 1641, como tambem o foi D. Bartholomeu de Toráles, que em 20 de Junho de 1648, solicitava uma sesmaria de terras — «na Nova povoação de Paranaguá» —, que elle «tem cuidado a sustentar e povoar» com «sua pessoa e fazenda descobrindo muitas minas de oiro nos reconcavos delle, tudo a sua custa» e que «elle supplicante é casado e tem filhos e uma irmã e dous filhos e uma sobrinha que tem a seu cargo e não tem terras para fazer lavoiras» . . . . «sendo dos primeiros povoadores». (Carta de sesmaria de pagina 229 deste volume.)

— Por tudo isso se vê que Bartholomeu de Toráles, que em 1631 residia em Villa Rica do Paraguay, onde nasceu, já em 1641 residia em S. Paulo, quando acclamou Amador Bueno, e em 1648 se declarava povoador da — «Nova povoação de Paranaguá». Portanto, esta povoação não poderia ser feita antes de 1641, como temos procurado demonstrar.

P.M.
1765-1870
DESBRAVADORES — POVOADORES — CIVILISADORES

A FAMILIA PARANAENSE

A vida é um prestito a caminho.
Silveira Netto.

ALEM dos Troncos formados por Familias de povoadores e fundadores das terras Paranaenses, de que se constituiram os tres volumes precedentes desta «Genealogia Paranaense», passamos a tratar de outras distinctas familias, que, se não formadas de povoadores da terra, são comtudo aqui residentes ha mais de um seculo, tornando-se como aquellas, factores importantes do progresso social, politico e economico do Paraná. São ellas:

Genealogia paranaense

Titulo Xavier Pinto.

TEVE inicio essa familia com o consorcio do Sargento-Mór Francisco Xavier Pinto com Rita Ferreira Bueno. Elle, natural da Alfandega da Fé-Comarca da Torre de Moncorvo-Bispado de Braga; filho legitimo de André Esteves, natural da Horta, junto a Villa Rica, e de sua mulher Magdalena Pinto. Casaram-se na Cidade de Santos, onde residiam os paes della: o Sargento-Mór João Ferreira de Oliveira, natural de Portugal, importante negociante em Santos, e sua mulher Maria Bueno; por esta, neta de Manoel Gomes Palheiros e de sua mulher Rosa Maria Bueno.

Francisco Xavier Pinto em uma justificação feita em Curityba a 16 de Abril de 1762, a requerimento de Catharina da Silva Passos (C. G. Ribeiro), declarou ser negociante, de edade de 30 annos mais ou menos, portanto, nasceu em 1732.

Foi Juiz ordinario e Presidente da Camara de Curityba, em cuja villa gozou de largo prestigio social e politico.

O Sargento-Mór Francisco Xavier Pinto fez parte saliente na expedição a Guarapuava e Tibagy, ao mando do intimerato Affonso Botelho de Sampaio e Souza, que tão relevantes serviços prestou no desbravamento do hinterland paranaense na 2.ª metade do seculo XVIII.
Falleceu com testamento em Curityba em 1805, sendo testamenteira sua mulher, em 1811. Foi proprietario da importante fazenda da «Ferraria», hoje pertencente a respeitavel familia Almeida Torres, com duas casas de telhas, monjolo e dependencia, e 400 braças de frente e duas leguas de fundo de sesmaria de terras, tudo avaliado por 160$000; tinha no Bariguy terras de criação de gado vaccum e cavallar que foram avaliados em 24$000. Possuia as fazendas de S. Lourenço e Montenegro, em Castro. Possuia uma casa de sobrado, de pedra e cal, na cidade de Santos, junto á Alfandega, que foi avaliada em 532$000. Com avaliações dessa ordem, o seu inventario apresentou um monte-mór de 20:540$000.
Tiveram os seguintes filhos:

1 —	Sargento-Mór Francisco de Paula Xavier Bueno	Capitulo 1.º
2 —	Rita Ferreira de Oliveira Bueno	Capitulo 2.º
3 —	Maria Rita Ferreira Bueno	Capitulo 3.º
4 —	João Ferreira de Oliveira Bueno	Capitulo 4.º
5 —	Anna Maria Ferreira Bueno	Capitulo 5.º
6 —	Joaquim Ferreira de Oliveira	Capitulo 6.º
7 —	José Ferreira de Oliveira Bueno	Capitulo 7.º
8 —	Gertrudes Ferreira de Oliveira Bueno	Capitulo 8.º

CAPITULO 1.º

1 — Sargento-Mór Francisco de Paula Xavier Bueno, nascido em Curityba, onde em Maio de 1789 foi eleito Almotacé, depois de ter pertencido a governança da villa. No posto que exercia prestou bons serviços militares. Com as forças curitybanas que, em 1777 marcharam em defeza de S. Catharina, cujos portos principaes haviam sido tomados pelos hespanhóes, chegou até Laguna e Lages. Essas forças fizeram bôa

figura nos re-encontros que tiveram com os inimigos. Esteve em Guarapuava na expedição colonisadora, nas forças do commando do seu cunhado Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.
Foi casado em Curityba a 19 de Fevereiro de 1787 com Victoriana Maria de Lima, fallecida em Campo Comprido a 7 de Outubro de 1825, natural de Antonina, filha de José Nabo de Medeiros e de sua mulher Maria Francisca de Lima.
Filhos:

1-1	Francisco de Paula Lima Bueno	§ 1.º
1-2	Anna Xavier Bueno	§ 2.º
1-3	Antonio de Paula Xavier Bueno	§ 3.º
1-4	João de Paula Xavier Bueno	§ 4.º
1-5	Rita de Paula Xavier	§ 5.º
1-6	Dina de Lima Bueno	§ 6.º
1-7	Maria de Paula Xavier Bueno	§ 7.º
1-8	Miguel de Paula Xavier Bueno	§ 8.º
1-9	Antonia da Trindade Bueno	§ 9.º
1-10	Rosa de Paula Xavier	§ 10.º
1-11	José de Paula Xavier Bueno	§ 11.º

§ 1.º

1-1 Major Francisco de Paula Lima Bueno, fallecido a 13 de Março de 1864, casado em Curityba a 10 de Fevereiro de 1813 com Gertrudes Maria do Espirito Santo, filha de Antonio Alves de Araujo, fallecido com testamento a 3 de Janeiro de 1833, e de sua mulher Francisca Clara das Chagas, que foi sua inventariante.
Filhos:
2-1 Leocadia de Paula Lima, casada em Curityba a 15 de Maio de 1838 com Francisco de Paula Guimarães Alves, fallecido a 28 de Dezembro de 1855, filho de Gonçalo Francisco Guimarães, natural da Villa de Guimarães-Portugal, e de sua mulher Anna Alves de Araujo; neto pela parte paterna de Antonio Francisco Guimarães, natural de Braga, e de sua mulher Margarida Correia de

Andrade, natural de Santos; neto pela parte materna de Sebastião Alvares de Araujo, natural de S. José dos Pinhaes, e de sua mulher Quiteria da Silva Pinheiro, de Curityba.

Filhos:

3-1 José Ricardo Guimarães Alves, nascido a 9 de Abril de 1842 e fallecido a 13 de Abril de 1877, foi official da Secretaria do Governo do Paraná; casado em Curityba a 1.º de Dezembro de 1866 com Anna Fausta de Menezes, filha do Capitão Emilio Nunes Correia de Menezes e de sua mulher Maria Emilia Lopes de Menezes.

Teve:

4-1 Anna de Menezes Alves, nascida em 1869, foi casada com Pedro Estrella de Villares; com dous filhos residentes no Rio Grande do Sul.

4-2 Prescilliana de Menezes Alves, nascida em 1874, foi casada com José Mendes.

Filhos:

5-1 Petit.

5-2 José.

5-3 Lelita.

5-4 Mema.

5-5 Eloah.

4-3 Benedicta de Menezes Alves Martins — Ditinha — casada com Alfredo Romario Martins, homem de letras, jornalista e polemista de alto valor, talvez o mais completo talento jornalistico do Paraná. Historiador de merito. Mas, onde o seu valor litterario se tem revelado de forma incomparavel, tem sido nas suas primorosas obras de synthese, quasi que todas chronicas de um symbolismo ardente, de puro patriotismo regional. E' fanaticamente amante da sua terra. A «Illustração Paranaense», mensario paranista de artes e actualidades, vem trazendo ininterruptamente em sua pagina de honra uma dessas bellas joias litterarias de Romario Martins, como sejam: «O que se vê do alto», «Tinguhy», «Paequerê», «Cury-Tim», «Naipy e Tarobá», «Bom dia, Paraná»,

«Marumby» e o extraordinario «Sacy-Pererê» que não podemos deixar de integralmente o transcrever neste livro. Nas linhas do «Sacy-Pererê» ha muito que admirar, mas nas entrelinhas ha finissimas verdades que são mais fortes e suggestivas do que si escriptas fossem: «*Sacy-Pererê.* Todos os povos primitivos crearam os seus mythos e com elles povoaram os seus campos, as florestas, as aguas, o ar e o proprio céo. A Grecia foi o paiz classico dessas visões maravilhosas, e a sua psychica collectiva encheu «a selva de faunos e de satyros, os campos de centauros, as aguas de sereias, de dryades e de nymphas, o ar de sylphos e o céo de deuses». «No Brasil selvagem, até ao terceiro seculo o sertão, os rios, os caminhos, a natureza toda, eram povoados de genios em guarda vigiante á toda ordem de phenomenos, de contingencia, de sentimentos e de destinos. Uns creavam as fatalidades, outros defensavam a natureza, pompeante ainda nas suas galas virgens. Entre a lindeza da terra ornada de magnificencia e doada de abastança, cantante nas aguas translucidas dos paranãs immensuraveis, alterosos nos seus planaltos de esmeralda, nos massiços das suas serranias da côr do céo, na selva profunda dominada por tribus de multiplas procedencias e por flóra e faúna de especies incontaveis nasceram os seus genios tutelares: Anhangá, da faúna campesina; Caa-pora, da do matto; Yára, dos peixes; Mboia, das donzellas; Peruda, do amor e da saudade.

«Do fundo millenar da floresta, animicó e corpóreo, com uma perna só e os dentes verdes, electrico e nervoso surgio, então, o Sacy-Pererê protegendo as arvores! Desde então Pererê pereréca pelos caminhos, vigilando. Ao som do pãn, pãn, dos machados no tronco adusto do Pinheiro alteroso, salta n'um prisco, chispado no dorso dos rodomoinhos, para impedir inuteis derrubadas. Espanta o destruidor saltando-lhe ao congóte. Páu por páu, dá-lhe a valer. Salta-lhe a montaria e põe-no a pé no deserto sem termo e o apavora tanto que o matador de arvores erra os caminhos e fica prisioneiro eterno da floresta. . .

«Sacy-Pererê é um symbolo. E' o prudente espirito de conservação da utilidade e da belleza da floresta, repressor da incontinencia das derrubadas. Agil, quasi volatil, rindo, brincando, castigando, foi o genio da matta virgem e guardou-a do fogo e do machado, da ambição destruidora, dos devassadores de sua belleza, dos depredadores de sua utilidade.

«As ambições, porem, cresceram com as populações. «E por toda a parte onde o homem branco foi vindo e dominando, foram desapparecendo os Sacys... E os Pinheiros foram tombando, e foram cahindo as Imbuias, e foi se extinguindo a selva, e foi surgido o deserto . . . e foi morrendo a belleza! . . .» (Romario Martins.)

— Eis a bella pagina de Romario, de um symbolisco encantador, repassado de profundo patriotismo e amôr inegualavel por esta terra que é nossa, que é tão bella e tão encantadora.

O governo do Estado entregando o departamento da agricultura as mãos desse firme timoneiro, dá-nos a esperança de que algo quer fazer em pról do replantio das terras devastadas pelo implacavel machado; que quer regulamentar e systematisar o corte da madeira, pela substituição immediata de outras arvores plantadas para substituirem as que cahem com fim industrial.

Romario restaurará os — sacys — que saberão guardar do fogo e do machado a belleza das selvas e das mattas virgens.

— Em seguida damos os traços biographicos de Romario Martins em grande parte colhidos na «Galeria Paranaense», preciosa obra do Dr. Sebastião Paraná.

Romario Martins nasceu a 8 de Dezembro de 1874, em Curityba.

E' filho do Tenente-Coronel José Antonio Martins, natural do Rio de Janeiro, e de D. Florencia Severina Ferreira Martins, natural de S. Paulo; por esta, neto do Capitão Hermenegildo Antonio Ferreira.

1889 (8 de Outubro). Entrou para as officinas typographicas do «Dezenove de Dezembro», como aprendiz de typographo. Trabalhou nessa profissão, até Setembro de 1890, nas typographias daquelle jornal e nas do «Quinze de Novembro» e da «A Republica».

1890 (30 de Outubro). Nomeado pelo governador Innocencio Serzedello Correia, por proposta do Dr. Vicente Machado, Superintendente do Ensino Publico, collaborador da secretaria da mesma Superintendencia, logar que occupou até 23 de Agosto de 1892, quando a Constituição Politica do Estado vedou as collaborações nas repartições publicas.

1892. Voltou a trabalhar como typographo, nas officinas do «Correio Official», de 1.º de Setembro a 24 de Outubro, quando passou a substituir o 2.º official licenciado da Secretaria do Congresso Legislativo, regressando a 8 de Novembro ao seu logar na officina do «Correio Official», e, a seguir, nas officinas da «Folha Nova», «Diario do Commercio», «A Federação» e «Companhia Impressora Paranaense», até 1895.

1896. Nomeado interinamente amanuense da Inspectoria de Terras e Colonisação, addido á Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, fez concurso para o logar de 2.º official da mesma secretaria, sendo nomeado.

1901. Commissionado pelo governo do Estado para proceder a uma urgente investigação no Archivo Publico de São Paulo afim de obter documentos que instruissem a defesa juridica do Paraná na questão de limites movida por Santa Catharina, dalli trouxe em poucos dias oito documentos até então não conhecidos dos nossos advogados.

1902. Nomeado pelo Governador Xavier da Silva para o cargo de Director do Museu Paranaense, accumulando as suas funcções na Secretaria de Obras Publicas.

1902. Commissionado pelo Governador Dr. Francisco Xavier da Silva para conseguir no Rio Grande do Sul certidão de um documento de interesse do Estado que se suppunha existir no archivo da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre, conseguindo realisar integralmente essa incumbencia.

1904. Ainda 2.º official da Secretaria de Obras Publicas foi indicado e eleito Deputado ao Congresso Legislativo do Estado e por isso pedio exoneração daquelle cargo. A sua candidatura á deputação estadual foi de iniciativa do Dr. Vicente Machado da Silva Lima, chefe do Partido Republicano Paranaense, á vista de uma serie de artigos do joven funccionario publico, publicada diariamente na «A Republica», de critica á «Exposição Historico-Juridica» do Conselheiro Manoel da Silva Mafra, advogado do Estado de Santa Catharina na questão de limites com o do Paraná. Esses artigos foram impressos em volume por determinação do governo do Estado.
1908. Para delegado da Sociedade Estadual de Agricultura no 2.º Congresso Nacional de Agricultura reunido na Capital Federal, alli apresentando uma memoria sobre «O Pinho do Paraná e as suas necessidades», justificativa de cinco indicações que apresentou e que foram adoptadas pelo Congresso.
1908. Para o posto de Tenente-Coronel Commandante do 36.º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Curityba.
1908. Nomeado por Decreto n. 484, de 27 de Junho, membro da Commissão Organizadora da Exposição do Paraná na Exposição Nacional de Cereaes realisada no Rio de Janeiro.
1909. Escolhido pela Camara Municipal de Curityba para membro do Comité Central de Limites.
1909. Commissionado pelo governo do Estado, auxiliar da defesa juridica do Paraná, na questão de limites, no Rio de Janeiro.
1910. Nomeado pelo Comité Central de Limites seu delegado no Rio de Janeiro, junto dos advogados da nossa defesa na questão territorial com o Estado de Santa Catharina.
1910. Nomeado por Decreto do governo do Estado para membro da Delegação do Paraná no 3.º Congresso Brasileiro de Geographia em São Paulo, a sua memoria «Lages», alli apresentada, conseguio extenso parecer favoravel da commissão que a julgou, inclinando-se assim o Congresso pelas razões do Paraná na questão de Limites com Santa Catharina.

1911. Encarregado pelo governador do Estado Dr. Xavier da Silva para auxiliar da defesa juridica do Paraná na mesma questão, no Rio de Janeiro, alli escreveu a memoria «O Litigio em Face do Accordão de 6 de Julho de 1904» e conseguio varias certidões de documentos no Archivo Publico Nacional.
1917. Nomeado por Decreto n. 433, de 22 de Junho, para fazer parte da Commissão Executiva da Conferencia Nacional de Cereaes que se reuniu em Curityba, foi della o Secretario Geral, o organisador do programma, do regulamento e do relatorio.
1919. Nomeado pará representar o Estado no Congresso Internacional de Historia da America, reunindo-se no Rio de Janeiro. Tendo sido adiada a reunião do Congresso para 1922, foi por decreto de Maio de 1921 novamente nomeado.
1920. Indicado para membro da Commissão Censitaria Municipal, foi pela mesma incumbido da direcção dos trabalhos no municipio da Capital.
1921. Nomeado por Decreto n. 787, de 21 de Julho, membro da commissão encarregada de promover a representação do Estado na Exposição do Centenario do Brasil, realizada no Rio de Janeiro a 7 de Setembro de 1922.
1928. Nomeado por Decreto n. 139, de 19 de Março, para o cargo de Director do Departamento de Agricultura do Estado, exonerando-se do de Director do Museu nessa data.
A sua acção neste nobre encargo, ainda não póde ser convenientemente apreciado. Sua actuação é de recente data. Mas, quem como nós conhecer a força de vontade de Romario Martins, bem poderá aquilatar os relevantes serviços que em futuro não remoto terá prestado a esta terra que elle tão apaixonadamente ama.
Ahi já estão espalhados por varios pontos do Estado seis magnificos Campos de cultura experimental:
Granja do Canguiry (Agrostologica e Zootechnica);

Horto do Palmital (Fructicultura, Silvicultura e Horticultura); Campo de Tindiquera (Selecção de Sementes); Estação Experimental do Cary (Sericicultura, citricultura e selecção de arroz); Estação de Marumby (Cultura de plantas tropicaes).

O codigo florestal de sua autoria dentro em pouco estará em vigor, produzindo seus beneficos resultados, promovendo o replantio das terras cujos pinheiraes, cujos imbuiaes foram devastados pelo machado impiedoso do industrial.

Pelos governos do Estado e da União, foi nomeado: 1901. Para o posto de Capitão Assistente da 11.ª Brigada de infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Curityba.

1905. Para o cargo honorifico de Agente Auxiliar do Archivo Publico Nacional, que ainda exerce.

1907. Para o cargo de Fiscal do Governo Federal junto do Gymnasio Paranaense, durante o impedimento do effectivo.

1908. Para membro da Commissão organisadora da representação do Paraná na Exposição Nacional realisada no Rio de Janeiro. Por essa occasião organisou, por incumbencia do governo do Estado, o «Catalogo dos Jornaes do Paraná» e a collecção respectiva, apresentados na Exposição Commemorativa do Centenario da Imprensa no Brasil. Este seu trabalho foi considerado pela critica «sem contestação um dos mais methodicos e exhaustivos dos que a commemoração do 1.º Centenario da Imprensa no Brasil fez apparecer».

Sua acção como Deputado:

Foi deputado ao Congresso Legislativo do Estado nas legislaturas de 1904—1905, 1908—1909, 1910—1911, 1912—1914, 1918—1919, 1920—1921, 1922—1923, 1924—1926, 1926—1927, 1927—1928.

Em todas essas legislaturas fez parte da Commissão Permanente de Intrucção Publica e Catechese dos Indios, primeiramente como relator da commissão e nas duas ultimas como seu presidente.

São de sua autoria as leis do Estado seguintes, entre outras de menor importancia: a que estabeleceu como bandeira official do Paraná a que o povo, em 1904, arvorou nos comicios a pró da integridade territorial do Estado, na questão de limites com Santa Catharina;

— que adoptou o brasão de armas do Estado do Paraná;

— que regulou o corte de madeiras e estabeleceu obrigações para o reflorestamento;

— que estabeleceu o Sello da Garantia Official do Estado para os productos industriaes da nossa exportação;

— que instituio no Estado o Ensino Ambulante Agricola;

— que estabeleceu a obrigatoriedade do arbitramento para as divergencias na divisão territorial dos municipios;

— que creou a Colonia Infantil, para recolhimento e educação dos menores desamparados;

— que creou o Monte-Pio dos Servidores do Estado;

— que determinou uma revisão nos limites territoriaes dos municipios, obedecentes dos accidentes naturaes;

— que reservou para os indios que habitam o Estado a propriedade perpetua de terras nas comarcas de Palmas, Guarapuava, Tibagy e Rio Negro;

— que creou a Escola Agronomica do Paraná, estabelecimento de educação profissional que faz honra ao nosso Estado;

— que regulou a Pesca e a Caça no territorio do Estado.

Bateu-se com constancia e enthusiasmo pelos seus memoraveis projectos de Codigo Florestal e de Codigo da Herva-Mate, trabalhos esses que revellam erudição e patriotismo.

1905. Convocado, na qualidade de supplente para occupar logar de camarista da municipalidade da Capital, em 1905, foi eleito em seguida presidente da Camara e nessa qualidade occupou a Prefeitura durante licença do Prefeito effectivo.

São de sua iniciativa como Camarista diversas providencias legislativas, entre as quaes: a

— que instituio o brasão de armas da cidade;

— que creou o «Boletim do Archivo Municipal de Curityba» constante dos documentos de interesse historico, que se publicou durante dois annos, em fasciculos trimensaes, e que desde 1924 passou a ser publicado mensalmente, já estando no seu fasciculo 39, com 100 paginas cada um. Este Boletim se publica desde o seu primeiro numero sob a direcção do autor desta Genealogia;

— que deu organisação scientifica ao antigo Passeio Publico da Capital, traçando normas para a sua adaptação a Jardim Botanico;

— que conseguio a construcção de um deposito de inflammaveis fóra do quadro urbano e com os requisitos modernamente introduzidos em predios para tal destino;

— que estabeleceu um serviço systematico para a numeração predial;

— que determinou condições para a construcção de muros e gradis;

— que deu organisação ao serviço de remoção do lixo das casas particulares e da via publica;

— que deu combate ás brigas de gallos na capital, conseguindo a esse respeito o maior movimento em tal sentido;

— que fez estudar por profissional competente a geologia do municipio e publicar esses estudos.

Sociedades Scientificas e Litterarias nas quaes foi admittido socio:

1900. Admittido socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, tomando posse em sessão solemne, em 1908, e do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

1900. Fundou, em Curityba, o Instituto Historico e Geographico Paranaense.

1908. Admittido socio no Instituto Historico e Geographico de São Paulo.

1911. Admittido socio da Sociedade de Geographia de Lisbôa, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, do Instituto Historico e Geographico Parahybano e do Instituto Historico e Geographico Fluminense.

1913. Distinguido com a Medalha de Linneu pela Academia Royale des Sciences, da Suecia, pelo concurso prestado á investigação da flóra paranaense, feita por aquella academia e pela Sociedade de Geographia de Stockolmo.

1918. Admittido socio do Instituto Historico e Geographico da Bahia e da Societé de Histoire Internationale de Paris.

Jornalismo:

1895. Fez parte da redacção do «Diario do Commercio, fundado a 22 de Maio pelo notavel jornalista J. F. da Rocha Pombo.

1895. Passou a fazer parte da redacção da «A Tribuna», fundada a 17 de Setembro pelo Dr. Sebastião Paraná.

1896. Convidado por Julio Pernetta, que assumira a redacção da «A Republica» como secretario, sendo redactor-politico o Dr. Vicente Machado, a 2 de Janeiro passou a auxiliar da redacção desse jornal, onde até hoje permanece, com pequenas interrupções, como redactor-chefe.

Fundou varias revistas litterarias e scientificas e entre ellas:

«O Domingo», em 1892, com Manoel Saraiva; «Cidade de Curityba», em 1895, com Ricardo de Lemos; «O Meio», em 1895; a «Evolução», em 1896, com Julio Pernetta; a «A Penna», em 1897, com Julio Pernetta; o «Breviario», em 1900, com Alfredo Coelho; a «Turris Eburnea», em 1900; o «Album», em 1901; «Caras e Carrancas», em 1902, revista illustrada, com Alfredo Coelho; o «Boletim do Museu Paranaense», em 1904; o «Paraná», em 1907, revista illustrada, com Paulo Assumpção; o «Paraná Moderno», semanario illustrado, com Jayme Reis; o «Boletim do Instituto Historico e Geographico Paranaense», em 1917.

Collaborou em quasi todas as revistas litterarias e scientificas publicadas em Curityba, a partir de 1893.
Livros, Folhetos e Mappas:
1893. «Vozes Intimas», ensaio de philosophia espiritualista (2 edições).
1894. «Noites e Alvoradas» (mesmo assumpto).
1895. «O Socialismo», ensaio sobre a questão social.
1898. «Ruinas», contos.
1898. «O Combate do Cormorant», assumpto historico.
1899. «Historia do Paraná», adoptada na instrucção publica.
1900. «Psycologia da Placa», chronica sobre nomenclatura das ruas de Curityba.
1900. «Paraná Antigo e Moderno».
1901. «Limites a Suéste», estudo critico do memorial do Conselheiro Silva Mafra, advogado do Estado de Santa Catharina, na questão de limites movida contra o do Paraná.
1902. «Argumentos e Subsidios sobre a Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catharina.»
1906. «Curityba», historico de sua fundação.
1906. «Paranaguá», historico de sua fundação.
1905. «A Exposição do Cincoentenario» (1853—1903). Historico e Catalogo.
1909. «O Pinho do Paraná e as suas necessidades». Justificação das indicações apresentadas em sessão de 22 de Agosto de 1908, do 2.º Congresso Nacional de Agricultura reunido no Rio de Janeiro.
1909. «Santa Catharina versus Paraná». Critica do memorial do Visconde de Ouro Preto, advogado do Estado de Santa Catharina, apresentado ao Supremo Tribunal.
1909. «Tres Estudos da Questão de Limites».
1910. «Catalogo de Mappas dos Seculos XVII a XIX, referentes ao territorio litigioso entre os Estados do Paraná e de Santa Catharina e que instruem o direito paranaense».
1899. «Almanach do Paraná», continuando nos annos seguintes, até 1903.

1908. «Catalogo dos Jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907».
1901. «Motivos da creação da Provincia do Paraná».
1908. «Catalogo de Agricultura, Industrias e Artes Liberaes da Secção do Estado do Paraná na Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro».
1913. «Mappa do Estado do Paraná». Escala 1:2000000.
1915. «Alguns Mappas dos Seculos XVII a XIX». Relaciona e dá esclarecimentos sobre 60 mappas e os reproduz em «fac-simile». Chronologia dos principaes factos do descobrimento e da conquista do Brasil pelos portuguezes.
1915. «Mappa Ethnographico do Paraná», indicativo da destribuição actual das tribus indigenas no territorio do Estado.
1916. «Ararapira», limite N. E. com São Paulo.
1904. «O Rio Sahy», limite S. E. com Santa Catharina.
1910. «O Litigio em Face do Accordam de 6 de Julho de 1904».
1911. «Mappa do Estado do Paraná para o Estudo da Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catharina». Escala 1:2000000.
1910. «Limites Inter-Estaduaes entre o Paraná e Santa Catharina».
1910. «Mappa da Questão de Limites entre o Paraná e Santa Catharina demonstrada na geographia politica do sul do Brasil».
1915. «Documentos Comprobatorios dos Direitos do Paraná na Questão de Limites com Santa Catharina», 2 volumes, colleccionando 147 documentos obtidos por certidão do Archivo Publico de São Paulo. Com a reproducção de um antigo planispherio elucidativo da divisão do «orbe gentilico» entre Portugal e Espanha.
1914. «O que eu faria se fosse advogado», rascunho de embargos á sentença do Supremo Tribunal Federal na questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina.
1915. «O que é o Paraná» (2 edições).

1916. «O Livro do Mate», estudo historico, botanico e estatistico da Herva-Mate.
1918. «Alguns Aspectos do Paraná».
1910. «A Devastação dos Pinheiraes e a Florestação Industrial no Paraná».
1920. «Como se fez a Nossa Independencia».
1919. «Mappa do Estado do Paraná», na escala de 1:1000000, abrangendo o Estado de Santa Catharina.
1921. «Mappa Geral do Paraná», na escala de 1:1000000.
1921. «A Bandeira da Republica dos E. U. do Brasil». Trabalho didactico, unico em seu genero, explicativo da bandeira nacional, sob o ponto de vista heraldico.
1926. «Ilex-Mate».
Teve os seguintes filhos:
5-1 Sideria Martins Maciel, casada com Marcial Maciel, commerciante em Curityba.
Filhos:
6-1 Geraldo.
6-2 Ledo.
6-3 João.
6-4 Maria Therezinha.
5-2 Ivahy Martins, engenheiro agronomo.
5-3 Romario Martins Filho, engenheiro agronomo, serventuario municipal.
5-4 Belkyss, fallecida.
5-5 Sahy, fallecida.
5-6 Ruy Martins.
5-7 Loreto Martins.
5-8 Azurita Martins.
5-9 Ivo Martins.
5-10 Néo Martins.
3-2 Francisco de Paula Guimarães Alves, nascido em 13 de Outubro de 1847.
3-3 João de Paula Guimarães, nascido em 1849.
3-4 Ermelina de Paula Lima, casada em 1856 com José Libanio de Souza Guimarães, filho de Diogo de Souza Guimarães e de sua mulher Escolastica Maria de Jesus.

Teve:
4-1 Francisco Libanio Guimarães.
4-2 João Libanio Guimarães.
4-3 José Libanio Guimarães.
4-4 Ermelina Guimarães.
2-2 Capitão Francisco de Paula Xavier Frade, era negociante e com 52 annos de edade quando falleceu seu pae em 1864. Era proprietario desde 11 de Janeiro de 1853 da sesmaria do «Campo novo» da então freguezia do Rio Negro, composta de Fazenda de criação e cultura e que antes pertencera a Caetano José Prestes e sua mulher. Foi sua legataria Maria da Gloria e Souza. Fez parte da governança do Rio Negro, onde gozou de vasto prestigio e estima.
Filhos:
3-1 Francisca Xavier de Almeida Frade, casada com o Capitão Severo José de Almeida, filho de Fortunato José de Almeida e de sua mulher Maria de Paula.
Filhos:
4-1 Coronel Leopoldo José de Almeida, chefe-politico de prestigio e grande industrial no Rio Negro, onde se casou com Raulina Pitta.
(Não conseguimos a relação dos filhos.)
4-2 Coronel Alfredo Xavier de Almeida, nascido no Rio Negro. Educou-se, em Curityba, no Collegio do Dr. Azambuja. Iniciou a sua carreira de trabalho no commercio. Foi depois Tabellião em Rio Negro, e, por fim, industrial de herva-mate. Trabalhou durante 20 annos no Engenho «Bom Jesus», de sua propriedade, naquella cidade. Alem de industrial, foi fazendeiro criador. Foi camarista varios annos e, desde 1917, até fallecer, 1927, representou o seu Municipio no Congresso Estadoal. Foi politico tolerante e liberal e cidadão próbo.
Foi casado com Maria Luiza Grein de Almeida.

Filhos:
5-1 Honestalio, fallecido.
5-2 Maria Luiza, fallecida.
5-3 Domitilla de Almeida Munhoz da Rocha, que foi a segunda mulher do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, benemerito paranaense de quem já tratamos nesta obra, onde demos delle alguns traços biographicos, ascendentes e descendentes, no 1.º volume a pagina 246 e no 3.º a pagina 557.
5-4 Cecilia de Almeida Ribas, casada com Benedicto Ribas.
Filhos:
6-1 Zilah.
6-2 Maria.
5-5 Lysandro de Almeida, casado com Olga Supplicy de Almeida.
Filhos:
6-1 Cyrtes.
6-2 Pery.
5-6 Raul de Almeida, casado com Thusnelde Müller de Almeida.
Filha:
6-1 Regina.
5-7 Julio de Almeida.
5-8 Jandyra de Almeida França, casada com o Dr. Aluizio França, natural de Curityba, medico de renome. Fez seu curso medico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E' professor de therapeutica da Faculdade de Medicina do Paraná. Completou seu curso medico em 1914. E' filho do Coronel Luiz Ferreira França e de sua mulher Josephina Martins França.
Teve:
6-1 Josephina Maria.
6-2 Jandyra.
5-9 Alfredo de Almeida Junior.
5-10 Olivia de Almeida.
4-3 Heliodoro de Almeida, casado com Guilhermina Bacellar.
4-4 Walfrido de Almeida, casado com Florisbella Machado.

4-5 Severo de Almeida, casado com Severina Maia.
4-6 Capitão Nivaldo Xavier de Almeida, nascido a 24 de Julho de 1887, casado com Frieda Diedrich. Chefe politico no Rio Negro, onde exerce o cargo de Prefeito Municipal.
Filhos:
5-1 Severo.
5-2 Nivaldo.
5-3 Alda.
5-4 Livio.
4-7 Argemiro de Almeida, casado com Cacilda Moreira.
4-8 Francisca de Almeida, casada com Emilio Becker.
4-9 Alice de Almeida, casada com Manoel Pacheco.
4-10 Analia de Almeida, casada com Joaquim Pinto Ribeiro.
4-11 Nahyr de Almeida, casada com Narciso James Braz.
4-12 Maria Olivia de Almeida.
4-13 Nathalia de Almeida, casada com Francisco Vian.
3-2 João de Paula Xavier Frade, casado com Maria Augusta da Cunha. Pertencia a governança do Rio Negro.
3-3 Maria Barbosa de Almeida, casada com Miguel Barbosa de Almeida.

§ 2.º

1-2 Anna Xavier Bueno, casada a 11 de Fevereiro de 1813 com o Sargento-Mór José de Andrade Pereira, filho de Manoel de Andrade Pereira e de sua mulher Maria Custodia de Barros, 2-2 de pagina 585 do 2.º volume.
Ahi a geração.

§ 3.º

1-3 Major Antonio de Paula Xavier Bueno, casado em Curityba a 15 de Maio de 1842 com Leocadia Ubaldina de Jesus, filha do Ajudante João Gonçalves Franco e de sua mulher Escolastica Angelica Bernardina, 5-11 de pagina 480 do 1.º volume.
Ahi os descendentes.

§ 4.º

1-4 João de Paula Xavier Bueno, casado com Victoriana Xavier.

§ 5.º

1-5 Rita de Paula Xavier, casada em primeiras nupcias a 18 de Outubro de 1813 com Francisco Alves de Araujo, fallecido em 30 de Maio de 1827, filho de Antonio Alves de Araujo e de sua mulher Francisca Clara das Chagas; em segundas nupcias se casou antes de 17 de Outubro de 1827 com Francisco Felix do Prado.
Teve do primeiro matrimonio:
2-1 Anna Joaquina de Araujo, casada em Curityba a 12 de Abril de 1842, com Jacintho Leme do Prado e Silva, filho de Fortunato Leme do Prado e de sua mulher Maria Gregoria da Silva.
2-2 Iria de Paula Araujo, casada a 3 de Maio de 1842 com Joaquim José de Freitas Saldanha, filho de Antonio José de Freitas Saldanha e de sua mulher Anna Maria de Jesus.
2-3 Maria, fallecida a 26 de Outubro de 1830 com 2 annos.
Do segundo matrimonio não conhecemos a descendencia.

§ 6.º

1-6 Dina de Lima Bueno, casada a 9 de Abril de 1831 com Hermenegildo Alves de Araujo, filho de Antonio Alves de Araujo e de sua mulher Francisca Clara das Chagas.

Teve:
2-1 Maria Angelica de Araujo, casada com o Coronel Domingos Ignacio de Araujo Pimpão. Com descendentes já descriptos em 5-4 de pagina 451 do 3.º volume.
2-2 Lauriana de Paula Ribas, casada com Virissimo Ignacio de Araujo Marcondes, 5-6 de pagina 505 do 3.º volume.
Ahi a descendencia.
2-3 Laurinda de Paula Xavier, casada com Joaquim Marianno de Sá Ribas, filho de Seraphim de Oliveira Ribas e de sua mulher Marianna de Siqueira Moraes, 6-3 de pagina 473 do 1.º volume.
Ahi a geração.

§ 7.º

1-7 Maria de Paula Xavier Bueno, casada a 16 de Outubro de 1823 com o Capitão Ricardo José Taborda Ribas, filho do Capitão Manoel José de Borba Ribas e de sua mulher Maria Rita de Lima. Por morte de sua mulher passou a segundas nupcias com Francisca Joaquina de Andrade, 4-7 de pagina 246 do 2.º volume.
Teve a filha unica:
2-1 Maria, fallecida em criança.

§ 8.º

1-8 Miguel de Paula Xavier Bueno, casado na Lapa a 31 de Janeiro de 1826 com Joaquina Antonia do Nascimento, filha de Joaquim Antonio de Albuquerque e de sua mulher Maria do Nascimento.
Com descendencia já descripta em 5-10 de pagina 476 do 1.º volume.

§ 9.º

1-9 Antonia da Trindade Bueno, casada a 29 de Abril de 1828 com João Pereira de Andrade, filho de Manoel

Pereira de Andrade e de sua mulher Escolastica Maria de Lima.
Com descendentes já descriptos em 5-6 de pagina 473 do 1.º volume.

§ 10.º

1-10 Rosa de Paula Xavier, casada em S. José a 24 de Abril de 1827 com o Alferes Francisco Ignacio de Andrade, filho de Francisco Ignacio de Andrade e de sua mulher Francisca do Rosario Costa. Já descriptos em Titulo Rodrigues Seixas.

§ 11.º

1-11 José de Paula Xavier, com 25 annos de edade em 1826.

CAPITULO 2.º

2 — Rita Ferreira de Oliveira Bueno, casada em Curityba a 19 de Julho de 1807 com o Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, sendo já viuvo de Escolastica da Annunciação.
Possuia fazenda de criação de gado vaccum em Guarapuava. Por Alvará de 1.º de Abril de 1809 foi incumbido do povoamento de Guarapuava, e com suas tropas, de guarnecer todo o sertão para evitar os ataques dos selvicolas, de cuja catechese e civilisação estava occupado o benemerito Padre Francisco das Chagas Lima. Iniciou essa missão em 1810, até que em 1817 foi resolvido pela Junta Administrativa da Expedição que ordenou o desguarnecimento de Guarapuava, e retirada das tropas. Pertencia ao Regimento de Milicia de Curityba. Era homem autoritario e violento, como se verifica de diversos documentos da epoca que o accusam de tyranno e ligado ao Tenente-Coronel Affonso Botelho de Sampaio e Souza.
Falleceu na cidade de Castro a 1.º de Maio de 1820, onde chegara poucos dias antes, vindo do sertão em

busca de alivio a seus encommodos de saude; prestou a sua patria adoptiva 58 annos de relevantes serviços.
Por Patente de 17 de Junho de 1796, passada em Lisbôa pelo Principe-Reinante D. João, foi promovido no posto de Capitão de Bombeiros do Corpo de Infantaria da Legião de voluntarios reaes de S. Paulo, e a 20 de Junho de 1803, foi elevado ao posto de Sargento-Mór de Cavallaria de milicia de Curityba e n'esse posto, seguio na Expedição aos Campos de Guarapuava, da qual mais tarde foi Commandante. Esse serviço consta da Patente pela qual foi a 22 de Agosto de 1809, elevado ao posto de Tenente-Coronel graduado com o soldo de Sargento-Mór de linha, por D. João VI já então no Rio de Janeiro, d'onde foi passada a Patente.
O seu consorcio com Rita Ferreira de Oliveira Bueno realisou-se em Curityba com grande pompa, magnificencia e explendor, sendo delle testemunhas, do noivo o General Governador de S. Paulo D. Luiz Antonio de Souza e sua mulher Luiza d'Horta, representados pelo Coronel Manoel Gonçalves Guimarães e sua filha Maria Clara, e por parte da noiva foram testemunhas o Capitão-Mór de Curityba Antonio Ribeiro de Andrade e o Guarda-Mór Capitão Joaquim Marianno Ribeiro Ribas.
Era homem de seus 55 annos de edade quando realisou seu segundo casamento.
Quando Tenente-Coronel Commandante da Expedição á Guarapuava, teve serio attrito com o benemerito Padre Chagas, catechista de renome, que accusou o Commandante Diogo Pinto de estabelecer a desordem e anarchia no seu aldeiamento de selviculas catechisados, introduzindo entre elles, os soldados de seu commando, com o que se estabeleceu scenas de desenvoltura dos soldados e dos indigenas, de natureza escandalosa, como o missionario previa e desejava evitar, e com o que teve tão forte abalo que chegou a perder a razão.
Teve:

1-1 Francisco Pinto de Azevedo Portugal § 1.º
1-2 Antonio Pinto de Azevedo Portugal § 2.º
1-3 Diogo Pinto de Azevedo Portugal Filho § 3.º
1-4 José Ferreira Pinto § 4.º
1-5 João Pinto de Azevedo Portugal § 5.º

§ 1.º

1-1 Francisco Pinto de Azevedo Portugal, nascido em Atalaia a 2 de Abril de 1814, quando seus paes se achavam na real expedição em Guarapuava. Casou-se em Curityba a 24 de Junho de 1834 com Maria Joaquina da Paixão, nascida em Curityba a 10 de Abril de 1816, filha do Tenente-Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso e de sua mulher Anna Joaquina da Paixão.
Filhos:
2-1 James Pinto de Azevedo Portugal, casado a 26 de Agosto de 1870 com Anna Rosa de Macedo, filha do Capitão Manoel Ribeiro de Macedo e de sua mulher Francisca de Paula Pereira de Macedo.
Com descendencia já descripta em Titulo Rodrigues Seixas em 6-4 de pagina 329 do 2.º volume.
2-2 Anna Maria de Azevedo Portugal, casada com o Coronel João Ribeiro de Macedo, filho de Manoel Ribeiro de Macedo e de sua mulher Francisca de Paula Pereira de Macedo.
Com descendentes já descriptos em Titulo Rodrigues Seixas em 6-6 de pagina 331 do 2.º volume.
2-3 Rita Ferreira de Azevedo Souza, casada com o Tenente-Coronel Carlos José de Oliveira e Souza, filho do Capitão Manoel Joaquim de Souza (filho de José Joaquim de Souza) e de sua mulher Carlota Angelica Franco de Souza, nascida a 24 de Agosto de 1808 e fallecida a 8 de Abril de 1871, filha do Ajudante João Gonçalves Franco, nascido em Braga-Portugal, em 1777, e de sua mulher Escolastica Angelica Bernardina,

nascida em Lages a 28 de Outubro de 1790 e casada em 29 de Novembro de 1807 em Curityba, filha do Tenente-Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, natural de Portugal, e de sua primeira mulher Anna Maria do Sacramento.
Teve:
3-1 Maria Josephina de Souza Franco, casada com o Capitão Evaristo Martins Franco, filho do Commendador Antonio Martins Franco e de sua primeira mulher Maria Angela Alves de Araujo. E' capitalista e grande proprietario de terras no Cajurú e Santa Barbara, municipio de Curityba. E' alto funccionario do Estado, ora aposentado.
Teve:
4-1 Aristides, fallecido em 1875 com 5 mezes de edade.
4-2 Dr. Arthur Martins Franco, engenheiro. Foi engenheiro da Camara Municipal de Curityba, Deputado ao Congresso Legislativo do Paraná em varias legislaturas, Juiz commissario de terras, Secretario de Finanças do Paraná, sendo presentemente Deputado Federal, cargos estes que tem desempenhado com dignidade, intelligencia e competencia.
Casado com Leonor Monteiro de Carvalho Franco, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, que representou papel saliente na politica do Estado, sendo 1.º Vice-Presidente, assumindo a administração do Estado algumas vezes; foi industrial e director de Banco em Curityba, e de sua mulher Maria do Belém de Carvalho e Silva; neta pela parte paterna de Antonio Monteiro de Carvalho e Silva, natural de Portugal, e de sua mulher Theolinda Pires Monteiro; neta pela parte materna do bacharel Vicente Ferreira da Silva Bueno e de sua mulher (e sobrinha) Maria Rosa da Silva.
Filhos:
5-1 Maria Josephina.
5-2 Joaquim.

5-3 Alice.
5-4 Leonor.
5-5 Arthur.
5-6 Ignez.

4-3 Maria Angela Franco da Costa, professora, diplomada pela Escola Normal de Curityba, casada com seu cunhado Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, filho de Antonio Ferreira da Costa e de sua mulher.
O Dr. Lysimaco conquistou com raro brilhantismo a cadeira de physica e chimica do Gymnasio Paranaense, sendo classificado em primeiro lugar e logo em seguida provido n'ella. Foi durante o governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha Inspector geral do Ensino, cargo que desempenhou com grande competencia, demonstrando n'elle, illustração, criterio e uma capacidade de trabalho, difficilmente egualada. O Dr. Affonso Camargo o convidou para o cargo de Secretario dos negocios da Fazenda, que ora occupa.
Sem filhos.

4-4 Ernestina Franco de Macedo, professora normalista, casada com Agostinho Ribeiro de Macedo Filho, filho do Coronel Agostinho Ribeiro de Macedo e de sua mulher Gabriella Franco de Macedo.
Teve:
5-1 Ercilia, fallecida.
5-2 Maria Gabriella.
5-3 Antonio.
5-4 Claudio.
5-5 Evaristo, fallecido.
5-6 Belkis, fallecida.

4-5 Euzinia Franco Teigão, casada com o Capitão José Alves Teigão, foi Fiel do Thesoureiro da Secretaria Geral do Estado, Collector de Rendas de Teixeira Soares e presentemente é Sub-Inspector de Rendas Estaduaes em Antonina, filho do Capitão Appollinario Alves Teigão e de sua mulher Catharina de Macedo Gracia Teigão.
Teve:
5-1 Maria José Franco Teigão.
5-2 Manoel Franco Teigão.

4-6 Dr. Antonio Martins Franco, foi Juiz de Direito da Capital, exercendo então em commissão o lugar de Procurador Geral da Justiça do Estado, perante o Superior Tribunal do Paraná. Hoje é Dezembargador.
Foi casado em primeiras nupcias com Helvidia Munhoz, fallecida em 1915, filha do Commendador Alfredo Caetano Munhoz e de sua mulher Rita de Assis Munhoz.
Em segundas nupcias com Leony Hintz, filha de Gustavo Hintz.
Sem filhos do primeiro matrimonio.
Do segundo matrimonio teve:
5-1 Carlos.
5-2 Dahy.
5-3 Leompete.

4-7 Esther Franco, professora normalista, foi a primeira mulher do Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, que por seu fallecimento se casou com sua irmã Maria Angela Franco, 4-3 retro.
Deixou os seguintes filhos:
5-1 Esther.
5-2 Antonio.
5-3 Zoé.
5-4 Evaristo.
5-5 Laura.
5-6 Lysimaco.
5-7 Carlos.
5-8 Maria José.
5-9 Alba.
5-10 Maria Josephina.
5-11 Plinio.

4-8 Euridyce Franco, professora normalista, casada com Leonidas Ferreira da Costa, serventuario publico, irmão do Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, de 4-7 acima.
Teve:
5-1 Marcolino Antonio.

4-9 Dr. Francisco Martins Franco, medico de renome, com grande clinica na Capital. Lente da Universidade do Paraná. Casado com Maria Rosa de Miranda Franco,

filha do importante industrial Guilherme Xavier de Miranda, já fallecido, que foi Camarista e Presidente da Camara da Capital, e de sua mulher Maria Thereza de Bittencourt, com ascendentes descriptos em Titulo Rodrigues de França.
Filhos:
5-1 Orlando.
5-2 Otton.
5-3 Maria Rosa.
5-4 Evaristo.
5-5 Guilherme.
5-6 Paulo.

4-10 Jovina Franco de Souza, professora normalista, casada com Frederico Carlos Franco de Souza, filho do Coronel Frederico Carlos de Souza e de sua mulher Maria Catharina de Macedo Souza.
Teve:
5-1 Maria, fallecida.
5-2 Frederico.
5-3 Leonyra.
5-4 Nyce.
5-5 Reynaldo.
5-6 Estella.

4-11 Ercilia Franco, fallecida aos 16 annos, applicada alumna da Escola Normal.

4-12 Dr. João Herculano Franco, engenheiro agronomo, Juiz Commissario de terras, casado no Rio Grande do Sul com Lydia Franco.
Teve:
5-1 Herculano.

4-13 Ritta Edith Franco de Souza, professora normalista, casada com Manoel de Macedo Souza, irmão de Frederico Carlos Franco de Souza, de 4-10 acima.
Teve:
5-1 Emmanoel, fallecido.
5-2 Maria Josephina.

4-14 Maria José Franco, solteira.

3-2 Manoel, fallecido de menor edade.

3-3 Gabriella de Souza Macedo, casada com o Coronel

Agostinho Ribeiro de Macedo. Com ascendentes e descendentes descriptos em Titulo Rodrigues Seixas.

3-4 Frederico Carlos Franco de Souza, casado com Maria Catharina de Macedo. Com ascendentes e descendentes descriptos em Titulo Rodrigues Seixas.

3-5 Manoel, fallecido de menor edade.

3-6 Coronel Herculano Carlos Franco de Souza, acreditado commerciante de Curityba, foi casado em primeiras nupcias com Francisca de Macedo Souza, filha do Commendador José Ribeiro de Macedo e de sua mulher Laurinda de Loyola Macedo. Com descendentes descriptos em Titulo Rodrigues Seixas, em 7-4 de pagina 309 do 2.º volume.
Casado em segundas nupcias com Maria da Conceição Reinhardt.
Do segundo matrimonio teve:
4-1 Adyr.
4-2 Dionéa.

3-7 Alcidia de Souza Natel, casada com Izaias Natel de Paula, filho de Guilherme de Paula e de sua mulher Galdina Natel.
Teve:
4-1 Carlos Guilherme de Souza Paula.
4-2 Norberta.
4-3 Herculano.
4-4 Orita Isabel.
4-5 Rita, fallecida.
4-6 Edith, fallecida.

3-8 Carlos Franco de Souza, Collector federal de Curityba, casado com Tharcilla Munhoz, filha do Commendador Alfredo Caetano Munhoz e de sua mulher Rita de Assis de Oliveira Munhoz. Com ascendentes e descendentes em Titulo Carrasco dos Reis em 6-4 de pagina 241 do 1.º volume.

3-9 Agostinho Carlos Franco de Souza, casado com Eulalia de Lima Souza, filha de Francisco Garcia de Lima e de sua mulher Anna Affonso de Lima.
Filhos:
4-1 Athenaide Lima de Souza Marcondes, casada com o Dr. Epaminondas Marcondes.

4-2 Zayde de Lima e Souza.
4-3 Herculano Lima e Souza.
4-4 Joffre de Lima e Souza.

3-10 Donatilla Franco de Souza, casada com Alvaro Natel de Paula, filho de Guilherme de Paula e de sua mulher Francisca Natel de Paula.
Teve:
4-1 Carlos de Souza Paula, casado com Ivone Reis.
4-2 Oswaldo, fallecido.
4-3 Francisca de Souza Paula, casada com o Capitão Guido Alfredo Cavalcante de Albuquerque, filho do Senador Dr. Carlos Cavalcante de Albuquerque e de sua mulher Francisca Munhoz Cavalcante de Albuquerque.
Teve:
5-1 Carlos Cavalcante Netto.
5-2 Doris.
5-3 Alvaro.
4-4 Rita de Souza Paula, solteira.
4-5 Guilherme de Souza Paula, solteiro.

3-11 Capitão Octavio Franco de Souza, distincto official do exercito, fallecido tragicamente em um desastre de automovel em Dezembro de 1925, na cidade de Castro. Era casado com Yollanda Taques.
Filhos:
4-1 Carlos Franco de Souza.
4-2 Maria Franco de Souza.
4-3 Celia Franco de Souza.
4-4 Carmen Franco de Souza.
4-5 Yollanda Franco de Souza.

3-12 Francisco, fallecido em criança, gemeo com

3-13 Francisca de Souza Castro, casada com João de Castro Junior, filho de João Antonio de Castro, funccionario da Alfandega de Paranaguá, e de sua mulher Victoria Coelho de Castro.
Teve:
4-1 João Carlos de Souza Castro.
4-2 Donatilla de Souza Castro.
4-3 Victoria de Souza Castro.
4-4 Plinio, fallecido.

4-5 Mario de Souza Castro.
4-6 Athir de Souza Castro.
4-7 Gelson de Souza Castro.
4-8 Dilce, fallecida.
4-9 Nilce.

3-14 Jocelym Carlos Franco de Souza, Capitão do exercito, casado com Ondina Gomes de Souza.
Filhos:
4-1 Athir Gomes de Souza.
4-2 Julieta Gomes de Souza.
4-3 Jocelia Gomes de Souza.
4-4 Alcino, fallecido.
4-5 Carlos Gomes de Souza.
4-6 Carmen Gomes de Souza.
4-7 Edú Gomes de Souza.

2-4 Adelaide de Azevedo Müller, casada com José Mathias Müller, filho de Miguel Müller e de sua mulher Anna Maria Krones; neto pela parte paterna de Felippe Müller e de sua mulher Anna Margarida; neto pela parte materna de Americo Krones e de sua mulher Barbara Praiza, todos naturaes da Allemanha.
Teve:

3-1 Francisco de Azevedo Müller, viuvo de Lucia de Loyola Müller, filha de Antonio de Loyola e Silva e de sua mulher Joaquina Maria Rosa de Loyola e Silva.
Sem filhos.

3-2 Maria da Luz de Azevedo Müller, solteira.

3-3 Adelaide de Azevedo Müller de Macedo, casada com o Coronel Joaquim Pereira de Macedo.
Com traços biographicos, ascendentes e descendentes em Titulo Rodrigues Seixas em 6-10 de pagina 342 do 2.º volume.

3-4 Alzira de Azevedo Müller de Lima, casada com o General João Soares Neiva de Lima, official reformado do exercito.
Teve:
4-1 Manrique Neiva de Lima, casado com Josima Ramos, filha de Manoel Ramos, Contador aposentado da Delegacia Fiscal do Pa-

raná, e de sua mulher Maria da Conceição Ramos. Com ascendencia e descendencia em 7-3 de pagina 426 do 2.º volume.

4-2 João Müller Neiva de Lima, casado com Aida Pereira, filha do Dr. Luiz José Pereira e de sua mulher Leopoldina Viegas Pereira.
Filhos:
5-1 Antonio, e mais 5 filhos.

4-3 Maria Müller Neiva de Lima, casada com Augusto Schimmelpfeng, filho de Albino Schimmelpfeng e de sua mulher Maria Josephina Schimmelpfeng.
Teve:
5-1 Josephina.

4-4 José, fallecido.
4-5 Alvaro, fallecido.
4-6 Alzira.
4-7 Emilio.
4-8 Adelaide.
4-9 Christina.
4-10 Julião.
4-11 Tude.
4-12 Moacyr.
4-13 Nympha.
4-14 Augusto, fallecido.
4-15 Alice.

3-5 Christina de Azevedo Müller, solteira.

3-6 Major Hormino de Azevedo Müller, official da Policia militar do Districto Federal, serve em Commissão no Corpo de Bombeiros, casado com Francisca de Macedo Xavier, filha do Coronel Zacharias de Paula Xavier e de sua mulher Joaquina de Macedo Xavier.
Com descendentes em Titulo Rodrigues Seixas.

3-7 José de Azevedo Müller, viuvo de Elvira Paes Müller.
Filhos:
4-1 Leofredina.
4-2 Lauro.
4-3 Floriano.

4-4 José.

2-5 Capitão Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, casado com Maria Clara de Souza, filha de Verissimo Antonio de Souza e de sua mulher Maria Izabel Vaz. (Vêr pagina 433 do 2.º volume.)
Teve:

3-1 Verissimo Pinto de Azevedo Portugal, nascido em 1860, casado com Julia de Azevedo Portugal.
Filhos:
4-1 Heloisa.
4-2 Gumercindo.

3-2 Maria de Jesus Lobo de Moura, casada com o Dezembargador Augusto Lobo de Moura.
Teve:

4-1 Adilia de Moura, casada com Leonidas Fernandes de Barros, filho do Dezembargador Bento Fernandes de Barros e de sua mulher Joaquina Fernandes de Barros, já referidos em 6-2 de pagina 465 do 2.º volume desta obra.
Sem filhos.

4-2 Coriolano Moura, casado com Olga Machado, filha de José Machado e de sua mulher Maria Machado.
Filhos:
5-1 Rubens.
5-2 Levy.
5-3 Cyro.

4-3 Alice, fallecida.

3-3 João Pinto de Azevedo Portugal, fallecido em 1882.

3-4 Zulmira, fallecida em criança.

3-5 Escolastica de Azevedo, casada com Durval de Souza Ferreira, filho de Lino de Souza Ferreira e de sua mulher Escolastica Borges de Macedo.
Teve:
4-1 Arthur.
4-2 Zulmira, fallecida em criança.
4-3 Palmyra, fallecida em criança.
4-4 Zelina, casada com Firmino . . . . . .

Teve:
5-1 Cid.
4-5 Arminio.
4-6 Durval.
4-7 João.
3-6 Manoel Pinto de Azevedo Portugal, casado com Maria Clara Parigot.
Filhos:
4-1 Graziella.
4-2 Francisco.
3-7 Francisco Pinto de Azevedo Portugal.
2-6 Amelia Augusta de Azevedo Gracia, casada com o Capitão Urbano José de Gracia, filho de Romão José de Gracia e de sua mulher Leocadia Macedo Gracia, filha de Manoel Ribeiro de Macedo e de sua primeira mulher Leocadia Lourença das Dôres.
Teve:
3-1 Francisco de Azevedo Gracia, fallecido, casado com Carmelina Destefano Gracia, filha de Francisco Destefano.
Filhos:
4-1 Euripedes.
4-2 Eurico.
3-2 Etelvina de Azevedo Gracia, casada com Leoclides de Gracia Vianna, filho de Ulysses Vianna e de sua mulher Maria Candida Gracia Vianna.
Teve:
4-1 Carmen.
4-2 Oscar.
4-3 Lucilia.
4-4 Clovis, fallecido.
4-5 Hugo.
3-3 Urbano José de Gracia Filho, casado com Francisca de Gracia, filha de Luciano José de Gracia.
Filhos:
4-1 Ubaldo.
4-2 Urbano.
3-4 Josephina Gracia, casada com João Candido de Lara.
Teve:

4-1 Helena.
4-2 Cecy.
2-7 João Pinto de Azevedo Portugal, casado com Ursulina Natel, filha de Manoel Custodio Natel e de sua mulher.
(João Pinto de Azevedo Portugal teve um filho natural: Modesto Pinto Portugal, que foi assassinado em Teixeira Soares, deixando filhos.)

§ 2.º

1-2 Capitão Antonio Pinto de Azevedo Portugal, teve a sua Patente de Capitão da 2.ª Companhia do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Curityba, passada pelo Presidente de S. Paulo Brigadeiro Manoel da Fonseca Lima e Silva, a 9 de Agosto de 1844; casado a 22 de Fevereiro de 1843, em Curityba, com Claudiana Cecilia Maria Borba, natural de Montevidéo, filha do Sargento-Mór Vicente Antonio Rodrigues Borba e de sua mulher Joanna Hilaria Morocine Borba, dos quaes trataremos nesta obra.
Teve:
2-1 Martiniano Borba de Azevedo Portugal, fallecido.

§ 3.º

1-3 Diogo Pinto de Azevedo Portugal Filho, casado a 7 de Julho de 1846 com Vitalina Rosa Ferreira, filha de Antonio Francisco Guimarães e de sua mulher Maria Joaquina Ferreira; neta pela parte paterna de Gonçalo José Guimarães e de sua mulher Anna Alves Guimarães.
Filhos:
2-1 Eleuterio de Azevedo Portugal.
2-2 Alipio Pinto de Azevedo Portugal.
2-3 Antonio Pinto de Azevedo Portugal.
2-4 Maria Januaria Portugal Costa.
2-5 Francisco Pinto de Azevedo Portugal.
2-6 Vitalina Pinto de Azevedo Portugal.

§ 4.º

1-4 José Ferreira Pinto de Azevedo Portugal, casado a 19 de Dezembro de 1837 com Francisca de Paula Ribas, filha do Guarda-Mór Joaquim Marianno Ribas e de sua mulher Maria Rita Ferreira Bueno, filha de Francisco Xavier Pinto e de sua mulher Rita Xavier Pinto. Com descendencia já descripta em Titulo Rodrigues Seixas em 4-10 de pagina 419 do 2.º volume.

§ 5.º

1-5 João Pinto de Azevedo Portugal, fallecido solteiro.

CAPITULO 3.º

3 — Maria Rita Ferreira Bueno, casada com o Sargento-Mór Joaquim Marianno Ribeiro Ribas.
Com ascendentes e descendentes já descriptos em Titulo Rodrigues Seixas em 3-5 de pagina 402 do 2.º volume.

CAPITULO 4.º

4 — João Ferreira de Oliveira Bueno, em 1812 foi eleito vereador de barrete de Curityba, casado com Maria Helena do Nascimento, 4-1 de 3-4 de 2-2 do § 5.º, Capitulo 5.º — Titulo Carrasco dos Reis, 1.º volume, pagina 423.
Ahi a descendencia.
Filhos:
1-1 Seraphim Ferreira Bueno, 5-1 de pagina 423 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.
1-2 João Ferreira de Oliveira Bueno Filho, 5-3 de pagina 433 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.
1-3 José Ferreira Bueno, 5-2 de pagina 424 do 1.º volume, ahi a ascendencia e descendencia.
1-4 Francisco Ferreira Bueno, 5-4 de pagina 433 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

1-5 Francisca das Chagas Bueno, 5-5 de pagina 437 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.
1-6 Maria Joaquina da Assumpção, 5-6 de pagina 442 do 1.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

CAPITULO 5.º

5 — Anna Maria Ferreira Bueno, casada em Curityba em 20 de Abril de 1785 com o Coronel Ignacio de Sá Sotto-Maior e fallecida a 13 de Setembro de 1841, natural de S. Martinho de Gandara, termo de Ponte de Lima-Braga, filho de Leonel de Abreu de Sá Sotto-Maior e de sua mulher Feliciana Luiza Pereira de Magalhães; neto pela parte paterna de Felicio de Araujo e Azevedo Sotto-Maior e de sua mulher Brites de Sá Sotto-Maior, naturaes de S. Miguel de Baybaes, termo da Barca; neto pela parte materna de João Pereira de Brito e de sua mulher Anna Maria, naturaes de S. Miguel de Lavradas, termo da Barca. Foi Sargento-mór e depois Coronel de milicianos de Curityba; foi homem de prestigio e abastado em bens, possuindo muitas terras de cultura e criação de gado vaccum. Coube-lhe em herança a Fazenda da Ferraria e do Cajurú, a primeira, hoje pertencente aos herdeiros do Commendador Marianno de Almeida Torres e a do Cajurú, aos herdeiros do Commendador Antonio Martins Franco. Em 1811 propôz a S. Alteza Regente, dirigir a cultura e fabrico do vinho de uva no Sul do Brasil, animado com os resultados obtidos em suas fazendas de Curityba. Seu requerimento foi em parte attendido e por acto de 22 de Março de 1811 foi nomeado Intendente da agricultura das vinhas, extracção e fermentação do mosto, preparação e conservação das vinhas da villa de Curityba e seu districto, para que debaixo de sua direcção se façam as plantações nos termos proprios a producção. Não sendo porem attendido quanto a parte ao sul, por não ser conveniente encarregal-o dessa cultura no Rio Grande

do Sul e Viamão, em razão do posto que occupava de Sargento-mór do regimento de Cavallaria de milicianos de Curityba, o impedir.

Em Junho de 1789 foi eleito pelo voto do Povo e mais republicanos, para Juiz Presidente e ordinario da Villa de Curityba.

Por occasião do processo movido em 1802 contra o Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Dr. João Baptista dos Guimarães Peixoto, por ordem do Governador de S. Paulo, no qual foi condemnado a prisão e perda do cargo, por suas prepotencias e desmandos contra seus jurisdiccionados, o Coronel Ignacio de Sá, então Capitão, constituio-se seu grande protector, dadas as intimas relações de amizade que com elle mantinha, e por seu prestigio, conseguio que, tres outras testemunhas depuzessem a favor do Ouvidor.

Em 1.º de Novembro de 1806 foi eleito pelo Pelouro da Camara para o cargo de Juiz Ordinario e Presidente do Conselho.

Em 1820 foi encarregado pelo Governo Provisorio de S. Paulo para proceder o concerto da Estrada da Graciosa, cuja abertura se fez em 1807. Nesse serviço empregou soldados milicianos de seu commando e uma leva de soldados que por se ter indisciplinado em Santos e S. Paulo, foi enviada, como castigo, para o serviço de construcção da estrada referida.

Segundo se deprehende do Officio do Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, de 16 de Fevereiro de 1816, ao Tenente-General Oeynhauser, Governador de S. Paulo, o Sargento-mór do Regimento de Cavallaria Miliciana de Curityba, Ignacio de Sá Sotto-Maior dirigiu ao Conde de Palma, então Governador do Rio de Janeiro, uma — Memoria — que «dava algumas noções do territorio de Curityba», que por ser conveniente ao Real Serviço deve ser guardada no Archivo da Secretaria do Estado. Nesse officio o Governador Geral pede ao de S. Paulo a remessa de originaes e copias de documentos que contenham «noções estatisticas da Provincia».

Filhos:

1-1 Maria Angelica de Sá § 1.º
1-2 Padre Joaquim de Sá Sotto-Maior § 2.º
1-3 Capitão José de Sá Sotto-Maior § 3.º
1-4 Padre João de Abreu Sotto-Maior Araujo § 4.º
1-5 Anna Euphrasia de Sá § 5.º
1-6 Capitão João de Sá Sotto-Maior § 6.º

§ 1.º

1-1 Maria Angelica de Sá, fallecida solteira.

§ 2.º

1-2 Padre Joaquim de Sá Sotto-Maior, foi vigario de Curityba, depois de ter sido do Rio Negro. Politico militante na facção liberal, gozava de vasto prestigio e exerceu o mandato de Deputado a assembléa provincial em varias legislaturas.

§ 3.º

1-3 Capitão José de Sá Sotto-Maior, casado com Maria Magdalena Ribas, filha do Sargento-Mór Joaquim Marianno Ribeiro Ribas e de sua mulher Maria Rita Ferreira Bueno.

O Capitão José de Sá negociava com tropas que comprava no Sul para vender em Sorocaba; n'uma de suas viagens, foi assaltado pelos indigenas que o aprisionaram levando-o para as selvas. Formaram-se diversas expedições que, por muitos annos percorreram as mattas em sua procura, sem resultado. Por vezes, encontraram vestigios de sua passagem e algumas vezes inscripções gravadas em folhas de palmeira onde dizia: «Aqui vai José de Sá preso pelos indios, acudam-me pelo amor de Deus. . .»

Deixou duas filhas gemeas:

2-1 Maria.
2-2 Joaquina.

§ 4.º

1-4 Padre João de Abreu Sotto-Maior Araujo, foi vigario de Curityba, onde nasceu e falleceu. Em 1856 foi nomeado pelo governo imperial para o lugar de Alferes-Capellão do exercito. Pertenceu a governança municipal de Curityba e foi membro da assembléa provincial.

§ 5.º

1-5 Anna Euphrasia de Sá Sotto-Maior, casada em Curityba a 1.º de Julho de 1825 com o Dezembargador José Werneck Ribeiro de Aguilar. Foram testemunhas o pae da noiva o Tenente-Coronel Ignacio de Sá Sotto-Maior e o irmão della Padre João de Abreu Sá Sotto-Maior.

§ 6.º

1-6 Capitão João de Sá Sotto-Maior, fallecido em 24 de Dezembro de 1857. Foi sua legataria Anna Maria Prudencia Affonso.
Filhos:
2-1 Alferes João de Abreu Sá Sotto-Maior, casado com Gertrudes Ferreira Portugal, 5-4 de pagina 424 do 2.º volume desta obra. Ahi seus ascendentes e descendentes.
2-2 Capitão Ignacio de Sá Sotto-Maior, casado com Januaria Enéas de Paula, filha do Coronel Benedicto Enéas de Paula e de sua mulher Zeferina de Andrade de Paula. Foi funccionario de Fazenda, percorrendo toda a escala até attingir o elevado lugar de Inspector da Thesouraria de Fazenda, em cujo cargo se aposentou em 1893. Democrata por principio e por indole, gozou de grandes sympathias e estima. Musicista de merito.
Filhos:
3-1 Virgilio Sotto-Maior, falleceu solteiro.
3-2 Claudio de Sá Sotto-Maior, fallecido.
3-3 Marcilio de Sá Sotto-Maior, casado com Zaida Zardo.

Teve:
4-1 Yole.
3-4 João Enéas de Sá Sotto-Maior, Chefe de secção da Administração dos Correios do Paraná, casado com Judith Ramos de Sá, filha de Manoel Ramos e de sua mulher Maria da Conceição Sotto-Maior Ramos, 6-2 de pagina 425 do 2.º volume, ahi a descendencia.
3-5 Octavio de Sá Sotto-Maior, primeiro escripturario da Delegacia Fiscal do Paraná, foi casado em primeiras nupcias com sua prima Zeferina Marques dos Santos, filha do Dr. Generoso Marques dos Santos, do qual já tratamos no 2.º volume desta obra a pagina 119; casado em segundas nupcias com Izaura Sant'Anna Sotto-Maior, filha do Dr. Antonio José de Sant'Anna, do qual tratamos a pagina 212 do 2.º volume.
Teve do primeiro matrimonio:
4-1 Octavio Sotto-Maior Filho, casado em Outubro de 1928 com Mercedes Krüger.
4-2 Januaria Sotto-Maior, casada com o Capitão Lincol Caldas, official do exercito.
Filho:
5-1 Luiz Carlos.
4-3 Mario Sotto-Maior.
4-4 Anna Sotto-Maior — Nóca.
Do segundo matrimonio teve:
4-5 Isahir Sotto-Maior.
4-6 Lizeth Sotto-Maior.
4-7 Ignacio de Sá Sotto-Maior.

Teve mais o Capitão Ignacio de Sá Sotto-Maior, segundo o seu testamento, o filho reconhecido Dr. Sebastião Paraná Sotto-Maior, bacharel em direitos, homem de letras, polygrapho de alto valor, autor de grande numero de obras literarias e didacticas, entre as quaes se salientam a Chorographia do Paraná — 1899; Esboço Geographico da Provincia do Paraná; O Brasil e o Paraná — 17 edições; Os Estados da Republica — 3 edições; Galeria Paranaense — 1922; Paizes da America, 2 edições — 1927; Paizes da Europa — 1926.

Ha muitos annos vem publicando as suas «Chronicas», nas quaes com verve e intelligencia trata dos multiplos assumptos sociaes e politicos. E' lente do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal de Curityba, cujos estabelecimentos tem dirigido com competencia, zelo e intelligencia. Hoje é Director do Departamento da Instrucção Publica do Paraná. Foi deputado estadual em varias legislaturas. Foi casado com Elvira da Costa Faria Paraná, professora normalista. Sem filhos desse matrimonio. E' pae da illustrada professora Amelia Paraná, diplomada pela Escola Normal de Curityba.

2-3 Capitão Olympio de Sá Sotto-Maior, casado com Francisca de Andrade Sotto-Maior. E' Contador aposentado da Delegacia Fiscal do Paraná. Espirito bondoso e folgazão, goza de vasta estima e consideração. Reside em Nictheroy.
Filhos:
3-1 Cecilia Sotto-Maior Cordeiro, casada com o Major Claro Gonçalves Cordeiro, 6-1 de pagina 99 do 3.º volume, ahi seus ascendentes e descendentes.
3-2 Dr. Genesio de Sá Sotto-Maior, casado com Julieta Sampaio Quentel, filha de Guilherme Quentel e de sua mulher Anna de Sampaio Quentel.
Filhos:
4-1 Aimée.
4-2 Vera.
3-3 Rosa de Sá Sotto-Maior Tavares, viuva do Capitão José Procopio Tavares Filho, filho do General José Procopio Tavares e de sua mulher Maria Ribeiro Tavares.
Teve:
4-1 Maria de Lourdes Sotto-Maior Tavares, casada a 26 de Dezembro de 1925 com Manoel Francisco Correia, funccionario bancario.
Filha:
5-1 Maria de Lourdes.
4-2 Olympio de Sá Tavares, cursa a Escola militar.

4-3 Maria da Conceição.
3-4 Anna de Sá Sotto-Maior, solteira.
2-4 Anna Euphrasia de Sá.
2-5 Ambrosina Adelaide de Sá, casada com Albino Gonçalves Guimarães, já fallecidos. Foi acreditado industrial no Canguiry, onde falleceram sem descendencia.
2-6 Maria da Gloria Sotto-Maior Monteiro de Barros, casada em Curityba a 24 de Dezembro de 1854, com Lucas Antonio Monteiro de Barros, natural de S. Luiz do Maranhão, filho de Manoel Monteiro de Barros e de sua mulher Maria da Piedade de Barros e Vasconcellos.
Teve:
3-1 João Monteiro de Barros, foi serventuario de Fazenda, fallecido.
3-2 Lucas Monteiro de Barros, falleceu solteiro.
3-3 Dr. Affonso Monteiro de Barros, engenheiro civil.
3-4 Sinhasinha Monteiro de Barros, casada com o Dr. Castro.
3-5 Sinhá, casada com o Dr. Paula Freitas.
2-7 Francisca Olympia Sotto-Maior Schwartz, casada em 1869 com Mauricio Schwartz, natural da Allemanha.
Filhos:
3-1 Lydia Sotto-Maior Schwartz.
3-2 Virginia Sotto-Maior Schwartz.
3-3 Iria Sotto-Maior Schwartz.
3-4 Olympia Sotto-Maior Schwartz.
3-5 Hilda Sotto-Maior Schwartz.
3-6 Felippina Sotto-Maior Schwartz.
3-7 Julia Sotto-Maior Schwartz.

CAPITULO 6.º

6 – Joaquim Ferreira de Oliveira Bueno, natural de Curityba, casado com Josepha Maria Bueno.
Teve:

1-1 João Ferreira Bueno, casado em Curityba a 4 de Fevereiro de 1865 com Maria da Paixão, filha de Antonio José Coutinho e de sua mulher Policena Maria.

CAPITULO 7.º

7 — Alferes José Ferreira de Oliveira Bueno, casado em Curityba em 23 de Agosto de 1797 com Rosa de Viterbo Teixeira, filha de Francisco Teixeira de Camacho e de sua mulher Maria Marques dos Santos.
Filho (que descobrimos):
1-1 Generoso Ferreira de Oliveira Bueno, casado com Jacintha Flora Bandeira, 5-2 de pagina 513 do 1.º volume.
Filhos:
2-1 Arcilio Ferreira.
2-2 Gabriel Ferreira.

CAPITULO 8.º

8 — Gertrudes Ferreira de Oliveira Bueno, casou em Curityba, em 1802, falleceu em 26 de Maio de 1806. Casou com o Tenente José Rodrigues Branco, natural de Paranaguá, filho do Tenente José Rodrigues Branco e de sua mulher Joanna Rodrigues Ferreira.
Teve:
1-1 Sebastião, fallecido com 1 mez de edade.
1-2 Major Manoel Rodrigues de Oliveira Branco, nascido em 1803, foi casado em primeiras nupcias com Rita Maria de Assumpção, filha legitima de Jacintho Fernandes Dias e de sua mulher Anna Maria de Assumpção e em segundas nupcias, no Paraguay, com Thereza Ansuateguy, natural de S. Miguel, do Uruguay. Foi homem de fortuna e cultura intellectual; residiu alguns annos na Europa.
Sem filhos do primeiro matrimonio.
Do segundo matrimonio teve o filho unico:

2-1 Coronel Romão Rodrigues de Oliveira Branco, natural de S. Gabriel, do Rio Grande do Sul, foi Cartorario da Delegacia Fiscal do Paraná, Administrador dos Correios do Paraná, Escrevente juramentado do Cartorio de Orphãos da Capital, exercendo tambem diversos cargos administrativos e de eleição popular.
Na sua mocidade percorreu a Europa em companhia de seu pae, recebendo alli bôa instrucção.
Varão estimadissimo pelas suas virtudes e bellas qualidades moraes.
Falleceu em Curityba aos 8 dias do mez de Setembro de 1917.
Foi casado com Anna Balbina Alves Branco, filha do Alferes Antonio José Alves, natural de Morretes, e de sua primeira mulher Manoela Alves, natural da Republica Argentina.
Filhos:
3-1 Capitão Victor Alves Branco, fallecido, foi Escripturario da Alfandega de Paranaguá, casado com Edeltrudes de Souza Branco.
Filhos:
4-1 Heitor Branco, fallecido aos 11 annos de edade.
4-2 Romão Branco Netto, casado com Hilda Zardo.
Filhos:
5-1 Ivette.
5-2 Ivonnette.
5-3 Victor.
5-4 Regina.
5-5 Heitor.
5-6 Renato.
4-3 Thessalia Branco Lobo, casada com Antonio de Sant'Anna Lobo, filho do capitalista Sebastião de Sant'Anna Lobo e de sua primeira mulher Josephina da Costa Lobo.
Teve:
5-1 Victor Branco Lobo, academico.
4-4 Edgard de Souza Branco, escripturario da Delegacia Fiscal do Paraná, casado com

Agar Ribeiro Branco, filha do Major Benedicto da Motta Ribeiro e de sua mulher Maria de Almeida Ribeiro, filha do capitalista José Rodrigues de Almeida e de sua primeira mulher Gertrudes Silva de Almeida, filha do pharmaceutico José Pedro Estanislau da Silva e de sua mulher Anna Polydoro da Silva.
Filhos:
5-1 Clorys, fallecida.
5-2 Dil.
5-3 Edgard, fallecido.
5-4 Therezinha.
4-5 Oswaldo Branco, casado com Carlota de Vasconcellos Branco.
Filhos:
5-1 Niva.
5-2 Diva.
5-3 Luly.
5-4 Oswaldo.
5-5 . . .
3-2 Aurora Branco da Cunha, casada com Luiz Manoel da Cunha, commerciante.
Teve:
4-1 Noemia da Cunha Costa, casada com João Luiz Pereira da Costa.
Teve:
5-1 Eloy.
5-2 Ellora.
5-3 Yeda.
5-4 João Luiz.
5-5 Carlos Henrique.
4-2 Anna da Luz Branco, casada com Altamiro Taques Bahls.
Sem filhos.
4-3 Celecina Branco da Cunha, solteira.
4-4 Maria Joanna Branco da Cunha.
4-5 Luiz Garay Branco da Cunha, casado com Luzia Tornisi da Cunha.
Filho:
5-1 Antonio Carlos.

4-6 Pedro Paulo da Cunha.
4-7 Dinorah Branco da Cunha.
3-3 Elvira Branco dos Santos, fallecida em 1924, casada com o Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, foi Substituto do Juiz Federal do Paraná, Juiz Municipal de Morretes, Director da Instrucção Publica do Paraná e era Prefeito Municipal de Curityba por occasião de seu fallecimento. Brilhante jornalista e homem de letras; escreveu bôas revistas theatraes que foram levadas a scena com successo. Foi um dos principaes redactores do jornal «A Federação», orgam politico que deu formidavel combate contra o Governo do Paraná, logo apóz a proclamação da republica. Foi Director do importante estabelecimento de ensino «Gymnasio Curitybano», fundado em 1907, em Curityba. Era natural do Recife, Pernambuco.
Teve:
4-1 Dr. Arthur Branco Ferreira dos Santos, advogado. Foi secretario do Dr. Affonso Alves de Camargo quando exerceu o cargo de Presidente do Estado, de 1917 a 1920; é actualmente Chefe de Policia do Paraná, casado com Joanna Gerda Kopp, filha de João Kopp e de sua mulher Martha Colin Kopp.
Filha:
5-1 Elvira.
4-2 Oscar Fausto Ferreira dos Santos, industrial, socio da firma Mauricio Caillet, casado com Margarida Caillet dos Santos, filha de Mauricio Caillet e de sua mulher Nerina Caillet.
Filhos:
5-1 Neide.
5-2 Luiz Geraldo.
4-3 Emilia Branco dos Santos Ferreira, por fallecimento de sua irmã Cecilia, se casou com seu cunhado Dr. Alceu do Amaral Ferreira, 4-4, adiante.
Teve:
5-1 Cecilia.
4-4 Cecilia Branco dos Santos Ferreira, já fallecida,

foi a primeira mulher do Dr. Alceu do Amaral Ferreira, medico de nomeada em Curityba, filho do Dr. João Candido Ferreira e de sua mulher Josepha do Amaral Ferreira, dos quaes já tratamos em outro Capitulo.
Sem filhos.
4-5 Claudino dos Santos Ferreira, empregado no commercio.
4-6 Raul dos Santos Ferreira, empregado no commercio.
4-7 Edilia, fallecida aos 18 annos de edade.
3-4 Maria Thereza Branco, fallecida, solteira.
3-5 Emma Alves Branco, fallecida, solteira.
3-6 Maria da Luz Alves Branco, solteira, dotada de virtudes e talento artistico, tanto na musica como na pintura.

O Tenente José Rodrigues Branco, em seu testamento feito a 16 de Agosto de 1848, declarou que teve mais o filho:

1 — José Rodrigues Branco Junior, que foi casado com Francisca Lobo. Foi Despachante da Alfandega de Paranaguá.
Filhos:
1-1 Coronel João Rodrigues Branco.
1-2 Tenente Manoel Rodrigues Branco.
1-3 Basiliza Branco Plaisant.
1-4 José Rodrigues Branco.
1-5 Maria Rodrigues Branco.
1-6 Anna Rodrigues Branco.

1-1 Coronel João Rodrigues Branco, foi por muitos annos secretario da Camara de Paranaguá e mais tarde Collector das Rendas Estaduaes nessa mesma cidade; foi commerciante.
Casado com Luiza Josephina da Silva Branco, filha do Alferes José Manoel da Silva e de sua mulher Maria Francisca Gonçalves.
Filhos:
2-1 Capitão Octavio Rodrigues Branco, Despachante das Industrias Reunidas F. Matarazzo, commerciante, casado com Maria da Luz Bittencourt Branco, filha de João Bittencourt e de sua mulher Balbina Negrão Bittencourt, já decriptos em outro Titulo.
Filhos:
3-1 Hilda, fallecida em criança.
3-2 João Rodrigues Branco Netto, solteiro, fallecido tragicamente no Pharól da Barra do Norte de Paranaguá, juntamente com suas primas Joanita e Addy Branco, a 21 de Abril de 1912, quando descuidosos brincavam na praia, sendo arrebatados por traiçoeira onda que os envolveu.
3-3 Gastão Rodrigues Branco, Guarda aduaneiro da Alfandega de Paranaguá, casado com Clotilde Pinto Branco.
Sem filhos.
3-4 Flavio Rodrigues Branco, escripturario da Companhia de Navegação Costeira, em Paranaguá. Casado com Maria do Nascimento Branco, filha de Joaquim Marianno do Nascimento e de sua mulher Domingas Maria do Nascimento.
Filhos:
4-1 Laertes Rodrigues Branco.
4-2 Maria da Luz Branco.
4-3 Octavio, fallecido.
4-4 Henedina.
4-5 Lygia.
4-6 Nilza.
3-5 Lauro, fallecido em criança.

2-2 Octaviano Rodrigues Branco, fallecido, foi casado com Laudelina Alves Marinho.
Filhos:
3-1 Octalvino Rodrigues Branco, Guarda da Policia aduaneira, casado com Maria Fernandes Branco, filha de Antonio Fernandes de Araujo e de sua mulher Prescilliana Fernandes de Araujo.
Filhos:
4-1 Octaviano Rodrigues Branco Netto.
4-2 Ruth.
4-3 Aydée.
4-4 Dóra.

4-5 Lucy, fallecida.
4-6 Thereza.
4-7 Eduardo.

3-2 Antonio Rodrigues Branco, despachante da Companhia Nacional de Navegação Costeira, casado com Nayde Araujo Branco, filha de Antonio Lopes de Araujo e de sua mulher Leocadia Lobo de Araujo.
Sem filhos.

3-3 Onezimo Branco, fallecido em plena mocidade.

3-4 Octaviana, fallecida em criança.

3-5 Aluizio, fallecido em criança.

2-3 Major Euripedes Rodrigues Branco, Agente da Companhia de Navegação Costeira em Paranaguá, casado com Hermilia Pereira da Costa Branco, filha do Coronel Saturnino Pereira da Costa e de sua mulher Guilhermina Pereira da Costa.
Filhos:

3-1 Joanita Branco Guimarães, pereceu afogada no Pharól da Barra de Paranaguá, juntamente com sua irmã Addy e seu primo João Branco Netto a 21 de Abril de 1912.
Era casada apenas ha 7 mezes com Acrisio Guimarães, filho do Coronel João Guilherme Guimarães e de sua mulher Clotilde Miró Guimarães.

3-2 Osmario Rodrigues Branco, casado com sua prima Sarah da Cunha Branco, filha de Basilio Marques da Cunha e de sua mulher Lourença Pereira da Cunha.
Teve:
4-1 Lourenço Basilio.

3-3 Addy Branco, fallecida aos 14 annos em companhia de sua irmã Joanita e seu primo João Branco Netto, quando descuidosos brincavam no mar com muitas outras moças, crianças e rapazes, que muitos d'elles tambem quasi succumbiram, sendo salvos milagrosamente, a 21 de Abril de 1912.

3-4 Oswaldo Rodrigues Branco, casado com Luiza Villa, filha de Bartholomeu Villa, natural da Italia, e de sua mulher Maria das Dôres Villa.
Filhos:
4-1 Euripedes.
4-2 Edson.

3-5 Saturnina Branco Vidal, casada com Raul Vidal, filho do commerciante em Paranaguá Manoel Hermogenes Vidal e de sua mulher Maria Narciza França, filha do Capitão Narcizo França e de sua mulher Nisia Rosa de França.
Teve:
4-1 Lya.
4-2 Cyro.

3-6 Hermilia Branco Pereira, casada com Altamirano Pereira, filho do Coronel Alcides Augusto Pereira e de sua mulher Aurora Ferreira Pereira.
Teve:
4-1 Alcides.
4-2 Luiz.
4-3 Joanita.
4-4 Paulo.

3-7 Eunice Branco Bley, casada com Carlos Bley, filho de Nicolau Bley Netto e de sua mulher Amanda Bley.
Teve:
4-1 Addy.
4-2 Aldo.

3-8 Emma Branco, solteira, é presentemente noiva de Nelson Rocha, filho do Dr. Belmiro Saldanha Rocha e de sua mulher Rosita Bastos Rocha.

3-9 Annita Branco, casada com Anchises Marques de Faria, filho de Sebastião Marques de Faria e de sua mulher Thiolides Marques de Faria.

3-10 Rachel Branco, solteira.

3-11 João Branco, solteiro.

1-2 Tenente Manoel Rodrigues Branco, fallecido, foi por

muitos annos Commandante da força dos Guardas da Alfandega de Paranaguá, e por fim, Fiel do Thesoureiro da mesma Alfandega, em cujo cargo se aposentou.
Era casado com Sabina da Silva Branco.
Filhos:
2-1 Manoel Rodrigues Branco, casado com Honorata Ceccon.
Filhos:
3-1 Maria.
3-2 Manoel.
3-3 Antonio.
2-2 Raul, fallecido.
2-3 Alvaro Rodrigues Branco, casado com Luiza Branco.
Com filhos.
2-4 Jocelym Rodrigues Branco.
1-3 Basilisa Branco Plaisant, viuva do fallecido Conferente da Alfandega do Rio de Janeiro, Carlos Augusto Cezar Plaisant.
Teve:
2-1 Tenente-Coronel Alcebiades Cezar Plaisant, official reformado do exercito.
Casado com Eugenia Guimarães Plaisant; com ascendentes e descendentes descriptos em Titulo Rodrigues de França.
2-2 Major Euclides Cezar Plaisant, despachante geral da Alfandega de Paranaguá, viuvo de Alzira Machado Plaisant, natural do Rio de Janeiro.
Filhos:
3-1 Euripedes Machado Plaisant, casado e com filhos.
3-2 Hildebranco Machado Plaisant, casado.
3-3 Othon Machado Plaisant, casado.
3-4 Querina Machado Plaisant, casada.
3-5 Cid, fallecido.
2-3 Eleuzina Plaisant de Souza, viuva de Ursino Carneiro de Souza, que foi Administrador das Capatazias da Alfandega de Paranaguá, filho do Major Joaquim Caetano de Souza, que foi Thesoureiro da mesma Alfandega, e de sua mulher Maria Ricarda Carneiro de Souza.
Foi o Major Joaquim Caetano vulto de grande valor moral, serventuario honestissimo, trabalhador e competente. Patriota extremado, exerceu as suas funcções publicas no espinhoso cargo de Thesoureiro, por mais de 40 annos, sendo por fim aposentado n'esse cargo.
Por morte de seu esposo, dedicou-se D. Eleuzina ao nobilitante, porem, arduo encargo de directora de um importante e acreditado collegio que mantém na cidade de Paranaguá, com avultado numero de alumnos que alli recebem proficua educação e instrucção. A sua maior proficiencia é em canto e piano, que estudou com seu proprio esposo que era talentoso musicista, alem dos conhecimentos que tinha de varias linguas, por ser dotado de bons preparos.
Sem filhos.
2-4 Capitão Henrique Cezar Plaisant, official reformado do exercito, viuvo de Anna Tamarindo Plaisant, filha do Coronel Pedro Nunes Baptista Tamarindo e de sua mulher Thereza de Oliveira Tamarindo.
Filhos:
3-1 Ariadne.
3-2 Déa.
3-3 Frederico.
2-5 Edgard Cezar Plaisant, fallecido, foi casado com Henriqueta de Souza Plaisant, filha de Alfredo de Souza e de sua mulher Paulina de Souza.
Filhos:
3-1 Anadyr de Souza Plaisant, casado e com 3 filhos.
3-2 Ary Plaisant, casado e com 3 filhos.
2-6 Raul Cezar Plaisant, Escrivão do Juizado Federal do Paraná, casado com Elisa de Moura Plaisant, filha do Dezembargador Euclides Francisco de Moura.
Filhos:

3-1 Osmario.
3-2 Odette.
3-3 Oscar.
1-4 José Rodrigues Branco, fallecido.
1-5 Maria Rodrigues Branco, solteira.
1-6 Anna Rodrigues Branco, solteira.

Genealogia paranaense

Titulo Teixeira Coelho.

TEVE origem a Familia — Teixeira Coelho —, no Paraná, em Francisco Teixeira Coelho, que foi o primeiro Capitão-mór da Lapa, natural de Portugal. Casado a 13 de Junho de 1774 com Gertrudes Maria dos Santos, fallecida em 5 de Fevereiro de 1832 (5-13 de pagina 514 do 3.º volume, ahi os ascendentes). Foi o primeiro Capitão da freguezia da Lapa, de cujo destacamento era commandante. Logo apóz a erecção da freguezia em Villa em 6 de Junho de 1806, foi eleito e confirmado no cargo de Capitão-mór. Muito trabalhou para essa elevação como se verá dos documentos que em seguida inserimos. Varios cidadãos da freguezia da Lapa, tendo a frente o Capitão commandante Francisco Teixeira Coelho, constituiram por seus procuradores na Cidade de S. Paulo, os Senhores Coronel José Vaz de Carvalho e Capitão José de Andrade, para que possam em seus nomes requerer ao General Governador de São Paulo a

graça de mandar erigir em Villa a freguezia da Lapa e a creação da justiça ordinaria, com jurisdicção civil, criminal e orphanologica, podendo os procuradores uzar de todos os recursos e actos necessarios a tal fim. Foram signatarios dessa procuração: Francisco Teixeira Coelho, Capitão commandante das funcções; Bernardo Gomes de Campos; João Francisco Gabriel da Silva Sampaio; João Vr.a Glz.; Joaq.m Vr.a Pereira; Joaquim Vieira Glz.; Bento José de Oliveira; Manoel da Annunciação Roiz; José Miz. França; Manoel Roiz Maciel; Ign.o Prudente Vr.a; Pedro Dias Fer.a; Joaquim Angelo de Oliveira; Salvador Gomes Fr.a

— O procurador Coronel José Vaz de Carvalho, formulou a seguinte petição que transcrevemos do «Boletim do Archivo Municipal de Curityba», volume 28, pagina 14:

«Ill.mo e Ex.o Snr. — Dizem os moradores da Freg.a de S.to An.to da Lapa, termo da V.a de Curitiba q.e elles se achão nas precizas Circunstancias de implorar a V. Ex.a a especial graça de mandar Criar em V.a ad.a Freg.a, p.r q.e ficando esta distante daquela mais de 16 Legoas, experimentão os Sup.es gravissimo emComodo qd.o lhe he nesesario recorer ad.a V.a nas dependencias da Justiça tanto em rezão da distancia como pela pasagem do Rio do Registo q.e p.r ser rematado nele pagão em todas as oCazioens do seu transporte, e pela demora que lhe motivão os negocios forenses nad.a V.a com despezas inherentes, faltão na Admenistração de suas Cazas, e familias com grande atrazo da Lavoura, e de outras agencias deq.e pode rezultar utilid.e aos Rea.s intereses pelo aum.to da Agricultura, e Criasoens, e dam.ma ao bem commum; p.r cuja rezão já o Cap.m Comd.e dad.a Freg.a Fran.co Teixr.a Coelho que he zelozisimo da economia publica, e de honrada conducta, Com esperança de V. Ex.a atender aos Sup.es mandou edificar Cazas p.a servir de Camera, e Cadeia com respond.e q.e se acha tudo construido desentem.te, e liso; a d.a Freg.a vai em reconhecido aumento tando na população, Cazas, e Comercio pela liberd.e q.e presente

m.te se-lhe participa deq.e emté agora se achavão privados p.r Cauza da Condição com que em outro tempo foi rematado o Contr.o dos Meios Dir.tos seguindo-se outra vantagem de igoal ponderação q.e he ser ad.a Freg.a a ultima Povoação, no fim daquelle Contin.te emq.e os Tropeiros q.e vem, e vão p.a o Rio Grande ali fazem parada p.a se munirem do nesesario p.a entrar no Certão que achando-se Povuado do Gentio pelas suas vizinhanças, com mais facilid.e se poderão reduzir com vantagem, e os malfeitores serão Cohibidos dos seus insultos tendo a Justiça mais perto; sendo estes objectos dignos da benigna Atenção de V. Ex.a, e finalm.te ad.a Freg.a se acha Povuada de m.tos Cazais de pessoas brancas, e honradas familias p.a servir os Cargos da Republica, e com 370 e tantos fogos e em pouco tempo se multiplicarão com espectação p.r q.e além do exposto od.o Cap.m Comd.e tem vigiado solicito na direção das Cazas, e alinham.to das Ruas, que já formão o seu specto agradavel avista, portanto

«P. a V. Ex.a como exemplar Zelador do bem publico desta Capitania se digne mandar q.e o D.or Ouv.or da Com.ca de Paranaguá pase a Crear ad.a Freg.a em Villa Levantando Pelourinho, e procedendo a Eleição das Justiças praticada em casos semelhantes; ficando o titulo da V.a ao arbitrio de V. Ex.a dando-lhe p.r destricto o Rio do Reg.to que a divide com Curitiba pela Igr.a e p.r o Certão o Rio q.e emté agora serve p.r deviza da V.a de Lages que fica no interior do d.o Certão em m.ta distancia de hûa, e outra, e por esta especial graça rogão os Sup.es a D.s pela precioza vida, e conzervação de V. Ex.a de q.m esperão R. M.ce — S. Paulo, 26 de Fevr.o de 1806. «Como Proc.or José Vaz de Carvalho.»

— Por despacho a esta petição foi a freguezia da Lapa elevada a categoria de Villa com o nome de Villa Nova do Principe, a 6 de Junho de 1806, pelo que a camara e demais autoridades dirigiram ao General Governador de S. Paulo os seguintes officios de agradecimento:

«Illm.º e Ex.mo S.r — A m.to respeitavel prezença de V.a Ex.a sobem o Juiz presidente, e mais officiais da Camara da V.a nova do Principe a participar a V. Ex.a que no dia 6 do corrente se erigio a mencionada V.a e na nova Caza da Camara que o Cap.m Francisco Teixeira Coelho mandou fazer se procedeo a eleição de Juizes ordinarios, e mais officiais para servirem neste prezente anno, e nos dos futuros, e o mesmo Cap.m prontificou os livros perCizos para a escripturação da Camara, e do Juizo.

«Nós Ex.mo S.r e todo o povo gratoficamos à V. Ex.a o beneficio que das benignas entenÇoens de V. Ex.a aCabamos de receber p.r que já estamos livres da Sogeição á V.a de Coritiba, e javemos correr franco o negocio em beneficio destes moradores q.e agora estava impedido. Queira o todo Poderozo Comolhe suplicamos Conservar a V. Ex.a p.r m.tos e felices annos no Seu Governo p.a felicid.e nossa, e detoda esta Capitania.

«A precioza vida e Saude de V.a Ex.a gd.e D.s p.r m.tos annos Como precizamos.

«Villa nova do Principe em camara de 16 de Junho de 1806.

«Ill.mo e Ex.mo S.r Governador, e Cap.m General Antonio José da França dorta, Beijam m.to reverentes as benignas mans de V.a Ex.a

«O Juiz Presidente Gabriel da S.a S.Payo — O vereador José Miz França — O vereador José Vr.a Glz. — O vereador M.el Roiz Maciel — O procurador João Ferrastorres.»

«Ill.mo e Ex.mo Snr. — No dia 6 do prezente Com grande gosto recebeo o povo desta a m.ce que VSS.a Ex.a lhes fes demandar Irigir villa pois já seuem Liures de estarem Sugeitos avilla de Coretiba p.a os Seus recursos, pois hera hum onos que os oprimia, por cuja graça ficão rogando a Deos pella vida e saude de VSS. Ex.a e que o goarde por felizes e venturozos annos. — V.a noua do Principe 20 de Junho de 1806. — De VSS.a Ex.a o mais omilde Subto. Cr.º Fr.co Teix.ra Coelho.»

Tiveram os seguintes filhos:

1 – Maria da Conceição Coelho	Capitulo 1.º
2 – Francisco de Paula Teixeira Coelho	Capitulo 2.º
3 – Anna Perpetua Teixeira Coelho	Capitulo 3.º
4 – Manoel Teixeira Coelho	Capitulo 4.º
5 – Antonio Teixeira Coelho	Capitulo 5.º
6 – Joaquina Teixeira Coelho	Capitulo 6.º

CAPITULO 1.º

1 – Maria da Conceição Coelho, nascida em 3 de Outubro de 1783 e fallecida a 8 de Maio de 1844.

Foi casada com o Capitão de Ordenanças José Francisco Corrêa, natural de S. Pedro de Cezar, entre o Douro e Minho, Portugal. Nascido a 25 de Maio de 1783 e fallecido em 6 de Abril de 1852.

Filhos:

1-1 Tenente Coronel Miguel José Corrêa	§ 1.º
1-2 Dr. Francisco José Corrêa	§ 2.º
1-3 Coronel João Baptista Corrêa	§ 3.º
1-4 Gertrudes de Jesus Corrêa	§ 4.º
1-5 Padre Damazo José Corrêa	§ 5.º
1-6 Alferes Antonio José Corrêa	§ 6.º
1-7 Maria de Jesus Corrêa	§ 7.º
1-8 Dr. José Francisco Corrêa	§ 8.º
1-9 Dr. Salvador José Corrêa Coelho	§ 9.º
1-10 Joaquim José Corrêa	§ 10.º
1-11 Major Messias José Corrêa	§ 11.º

§ 1.º

1-1 Tenente Coronel Miguel José Corrêa, official reformado, nascido a 8 de Maio de 1823 e fallecido a 6 de Maio de 1893. Casado em primeiras nupcias em S. Paulo, a 1.º de Março de 1845 com Josepha Maria Pereira Corrêa, filha de José Pereira Bueno e de sua mulher Anna Joaquina Franco Pereira. Ella nascida a 21 de Agosto de 1826 e fallecida a 18 de Julho de 1870.

Casado em segundas nupcias a 29 de Julho de 1871 com sua sobrinha Gertrudes dos Santos Corrêa, filha de Antonio dos Santos Corrêa, natural de Portugal, casado a 6 de Agosto de 1837 com Maria de Jesus Corrêa, do § 7.º deste Capitulo.

Teve do primeiro matrimonio:

2-1 Julia de Jesus Corrêa, nascida a 5 de Agosto de 1847. Solteira.

2-2 Maria da Gloria Corrêa, nascida em 9 de Junho de 1849 e fallecida em 9 de Junho de 1921, se casou a 13 de Maio de 1871 com João de Almeida Barbosa, natural de Portugal, da Provincia do Minho, Conselho de Amaris Sanges, filho de João Manoel de Almeida Barbosa e de sua mulher Maria Thereza de Almeida Barbosa.

Vindo com 12 annos para o Brasil, aprendeu e dedicou-se á arte photographica no Rio de Janeiro, mais tarde percorrendo os Estados de Minas Geraes, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, apparecendo seus primeiros trabalhos em Paranaguá, em Agosto de 1865.

Foi premiado pelo governo imperial com medalha de prata pela exposição de trabalhos na Exposição Geral da Academia das Bellas Artes do Rio de Janeiro.

Fixou depois residencia no Paraná, na Villa do Principe e depois em Campo Largo, onde se estabeleceu com pharmacia no dia 13 de Maio de 1885, ahi ficando até o seu fallecimento em Agosto de 1912.

Filhos:

3-1 João de Almeida Barbosa Junior, pharmaceutico e politico de valor, nasceu a 19 de Maio de 1873, casou em S. José dos Pinhaes com Bonina Bittencourt, já fallecida.

Filhos:

4-1 Victor Barbosa, casado com Cecy Vianna.

4-2 Helvidia, nascida a 5 de Dezembro de 1912.

3-2 Ottilia de Almeida Barbosa, nascida a 30 de Dezembro de 1874 e fallecida em 5 de Março de 1883.

3-3 Alice de Almeida Barbosa, nascida a 17 de Novembro de 1877, casada em Campo Largo com Aristides Padilha.

Filho:

4-1 Arthur, casado com Nathalia Costa.

3-4 Aristides de Almeida Barbosa, nascido a 12 de Agosto de 1879, casou na cidade da Palmeira com Mathilde Camargo.

Sem filhos.

3-5 Attilio de Almeida Barbosa, pharmaceutico, residente em Campo Largo, onde goza de vasto prestigio pelas suas altas qualidades moraes, nascido a 11 de Maio de 1883, casado em 12 de Agosto de 1915 com Carlota Tappel.

Filhos:

4-1 Ottilia, nascida a 31 de Maio de 1916.

4-2 João Augusto, nascido a 19 de Fevereiro de 1921.

4-3 Attilio, nascido a 1.º de Setembro de 1927.

3-6 Raul, nascido a 16 de Setembro de 1885 e fallecido a 9 de Fevereiro de 1887.

3-7 Augusto Barbosa, nascido a 28 de Maio de 1887 e fallecido a 22 de Dezembro de 1911, solteiro, foi pharmaceutico em Imbituva e Araucaria.

3-8 Julia de Almeida Barbosa, nascida a 18 de Março de 1889, fallecida a 7 de Maio de 1908, foi casada a 25 de Dezembro de 1907 com Vitalino Viegas, tambem fallecido a 2 de Maio de 1909 com 21 annos de edade.

3-9 Arnoldo de Almeida Barbosa, nascido a 18 de Julho de 1891, casado com Adelaide Strassburger.

Filhos:

4-1 Stella, alumna da Escola Normal.

4-2 Augusto, alumno do Gymnasio Paranaense.

2-3 Josephina das Dôres Corrêa, nascida a 12 de Março de 1851, solteira.

2-4 Miguel José Corrêa Filho, nascido a 26 de Novembro de 1852, casado a 3 de Agosto de 1875 com sua prima Maria da Conceição Corrêa, filha do Dr. Salvador José Corrêa Coelho e de sua mulher Antonia Rodrigues de Aguiar. (1-9 do Capitulo 1.º)

Sem descendentes.

2-5 Damazo José Corrêa Sobrinho, nascido em 7 de Março de 1855.

2-6 João Baptista Corrêa, nascido a 17 de Julho de 1857, casado no Rio Negro a 12 de Agosto de 1879 com Rosa Bley Corrêa, natural do Rio Negro, filha do Capitão João Bley e de sua mulher Maria Luiza Bley. Filhos:

3-1 Antonietta Corrêa, nascida a 17 de Julho de 1880, casada com João Mattoso.

3-2 Maria Thereza, fallecida.

3-3 João Alfredo, fallecido.

3-4 Antonio José, nascido a 12 de Junho de 1882, fallecido.

3-5 Sebastião Corrêa, casado com sua prima Adilia, filha de Joaquim José Corrêa. (§ 10.º adiante.)

3-6 Appollonio Corrêa, solteiro.

2-7 José Francisco Corrêa Sobrinho, nascido a 6 de Julho de 1859, solteiro.

2-8 Joaquim José Corrêa Sobrinho, nascido a 22 de Junho de 1861, casado com Francisca da Silveira.

2-9 Coronel Antonio José Corrêa — Tóta —, foi Deputado ao Congresso do Paraná, Collector das rendas do Estado em Paranaguá, Antonina e Fóz do Iguassú, foi Chefe da fiscalisação e arrecadação das rendas do Estado. Nascido a 24 de Dezembro de 18 , casado em 5 de Fevereiro de 1890 com Adelina de Paula Almeida Corrêa, já fallecida, filha do Major Fortunato José de Almeida e de sua mulher Gertrudes de Almeida.

Filhos:

3-1 Dagoberto.

3-2 Othilia, casada com Joaquim Huy.

3-3 Maria da Conceição, casada com Antonio B. Buquera.

3-4 Elvira, solteira.

3-5 Josepha.

3-6 Ercilia.

3-7 Nelson.

3-8 José.

3-9 Elisa.

3-10 Maria José.

O Tenente Coronel Miguel José Corrêa do seu segundo matrimonio teve:

2-10 Maria da Conceição, nascida a 25 de Junho de 1873 e fallecida solteira.

2-11 Anna Messia, nascida a 22 de Agosto de 1874; casada com Adolpho Bley, filho de João Bley e de sua mulher Maria Luiza Bley.

2-12 Ercilia de Jesus Corrêa, nascida a 11 de Novembro de 1876, casada com Bernardo Pinto de Oliveira Lima, filho do Capitão Joaquim Pinto de Oliveira e de sua mulher Brigida dos Santos Lima e Oliveira.

§ 2.º

1-2 Dr. Francisco José Corrêa, formado em direito pela Universidade de Coimbra, nasceu em 1807 e falleceu em 20 de Julho de 1869, em estado de solteiro. Advogou na Lapa, fazendo parte da 1.ª Assembléa Provincial do Paraná.

Deixou um filho natural reconhecido:

2-1 Antonio Francisco Corrêa, casado.

Teve:

3-1 Brasilina.

§ 3.º

1-3 Coronel João Baptista Corrêa, commendador, nascido a 24 de Junho de 1808 e fallecido no Rio de Janeiro em 1856.

Casou em Sorocaba com Carlota Joaquina de Mattos a 13 de Maio de 1831.

Filhos:

2-1 Maria da Conceição Corrêa, casada com seu tio Major Messias José Correia, 1-11 deste Capitulo, adiante.

Ahi a geração.

2-2 José Francisco Corrêa Netto, viuvo de . . . . . ,

irmã do Tenente Coronel Francisco Gonçalves de Oliveira Machado, de Sorocaba.

§ 4.º

1-4 Gertrudes de Jesus Corrêa, nascida em 1811 e fallecida a 7 de Dezembro de 1877, foi casada em 1828 com o Commendador e Tenente Coronel reformado Antonio Alves de Oliveira, fallecido a 13 de Outubro de 1872 com 64 annos de edade.
Teve:
2-1 Major Antonio Alves de Oliveira Filho, nascido a 5 de Setembro de 1829, casado em Ponta Grossa com sua prima irmã Maria da Conceição Corrêa de Oliveira Ribas. Deixou 4 filhos e 2 filhas.
2-2 Alferes Ermelino Alves de Oliveira, casado com Luiza Westphalen.
Filhos:
3-1 Messia Alves de Oliveira, baptisada a 29 de Setembro de 1841, casada a 27 de Setembro de 1882 com João da Rocha Bahls.
3-2 Eugenia Alves de Oliveira.
3-3 Joaquim Alves de Oliveira.
3-4 Luiz Alves de Oliveira.
2-3 Messias Alves de Oliveira.

§ 5.º

1-5 Padre Damazo José Corrêa, foi por espaço de 40 annos Vigario da parochia de Castro. Baptisou-se a 15 de Fevereiro de 1812.
Rezou a primeira missa na Lapa a 6 de Agosto de 1835.
Falleceu em Castro a 30 de Março de 1882.
Foi um dos ornamentos do clero brasileiro por sua vida exemplar.
Foi Vice-Presidente da Provincia e Deputado provincial.

§ 6.º

1-6 Alferes Antonio José Corrêa, foi fulminado por um raio, em Jaguaricatú, a 6 de Janeiro de 1852. Era casado com Anna Francisca de Mattos, sua prima.
Filhos:
2-1 Francisco José Corrêa Reinhardt, pharmaceutico em Tijucas-Grande, S. Catharina.
2-2 Adelina Augusta Corrêa, casada na Limeira, S. Paulo.
2-3 Maria da Conceição Corrêa, casada em S. José do Ipanema, Estado de S. Paulo.

§ 7.º

1-7 Maria de Jesus Corrêa, fallecida a 11 de Março de 1851, foi casada a 6 de Agosto de 1837 com Antonio Gonçalves dos Santos, natural de Portugal e que veio para o Brasil depois da independencia.
Teve:
2-1 Alferes José Gonçalves dos Santos Sobrinho, casado em Ponta Grossa com Maria da Gloria Ribas.
2-2 Antonio Gonçalves dos Santos Filho, solteiro.
2-3 Gertrudes dos Santos Corrêa, baptisada a 26 de Abril de 1843, casada a 29 de Julho de 1871 com seu tio Miguel José Corrêa. (1-1, § 1.º de pagina 375.)
Ahi a geração.
2-4 Maria da Conceição dos Santos Corrêa, nascida em 1845, casada a 29 de Agosto de 1880 com seu primo irmão José Francisco Corrêa, 2-3 de 1-8.
Teve:
3-1 Maria da Luz.

§ 8.º

1-8 Dr. José Francisco Corrêa, formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, n'uma das suas pri-

meiras turmas. Nascido em 1817 e fallecido a 13 de Junho de 1879. Foi casado com Maria da Conceição Marcondes, filha do Capitão Domingos Ignacio de Araujo, capitalista na então Villa da Palmeira, e de sua mulher Josepha Joaquina de França, 5-13 de pagina 514 do 3.º volume.
Clinicou na Lapa.
Filhos:
2-1 Salathiel Corrêa, nascido na Palmeira a 12 de Março de 1851, casado em Castro com Herminia Madureira, filha do Coronel Sebastião Madureira.
Filhos:
3-1 José Madureira Correia.
3-2 Claudio Madureira Correia.
3-3 Ossian Madureira Correia.
3-4 Esilda Correia Madureira, casada com Trajano Madureira. Já descriptos em 7-4 de 6-1 de pagina 515 do 3.º volume.
2-2 Eduardo Correia, casado com Eugenia de Souza Correia, filha de José Marques de Souza, fallecido em Castro, 6-2 de pagina 515 do 3.º volume.
Filha:
3-1 Palmyra.
2-3 José Francisco Corrêa, casado a 29 de Agosto de 1880 com Maria da Conceição dos Santos Corrêa, filha de Antonio Gonçalves dos Santos e de sua mulher Maria de Jesus Corrêa, 6-3 de pagina 515 do 3.º volume e 2-4 de 1-7, retro.
Filha:
3-1 Maria da Luz.
2-4 Maria da Conceição Corrêa, nascida a 2 de Julho de 1868, casada com Euclides Martins, 6-3 de pagina 492 do 3.º volume desta obra, ahi a descendencia.
2-5 Themistocles Corrêa, nascido a 21 de Dezembro de 1872, casado com Maria dos Anjos Albuquerque Corrêa, 6-5 de pagina 515 do 3.º volume.

§ 9.º

1-9 Dr. Salvador José Corrêa Coelho, Bacharel, formado pela Faculdade de direito do Recife. Nasceu em Mogy das Cruzes em 1821, onde se casou a 2 de Julho de 1853 com Maria Antonia Rodrigues de Aguiar, filha do Coronel João José Rodrigues de Aguiar.
Tiveram 10 filhos, a saber:
2-1 Maria da Conceição Corrêa, nascida em 1854, casada a 3 de Agosto de 1875 com seu primo irmão Miguel José Corrêa Filho.
Com descendentes adiante.
2-2 Messias Augusto Corrêa.
2-3 Salvador José Corrêa Coelho Junior.
2-4 Dr. Damazo Candido Corrêa, formado em direitc em 1884.
2-5 Virgilio José Corrêa Coelho.
2-6 Julio Cezar Corrêa Coelho.
2-7 Salathiel José Corrêa Coelho.
2-8 Benjamin José Corrêa Coelho.
2-9 Laura Amelia Corrêa.
2-10 Raphaela Eugenia Corrêa.

§ 10.º

1-10 Capitão Joaquim José Corrêa, nascido em 1819, casado em primeiras nupcias, em Ponta Grossa, com Luiza Ribas e em segundas nupcias se casou com Ignez Ribas.
Falleceu a 8 de Fevereiro de 1873.
Do primeiro matrimonio teve:
2-1 Maria da Conceição Ribas, casada com o Major Antonio Alves de Oliveira, 2-1 de 1-3 do § 3.º
2-2 Damazo Corrêa Ribas, casado.
Teve 5 filhos.
2-3 Affonso Corrêa Ribas, casado.
Com 4 filhos.
2-4 Adelino Corrêa Ribas, casado.
2-5 Maria Ferreira Ribas, casada.
Teve 5 filhos.

2-6 Joaquina Corrêa Ribas, casada.
Teve 2 filhos.
Do segundo matrimonio teve:
2-7 Joaquim Corrêa Ribas, nascido a 8 de Fevereiro de 1873.

§ 11.º

1-11 Major Messias José Corrêa, nascido em 1828, casado com sua sobrinha Maria da Conceição, 2-1 de 1-3 de pagina 379.
Filhos:
2-1 Messias José Corrêa Filho.
2-2 Maria da Conceição Corrêa.

CAPITULO 2.º

2 — Francisco de Paula Teixeira Coelho, segundo e ultimo Capitão-mór da Lapa, foi casado com Clara Joaquina de Oliveira, natural do Rio Grande do Sul, onde nasceu a 2 de Abril de 1777.
Falleceu a 26 de Novembro de 1841.
Filhos:

1-1 Major Francisco Teixeira Coelho § 1.º
1-2 Antonia Euphrasia Teixeira § 2.º
1-3 Pedro Fagundes Teixeira Coelho § 3.º
1-4 Vasco Teixeira Coelho § 4.º
1-5 Leandrina Teixeira Coelho § 5.º
1-6 Clara Joaquina de Oliveira Ramos § 6.º
1-7 Manoel Teixeira Coelho § 7.º
1-8 Gertrudes Teixeira Coelho § 8.º
1-9 Irinéa Adalina de Oliveira § 9.º
1-10 Aureliana Teixeira § 10.º
1-11 Demetrio Fagundes Teixeira Coelho § 11.º

§ 1.º

1-1 Major Francisco Teixeira Coelho.

§ 2.º

1-2 Antonia Euphrasia Teixeira, casada com Manoel Corrêa da Silva, com descendentes no Rio Grande do Sul.

§ 3.º

1-3 Pedro Fagundes Teixeira Coelho.

§ 4.º

1-4 Vasco Teixeira Coelho, foi casado em primeiras nupcias com Maria Francisca Marcondes, filha de José Marcellino Carneiro, e em segundas nupcias com Prudencia Marcondes, irmã da precedente, 5-10 de pagina 443 do 3.º volume, ahi os descendentes.

§ 5.º

1-5 Leandrina Teixeira Coelho, casada no Rio Grande do Sul com Joaquim Martins.

§ 6.º

1-6 Clara Joaquina de Oliveira Ramos, casada com Henrique Ramos, residentes em Lages.

§ 7.º

1-7 Manoel Teixeira Coelho, fallecido, foi casado com Maria Francisca de Siqueira, fallecida com testamento a 20 de Dezembro de 1824, filha de Francisco José de Siqueira e de sua mulher Francisca Antonia de Lara, 5-2 de pagina 70 deste volume.
Filhos:
2-1 Manoel.
2-2 José.
2-3 Antonio.

§ 8.º

1-8 Gertrudes Teixeira Coelho, casada com Antonio Cornelio Mendes.
Teve:
2-1 Raphael.

§ 9.º

1-9 Irinéa Adalina Teixeira Coelho, baptisada a 8 de Março de 1835, casada em primeiras nupcias a 29 de Junho de 1849 com Manoel Mendes Guimarães e em segundas nupcias com Zeferino Corrêa. Parece-nos ter sido casada em terceiras nupcias com . . . . . Ferrari e nesse caso é mãe do distincto medico Dr. Antonio Ferrari, Vice-Director do Hospital São Sebastião do Rio de Janeiro.

§ 10.º

1-10 Aureliana Teixeira.

§ 11.º

1-11 Demetrio Fagundes Teixeira Coelho, casado com Josepha Sampaio, filha de Francisco Ignacio Sampaio.
Filhos:
2-1 Benedicto.
2-2 Paulo.
2-3 Francisca Paulina de Oliveira, casada com Clementino José dos Santos.
2-4 Marcolina.

CAPITULO 3.º

3 — Anna Perpetua Teixeira Coelho, nascida em 2 de Novembro de 1786, casada em primeiras nupcias com Manoel Carneiro Lobo e em segundas nupcias com Elias Rodrigues de Almeida; este, natural de Sorocaba e aquelle, natural de Castro.
Sem descendentes.

CAPITULO 4.º

4 — Alferes Manoel Teixeira Coelho, casado no Rio Grande do Sul, onde falleceu, com uma filha de Manoel Gonçalves de Almeida.
Sem descendentes.

CAPITULO 5.º

5 — Ajudante Antonio Teixeira Coelho, casado no Rio Grande do Sul com uma filha de Manoel Castanho.
Com descendentes alli.

CAPITULO 6.º

6 — Joaquina Teixeira Coelho, casada com o Commendador Manoel Antonio da Cunha, natural de Portugal, que foi abastado commerciante na Lapa, onde gozou de largo prestigio social e politico. Exerceu os cargos da governança local entre os quaes o de Prefeito que substituiu ao de Capitães-móres das Villas pela organisação municipal de 1833.
Teve:
1-1 João Teixeira Coelho da Cunha § 1.º
1-2 Antonio Manoel da Cunha § 2.º
1-3 Francisco Cunha § 3.º
1-4 Francisca Luiza da Cunha § 4.º

§ 1.º

1-1 João Teixeira Coelho da Cunha, fallecido aos 18 annos.

§ 2.º

1-2 Antonio Manoel da Cunha, fazendeiro, casado com sua sobrinha Joaquina Braga da Cunha.
Sem filhos.

§ 3.º

1-3 Francisco Cunha, fazendeiro na Lapa, casado com Maria Augusta da Cunha, natural de S. Paulo.

Tiveram 13 filhos:
2-1 Joaquina Cunha, casada com Fidelis de Paula. Filhos:
3-1 Fidelis Cunha de Paula, casado.
3-2 Francisca Cunha.
3-3 Ernesto Cunha de Paula, casado.
3-4 Elisa Cunha.
3-5 Francisco Cunha de Paula, casado.
3-6 Luiz Cunha de Paula.
3-7 Antonio Cunha de Paula.
3-8 João Cunha, casado.
3-9 Maria Francisca Cunha, casada.
3-10 Miguel Cunha de Paula.
2-2 Francisca Cunha, casada com Francisco de Paula, fazendeiro na Lapa.
Sem descendentes.
2-3 Narciza Cunha, casada com Seraphim da Silva, fazendeiro na Lapa.
Teve:
3-1 Gabriel.
3-2 Maria.
3-3 Francisca.
2-4 Gabriella Cunha, casada com José Ferreira, fazendeiro na Lapa.
Teve:
3-1 Narciza.
3-2 Francisco.
3-3 Maria.
2-5 Maria Cunha, fallecida solteira.
2-6 Gertrudes Cunha, casada com Delphino Domingues, foi tabellião na Lapa.
Teve:
3-1 Analdina Cunha, casada com João Pinto, negociante.
Teve:
4-1 Alvaro Pinto.
4-2 Celso Pinto.
4-3 Alda Pinto.
4-4 Moacyr Pinto.
4-5 Maria Pinto.

4-6 Olga Pinto.
3-2 Elvira Cunha, casada com Maurilio Silva.
Teve:
4-1 Yollanda.
4-2 Laura.
4-3 Elvira.
4-4 Carlos.
4-5 José.
4-6 Maria.
4-7 Paulo.
4-8 Leonor.
3-3 Hercilia Cunha, casada com João Soares Sobrinho, residentes na Lapa.
Teve:
4-1 José.
4-2 Luiz.
4-3 Gertrudes.
3-4 Etelvina da Cunha Arzua, casada com Militão Arzua, industrial, socio da firma João Eugenio & Cia.
Teve:
4-1 Enedina.
4-2 Hilda.
4-3 Etelvina.
4-4 Guido.
4-5 Sonia.
4-6 Vera.
3-5 Ambrozina Cunha, casada com Alcebiades Fagundes.
Sem filhos.
3-6 Leocadio Cunha, casado com Ignacia Barbosa.
Filhos:
4-1 Leonidas.
4-2 Maria de Lourdes.
4-3 Ecléa.
3-7 Ovidio Cunha, solteiro.
2-7 Anna Cunha Neves, casada com Julio Neves, hoteleiro na Lapa.
Teve:
3-1 José.

3-2 Maria Candida.
2-8 Manoel Cunha, fallecido.
2-9 Domingos Cunha, fallecido.
2-10 Antonio Cunha, casado em S. Paulo.
Filhos:
3-1 Maria Augusta.
3-2 Leontina.
3-3 José.
3-4 Antonio.
2-11 Antonia Cunha, solteira, professora publica.
2-12 Francisco Teixeira da Cunha, politico de grande influencia na Lapa, pertencendo ao partido chefiado pelo Senador Dr. Generoso Marques dos Santos. Exercia os cargos de Prefeito Municipal e Inspector Escolar, na cidade da Lapa, quando falleceu. Casado com Maria Luiza da Cunha, 3-3 de 2-2 do § 1.º, abaixo.
Filhos:
3-1 Carolina da Cunha Guimarães, casada com Honestalio Guimarães, negociante na Lapa.
Teve:
4-1 Alice.
4-2 Ambrosina.
4-3 Mario.
4-4 Raul.
3-2 Claudio Cunha, fallecido com 23 annos de edade, foi casado com Arminda Prince.
Deixou 1 filho:
4-1 Francisco.
3-3 João Cunha, fallecido solteiro com 22 annos.
3-4 Stella Cunha, solteira.
3-5 Maria Cunha, fallecida com 18 annos.
3-6 Antonio Cunha, solteiro.
3-7 Francisca Cunha, solteira.
2-13 Affonso Augusto da Cunha, commerciante, antigo socio da extincta firma Queiroz, Cunha & Cia., de Curityba; hoje é capitalista. E' camarista municipal da Capital.
Casado em primeiras nupcias com Alda Queiroz, filha do capitalista Joaquim Queiroz, natural de Portugal, e de sua mulher Francisca Queiroz. Casado em segundas nupcias com Eunice Portella da Cunha, filha do Coronel Daniel Portella e de sua mulher Ida Portella, residentes em Campo Largo.
Teve do primeiro matrimonio:
3-1 Francisca Queiroz da Cunha, fallecida em plena mocidade em 1925, solteira.
3-2 Alice de Queiroz Cunha.
3-3 Joaquim de Queiroz Cunha.
Do segundo matrimonio teve:
3-4 Ida, fallecida.
3-5 Affonso Cunha.
3-6 Ivette Cunha.
3-7 Helena Cunha.

§ 4.º

1-4 Francisca Luiza da Cunha, casada com o Tenente-Coronel João Manoel da Silva Braga, negociante na Lapa, já fallecido.
Teve:
2-1 Joaquina Braga, casada com seu tio Antonio Manoel da Cunha, que foi fazendeiro; já fallecido. Sem filhos.
2-2 Francisca Braga, casada com Luiz de Carvalho, foi negociante; fallecido.
Teve:
3-1 Antonio Braga de Carvalho, fallecido solteiro.
3-2 Luiz Braga de Carvalho, foi commerciante em Curityba, fallecido; foi casado com Ernestina Loureiro, filha de Manoel Loureiro e de sua mulher Francisca Gonçalves Loureiro. E' ella hoje viuva do capitalista Sebastião Sant'Anna Lobo.
Sem filhos.
3-3 Maria Luiza da Cunha, casada com Francisco Teixeira da Cunha, 2-12 de 1-3, retro.
2-3 João Braga, negociante, já fallecido, foi casado com Maria Antonia Pacheco.

D'esse matrimonio houve 1 filha:

3-1 Paulina Pacheco Braga, fallecida, foi a primeira mulher do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, já descripto em outro Titulo.
Teve:
4-1 Noemia do Amaral Gutierrez, casada com o Dr. Alexandre Gutierrez, engenheiro, foi sub-director interino da Estrada de ferro S. Paulo — Rio Grande.
Com descendentes já descriptos.
4-2 Homero Ferreira do Amaral, 3.º Tabellião de Curityba, casado com Hilda Munhoz da Rocha Amaral, filha do Coronel Bento Munhoz da Rocha, já fallecido, e de sua mulher Maria Leocadia Munhoz da Rocha.
Com descendentes já descriptos.

2-4 Gertrudes Braga, fallecida solteira.
2-5 Manoel Antonio Braga, fallecido em criança.
2-6 Domingos Braga, fallecido em criança.
2-7 Gabriella Braga Carneiro, casada com Pedro Tibiriçá da Cruz Carneiro, negociante, já fallecido, 5-1 de 3-3 de pagina 437 do 3.º volume.
Teve:
3-1 Maria da Luz Carneiro Braga Martins, casada com Luziano Martins, fazendeiro em Castro, fallecido, 8-1 de pagina 401 do 1.º volume e 6-1 de pagina 437 do 3.º volume.
Teve:
4-1 Sarah.
4-2 Raul.
4-3 Alvaro.
4-4 Gabriel.
4-5 Maria.
4-6 Pedro.
3-2 João Carneiro Braga, secretario da Camara Municipal da Lapa, casado com Acestina Montenegro.
Filhos:
4-1 Nivaldo.
4-2 Gabriella.

4-3 João.
3-3 Moyses Carneiro Braga, solteiro, foi gerente da fabrica Leal, Santos & Cia., do Rio Grande do Sul.

2-8 Francisco da Silva Braga, negociante na Lapa, foi uma das victimas da revolução de 1894, impiedosamente fuzilado no cemiterio de Curityba por ordem do Commandante da guarnição militar; se diz que o motivo de sua prisão foi ter sido elle confundido com o Dr. Francisco Ferreira Braga, politico em eminencia em S. Paulo, que tomou parte saliente na revolução federalista que invadiu o Paraná em Janeiro de 1894, chegando a assumir as redeas do governo do Paraná por nomeação do Chefe revolucionario. E' esta a versão corrente.
Foi casado com Maria Joanna de Paula Braga.
Filhos:
3-1 João Braga Netto, fazendeiro na Lapa, casado com sua prima Francisca Pires Braga.
Teve:
4-1 José.
3-2 Joaquina Braga, fallecida com 13 annos de edade.
3-3 Mario Braga, solteiro, negociante, actualmente em S. Paulo, onde é socio da firma Araujo Costa & Cia.
3-4 Dr. Joaquim de Paula Braga, medico, residente em Ponta Grossa, casado com Etelvina Ribas.
Teve:
4-1 Lauro.
3-5 Luiz Braga, negociante na Lapa, casado com Marianna Corrêa.
Filhos:
4-1 Francisco.
4-2 Maria.
3-6 Maria da Conceição Braga, casada com Antonio Corrêa de Miranda.
Sem filhos.
3-7 Celina Braga, solteira.
3-8 Aurora Braga, solteira.

2-9 Antonia Braga Pires, casada com Feliciano Nunes Pi-

res, 6-1 de 5-2 de pagina 437 do 3.º volume, ahi a descendencia.

2-10 Major Manoel Antonio da Cunha Braga, fazendeiro, já fallecido, foi casado com Victoria de Lacerda Braga, tambem fallecida. 6-10 de pagina 556 do 3.º volume desta obra, ahi a descendencia.

2-11 David Braga, fallecido em criança.

2-12 Anna Braga de Mattos, viuva de Manoel Luiz de Mattos, que foi negociante em Curityba, com importante loja de calçados.

Teve:

3-1 Ignacia de Mattos Vianna, casada com Ernesto Ribeiro Vianna, filho do Major Francisco de Paula Ribeiro Vianna e de sua mulher Francisca Munhoz Ribeiro Vianna.

Teve:

4-1 Luiz de Mattos Vianna.
4-2 Accacia de Mattos Vianna.
4-3 Cid de Mattos Vianna.
4-4 Maria de Lourdes Vianna.
4-5 Oswaldo de Mattos Vianna.
4-6 Mario de Mattos Vianna.

3-2 Maria Julia de Mattos Pessoa, casada com Plinio Liberato Pessoa, 1.º Escripturario da Delegacia Fiscal do Paraná.

Teve:

4-1 João de Mattos Pessoa.
4-2 Heli de Mattos Pessoa.
4-3 Sarah de Mattos Pessoa.
4-4 Manoel Luiz de Mattos Pessoa.
4-5 Miguel Thomaz de Mattos Pessoa.

3-3 Izaura de Mattos Barreto, casada com Annibal de Campos Barreto.

Teve:

4-1 Joaquim de Mattos Barreto.
4-2 Anna de Mattos Barreto.
4-3 Manoel Luiz de Mattos Barreto.

3-4 João Luiz de Mattos, interessado da firma Dias & Cia., desta Capital, casado.

2-13 Carolina Braga de Paula Xavier, casada com o Dr. Joaquim de Paula Xavier, medico notavel pelo seu alto valor scientifico, residiu em Ponta Grossa, onde falleceu.

Teve:

3-1 Raul Braga de Paula Xavier, fazendeiro em Ponta Grossa, casado com Leonysia Taques.
Sem filhos.

3-2 Maria Luiza Xavier Machado, casada com Ismael Machado, pharmaceutico em Ponta Grossa.
Sem filhos.

3-3 João Braga de Paula Xavier, guarda livros em Ponta Grossa, casado com Luzita Martins.
Sem filhos.

3-4 Therezio Braga de Paula Xavier.
3-5 Palmira Braga de Paula Xavier.
3-6 Miguel Braga de Paula Xavier.
3-7 Olympio Braga de Paula Xavier.
3-8 Joaquim Braga de Paula Xavier.

2-14 Maria Joanna Braga de Abreu, viuva do capitalista Manoel Martins de Abreu, foi Presidente da Junta Commercial de Curityba, fallecido no Rio de Janeiro em 1925. Foi acreditado negociante em Curityba, socio principal da firma Abreu & Cia. Gozou sempre de grande credito commercial na Praça. Era viuvo de Escolastica Gonçalves de Abreu.

Teve:

3-1 Dr. João Braga de Abreu, advogado, residente no Rio Grande do Sul, onde é casado com Dóra de Oliveira Abreu.

Filhos:

4-1 Maria Oliveira de Abreu.
4-2 Paulo Oliveira de Abreu.

3-2 Rosa de Abreu Paiva, casada com o engenheiro militar Dr. Oscar Saturnino de Paiva, residentes no Rio de Janeiro, viuvo de Aurora de Assis Teixeira, filha de Augusto de Assis Teixeira e de sua mulher Anna Gonçalves Teixeira.

Teve:

4-1 Jorge de Abreu Paiva.
4-2 Maria Magdala de Paiva.
4-3 Oscar de Abreu Paiva.

3-3 Margarida de Abreu Montes, casada com o Capitão Eduardo de Siqueira Montes; residentes no Rio de Janeiro.
Sem filhos.
3-4 Maria da Luz Abreu de Moraes, casada com Raphael Munhoz de Moraes.
Teve:
4-1 Maria Alice.
3-5 Olivia de Abreu Mäder, casada com o Dr. Othon Mäder, filho do Coronel Nicolau Mäder e de sua mulher Francisca da Costa Mäder.
Filhos:
4-1 Regina.
4-2 Luiz Renato.
4-3 Paulo.
3-6 Alice Braga de Abreu, religiosa.
3-7 Mario Braga de Abreu, 5.º annista de medicina.
3-8 Stella Braga de Abreu, solteira.
3-9 Helena Braga de Abreu, solteira.
2-15 Guilherme da Silva Braga, fallecido solteiro, era negociante na Lapa.

Genealogia paranaense

Titulo Pereira Braga.

TEVE por tronco no Paraná, a familia desse appellido, o Capitão João Pereira Braga, natural da cidade de Braga-Portugal, filho de José Martins e de sua mulher Esperança Pereira, naturaes da freguezia de Santa Maria de Cóvas (ou Couras), termo da villa da Barca, Arcebispado de Braga.
Casado com Josepha Gonçalves da Silva, fallecida em 29 de Junho de 1779, natural de S. João da Fóz, Bispado do Porto, d'onde veio para o Brasil aos 10 annos de edade, filha de João da Silva Reis, natural de Lordello, e de sua mulher Maria Rodrigues, natural do Couto de S. João da Fóz, Porto-Portugal; neta pela parte paterna de Manoel dos Reis e de sua mulher Maria Francisca.
Em 1729 era o Administrador da Fazenda dos Campos Geraes, no lugar denominado Lapa, pertencente ao Capitão Manoel Dias da Costa e sua mulher Izabel Pinheiro (Inventario de Manoel Dias, 1729, Cartorio de Orphãos de Curityba).

Falleceu o Capitão João Pereira Braga a 7 de Agosto de 1747, com 40 annos de edade, pouco mais ou menos, tendo vindo para o Brasil em 1710, a chamado de seu tio o Sargento-mór, mais tarde Tenente-General, Manoel Gonçalves de Aguiar, Commandante da Praça de Santos e que foi o instituidor do – Vinculo — da Senhora das Neves, do qual foi Administrador o Capitão José Francisco Cardoso de Menezes, da villa de Itú, casado com Maria Joanna Branco e Silva, do termo da villa de Castro, que por morte de seu marido pediu que de accordo com a instituição, passasse a administrar o dito Vinculo seu filho Tristão Cardoso de Menezes (C. O. de Curityba — 1833 — Autos).

Conforme allega Tristão Cardoso de Menezes, o Vinculo das Neves, comprehendia as Fazendas do «Capão Redondo», dos «Carlos», dos «Capados», de «S. Luiz», das «Furnas» e do «Rio Grande» (Referidos Autos, C. O. C. — 1833).

Sesmaria da Palmeira. — Esta sesmaria foi comprada por escriptura publica de 20 de Janeiro de 1742, lavrada em Curityba, pelo Capitão João Pereira Braga, pela quantia de 212$000, ao Capitão Diogo da Costa Rosa e sua mulher Paula Fernandes de Oliveira, que a possuiam ha 29 annos, com 50 cabeças de gado cavallar, sendo dividida com as terras de Miguel Alves de Faria, dos lados do «Rio Verde», correndo o «Rio Pitanguy» abaixo, até um ribeirão do caminho de Santa Cruz; estas terras ficavam entre as de Domingos Martins e as terras de Miguel Alves de Faria.

Foi o Capitão João Pereira Braga vulto de destaque no Paraná, principalmente na Lapa e na Palmeira, onde gozou sempre de justo renome pelo seu caracter e operosidade.

Residia com sua familia na Fazenda dos «Carlos». Teve os seguintes filhos:

1 — Maria Pereira da Silva Pacheco Capitulo 1.º
2 — Padre João da Silva Reis Capitulo 2.º
3 — Tenente Domingos Pereira da Silva Capitulo 3.º

4 – Anna Pereira da Silva Capitulo 4.º
5 – Ignacia Maria da Silva Capitulo 5.º
6 – Joanna Pereira da Silva Capitulo 6.º

CAPITULO 1.º

1 – Maria Pereira da Silva Pacheco, com 20 annos em 1747, casada em Tamanduá, a 28 de Agosto de 1753, com José dos Santos Pacheco Lima, fallecido em 1806, natural de Ponte de Lima, filho de Francisco Pacheco de Miranda e de sua mulher Christina da Costa Miranda, natural de Coura, Portugal. Foi Vereador e Presidente da Camara e Juiz ordinario de Curityba. – Em 1788 já era morador da Lapa, e em Janeiro desse anno requereu ao Dr. Corregedor e Provedor de Rendas que se achava em Curityba, que mandasse rever o inventario de seu sogro, procedido em 1747, porquanto nesse inventario lhe foram partilhados escravos que se diziam ter 25 annos, os quaes, em 1779, quando falleceu sua sogra D. Josepha Gonçalves da Silva, pelo facto delle requerente se achar preso na Cadeia de S. Paulo, lhe foram novamente partilhados como tendo 20 annos apenas, quando 32 annos antes, os mesmos escravos figuravam com 25 annos.

O motivo dessa prisão teria por cauza os factos de que o presente termo de vereança dá noticia?

«Termo de vereança de 3 de 9br.º de 1777.

«Aos tres dias do mes de Novembro de mil sette centos setenta esette annos nesta villa de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba em as casas dos Passos do Concelho della onde se ajuntarão os offeciais da Camera o Juiz presidente o Thenente Estevão José Ferreira e o vereador mais velho Antonio José Teixeira e em lugar do vereador segundo presidio o capitam Luiz Ribeiro da Silva, e o veriador terseiro Manoel Joaquim de Jesus; e o procurador atual o capitão Antonio José da Silva, e estando asim todos juntos Nella detreminarão elles ditos offeciais da Camera que no mesmo instante que receberão a hordem do Illm.º e Exelenticimo S.r General de 23

de Agosto recebida a sette do mes de 7br.º e logo mandamos aos feitores dos pousos para que logo intregaçem os mantimentos, e cavalgaduras, e gados, que estavão aprontados pelos referidos pouzos tudo na mesma forma que sua Ex.ª na sua nos insinua e como o feitor respetivo daquelle pouzo de Santo Antonio não tem dado execução as ordens que esta Camera lhe tem mandado respetivo aos animais, e mais vibres por cuja demora mandamos ao veriador João Barbosa Calheiros morador na mesma Freguezia que em vertude da mesma ordem de S. Ex.ª e da maquina de queixas do povo pella demora dos seos animais selhe incomvio os regreços de todas as cavalgaduras que esta Camera tinha remetido para a mesma Freguezia, e muito principalmente as cavalgaduras que na ultima recluta se incaminharão para aquella Freguezia depois de haver noticia certa voltarem as companhias para traz cuja conduta ja parecia desnecessaria; e sendo asim devia o mesmo veriador na mesma forma que daqui se remeteu faser voltar para esta villa para se intregar a seos donos visto se não ter ocupado no Real Servisso; e como obrasse muito o contrario do que esta Camera lhe detreminou sem atenção ao prejuizo do povo resolveo mandar uns poucos de animais sem relasoins que os acompanhace nem os ariadores saberem seos donos, de donde tem nacido segundo nos consta terçe desemcaminhado alguns daquelle pouzo como forão dous animais que sendo desta villa de Sebastião Alves de Araujo forão estes achados na freguezia de São José; e pello pouco caso que tem feito das ordens desta Camera e inobedientes ao Real servisso, mandamos passar mandado para que hum official de Justissa va a Freguezia de Santo Antonio da Lapa e notefique da nossa parte ao feitor daquelle pouzo José dos Santos Pacheco e o veriador João Barbosa Calheiro para virem dar contas detudo o quanto selhe inconbio respectivo ao Real servisso com pena de que não ofasendo asim Logo que noteficado forem se proceder contra elles como for de direito e justissa daqual deligencia

passara off.es certidão para atodo o tempo constar. «E na mesma Camera despacharão algumas peticois e deferirão a alguns requerimentos de partes e para constar mandarão formar este termo em que asinarão e eu Antonio Francisco Guimarais escrivam que o escrivi.
«Frr.ª — Teyxr.ª — Ribr.º — De Jesus — da S.ª»
— Perante a Camara de Curityba, reunida em vereança de 14 de Maio de 1777, compareceu o Tenente José Joaquim Mariano da Silva Cezar e em nome do Capitão General Governador de S. Paulo communicou que, conforme ordens que trazia, de 15 de Abril desse anno, «em todas as Cameras por onde tem de passar he o corpo de seis mil homens para exzercitar nas quais se comprehende (sic) por bem esta se acha ja por ella ja aparelhada e pronta huma grande porsão de farinha de milho e os mais vibres que na mesma ordem se refere juntamente Animais para condução do trem e mantimentos com que se devem furnecer as companhias na pasagem que fasem por este districto the as Lages se lhe fas forsozo por na presença de vossas merces serem precizos entre agrande porsam que vm.ce tiverem pronto nove mil etresentos Alqueires de milho; quatro mil seis centos esincoenta ditos de farinha tres mil animais sufecientes areados de cangalhas; mil e duzentas reses gordas manças e de conta quinhentas pessoas para arreios e pioins do gado vinte Bruacas de sal dusentos couros desfeitos em surrois de Alqueire; e porque informão vossas merces se não acha toucinho algum se não faz menção por ora de feijão avista do que se faz mister darem vossas merces sertesa de tudo o que se acha pronto e do mais que se pode aproveitar para apresente assão em que se requer a major diligencia e ificiencia para satisfação da venerada orde asim referida».
— O presidente da Camara, em nome do Conselho, deferiu a petição verbal do emissario da seguinte forma: «O zello, promptidão, desvello em que sempre se empregão os moradores desta villa e seu destricto,

em todas as acções e occasiões, no Real Serviço é constante e o tem bem mostrado, mas como esta acção é incompativel com as forças da terra; mostramos o estado della para que não pareça froixidão, o que só por impossivel se deixará de obrar.

«Os moradores da Freguezia desta villa que se comprehendem dos Calrros p.a baixo alem de não serem as terras muito frutiferas, e porque não tem para que nem para onde dem consumo aos fruttos de suas Laboras, estão ja no costume de plantarem tam somente quanto baste para sustento de suas familias porque sempre o que lhe sobra operdem do bixo e seo aprebeitão hê so emprestando aos visinhos que precisão para tornarem quando o tem por este motibo já estão em abito de não faserem exforsso em grandes plantasois porque nunca alcansarão disso utilidade. . .

«Os moradores da beira dos campos, por serem suas terras menos aptas para a lavoura . . . se occupam em conduzir — «Congonhas» — para Paranaguá. . .

«Os da Freguezia de S. José passam o anno communente das farinhas de Paranaguá e por isso lavram nas -- «faisqueiras do Arrayal» — e na congonha. . .

«Os da Freguezia de Santo Antonio da Lapa e dos Campos Geraes, porque as terras são mais ferteis e porque abeiram a estrada que vem do Viamão para S. Paulo, por onde passam tropas que gastão muitos mantimentos, fazem vida da lavoura pela utilidade que experimentão e por isso abundão de mais quantidade dellas, porem nem assim excede a tanta porção que se possa esperar della aquella abundancia necessaria para apresente ocazião para a qual nunqua houve exzenplo de sepoder esperar tão grande consumo de mantimentos.

«Alem disto as Rossas cujus fructos se ha de agora colher depois de serem deminutas por varias ocurrencias foy geral impidimento as continuadas Aguoas de todo Agosto e Setembro Outubro e Novembro que alem de impedir o travalho sendo asim pequenas as Rossas foy tambem cauza dese queimarem muito mal e muitas totalmente perderam-se.

«Sendo asim indubitavelmente muita diminuta a costumada plantação motibo este; e porque ainda o pouco que se plantou sevê mal frutificado ja se esperava neste anno geral carestia na terra.

«O Anno passado ja não foy fertil e porque isso ja se tem comido os milhos das Rossas, e o presente derrama que se faz pello povo que apenas chigava para as primeiras tropas que eminentemente se esperão os tem feito aprontar dos milhos mal maduros com grande destruição das rossas avista disto que se pode esperar dellas.

«Para as tropas precisandoce de nove mil Alqueires de milho, e quatro mil e quinhentos Alqueires de farinha se precisão para elles de sincoenta e oito mil e quinhentas maons persuadimos nos que colhidas as Rossas todas não excedera essa quantidade, e pode servir do exzemplo a este pencamento a experiencia das Rossas de sua Magestade em São Felipe avista do muito travalho e plantação que houve e a colheita que se fez.

«Não se pode julgar a quantidade dos mantimentos que pode dar o distrito na presente ocasião ainda que se fatigue amais incansavel deligencia porque alem das rosas sempre darem menos do que se espera só se poderia faser calcollo serto pelos Pajois dipois dellas colhidas o que senão pode conseguir em breve tempo por varias Razois, esão a grande extensão do distrito e estarem as Rossas ainda mal maduras o povo todo ocupado em aprontar o que selhes distribuhio e alem disto onão poderão faser tão sedo porque tirados já como se faz os cavallos e egoas em que conduzem os milhos das Rossas para as casas ainda desocupados elles tarde mal opoderão fazer; As tropas ja vem susecivamente e por isso não premite demoras em providenciarsse opuçivel e porque em materia de tanta ponderação sedeve obrar condeligencia e segurança para que não falte o preciso eperessa tão importante servisso do Nosso e suberano concideradas as sirconstancias do tempo e o estado da terra, e Refletindoce que o milho para os

cavallos sera mais preciso para que cheguem ao travalho e p.ª afarinha se podera remediar ouvindo de fora apoderçe conduzir ou sustentando a gente só com carne como fazem geralmente as tropas pello certão sem perderem as forsas para o travalho no que ainda servido a carne com dobrada Razam sera de muito pouca despesa a Real fasenda do que as farinhas reconduzidas de longe e pagarçe a condução dellas com igual atenção ao travalho dizemos que a terra apenas podera dar o milho e ainda com duvida que chegue a aquelle numero de Alqueires que são necessarios serto de que não ficarão na terra vinte casas com a metade do milho que precisão para suas familias porque os mais ja onão tem antes de selhes tirar.

«Deveçe advertir mais que ainda esses milhos não estarão intermos de se prontificar por virdulengos como tambem o modo de os transportar para os lugares distinados porque como se tirão ja os Animais que podem travalhar fica a terra inhavelidada para conduzir couza alguma.

«A cerca das cavalgaduras não falando no destrito dos Campos gerais em que pella distancia de suas abitaçois elaboração das fasendas de gado precizão demais copia de animais manços e por isso os tem ja estão destinados para transportar as tropas que por ahi tranzitarem e talves nem para isso bastem os moradores desta Freguezia da villa os de S. José e Santo Antonio da Lapa que para o travalho de suas casas conservão ahum dous e tres animais mansos e rraros chegão a pusuhirem seis, e muitos nenhum porque apovreza lhe não permitem apesar de suas necessidades agrande duvida cheguem ao numero de quinhentos excluido os auxilliares porque na conducção das tropas passadas se perderão como ja digo se perderão muitos como he notorio e ainda se não refizerão a prassa.

«Ja forão noteficados todos estes moradores para darem os seos animais para conduzirem as farinhas que de Parnagua manda o Doutor Ouvidor da Comarca

por ordem do Illm.º e Exm.º Senhor General ou do Illm.º Exm.º Sr. Vice Rey e ja muitos estão neçe exercicio conduzindo daquelle Porto para esta villa e agora deces mesmos se tirão tresentos para transportarem os mantimentos, eseguirem as tropas que iminentemente se esperão no Registo dos que restão pouco ou nenhum servisso se pode esperar porque muitos são Egoas de cria, e por isso debelitadas para servisso outros mal guarecidos das forsas que perderão no transporte pesado; em outros ja incapazes pelas continuas deligencias do servisso transporte de cofres e soldados que vem de Santa Catharina e conduzir Gados para Parnagua por ordem do Sargento mor, e ainda dos que estão mais haveis para algum servisso fazendo viagem para as Lagens onde raro chegarão não poderão servir para segunda não Sô pelo rigor do presente inverno como incumparavel aspereza daquelle caminho.

«Disto se pode inferir o pequeno numero de cangalhas que pode haver na terra porque alem das muitas que se perderão no transporte passado as poucas que ha como são para conduzir milho das Rossas congonhas para Parnagua e as poucas cargas do negocio que vem para esta como a conveniencia he pouca o preparo he nenhum como se ve.

«Para Peoins excetuados os auxilliares que são os mais ageis da terra os da ordenança que sô se compoem de velhos estropiados inneptos e meninos ja forão noteficados para as sobreditas farinhas de Parnagua como exzame total das listas e dos que se julgarão com alguma disposição para este serviço e mal chigarão ao numero de cem e destes ja se tirarão setenta e dous para os sobreditos tresentos animais que ja partem e outros estão conduzindo as sobreditas farinhas.

«P.ª as mesmas farinhas de Parnagua se tem mandado faser exzatas deligencias couros e apenas se tem achado poucos mais de sincoenta.

«Nestes termos nos offerecemos e estamos prontos para esta e todas as mais ocasiois do Real servisso

em que não pouparemos travalho algum que sô o impucivel e fora da esfera da nossa pucivilidade impidira o desejo que temos de servir como somos obrigados; e no que respeita a feijão se poderão aprontar quinhentos Alqueires pouco mais ou menos.»

— Em resposta a estas justas ponderações da Camara, o Tenente Cezar respondeu:

«A vista do que vossas merces informão farão remeter aos pouzos de Jaguariaiva incluzibe thé o de Santo Antonio da Lapa os mantimentos e mais adjuntos que passo a referir; No pouzo de Jaguariayva intregue ao feitor o Goarda mor Francisco José de Andrade dusentos e sincoenta Alqueires de milho setenta e sinco ditos de farinha huma quarta de Sal quarenta animais sufecientes arriados de cangalha oito pesoas para arrieiros; e no da Sinza outros duzentos e sincoenta Alqueires de milho e setenta e sinco de farinha tudo o que se acha em hum e outro pouzo deve ficar debaixo do Recibo do Sobredito feitor Francisco José porem he obrig.do o que receber no da Sinza a seguir a hordem daquele feitor referido; No pouzo das furnas intregue ao feitor Pedro Alves Barreto o mesmo que no de Jaguariaiva e alem disso duzentos e sincoenta reses gordas e manças desoito pessoas destas seis montadas para pionarem o gado, e mejo Alqueire de sal no do Carneiro o mesmo que no da Sinza tudo debaixo do Recibo do feitor Pedro Alves cuja orde siguira o sogeito que receber o que neste pouzo se recolhe no Iapô intregue ao Feitor Joaquim Carneiro Lobo omesmo que no de Jaguariahiva e no de Carambey omesmo que no da Sinza tudo debaixo do Recibo do sobredito feitor Joaquim Carneiro, cuja orde deve seguir o sugeito que neste pouzo receber o que nelle elle se recolhe no de Pitanguy intregue ao feitor José Ferreira omesmo que no de Jaguariayva e no de Tayacoqua o mesmo que no da Sinza tudo debaixo do Recibo do sobredito Feitor José Ferreira cuja horde deve seguir o sugeito que receber o que nelle se recolhe; no dos Porcos intregue ao feitor Antonio Gonçalves omesmo que no de Jaguariaiva;

e no de São Luiz omesmo que no da Sinza tudo debaixo do Recibo do sobredito feitor Antonio Gonçalves cuja orde deve seguir o sugeito que neste receber o que para elle se recolhe; No do Registo intregue ao feitor o Sargento João de Deus Borges dusentos e sincoenta Alqueires de milho setenta esinco ditos de farinha huma quarta de sal vinte animais arriados de cangalhas; trinta reses gordas e seis pessoas; no pouzo de Santo Antonio intregue ao Feitor o Alferes Francisco Teixeira Coelho por falta deste ao feitor José dos Santos Pacheco Lima quatro mil quinhentos Alqueires de milho dusentos e vinte esinco Alqueires de farinha que com esta ultima pursão corresponde aos nove mil alqueires de milho de que fasem vossas merces menção na sua resposta, e por esta rasão farão vossas merces extrahir da Rosa de São Felipe que pertence a sua Magestade quatro centos Alqueires de farinha e cem de feijão e intregar ao sobredito feitor Juntamente os quinhentos que aprontão vossas merces do povo vinte bruacas de sal; sette sentas sincoenta reses gordas e bem costiados todos os animais que se aprontarem no termo arriados de cangalhas sobre cargas e cabrestos e so ficão escuzos os que ja estão ocupados pelos pouzos desde Jaguaraiva athe o registo e os oitenta ou sem (por cem) animais que impregão na condução das farinhas de Parnagua para esta villa e juntamente as bestas dos soldados auxiliares que se achão matriculadas; bem lembrado que sempre se deixara no povo os animais mais impuciblitados que se julgar justamente necessarios para condução dos mantimentos para os lugares aonde pertence.

«E pella falta de homens aprontarão vossas merces tresentas pessoas da quais inviarão Logo ao sobredito feitor cem e os mais os remeterão ao primeiro aviso que lhe fizer aquelle; Adverteçe que o gado basta que para ahy se remeta tambem em pontas de duzentas esincoenta cabessas mas deve haver a cautella de mandar asegunda partida antes que a primeira se acabe do qual e de todo o mais que se apronta neste

termo só se ha de pagar o que justamente se consumir nas despesas das tropas. Tambem se adeverte que visto senão poder reincher o numero de tres mil animais manços para transporte das mesmas tropas do certão se mandão amançar Bestas para as quais mandarão vossas merces faser cangalhas e ariallas acusta da Real fasenda para se lançarem atodos os que derem as ditas Bestas sem ellas de que farão memoria para se descontar oseo valor nos alugueres que ouverem de receber cujo numero de cangalhas abriguarão vossas merces avista das que aprontarem no povo; para que não faltem nem exsedão ao numero de tres mil quantos animais são precisos como asima se refere.

«Adevertece que tanto os animaes dos moradores como os que se mandão amansar de tropeiros que se achão dentro do termo desta villa antes que sejão remetidos para o servisso farão vossas merces hua matricula em que se declare a qualidade do animal cor marca idade de Grandesa e dono para se remeter com os animais aos feitores onde pertencerem; Os mantimentos que se remeterem a Santo Antonio não indo em surrois de couros devem hir em sestos porem tambem acondicionados que não suseda derramarçe e levarão os cargueiros por sima hu Ligar por conta dos tempos que os pode aruinar esefaz indispençavel remeterem vossas merces a Santo Antonio sem demora sincoenta couros cobrando Recibo de todos os feitores que receberem o que fica detreminado a vossas merces para lhes enviarem.

«E porque não sera pucivel pelo que pertence aos mantimentos remeterem nos vossas merces aos Lugares aonde pertencem a hum tempo ofarão vossas merces susivam.te de sorte que nem huma só companhia que estas marchão, Sem intervalo deixem de ter nos pouzos o que lhes he mister para seu furnecimento dos quais nestes dias chega a primeira ao Rezisto e as mais seguem com a regularidade lembrada Por esta mesma resão devem vossas merces mandar a Santo Antonio imediattamente dusentos evinte e sinco

Alqueires de farinha seis centos ditos de milho duzentos de Feijão, tresentos animais ariados e aprimeira partida dos homens ja asima referidos.

«Caso os animais que ficarem no povo não forem bastantes para a condução dos mantimentos para os pousos comvocarão vossas merces inda os mesmos escravos para os conduzirem as costas fasendoçe de tudo lembrança para serem pagos do seu travalho.

«Avista da resposta de vossas merces com que referem arespeito de todos os generos exceto o gado aporsão que se pode aprontar sendo essa mui diminuta para a que se faz persiza na presente ocasião comforme a orde de quinze de Abril deste anno do Illm.º Exm.º Sr. General semefas forsozo protestar avossas merces por toda a falta que se averiguar atodo o tempo ocurrer por nigligencia ou omissão de vossas merces quando todos devem concurrer prontamente para complemento de tam importante deligencia e muito do agrado do mesmo Illm.º Exm.º S.r e para que não haja preteixto emtempo algum faz saber a vossas merces que comforme a mesma hordem de quinze de Abril são obrigados os offeciais melitares e de ordenanças a darem todo o Auxilio sendo por vossas merces deprecado e ultimamente responsavel todo aquelle que sendo emcaregado de algua materia pertencente a esta deligencia semostrar com menos zelo e rigor; O que tudo dito pelo dito Thenente, e ouvido por elles ditos offeciais da Camera houveram tudo por bem e de tudo mandaram Lavrar este termo em que asignaram com o dito Thenente e eu Antonio Francisco Guimarais escrivão que o escrivi.

«Frr.ª, Teyxr.ª, Sylva, De Jesus, da S.ª, José Joaq.m Mar.no da S.ª Cesar.»

— Essas tropas, que seguiam para o sul atravéz do territorio parananiano, iam em soccorro a S. Catharina onde uma expedição hespanhóla, forte de 102 navios de guerra, com 674 canhões e 6.456 marinheiros, alem de 97 transportes conduzindo um exercito de 9.383 homens de desembarque, sahira de Cadiz a 13 de

Novembro de 1776, sob o commando em chefe de D. Pedro de Ceballos, Vice-Rei nomeado para o Rio da Prata. Queria a Hespanha com essa expedição vingar os reveses de 1.º e 2 de Abril de 1776, e fazer a conquista de S. Catharina, Rio Grande do Sul e Colonia do Sacramento.

A esquadra portugueza do sul commandada pelo Coronel do mar, Roberto Mac Donall, composta de 11 navios de guerra com menos de 340 canhões, achava-se fundeada entre as ilhas do Arvoredo e a da Galé, na costa catharinense, quando foi avistada a poderosa esquadra hespanhóla. Dado aviso ao governador militar de S. Catharina, General Antonio Carlos Furtado de Mendonça, commandante das tropas portuguezas, compostas de 2.000 homens de forças de auxiliares e de ordenanças, este, que já se achava ameaçado por outro exercito castelhano, vindo do Rio Grande do Sul, já em poder dos hespanhóes, reune seus officiaes em conselho de guerra e resolve abandonar S. Catharina aos hespanhóes, sem disparo de um tiro siquer. A occupação se realisou a 24 de Fevereiro de 1777.

A esquadra portugueza toma rumo sul e vae reunir-se a que operava no Rio Grande, onde acossada por temporaes perde metade de sua efficacia, contribuindo para que os hespanhóes dominassem em S. Catharina, Rio Grande do Sul e Colonia do Sacramento.

As expedições organisadas por ordem do Marquez de Pombal e que desde 1765 se embrenharam pelos sertões Parananianos, conhecidas pelo nome de Expedições ao Tibagy, a Guarapuava e a Iguatemy, mal encobriam os fins occultos que tinham: — dilatar a fronteira das possessões portuguezas da America meridional, ameaçando as dominações castelhanas do Paraguay e do Prata. Achavam-se ellas ainda no sertão, quando occorreram os acontecimentos a que acima alludimos. Foi para remediar essa grave situação, que foi expedido o recurso Paulista de soccorrer S. Catharina com o exercito de 6.000 homens de reforço, e que atravessou o territorio Parananiano, passando por

Itararé, Furnas, Iapó, Caiacanga, Campo Largo, Registro do Iguassú e S. Antonio da Lapa, em demanda das Lagens e para o qual se fez necessario a requisição de generos alimenticios, gado vaccum e cavallar, de que nos dão noticias os termos de vereanças acima transcriptos.

Foi em situação tão grave para o Brasil meridional, que falleceu D. José I de Portugal, sendo despachado do Governo o immortal estadista que foi o marquez de Pombal.

De tal premente embaraço nos livrou o Tratado de S. Ildefonso de 1.º de Outubro de 1777, ratificado pelo de 11 de Março de 1778, celebrado entre Portugal e Hespanha, pelo qual foi assignada a amisade e segurança dos respectivos dominios da America do Sul. A Hespanha restituia a Portugal, S. Catharina e Rio Grande do Sul, recebendo em recompensa a Colonia do Sacramento.

Não tendo o feitor do pouzo da Freguezia de Santo Antonio da Lapa — José dos Santos Pacheco podido dar inteiro cumprimento a ordem do General, foi prezo e remettido para S. Paulo em fins de 1777, em cuja cadeia se achava ainda em 1779, quando falleceu sua sogra. O assumpto era melindroso, tratava-se do Real Serviço de S. Magestade, e do movimento de tropas para a defeza militar da parte meridional do Brasil, em parte já em poder do seu implacavel inimigo — os castelhanos.

Teve Maria Pereira da Silva Pacheco os seguintes filhos:

1-1 Gertrudes Maria dos Santos § 1.º
1-2 Joaquim José dos Santos Pacheco § 2.º
1-3 Capitão Manoel dos Santos Pacheco § 3.º
1-4 João dos Santos Pacheco § 4.º
1-5 Maria Angelica Pacheco § 5.º
1-6 Francisco dos Santos Pacheco § 6.º
1-7 Rosa dos Santos Pacheco § 7.º
1-8 Francisca de Assis Pacheco § 8.º
1-9 Maria do Espirito Santo Pacheco § 9.º

§ 1.º

1-1 Gertrudes Maria dos Santos, natural de Curityba, foi casada a 13 de Junho de 1774 com Francisco Teixeira Coelho, natural de S. Miguel-Bastos, Arcebispado de Braga, que foi o primeiro Capitão-mór da Villa do Principe, como já descrevemos em Titulo Teixeira Coelho a pagina 371 deste volume, onde damos a sua biographia e descendencia.

§ 2.º

1-2 Joaquim José dos Santos Pacheco, foi casado no Rio Grande do Sul com Ignacia Maria dos Santos.
Tiveram 7 filhos:
2-1 Padre Clementino José dos Santos Pacheco, foi coadjutor da Lapa, de 21 de Outubro de 1826 a 8 de Outubro de 1827.
2-2 Manoel dos Santos Pacheco Sobrinho, falleceu solteiro na guerra contra Artigas.
2-3 Francisco dos Santos Pacheco Sobrinho, fallecido solteiro na guerra contra Artigas.
2-4 João José dos Santos Pacheco, fallecido solteiro.
2-5 Florisbella dos Santos Pacheco, foi casada com o Major Domingos Gomes Monteiro.
Sem descendentes.
2-6 Maria dos Santos Pacheco, fallecida, foi casada mas não conseguimos saber com quem.
2-7 Dorothéa dos Santos Pacheco, fallecida, foi casada, mas, não descobrimos o nome do marido, nem sua geração.

§ 3.º

1-3 Manoel dos Santos Pacheco, Capitão de Ordenanças, nasceu em 1761, foi casado com Maria Colleta da Silva, natural da Lapa.
Filhos:
2-1 Joaquim, fallecido a 4 de Junho de 1809.
2-2 Maria Colleta, fallecida em criança.

2-3 Ignacia Maria dos Santos, casou em primeiras nupcias com Sebastião José Vaz de Carvalho a 20 de Janeiro de 1818, filho de Domingos José Barbosa e de sua mulher Luiza Clara Rosa, natural de S. Miguel de Oliveira-Portugal.
Em segundas nupcias se casou com Seraphim Ferreira Bueno.
Sem filhos do segundo matrimonio.
Do primeiro matrimonio teve 5 filhos:
3-1 Maria dos Santos Carvalho, casada com Manoel Luiz de Siqueira.
Teve:
4-1 Francisca Carvalho de Siqueira, casada com Pedro Alexandrino Cordeiro.
4-2 Ignacia dos Santos Pacheco, casada com Claro Ferreira de Andrade, já fallecido.
Teve:
5-1 Elisa Ferreira dos Santos, casada com Luiz Ferreira de Almeida.
5-2 Maria Clara dos Santos, casada com João Luiz dos Santos, filho de Joaquim José dos Santos e de sua mulher Francisca de Assis Pacheco.
3-2 Anna Pacheco de Carvalho, casada com o Coronel David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Geraes. 2-7 de 1-3, § 3.º, Capitulo 1.º Ahi a descendencia.
3-3 Major Manoel Pacheco de Carvalho, casado com Elisa Adelaide dos Santos Lima, fallecida a 8 de Julho de 1916.
Sem descendentes.
3-4 José Pacheco de Carvalho, era solteiro quando foi assassinado pelos bugres em 1856, no celebre assalto á fazenda dos Tres Serros, no municipio de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.
3-5 Antonio Pacheco de Carvalho, foi casado com Maria Colleta dos Santos Lima, que lhe sobreviveu.
Filhos:

4-1 José, fallecido solteiro.
4-2 Sebastião José de Carvalho, era residente em Castro, foi casado com Julia de Carvalho. Sem filhos.

2-4 Dr. José Gaspar dos Santos Lima, era formado em direito, sahindo de uma das primeiras turmas da Faculdade de S. Paulo, foi Juiz de direito em Cruz Alta e S. Borja, no Rio Grande do Sul, Taubaté e Campinas, em S. Paulo.
Nasceu a 6 de Janeiro de 1804 e falleceu repentinamente na Lapa, onde residia, a 14 de Novembro de 1862; era Juiz de direito aposentado. Foi casado em Itú com Anna Messia de Oliveira Lima.
Tiveram 11 filhos:
3-1 Anna, fallecida solteira.
3-2 Elisa Adelaide dos Santos Lima, casada com seu primo Major Manoel Pacheco de Carvalho, 3-1 de 2-3 de 1-3 do Capitulo 1.º, § 3.º
Sem descendentes.
3-3 Maria Colleta dos Santos Lima, era viuva de Antonio Pacheco de Carvalho, 3-5 de 2-3 retro, ahi a descendencia.
3-4 Dr. José dos Santos Pacheco Lima, bacharel em direitos, nasceu a 28 de Agosto de 1838.
Fez seus preparatorios em S. Paulo, em cuja Academia de Direitos se matriculou em 1861, concluindo seus estudos em 1865, recebendo o gráo de bacharel em sciencias sociaes e juridicas.
Foi ainda quando 5.º annista de direito, eleito Deputado a Assembléa provincial do Paraná.
Em 1883 foi nomeado Juiz de direito de Antonina, d'onde pouco depois pedio demissão por ter de assumir a direcção de sua fazenda na Lapa, onde antes fôra Juiz Municipal.
Militou nas fileiras do partido liberal.
Fez parte da 1.ª Assembléa Constituinte estadoal, apóz a proclamação da Republica.
Tinha sua fazenda no Campo do Tenente, municipio do Rio Negro, onde foi politico influente.
Falleceu a 12 de Setembro de 1906.

Foi casado a 28 de Agosto de 1870, na Lapa, com Maria Antonia dos Santos, viuva de João Manoel da Silva Braga Filho, fallecido a 13 de Dezembro de 1866, filho de João Manoel da Silva Braga, que foi abastado negociante na Lapa, e de sua mulher Francisca Luiza da Cunha.
Filhos:
4-1 Antonio dos Santos Pacheco, casado com Ernesta da Rocha Pacheco, filha de José Ignacio da Rocha e de sua mulher Maria Rita de Carvalho Rocha.
Filhos:
5-1 Octavio.
5-2 José dos Santos Pacheco, casado com Maria Luiza Franco, professora na Lagôa (Lapa).
5-3 Maria, casada com Alfredo Dietrich.
Teve:
6-1 Milton.
6-2 Nympha.
5-4 Paulina.
5-5 Paulo.
5-6 Olympio dos Santos Pacheco, casado com Maria Dietel, de Prudentopolis.
5-7 David.
4-2 José Gaspar dos Santos Pacheco, fallecido em 1885, no collegio «Farthenon Paranaense», em Curityba.
4-3 Anna Messia Pacheco do Amaral, casada com o Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, de quem é ella a segunda mulher. Já descripto no volume 1.º desta obra a pagina 426, onde demos a sua biographia, ascendencia e descendencia.
4-4 Maria Elisa Pacheco Bley, casada no Rio Negro com José Bley, filho de Nicolau Bley e de sua mulher Margarida Bley.
Teve:
5-1 Estella Bley, casada com Francisco Fernandes Junior.
Teve:
6-1 Cilah.
6-2 Carmen.
5-2 Yollanda Bley, casada com Manoel Xavier de Miranda.

5-3 Linneu.
5-4 Nelson.
4-5 Clementina Pacheco, fallecida em 1914, foi casada com Manoel Severiano Maia, de Lages, fallecido em 1915.
Teve:
5-1 Chrysogono Pacheco Maia, casado com Elvira Bley, filha de Nicolau Bley Netto.
Teve:
6-1 Clementina.
4-6 Manoel Pacheco dos Santos, casado no Rio Negro com Alice de Almeida, filha de Severo José de Almeida e de sua mulher Francisca Xavier Frade de Almeida.
Filhos:
5-1 José.
5-2 Alvaro.
5-3 Arnaldo.
5-4 Leonor.
4-7 Amalia Pacheco, fallecida em 1912, foi casada com Candido Severiano Maia, de Lages.
Sem filhos.
4-8 Etelvina Pacheco, casada em primeiras nupcias com Augusto Bohn, fallecido em 1908, e em segundas nupcias com Gaspar Torres Pereira, de Castro.
Do primeiro matrimonio teve:
5-1 Mathias Bohn Sobrinho.
5-2 Yone Bohn, casada com Arthur Nobrega de Oliveira.
Teve:
6-1 Maria da Luz.
Do segundo matrimonio teve:
5-3 Amalia.
5-4 José.
5-5 Carmen.
5-6 Murillo.
4-9 Carlos dos Santos Pacheco, casado com Sophia Estrella Moreira, filha do professor Fernando Augusto Moreira e de sua mulher Rita Estrella Moreira.
Teve:

5-1 Carlos Fernando.
5-2 Maria Antonia.
4-10 David dos Santos Pacheco, casado com Helena do Nascimento, filha do Major Domingos Nascimento e de sua mulher Thereza do Nascimentc.
Sem filhos.
3-5 Dr. Manoel Pedro dos Santos Lima, eminente medico, nascido na Lapa a 29 de Junho de 1843, onde residiu e se casou a 8 de Janeiro de 1868 com Maria Clara de Oliveira Lima, filha do Tenente Coronel Joaquim Pinto de Oliveira Ribas e de sua mulher Maria Thereza dos Santos. Era scientista de grande saber, repercutindo sua fama em todos os ambitos da antiga Provincia; exerceu sua nobre profissão na Lapa, para onde affluiam clientes de toda parte, attrahidos pela sua reconhecida capacidade de medico notavel, familiarisado com os segredos da medicina, que acompanhava pela leitura dos mestres, revelando primorosa cultura, não obstante sua reconhecida modestia. Foi por vezes Presidente da Municipalidade da Lapa e Inspector Escolar, tendo por vocação especial, ensinado desinteressadamente, historia universal, francez e latim, a moços pobres, seus conterraneos, alguns dos quaes até adquiriram posteriormente elevadas posições. Existe na Lapa um Grupo Escolar com seu nome que tambem se lê na principal rua da legendaria Cidade.
Falleceu na Lapa a 1.º de Setembro de 1898.
Filhos:
4-1 Etelvina dos Santos Lima da Cunha, baptisada a 16 de Fevereiro de 1871, casada com Manoel Antonio da Cunha, da Lapa, fallecido em S. Paulo.
Sem filhos.
4-2 Elisa dos Santos Lima Martins, casada com seu primo Epaminondas de Oliveira Martins, filho do Coronel Frederico Martins de Araujo e de sua segunda mulher Amalia dos Santos Oliveira Lima, 6-2 de 5-2 de pagina 473 do 3.º volume.
Teve:
5-1 Olivia de Oliveira Martins, professora diplomada pela Escola Normal.

5-2 Zilia de Oliveira Martins, diplomada pela Escola Normal.
5-3 Jeny de Oliveira Martins, diplomada pela Escola Normal.
4-3 José, fallecido na infancia.
4-4 Dr. Eduardo dos Santos Lima, medico pela Faculdade do Rio de Janeiro, casado na Lapa com Maria Balbina Correia, filha de Eduardo Correia e neta do antigo medico Dr. José Francisco Correia.
Filhos:
5-1 Manoel Pedro dos Santos Lima, 4.º annista de medicina.
5-2 Etelvina.
5-3 Eduardo.
5-4 José.
4-5 Lysandro, fallecido.
4-6 Conradino dos Santos Lima, casado no Rio Negro com Maria Joaquina de Paula, filha de Fidelis de Paula Xavier.
Filhos:
5-1 Lysandro dos Santos Lima Sobrinho, 6.º annista de medicina.
5-2 Manoel Pedro, fallecido.
5-3 Maria da Conceição, pharmaceutica.
5-4 Aurea, fallecida.
5-5 Octacila de Lima Costa, casada com Genesio Machado da Costa.
5-6 Nelson de Lima.
5-7 Conradino de Lima.
5-8 Arion, fallecido.
4-7 Lysandro dos Santos Lima, pharmaceutico, formado pela Escola de Pharmacia do Rio de Janeiro, casado com Judith Pereira Lima.
Filhos:
5-1 Etelvina.
5-2 Luiza.
5-3 Nancy.
5-4 Sebastião.
5-5 Manoel Pedro.
4-8 Hercilia Lima Carrano, casada com o pharmaceutico Luiz Ernesto Carrano. Estabelecido em Curityba.
Teve:
5-1 Lilia Carrano, diplomada pelas escolas de Pharmacia e Normal.
5-2 Zenny Carrano, diplomada pelas escolas de Pharmacia e Normal.
5-3 Maria Clara Carrano.
3-6 Amalia dos Santos Lima, casada em Cruz Alta com o Major Frederico Martins de Araujo, residentes na cidade de S. Paulo, elle viuvo de Maria Clara Marcondes, que teve uma filha de nome Maria da Conceição, casada com o Dr. Araldo Erichsen, com um filho — Moysés.
Teve:
4-1 Epaminondas de Oliveira Martins, casado com sua prima Elisa dos Santos Lima, já descripta em 4-2 de 3-5, retro.
Ahi os descendentes.
4-2 Anna Bemvinda, casada em S. Paulo com Fortunato de Camargo, fallecido, 6-4 de pagina 474 do 3.º volume, ahi a descendencia.
4-3 Maria Rita Martins de Carvalho, casada em S. Paulo com o Dr. Francisco Martiniano da Costa Carvalho, 6-5 de pagina 474 do 3.º volume, ahi a descendencia.
4-4 Palmyra, casada em S. Paulo com o Dr. Aureliano Botelho.
Teve:
5-1 . . .
5-2 . . .
5-3 . . .
4-5 Honorina, casada em S. Paulo com Amador Bueno Cezar.
Sem filhos.
4-6 Araldo Martins de Araujo, casado com Leonor Novaes, 6-9 de pagina 475 do 3.º volume, ahi a descendencia.
4-7 Maria Analia de Araujo, fallecida aos 7 annos.
4-8 Manoel Martins de Araujo, fallecido solteiro.

4-9 Anna Messia, fallecida aos 5 annos.
4-10 Bernardo Martins de Araujo.
4-11 Elisa, fallecida em criança.
4-12 Zilda, fallecida em criança.

3-7 Ignacia dos Santos Lima, casada em Cruz Alta com David Lopes Branco. Residem em Campinas, S. Paulo.
Teve:
4-1 Leonor.
4-2 Elisa.
4-3 Lucia.
4-4 Eulalia.
4-5 Plinio.

3-8 Clementina de Oliveira Martins, fallecida na Lapa a 8 de Agosto de 1916, foi casada nessa cidade a 18 de Dezembro de 1870 com Bernardo de Assis Martins, nascido a 25 de Setembro de 1845, já fallecido; foi morador em Jaguariahyva.
Teve:
4-1 Maria Augusta Martins, casada com Arthur Rocha.
Teve:
5-1 Maria.
5-2 Edith.
5-3 Irene.
5-4 José.
5-5 Arthur.
4-2 Aurora Martins, casada com Josino Mascarenhas. Moradores em Sorocaba, onde têm grande descendencia.
4-3 Osorio de Oliveira Martins, tabellião na Lapa, casado com Messias Correia.
Filhos:
5-1 Ondina.
5-2 Maria.
5-3 Amalia.
5-4 Leonor.
5-5 Rosita.
5-6 Bernardo.
5-7 Roque.
5-8 Osorio.
4-4 José de Oliveira Martins, casado em S. Paulo.
Filhos:
5-1 . . .
5-2 . . .

3-9 Antonio Pacheco de Lima, de Cruz Alta, casado a 15 de Outubro de 1871 com Leocadia Cassiana de Lacerda. Ambos fallecidos. 6-5 de pagina 554 do 3.º volume, ahi a descendencia.

3-10 Etelvina dos Santos de Oliveira Lima, natural de Cruz Alta, casada com o Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta Junior, Juiz de direito e mais tarde Dezembargador, 6-1 de pagina 474 do 2.º volume, ahi os descendentes e traços biographicos.

3-11 David Gaspar de Oliveira Lima, nascido em Sorocaba a 4 de Outubro de 1859. Fallecido em 1892, foi casado com Maria Isabel Virmond, que depois foi casada com o Dr. Reynaldo Machado, 6-2 de pagina 167 do 2.º volume, ahi os descendentes.

2-5 Major Antonio dos Santos Pacheco, Cavalheiro da Ordem de Christo, casado com Anna Joaquina Guimarães, filha de Antonio Rodrigues Guimarães e de sua mulher Maria Gonçalves Barreiros; neta pela parte materna de Antonio Gonçalves Barreiros e de sua mulher Maria Pereira. Foi cidadão prestante e grandemente estimado na Lapa.
Filhos:
3-1 Maria, fallecida solteira.
3-2 Maria Antonia dos Santos, casada em primeiras nupcias com João Manoel da Silva Braga Filho, e em segundas nupcias com seu primo o Dr. José dos Santos Pacheco Lima, 3-4 de 2-4 do § 3.º, Capitulo 1.º, retro.
Ahi a descendencia do segundo matrimonio.
Filhos do primeiro matrimonio:
4-1 Paulina Braga do Amaral, já fallecida, foi a primeira mulher do Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, 7-2 de pagina 426 do 1.º volume, ahi a descendencia.

2-6 Major Clementino dos Santos Pacheco, foi assaltado

e morto pelos bugres em 1856, com seu sobrinho José Pacheco de Carvalho, na celebre carnificina dos Tres Serros, municipio de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. Era casado com Miquelina de Paula Teixeira.
Sem geração.

2-7 Coronel David dos Santos Pacheco, Official da Ordem da Rosa, foi Commandante Superior da Guarda Nacional de Curityba, casado com Anna Carvalho Pacheco. Foram os Barões dos Campos Geraes e foi elle politico de alto valor e prestigio social; foi Deputado á Assembléa provincial em 1854.
Tiveram 2 filhas:

3-1 Maria Collecta dos Santos Alves de Araujo, casada com o Conselheiro Manoel Alves de Araujo, que exerceu proeminente posição no Imperio. Com ascendentes e descendentes descriptos em 6-2 de pagina 70 do 3.º volume.

3-2 Ignacia Maria Alves de Araujo, nascida a 19 de Julho de 1850, casada com o Coronel Joaquim Alves de Araujo. Com ascendentes e descendentes já descriptos em 6-7 de pagina 80 do 3.º volume.

2-8 Tenente Coronel Joaquim Pacheco da Silva Rezende, casado com Anna Marcondes de Oliveira Pacheco, filha dos Barões do Tibagy. Foi vulto muito acatado, legando sua grande fortuna ao Dr. Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, filho do Conselheiro Jesuino Marcondes.
Sem descendentes.

§ 4.º

1-4 João dos Santos Pacheco, fallecido solteiro.

§ 5.º

1-5 Maria Angelica Pacheco, fallecida solteira.

§ 6.º

1-6 Capitão Francisco dos Santos Pacheco Lima, fallecido, foi casado em Curityba a 28 de Janeiro de 1806 com Anna Francisca da Camara, natural de Curityba, baptisada a 11 de Novembro de 1793, filha de João Francisco Correia e de sua mulher Anna Maria da Luz, neta pela parte paterna de Manoel Correia e de sua mulher Catharina S. Francisca, naturaes da Ilha do Pico; neta pela parte materna de Matheus Correia Simoens e de sua mulher Maria Muniz da Camara.
Tiveram 10 filhos:

2-1 José Pedro dos Santos Pacheco, residente em Guarapuava, foi casado em primeiras nupcias com Emilia Rosa de Sant'Anna, de Tamanduá, e em segundas nupcias com Anna Joaquina dos Santos Pacheco.
Do 1.º matrimonio teve 9 filhos:

3-1 Maria Francisca Pacheco, casada com Antonio Joaquim da Silva Guimarães.
Sem filhos.

3-2 Florisbella Rosa dos Santos, casada com Manoel Mendes dos Santos.
Teve:

4-1 Manoel Mendes dos Santos Filho, casado com Graciolina Amaral.
Teve:

5-1 Jayme Mendes dos Santos Pacheco, casado com Maria de Toledo Pacheco.

5-2 Maria de Jesus, casada com Joaquim Lemos do Prado.

5-3 Antonio Mendes dos Santos Pacheco, casado com Osima Sprenger.

5-4 Maria Clara, casada com Henrique Schröder.

5-5 Maria da Conceição, casada com Arthur Guimarães.

4-2 Capitão Antonio Mendes dos Santos, casado com Bernardina Freire dos Santos.

Filha:
5-1 Florisbella dos Santos Passos, casada com Veriano Passos.
Teve:
6-1 Maria.
4-3 Josepha Mendes dos Santos.
4-4 Maria de Jesus Marques, casada com Simplicio Marques.
Teve:
5-1 Francisco Marques, casado com Adelaide Keinert.
5-2 Pedro Marques, casado com Georgeta Marques.
5-3 Tiburcio Marques, casado em primeiras nupcias com Maria Camargo e em segundas nupcias com Gertrudes Saldanha.
5-4 Maria Marques Brauser, casada com Ernesto Brauser.
5-5 Mario Marques, casado.
5-6 José Marques, casado com Olympia Marques.
Teve:
6-1 Odette.
5-7 Eugenio Marques, casado com Olinda Marques.
4-5 Etelvina Mendes dos Santos.
4-6 Laura Mendes dos Santos.
4-7 Maria Mendes dos Santos.
4-8 Emilia Rosa Mendes dos Santos, casada com João Martins.
3-3 Joaquina dos Santos Pacheco e Silva, casada com Manoel Athanagildo da Silva.
Sem descendentes.
3-4 Coronel Francisco Xavier dos Santos Pacheco, foi collector estadoal de Guarapuava, mais tarde removido para Prudentopolis, casado em primeiras nupcias com Idalina Nogueira e em segundas nupcias com Leonidia Ferreira das Neves; deste segundo matrimonio não houve filhos, do primeiro matrimonio teve:
4-1 Hilario.

4-2 Manoel Pacheco.
4-3 José Pacheco.
4-4 Marcolina Pacheco do Nascimento, casada com Pedro Celso do Nascimento, chefe da estação telegraphica de Antonina.
Filhos:
5-1 Ahyr.
5-2 Abdo.
5-3 Ayrton.
5-4 Didi.
4-5 Maria Francisca Paes, casada com José Paes.
4-6 Pedro Pacheco, advogado de nomeada em São Luiz, Rio Grande do Sul.
4-7 Francisco Pacheco.
3-5 Anna Maria dos Santos, casada com João Manoel de Toledo.
Teve:
4-1 Pedro dos Santos Pacheco de Toledo, casado com Cecilia de Oliveira.
Teve:
5-1 Maria de Toledo Pacheco, casada com seu primo Jayme Mendes dos Santos Pacheco, agrimensor, 5-1 de 4-1 de 3-2, retro.
5-2 João Pedro Pacheco Sobrinho.
5-3 Odilla de Toledo e Silva, casada com Sezinando Silva.
5-4 Julieta de Toledo Ferreira, casada com Zacarias Ferreira.
4-2 Antonio Pacheco de Toledo, casado com Porcina de Oliveira.
Filhos:
5-1 Maria de Toledo Machado, casada com Antonio Machado.
Teve:
6-1 Seraphim.
6-2 Oswaldo.
6-3 Genamo.
5-2 Jovina de Toledo Neves, casada com Zacarias Neves.
Teve:

6-1 Domingos.
5-3 Emilia de Toledo Góes, casada com João Pedro de Góes.
Teve:
6-1 Adelaide.
5-4 Eponina de Toledo, casada com Quintiliano Pedroso, empregado do Banco do Brasil, em Ponta Grossa.
5-5 João de Toledo, casado com Anna de Góes.
5-6 Francisco de Toledo, casado com Rita Franco de Toledo.
5-7 Olympia de Toledo, casada com Wilson Marçal.
4-3 João Pacheco de Toledo.
4-4 Leonor Maria do Belem.
4-5 Maria Clara de Toledo, casada com Philadelpho Toledo.
Filhos:
5-1 Aurora de Toledo Caldas, casada com Amazonas Caldas.
Teve:
6-1 Leony.
5-2 Julia de Toledo.
5-3 Honorio de Toledo.
4-6 Amando de Toledo.
3-6 Francisca Xavier dos Santos Pacheco, casada com Antonio Joaquim Martins dos Santos.
Teve:
4-1 Antonio Mathias Martins, casado com Francisca de Assis Almeida.
Filhos:
5-1 Jocelym Martins, casado em primeiras nupcias com Eponina Sprenger e em segundas nupcias com Erinesia Araujo.
Teve do primeiro matrimonio:
6-1 Eumenia Martins, casada com Amazonas de Almeida.
Teve:
7-1 Jocelym.
6-2 Alcindo Martins.

Do segundo matrimonio teve:
6-3 Santa.
6-4 Octavio.
5-2 Olympio Martins, casado com Josephina Torion.
Filhos:
6-1 José.
6-2 Francisco.
5-3 Francisco Martins.
5-4 José Martins, casado com Jocelyna Martins.
Teve:
6-1 Nair.
6-2 Elvira.
6-3 Francisco.
4-2 Mathias Martins dos Santos.
4-3 João Martins dos Santos, casado com Emilia Mendes Martins.
4-4 Irineu Martins, casado com Izabel dos Santos Pacheco, 3-5 de 2-4 de 1-6, § 6.º, adiante.
4-5 Dinarte Martins.
4-6 Maria Martins.
4-7 Joaquina Martins.
4-8 Luiza Martins.
4-9 Florencio Martins.
3-7 Lino José dos Santos Pacheco, casado com Cezarina Candida do Bethlem.
Teve:
4-1 Laurinda dos Santos Pacheco, casada com Pedro Waismann.
Teve:
5-1 Maria.
5-2 Deolinda.
5-3 Pedro.
5-4 Antonio.
5-5 João.
5-6 Roberto.
4-2 Emilia Pacheco de Queiroz, casada com Firmo Mendes de Queiroz, nascido em S. Paulo a 6 de Maio de 1852, filho de Joaquim Amancio de Queiroz e de sua mulher Maria de Oliveira Quei-

roz. Com seus paes veio, em sua juventude, para o Paraná, se estabelecendo em Guarapuava, onde se casou em 1877, ahi residindo até 1883, quando transferiu sua residencia para S. João do Rio Claro, hoje cidade de Prudentopolis, por elle fundada com terras que doou para séde do Municipio, pelo que, aquella Edilidade deu o seu nome á uma de suas ruas.
Em Prudentopolis residiu por muitos annos e ahi foi estabelecido com armazem de fazendas, armarinho, seccos e molhados.
No seu lar hospitaleiro, eram acolhidos affectuosa e desinteressadamente os viajantes. Gastou grande parte de sua fortuna na assistencia feita aos Colonos chegados a Prudentopolis, falhos de recursos, principalmente por occasião da epidemia do typho que ali reinou, ceifando centenas de vidas. Elle e sua mulher soccorreram os necessitados prestando relevantes serviços á população. Foi um benemerito.
Em 1898, quando transferiu sua residencia para o Rio d'Areia, se achava com sua fortuna completamente arruinada.
Pobre, velho e alquebrado, curtindo toda a especie de ingratidões, falleceu o fundador de Prudentopolis, em 17 de Setembro de 1911, no lugar denominado «General Bellarmino», estrada da Fóz do Iguassú.
Tiveram os seguintes filhos:

5-1 Lino Mendes Pacheco de Queiroz, Agente Fiscal dos Impostos de Consumo do Paraná. Desde sua mocidade arcou com os encargos de familia, luctando e amparando seus dignos paes e irmãos. Caracter jovial e bondoso, foi um dos fortes propulsores do progresso social de Ponta Grossa, onde levantou um dos mais importantes Clubs recreativos, cuja magnifica séde fez construir. E' casado com Ursulina Camargo de Queiroz. Filhos:
- 6-1 Abigail de Queiroz, fallecida em plena mocidade.
- 6-2 Yollanda de Queiroz, casada com Joaquim Pinheiro Machado.

- 6-3 Ary de Queiroz.
- 6-4 Hiracy.
- 6-5 Oswaldo.
- 6-6 Lucinda.
- 6-7 Alcione.
- 6-8 Accacia.

5-2 Orlando de Queiroz.
5-3 Pedro Pacheco de Queiroz, assassinado em 1928 em Rocinha, ao effectuar a prisão de criminosos. Foi bondoso, herdando as qualidades de seu pae.
5-4 Geniplo de Queiroz Sobrinho.
5-5 Cezarina de Queiroz.
5-6 Francisca de Queiroz.
5-7 Octavio de Queiroz.
5-8 Flavio de Queiroz.
5-9 Firmo Mendes de Queiroz Filho.

4-3 Major Rufino dos Santos Pacheco, negociante em Guarapuava, casado com Maria das Dôres de França. Teve:

5-1 Lino dos Santos Pacheco, casado em primeiras nupcias com Maria Marcondes e em segundas nupcias com Francisca de Abreu.
Teve do primeiro matrimonio:
- 6-1 Laura.
- 6-2 Zeferina, fallecida.
- 6-3 Maria Angelica, fallecida.
- 6-4 Herminia.

Do segundo matrimonio teve:
- 6-5 Aramis.

5-2 Emygdio dos Santos Pacheco, diplomado pela Escola Normal de Curityba, exerce o cargo de 3.º official da Administração dos Correios do Paraná, de cujo Administrador foi Secretario durante muitos annos, servindo com dedicação, zelo, intelligencia e competencia; é casado com Cyrene Loures de Camargo, filha de Francisco Manoel de Camargo e de sua mulher Laura Loures de Camargo.
Teve:
- 6-1 Eros.

6-2 Laura.
6-3 Cleuse.
5-3 Francisco dos Santos Pacheco, negociante em Guarapuava, casado com Maria da Rocha Pacheco.
Teve:
6-1 Rufino.
6-2 Helena.
5-4 Anna Luiza Pacheco do Nascimento, casada com Joaquim do Nascimento, encarregado da estação telegraphica de Guarapuava, em cujo posto foi naquella cidade preso em 1926, pelas forças revolucionarias, sob o commando do Coronel Leonel Rocha.
Teve:
6-1 Glaucia.
6-2 Alypio.
6-3 Wilson.
5-5 Nancy Pacheco da Silva, casada com o 1.º Tenente Manoel Sotero da Silva.
Teve:
6-1 Cyrcêa.
5-6 Maria do Belem, solteira.
5-7 Alcindo dos Santos Pacheco, fazendeiro em Guarapuava, casado com Lindaura Siqueira Martins.
5-8 Esmeraldina Pacheco, solteira.
5-9 Leonardo dos Santos Pacheco, solteiro.
4-4 Coronel Geniplo dos Santos Pacheco, casado com Olympia da Rocha Loures.
Teve:
5-1 Moacyr dos Santos Pacheco, foi official de Gabinete do Secretario Geral do Estado do Paraná, ora exerce o mesmo cargo no Gabinete do Director de Obras Publicas; é casado com Erydan Loures Bastos.
5-2 Darcy dos Santos Pacheco.
4-5 Francisca Pacheco da Luz, casada com Manoel Correia da Luz.
Filhos:
5-1 Manoel.

5-2 Lino.
4-6 Maria de Belem, solteira.
2-1 José Pedro dos Santos Pacheco, do segundo matrimonio teve:
3-8 Pedro, fallecido.
3-9 José Pedro.
3-10 Zeferina.
3-11 Celestina.
3-12 Zulmira.
2-2 Maria Luiza, fallecida de menor edade.
2-3 Firmino José dos Santos Lima, casado em primeiras nupcias com Maria Joaquina dos Santos Lima, natural de Curityba, e em segundas nupcias com Ignacia dos Santos Pacheco Lima.
Do primeiro matrimonio teve 6 filhos:
3-1 Maria Ecilda dos Santos Lima, nascida a 25 de Abril de 1834. Solteira.
3-2 Joaquim Pacheco dos Santos Lima, casado com Florisbella Rosa dos Santos Lima, 8-2 de pagina 539 do 1.º volume, ahi a geração.
3-3 Coronel João Pacheco dos Santos Lima, fallecido em 27 de Julho de 1905, foi casado com Leocadia Ferreira Maciel, filha do Coronel Gregorio Ferreira Maciel e de sua mulher Leocadia Ferreira Maciel.
Foi Deputado estadoal. Morreu assassinado em Canoinhas. Sua viuva falleceu com 64 annos. 8-3 de pagina 540 do 1.º volume, ahi a descendencia.
3-4 Antonio dos Santos Pacheco Lima, baptisado a 19 de Março de 1840, casado com Francisca dos Santos Pacheco, 8-4 de pagina 540 do 1.º volume, ahi a descendencia.
3-5 Firmino José dos Santos Lima Filho, nascido a 21 de Janeiro de 1842, casado com Benedicta dos Santos Pacheco, 8-5 de pagina 541 do 1.º volume, ahi a descendencia.
3-6 Francisco dos Santos Pacheco Lima, fallecido solteiro a 14 de Julho de 1865 na Cidade do Desterro, S. Catharina.

2-3 Firmino José dos Santos Lima de seu segundo matrimonio teve:
3-7 Anna Francisca, nascida a 30 de Novembro de 1878.
2-4 João Francisco dos Santos Pacheco, fallecido a 31 de Outubro de 1881, foi casado com Maria da Luz e Camara, natural de Curityba, tambem fallecida.
Filhos:
3-1 Francisco Pacheco dos Santos, baptisado em Curityba em 1847. Morador no Botiatuva.
3-2 Lourenço Bento dos Santos, casado em Guarapuava com Magdalena Maria.
Sem descendentes.
3-3 Manoel dos Santos Pacheco, casado com Escolastica Maria Pacheco.
Teve:
4-1 Jesuino Pacheco, morador na Agua Amarella.
3-4 Rita dos Santos Pacheco, casada com João Antonio da Fonseca.
Teve:
4-1 Antonia.
4-2 Francisca.
3-5 Izabel dos Santos Pacheco, casada com seu primo Irineu Martins, 8-5 de pagina 541 do 1.º volume.
3-6 José Valentim dos Santos Pacheco, baptisado na Lapa com 1 mez de edade em 14 de Março de 1858, casado com Maria Caetana da Conceição, filha do fallecido Jesuino Rodrigues de Jesus e de sua mulher Anna Joaquina de Jesus, em Campo Largo a 29 de Abril de 1883.
3-7 Anna dos Santos Pacheco, casada com Caetano Rodrigues, residentes em Botiatuva.
Teve:
4-1 Maria, nascida em 1879.
4-2 Bemvinda, nascida em 1880.
4-3 João, nascido em 1881.
2-5 Manoela Rosa dos Santos Pacheco, casada na Lapa com Francisco Pereira da Silva e Oliveira, natural de Villa Nova de Serveira-Porto-Portugal, vindo aos 13

annos de edade para o Brasil em 1830. Residiu em Morretes, onde foi empregado dos Araujos, grandes industriaes de beneficiamento e exportação de matte. Fallecido. Em 1852 mudou-se para Lages, onde estabeleceu-se com negocio de fazendas. Ahi falleceu aos 14 de Setembro de 1867, deixando sua mulher viuva, a qual veio a fallecer em Florianopolis aos 88 annos a 14 de Maio de 1904.
Teve:
3-1 Maria Rita de Oliveira, casada com Jorge Hermano Mayer, natural da Allemanha, residentes em S. José, de Santa Catharina.
Teve:
4-1 Manoela de Oliveira Mayer, nascida a 19 de Março de 1858, casada com seu tio o Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, 3-4, adiante.
4-2 Luiza de Oliveira Mayer.
4-3 Dr. Jorge Hermano Mayer, nascido a 8 de Maio de 1861, medico de nomeada em Curityba, fallecido em 1925. Estudou na Allemanha, onde se formou, defendendo These no Brasil, vindo iniciar a sua clinica em Curityba, onde gozou sempre de estima e consideração geral. Foi Prefeito Municipal da Capital e Deputado ao Congresso Legislativo do Estado.
Casado com Edwiges Leitner Mayer, filha de João Leitner e de sua mulher Maria Leitner, 9-6 de pagina 542 do 1.º volume, ahi a descendencia.
4-4 Alexandre Mayer, dentista do exercito, casado com Ermelinda Mayer.
Teve dous filhos.
4-5 Luiza
4-6 Adelina
4-7 Germania
4-8 Rosa
} solteiras.
4-9 Alberto Hermano Mayer, nascido em 17 de Setembro de 1862, casado com Maria Herminia de Carvalho.
Teve dous filhos.
4-10 Christina Mayer, casada com João Nicolau Demorio.

Tiveram muitos filhos.

4-11 Raphaela Mayer, casada com Emilio Mayer. Teve sete filhos.

4-12 Ernesto Mayer, casado com Maria Liberato. Teve tres filhos.

3-2 Francisco Pereira da Silva e Oliveira, casado com Hygina do Amaral Varella, já fallecidos. Sem filhos.

3-3 Anna Antonia de Oliveira Carvalho, casada com Abilio Pedro Esteves de Carvalho, natural de Portugal, já fallecidos, deixando grande descendencia.

3-4 Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira, nasceu na Villa da Lapa em 17 de Julho de 1848, então pertencente a Provincia de S. Paulo; em 1852 passou, em companhia de seus paes, para Lages, Provincia de Santa Catharina, aonde residio até a edade de 27 annos. Casou-se em 8 de Maio de 1875, na cidade de São José, com sua sobrinha Manoela Mayer; ahi fixou residencia até 1883, anno em que se mudou para a Capital, em 25 de Março. Em Lages e São José se dedicou a carreira commercial. Na politica militou no Partido Conservador, tendo exercido em Lages cargos de nomeação e de eleição, como sejam: Deputado provincial em 1882 e reeleito successivamente, tendo presidido a dita assembléa em 1887, na occasião em que presidia a Provincia o Dr. Francisco José da Rocha. A Republica veio encontral-o presidindo o Directorio do Partido Conservador na Capital. Tendo adherido ao novo systema de Governo, foi eleito Deputado a Constituinte no Estado e reeleito em diversas legislaturas, tendo tambem presidido o Congresso do Estado e como tal assumio diversas vezes o Governo do Estado, sendo que em uma dessas vezes exerceu de 30 de Outubro de 1905 a 28 de Setembro de 1906. Por 9 annos exerceu o cargo de Superintendente Municipal da Capital, onde remodelou o systema de calçamento da cidade, calçando cerca de 40 mil m² a parallelepipedos. Melhorou a viação da Ilha e a instrucção Municipal, tendo de 5 escolas que encontrou, elevado o numero

destas a 27. Em 1912 foi eleito Deputado Federal e reeleito na legislatura de 1918 a 1920. Em 1912 era Vice-Governador do Estado no Governo do Dr. Felippe Schmidt, resignou o cargo para se desincompatibilisar para o cargo de Deputado Federal. Em 1922 foi novamente eleito Vice-Governador no Governo do Dr. Hercilio Luz, tendo substituido a este por seu fallecimento em 20 de Outubro de 1924, em cujo exercicio já se encontrava desde 9 de Maio daquelle mesmo anno. Deixou o referido cargo em 27 de Março de 1926, passando as redeas do Governo ao Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do Congresso do Estado, para se desincompatibilisar para a eleição de um logar no Senado Federal, que ora exerce.

Sem contar com protecções extranhas ou de familia, em que se podesse apoiar para attingir as posições que conquistou, conseguio galgar os mais elevados cargos, quer de eleição popular, quer de nomeação, só pela sua perseverança, firmeza de crença e pureza de caracter, conquistando a sympathia e estima geral dos habitantes do Estado, portanto, elevando-se exclusivamente pelo proprio esforço e amizade que conquistou na provincia de Santa Catharina, onde reside ha 75 annos. Corresponde com uzura as considerações e affectos que ahi tem recebido; nenhum catharinense é mais amante de S. Catharina que o Coronel Pereira de Oliveira e isso demonstrou na Questão de Limites entre o Paraná e esse Estado.

Ainda agora ao fornecer-nos estes dados, salientou a circumstancia de: *«ser natural da Lapa quando ainda pertencente a S. Paulo»* e que mudou-se aos 4 annos de edade, dessa Cidade para a de Lages, quando a *«Villa da Lapa ainda pertencia á Provincia de S. Paulo»*, como que a dizer: — *Sou Lapeano, mas não Paranaense.*

E' grato a terra que tão bem o acolheu e tão merecidamente o elevou as mais altas posições sociaes e politicas. E' um forte traço de seu caracter e que merece registro.

Enviuvando a 19 de Julho de 1907, se casou em segundas nupcias a 21 de Novembro de 1908 com Maria Adelaide Caldeira, tambem já viuva.
Teve do primeiro matrimonio:
4-1 Manoela de Oliveira Fernandes, nascida em S. José a 13 de Fevereiro de 1876, casada com Saturnino José Fernandes, telegraphista.
Com um filho.
4-2 Maria de Oliveira Villela, nascida a 20 de Fevereiro de 1878, casada com José Bueno Villela, Almoxarife da Repartição do Telegrapho.
Com quatro filhos.
4-3 Mathilde de Oliveira Goeldner, nascida a 18 de Setembro de 1879, casada com o Dr. Adolpho Alfredo Goeldner, Engenheiro civil, Chefe do Districto Telegraphico de S. Catharina.
Com quatro filhos.
4-4 Julia de Oliveira Torres, nascida a 16 de Julho de 1881, casada com o Capitão Tenente João Torres.
Com quatro filhos.
4-5 Antonio Pereira de Oliveira, 1.º Tenente Pharmaceutico do Exercito, nascido em Florianopolis a 24 de Junho de 1883, casado com Mary de Oliveira, de nacionalidade portugueza.
Sem filhos.
4-6 Francisco Pereira de Oliveira, Pharmaceutico, nascido em Florianopolis a 6 de Janeiro de 1886, casado com Leonor Pinto da Luz.
Com nove filhos.
4-7 Clarinda de Oliveira, nascida em Florianopolis a 7 de Julho de 1885.
4-8 Anna de Oliveira, nascida em 11 de Maio de 1887.
Do segundo matrimonio teve:
4-9 Arthur Pereira de Oliveira, nascido em 30 de Agosto de 1909; é estudante de medicina, solteiro.
A sua prole era em 1926 composta de 9 filhos, 26 netos e 14 bisnetos.
3-5 Joaquina Pereira, fallecida, foi casada com Oliverio José da Costa, fallecido.

Teve:
4-1 Joaquim de Oliveira Costa, fallecido, foi casado e deixou 5 filhos.
2-6 Tenente Coronel Luiz José dos Santos Lima, casado a 4 de Dezembro de 1859 com Rosa Francisca dos Santos.
Tiveram 9 filhos:
3-1 Pedro dos Santos Pacheco, casado com Maria Rosa da Silva.
Filhos:
4-1 Seraphim dos Santos Pacheco.
4-2 Florisbella Rosa.
4-3 Luiz dos Santos Lima.
4-4 Rosa.
4-5 Benedicto dos Santos Pacheco.
3-2 Francisca dos Santos Pacheco, casada com Antonio dos Santos Pacheco Lima, 3-4 de 2-3, retro.
3-3 Manoel dos Santos Pacheco, fallecido no Paraguay por ferimentos recebidos durante a guerra. Solteiro.
3-4 Luiza dos Santos Pacheco, casada com Benedicto Eugenio da Silva.
3-5 Benedicta dos Santos Pacheco, casada com Firmino José dos Santos Lima Filho, 3-5 de 2-3 de 1-6 do § 6.º, retro.
3-6 Major Francisco dos Santos Pacheco, casado em 1879 com Anna Joaquina da Silveira, filha do Tenente Alexandre Luiz da Silveira e de sua mulher Leopoldina da Silveira.
Com descendencia em 8-6 de pagina 544 do 1.º volume.
3-7 Ignacia dos Santos Pacheco Lima, foi a segunda mulher de seu tio Firmino José dos Santos Lima, 2-3 de 1-6 do § 6.º, retro.
3-8 Tenente Coronel Joaquim dos Santos Pacheco Lima, casado com Elisa dos Santos Pacheco, 8-8 de pagina 545 do 1.º volume, ahi a descendencia.
3-9 Fernando dos Santos Pacheco Lima. Solteiro.

2-7 Anna Dyonisia dos Santos, casada com Leopoldino José dos Santos. Residentes em Missões, Rio Grande do Sul.
Teve:
3-1 Lino José dos Santos, nascido na Lapa em Fevereiro de 1843, casado.
3-2 Firmino José dos Santos Lima Sobrinho, nascido a 30 de Novembro de 1846.
3-3 Celestino José dos Santos, fallecido solteiro.
3-4 Maria dos Santos, foi casada, morrendo seu marido na tomada de Curupaity, guerra do Paraguay.
3-5 Rita dos Santos.
2-8 Francisca de Assis dos Santos, fallecida a 19 de Novembro de 1821, foi casada com Porfirio Cezar da Silva, tambem fallecido. Residiram em Missões, Estado do Rio Grande do Sul. 7-8 de pagina 545 do 1.º volume, ahi a descendencia.
2-9 Maria Muniz dos Santos, casada com Joaquim Ferreira Alves, natural de Curityba, filho de Manoel Ferreira Alves e de sua mulher Anna Maria Alves, 7-9 de pagina 546 do 1.º volume, ahi a descendencia.
2-10 Antonio Pacheco dos Santos Lima, fallecido solteiro.

§ 7.º

1-7 Rosa dos Santos Pacheco, foi casada com Manoel José Barbosa, natural de Portugal.
Teve:
2-1 Paulo José Barbosa, fallecido. Foi casado no Uruguay.
Sem descendentes.
2-2 Maria Joaquina, fallecida. Foi casada em primeiras nupcias com Antonio Pinto Moreira e em segundas nupcias com José Ricardo.
Sem geração.
2-3 Anna Clara dos Santos, fallecida. Foi casada com João Ferreira de Oliveira Bueno.

Teve:
3-1 Manoel Ferreira Bueno, casado com Clara de Oliveira Ribas.
Filhos:
4-1 Manoel Ferreira Bueno Filho.
4-2 Gertrudes Bueno, casada com David Pinto.
4-3 Maria Bueno, casada com Theodoro Silveira.
3-2 Maria Rosa Bueno, casada com João Guedes Ferreira.
Sem filhos.
3-3 Antonio Ferreira Bueno.
3-4 Manoel Joaquim Ferreira, casado com Benedicta Ferreira.
3-5 Cezarina Ferreira, casada com Francisco Affonso Martins.
Teve:
4-1 João Affonso Martins, casado com Rita de Almeida.
4-2 Benedicto Affonso Martins, casado com Maria Ferreira.
4-3 Francisca Affonso Martins, casada com Miguel Bento.
3-6 Rita Ferreira, fallecida, foi casada em primeiras e em segundas nupcias; não descobrimos os nomes dos maridos.
Sem descendentes.
2-4 Florisbella Rosa dos Santos, casada com Benedicto Eugenio da Silva.

§ 8.º

1-8 Francisca de Assis Pacheco, casada com Francisco Luiz de Siqueira.
Teve:
2-1 Antonia Pacheco de Siqueira, casada com Ignacio Marianno de Souza.
2-2 Manoel Luiz de Siqueira, casado com Maria Santos Pacheco de Carvalho.

2-3 João Luiz de Siqueira, casado em Passo Fundo.

§ 9.º

1-9 Maria do Espirito Santo Pacheco, casada a 13 de Novembro de 1805 com José Francisco de Sampaio, filho de Thimoteo Sampaio e de sua mulher Anna Maria de Jesus.
Teve:
2-1 Rita Maria dos Santos, fallecida, foi casada com Francisco Antonio de Chaves, fallecido, natural de Portugal.
Teve:
3-1 Libino José dos Santos, casado.
Com uma filha casada com João Francisco Sampaio.
2-2 Francisco Ignacio de Sampaio, fallecido, foi casado com Anna Joaquina da Silva, fallecida, filha de Benedicto Eugenio da Silva e de sua mulher Florisbella Rosa dos Santos.
Filhos:
3-1 Josepha Sampaio, casada com Demetrio Fagundes Teixeira Coelho.
3-2 Florisbella Sampaio, casada com Joaquim Pacheco dos Santos Lima.
3-3 João Francisco de Sampaio, casado com uma prima, filha de Libino José dos Santos, 3-1 de 2-1 do § 9.º
3-4 David dos Santos Sampaio, casado com Felicidade Rezende Mendes de Sampaio.
Filhos:
4-1 Raymundo Sampaio, nascido a 13 de Dezembro de 1855.
4-2 Ignacia, fallecida em criança.
4-3 Joaquim.
4-4 Eusebio.
4-5 Paulina, nascida em 1871.
4-6 Izabel.
3-5 José Francisco Sampaio, casado com Maria Gertrudes da Silva Rezende.

Filhos:
4-1 João.
4-2 Francisco.
4-3 Anna.
3-6 Antonio Sampaio, casado com Messias Rezende Ribas.
Filhos:
4-1 José.
4-2 Maria.
3-7 Bruno de Sampaio, solteiro.
3-8 Francisca de Sampaio, casada com Gabriel Rezende.
3-9 Emiliano Sampaio.
3-10 Maria Sampaio.
2-3 João José Sampaio, fallecido solteiro.
2-4 Antonio Sampaio, fallecido, foi casado duas vezes no Rio Grande do Sul.
Sem descendentes.
2-5 Joaquim Ricardo Sampaio, solteiro.
2-6 José Sampaio, fallecido solteiro.

CAPITULO 2.º

2 – Padre João da Silva Reis, foi o primeiro Vigario da Lapa e quem começou a edificar a Matriz d'aquella cidade. Tomou posse dos terrenos onde foi edificada a dita Matriz, como Patrimonio d'ella a 15 de Junho de 1769.
Falleceu na Lapa a 21 de Fevereiro de 1785 com 56 annos de edade.

CAPITULO 3.º

3 – Tenente Domingos Pereira da Silva, nasceu em 1725, falleceu com 87 annos em 1812, com testamento aberto a 23 de Maio do mesmo anno.
Foi casado com Casemira da Costa França, filha do Capitão José da Costa Rezende, natural da Ilha dos Açores, e de sua mulher Maria d'O França; por esta,

neta do Capitão-mór André Gonçalves Pinheiro e de sua mulher Maria de Assumpção; por esta, bisneta do Capitão-mór de Paranaguá João Rodrigues de França e de sua mulher Francisca Pinheiro.
Segundo seu testamento só teve 4 filhos:

1-1 João da Motta Rezende § 1.º
1-2 Maria Angelica da Silva § 2.º
1-3 Francisco de Paula Rezende § 3.º
1-4 Lourenço da Silva Rezende § 4.º

§ 1.º

1-1 Tenente João da Motta Rezende, baptisado a 28 de Fevereiro de 1773, casado com Anna Ferreira, filha de João Ferreira Torres e de sua mulher Maria de Sá.
Tiveram 5 filhos:
2-1 Constancia Rezende, fallecida, foi casada com Raymundo Fagundes de Bittencourt.
Teve:
3-1 João Raymundo de Bittencourt, residente no Rio Grande do Sul.
3-2 Francisco Raymundo de Bittencourt, tambem residente no Rio Grande do Sul.
2-2 Major Joaquim Pereira de Rezende, fallecido a 18 de Fevereiro de 1868 com 67 annos, foi casado com Rita Joaquina Guimarães, natural de Paranaguá, fallecida a 27 de Fevereiro de 1871, com 65 annos.
Tiveram 3 filhos:
3-1 Francisca Eulalia Pereira de Rezende, casada a 21 de Abril de 1849 com Antonio José Pereira Branco Junior, filho de outro de igual nome e de sua mulher Balbina Iria Branco Guimarães, de Ponta Grossa.
Teve:
4-1 Balbina Rezende Branco, casada com Americo Pereira de Rezende.
Sem filhos.
4-2 Thereza Branco de Rezende, foi a 2.ª mulher de Manoel José Corrêa de Lacerda.

4-3 Joaquim Branco, casado com Paulina Ribas, natural da Lapa.
4-4 Antonio Branco Junior, casado com Antonia Franco, de Curityba.
4-5 João Branco, casado com Minervina Martins.
4-6 Manoel Branco, fallecido solteiro.
4-7 Rita Branco, casada com Manoel Martins de Araujo.
4-8 Maria Antonia.
3-2 Leocadia Pereira de Rezende, nascida a 12 de Agosto de 1829, fallecida, foi a primeira mulher de Manoel José Corrêa de Lacerda, natural da freguezia de S. Ildefonso-Portugal, nascido a 6 de Dezembro de 1815, filho de Joaquim José Corrêa de Lacerda e de sua mulher Victoria Joaquina de Santa Cruz, moradores de Santo Antonio. Neto paterno de Manoel José Corrêa de Lacerda, da villa de Vianna, e de sua mulher Thomazia Maria, da freguezia de Victoria. Neto materno de Lourenço Antonio dos Santos, da freguezia de S. Lourenço Darmes, e de sua mulher Anna Rosa dos Santos, da freguezia de Nossa Senhora do O', da cidade de Algarve.
(Extrahido de uma certidão passada pela Camara Ecclesiastica do Porto, em 9 de Outubro de 1879. Padre João Evangelista Braga.)
Teve:
4-1 Coronel Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda, nascido a 29 de Março de 1845 e fallecido a 12 de Julho de 1905.
Foi importante politico, representou saliente papel na defeza da legalidade ao lado do bravo Coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro, na heroica resistencia da Lapa.
Foi Senador da Republica pelo Estado do Paraná. Homem de grande popularidade, bemquisto de todos, gozou de grande estima pelo seu genio hospitaleiro, folgazão e prestativo; quem se approximaria do Coronel Lacerda que não ficasse logo captivo de sua bondade e trato affavel? Foi, pois, com razão que a sua morte foi since-

ramente lamentada por todos que admiravam as qualidades invejaveis d'esse que foi tambem um grande patriota.

A sua acção na herculea defeza e resistencia militar da Cidade da Lapa, por occasião da invasão do Paraná em Janeiro de 1894, pelas forças federalistas ao mando do caudilho Gumercindo Saraiva, representa uma pagina brilhante da historia paranaense, e merece ser aqui reproduzido o que sobre o memoravel cerco da Lapa foi então escripto:

«Extracto de um diario escripto sobre o cerco da Lapa.

Dia 11 de Janeiro.

«As forças de que se compunha a guarnição militar da Lapa eram divididas em duas brigadas, a saber:

«1.ª Brigada — 17.º de Infantaria, Regimento de Segurança, Batalhão Francos Atiradores, 8.º de Cavallaria e 3.º de Artilharia.

«2.ª Brigada — 18.º de Infantaria, Bat. Floriano Peixoto, Bat. 15 de Novembro, 13.º de Cavallaria, sendo o primeiro e ultimo Guarda Nacional e os outros Patriotas.

«A 1.ª Brigada commandada pelo Coronel Serra Martins e a 2.ª pelo Coronel Joaquim Lacerda.

«Neste mesmo dia chegaram á tarde, as forças de S. Paulo sob o commando do Coronel Pimentel e constavam dos Batalhões 108 e 111 da G. N. e 2 canhões. Chegou tambem o General Pêgo que regressou no dia seguinte pelas 4 horas da manhã.

Dia doze.

«Neste dia recebemos telegrammas que nos diziam terem sido as forças de Tijucas atacadas por forças superiores e nos pediam reforços consideraveis.

«O Coronel Carneiro mandou embarcar nessa noite uma ala do 17.º de Infantaria e 108.º que tinha vindo de S. Paulo e uma companhia do 18.º de Infantaria e o

B. Fr. Atiradores; ao todo 300 homens sob o commando do Coronel Pimentel.

«Precisa notar-se que estas forças foram escolhidas como as mais aguerridas e disciplinadas. Embarcou tambem muita munição.

Dia treze.

«Tivemos neste dia telegrammas annunciando a entrada dos navios revoltosos na barra de Paranaguá. A onze kilometros da Cidade, no caminho do Rio Negro, nosso piquete de cavallaria, sob as vistas do proprio Coronel Carneiro teve um encontro com a guarda avançada das forças de Juca Tigre, matando alguns e aprisionando um alferes que se achava ferido no pescoço. Tivemos de lamentar a morte de um patriota que no momento de receber a arma de um dos prisioneiros foi morto pelo mesmo com um tiro a queima roupa.

Dia quinze.

«Telegrammas de Curityba nos avisam da tomada de Paranaguá, pela esquadra revolucionaria. Mais um telegramma do General Pêgo dizendo que se retirava para Curityba aonde pretendia fazer resistencia.

«Deste dia em diante é que comecei a conhecer o grande homem com quem mais tarde e por tão pouco tempo tinha que privar tão intimamente — o Coronel Carneiro. Como era seu costume, as cinco horas da manhã montava a cavallo e acompanhado do official que estivesse de serviço, percorria todo o acampamento e depois fazia um reconhecimento para a frente, muitas vezes até onze kilometros sem outro acompanhamento além do official de estado e de sua ordenança.

«Nesse dia estava eu de serviço e fomos para a frente; elle descuidadamente conversando e eu observando a frente. Quando já tinhamos caminhado 3 klms. e ao subir uma coxilha, avistei um grupo de 18 cavalleiros a 300 mtrs. mais ou menos. Preveni o Coronel

Carneiro, que me disse: vamos dar uma corrida nesses diabos. Como eu já disse, eramos apenas 3 contra 18 que avistamos, sem contar outros que estavam atrás da coxilha e que mais tarde appareceram.

«Eu bem vi que era imprudencia, mas, como era a primeira vez que via forças inimigas, não quiz dar mostra de fraco e respondi ao Coronel Carneiro cerrando esporas no animal e tomando a frente, porque meo cavallo era melhor.

«Logo que os Federalistas nos avistaram dispararam suas armas e, então o Coronel chamou-me, pois eu já estava um tanto distanciado. Nessa occasião, quando eu já vinha voltando, appareceram mais cavalleiros na coxilha que nos ficava no flanco esquerdo, a duzentos metros mais ou menos, e nos deram uma descarga sem resultado. Voltámos para o acampamento e, logo que chegamos, a bocca de fogo do inimigo falou do logar onde tinhamos estado. Um dia antes tinhamos notado movimento de carroças e barracas na «Roseira», pelo que verificamos que o inimigo tinha vindo do Rio Negro acampar ali.

«O Coronel Carneiro ordenou que seguisse uma força de infantaria e outra de cavallaria para a frente até o «Moinho» e ahi ficasse abrigada e de observação. Nesse interim o inimigo ganhou a orla do matto que tem adiante do «moinho» e dalli nos atacou com vivo fogo de fuzil e metralhadora.

«Nenhum mal nos podia fazer, pois a distancia era enorme, e muito nos admirou que estivessem assim a pôr fóra a munição, elles que tinham necessidade de poupal-a. Durou este fogo vivo e improficuo mais ou menos duas horas, ao qual nossas forças não se dignaram responder. Os nossos canhões responderam aos tiros do canhão inimigo, não porque este nos estivesse a nos fazer mal, bem longe disso, pois não vimos nenhuma bala cahir perto, mas sim em grupos de cavalleiros que tentavam ganhar a linha da Estrada de Ferro que atravessava o matto e vinha sahir em nosso flanco direito, no «alto da Cruz» onde havia uma guarda avançada. Nesse dia o canhão inimigo deo 15 tiros, o que coincidio com a data do mez.

Dia 16.

«Tivemos noticias que as forças de Tijucas tinham sido contornadas por forças muito superiores. As forças que tinhamos em frente não davam signal de si, a não ser pela bocca de seo canhão que teve a palavra durante o dia. Os nossos não responderam. Neste mesmo dia as onze horas da noite o Coronel Carneiro deliberou que o Dr. Lauro Müller fosse a Curityba e nesse sentido deo-me ordens para que tivesse um trem prompto para partir as quatro horas da madrugada. Estava eu de serviço nessa noite, e conversando com o Dr. Lauro, que me deo a entender vir a Curityba encarregado de missão importantissima da qual dependia a salvação das forças de Tijucas e de toda a columna da Lapa. Notei que Lauro estava com muita pouca vontade de ir á Curityba, e foi com difficuldades que o Coronel Carneiro o fez embarcar as cinco horas da manhã, quando já se avistavam as forças inimigas que passavam o nosso flanco direito, em numero de tresentos homens, mais ou menos.

Dia 17.

«Deu-se neste dia o primeiro combate serio que tivemos na Lapa. E' preciso, portanto, que passe em revista as forças que tinhamos. Constavam ellas de:

«68 homens do 17.º de infantaria do exercito
46 homens do 3.º de artilharia do exercito
90 homens do Reg. de Segurança do Paraná
36 homens do 8.º de Cavallaria do exercito
240 praças de linha
120 homens do 18.º de infantaria da Guarda Nacional
40 homens do 13.º de cavallaria da Guarda Nacional
95 homens do Batalhão Floriano Peixoto
84 homens do Batalhão 15 de Novembro
60 homens do Batalhão 111 de S. Paulo
639 praças, sendo que o 13.º de cavallaria e o 15.º

de Novembro não estavam armados. Foi com estas forças, quasi todos civis, que resistimos por espaço de 28 dias o embate de 3 corpos de exercito com tres mil e tantos homens, conforme o mesmo inimigo confessou.

«Como já dissemos, foi neste dia que se ferio o primeiro combate serio.

«As cinco horas da manhã as forças inimigas começaram a passar pelo nosso flanco direito e vieram se collocar em linha de atiradores na chacara do Neves, a 600 metros do Cemiterio, que era o nosso posto avançado. Ao mesmo tempo outras forças tomaram posições no flanco esquerdo pela orla do matto do engenho de matte, e, então rompeo o fogo que partia da rectaguarda, frente e flanco esquerdo, sendo que o fogo da frente foi muito fraco, não sei se foi porque encontraram forte resistencia ou si fazia parte de seo plano simular, somente, o ataque pela frente. Todavia não creio que esse ataque fosse simulado porque tomaram posição na rectaguarda, sem occultar que iam atacar por ahi; o facto, porem, é que o ataque pela frente não teve importancia alguma, pois somente a nossa guarda avançada os repellio com poucas descargas, travando-se a luta seria no Cemiterio e no engenho de matte. As forças que atacaram o Cemiterio, se abrigaram por detraz da casa do Neves e dentro de um vallo, que lhes dava uma esplendida posição e, d'ahi nos fizeram um fogo medonho que durou das seis e meia horas da manhã as 4 horas da tarde sem, comtudo, nos fazer mal, a não ser em um soldado do terceiro que cahio morto por uma bala na cabeça e um cosinheiro do Batalhão Floriano Peixoto que tinha ido levar comida aos combatentes que nesse dia, no Cemiterio eram somente Guardas Nacionaes e Patriotas, não contando as guarnições de dois canhões que para lá foram mandados, depois de começado o combate, a pedido do Coronel Lacerda. As forças inimigas que atacaram pelo engenho de matte, fizeram todo o possivel para romper a nossa linha, mas foram recebidas pelo Regimento de

Segurança que as repellio em dois tempos. As 4 horas da tarde estava tudo terminado e o Coronel Carneiro ordenou ao Coronel Dulcidio que, com uma pequena força de infantaria fosse perseguir o inimigo que se tinha retirado para a rectaguarda pela linha da Estrada de Ferro, e, ao mesmo tempo para proteger essa força mandou collocar um canhão de 7 e meio na collina abaixo do Cemiterio.

«De volta, o Coronel Dulcidio, que não encontrou ou alcançou inimigo, trouxe uma manada de gado que encontrou perto da casa de turma da Estrada a cinco kilometros da Lapa.

«Quando entramos na Cidade, de volta, foi o Coronel Carneiro acclamado e o enthusiasmo era indescriptivel.

«Nessa occasião, em frente á casa do Coronel Lacerda, o Coronel Carneiro apeou-se e, abraçando Lacerda, disse as seguintes palavras, que, ditas por elle tinham extraordinario valor:

«Coronel Lacerda, deixe-me abraçal-o. O senhor é um Heroe.

«A isto o Coronel Lacerda com a sua conhecida bonhomia respondeo, gracejando:

«Isto é o principio, Coronel, eu estudei a arte da guerra.

«Estando com as forças civis da Lapa de seu commando ainda bastante falhas de instrucção, porque a maioria poucos dias tinha de exercicio, teve aviso do General Argollo de que a sua columna (que retrocedia de S. Catharina) estava sendo atacada em Rio Negro pelos revoltosos; no mesmo dia que recebeu esse aviso, seguiu com a sua brigada, chegando ainda nesse dia a Rio Negro, apesar de ser essa marcha feita a pé; logo de chegada tomaram parte nos tiroteios, fazendo portanto o seu baptismo de fogo. De Rio Negro por ordem do General Argollo e sob seu commando regressaram todas as forças para a Lapa, onde entregou o commando alguns dias depois ao bravo General Carneiro. Avançando os revoltosos do Rio Negro, foi Carneiro ao seu encontro no Rio

da Varzea, onde durante tres dias os combateu fazendo recuarem para Rio Negro deixando 19 prisioneiros e muitos mortos; o Coronel Lacerda sabendo da marcha de Carneiro para o Rio da Varzea e sem ordem deste seguio para ahi acompanhado de seu piquete, tendo ordem terminante de Carneiro de voltar para a cidade afim de fazer frente aos revoltosos em caso de ser cortada a rectaguarda das forças que iam combater.

«No dia 17 de Janeiro depois do primeiro combate, Carneiro se dirigindo ao Coronel Lacerda que se achava nas proximidades do Cemiterio, lhe disse com grande satisfação: Coronel Lacerda, estou enthusiasmado com os seus soldados, são tão valentes como os meus soldados do exercito, eu francamente fiquei surprehendido.

«O Coronel Lacerda em todos os logares onde havia perigo ahi se achava ao lado de Carneiro; quando este foi ferido, foi Lacerda que de braços o levou da Pharmacia Westphalen até a casa do professor Pedro Fortunato onde se achava o Dr. João Candido a quem entregou o seu grande chefe, voltando para o logar da luta que continuava medonha, isto a 7 de Fevereiro; no dia seguinte levou o Coronel Lacerda para sua casa onde morreu o bravo Coronel Dulcidio. No dia 12 de Fevereiro foi em companhia de sua digna esposa e filho para Curityba, hospedando-se na casa do Snr. Sebastião Lobo á rua 15 de Novembro, seguindo depois para Paranaguá onde esteve algum tempo tendo a cidade por menagem, mais tarde conseguio ir para Antonina, ahi teve aviso de que iria uma escolta commandada por Cezerio Saraiva para trazel-o para Curityba, nessa occasião resolveu com o seu dedicado amigo Coronel Liberio Guimarães (e antes que chegasse a escolta, o que se realisou) fugir, o que fez em canôas pelo varadouro e a pé até Iguape, onde chegaram os Coroneis Lacerda, Libero, João Lacerda, José Lacerda, um Tenente revoltoso da armada chamado Teixeira e mais alguns companheiros. De Iguape seguiram em um rebocador mandado pelo

Dr. Bernardino de Campos, Presidente de S. Paulo, para os conduzir até Santos; chegando em S. Paulo, onde se demoraram alguns dias foram para o Rio de Janeiro. Apresentou-se ao Marechal Floriano que o recebeu com muito agrado.

-- De sua participação na Revolta de 1893, disse em artigo pelo «Echo da Lapa» de 7 de Fevereiro de 1895, o illustre Dr. João Candido Ferreira:

«Ha um anno.

«As 6 horas da manhã o ribombo sinistro de um canhão federalista annunciava o começo da refrega. Os sitiados, cheios de fadiga e bebados de somno, guardavam as trincheiras.

«Carneiro e Lacerda percorriam os pontos perigosos insuflando coragem aos soldados. Era a ultima tentativa, dizia-se, para romper o cerco. Os federalistas promettiam, trepudiando sobre o cadaver dos sitiados, tomar de assalto a praça. Era preciso denodo para não esmorecer de terror. O panico afrouxa a fibra da energia, quando o patriotismo não a tonifica.

«Rompe nutrido o fogo dos sitiantes, respondem os sitiados com o mesmo ardor.

«O écho lugubre e horripilante da fuzilaria sangra os corações das mães que ajoelhadas aos pés de uma imagem pediam misericordia ao Creador.

«Carneiro, calmo e illuminado de um fulgor de heroismo, não abandonava os combatentes. Era o anjo da victoria zombando das balas que passavam cantando nenias sob sua cabeça.

«As 9 horas quando assomava o vulto legendario na esquina da rua da Bôa Vista, sobranceiro como um soldado spartano, frio e resoluto como o dever, eis que uma bala de pontaria atravessa-lhe o figado.

«Horror! . . . o invencivel estava mortalmente ferido.

«Comprimindo a ferida com a mão, sem um grito de dôr, sem uma imprecação siquer, dirigiu-se a casa em que eu estava morando.

«Pallido, mas firme e sobranceiro, disse-me que o examinasse e que qualquer que fosse a gravidade do ferimento dissesse invariavelmente que era leve e em

breve estaria ao lado dos soldados. «A resistencia continuará brilhantemente, tenho confiança em meus companheiros de armas. O Coronel Lacerda é um heróe e não abandonará os combatentes.»
«E a bala não penetrou, Dr., apenas contundio-me aqui ao lado, examine . . .
«Cruel engano, a bala havia atravessado aquelle rijo organismo de um lado a outro.
«O leão da guerra estava fóra de combate.
«O desanimo teria invadido todos os espiritos, contido todos os ardores, entibiando todas as energias, si uma figura respeitavel e heroica não se achasse ao lado dos que luctavam — o Coronel Lacerda.
«E a peleja mais renhida se tomava. A Lapa estava transformada em cratera de vulcão.
«Ninguem suppunha escapar da catastrophe neste dia memoravel.
«As mulheres refugiadas em porões tremiam de susto balbuciando orações confusas.
«As esposas, n'uma allucinação adoravel, vinham as janellas em busca do esposo que talvez já fosse cadaver.
«Os uivos da fusilaria repercutiam em todos os corações como um canto lugubre de morte.
«E nunca cessava o estortejar de tanto horror, meu Deus.
«N'um delirio de susto havia que exclamasse: A lucta é corpo a corpo. Ouço o tinir das espadas e o soluçar dos feridos. . . Que horror, meu Deus!
«O sangue de nossos irmãos nos suffoca, nos submerge.
«Em face dessa hecatombe, ainda haverá combatentes?
«Talvez que os canhões habituados a rugir não calem mais hoje. A fumaça da polvora asphixia, o gemido dos feridos enlouquece.
«E' a agonia da vida. . .
«E o fogo recrudescia em toda a linha do cerco, zombando das lagrimas e orações.
«Os combatentes inflammados de heroismo luctavam com intrepidez e bravura. Os sitiantes ameaçavam suffocar os sitiados. As balas espocavam zibilando tetricas, as granadas estrugiam esfusiando aligeras, os canhões ribombavam medonhos e os corpos tombavam em convulsões titanicas.

«Parecia que as facções belligerantes estavam prestes a estrangular-se mutuamente n'um impeto de colera.
«As 2 horas, porem, os sitiantes recuavam desorientados e assombrados de tanta bravura deixando o campo repleto de cadaveres.
«Era um espectaculo horrivel e bello! Horrivel, porque eram todos irmãos e de todos os lados espadanava rubro e espumante o sangue brasileiro.
«Era bello, porque um punhado de bravos que batia-se em nome da lei fazia recuar uma phalange poderosa. . .
«E não se diga mais que o sangue brasileiro ainda não cimentou o grandioso edificio da Republica.»
— São da autoria de um bravo militar que fez parte da guarnição da Lapa as seguintes palavras:
«Figura entre os episodios mais impressionantes da revolta de 1893/94, no governo do marechal Floriano Peixoto, o sitio da cidade da Lapa, no Paraná, occorrido entre 15 de janeiro e 11 de fevereiro de 1894, e levado a effeito por numerosas forças revolucionarias chefiadas pelo caudilho Gumercindo Saraiva. Na Lapa achavam-se acantonadas forças do exercito, policia e patriotas, num effectivo de cerca de 1800 homens commandados pelo coronel Gomes Carneiro.
«Da parte de combate, escripto pelo então major de engenheiros Felippe Schmidt, hoje general reformado e representante de Santa Catharina no Senado federal, e que teve papel saliente nos acontecimentos da Lapa, transcrevemos os periodos que se seguem e que focalisam com absoluta nitidez as peripecias emocionantes do memoravel feito d'armas, realçado pela bravura, resistencia e espirito de sacrificio de nossos soldados.

. . . .

«Desse dia em diante o cerco tornou-se muito apertado, alojando-se o inimigo em torno de nós, á dis-

tancia de 300 a 400 metros. A rua das Tropas e o Alto da Lapa, que dois ou tres dias antes occupavam a nossa artilharia e forças do 17.º e 114.º, foram occupados pelos trahidores á Republica.

«Começaram, então, os grandes soffrimentos dos seus heroicos defensores, que não mais tiveram um instante de repouso.

«Sob a acção continua de uma verdadeira caçada humana, que se estabeleceu entre sitiantes e sitiados, e da qual foram victimas até mulheres e inexperientes creanças; em combates diarios com a artilharia inimiga, agora posta no cemiterio, varrendo toda a rua da Bôa-Vista, onde estava o quartel-general da divisão e onde tinhamos tres ou quatro trincheiras no Boqueirão e no Monge, dominando toda a cidade, passaram-se os dias 28, 29, 30 e 31 de janeiro e 1.º de fevereiro. Tornou-se quasi impossivel o transito dos nossos soldados pelas ruas, e não raro via-se cahirem feridos ou mortos aquelles que, ou por necessidade do serviço ou por actos muito communs de imprudencia em taes occasiões, transitavam por ellas.

«Critica e cada vez mais penosa se tornava assim dia para dia a situação, mas o grande soldado nada deixando perceber do que lhe ia n'alma, transmittia sempre aos officiaes e soldados a sua desmedida coragem, levando-lhes ao espirito a convicção da victoria final pela approximação certa do auxilio esperado.

«No dia 2, novo ataque ás trincheiras da rectaguarda, flanco esquerdo e frente durante duas ou tres horas.

«Ainda desta vez, os nossos soldados repelliram os assaltantes, que tiveram grande numero de baixas.

«Além de alguns feridos, perdemos nesse dia o alferes Charlot, um dos mais valentes officiaes das forças patrioticas da Lapa.

«Os dias 3, 4, 5 e 6 passaram-se em continuas caçadas humanas, tiroteios diarios nocturnos e sob a acção de bombardeios partidos do cemiterio, Monge e Boqueirão, que a nossa artilharia, sempre bem dirigida, respondia com vantagem, obrigando os destrui-

dores da pequena cidade a mudarem de tempo em tempo a posição antes occupada. D'onde o ataque se fazia mais tenaz e destruidor, era do cemiterio.

«Por isso mesmo, para ahi se concentravam mais os nossos fógos, e, no fim dessa lucta, a triste e solitaria mansão dos mortos, então transformada em couto de trahidores e assassinos, era quasi um montão de ruinas.

«Durante esses dias, as nossas forças soffreram sensiveis desfalques por molestias, ferimentos, mortes e principalmente por deserção nas fileiras da guarda nacional e patrioticas.

«No dia 4 ou 5, o inimigo sempre astucioso e mostrando conhecer bem o que entre nós se passava, fingiu approximação de forças nossas e um combate simulado foi travado a tres kilometros para a nossa rectaguarda, atirando nesta direcção a artilharia inimiga postada no cemiterio.

«O enthusiasmo e a alegria apoderavam-se dos nossos bravos, e difficil foi então contel-os nas trincheiras.

«Em pouco tempo, porém, reconhecemos que a artilharia atirava com polvora secca e o embuste do inimigo ficou descoberto. Mais tarde, tive a confirmação do que então pensavamos. O inimigo pretendeu nos illudir, attrahindo-nos para fóra das trincheiras naquella direcção, emquanto que forças suas conservadas silenciosas na frente, aguardavam o momento opportuno para penetrar na cidade.

«Na noite de 6 para 7, o inimigo occupou grande numero de casas da rua das Tropas, e, auxiliado pelas trévas, penetrou nos quintaes contiguos de algumas casas da rua da Bôa Vista, parallela áquella.

«Ao romper do dia troou a sua artilharia do cemiterio e Boqueirão. Era o signal para o ataque e assalto ás nossas posições. Acto continuo, parte do flanco esquerdo, toda a rectaguarda, flanco direito, pelas ruas das Tropas e Bôa Vista, e a frente são atacadas impetuosamente por forças muito numerosas.

«Trava-se então renhido e mortifero combate, no qual

os combatentes, si não chegaram ao uso de arma branca, fuzilavam-se, entretanto, apenas separados por cercas de taboas e de páo a pique, que dividiam os quintaes ou fechavam os lances de rua onde não existiam casas.

«A frente dirigia o coronel Serra Martins, a rectaguarda o coronel Lacerda, e em toda a parte onde mais renhida se tornava a acção, animando a todos com o exemplo e com palavras, o nosso legendario chefe coronel Carneiro.

«Em um desses momentos, quando a trincheira erguida no cruzamento da rua com a da Bôa Vista, entre as casas de Francisco de Paula e coronel João Pacheco, era fortemente atacada de dentro dos dois quintaes e do interior da casa de Paula; quando já os defensores da trincheira eram disimados cruelmente por cerrada fuzilaria e que um reforço do 17.º batalhão era pedido com urgencia pelo 2.º tenente em commissão Gustavo Lebon Regis, commandante da bocca de fogo alli postada, chegava a essa paragem da morte o inclyto chefe, acompanhado dos tenentes coroneis Emilio Blum e Libero Guimarães, seus ajudantes de campo. No mesmo instante, é ferido por bala que lhe atravessou o figado e, sem cahir, amparado ao braço do tenente coronel Blum, recolhe-se á casa do professor Pedro Fortunato, onde ficou em tratamento. Quasi ao mesmo tempo, cahiu o commandante da trincheira, tenente do batalhão patriotico Floriano Peixoto, Henrique José dos Santos, o alferes Fidencio, do mesmo batalhão, ambos promovidos na vespera a esses postos, e o 2.º tenente Lebon Regis, este gravemente ferido e aquelles mortos.

«A guarnição da bocca de fogo já não existia; mortos ou gravemente feridos haviam tombado todos.

«Foi nesse momento de dôr e de lutc para nós, que chegou ao logar maldito o capitão Sisson, commandante da artilharia, o reforço do 17.º e um outro trazido pelo coronel Lacerda e major Menandro Barreto.

«Defendendo a trincheira, impedindo que o inimigo

se apoderasse da bocca de fogo, estavam o tenente-coronel Libero Guimarães e tres ou quatro praças da primitiva guarnição.

«Só então conseguiu-se disparar contra a casa de Paula a bocca de fogo e fazer explodir no seu interior duas bombas de dynamite que eu enviara ao capitão Sisson por uma praça do 17.º

«Ao mesmo tempo os nossos soldados invadindo a casa e o respectivo quintal, faziam recuar o audaz inimigo, que deixou numero consideravel de mortos e feridos.

«No interior da casa, ao lado dos cadaveres de muitos dos assaltantes, jaziam tambem os de Miguel Paula e sua mulher, horrivelmente mutilada, pernas decepadas, uma neta destes de 13 para 14 annos, que falleceu horas depois.

«Tudo isto passou-se entre 9 e 11 horas da manhã, tempo em que tambem se dava fortissimo ataque no fundo da rua das Tropas, flanco direito do largo Municipal, sustentando ahi, em pessoa, renhido e prolongado fogo com forças muito superiores, o commandante do 18.º da guarda nacional, com 13 homens apenas, em uma pequenina trincheira nas vesperas levantada, até que com o auxilio de uma metralhadora ao mando do tenente B. Steigler foi o inimigo repellido e derrotado, deixando no solo regular numero de cadaveres.

«Poucas foram as casas da rua da Bôa Vista que deixaram de ser invadidas pelo inimigo e retomadas a couce de armas pelos nossos soldados.

«Em um desses assaltos cahiu morto com o craneo atravessado por bala de fuzil o tenente-coronel José Amynthas da C. Barros, commandante do batalhão Floriano Peixoto, da Lapa, na vespera elevado áquelle posto.

«Na rectaguarda, são feridos gravemente, por bala que lhe atravessa o ventre, o coronel Candido Dulcidio Pereira, commandante do Regimento de Segurança, vindo a fallecer ás 11 horas da manhã do dia seguinte, e levemente, no tornozello do pé direito,

por estilhaço de granada, o 2.º tenente em commissão Clemente Argollo, alumno da Escola Militar, que commandava a bocca de fogo postada em uma trincheira no começo da rua da Bôa Vista, 400 metros, mais ou menos, do cemiterio, e onde tambem foi heroica a defesa feita por soldados do 111, do 8.º, 15 de Novembro e 3.º regimento de artilharia.

«A's 3 horas da tarde começa a declinar o fogo por parte dos assaltantes.

«Das 3½ para as 4 horas, ouve-se, seguidamente, tres tiros de uma bocca de fogo do Boqueirão, e a este signal o inimigo bate em retirada. Era a nossa victoria, mas desta vez, a custo de muito sangue dos nossos soldados e de perdas sensiveis e irreparaveis de officiaes.

«As baixas do inimigo foram consideraveis nesse dia. Em uma parte muito limitada do campo de acção, sómente nos quintaes das ruas das Tropas e Bôa Vista, até onde pudemos levar as nossas pesquizas, encontramos 54 mortos e mais de 100 armas abandonadas.

«O dia 8 amanheceu claro e sereno, facto que havia muito não succedia, devido ao tempo chuvoso que reinava; mas o nosso acampamento, a cidade emfim, apresentava um aspecto lugubre e triste.

«Determinavam isto os desastres da vespera e o trabalho que era preciso fazer para dar-se sepultura aos 54 cadaveres que jaziam espalhados pelos quintaes das ruas das Tropas e Bôa Vista e por esta rua.

«De quando em vez alguns tiros de fuzilaria e artilharia partiam das posições inimigas como que para denunciar a sua presença.

«A's 11 horas da manhã fallece o commandante do regimento de segurança em casa do coronel Lacerda. Ao espalhar-se a triste nova, os soldados do mesmo regimento vão abandonando as trincheiras e querem ver pela ultima vez o seu chefe. Para evitar esse inconveniente, foi preciso inhumar-se immediatamente o cadaver, o que se fez na sachristia da igreja da matriz da cidade.

«Alli perto, no outro angulo da praça, em casa do professor Pedro Fortunato e sob a assistencia cuidadosa do medico da 2.ª brigada, dr. João Candido, finava-se tambem, pouco a pouco, o nosso chefe mortalmente ferido.

«A todos, porém, que queriam vel-o, officiaes e soldados, fazia-se constar que ia melhor, que era leve o ferimento, e, sob o pretexto de que estava dormindo, a ninguem, dos que deviam ignorar o seu estado, se permittia o ingresso.

«No dia 9, o inimigo começou cedo a nos bombardear dos pontos diversos do Monge, emquanto que do lado do Boqueirão, a 1.000 metros, si tanto, da cidade, fazia levantar uma trincheira em posição de enfiar a praça da igreja por uma rua existente entre a casa que servia de hospital de sangue e aquella em que permanecia o coronel Carneiro.

«Rapido, erguemos ahi a nova trincheira, e antes que o inimigo terminasse a sua, já um canhão nosso, com pontarias certeiras, difficultava-lhes o trabalho.

«Na manhã de 11, recebeu o coronel Lacerda um officio, assignado por Laurentino Pinto Filho, commandante do 2.º corpo do exercito revolucionario, no qual affirmava que estavamos cercados por mais de 3.000 homens, aguardando ainda elles revolucionarios a chegada da columna de Salgado; que não podiamos contar com auxilio exterior nenhum por se achar o Estado todo em poder da revolução, em consequencia da tomada de Paranaguá e Curityba, da capitulação de Tijucas e da providencia que haviam tomado de guardar com forças suas as fronteiras do Paraná com S. Paulo, para onde se havia retirado a força que vinha em nosso apoio, e invocando sentimentos de humanidade, pedia a elle coronel, ou a quem competisse resolver que, á vista da impossibilidade de resistencia, depuzesse as armas, ajustando-se previamente as bases de uma capitulação honrosa para as forças sitiadas.

«Reunidos os commandantes das duas brigadas, commandantes de corpos e eu, accordámos que nada de-

veria ser resolvido sem uma reunião plena dos officiaes. Respondendo ao chefe revoltoso, declarou o coronel Lacerda que os officiaes iam reunir-se para deliberar, e que emquanto deliberavam cessaria o fogo das nossas trincheiras, caso quizessem ter as trincheiras inimigas igual procedimento.

«Cessando o fogo de um e outro lado, reuniram-se os officiaes e, após a leitura do officio e discussão travada a respeito da precaria situação em que se achavam a tropa e a população da cidade, sem mais generos alimenticios para a manutenção de todos, ficou resolvido por quasi unanimidade, parlamentar com o inimigo, para conhecer si eram verdadeiras as suas asserções e resolver depois sobre a proposta de capitulação.

«Foi então acclamada uma commissão, que ficou compostas dos tenentes coroneis Libero Guimarães e Villas Boas e alferes C. Waldhausen, a qual á 1 hora da tarde dirigiu-se ao acampamento inimigo em desempenho do que lhe era determinado.

«Depois de alguma demora, voltou a commissão ao nosso acampamento, acompanhado por Laurentino e seu estado-maior.

«Recebidos todos em casa do coronel Lacerda, onde estava reunida a nossa officialidade, ahi foram vistos e examinados jornaes, telegrammas e outros documentos que deixaram provado quasi tudo quanto vinha referido no mencionado officio.

«Convencidos da impossibilidade de resistencia ante os poderosos recursos do inimigo e inspirados pelos sentimentos de subtrahir a população da cidade aos horrores da fome e do massacre, que seria inevitavel por parte dos revoltosos penetrando na cidade após assalto, acceitaram os officiaes as bases da capitulação offerecida por Laurentino, sendo lavrada uma acta.

«Nessa mesma tarde foi a nossa tropa desarmada e a cidade occupada por forças de Laurentino.

«No dia seguinte (12) entravam na cidade Gumercindo Saraiva e Piragibe e com elles os seus sequazes, principiando então as correrias e o saque.»

– Para complemento da acção militar desenrolada na herculea Lapa, nesse cerco memoravel e que veio por em evidencia o valor do soldado paranaense, pois quasi a totalidade das forças da guarnição d'aquella cidade era composta de naturaes do Paraná, sob o intrepido commando geral do soldado-martyr e heroico que foi o então Coronel do exercito Antonio Ernesto Gomes Carneiro, abaixo transcrevemos as nossas — «Ephemerides Paranaenses» — dos dias 10, 11, 12 e 13 de Fevereiro de 1894, por tratar especialmente dos feitos militares do Coronel Joaquim Lacerda:

Dia 10 de Fevereiro.

O general Laurentino Pinto, Commandante do 2.º Corpo do exercito federalista, dirigio ao legendario lapeano Coronel Joaquim Lacerda, Commandante da 2.ª Brigada das forças legalistas da Lapa, o seguinte officio:

«Quartel general do Commando do 2.º Corpo do exercito nacional provisorio.

«Acampamento nos arredores da Lapa, 10 de Fevereiro de 1894.

«Cidadão Coronel Joaquim Lacerda.

«O patriotismo vae appellar para o patriotismo: isto é, nós, forças militares organizadas, dirigimo-nos aos chefes da resistencia da Lapa.

«Não deveis ignorar a nossa e vossa situação; sabeis, com certeza, que neste momento tres corpos de exercito, o do general Piragibe, o do general Gumercindo e o meu sitiam a cidade que defendeis. Sem exagerar, essas forças montam a um effectivo de tres mil homens, devendo-se accrescentar as forças que levantamos neste Estado, a força de linha que apresionamos em Tijucas, assim como o vosso armamento e munição de artilharia e infantaria que apprehendemos em Paranaguá, Curityba e Tijucas. Deveis saber ainda o quanto fomos generosos e patriotas com os rendidos de Tijucas. Julgamos desnecessario appellar para a vossa razão e bom senso afim de garan-

tirmos que temos elementos sufficientes para vencermos, attendendo ainda a que estaes cortados de qualquer protecção, visto que para impedir que vos podesse vir do Norte qualquer auxilio militar, temos um exercito, do general Salgado, completamente desoccupado, e quanto a protecção com que sonhou de Pinheiro Machado, limito-me a remetter-vos o original do telegramma junto.

«E, francamente, não fora as familias que dentro das trincheiras se acham, não fora a certeza absoluta que temos de vencer, devido as consequencias desse sitio rigoroso, desobrigando-nos de dar um ataque, por demais sangrento, e já com os elementos de que dispomos, apezar da bravura inefficaz com que impatrioticamente tendes resistido, teriamos terminado a questão da Lapa.

«Assim, cidadão, como Chefe das forças de linha do exercito nacional, forças essas que se compõem do batalhão de marinha, do batalhão naval, do 25 de infantaria, do 17 da mesma arma, e em nome dos officiaes de marinha e do exercito que servem sob as minhas ordens, concito-vos a depor voluntariamente as armas em homenagem á Familia e á Patria, visto que a vossa resistencia, por mais heroica que seja, não conseguirá derrocar a logica fatal dos acontecimentos que nos indicam que seremos victoriosos.

«Podeis ficar certo de que, como chefe das forças de linha conheço e respeito religiosamente todas as leis de guerra, acatando-as assim como as leis sociaes e humanas, de sorte que as garantias de vida e liberdade que neste momento vos offereço, serão fielmente cumpridas, quer em relação a vós, quer em relação a todos os vossos companheiros. Este convite, a vós dirigido o é tambem á todos os que vos acompanham, e poderá tambem sel-o a outros que não vós, caso deste outro dependa a solução da presente questão. Se, porem, nenhuma dessas razões actuar em vosso espirito, quero ainda, como cidadão, como chefe de familia, como homem, fazer-vos a seguinte declaração: serão inteiramente respeitadas todas as pessoas que, alheias a lucta em que nos empenhamos,

sil, acceitam a capitulação, concedendo aos commandantes e mais officiaes da guarnição todas as honras de guerra, attendendo a forma heroica por que defenderam a praça, rendendo-se apenas por circumstancias especiaes supervenientes, sendo-lhes entregue todas as armas, munições e tropas. Aos officiaes é concedida plena liberdade e meios de transporte dentro do Estado para com seus bagageiros tomarem o destino que lhes convenha, sob condição de não mais tomarem armas contra a Revolução, que tem por fim a defeza da Constituição e das Leis da Republica.

«E' do mesmo modo garantida a liberdade, vida e propriedade de todos os civis que se acharem em armas e que não queiram adherir á nossa cauza, devendo tambem fazer entrega de armas e munições. E por acharem todos conforme lavrou-se a presente acta, que assignaram: Gumercindo Saraiva; Antonio Carlos da Silva Piragibe; Laurentino Pinto Filho; coronel Julião Augusto de Serra Martins; coronel Joaquim Lacerda; capitão Augusto Maria Sisson; major Ignacio Gomes da Costa; alferes Secundino Eustachio da Cunha; capitão José Olyntho da Silva Castro; 2.º tenente Mario Alves Monteiro Tourinho; capitão Praxedes A. Morocines Borba; tenente José Lourenço C. Chaves; alferes Alvaro Cezar da Cunha Lima; capitão Clementino Paraná; major Frederico Koch Angelo; tenente José Mansbergert; tenente Alberto J. Pomalz; major Menandro Barreto; tenente José Meinll; alferes Amalio Cecilio de Oliveira; alferes Domingos José dos Santos; tenente coronel Libero Guimarães; capitão Torquato Pinho Ribas; alferes Pedro Hoffmann; alferes Ascendino Ferreira do Nascimento; tenente Oscar Candido Cappeli; capitão dr. José Sentari; commandante do pelotão de sapadores; alferes Candido Gomes Coelho (dos sapadores); alferes Junkwalder; tenente Ricardo Wiegler; alferes Quintino Jaguaribe de Oliveira; alferes Candido José Pamplona; alferes Max Scheiler; alferes Antonio Gomes Ferreira; alferes Manoel A. Botelho Athayde; major engenheiro Joaquim Gonçalves Junior; tenente coronel

Emilio Blum; Americo Vidal; alferes Theodoro F. de Mello; tenente Raymundo de Abreu; major Felippe Schmidt; dr. tenente medico Felippe Maria Wolff; capitão José Maria Sarmento de Lima; tenente Adalberto Menezes.»

Assignada a capitulação a 11, só no dia seguinte entraram na Lapa, as forças dos sitiantes.

12 de Fevereiro de 1894.

Dada a capitulação fizeram os invasores a sua entrada triumphal na cidade martyr e heroica. O que foi esse acto, melhor póde dizer o então major, hoje general, Felippe Schmidt, em sua parte apresentada ao governo e publicada em ordem do dia do Exercito a 20 de Setembro de 1897:

«No dia seguinte (12) entram na cidade Gumercindo Saraiva e Piragibe e com elles os seus sequazes, principiando então as correrias e o saque. No deposito já então occupado por muitos soldados revoltosos, appareceu Cezerio Saraiva, primo irmão de Gumercindo, degollador de profissão, e mandando-me chamar, em minha presença quiz arrombar as canastras que encerravam os espolios sagrados do Coronel Carneiro. Impedi que tal fizesse, dizendo-lhe que aquillo era inviolavel a vista das bases da capitulação e que fazia questão de entregar á viuva as canastras intactas como se achavam.

«Respondeu-me, falando sempre em hespanhol, que Gumercindo lhe havia dado em vida o Coronel Carneiro, tinha elle direito áquella bagagem, mas que entretanto contentava-se em possuir somente o fardamento do Coronel.

«Contestei-lhe semelhante direito e lhe affirmei que o Coronel tinha sido enterrado com o fardamento.

«Simulou, então, desistir do seu intuito e retirou-se.

«Por minha vez sahi tambem em busca de pessoal para transportar os espolios para a estrada de ferro, e mais tarde voltando ao deposito, nada mais encontrei.

«O bandido tinha saqueado e conduzido tudo para o seu acampamento.»

– O general Laurentino com suas forças deixam a Lapa, em direcção a Curityba, fazendo ahi uma entrada triumphal. Em sua companhia vieram os heroicos officiaes legalistas que haviam capitulado. Quão dolorosa não teria sido para elles a retirada da Lapa, deixando sepultados tantos bravos companheiros de desditosa epopéa! E para cumulo de suas amarguras, viajavam no proprio comboio em que seus adversarios triumphantes, recebiam festivas acclamações por suas victorias! . . .

Afastado Laurentino da Lapa, começam as vinganças, os degolamentos, os saques na cidade. As garantias de liberdade, vida e propriedade, determinadas na acta de capitulação, não foram respeitadas. A propria casa do bravo Coronel Joaquim Lacerda, commandante da 2.ª Brigada, não foi respeitada, sendo saqueada completamente. O major Schmidt diz que, se não foi degollado, deve a um official das forças de Laurentino.

Pretendeu-se mesmo exhumar os cadaveres do bravo Carneiro e de seus companheiros mortos.

O dr. Angelo Dourado, um dos caudilhos federalistas, assim se exprime:

«A resolução de muitos era ir fazer a exhumação do cadaver que se dizia o delle (Coronel Carneiro) e verificar a identidade com os soldados que estavam comnosco. Havia alguem que se encaminhava para lá. Eu dirigi-me aos medicos perguntando-lhes qual tinha sido o ferimento, como a morte. A resposta dos medicos bastou para dissipar as duvidas dos apprehensivos e ninguem disse uma unica palavra mais a respeito e os que visitaram a sepultura, não tiveram palavras que pudessem offender a memoria do morto. Era um valente, e os bravos respeitam os seus iguaes no infurtunio.»

– Caia um véo sobre esse quadro de horrores, de sangue e de miserias, para resurgir, radiante de glorias e de grandezas a figura homerica do general

Antonio Ernesto Gomes Carneiro, salvando a Republica, com um pugillo de bravos companheiros, que dignificaram e ennobreceram a Patria, escrevendo na legendaria e martyrisada cidade da Lapa, a mais brilhante pagina da nossa historia Patria.
Salve! Salve! Salve!

Dia 13 de Fevereiro de 1894.

O general Antonio Carlos da Silva Piragibe dá, ao general Gumercindo Saraiva, commandante em chefe das forças revolucionarias em operações no Paraná, a seguinte parte das occurrencias da campanha:
«Quartel General do Commando do Primeiro Corpo d'Exercito Nacional Provisorio.
«Acampamento na cidade da Lapa, 13 de Fevereiro de 1894.

Parte.

«A capitulação da guarnição da cidade da Lapa, após o sitio de 26 dias pelos vossos esforços, heroismo e tenacidade nos combates contra o inimigo entrincheirado, deu em resultado a completa liberdade d'este Estado. Para bem orientar-vos dos factos anteriores, que se prenderam a nossa victoria de hoje, me permittireis recapitular acontecimentos desde a marcha que fiz do acampamento da Roseira. A 17 de Janeiro ultimo, dando execução ao plano combinado, fiz marchar da Roseira todas as forças do meu commando, divididas em 3 columnas, a saber:
«A 1.ª composta das divisões rio grandenses, commandadas pelos valentes coroneis José Seraphim de Castilhos e Torquato Antonio Severo e sob a minha direcção flanqueou pela esquerda a posição inimiga; a 2.ª composta da Brigada de Voluntarios do Paraná e uma metralhadora sob o commando do bravo coronel dr. João de Menezes Doria, flanqueou pela direita; e a 3.ª composta da Brigada Ligeira, um canhão Krupp e uma metralhadora sob o commando do intrepido ajudante general tenente coronel Sebas-

transitarem no centro das nossas linhas; deveis, portanto, conceder-lhes plena liberdade de locomoção. Se alguma cousa tiverdes a responder, as forças sob as minhas ordens occupam uma posição extensa nas proximidades do engenho de vossa propriedade; emquanto não vier essa resposta, nos conservaremos em nossos postos sem prejuizo algum da nossa acção.
«Saude e fraternidade. — (assignado) General Laurentino Pinto.»
— Recebida esta proposta de paz, o Coronel Lacerda mandou tocar reunir officiaes — de accordo com o Coronel Julião de Serra Martins, Commandante da 2.ª Brigada do exercito. Reunidos em Conselho os officiaes da Guarnição da Lapa, foi lido o officio do General Laurentino Pinto.
A resolução dos officiaes presentes foi continuar a resistencia a todo custo emquanto não faltassem os recursos bellicos. Fallaram a respeito varios officiaes, e do debate foi apurada a dolorosa conclusão de que os recursos de que dispunha a Praça, quer em apetrechos bellicos, munições de artilharia e de fusilaria, quer de recursos alimentares para os combatentes e para as familias residentes na cidade, não bastavam para uma luta superior a 3 ou 4 dias de combate.
O gado existente já havia sido todo abatido. A luta não podia pois continuar. O abatimento foi geral, quando se apurou essa fatal verdade.
O moral já estava abalado, pois nesse mesmo dia se havia dado a sepultura o cadaver do glorioso General Carneiro, fallecido no dia anterior.
As esperanças de recursos esperados, se haviam dissipado.
Tudo estava perdido; dedicações, bravuras, esforços ingentes numa luta desigual de 1 para 10, durante 27 dias e 27 noites de vigilias. Tudo perdido, julgavam elles, puro engano: A victoria inimiga, fôra a victoria de Pyrrho.
Havia perdido o seu exercito, debaixo da metralha lapeana. Victoria que o tornou impotente, e isso mesmo confessou o General Gumercindo Saraiva em Pa-

ranaguá, na casa do snr. Antonio Gomes Henriques, quando, sendo interpellado pelo bravo Coronel Joaquim Lacerda, da epoca em que seguiriam para S. Paulo, respondeu em phrase sincera de gaucho: «Mas, com que exercito poderei seguir a tomar S. Paulo? Os snrs. na Lapa não disimaram o meu glorioso exercito de gauchos?» E disse uma verdade. Foi com as lagrimas nos olhos que a heroica guarnição da Lapa resolveu responder a carta do General Laurentino, declarando estar resolvida a parlamentar para discutir-se as bases da Capitulação.

A luta cessára, os canhões emmudeceram, não sibilavam as balas mortiferas, a vigilancia nocturna já não se fazia necessaria. As fadigas de uma luta sem treguas de longos 27 dias e outras tantas noites, aconselhavam o repouzo absoluto.

Mas, os heroicos companheiros de Carneiro, não poderam conciliar o somno, nessa noite sem fim.

Apezar dos applausos que as suas proprias consciencias lhes dictavam, apezar da certeza e da satisfação de bem terem cumprido o seu dever de Patriotas, todos tinham os corações opprimidos pela dôr da saudade dos gloriosos companheiros que tombaram, e dos quaes se iam separar para sempre, e de dôr e tristeza por terem de entregar, no dia seguinte, a gloriosa espada com que conservaram, durante esse tempo, o inimigo a distancia.

Noite de amargura, de vigilias, de dolorosas locubrações; noite maldicta: — noite da derrota. Eu bem te conheço, oh! noite fatidica! O sitio que vos segregava, oh! bravos soldados da Lapa, foi impotente para impedir que o meu pensamento gravitasse entre vós, que o meu coração sentisse as vossas emoções, pulsando e palpitando convulsamente, e mesmo de longe, sentindo e compartilhando as vossas amarguras e dôres, lastimando não poder ter a ventura de combater a vosso lado, animado por vossa bravura sem par, pois a sorte destinou-me outro posto de sacrificios. Mas, crede-me, mesmo distante, juntei ás vossas, as minhas lagrimas sentidas, orvalhando com

ellas o ataude do glorioso Carneiro, e dos bravos que tombaram a seu lado.

11 de Fevereiro de 1894.

O Governador Dr. Menezes Doria, recebe da Lapa o seguinte telegramma: «Urgente. Neste instante estamos parlamentando com o inimigo, de quem recebi officio e parlamentar pedindo cessar fogo. — Saúdo-vos. — General Laurentino.»

Este telegramma foi recebido por proceres da politica federalista, com grandes manifestações de alegria, e o «Diario do Commercio» o destribuiu em boletim á população.

Recebida a proposta de paz do General Laurentino a 10, no dia 11 pela manhã o heroico e destemeroso lapeano, Coronel Joaquim Lacerda, enviou-lhe a seguinte resposta que foi conduzida ao acampamento inimigo por uma commissão constituida pelos snrs. Tenentes Coroneis Libero Guimarães, Villas-Bôas, e alferes Waldhausen:

«Quartel general do commando da 2.ª Brigada de Infantaria, na Lapa, 11 de Fevereiro de 1894.

«Cidadão General Laurentino Pinto Filho.

«Acabo de receber vosso officio e immediatamente convoquei uma reunião geral dos officiaes afim de deliberarmos sobre a resposta que até hoje á tarde vos será entregue. Emquanto ella não vos chegar ás mãos, nossas forças, embora nos seus postos, não darão um tiro, esperando que dareis vossas ordens no sentido de que as sob o vosso commando assim tambem procedão. — Saude e fraternidade. — Joaquim Lacerda, commandante.»

Reunido o conselho de officiaes, todos manifestaram-se desejosos de proseguir na lucta, como haviam resolvido por occasião do ferimento do Coronel Carneiro, mas estudados os elementos de que dispunham os sitiados, chegou-se a dolorosa conclusão que minguados eram os recursos que restavam e que o alimento existente na legendaria cidade, mal chegaria

para alimentar a guarnição militar por mais 3 dias; sem contar as necessidades da população não combatente.

As munições e apetrechos bellicos eram tambem exiguos. A contingencia era dolorosa: A bravura não podia supprir as necessidades.

A capitulação se impunha, e foi unanimemente resolvida pela brava e destemerosa officialidade, cujos nomes passarão á historia.

Laurentino Pinto resolveu ir discutir as condições da paz no proprio Quartel General da Lapa, declarando que iria com toda a confiança tratar d'ella no campo adversario, e assim fez, seguido apenas por seu estado maior ao acampamento inimigo. Os generaes Gumercindo Saraiva e Piragibe, não viram com bons olhos o acto de Laurentino, procurando discutir a paz, sem ouvil-os. E as bases por elle formuladas, foram mais de uma vez alteradas por aquelles caudilhos.

Na tarde desse dia chegou a Lapa o governador Dr. Menezes Doria, que foi assistir a capitulação e a entrada do exercito federalista na heroica cidade paranaense. A acta da capitulação é a seguinte:

«Aos onze dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos e noventa e quatro, na cidade da Lapa, no Quartel General da segunda brigada, presentes os generaes Gumercindo Saraiva, commandante do exercito revolucionario do Rio Grande do Sul e em chefe das forças em operações neste Estado; Antonio Carlos da Silva Piragibe, commandante do primeiro corpo do exercito nacional provisorio; Laurentino Pinto Filho, commandante do segundo corpo do mesmo exercito; coronel Julião Augusto de Serra Martins, commandante da primeira brigada; coronel Joaquim Lacerda, commandante da segunda brigada; os officiaes abaixo assignados, pertencentes ás referidas brigadas, por elles foi convencionada a capitulação da Praça da Lapa, sob as seguintes condições:

«Os tres generaes como representantes do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Bra-

4-8 Francisca Lacerda Corrêa do O', nascida em 18 de Setembro de 1842, casada com Avelino Augusto de Souza, natural de Portugal. Sem descendentes.

4-9 Francisco Rezende Corrêa do O', casado com Ernestina Corrêa.
Filhos:
5-1 Romeu.
5-2 Julieta.

4-10 Victoria de Lacerda, nascida em 3 de Janeiro de 1863, fallecida em 1903, foi casada a 25 de Fevereiro de 1885 com Manoel Antonio da Cunha Braga, filho de João Manoel da Cunha Braga e de sua mulher Francisca da Cunha Braga, 6-10 de pagina 556 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-11 Tenente João José Corrêa de Lacerda, nascido em 17 de Janeiro de 1868, casado a 27 de Julho de 1898 com Othilia Linhares, nascida a 12 de Dezembro de 1867, filha de José Pereira Linhares e de sua mulher Lydia Linhares, 6-11 de pagina 559 do 3.º volume.

3-3 Capitão Americo Pereira de Rezende, casado com Balbina Branco de Rezende, 4-1 de 3-1 de 2-2 de 1-1 do § 1.º do Capitulo 3.º
Sem descendentes.

2-3 Manoel Ferreira de Rezende, residente no Rio Grande do Sul.
Sem informações.

2-4 Querubina do Espirito Santo Pereira de Rezende, casada com Salvador Martins França. Residentes no Rio Grande do Sul, 4-4 de pagina 560 do 3.º volume, ahi a descendencia.

2-5 Francisca Pereira de Rezende, casada no Rio Grande do Sul com Ricardo José de Miranda.
Residentes no Rio Grande do Sul.
Teve:
3-1 Joaquim.
3-2 Antonio.

Segundo informações do Snr. Pury Lacerda, houveram mais:
2-6 João Antonio Ferreira.
2-7 Antonio Ferreira da Silva.
O testamento porem, por nós consultado, só menciona os 5 filhos anteriores, de 2-1 a 2-5.

§ 2.º

1-2 Maria Angelica da Silva, fallecida solteira, foi baptisada a 10 de Dezembro de 1782.

§ 3.º

1-3 Francisco de Paula Rezende, casado com Florinda Mendes de Sampaio. Baptisado na Lapa a 8 de Setembro de 1784, 3-3 de pagina 561 do 3.º volume, ahi a descendencia.

§ 4.º

1-4 Tenente Lourenço da Silva Rezende, casado a 28 de Dezembro de 1804 com Rozaura Maria da Silva, filha de João Gonçalves Barreiros e de sua mulher Ignacia Maria da Silva.
Sem filhos.

CAPITULO 4.º

4 — Anna Pereira da Silva, natural de Curityba, nascida em 1732, fallecida em 29 de Novembro de 1780, foi casada em primeiras nupcias com Manoel Corrêa, natural de Curityba, e em segundas nupcias com Francisco Gonçalves Dias Senra.
Teve do primeiro matrimonio:
1-1 Manoel Corrêa da Silva § 1.º
1-2 Clemente Corrêa da Silva § 2.º
1-3 Joaquim Corrêa da Silva § 3.º
1-4 José Corrêa da Silva § 4.º
Teve do segundo matrimonio:

1-5 Francisco Gonçalves da Silva § 5.º
1-6 Antonio Gonçalves da Silva § 6.º

§ 1.º

1-1 Manoel Corrêa da Silva, nascido em 1755, casado em Piratinim, no Rio Grande do Sul, com Rosa da Silva.

§ 2.º

1-2 Clemente Corrêa da Silva, nascido em 1753, falleceu solteiro.

§ 3.º

1-3 Joaquim Corrêa Pereira da Silva, nascido em 1766, casado no Rio Grande do Sul.

§ 4.º

1-4 José Corrêa da Silva, nascido em 1766, falleceu solteiro no Rio Grande do Sul.

§ 5.º

1-5 Francisco Gonçalves da Silva, baptisado na Lapa a 9 de Dezembro de 1770, filho do segundo matrimonio do Capitulo 4.º, casado com Anna Maria de Jesus. Morreu assassinado em pleno dia na Lapa, por Antonio Gomes de Escobar, a mandado de seu irmão Bernardo Gomes de Campos, a 7 de Janeiro de 1809.
Filhos:
2-1 Antonio Gonçalves da Silva, casado com Anna Amalia de França.
Filhos:
3-1 Joanna Francisca Westphalen, casada com Eugenio Westphalen, natural de Berlim, onde nasceu a 3 de Janeiro de 1800. Veio para o Brasil em 1824, embarcando em Hamburgo a 17 de Outubro d'esse anno, chegando a Bahia a 4 de Abril de 1825, onde

esteve até 1830, quando seguio para o Rio de Janeiro. Mudou-se para a Lapa onde constituiu familia, vindo a fallecer em 1891. Era filho do Dr. Felippe Fernando Westphalen e de sua mulher Luiza Fischer Westphalen, nascida em Basiléa-Suissa. Já descripto em 5-1 de pagina 517 do 3.º volume, onde demos sua biographia.

Tiveram 17 filhos:

4-1 Paulina, fallecida solteira.

4-2 Eugenio, fallecido solteiro.

4-3 Fernando Westphalen, casado com Thecla Mendes de Sá, 6-3 de pagina 526 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-4 Luiza Francisca, casada com Ermelino Alves de Oliveira, 6-4 de pagina 527 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-5 Dr. Emydio Westphalen, Magistrado aposentado do Tribunal de Justiça do Estado, foi casado em primeiras nupcias com Joaquina de Paula Xavier e em segundas nupcias a 8 de Dezembro de 1877 com Januaria Carvalho de Oliveira.

No 3.º volume a pagina 527 tratamos do Dr. Emydio Westphalen, dando os seus traços biographicos, salientando a sua brilhante carreira civil e esboçamos a sua acção como membro do Governo revolucionario do Desterro, que constituiu o elemento principal e caracteristico da sua infibratura ferrea e alta competencia administrativa, demonstradas n'um periodo revolucionario. Não foi um administrador de gabinete, só occupado em despachar mero expediente burocratico, foi antes um chefe, director de acções militares do exercito e da marinha de guerra revolucionaria. Traçava planos de campanha e discutia com Almirantes e Generaes como si fosse um estrategista consummado. Como prova do que affirmamos, transcrevemos o que escrevemos em nossas: «Ephemerides Paranaenses», extrahidas do precioso archivo do Governo Provisorio do Desterro que foi posto a nossa disposição, e que constitue importante manancial para a Historia da Revolução de 1894, na parte referente ao Paraná e S. Catharina:

tião Bandeira avançou tomando posição sobre a frente do inimigo, começando o bombardeio ao clarear do dia, occasião em que simultaneamente as duas primeiras columnas atacavam o inimigo pelos flancos e rectaguarda.

«Estabelecido o sitio fiz cortar o fio electrico a 17, e a 18 tomei posse da Estrada de Ferro com todo o seu material rodante, o que infallivelmente determinou a fuga de Vicente Machado e do general Pego Junior que teve de deixar em seu caminho 5 wagons carregados com armamento, munições, fardamentos, barracas e outros utensilios que recolhi, e foram aprisionados pelo capitão secretario dr. Fernando Pires Ferreira Filho, 11 homens armados.

«A 19 fiz marchar sobre Palmeira 100 homens e os coroneis dr. João de Menezes Doria, Manoel Lavrador e Felicio de Sá Ribas, onde encontrou-se a Villa desoccupada pelo inimigo que se tinha evadido, apoderando-nos de 20 armas com munições, 50 ponches e 30 cavallos. A 20 occupei militarmente a cidade de Curityba, com 150 homens ao mando do distincto coronel dr. João de Menezes Doria, onde apoderei-me de 3 boccas de fogo e grande quantidade de armamento, munições, equipamento, arreiamentos e outros objectos. A 22 dirigi uma nota aos chefes das forças fortificadas, pelo tenente José Schiaffitella, meu ajudante de ordens, na qual mostrava a improficuidade da resistencia diante das repetidas derrotas das forças da dictadura; e terminei fazendo um appello aos sentimentos humanitarios dos ditos chefes para no caso de insistirem na resistencia, fazerem retirar as familias e demais individuos alheios á lucta para podermos bombardear as fortificações. O nosso parlamentar, porem, foi repellido a bala pelas forças inimigas. A vista de tão descommunal selvageria, fiz romper o canhoneio sobre as fortificações e avançar a infantaria até estreitar mais o sitio. Tomaram parte nas operações desse dia as forças commandadas pelo bravo coronel Franklin Cunha que havia chegado na vespera.

«Dois dias passados (24) começaram a chegar as forças do exercito de V. Excia. que indubitavelmente mais concorreram para a victoria que acaba de alcançar as forças revolucionarias. A 31, tudo de Janeiro, chegou o distincto general Laurentino Pinto Filho, com o seu exercito que muito nos coadjuvou até a capitulação.

«Demasiado conheceis o valor de todas as forças Rio Grandenses, Paranaenses e Catharinenses sob o meu commando para que me dispenseis de mencionar um por um de todos os nomes dessa legião de bravos; assim especificarei apenas os nomes d'aquelles chefes que são dignos representantes de seus commandados, pela bravura nos combates, constancia e tenacidade na resistencia contra as privações e soffrimentos: coroneis José Seraphim de Castilho; Torquato Antonio Severo; Dr. João de Menezes Doria; Franklin Cunha; João Filgueiras de Camargo; Felicio de Sá Ribas; tenentes coroneis Carlos José de Menezes; Carlos Soares; Galvão Gomes Lisbôa; José Rodrigues da Silva; Bruno Jacintho Pereira; Romão Candido Pereira e major Miguel Soares Fragoso. Os officiaes que compõe o meu Estado Maior desempenharam sempre todas as commissões que lhes encarreguei, com bravura, zelo e intelligencia, entre os quaes não posso deixar de mencionar os nomes dos seguintes: tenente coronel Sebastião Bandeira, que exerce as funcções de ajudante e Quartel-Mestre General; major David de Araujo; capitães dr. Fernando Pires Ferreira Filho, secretario deste commando; Raul Rodrigues Teixeira; Leopoldo Engelke; dr. Julio Cezar de Castilho; Francisco Moreira Pinho; segundo tenente da armada Eduardo Piragibe; tenente José Schiaffitella; Jorge Cavalcante; Ernesto Strobel; Guardiano Rodrigues; e os alferes Januario Ayres da Silva e Paulo Loureiro.

«Os medicos e pharmaceuticos que compõem o Corpo de Saude tornam-se dignos de menção pois que não se limitaram ao cumprimento de seus deveres profissionaes, mas foram alem tomando posição nas linhas avançadas onde a fuzilaria e metralhas os attingia: Coronel Chefe dr. Manoel Lavrador; capitão dr. Germano Fritz; tenente pharmaceutico Luiz de Campora que mais de uma vez dirigio uma bocca de fogo e o alferes Casemiro Ramos. O coronel dr. Manoel Lavrador, procurando os lugares mais arriscados mostrou sempre invejavel calma. Tivemos a lamentar a perda de companheiros, cuja memoria jamais será esquecida dos que se batem pela liberdade. Nossas baixas entre mortos e feridos (refere-se só ao seu exercito) durante o periodo decorrido não execedeu a 90 deixando de mencionar os nomes por não tel-os completos na occasião.

«Ao illustre cidadão Gumercindo Saraiva, general em Chefe das forças libertadoras acampadas na Lapa. — «(Assignado) general Antonio Carlos da Silva Piragibe.»

— Em sua proclamação a seus camaradas, annunciando a victoria da Lapa, diz o general Piragibe em resumo: «Tendes diante de vós submettidos ao poder de vossas armas uma guarnição composta de cerca de 500 homens com duas bandas de musica, todo o armamento, inclusive 8 canhões e duas metralhadoras, muitas munições, arreiamentos, barracas e outros utensilios, cavallos, carroças e outros objectos. Não vôs deveis esquecer de que venceste um adversario valente e abundante de recursos bellicos; elle cedeu, sem duvida, á vossa tenacidade e intrepidez, mas só o fez depois de uma resistencia verdadeiramente heroica!»

— Ha a oppor ao que acima se lê, a diminuição tendenciosa do numero dos mortos e feridos e a declaração de terem apprehendido «muitas munições». Factos posteriores vieram demonstrar que essas asserções estavam muito longe de exprimirem a verdade.

Deixou viuva sua digna e dedicada esposa Maria Magdalena Moogen de Lacerda, filha do Dr. João Jorge Moogen, medico, natural da Inglaterra, fallecido em Lagoa Vermelha a 13 de Setembro de 1885, victima de um insulto apopletico, e de sua mulher Leduina

Garcez Moogen, filha de Manoel Moreira Garcez, natural de Pennafiel, e de sua mulher Constança Maria de Almeida, de Itapetininga, filha de Joaquim Domingues e de sua mulher Manoela de Almeida, 6-1 de pagina 545 do 3.º volume, ahi os descendentes.

4-2 Maria Rita de Lacerda — D. Nhála —, nascida a 29 de Junho de 1852, casada a 15 de Agosto de 1870 com Manoel Corrêa de Lacerda, nascido no Porto-Portugal a 1.º de Março de 1839 e fallecido na Lapa a 3 de Janeiro de 1892, filho de Joaquim José Corrêa de Lacerda Junior e de sua mulher Thereza Bernardina Candida, 6-2 de pagina 547 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-3 Coronel Manoel José Corrêa de Lacerda — Duca Lacerda —, nascido em 10 de Setembro de 1858, casado a 14 de Novembro de 1885 com Alice Maria Supplicy, nascida a 18 de Julho de 1868, filha de João Francisco Supplicy e de sua mulher Maria Luiza Edeltrudes Supplicy, 6-3 de pagina 550 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-4 Rita de Lacerda, nascida a 26 de Outubro de 1855, casada a 24 de Maio de 1879 com Manoel Rodrigues Pereira Pinto, natural de Portugal, nascido a 16 de Maio 1852, fallecido em 1926, em Curityba, em estado de viuvo. Foi Prefeito Municipal da Lapa e mais tarde serventuario ferroviario, 6-4 de pagina 553 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-5 Leocadia Cassiana de Lacerda, nascida a 1.º de Maio de 1854, casada em 15 de Outubro de 1871 com Antonio Pacheco Lima, nascido a 4 de Julho de 1848, 6-5 de pagina 554 do 3.º volume, ahi os ascendentes e descendentes.

4-6 Balbina Lacerda.

4-7 Thereza de Lacerda Nogueira — D. Santa —, fallecida a 22 de Agosto de 1915, foi casada com o Dr. Marcellino José Nogueira Junior, conceituado advogado d'esta Capital, filho do Major Marcellino José Nogueira e de sua mulher Maria Joaquina da Conceição, 6-7 de pagina 555 do 3.º volume, ahi os traços biographicos. Sem filhos.

11 de Março de 1894.

O contra Almirante Custodio de Mello publica a seguinte Proclamação:

«Concidadãos. Tendo sido exonerado o Governo Provisorio, que incontestavelmente assignalados serviços prestou á cauza nobre e santa que nós revolucionarios, defendemos, como Chefe da revolução d'armada resolvi, attendendo ás circumstancias actuaes, e aos progressos da Revolução em geral, e ainda de accordo com o meu programma revolucionario, cujo um de seus alevantados intuitos é a annullação do militarismo, instituir em vez do governo de um só, uma Junta Governativa, da qual façam parte representantes dos tres Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná. Dependendo a escolha do representante do Rio Grande do Sul do dr. Gaspar Silveira Martins, Chefe que sem duvida é, do homerico movimento revolucionario naquelle Estado, só foram por ora escolhidos os dos dois Estados, sendo elles: dr. José Ferreira de Mello, Presidente do Supremo Tribunal, por parte de S. Catharina e o dr. Emygdio Westphalen por parte do Paraná. Estes dois illustres cidadãos que accederam ao meu convite para acceitar este posto de sacrificios, só por este acto tornaram-se credores da consideração do paiz, quando já não tivessem um honroso passado que lhes dá direito a esta consideração. E' que nessa escolha só tive em vista a victoria da revolução para que tenhamos uma verdadeira republica e conseguintemente para que nossa Patria seja grande, livre e feliz; e estou certo que o grande patriota, dr. Silveira Martins, abundando nessas ideias, escolherá para representar seu glorioso Estado um homem digno e competente.

«Agradecendo aos escolhidos, conto firmemente que saberão corresponder a confiança que nelles depositamos, eu e meus companheiros de luta, assim como que com o seu valioso e intelligente concurso, em breve entoaremos hozanas pelo triumpho final das armas revolucionarias. Viva a Nação Brasileira! Viva a Re-

publica! — Curityba, 11 de Março de 1894. — Custodio de Mello, Contra Almirante.»

12 de Março.

O Governo Provisorio de Desterro em telegramma cifrado, communica ao Contra Almirante Custodio ter recebido do Rio de Janeiro um telegramma nos seguintes termos:
«Saldanha da Gama manda dizer que se a esquadra de Floriano não fôr destruida, nossos navios têm de deixar este porto sem mais demora; quer o «Aquidabam» e o «Republica» fora da barra aqui, assistir a sahida navios. Sou informado seguirão para o sul navios Floriano: «Americano», «Itaipú», «Aurora», tenha muito cuidado.»
O Contra Almirante Custodio em telegramma tambem cifrado telegraphou de Paranaguá ao dr. Westphalen, membro do governo provisorio do Desterro, nos seguintes termos:
«Peço-vos mandeis dizer Saldanha que se estão fazendo a toda pressa obras no «Republica» e «Aquidabam» e que por este motivo não podem estes navios, por ora sahir. — Custodio de Mello.»

13 de Março.

Telegramma cifrado que passou o Contra Almirante Custodio ao Dr. Westphalen:
«Dr. Westphalen -- Desterro.
«Peço-vos mandeis indagar no Estado quem mandou o meu Manifesto para ser publicado. Houve sem duvida abuso de confiança e convem saber-se quem é o responsavel. Fora da barra não ha muitos pontos de desembarque; ha apenas uma praia cujo nome não me recordo agora. — Custodio de Mello — Curityba.»
Este telegramma foi em resposta ao que abaixo se lê:
«Almirante Custodio de Mello — Curityba.
«Com surpreza encontrei hoje no Estado publicado vosso manifesto e o de Lorena, este se despedindo do governo. Houve abuso de confiança; mas apezar disto fique o facto como consummado e a Junta instituida com o manifesto como está. Saudo-vos. — E. Westphalen — Desterro.»
«Custodio de Mello — Curityba. — Despedida de Lorena foi feita com conveniencia. Saudações. — E. Westphalen.»
«Cidadão Custodio de Mello — Curityba, 12-3-94.
«Temos a honra de levar ao vosso conhecimento que tomamos posse do governo cuja Junta foi por vós instituida e fazemos votos para que cheguemos ao fim da jornada com honra e gloria para a Republica Brasileira, a qual saudamos, na pessoa de V. Excia. Emygdio Westphalen, Ferreira de Mello.»
Telegramma — Desterro, 13 de Março de 1894.
«Almirante Custodio de Mello — Curityba.
«Acabo de receber seguinte telegramma reservado: Acta lavrada sigillo. Colhi apenas seguinte: Julgam operações norte deixando rectaguarda fortes columnas inimigas, sem batel-as primeiramente grave erro, força circumstancias e para não ficarem, accordarão plano não consentirão subdivisão exercito sob pretexto algum. Todos unanimes não ficar exercito nem parte delle estacionado, marchando logo sobre S. Paulo, conforme plano se houver traçado. Quanto ao mais nada tem transpirado. Esta noticia é o resultado reunião chefes convocados pelo general Salgado. — Emygdio Westphalen. (Cifrado.)»

14 de Março de 1894.

O almirante Custodio de Mello recebeu em Curityba o seguinte telegramma cifrado:
«Urgentissimo. — Almirante Custodio de Mello. — Curityba, 13-3-94.
«Acabo ser informado por Chapin, que Almirante Saldanha da Gama rendeu-se com navios e fortes de seu commando, refugiando-se com seus commandados, a bordo esquadras estrangeiras, sob cuja protec-

ção ficaram. Esquadra Floriano entrou Porto Rio de Janeiro. Urge vinda de V. Ex., até cá, conferenciar commandante «Aquidabam». Obras defeza Porto incompleta. Ha falta de tudo, inclusive dinheiro que muito prejudica acção commandante Alexandrino. — Saudo-vos. — Emygdio Westphalen.»

Telegramma: «Dr. Westphalen — Desterro — de Curityba 14 de 3 de 1894.

«Não vos parece conveniente mandar dizer pelo rebocador «Republica» ao dr. Demetrio Ribeiro que remetta quanto antes 500 toneladas carvão? — Custodio de Mello.»

«Almirante Custodio de Mello — Curityba. — Escrevi ao Demetrio, pedindo o carvão. Saudações. Westphalen.»

Telegramma: «Reservado. — Desterro, 14-3-94. — Curityba — Dr. Westphalen.

«Estou quasi certo ser noticia Chapin manobra Floriano, pois custa me crer que Saldanha se rendesse sem dar combate, ou sem lançar mão ultimo recurso que era forçar barra. Convem guardarmos maior sigillo essa noticia — Custodio de Mello, Contra Almirante.»

Telegramma: «Urgente. — Em 14-3-94. De Desterro. Almirante Custodio de Mello — Curityba.

«A noticia da rendição Saldanha é verdadeira. Deu-se no dia 12, direi pormenores. Saudo-vos. — Emygdio Westphalen.»

15 de Março de 1894.

O Contra Almirante expediu os seguintes telegrammas, cifrados, de Curityba, 15 de Março de 1894:

«Dr. Emygdio Westphalen — Desterro. — Confio na lealdade dos dois officiaes de que fallastes em vosso telegramma (Sampaio e Theotonio); desde que soube estarem as tres columnas inimigas na fronteira do Sul, que desconfiei planejarem desembarque em S. Catharina, embarcando em Porto Torres. Recebeste hoje um telegramma meu cifrado? — Custodio de Mello.»

«Dr. Westphalen — Desterro, 15 de Março de 1894.

«Estará ahi o correspondente do «Times»? No caso afirmativo lembro-vos fallardes com elle para verificar a noticia da rendição Saldanha da Gama. Estou providenciando para o caso peior. Não tenhas receio. Não durmo. — Custodio de Mello.»

16 de Março de 1894.

O Contra Almirante expede de Curityba os seguintes telegrammas cifrados:

«Em 16 de Março de 94. — Dr. Westphalen. — Desterro.

«Segundo vosso telegramma de hoje, rendição teve lugar dia 12, entretanto conforme acabo de verificar, na mesma data veio do Rio telegramma que foi por vós transmittido: «Saldanha manda dizer se esquadra Floriano não for destroçada, nossos navios tem de deixar este Porto sem mais demora. Quero o «Aquidabam» e o «Republica» fora da barra aqui, assistir sahida meus navios. Sou informado seguiram para o Sul navios de Floriano: «Americano», «Itaipú» e «Aurora»; tenha muito cuidado».

«Como explicar-se isto? Não será manobra? Não ha duvida que o telegramma que acima transcrevo tem data de 12. Estou providenciando para o caso de ser verdadeira a noticia. — Custodio de Mello.»

«Dr. Westphalen — Desterro.

«Incomprehensivel vosso telegramma parte cifrada. Com meu telegramma de hontem só tive em vista dizer-vos que ainda tinha duvida a respeito noticia rendição real ou não. Não posso comprehender como Saldanha tendo mandado no dia 12, o telegramma que transcrevi, no telegramma vos dirigido hontem, se tivesse rendido naquella mesma data. Convem interrogar Chaplin a respeito do que ha mais. — Custodio de Mello.»

Telegrammas de 16 de Março de 1894, do Desterro.

«Cidadão almirante Custodio de Mello — Curityba.

«Acabo de receber do «Aquidabam», do commandante

Alencar o seguinte: Repito telegramma ao almirante para vir e mandar toda força para Laguna. Vamos fortificar bem a barra do norte com torpedos. E' bom e urgente collocar um grande na barra do sul. Providencia-se neste sentido. — E. Westphalen.»

«Cidadão Almirante Custodio de Mello — Paranaguá.

«Meus telegrammas são numerados, ao qual vos referis? Sobre a data já vos disse que demora da noticia proveio de Chaplin ficar em duvida a quem se dirigir devido a crise no governo, mas afirma ser verdadeira. Saudo-vos. — Emygdio Westphalen.»

«Dr. Doria, governador provisorio. — Curityba.

«14 de Março de 94.

«Suppuz que Custodio havia vos dito que os acontecimentos modificaram o plano de campanha. Convem salvar nossa rectaguarda derrotando Pinheiro Machado, Oscar, Flores. Tratamos tambem do littoral, vos devo notar a possibilidade de um desastre das forças de Salgado, mal armadas, e de um ataque ao littoral. O «Hanrineiro» está descarregando, voltará. Penso que o almirante mandará por elle, uma commissão para Rio Grande. Tambem penso como vós que urge uma missão ao Rio da Prata. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

«Dr. Doria, governador do Paraná. — Curityba.

«17 de Março de 1894.

«Guarde segredo absoluto. Interroguei ao almirante sobre o movimento que elle está fazendo, e opinião do Salgado. Se for ao Rio Grande será para ir uma pessoa estudar plano defeza Barra. Guarda para si.

«A situação peiorou e nos pilha sem armas. Aqui pouco ou nada se fez. — Emygdio Westphalen.»

17 de Março de 1894.

Telegramma, 17-3-94. Do Desterro.

«Cidadão Alencar, commandante do «Aquidabam». Barra. Theotonio resiste. Não imagina como soffro deante de embaraços que não posso vencer. — E. Westphalen.»

«General Salgado, Tubarão. 17-3-94.

«O almirante cogita guardar rectaguarda livre. Telegraphei a elle sobre conferencia comnosco. Elle deve vir brevemente aqui. Está conferenciando com generaes no Paraná, e do resultado sabereis. Saudo-vos. E. Westphalen.»

«Dr. Doria, Governador Paraná, Curityba. Em 17-3-94.

«Maldonada ainda não descarregou tudo. Ah! Isto aqui é um horror, vapores estragados e abandonados por dias e dias. Neste, falta bucha, assim estão «Meteoro», «Itapimirim», «Angra» e os rebocadores. E' uma lastima. Assisti hoje a fundição para granadas e torpedos. Pretendo collocal-os nas barras. Saudações. Emygdio Westphalen.»

«Dr. Doria, Governador Paraná, Curityba. Em 18-3-94.

«Infelizmente a noticia não foi desmentida e vos haveis lembrar que eu avisei, me parece a tres deste mez, vos dizendo que sabia por via secreta da approximação esquadra Floriano que se dirigia para Rio. Que cautelas hei de eu tomar a não ser de defeza? Saudações. — Emygdio Westphalen.»

«Telegramma. Paranaguá, 17-3-94. — Dr. Westphalen, Desterro.

«Peço perguntar commandante «Arineiro» se fôr na ida para Buenos Ayres, se póde parar no Rio Grande e demorar-se ali um ou dous dias, sob pretexto avaria na machina, mediante uma certa quantia, dous, tres, quatro ou mais contos. Meu fim é mandar uma pessoa para estudar os meios de defesa daquelle porto. Custodio de Mello.»

18 de Março de 1894.

O Dr. Emygdio Westphalen passou o seguinte telegramma ao commandante Alexandrino de Alencar, commandante do encouraçado «Aquidabam»:

«Desterro, 18-3-94, á Barra. — Alencar, commandante «Aquidaban».

«Não se trata de apanhar navio que traz armamento para Floriano? Não temos navios para a caçada? Sen-

tirei muito que escape a caça. — Emygdio Westphalen.»
Dr. Doria, Governador do Paraná, Curityba. — «Redacção do Estado» pede papel. «Diario do Commercio» que diz ter 55 resmas a 10$000. Podeis fazer vir o papel pago esse Estado conta deste? Custodio pede Aquidabam para em Paranaguá aceitar combate esperado dentro de 3 dias. Aqui ainda não temos defeza capaz. Saudações. — Emygdio Westphalen.
O Capitão de Mar e Guerra Alexandrino de Alencar expediu o seguinte telegramma ao Dr. Emygdio Westphalen:
«Dr. Westphalen. Quando sahe «Esperança»? Escrevo Almirante esclarecendo situação, pedindo actividade e promptidão de movimentos. Peço actividade trabalho «Meteoro» bem como torpedos na Barra, não podemos perder um minuto. Times is money — hoje ainda é mais do que isso. Peço fazer trabalhar officina hoje, afim aprompar torpedos. — Alencar, commandante.»

19 de Março de 1894.

O dr. Emygdio Westphalen recebeu os seguintes telegrammas:
«Dr. Westphalen, Desterro. Não se sabendo onde se acha navio de que fallaes em vosso telegramma, não acho conveniente mandar-se navio cruzar, mórmente um navio como o «Itapimirim» que anda pouco, e depois da confirmação da noticia da rendição. Saudo-vos. — Custodio de Mello.»
«Dr. Westphalen, Desterro. — De Paranaguá.
«Acaba chegar vapor «Henrique Barroso» trazendo jornaes que confirmam noticia rendição, teve ella logar no dia doze. Saldanha como os officiaes se refugiaram navios estrangeiros. Saudações. — Custodio de Mello.»
Telegramma urgente de Paranaguá, 19-3-94.
«Dr. Westphalen, Desterro. — Sou informado que esquadra Floriano virá operar no sul por estes dous ou tres dias, e como «Republica» não esteja prompto senão na quinta-feira, acho que o plano a seguir-se é vir o «Aquidabam» para aqui, afim de fazermos a resistencia neste Porto. Neste sentido telegrapho ao Commandante do «Aquidabam». — Custodio de Mello.»
Telegramma de Curityba, 19-3-1894.
«Ministro Dr. Westphalen, Desterro. Peço-vos com urgencia mandares 5 toneladas de polvora grossa, e 5 ditas de polvora fina, 10 kilos de sulphato de sulphureto-antimonio para fulminato, si não poder mandar essa quantidade mande o que poder. — Gumercindo Saraiva.»
«Presado Snr. Dr. Westphalen. Apresento-lhe o Snr. Carlos Akers, Redactor do «Times», de Londres, que passou no «Aquidabam» ultimamente a barra, com uma coragem de inglez; transladou-se para o «Republica» e foi ao Paraná ver Gumercindo e o exercito libertador, e chegou agora no vapor allemão «Pelotas» e segue para o Rio da Prata, assim peço-lhe que seja gentil com elle, que tem nos prestado relevantes serviços no Rio. E elle deve regressar hoje para bordo do vapor «Pelotas» que segue para o Rio da Prata, assim peço-lhe que lhe mande dar um rebocador para conduzil-o até a bordo. Amigo Admirador Alexandrino de Alencar.»
«Almirante Custodio de Mello, Paranaguá. — De Desterro, em 19 de Março de 94.
«Acabo receber do General Salgado os seguintes telegrammas: «Junta Governativa, Desterro. — Urgente. «Submetto á vossa apreciação proposta que dirigi ao Snr. Contra Almirante Custodio de Mello, expondo-lhe os motivos pelos quaes julgava mais conveniente antes de encetar as operações ao norte do Paraná, fornecer-me munições sufficientes, e trezentos homens de infantaria, auxilio este que me proporcionava todas as probabilidades de bom exito, para bater sem perda de tempo a columna de Arthur Oscar que se acha em Torres, e mais ainda que aguardava informações de proprios de confiança que mandei observar a direcção das columnas de Pinheiro Machado e Flores.

«E quando esperava resposta de S. Exa. em sentido favoravel ou mesmo quando fosse contrario, motival-a, eis que recebo o telegramma que transcrevo-lhe na integra o qual tambem submetto a vossa apreciação e do Exmo. Snr. Governador do Estado, esperando que manifeste o vosso pensamento a respeito afim de que melhor possa salvaguardar minha responsabilidade futura: Senão podeis passar com vossa força para o Rio Grande, convem que quanto antes venhaes com ella para aqui. Se vos resolverdes isto mandai-me dizer urgentemente, para que vos sejam proporcionados os meios de transporte, penso assim; resolvereis como entenderdes, ficando salva minha responsabilidade. — Custodio de Mello.»

«Tendo ha dias manifestado a necessidade urgente de uma conferencia, de viva vóz, com essa Junta, e mesmo com o snr. Almirante, com relação ao plano de operações que se tem em vista executar, e tendo solicitado para esse fim meios de conducção, esse legitimo direito até hoje não me tem sido facultado. Como Vossas Excias. sabem, sou Commandante de um exercito, e não me é licito aceitar quaesquer planos de operações, sem que me demonstrem suas batalhas (ou vantagens?), e não inconscientemente o que não posso nem devo admittir, tanto mais quando já tendo feito uma vez, seu resultado foi negativo. (Refiro-me a invasão do Paraná, contra minha opinião, pois julgava que o nosso objectivo era o Rio Grande). Não estou fóra de acceitar o convite do Snr. Almirante, mas o que desejo é ter sciencia e consciencia do que vou fazer. Saudo-vos. General Salgado.

«Diga-me o que convem responder ao Salgado. — Westphalen.»

20 de Março de 1894.

O almirante Custodio de Mello recebeu o seguinte telegramma:

«Acabo de receber do commandante Alexandrino, o seguinte:

«Dr. Westphalen. Não concordo com plano apresentado por telegramma, obedecerei se assim for resolvido. Devemos insistir almirante vir Desterro, para aqui combinar e ouvir razões. Peço mandar-me para bordo do Aquidabam dois canhões Krupp, que estão na Ratone. — Alencar, commandante.»

«Aviso para seu governo. Sd. — E. Westphalen.»

«Illmo. Chefe Dr. Emygdio Westphalen.

«Recebi os dois canhões Krupp, só me faltando espoletas, que deve haver ahi na Intendencia. Tenho o grande canhão de bordo prompto para mandal-o para onde ordenar, porem nas circumstancias criticas em que estamos, acho bom esperarmos a ultima resolução do Almirante, afim de leval-o para o Paraná, ou deixal-o aqui, conforme ficou resolvido. Consta-me que na intendencia existe um outro canhão Krupp, assim se tivermos de sahir mande ordem logo para que elle venha para bordo, não devemos deixar aqui nada que possa aproveitar ao — Dictador, caso fique resolvido abandonar esta posição.

«O Buette está concertando tambem um canhão pequeno, que já pedi para o meu navio, porque estou com os lados quasi desarmados, não imagina o estado de minhas torres, tenho dois canhões completamente inutilisados, assim é preciso vêr outros para substituil-os, de sorte que estou procurando sanar estas faltas com os pequenos elementos que acho para as torpedeiras. Acabo de receber telegramma do almirante, e fiquei contente porque meu plano foi comprehendido.

«Elle é audacioso, porem de grande resultado na posição difficil em que nos achamos, creia que é a nossa salvação, de outro modo seremos esmagados, como carneiros, e no entanto no Rio Grande ficaremos livres e não escravos de um tyranno. . . De seu am.º admirador Alexandrino de Alencar.

21 de Março de 1894.

O general Gumercindo Saraiva dirigiu ao almirante Custodio de Mello a seguinte exhortação:

«Estou convencido de que a victoria da Revolução depende presentemente de penetrarmos na Barra do Rio Grande. A fraca resistencia que por ventura encontrarmos ali, será nada em relação a que já vencestes tantas vezes, forçando a Barra do Rio de Janeiro, contra centenas de canhões grossos. A passagem do intrepido «Uranus» é um feito assombroso, sem igual na historia do mundo. Salvemos pois o resto da valente esquadra, engrandecendo a Revolução, e alcançaremos pelo menos a independencia do nosso caro Rio Grande. Viva a Revolução. Saudo-vos. Gumercindo Saraiva.»

O almirante Custodio expediu o seguinte telegramma, com nota urgente, de Paranaguá. — Dr. Emygdio Westphalen, Presidente do Estado — Desterro.

«E' preciso não nos illudirmos. Nada mais temos a fazer no mar, com os navios que temos, dispondo a Esquadra inimiga de cinco torpedeiras, caças torpedeiras, alem de outros navios. Nestas condições não podemos defender os dois Estados conquistados, nem mesmo um só, desde que o inimigo póde desembarcar as forças em qualquer ponto de S. Catharina.

«O que ha a fazer é concentrarmos no Rio Grande todos os elementos de que dispusermos terminando a marinha a sua missão, por um acto de audacia forçando a barra daquelle porto. Os navios, excepto o Aquidabam para desembarcarem forças na cidade do Rio Grande. Este plano com o qual está de accordo o general Gumercindo, deve ser executado. De repente pode apparecer a esquadra de Floriano e então não o poderemos mais realizar. Pensa este general que mesmo batendo a columna de Arthur Oscar, Salgado não poderá proseguir na marcha para o Rio Grande, deixando na sua retaguarda a columna de Pinheiro Machado, e mesmo porque não dispõe elle de cavallos que decresce, e que nossos recursos cada vez mais escasseiam, até que se acabarão de todo, pois com a esquadra inimiga cruzando entre S. Catharina e Paraná, não entra mais cousa alguma nos portos d'estes Estados.

«Si tiverdes alguns outros planos para substituir ao que deixo exposto peço-vos indiqueis. Peço-vos igualmente mostrar este telegramma ao commandante do «Aquidabam» a quem direis que logo seja possivel, irei ahi. — Custodio de Mello.»

22 de Março de 1894.

O Contra Almirante Custodio recebeu os seguintes telegrammas:

«Almirante Custodio. Paranaguá.

«Chaplin prometteu ao Machado, e disse ao Alexandrino hoje, que a esquadra está toda no Rio. Pensei que Gumercindo viria desembarcar neste Estado, para inutilisar as forças de Lima e Oscar. Desguarnecido Estado S. Catharina como deve proceder a Junta? Saudo-vos. — E. Westphalen.»

«Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.

«A carta do Cassal ao Lorena é de 27 de Fevereiro, foi-me mostrada hoje a meu pedido; os topicos a que vos referis são os seguintes: «Presado Amigo Lorena. Communiquei a V. pelo «Arineiro», ahi tem V., rebocado pelo vapor «Republica» o navio, que carregado de polvora, devia seguir para o Rio de Janeiro, por conta e ordem de Floriano Peixoto. Combinei com a pessoa que esta lhe apresentar, o seguinte: 1.º Deverá este entregar a esse governo o navio com o respectivo carregamento (50 toneladas de polvora). Disso dever-se-lhe-á passar recibo, que servirá aqui para nosso exclusivo uso, designando-se a quantidade de polvora encontrada; 2.º O governo tomará conta do navio e do respectivo carregamento; 3.º O rebocador «Republica» não será perturbado em sua viagem; 4.º Ao commandante do «Republica» ficará livre o direito de lavrar um protesto pela apprehensão. O Patacho leva bandeira oriental e é de propriedade de Manoel Vieira, commissario em Montevideo de Floriano. . . Amigo e Corr. J. Barros Cassal.» Foi o que aqui houve a este respeito. Mostra-se resentido. Saudações. — E. Westphalen.»

«Almirante Custodio de Mello. Curityba ou Paranaguá. Urgente.

«O Annibal acaba de receber carta do Cassal, tratando de assumptos sobre a revolução, e que neste momento vos remetti, pelo correio, e da qual pela sua importancia, extrahi o final que remetto-vos, por este telegramma: «Montevideo, 19 de Março de 1894. Annibal, o Saturnino e companheiro ainda continuam na Ilha das Flores; são duas horas da manhã. Acabo de ser informado por um official, de que um dos navios de guerra, surtos neste porto, «do Santos» que hoje (19) as 8 horas da manhã levantarão ferros com direcção, a Ilha das Flores — o «Tiradentes» e o «Santos». Ahi devem esperar uma caça torpedeira — «Gustavo Sampaio» que lhe virá dar instrucções e indicar o rumo a seguir. Os dois referidos navios levam viveres para dois dias; dirigir-se-ão ou para o Rio Grande ou para o Rio de Janeiro. Disse-me o official a que a principio me referi (é um machinista que está a bordo do «Santos» e que dizem ser parente do Almirante Mello) que lhe parece mais provavel que taes navios se dirijam ao Rio Grande. Hoje será publicado no «Siglo» uma noticia de que foram vistos ao Sul de Maldonado, o «Republica» e outros navios. Esta balella tem por intuito, impedir-lhes a viagem, ao menos até que verifiquemos a exactidão da noticia. Isso nos fará ganhar algum tempo.

«Parece que o «Republica» e mais um ou dois navios nossos poderão caçar esses dois vasos pela altura do Rio Grande, si com a urgencia precisa forem dadas as providencias necessarias. Seria esse um grande golpe. Peço que communique tudo isso ao Lorena. Cassal. Nota a lapis no final da carta de 20 de Março de 94, acabam de sahir o «Santos» e o «Tiradentes». Verá que a carta é importante e de urgencia pelo que telegrapho. O Annibal mostrou-me uma carta de Demetrio Ribeiro onde este diz-lhe: Annibal Cardoso ou Lorena. Verificado como está que já foi tomado o carregamento de polvora e munições, creio á voceis facilima a invasão do Rio Grande pelo norte, pois que me consta faziam parte da presa 2.000 carabinas Mauser.

«A cartada será de um successo seguro.

«Pois ali estão os colonos pedindo que se lhes dê auxilios para se moverem. E das colonias se sitia Porto Alegre. (Assignado) Demetrio. — Nota abaixo: Minha opinião é que se deve continuar na offensiva. Uma revolução que recúa, capitula. A' São Paulo! Annibal Falção.» Saudações. Emygdio Westphalen.»

Telegrammas de Paranaguá para o Desterro. — Em 22-3-94.

«Dr. Westphalen.

«Sendo já conhecido dos telegraphistas d'ahi e d'aqui o plano que vamos executar, amanhã vos telegrapharei apresentando um falso plano, afim de enganal-os.

«Custodio de Mello. — Dr. Westphalen. Plano definitivamente adoptado é desembarcarem na cidade do Rio Grande as forças de Salgado com as de Laurentino, desembarcando as de Gumercindo em Imbituva, afim de seguirem para o Rio Grande pela vaccaria, atacando a columna de Pinheiro onde a encontrar em caminho, é preciso haver a maior reserva a respeito deste plano. O Salgado telegraphou-me sobre este assumpto, em telegrammas não cifrados, e eu tendo observado esta falta de reserva da parte delle, respondeu que foi lhe telegrapharem as claras sobre o mesmo assumpto.

«As duas metralhadoras podem ser embarcadas no (. . .) e bem assim as munições que mandei reservar para o Salgado quanto aquellas duas forças; entregue os armamentos e munições as forças que vão desembarcar. Não acha bom esse alvitre? — Custodio de Mello.»

Dr. Westphalen, Desterro.

«Chaplin prometteu avisar quando sahisse esquadra Floriano Rio? — Custodio de Mello.»

23 de Março de 1894.

O dr. João de Menezes Doria, em vista dos aconte-

cimentos no Rio de Janeiro, que occasionaram a rendição do Almirante Saldanha da Gama, a 13 desse mez, com lealdade expõe a seus amigos os factos e os aconselha a deixarem o Estado, em demanda das Republicas Platinas. Este conselho foi aceito por aquelles que se julgavam mais comprometidos, os quaes embarcaram no dia 25, no «Henrique Barroso», navio da marinha mercante Argentina.

O dr. E. Westphalen expediu o seguinte telegramma ao dr. Menezes Doria:

«Dr. Menezes Doria, governador Paraná — Curityba.

«Alguem está trahindo, dando ao Itamaraty noticias do que se passa no Paraná, do governo e do exercito. Sei de Montevideo. Cautellas, ha muitos lambanceiros. Ainda não, porque, motivos fortes aconselham-me assim proceder. Saudações á todos. — Emygdio Westphalen.»

«Telegramma Urgente. Almirante Custodio de Mello, Curityba.

«O commandante Alexandrino acaba de escrever-me o seguinte: illustre chefe dr. Westphalen. Não pude comprehender o seu telegramma, porque o telegraphista truncou tudo, só percebi: «Gumercindo fica no Paraná», isso é simplesmente horrivel; então vamos ficar parados até que Floriano faça o mesmo que á Saldanha da Gama, não é assim? Realmente estou desolado, com tanta desorientação, no momento critico. Emfim não sei de nada, por isso peço-lhe que me explique quanto antes. Amanhã irei a terra só para discutir o nosso proximo desastre, se continuamos assim; hoje uma cousa, amanhã outra. Peço que me mande carvão que me falta. Do seu admirador Alexandrino de Alencar. Antes dessa conferencia com o Alencar, desejo saber a opinião de V. Ex. telegraphica e urgentemente. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Telegrammas de Paranaguá para Desterro em 23-3-94.

«Dr. Westphalen.

«Uma vez abandonados os dois Estados, não tem mais razão de ser a Junta.

«Assim pois fizestes bem em deterdes «Harineiro» para nelle partir e os amigos, que devem ser avisados. Ancioso espero pela chegada dos navios para emprehender a operação, que, se for coroada de bom exito, poderá trazer o triumpho completo da revolução no Rio Grande. — Audaces fortunat juvat. —

«Segundo os ultimos jornaes do Rio o Floriano está concentrando grandes forças em S. Paulo.

«Já marcharam para alli dois batalhões de linha, alem de outros. Hontem chegou de Santos o paquete argentino «Mercurio». — Custodio de Mello.»

«Dr. Westphalen, Palacio. Foi precipitação minha ter vos expedido ha pouco, um telegramma não cifrado, tratando de assumptos importantes. Esta precipitação é desculpavel, attendendo o estado de meu espirito attribulado por mil cousas. Peço-vos me avisar quando pode vir o «Urano», a demora desse navio, como do «Meteoro», afflige-me extraordinariamente. As metralhadoras devem ser embarcadas no «Urano», bem como as munições que reservei para o Salgado. Quanto ao armamento da Guarda Nacional, e do Corpo de Patriotas d'ahi, penso que deve ser arrecadado para ser entregue ao Salgado cujas forças estão em parte desarmadas. Não acredito que aquellas forças tenham a pretenção de quererem defender o Estado contra as forças inimigas. O plano de que vos dei sciencia, em telegramma de hoje, é falso, seu fim foi illudir os telegraphistas, d'aqui e d'ahi que conhecem o verdadeiro, por culpa do Salgado. As forças de Gumercindo desembarcarão em Imbituva e as de Salgado juntamente com as de Laurentino, na cidade do Rio Grande.

«Para executar este plano só espero os navios; as forças estão promptas para embarcarem. — Custodio de Mello.»

24 de Março de 1894.

Telegramma de 24 de Março; de Desterro a Curityba.

«Dr. Doria, Governador. Curityba.

«Aqui nas contas da Fazenda Nacional, tem se pago Cadernetas de Caixa Economica, não vejo nisso inconvenientes para o Ermelino de Mello. Almirante disse que abandonados Estados eu aproveite o «Harineiro». Quando pretendeis sahir d'ahi; passareis por aqui? Saudades. — E. Westphalen.»
Dr. Doria, Governador Paraná, Curityba.
«Si Gumercindo não queria embarcar, melhor seria ficar no Paraná, pois nada tinha que receiar do Sul, onde Prestes occupa agora a região da serra. O que fizerão dos Batalhões Voluntarios? Pinheiro Machado está entre Lages e Vaccarias, e Oscar alem de Torres. Pelo «Urano» mando carta e officios para Demetrio. Saudações. — E. Westphalen.»
Almirante Custodio de Mello. Curityba.
«Chaplin diz que esquadra de Floriano sahe. Não sei se isso se refere a um facto que se está dando ou que se ha de dar. Trato de saber. Saudações. — Emygdio Westphalen.»
Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.
«Indagando Chaplin, diz: — sahirá futuro, mas eu estou sempre estimulando Commandantes. Saudações. Emygdio Westphalen.»
Delegacia Fiscal Fazenda Curityba.
«Pagai fornecimentos e exercito por qualquer meio regular, que pode ser fazendo operações com a Caixa Economica. — Emygdio Westphalen.»
Dr. Doria, Governador do Paraná. Curityba.
«Telegraphei dando ordem pedida Delegacia. Aqui já vos disse tem se feito pagamentos com Cadernetas da Caixa Economica. Saudações. -- Emygdio Westphalen.»
Dr. Doria, Governador do Paraná. Curityba.
«Acabo de receber vosso telegramma communicando vossa partida, segunda-feira madrugada. (Sahe d'ahi ou de Paranaguá?) Poderei partir no dia seguinte.
«Vou fazer o officio e carta para o Demetrio. Melhor seria fazermos finca pé do que acceitar o plano Gumercindo. Paciencia. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Commandante Alexandrino de Alencar. Aquidaban.
«A torpedeira pequena antes de cinco a oito dias não fica prompta. Ao Governo Provisorio do Lorena devemos isso, e mais ainda — Plano de novo alterado. Gumercindo vae pelo Paraná. Doria parte segunda-feira Sul, onde nos encontraremos. Vamos em busca de armamento. Saudações. — E. Westphalen.»
Telegramma de Paranaguá, para o Desterro, de 24 de Março de 1894.
Dr. Emygdio Westphalen. Desterro.
«Se o «Urano» não puder sahir as 2 horas em ponto como me dissestes, peço-vos não o mandeis. Levarei as forças no «Iris». E' preciso ter-se espirito muito forte para resistir-se a tantas contrariedades. Perguntei ao «Iris» quantos dias de carvão tinha, responderam que onze, quando hontem dizem que só ha tres dias, de sorte que tem ainda de receber carvão; o que vale é que não desanimo em qualquer contrariedade. O que contou de novo o Crusador Francez? — Custodio de Mello.»

25 de Março de 1894.

O almirante Custodio de Mello recebeu do Desterro o seguinte telegramma todo escripto sem codigo ou cifra, menos na palavra «comprehendei-me» que veio em cifra, naturalmente queria o signatario do telegramma — o dr. Westphalen, que fosse divulgado o conteúdo delle, tanto assim que passou um outro quasi igual ao jornalista Antonio Schneider.
25 de Março de 94.
Ao Almirante Custodio de Mello -- Paranaguá.
«Os navios de que dispõe o Floriano são: «America», «Aurora», «Nictheroy» e «Parahyba» e duas ou tres torpedeiras, inferiores aos nossos. O reves do Rio de Janeiro só teve a vantagem para delle poder mover as forças de terra, que estou informado, são pequenas e podem ser vantajosamente tiroteadas, no Paraná. Divididas as forças assim, tambem a nós proporcionam meios de vencel-os por parte. Aqui não te-

mos receio. *Comprehendei-me.* «Urano» partirá da Barra amanhã, como já vos disse. Avisae chegada. Saudações. — E. Westphalen.»

Telegramma de 25 de Março de 94. Commandante Alexandrino de Alencar.

«Amigo commandante Alexandrino de Alencar. Na hypothese exposta, cumpre-me accrescentar que não convem que Buette e Alvares fiquem aqui para serem trucidados, bem como o dr. Romualdo, o Intendente da Guerra, ainda mais que nos são uteis aqui ou alem. Como outros Amigos, que desejo acautelar principalmente estes abnegados. Comprehende-me. Saudações. E. Westphalen.»

Commandante Alexandrino de Alencar.

«Hontem fiquei muito triste com uma declaração de Mello de que Gumercindo iria por Palmas para o Rio Grande. Considero semelhante resolução desastrada, pois, nos obrigará ao abandono immediato de S. Catharina, que eu tinha esperanças ainda podermos conservar, por muito tempo, pois sempre pensei que as operações do Sul, não prejudicariam em nada conservação d'este Estado, desde que Gumercindo viesse derrotar as forças de Oscar e Pinheiro. Pensa bem. Tenho insistido com Mello para obrigar o Gumercindo a vir por aqui. — Machado, Governador.»

Almirante Custodio de Mello, Paranaguá, 25 de Março de 1894.

«Urano» parte hora convencionada. Vos queixaes das contrariedades que vos causam, devido a ellas tornei-me cardiaco, não sei como resista. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Almirante Custodio de Mello. Paranaguá, 25-3-94.

«Embarcam todas as forças que devem seguir? Seria bom embarcar as que estão aqui? Preciso saber uma cousa e outra. A primeira, para eu e amigos embarcarmos na mesma occasião, a segunda para ficarem as forças de promptidão e para que eu possa inutilizar recursos que ficam para o inimigo. Saudações. Emygdio Westphalen.»

Dr. Doria, Governador Paraná — Curityba.

«Devemos embarcar no «Harineiro», quando embarquem lá, as forças que vem. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

26 de Março de 1894.

Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.

«Eis o que diz Alencar (Alexandrino) será um crime abandonar este Estado para entregar ao inimigo que fará base de operações com grandes vantagens, não só de terra, como de mar. E' tão facil a sua defeza, e a esquadra de Floriano é incapaz de tentar desembarque. Inverno nosso alliado.»

«Faz outras considerações. Continuamos a nos occupar ainda com a defesa. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.

«Acaba de fundear o «Malvinas» trazendo correspondencia. «Tiradentes» e o «Santos» zarparam no dia 20 do porto, esperando na altura da Ilha das Flores a torpedeira «Gustavo Sampaio». Diz Cassal que consta que não se afastarão muitos da aguas Orientaes, sendo plano afastar a nossa esquadra do Paraná e de S. Catharina, e entrarem os navios de Floriano nesta cidade. Dizem mais terem recebido viveres sómente para dois dias.

«Bahia» quasi imprestavel. Foram vistos na altura de Maldonado, pelo «Malvinas». Cassal augura bons resultados vosso desembarque em Rio Grande.

«Possuo aqui um croquis da defeza do Porto. Ha informações muito preciosas e minuciosas, fornecidas pelo Major Julien, professor da Escola Militar. Saudações. — E. Westphalen.»

Telegramma de 26-3-94 de Paranaguá para o Desterro.

Dr. Westphalen.

«Noticias contidas em vosso telegramma que acabo de receber, e relativas movimentos de navios de Floriano, desnortearam-me completamente, porquanto, por ellas vejo que, Floriano é sabedor de meu plano.

«Não admira, meu caro doutor, que isso acontecesse, pois a indiscripção de nossos companheiros chegou a ponto, de referirem este plano até a mulheres do mundo equivoco, em Curityba, constou-me hoje e não ha quem o ignore, e no entanto fui de uma reserva tal, que do general Laurentino disse ultimamente na conferencia que tive com esse general e o Gumercindo acho-me perplexo e indeciso, eu já tinha tudo preparado e pretendia sahir amanhã.

«E' preciso ter-se o espirito muito forte para resistir-se a tantas contrariedades. — Custodio de Mello.»

Dr. Westphalen.

«Minha partida está dependendo da chegada do «Urano», se elle chegar cedo, partirei hoje, tudo está preparado para isso. Tenho insistido com Gumercindo para elle marchar por Torres, mas elle responde-me sempre: — que «a pé»; que fazer? E' realmente para sentir-se que elle assim pense, pois armado como está seu exercito, com certeza bateria Arthur ou Pinheiro, ou ambos. Agora mesmo telegraphei-lhe nesse sentido, vejamos o que elle diz, estou certo que a mesma cousa: «Só puedo marchar de apié». Até agora nove da manhã, não chegou o «Urano». — Custodio de Mello.»

27 de Março de 1894.

O Contra Almirante Custodio de Mello passou de Paranaguá o seguinte telegramma:

Dr. Westphalen. Desterro.

«O que me dises a respeito do procedimento do Doria? Foi uma fuga vergonhosa. Hoje não podem os nossos amigos, chefes politicos, fallar do Vicente Machado.

«Este fugiu de alguma couza, e aquelles de couza nenhuma. O Cardozo Junior esteve commigo hontem e contou-me boas couzas, que eu vos referirei de viva voz. — Custodio de Mello.»

O General Cardozo Junior passou em 27 de Março os seguintes telegrammas:

«Cidadão Ministro da Guerra. Desterro.

«Recebi vosso telegramma hoje. Sciente communicação sobre Salgado, Pinheiro e Tavares. Congratulo-me com triumpho obtido, dr. Doria retirou-se Governo passando-me cargo sem lealmente informar-me suas intensões. Sua retirada acompanhado de Generoso, Motta, Chichorro, Henrique Alves, Claudino e de muitos outros, causou alarme e considerada fuga.

«Finanças pessimas estado; gasto completo tresentos contos, deixando dividas fornecedores que se calcula em mais de duzentos. Verdadeira indignação de amigos e adversarios. Saudo-vos. — General Cardoso Junior.»

Dr. Emygdio Westphalen. Desterro.

«Respondo vosso telegramma de hoje. Penso Paraná ameaçado fronteira Itararé, sem risco emquanto general Gumercindo defendel-a. Não sei se será ameaçado por Paranaguá, caso retirada esquadra e o segundo Corpo exercito. Causou alarme retirada Doria, não por elle, mas pelo acompanhamento de Generoso, Motta, Claudino, Chicorro, do commandante da Policia, Jacques Ouriques, general Murat, Passos e muitos outros. Fretando vapor por quinze contos e sahindo Porto meia noite, é aqui classificado fuga, um passo censurado.

«Ordem dispersão corpos voluntarios aquartellados, effeito terrivel. Falta dinheiro para menores despezas, até dietas hospital devido rescisão contractos feitos. Saudações. Cardozo Junior.»

O general Cardozo Junior recebeu a 27 de Março de 1894 o seguinte telegramma do Desterro:

Marechal Cardozo Junior. Paranaguá.

«O governo Provisorio tem resolvido emittir «papel moeda», «sellos para correio e estampilhas», mesmo porque o commercio reclama esta medida. Aqui não temos officina que trabalhe com perfeição segundo informam, por isso vos peço de entenderdes-vos com a Impressora Paranaense, cujo gerente é o cidadão Jesuino Lopes, para que esta diga se quer encarregar da tarefa de impressão, de accordo com modelos que já possue, e quaes as condições. E' urgente. Saudo-vos. — E. Westphalen.»

Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.
«Devo dar-vos uma explicação. Tenho usado do nome — Chaplin — não porque seja elle pessoa que cultive relação comigo — mas apenas para indicar-vos a minha convicção sobre noticias que dou. Fiz isso até aqui e continuarei a proceder assim — é um nome de guerra, que serve-nos de senha. Saudo-vos. E. Westphalen.»
Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.
«Vossa vinda para cá parece ser bom aviso, accelerando operações.
«Interrogando Chaplin sobre quem mandou dizer do Rio, respondeu que vós sabeis quem mandou dizer do Rio. Quando pretendeis vir? E' bom não annunciar senão depois de sahir e que se não dê noticias para alem. Saudações. — E. Westphalen.»

28 de Março de 1894.

O almirante Custodio de Mello recebeu do Desterro o seguinte telegramma:
Almirante Custodio de Mello. Paranaguá.
«O que digo é que precipitou-se. Pensei que elle estava combinado comvosco. Suppuz que elle não sahisse dahi antes de vós, e que viria antes de ir para o Rio da Prata. Devia elle pedir-vos nota de todas as cousas necessarias para a continuação da lucta. Porque foram dissolvidos os Batalhões, sem que fossem ouvidos os commandantes? Nem eu fui sabedor, senão pelo Cardoso Junior.
«Não tinha eu vos interrogado sobre tiroteio? Vos espero. Saudações. — E. Westphalen.»
Commandante Aquidaban.
«Gumercindo acaba de telegraphar ao Almirante resolvido marchar por Torres, das suas forças deve embarcar 2 mil homens, para isso o almirante quer o «Meteoro» e o «Esperança», sem perda de tempo; estes dois navios devem vir comboiados pelo «Aquidaban», porque o «Republica» precisa receber carvão; sobre o que estou providenciando. Almirante me

communica a hora da partida de Paranaguá para cá, com as forças de Laurentino. Diz-se que uma forte columna federalista dirige-se para cá, vinda do Sul. «Tiradentes» e «Santos» largaram Rio Grande sem que se saiba que rumo levam. A torpedeira «Sampaio» se acha no Rio, e foi visitada pelo Ministro da Marinha hontem suppondo o informante que esta deve sahir hoje do Rio. — E. Westphalen.»
Commandante Aquidaban.
«Diz Almirante: Dae contra ordem sobre a vinda dos dois navios «Meteoro» e «Esperança». «Aquidaban» está prompto? Saudações. — E. Westphalen.»
General Cardoso Junior. Curityba.
«Já pensei no caso e pretendia amanhã entender-me com o Almirante e com Gumercindo. Se os voluntarios ahi estão dispostos, só com guerrilhas se faz o que se quer e se deseja, porque os pontos de entrada são facil defeza e eu creio que a esta hora o Floriano está com difficuldades com o estrangeiro e com a Bahia. Saudações. — E. Westphalen.»

29 de Março de 1894.

Telegramma de Desterro para Curityba em 29-3-94, diz:
Marechal Cardozo Junior, Governador Paraná. Curityba.
«A noite recebi vosso telegramma. Dizei-me: Batalhões de voluntarios estão preparados? O Coronel Telemaco Borba mantem-se em Jaguariahyva? Logo que me entenda com o Almirante com quem vou encontrar-me tomarei as informações que me habilitem a dizer-vos o que póde ou deve fazer o General Gumercindo.
«Não parece, como vos disse, difficil, mas é preciso estabelecer plano e não deixar fechado o caminho de Palmas. Saudações. — E. Westphalen.»
Telegramma de 29-3-1894, de Desterro para Ponta Grossa:
General Gumercindo.
«Acabo de saber que — Elle — sahio hontem do

Porto, mas tendo voltado o «Urano», e este tendo sahido somente hoje a juntar-se aos outros, é de crer que estes tenham esperado na Barra e portanto somente chegarão aqui a noite. Estou ancioso, e Elle o deve estar tambem. Algum esquecimento deu lugar, aquelle contratempo. Saudações. — E. Westphalen.»
Alexandrino de Alencar, commandante do «Aquidaban».
«Gumercindo prompto para aqui ou ali, em Ponta Grossa, lembrei-me do primitivo plano: — Ficar elle Paraná mandando, 300 ou 400 dos seus 4.400 para operarem no sul deste Estado, aproveitando os bons cavallos do Salgado. Não se faz idéa das difficuldades que eu tenho de encontrar aqui. Saudações. — E. Westphalen.»
General Gumercindo, Ponta Grossa.
«Almirante ainda não chegou, o que me estaria dando cuidados, se não tivesse sabido que, demora é devido a um incidente do «Urano». No Rio já se sabe de nossa retirada para essa cidade. São 8 e meia horas da noite. Saudações. — E. Westphalen.»
Telegramma do Commandante do Aquidaban, em 29-3-94.
«Não é plano delle, não me entendeste, foi uma idéa para a hypothese de se mandar uma força substituir a força do Salgado. E então não abandonariamos nada. Anceio pelo Almirante. Saudações. — E. Westphalen.»
General Cardoso Junior, Governador Paraná. Curityba.
«Jesuino Lopes não tem chapas para as notas? Não se pode obter papel regular? Imprimir com prazo mais breve? Bento Menezes não fallou á elle sobre sellos Correio? Não precisamos de variedades de typos. Que reflicta. Logo que chegue Almirante conferenciarei com elle e vos transmittirei resultado. Quanto a Argollo dizem que veio para S. Paulo, com mais dois Batalhões. Estamos empenhados na rapidez de nossa expedição. Saudações. — E. Westphalen.»
— As apprehensões manifestadas eram devidas a estarem embarcadas as forças de Laurentino Pinto, na Esquadra revolucionaria, que devia operar desembarque na cidade do Rio Grande, o que effectivamente tentou, com resultados desastrosos para a revolução.

30 de Março de 1894.

O general Gumercindo recebeu em 30-3-94 o seguinte telegramma:
General Gumercindo Saraiva. Ponta Grossa.
«Acabo de receber seguinte noticia: Hypolito Pereira, consta ter surprehendido Corpo de Transporte de Pinheiro Machado, tomando artilharia e munição.
«Reina epidemia nas forças de Oscar tendo sido uma das victimas o capitão Vandelli. Saudações. — E. Westphalen.»
Marechal Cardoso Junior, Governador do Paraná.
«Comprehendeis minha magua situação Paraná. Não deveis deixar Governo deixando anarchisado Estado. Vosso patriotismo manda amparar a situação do que nos occupamos, e Gumercindo não embarcará para cá, e no caso siga elle por terra, não será antes de uns cinco dias, pelo que não deveis receiar por emquanto. Saudações. — E. Westphalen.»
O General José Bernardino Bormann, recebeu o seguinte telegramma, com nota de urgente:
Coronel Bormann, Xanxerê.
«General Gumercindo manda vos perguntar que attitude tomará V. Exa. caso elle tenha de passar com uma columna importante e numerosa por ahi. Deseja saber porque quer lhe ser leal e por vos estimar pelos serviços tendes prestado emigrados, não vos hostilisará e nem lançára mão de cousa alguma da Colonia; passará com seus soldados com armas ao hombro, de vereda. Pede que lhe responda com a franqueza e lealdade com que voz faz a pergunta; manda tambem vos prevenir que não tem o menor desejo de terçar armas comvosco. Saudações. — Major Roberto Silva.»
Em resposta recebeu o seguinte telegramma, no mesmo dia:
General Gumercindo. Ponta Grossa.
«Pela frente dos baluartes; pela frente da bandeira

nacional aqui desfraldada, não desfilarão tropas rebeldes emquanto eu tiver um tiro de metralha. Saudo-vos. — Xanxerê, 30-3-94. — Coronel Bormann, Commandante Fronteira.»

General Gumercindo, Ponta Grossa. Em 30-3-94:

«Por intermedio do dr. Lavrador, Almirante telegraphou a vós relativamente ao vosso destino, na qualidade de Chefe das forças que commandaes. Creio que vossa viagem, como elle propoz, é muito mais facil e proveitosa ou venha por Ambrosios, ou venha pelo Rio Negro, que é muito mais longe, para Joinville.

«Encontrareis os cavallos de Salgado e recursos providenciados pelo Presidente do Estado.

«E' preciso ficarmos certos. Saudações. — E. Westphalen.»

Recado telegraphico urgentissimo do general Gumercindo, de Ponta Grossa:

Dr. Emygdio Westphalen. Desterro.

«Estou aqui prompto em ordem de marcha com 2.600 homens das tres armas, deixando guarnições em diversos lugares, esperando ordem que devem ser promptas, de accordo plano Almirante. Si por ventura, essa ordem não for dada hoje, de alguma maneira vem perturbar as nossas operações, pois eu contava que o Almirante ahi tivesse chegado as 8 horas da manhã e que eu esta hora, doze e meia, já estaria marchando para o ponto que o plano indicasse. Espero pois em V. Excia., que me avisará logo que o Almirante chegue a Barra, com urgencia que o caso exige. Diga-me se sabe se alguma das nossas columnas que operam no Rio Grande teve algum revez. Saudações. — Gumercindo.»

O general Gumercindo Saraiva passou a 30-3-94 o seguinte telegramma ao Almirante Custodio:

Almirante Custodio de Mello. Paranaguá. Urgentissimo.

«Situação para mim é a seguinte: — Na fronteira de S. Paulo: Jaguariahyva e Castro em poder do inimigo. Em Campos Novos, Santa Catharina: uma força de Pinheiro. Em Xanxerê está Bormann; para Joinville não ha conducção. Por mar cada hora que perdemos já traz prejuizo a nosso plano, pois o inimigo está se aproximando e me cercando de todos os lados. Portanto resolva definitivamente, para eu poder ver se posso retirar a tempo. Saudações. — General Gumercindo.»

31 de Março de 1894.

Em solução aos constantes telegrammas do governo do Desterro, em que insistia na fabricação de Notas de papel moeda, sellos de Correio e Estampilhas, recebeu o Dr. Westphalen o seguinte telegramma de Curityba:

«Fallei Jesuino Lopes. Só pode fazer sellos Correio. Notas é impossivel, falta de papel copia, e assim estampilhas, pela variedade de typos e demora factura de chapas de 2 a 3 mezes. Saudações. — Cardoso Junior.»

Dr. E. Westphalen. Desterro. Urgentissimo.

«Confirmo meu telegramma de hontem, quanto ao meu modo de entender defeza Estado. Sciente da resposta que entendestes contestar-me. Insisto em pedir-vos interferencia junto Gumercindo para aguardar aqui resultado expedição da esquadra, visto como não tenho forças, nem militares nem patrioticas, por ter Doria dissolvido os corpos já creados, e em parte armados. Sabeis que todo armamento e munições estavam em poder de Gumercindo e que não se poderá defender posições estrategicas sem armas. Entendo mais que demora aqui de Gumercindo por 30 dias impedirá invasão por Itararé, tanto mais quanto consta estarem se fortificando, naquelle ponto, portanto não pretendiam tomar offensiva. O que certamente farão se for abandonado Estado. O que mais uma vez declaro, que, é um erro tactico e politico, não assumindo responsabilidades das consequencias que advirão. Lembrae-vos que posse do Estado custou muito sangue á Revolução, e mais custará se ti-

vermos de tomal-o amanhã. O que sabeis positivo partida Argollo para S. Paulo? Saudações. — General Cardoso Junior.»
Dr. E. Westphalen. Urgentissimo.
«Gumercindo começa embarcar forças Paranaguá. Consta de certo retirar-se como vos declarei, me é impossivel tomar responsabilidade governo Estado, sem forças armadas garantia ordem publica e autonomia Estado, caso realise-se retirada forças como prevejo, passarei governo se logo em seguida não der-me solução.
«Urge vinda um navio minha retirada, para Desterro. Saudações. — General Cardoso Junior.»
Dr. Westphalen. Desterro.
«Consta-me que General Gumercindo, caso de que não tenha de executar plano do Almirante pretende seguir para Palmas atacar forças de Pinheiro Machado, que segundo declara está cercado por forças de Prestes. Assim excusado é seguir elle por ahi, quando sua presença aqui é indispensavel, para garantir-nos da invasão de Itararé que se me assegura eminente. Almirante que tome sciencia deste. Saudações. — General Cardoso Junior.»
General Cardoso Junior. Curityba.
«Mostrei vosso telegramma ao Almirante, Gumercindo ainda se demorará uns dias e eu pretendo mandar um navio a Paranaguá para vos trazer. Deveis preparar um manifesto quando tenhaes de deixar o Governo para o Barão do Serro Azul.
«Guarde absoluta reserva. Me permittireis que vos mande algumas idéas para o manifesto. Saudações. — E. Westphalen.»

1.º de Abril de 1894.

O dr. Manoel Lavrador expedio de Curityba, em 1-4-94, o seguinte telegramma urgente para o Desterro. Dr. Westphalen.
«Almirante já sahio? Estamos com inimigo na frente, e no flanco direito, de um lado a vinte leguas, e de outro a onze. Se o Almirante não sahio, os generaes entendem que será melhor elle embarcar com o exercito para ahi resolverem a operação. Vim só para isto, portanto espero com urgencia resposta para aqui ver o que devo fazer. Saude ao grande Ministro. — Manoel Lavrador.»
Dr. Westphalen. Desterro.
«Acabo de receber seguinte telegramma procedente de Castro: — Governador. Por um proprio que hoje recebi, sei que forças inimigas seguiram hontem de Jaguariahyva, para cá, devendo hoje estar no Pirahy, amanhã ou depois aqui. Ponte já foi derrubada por ordem General Gumercindo. Consta que Vicente Machado vem estabelecer Governo aqui. — Cardoso Junior.»
Marechal Cardoso Junior. Curityba, 1-4-94. Muito reservado.
«Gumercindo marchará por Torres, por Joinville e Laguna, portanto ainda mesmo faltando outro meio elle garantiria a retirada dos Amigos. Elle não sahirá dahi senão depois da partida esquadra. Esteja preparado, mas repito guarde reservas. Repito meu pedido sobre a publicação do manifesto. Haverá outro mais no caso que o Barão? Saudações. — E. Westphalen.»
Marechal Cardozo Junior. Curityba.
«Mandei deter em Paranaguá, vapor «Mercurio» em que ficareis mais seguro do que em outro que vá de cá; lançae mão de recursos de que vos fallei.
«Não posso affirmar que «Harineiro» não possa ser visitado por inimigos, que andam nas visinhanças da costa. «Aquidaban» não pode ir. «Mercurio» detido por vossa causa. Mandae reservadamente tomar passagem para Buenos Ayres; mas não deveis partir antes de Gumercindo; nada de despedidas; de Paranaguá passareis o Governo, e avisae amigos compromettidos: Antonio Schneider, Bertholdo Adam, Julio Probst, Leoni e outros, aos quaes o Doria e Generoso Marques deviam ter avisado. Telegraphae sobre «Mercurio» ao Coronel Pahim. Saudações. — E. Westphalen.»

Antonio Schneider. Redacção «Der Beobachter». — Curityba.

«Não sei de Saldanha da Gama, nem do que se passa no Rio. Nós o que fazemos é torpedar. — «Sie sollen sich verwahren und die Freunde auch.» — Saudações. — E. Westphalen.»

2 de Abril de 1894.

Telegrammas do General Cardozo Junior ao Dr. Westphalen, em 2-4-94.

Dr. E. Westphalen. Desterro. Urgentissimo.

«Força maior. Consta Torpedeiras Floriano andam explorando Barra Paranaguá.

«Mandastes verificar? Responde já, julgo difficil minha sahida. — Cardozo Junior, governador.»

Dr. Westphalen.

«Fragata «Magon» está nesse Porto, não será possivel vir até aqui, nos resguardar? Invocae sentimentos Francez. Estamos completamente cercados terra e mar. Aguardo resposta. — Cardozo Junior.»

O dr. Westphalen expediu a seus correligionarios politicos do Paraná o seguinte telegramma circular em data de 2 de Abril de 1894:

Sr. Telemaco Borba. Jorge. Conego Sezinando — Castro.

«Tenho necessidade de manifestar a meus amigos a affliçâo que sinto em face da situação do Paraná, apóz a mudança da phase operada no accumulo de circumstancias, campanha revolucionaria, determinada pela retirada do Almirante Saldanha, cuja esquadra ficou entretanto, imprestavel para o Marechal Floriano.

«Esse facto que não é determinante para o desfecho da Revolução, em favor do Marechal, habilitou-o, entretanto, a invadir o Paraná, com forças consideraveis, as quaes as nossas não poderiam resistir. Agora o nosso papel seria o de guerra de recursos, mas alem dos horrores della, em pouco tempo se esgotarão as nossas munições, sem podel-as reparar. Estudada a questão sob todos os pontos de vista ficou resolvido

que seriam aproveitados os nossos melhores elementos, fazendo os 1.º e 2.º corpos de exercito operarem em outra parte. Tal opinião é dos Chefes profissionaes. Determinadas as cousas assim, foi commissionado pelo Governo o dr. Doria cuja actividade, talento e dedicação á revolução são incontestaveis, afim de ir em busca de recursos para a guerra. Não desanimemos, a nossa causa não morrerá; a libertação da Patria é questão de tempo; hade se realizar. Como quem tudo quer tudo perde, e obedecendo a este principio, a prudencia e o patriotismo aconselham a conducta adoptada, embora cheia de sacrificios no presente. Aqui ou ali, os paranaenses devem cultivar a certeza de que, meu coração estará sempre com elles, e que actualmente não tenho senão uma grande magoa — a dos males da Patria.

«Communicae aos amigos aos quaes saude. Emygdio Westphalen.»

«Multiplos para dr. Casemiro em Ponta Grossa; Saldanha em Guarapuava; Amaral em Palmas; José Borges e Vigario em Palmeira; Vianna em Imbituva; Joaquim Araujo em Curityba; dr. Pacheco na Lapa; S. Ritta em Paranaguá; Theophilo em Antonina; Joaquim Alves em Morretes e dr. Ramos Figueira em Guarakessaba.

General Gumercindo. Ponta Grossa.

«Almirante já vos telegraphou. Deveis proceder em vossa marcha conforme as circumstancias, tirando ao inimigo todo e qualquer recurso. Penso que hoje partirá expedição. Esperamos chegada Salgado para distribuir as forças e seguirem já em ordem. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Dr. Lavrador e General Gumercindo.

«Para meu governo preciso saber o que assentou definitivamente o General, se marcha por S. Catharina, ou se pelo Paraná.

«Fiquei em duvida com a troca de telegrammas e com o dito do general de ser a marcha por S. Catharina a mais perigosa. Ainda não sei qual a hora partida expedição. Saudações. — Emygdio Westphalen.»

Em resposta ao telegramma em que o dr. Manoel Lavrador communicava que as forças do caudilho Gumercindo seguiam pelo Paraná, por Palmas, o dr. Emygdio Westphalen expediu-lhe em 2-4-94 o seguinte telegramma:
Coronel Manoel Lavrador. Curityba.
«Bem. Sem esta declaração eu ficaria na incerteza. Sinto e muito não dispor de recursos para auxiliar a expedição do General. Abraçae a elle, Apparicio, Juca Tigre e mais amigos, e Deus seja comnosco. Emygdio Westphalen.»
Marechal Cardozo Junior. Curityba.
«Pedem em S. Francisco — «Mercurio» —. Se não quereis embarcar nelle mandae dizer. Si quereis, dizei quando o fareis. Dr. Abdon está ancioso em S. Francisco pelo navio e elle tem razão, navio pode passar lá. Saudações. -- E. Westphalen.»

3 de Abril de 1894.

O dr. Westphalen recebeu a 3 de Abril, o seguinte telegramma, retardado:
Dr. Westphalen.
«Sciente vosso ultimo telegramma de hontem. Sou de opinião, que partida Gumercindo nada adianta nas operações de sul, e muito adiantará sua permanencia aqui, pois a retomada Paraná pelo inimigo será um desastre; praticamente fica a séde do Governo Provisorio garantida pela vanguarda, e desde que Rio Grande seja tomado, fica tambem pela retaguarda. Gumercindo está hoje com retirada garantida, desde que seja ella precisa, pois na serra fica Prestes e Hypolito, hoje armados e municiados. Minha resolução é firme, conforme vos disse. Caso Gumercindo entenda retirar-se, caberá responsabilidade do desastre á quem for responsavel, não á mim. Insisto mais uma vez com amigo, que não devo ser sacrificado sem ter meios de conducção em Paranaguá para retirar-me. Saudações. — General Cardozo Junior.»
Dr. Westphalen, Desterro. 3-4-94.

«Acabo embarcar «Mercurio», com familia, Buenos Ayres, vapor toca S. Francisco. Saudações. — Cardozo Junior.»
Ministro da Guerra, Desterro. 3-4-94. Telegramma urgente.
«Pergunto a V. Exa. si tem esperança de repellir energicamente qualquer ataque do inimigo? Responda já. Saudações. — Gumercindo.»
Dr. Westphalen.
«Acuso vosso telegramma de conformidade com telegramma Almirante Mello, não pretendo mover-me com minhas forças daqui, nestes tres ou quatro dias, antes de saber o resultado da expedição. Relativamente marchar por S. Catharina, já expliquei que não se pode realizar a mesma, por falta de todos os recursos. «Almirante seguio? O que ha de novo? Saudações. Gumercindo Saraiva.»
Ministro da Guerra. Urgente.
«As 9 horas da noite chegou o dr. Chefe de Policia de Ponta Grossa, onde foi conferenciar com o General Gumercindo, e de cuja conferencia resultou, o General demorar-se para marchar, mais tres ou quatro dias, creio que está resolvido a não deixar que as forças inimigas continuem, em sua marcha. Marcho para lá para saber o que elle está resolvido a fazer, e do que houver immediatamente levarei ao conhecimento de V. Ex. O dr. Chefe de Policia, de accordo com o General Gumercindo, está tomando medidas para repellir as forças inimigas, creio em Deus, que serão derrotadas. Abraços ao preclarissimo Ministro. O Almirante já partio? — Lavrador.»
Telegramma do Almirante Custodio de Mello, de S. Cruz, para o Desterro em 3 de Abril de 1894, as 3 horas da tarde; é o ultimo telegramma expedido por elle, pelo menos no archivo do Governo Provisorio do Desterro não se encontra outro passado após essa data:
Ministro da Marinha, Desterro.
«Peço communicar-me logo d'ahi partão os navios, ordenando Fortaleza Barra, ao receber vosso telegram-

ma nesse sentido — içar — bandeira branca tópe mastro. Saudações. — Custodio de Mello.»

O dr. Westphalen passou o seguinte telegramma, em 3 de Abril, ao General Cardoso Junior, suppondo-o ainda com as redeas do Governo:

Marechal Cardoso Junior, Curityba.

«Si deixardes o Governo como em retirada, a posição do exercito se tornará falsa. Foi por isso que vos disse que não podendo continuar por impossibilidade physica, deveis passal-o a um amigo, e isso de accordo com o general ou generaes. Batida a força de S. Paulo, a invasão cessará; ficará pelo menos retardada, e guardada a serra e Serro Azul, fica a retirada livre, e no caso de invasão por este Estado, que é apenas hypothese, basta guardar a Encruzilhada, entre S. Bento e o Espigão, no salto Grande. Erro foi a dissolução dos Patriotas e voluntarios. «Não sei como explique tal precipitação; notando-se que Doria não tinha competencia para isso. Em S. Francisco, pedem que o «Mercurio» passe por lá para o digno amigo dr. Abdon. Duas cousas me preoccupam neste momento — vossa pessoa e o Paraná. Saudações. — E. Westphalen.»

Dando noticias da partida dos transportes de guerra que seguiram do Desterro em direcção a Barra, como havia determinado o Almirante Custodo, o dr. Westphalen expedio a 3 de Abril a tarde, os seguintes telegrammas:

Fortaleza de S. Cruz e Fortaleza Barra do Sul.

«Partiram deste porto o cruzador «Urano» para o sul, e o cruzador «Esperança» para o norte. Logo que recebaes este, içae tópe mastro, a bandeira branca. — Emygdio Westphalen.»

Almirante Custodio de Mello (Cruzador Republica), Santa Cruz.

«Partiram para o sul o «Mercurio» e para o norte o «Esperança». Abraça-vos. — E. Westphalen.»

— A esquadra do Contra Almirante Custodio com as forças de desembarque, dos generaes Laurentino e Salgado, partiram na noite de 3 para 4, com destino

ao Porto do Rio Grande, á tentar o desembarque, que não poderam realizar, pela intrepidez das forças legaes, que defendiam o Porto, que a principio estava mal defendido, mas logo recebeu grandes reforços; dahi tomou a esquadra revoltada, o destino de Montevideo, sendo entregues os navios ao Governo Oriental.

Ficou por essa forma terminada a revolta da Armada e o Governo do Marechal Floriano, senhor dos mares, só restando o «Aquidaban» defendendo a Barra do Desterro como logo se verá; essa defeza foi improficua e incapaz de impedir a victoria completa do Almirante Jeronymo Gonçalves, Commandante da Esquadra Nacional, que os revolucionarios, por escarneo, chamavam: — Esquadra de Papelão.

Dia 4 de Abril.

O dr. Tertuliano Teixeira de Freitas passou em 4 de Abril de 1894 os seguintes telegrammas ao dr. Westphalen:

Dr. E. Westphalen. Desterro.

«Hontem me foi passada a administração do Estado pelo Marechal Cardozo Junior. Apresentando os meus prestimos á Junta Governativa espero a sua approvação, e bem assim do general Gumercindo a quem fiz communicação. Sendo intenção minha passal-a a um official que me fôr indicado pelo general, ou mesmo continuar caso de accordo do general e do governo. Saudações. — Teixeira de Freitas, Governador.»

Dr. E. Westphalen, Desterro.

«Os corpos dissolvidos por ordem do Dr. Doria e particular do Dr. Generoso havião nelles algumas praças armadas. O pouco armamento está arrecadado. O Colombo Leone em serviço com o corpo por elle organisado, ás ordens do general em que bons serviços está prestando. O inimigo avançou pelo Itararé até Pirahy, onde sabendo estarmos em Ponta Grossa o esperando, parece-nos ter sustado a marcha; a força inimiga é calculada em 1200 homens quando muito;

o general em Chefe os observa e saberia os tratar solicito em particular os movimentos do Exercito.
«As fronteiras do Bom Successo, Pedra Preta e Serro Azul, julgo não serem invadidas.
«Espero reforço do general em Chefe para impedir por ahi qualquer tentativa. Saudações. — Tertuliano de Freitas.»
O Dr. Westphalen expedio no dia 4 de Abril os seguintes telegrammas:
Dr. Tertuliano de Freitas, Governador. Curityba.
«A Junta Governativa approva o acto do General Cardozo Junior, e está convencida de que prestareis relevantes serviços, correspondentes ao vosso talento, actividade e patriotismo. Chamo a vossa attenção para o Assunguy, Serro Azul e Bom Successo — disto depende a segurança do general em operações. Pedi informações de Castro, ainda não m'as deram. Saudações. — E. Westphalen.»
Coronel Telemaco Borba, Castro.
«Recebi vosso telegramma. Avisae Gumercindo marcha inimigo; talvez convenha batel-o devendo-se escolher posição de modo a cortar retirada pois assim ganharemos gente, munições e armamento. Aqui apparelha-se a defeza do Porto.
«No Rio não tem havido movimento. Breve darei noticias e espero que então as que darei serão boas. Não me abandonastes, estou satisfeito. Os nossos amigos (. . .) Telegraphei ao governador chamando a attenção para o caminho do Apiahy e Bom Successo. Recebeste Manifesto? — E. Westphalen.»
General Gumercindo, Ponta Grossa.
«Acabo de receber telegramma do Coronel Telemaco, leal amigo e valente — diz que inimigo marcha para Castro; que é gente ruim e são mil e poucos homens.
«Combinae com o Coronel um plano de os envolver. Devem nos trazer armas e munições, que nos fará bem á saude. Saudações. — E. Westphalen.»
Coronel Lavrador, Ponta Grossa.
«Almirante fará expedição norte combinada, dando

principio amanhã, como em tempo communiquei. Comprehendeis: Almirante partio esta noite, tomou alto mar e amanhã ao romper o dia dará o ataque e assim Deus nos ajude; até depois de amanhã, teremos noticias do bom exito. Imaginae o que é esperar em tal expedição.
«O que é feito do armamento dos Batalhões dissolvidos? Saudo ao bravo coronel e ao bravo general Gumercindo. — E. Westphalen.»
— O General Gumercindo em seu telegramma abaixo mostra-se contrariado com a suspeita de que foi feita por elle a dissolução dos Batalhões Patrioticos organisados no Paraná, pelos politicos, logo apóz a occupação revolucionaria:
Ministro Westphalen, Desterro.
«Não dissolvi batalhão nenhum de voluntarios armados. Armamento que existe, n'este Estado, está em meu poder. Saudações. — Gumercindo.»
Dr. Westphalen.
«Sciente. Deus é federalista! Saudações. — Gumercindo Saraiva.»
Ministro da Guerra, Desterro.
«Eu, dr. Pereira Braga e Coronel Cesario, chegamos aqui. Estão tomadas medidas para garantir as fronteiras. Creio que Deus não quer que as forças do Dictador entrem no Estado de V. Ex., Pereira Braga amanhã tomará posse do Governo.
«Muito nos alegrou o telegramma de V. Ex. o qual nos dá noticias do Almirante.
«Coronel Filgueiras e Coronel Felicio estão acampados no Rio Negro com ordem do General de tomarem conta das fronteiras até S. Francisco e até Curitybanos. Pode V. Ex. ficar tranquillo que o grande general Gumercindo está disposto a não deixar os inimigos retomarem o Paraná. Abraço ao insigne e magnanimo Ministro. — Coronel Lavrador.»
— Não havia sinceridade nesse telegramma, ou pelo menos o dr. Lavrador não estava a par das resoluções de Gumercindo. A marcha das forças para o Rio Negro, não tinham o intuito de guardar a fron-

teira de S. Francisco e Curitybanos, como se declara ahi, e sim a divisão das forças de Gumercindo, que se retiravam por tres pontos diversos — Palmas, Guarapuava e Rio Negro.

Dia 5 de Abril de 1894.

«Palacio, 5 de Abril. Do Governador do Paraná aos cidadãos dr. José Ferreira de Mello e dr. E. Westphalen, Desterro. Acabo de assumir o Governo do Estado do Paraná, em nome do Exercito Libertador, ficando na Chefia de Policia o dr. Tertuliano de Freitas. O Governo Provisorio póde e deve dispôr dos meus serviços em pról da Revolução e interesses deste Estado. — Antonio José Ferreira Braga.»
Dr. Westphalen, Desterro.
«Os canhões estão sem culatras e promptos na estação para seguirem Curityba. Coronel Lavrador mandou pol-os aqui, dizendo-me ter ordem General Gumercindo. Saudações. — Coronel Fahim.» (Este telegramma é de Morretes.)

Dia 6 de Abril de 1894.

O Dr. Westphalen recebeu de S. Cruz o seguinte telegramma de 6-4-94.
Dr. Westphalen. Palacio Desterro.
«Porque Mourão mandou levar para Ratones quatorze menores? Peço ordens para que elles venham para o «Aquidaban», quanto antes, achei isso esquisito, de bordo de meu navio distribuirei a gente necessaria para guarnecer as Fortalezas.
«Sem rebocadores aqui para ativar o movimento das fortalezas nada posso fazer. As distancias são grandes. Faça Capitão Porto activar meus pedidos.
«Carvalho vae buscar Torpedeira grande, em quanto se concerta a pequena.
«Mourão esteve aqui. Peço mandar me dar da Companhia de Menores, todos os meninos já taludos, que possam prestar serviços, porque de bordo dividirei os

marinheiros preparados para guarnecer as fortalezas e estes eu os exercitarei aqui nas metralhadoras e outros pequenos serviços. Consta-me que um typo que está em Ponta Grossa tem arrecadado muitos marinheiros. Amanhã irei lá ver isso e dar um contra e preparar a fortificação. Mandai-me os canhões de S. Anna. Não posso de modo algum dispensar aqui dois pequenos vapores, para o serviço de fortificações; porque não approveita o «Harineiro»? Estou ficando um pouco descrente, porque não me ajudam de lá. Todos pensam que só o «Aquidaban» é sufficiente, pois digo-lhe que não creio desse modo, não ha boa vontade que possa resistir. Estou prompto á me sacrificar como tenho feito sempre, porem desejo que me auxiliem. Eu sei o valor das Fortificações, por isso estou insistente. Saudações. — A. de Alencar.»
— O dr. Ferreira Braga, Presidente provisorio do Paraná, expediu o seguinte telegramma ao Dr. E. Westphalen, em data de 6 de Abril de 1894:
Dr. Westphalen. Palacio Desterro. Urgente.
«Tão contradictorio é telegramma circular dirigido Estação Curityba, que duvidei que fosse por vós transmittido, pelo que prohibi publical-o até que me assevereis ser elle verdadeiro, visto como nada dissestes hoje a respeito. Veio assignado — Martins. — De Paranaguá e Morretes nos acabam de communicar que as forças Florianistas vindas ou desembarcadas em Cananéa em numero de 400, guardam Estação Telegraphica de Itapetanguy, ameaçando Antonina e Paranaguá, pela Bahia de Larangeiras. Pahim diz estar vigilante. E sendo indeclinavel e necessario proceder com energia certos ramos administrativos affectos ao Governo Federal, afim de favorecer bôa marcha revolução, peço-vos que me autoriseis, independente de previa solicitação, lançar mão das medidas relativas ao serviço do mesmo Governo Federal, dando mais tarde sciencia do que fizer nesse sentido. Póde enviar telegramma em cifra. Conversei Jesuino, nem modelos nem papeis proprios ou prestaveis. Telegraphei Borio em Paranaguá, amanhã direi o que conseguir. — Ferreira Braga, Governador.»

— O telegramma circular a que o dr. Ferreira Braga se refere, foi o que o Dr. E. Westphalen passou a seus amigos dando a entender a gravidade extrema da situação da revolução, em verdadeira retirada desordenada; primeiramente dos politicos civis, depois das proprias forças federalistas de Gumercindo Saraiva. O dr. Westphalen foi sincero com seus amigos contando-lhes a verdade.

Dia 7 de Abril de 1894.

O dr. E. Westphalen recebeu do Commandante Alexandrino de Alencar o seguinte telegramma:
S. Cruz, 7 de Abril de 1894.
«Estou em S. Cruz e acabo de vir dos Ratones, aqui a decepção foi grande porque achei um canhão desmontado, só por falta de um broqueiro ou cavoqueiro para abrir uma pedra, afim de fixar a carreta; além disso algumas peças de ferro estão na officina e ainda não vieram; peça a Romualdo para me activar isso.
«Mourão nos Ratones atrazou-me serviço por dois dias, querendo fazer modificações de alto talante; pena é que em 6 mezes de Ministro, elle nada tivesse feito para defeza do Porto, no qual elle reinou como Almirante. Foi bom que aquelle amigo abandonasse; vinha crear difficuldades sem resultados praticos; era muita gente mexendo na mesma panella; acredite, em occasião difficil, mais vale uma cabeça ruim do que muitas bôas sem unidade de vistas. Hontem mesmo, contrariou ordens, atrazou serviços que já estavam em via de execução, e afinal nada fez de bom. — Alexandrino de Alencar, Commandante.»
Do Palacio de Curityba, em data de 7 de Abril, telegramma que recebeu o Dr. E. Westphalen:
«Colloca-me em serias difficuldades de Governo, com as Repartições Federaes. Hoje já começarão. Espero o general Gumercindo e faremos o que se resolver.
«Não desejo concorrer para desprestigio da Revolução. Mas as rendas dos cofres Estadoaes depauperaram; assim a administração encontrando nove mil reis em

caixa, e temos que prever os pagamentos necessarios, preferindo uns a outros pontos e urgentes segundo as reclamações do exercito.
«O que se fazer de mãos atadas? Mais proximo dos acontecimentos posso estudal-os melhor e providenciar: A consulta, os pedidos de approvação e outros são demorados. Saudo-vos. — Ferreira Braga, Governador.»

Dia 8 de Abril de 1894.

O dr. Westphalen recebeu do Commandante Alexandrino de Alencar o seguinte telegramma de S. Cruz, 8-4-94:
Dr. Westphalen, Desterro.
«Ainda não teve noticias da expedição? Creio que não ha mais necessidade de reter os vapores para Montevideo, mesmo porque são os unicos que nos podem trazer alguma cousa e assim ficamos privados delles e com os prejuizos não querem mais voltar. Assim é de boa politica deixar seguir viagem; nenhum mal nos pode fazer sua partida, e quanto a gente, nos livramos delles. — A. Alencar.»
Dr. Westphalen. De Curityba para Desterro.
«Que noticias ha da expedição? General em caminho pede-me que lh'as peça.
«Transmitti já o vosso telegramma para Gumercindo, e desde hontem que eu aqui sabia que a noticia havia sido divulgada em Morretes, onde mandei cortar a linha norte São Paulo, desconfiando communicação dalli, sabendo mais que Costa Mendes foi ferido. Interrompi Correio Guarakessaba para Cananéa. Até esta hora nada de novo fronteira S. Paulo. Saudações. Dr. Ferreira Braga, Governador do Paraná.»

Dia 9 de Abril de 1894.

O Dr. Westphalen recebeu em 9-4-94 os seguintes telegrammas:
Palacio de Curityba. Dr. E. Westphalen e Ferreira Mello, Desterro.

«Conseguiu sahir de Santos chegando hoje a Paranaguá, pelo «Pomona», e com quem acabo de conferenciar, um telegraphista Rio Grandense — Gambarra, de Santos, que me communicou o seguinte: Em Itararé calcula-se 4.000 a 5.000 homens todas as forças até hoje vindas para alli. Sabe-se de deserções em massa. Coronel Braga, homem velho, está commandando o primeiro Batalhão de Policia. Hontem, constava em Santos que Pires Ferreira havia invadido com 2.000 homens o Itararé, tendo Vicente Machado feito manifesto para publical-o em Castro, e que havia retrocedido.

«Consul Inglez communicou para Santos que a Esquadra Libertadora desde sexta-feira forçava a barra do Rio Grande, e sabbado iniciou bombardeio dando optimo resultado. Ministro Interior prohibiu sahida dos vapores para Paranaguá, Desterro e Rio Grande, dizendo seguir breve esquadra legal; esperados «Riachuelo» e «Benjamim Constant». Houve ordem de seguir o decimo de Cavallaria para o Itararé, seguindo o primeiro de voluntarios Paulistas para Santos afim de embarcar esquadra.

«O Estado de Minas Geraes revolucionou-se e foi collocado á frente do Governo o Dr. Cezario Alvim. De Bahia e Pernambuco não ha noticias desde primeiro de Março findo. Floriano nomeou membros do Supremo Tribunal de Justiça e falava-se que entregaria o Governo. Prudente Moraes traçando programma de seu Governo futuro, cuja base principal é o augmento de impostos, acarretou odiosidades. O «Tempo» e «Diario de Noticias» suspensos. Viva o exercito Libertador, viva o General Gumercindo, viva a Esquadra, viva o Almirante Custodio de Mello, viva a Republica Brasileira. — Ferreira Braga, Governador.»

Dr. E. Westphalen.

«Com a noticia que acaba dar-me o momento critico se approxima, assim peço-lhe para dar um impulso vigoroso e violento sobre os trabalhos de defeza da Barra do Norte. Veja se é possivel mandar-me amanhã alguns torpedos preparados por Buette, bem como

o canhão que já está prompto e activar a torpedeira pequena.

«Faça tudo de modo que venha tambem a Artilharia de Ponta Grossa.

«Que pezar tenho de se fazer tudo tão devagar, quando poderiamos ter aqui defeza efficaz. — Alexandrino de Alencar, Commandante.»

Dr. E. Westphalen.

«Diga-me por intermedio do Governador o que houver de novo sobre expedição Esquadra e onde sabe estar Pinheiro Machado. Inimigo está a 2 leguas de Castro e onde uma columna nossa o espera. Coronel Ribas vos dirá o que resolvemos sobre negocios deste Estado. Confiada administração ao Dr. Ferreira Braga que representa o Exercito meu commando. — Gumercindo Saraiva.»

Ministro da Guerra, Desterro.

«Levo ao conhecimento de V. Exia. o telegramma recebido hoje pelo invicto General Gumercindo. Pina e Simões Pires tomaram S. Maria no dia 8 de Março com 1.600 homens; no dia seguinte deviam encorporar-se a estes, outra força que elevaria a 3.000 homens mais ou menos. Com certeza esteve em sitio S. Borja por Dinarte Dornelles e consta ter sido tomado pelo mesmo, marchando este rumo dos Boqueirões já com 1.000 e tantos homens. Ubaldo Berthier entrou S. Luiz com 400 homens mais ou menos no tempo que tomaram S. Maria. Santo Angelo no dia 6 de Março por Ubaldino Demetrio, que retirou-se Palmeira hoje, encorporado a Prestes Guimarães.

«General Tavares consta no Umbú com 4.000 homens; consta ter seguido de Bagé força do Governo de 5.000 homens, perseguindo Tavares. E' calculado que Pina, Simões Pires estejam encorporados a este. Pinheiro com certeza esteve Vaccaria, a 4 dias que seguio a retaguarda de Campos Novos e consta tomar direcção Passo Fundo.

«Prestes apurado por munição, e quanto ao General Gumercindo, tome providencias urgentes. Viva o Exercito Libertador. Saudo-vos. — M. Lavrador.»

Ministro da Guerra, Desterro.

«Reconhecido agradeço ao grande Ministro em nome do exercito Libertador a importante noticia que acaba de receber. Deus está ao lado da causa que defendemos. Eu e todos os Coroneis presentes abraçamos ao grande Ministro e esperamos novas noticias. O inimigo vindo pelo Itararé hoje não marchou. Creio ser devido ao movimento feito hontem pelas nossas forças á noite. Saudações. — M. Lavrador.»

Ministro de Guerra, Desterro.

«Chego de Castro onde fui por ordem do invicto General em Chefe das Forças de terra, observar os movimentos das forças do Dictador, e como as encontrasse acampadas a duas leguas de Castro, dei ordem para que os nossos piquetes tiroteiassem os piquetes das forças inimigas e mandei tomar todas as providencias para que essa columna não passe o Rio para o que o General deu-me ordem que fizesse seguir mais 100 lanceiros e 100 carabineiros. Estou esperando em Ponta Grossa o grande General que tinha ido a Curityba para dar as ultimas ordens as forças que devem marchar ao encontro da columna do despota; as noticias chegadas do Sul por Palmas são de grande importancia para os excelsos membros do Governo. — M. Lavrador.»

Ponta Grossa, 9-4-94. Ministro da Guerra, Desterro.

«Columna inimiga está sendo tiroteada na barranca do Rio junto a Castro, demais ahi houver communicarei á V. Exa. Saudações. — Gumercindo Saraiva.»

Ponta Grossa, 9-4-94. Ministro da Guerra, Desterro.

«O grande General Gumercindo e este pobre soldado, agradecem ao Preclarissimo Ministro as expressões contidas no seu telegramma de hoje. Seguiram para a fronteira de S. Paulo os Batalhões 4 e 6 de Infantaria e segunda Divisão Riograndense.

«Até essa hora não sabemos se o inimigo contramarchou, o que é verdade é que, elle sustou sua marcha. Aqui o Exercito Libertador encarnado no seu grande General em Chefe, espera as ordens do distincto Ministro da Guerra. Peço licença para abraçar a V. Exa. — M. Lavrador.»

Palacio do Desterro, 9-4-94. Francisco Braga, Prefeito, e Dr. Paula Xavier, Lapa.

«Em vista da conducta dos amigos Chefes do Partido, vos haveis de admirar minha constancia. Um dia ainda nos encontraremos, e, farei a minha narração. Foi para salvar minha pequena individualidade que enviei manifesto aos amigos, o qual vos mandei entregar. Era a situação de então e espero em Deus ha de melhorar.

«Tenho feito o possivel pelo Paraná e para aqui. Saudades. — Westphalen.»

José Gomes Cruz, Paranaguá.

«E' bom saber que noticias traz o «Pomona». Indagae, como sabeis fazer e com habilidade. Como sabeis que são 4.000 homens? Parece-me que o «Aurora» passou para o sul, talvez em demanda do Rio Grande do Sul (não falle nisto, mas é bom estar prevenido). Ainda não temos noticias directas. — E. Westphalen.»

Dr. Pereira Braga, Curityba.

«Eu já sabia da vinda do Gambarra e pretendia interrogal-o, quando soube de vossa conferencia com elle e estou satisfeito, tanto mais que, tenho certeza que me transmittireis o que souberes. Vou transmittir as informações Commandante do «Aquidaban». Activamos a defeza deste Porto, e sinto bem que em Paranaguá não se possa fazer o mesmo. Trato de restabelecer a linha telegraphica para Araranguá, nove leguas de Torres. Sendo verdadeiras as noticias de Minas, nem Floriano fará mais nada. Graças que os bravos da Patria sobem de valor. O «Riachuelo» não pode vir antes de Outubro e outro antes de Julho — são espantalhos de Floriano. As noticias são boas para a revolução, que bem merece uma saudação da Patria. Viva! — E. Westphalen.»

Palacio do Desterro, 9-4-94. — General Gumercindo, Castro.

«Dr. Ferreira Braga, sem duvida já vos transmittiu

noticias vindas de Santos. Aproveitar munições é de prudencia e bom effeito. Até agora nada noticias directas da esquadra. Diz-se que operação foi boa, mas não satisfaz curiosidade.
«Forçou a Barra é o que podemos apanhar. Saudações. — E. Westphalen.»
— Para bem elucidar as occurrencias havidas com a expedição da Esquadra sob o Commando do Contra-Almirante Custodio de Mello composta do Cruzador de Guerra «Republica» e dos Cruzadores auxiliares «Urano», «Meteoro», «Iris» e «Esperança», que de Paranaguá partiram conduzindo as forças do Commando do Caudilho Laurentino Pinto, e que em S. Catharina receberam a seu bordo as forças do Commando do General Salgado, e que tentaram operar desembarque na Cidade do Rio Grande, no dia 6 de Abril, transcrevo o Boletim distribuido pelo General Bacellar, á população, e a intimação que a este General fez o Contra-Almirante Custodio de Mello:
«Boletim. Na qualidade de Chefe militar desta praça, cabe-me o supremo dever de prevenir a hospitaleira população desta Cidade que não obstante o selvagem, barbaro e criminoso procedimento dos piratas que se acham embarcados no «Republica» e frigorificos e que hoje malvadamente começaram bombardear esta Cidade, conservando-se ainda em posição hostil e ameaçando atacal-a por terra; que póde a mesma população estar tranquilla e confiada, porque todas as medidas estão tomadas para a defeza da Cidade e manutenção da ordem publica. Póde o povo do Rio Grande ficar tranquillo, porque a guarnição que aqui se acha saberá morrer cumprindo o seu dever. Viva a Republica. Viva o Marechal Floriano. Viva o Rio Grande do Sul. — Rio Grande, 7 de Abril de 1894. Antonio Joaquim Bacellar, General de Divisão.»
— Diz ainda o General Bacellar: «Unicamente em attenção á população desta cidade a quem ella se refere na ultima parte, faço transcrever em seguida a insolita intimação que dirigio-me o Contra-Almirante Custodio José de Mello, intimação que veio de S. José

do Norte pelo navio allemão «S. Pedro» e só chegou a meu conhecimento á noute, quando voltei do Parque. Aquellas pessoas, pois, que não confiando da promessa que fiz no boletim hontem publicado, quizerem retirar-se desta cidade, podem fazel-o, devendo antes vir á este Quartel General munir-se do necessario salvo conducto. Eis a intimação:
«Commando Chefe das Forças Libertadoras, bordo do Cruzador «Republica», Rio Grande do Sul, 7 de Abril de 1894. Ao General de Divisão Antonio Joaquim Bacellar, Commandante do 6.º Districto Militar.
«Ha mais de um anno que o facho da guerra civil foi ateado no glorioso Estado do Rio Grande do Sul para satisfação de ambições pessoaes imprudentemente patrocinadas pelo dictador de nossa Patria.
«Ha seis mezes justos que a esquadra nacional, compartilhando desse grande povo, atirou-se a luta para auxilial-o na defeza de seus direitos e de suas liberdades, que outros não podem ser senão os do Povo Brasileiro.
«A necessidade de operar em dois Estados do Sul da Republica, como os do Paraná e S. Catharina, hoje em dia em nosso poder, impedio-nos de prestar o apoio franco e decisivo que de nós carecia a luta do Rio Grande.
«Esse momento é porem chegado. Não ha retroceder; aqui estamos e aqui nos conservaremos emquanto for preciso. Em consequencia, e para poupar a vida de milhares de nossos concidadãos, convido-vos a no prazo de 24 horas a contar do recebimento desta, abandonardes a cidade içando no ponto mais elevado da cidade a bandeira branca em signal de adhesão ao movimento revolucionario.
«Se por desgraça, porem, julgardes que não deveis acquiescer em meu convite, obrigando-me assim a derramar o sangue de nossos irmãos, pelo ataque simultaneo a que submetterei a cidade, por terra e por mar, então praticae um acto de humanidade, mandando retirar d'ahi, antes de findo aquelle prazo, as familias e as pessoas enfermas e doentes. Saude e fra-

ternidade. — Custodio José de Mello, Contra Almirante.»

«E' ocioso declarar que absolutamente não cederei a pretenciosa intimação. Rio Grande, 8 de Abril de 1894. — Antonio Joaquim Bacellar, General de Divisão.»

— Segundo informações que nos ministrou distinctissimo Paranaense, que tomou parte salientissima na Revolução, e que teve de refugiar-se no estrangeiro, e cujo testemunho muito merece, «a causa do fracasso da expedição ao Rio Grande, foi a desintelligencia entre os Generaes revolucionarios das forças de desembarque, que não se entendiam, só queriam conferenciar, só queriam palestrar, e não tratavam de operar, como lhes cumpria, em face do inimigo, que desejavam combater». «As forças legaes não tinham elementos para se oppor a occupação da Cidade pelas forças revolucionarias, até o dia 10 de Abril, e os partidarios da revolução estavam preparados para darem um golpe decisivo no momento preciso, e este golpe era serio e certo. Mas, quando os partidarios do Federalismo, mandaram á Barra os seus emissarios, já encontraram a esquadra do Almirante Custodio em aprestos para a retirada para o estrangeiro; o que hoje posso affirmar, com imparcialidade, é que foi uma felicidade, para a nossa Patria, pois a victoria da Revolução, para a qual tanto trabalhei, seria uma desgraça, uma fatalidade para o Brasil. Não imagina o que era aquilo; nós já estavamos desejosos da derrota. Sentiamos tanta falta de garantias como os governistas sentiam.» Assim terminou o nosso informante que é hoje um politico de destaque no Paraná.

— O Almirante Custodio José de Mello em manifesto publicado, na «La Nación» de Buenos Ayres, entre outras cousas mais, diz: «Sabendo que as forças de desembarque não haviam tentado um ataque decisivo, contra as trincheiras, apressei-me fazendo um appello á valentia e ao patriotismo dos Generaes que as commandavam, excitando que sem perda de

tempo, se puzessem em marcha para a cidade, sob pena de ficarem em maiores difficuldades, em vista da provavel chegada de novos contingentes de Pelotas e Bagé. Em outra nota dei a conhecer a minha intenção de bombardear os pontos fortificados, ainda que de grande distancia, e se fosse preciso á cidade, no caso de não conseguir uma solução favoravel á intimação que dirigi ao commandante da Praça. A resposta do General Salgado datada de 7, foi que não sabia se podia satisfazer os desejos que eu manifestava em minha nota, de que a cidade fosse tomada no prazo de 24 horas; porque (em vez de—contudo) empregaria todos os esforços para tomal-a, pois saberia manter-se no posto que o indicavam o patriotismo e a dignidade militar... que, reunidos em conselhos, officiaes dos diversos corpos para resolver sobre a situação, era de seu dever declarar francamente que, por ser fortificada a Cidade e perfeitamente, de artilharia, infantaria e alguma cavallaria e defendida por fortes trincheiras, o projectado assalto não seria coroado de bom exito, sobretudo se chegasse a faltar o concurso espontaneo do corpo de exercito do General Laurentino Pinto. Este General, por sua parte declara textualmente, em uma nota da mesma data, que, a tentativa de um assalto tinha de ser forçosamente fatal; porem que, apezar de tudo, iria até ao sacrificio, se fosse necessario e se recebesse ordem de atacar. Em semelhantes condições, só me restavam dois caminhos a seguir: — levar a cabo o projectado bombardeio, ou seguir mar em fóra, abandonando uma praça defendida por 600 homens no maximo, entrincheirados por traz de montões de areia; contra a qual estavam assestados quatro canhões (não quereria o Almirante dizer: quatro vasos de guerra com suas possantes baterias?) e quando tambem o exercito sitiador, composto de mais de 2 mil homens das tres armas, não tinha tentado mais que simples reconhecimento das fortificações, apezar das ordens terminantes recebidas, de atacar sem perda de tempo. Decidi-me pelo primeiro. . . Assim passou-se todo o dia, até que pela

tarde, vendo que os esforços da esquadra não eram correspondidos pelas forças de desembarque, mandei cessar fogo e volver ao fundeadouro em frente de S. José do Norte.

«Pela manhã do dia 10 fiz levantar ancora ao «Republica» e por-se em marcha agua abaixo, indo collocar-se em frente ao Pharol da Barra..., ahi soube pelos Generaes Salgado e Laurentino que a nossa vanguarda estava lutando contra forças inimigas, calculadas em mais de 600 homens bem armados e municiados...

«Não temos tempo a perder:- ou atacaes o inimigo amanhã pela madrugada, ou retiro-me deixando o vosso exercito em terra. Uma demora de 24 horas nos póde ser fatal, e então, nem siquer os restos de vosso exercito, em caso de derróta poderiam salvar-se. «Intelligente e militar prudente como sois, comprehendereis bem a gravidade da situação».

«As 9 horas da noute recebia em meu camarote do «Republica», os Generaes Salgado e Laurentino, que vinham declarar-me «que, não podiam cumprir a ordem que lhe havia dado de atacar o inimigo, porque seu proprio exercito estava sitiado».

«Então tornei a repetir o que lhes havia dito antes, que a divisa que elles e seus soldados haviam tomado era — «vencer ou morrer» — e que jamais se offerecia opportunidade tão favoravel para tornar effectiva essa divisa.....

«A responsabilidade da retirada, antes de intentar um assalto, no qual tivessemos perdido 200 a 300 homens ou mais, cahiria sobre elles.

«Não podendo fazel-os mudar de resolução, fiz, pela manhã do dia seguinte, o reembarque das tropas. Isto era necessario, porque meu coração de Brasileiro e de revolucionario exigia o cumprimento dos deveres de humanidade....

«Foi assim que sahimos do Rio Grande do Sul, sem nada haver conseguido, depois de tantos esforços e sacrificios por parte da marinha revolucionaria, e de alguns officiaes do exercito libertador, que se bateram com verdadeiro denodo.

«Todavia, tenho o coração enlutado ao lembrar-me que, um exercito de 2.000 homens das tres armas, dispondo de artilharia e de metralhadoras, não se julgasse capaz de intentar um assalto, a umas trincheiras inimigas, que, consistiam apenas de montões de areia; que pelo contrario fugiram ao primeiro combate com as forças inimigas... Foi então que de accordo com todos os officiaes, resolvemos refugiar-nos á sombra do pavilhão Argentino, com os navios e suas tripulações, assim os officiaes de terra que nos quizeram acompanhar, deixando em Castilhos, em territorio oriental, o exercito de desembarque, em vista do inconveniente de encontro possivel com a esquadra inimiga.

«Essa resolução foi communicada ao General Salgado antes de deixar o Porto do Rio Grande.»

—A 17 de Abril dava entrada no Porto de Buenos Ayres, a esquadra do mando do Contra-Almirante Custodio de Mello, que fazia entrega dos 4 navios de seu commando ao Governo Argentino, a cuja sombra collocou-se. Estava terminada a Revolta da Armada Brasileira.

Só restava em armas o «Aquidaban» sob o commando do Sr. Alexandrino de Alencar, na Barra do Norte do Desterro; alli o foi procurar o Almirante Jeronymo Gonçalves, a 16 de Abril, como veremos.

Dia 10 de Abril de 1894.

Telegramma de Ponta Grossa. 1894. Dr. Ministro da Guerra. Palacio do Desterro. «O general quer saber onde está o «Aquidaban» e se elle foi ou não na expedição. Saudações. M. Lavrador.»

Dr. Manoel Lavrador. Ponta Grossa.

«Aquidaban não foi; ficou no Desterro, Santa Catharina. Saudações. E. Westhphalen.»

Palacio Curityba. Dr. Westhphalen. Desterro.

«Tendo o Governo Provisorio consentido que se desartilhasse o Porto de Paranaguá abrindo a entrada dos navios de Floriano, o que posso fazer ali, quando

não temos artilharia? Vou mandar engenheiro aquelle porto ver se collocam no canal da Barra quatro ou mais minas submarinas electricas, mas duvido que possam fazer tal, por absoluta falta de materiaes. Vossa Exa. não acha que fiz bem guardando a entrada e subida da serra em diversos pontos? Porque o «Aquidaban» e a «Marcilio Dias» não se approximam de Paranaguá para meterem a pique os transportes de guerra de Floriano? Ainda desta vez se abandonará o Paraná, quando o general Gumercindo bate-se em Castro contra cerca de 3 mil homens, das tres armas?

«Do Rio Grande que noticias temos ahi, a esquadra que ahi estava que fim levou? Saudações. Ferreira Braga, governador.

Dr. Westhphalen. Desterro. Em 10 de Abril de 1894.

«Sendo exacta sahida, serei obrigado tambem a sahir para trahir, (sic, talvez por cahir) sobre o inimigo pela retaguarda, não acha?

«As forças de desembarque do dictador só terá um fim, ver se é possivel surprehender nossa gente no Rio Grande, assim faça tudo de modo a poder saber mais alguma cousa para que eu possa manobrar de harmonia com as circumstancias.

«Nestes tres dias a Barra do Norte ficará regularmente fortificada e capaz de manter as suas posições repellindo o inimigo. Mande-me dizer o que souber. Alexandrino de Alencar. Commandante.»

Dr. Westhphalen. Desterro.

«As noticias são animadoras, devemos desenvolver mais energia e actividade para mantermos nossas posições. Deus está nos protegendo, assim avante que a victoria é nossa. Capitão do Porto não me mandou o que peço, nem carvão, nem agua, nem material torpedito, emfim nada absolutamente; não comprehendo tanta inercia em momento tão critico, assim não ha paciencia que resista; de momento para outro posso ser obrigado a sahir. A. Alencar Commandante.»

O dr. Westhphalen expediu o seguinte telegramma ao Presidente do Paraná.:

Dr. Ferreira Braga. Curityba.

«Não sei com que fundamento corre o boato de se ter rendido o general Moura, Ministro da Guerra, em Porto Alegre. Se não fôra o perigo e houvesse quem mandar, isso seria de bom conselho. Em S. Paulo fizeram correr noticias de grandes degolas na Lapa e em Curityba. O ataque da esquadra no Sul deve ter modificado o plano de Floriano, mas em todo o caso devemos considerar o peior para nós. Tem sem duvida elle planejado atacar o littoral, quando Curityba tiver cahido, pois bem, é bom obstruir as entradas, e não esquecer Assunguy e Serro Azul.

«Dr. Tertuliano conhece, como Abranches e outros.

«A Barra de Paranaguá deve estar bem obstruida e torpedeada. Sendo certo que Minas e Espirito Santo combinados revoltaram-se, terá Floriano muito que fazer. E ainda não comprehendeu que não ha gloria em governar só pela força, sem a opinião da Nação?

«Cuidado com a costa. Lembrai-vos do embarque em Santos, noticiado pelo Gambarra. Desconfio que se ainda não se fez, está se fazendo.

«Tenho rasões para dizer isso. Reservado. Desde que o chefe das forças resolveu deixar Paranaguá, não convinha deixar elementos para o inimigo. Pahim tem em Morretes dois canhões. Toda sorte de embaraços. Convem guardar a Serra é de necessidade para a segurança das forças que estão em cima. Fizeste muito bem.

«Não creio que navios de Floriano vão a Paranaguá sem contarem com Curityba. Li vosso telegramma ao Alencar. Marcilio Dias? A esquadra entrou a barra e para operar dentro, naturalmente a 6 fechou. As communicações não temos, boatos sim. Saudações. E. Westhphalen.»

«A. Alencar commandante «Aquidaban» S. Cruz. Leia com a outra chave. Escrevo com attenção. A esquadra do Floriano sahio domingo do Rio de Janeiro, e como noticia o Gambarra, naturalmente foi tomar gente em Santos. Tome note — foi domingo.

«Recebi telegramma vosso hoje. Sinto não poder eu

mesmo fazer tudo o que pedis, e até advinhar—penso como vós. Tomae nota: Foi domingo que sahio. E. Westhphalen.»

Palacio do Desterro, 10 de Abril de 1894. Sr. Gambarra. Morretes.

«Agradeço a informação que me destes. Vio o amigo que escreveu-me de S. Paulo — Carvalhosa? Em que dia? A carta não tem data? Agradeço terdes sido o portador della, é elle um amigo desses que são rarissimos. Saudações. E. Westhphalen.»

Coronel Lavrador. Ponta Grossa.

«Aquidaban» não tomou parte na expedição. A não ser assim já terião visitado a nossa costa. Saudações. E. Westhphalen.»

Palacio do Desterro, 10 de Abril de 1894. A. Alencar. «Commandante Aquidabam. S. Cruz — Responde— «Como entenderdes. E supponho tambem que o fito será surprehender Almirante no sul—o que não se fará—porque este tomou providencias na Barra, para poder operar dentro sem preoccupação por fóra. O Chaplin não quer contar nada. Quer que eu vá até lá? E. Westhphalen.»

Dia 11 de Abril de 1894.

O dr. Westhphalen recebeu os seguintes telegrammas, do commandante do «Aquidaban»--: Dr. Westhphalen. Palacio Desterro.

«Vou esperar os acontecimentos para poder operar com segurança, em qualquer ponto necessario, trabalhando no entretanto para fortificar melhor esta Barra, que só agora vae tomando caminho. Ratones está prompta, Ponta Grossa começa hoje e prepara-se e os torpedos em andamento; S. Cruz, só precisa certas ferragens para ficar prompta. Rapa deu-me uma noite infernal, peço para mandar saber o que houver de extraordinario com tantos signaes que nos fez durante toda noite. Se não houver outro official para o lugar do que pede demissão, póde-se approveitar o mestre

Bastos, dando-lhe as honras de segundo tenente, visto que elle já é mestre reformado da Armada. Penso que na Revolução só deve predominar pensamento trabalhar pela victoria da mesma, com sacrificio das formalidades e do papelorio, que só em condições normaes se pode fazer questão.

«Acabo de receber telegramma pedindo rebocadores, no entretanto mandei «Itapemerim» manhã, para esse serviço; assim é impossivel fazer-se qualquer cousa util. A quantos dias falla-se em batalhão para Canavieiras e no entretanto só hoje é que mandaram; já quando inimigo está tão perto.

«A peça de S. Cruz ainda não está montada, por falta de uma insignificancia, e todos os dias peço a mesma cousa: Dois cavoqueiros e o capuz que está na officina. O capitão do Porto já me mandou dizer que já mandou os cavoqueiros, e elles não appareceram. Alexandrino de Alencar. Commandante.»

S. José, 11 de Abril de 1894. — Dr. Westphalen. — Palacio Desterro.

«Ha necessidade seguir para ahi ajudar-vos deliberações guerra?

«Peço-vos resposta urgente. Saudações. José Ferreira de Mello, Membro Junta Governativa.»

Palacio de Curityba, 11 de Abril de 1894. — Drs. Westphalen e Ferreira Mello. — Palacio Desterro.

«Se é exacto que esquadrilha Floriano está na costa de Paranaguá e Desterro cumpre a esquadra revolucionaria limpal-a, chamando-se a do Rio Grande, que segundo communicação Consul Inglez, por Santos está tomado, e organisando governo Provisorio. Mas se for verdadeira a noticia, cortaremos o telegrapho em Morretes privando-nos da communicação com essa cidade e transferindo nosso governo para Ponta Grossa. Devendo v. exa. fazer com que nossa esquadra sem perca de tempo retome o Porto. No «Paiz» vi entrada «Tiradentes»; mas «Santos» e «Desterro» não.

«Ordene Alfandega e Mesa de Rendas de Antonina e de cá, e as ponha disposição governo Estado; pre-

cisamos comprar farinha, dois mil cavallos, etc., etc.
«Com urgencia para o inimigo não se apoderar desses valores, e se tivermos de sahir de Curityba, levaremos para Ponta Grossa. O que ha de novo ahi?
«E Rio Grande? Forças inimigas entraram em Castro, estando todas cercadas por nossa gente, que só espera noticia Rio Grande para agir definitivamente, ou retirar-se. Responda. — Ferreira Braga.»
Palacio do Desterro, 11 de Abril de 1894. — Alencar, commandante «Aquidaban», Santa Cruz.
«Estará Floriano mandando um por um seus navios para o sul? Tem havido tanto desencontro de providencias, que torna-se necessario haver hora certa aqui para partida das lanchas e rebocadores. Recebestes telegramma do governador do Paraná pedindo o «Aquidaban» e «Marcilio Dias»? Recebi igual.
«Acabo de ler um telegramma do Souza Mello para nós. Em parte elle tem razão, por ter Buette intervido na Capitania. Coronel Costinha está vos telegraphando —, pode ser? — E. Westphalen.»
Coronel Telemaco Borba, Castro.
«Noticião-me tiroteio em Castro, passo Iapó, desde tres dias. Conheceis estes lugares. Conhecidas forças inimigas, não se poderia dar-lhes um cheque sem desperdicio de munições? Seria de grande effeito o cheque e logo.
«Porque Floriano poderá reforçar e virá tarde. A esquadra de Floriano deve vir pelos mares, receiosa de espetar-se nos portos torpedados. — Westphalen.»
Dr. Ferreira Braga, Curityba.
«Penso que alguns navios de Floriano cruzam por nossa costa. Mais uma vez foi visto um suspeito. Do sul ainda nada temos sobre as operações, navios de nosso Almirante. Naturalmente receia elle alguma caçada contra navios correio (A palavra em cifra corresponde a: correio — mas, não quereria dizer antes corsario?). Forças inimigas estando em Castro convem não esquecer Assunguy e Serro Azul. Acabo de ser informado que o navio suspeito é um Destroyer armado em guerra trazendo soldados e marinheiros

que prohibio entrada de vapor «Desterro», que havia encontrado, que depois veio o mesmo vapor rumo de Itajahy.
«Portanto minhas desconfianças parecem ser fundadas.
«Acabo de saber que 6 ou 7 navios passaram altura Itajahy, em direcção sul. Um esteve altura de S. Francisco, onde fez uso de holofote. Tenho razões de suspeitar desembarque Paranaguá, seis vapores andão na costa. O primeiro visto, traz mil homens do primeiro e decimo de infantaria, e uma ala de artilharia.
«Exploração a costa. Minha suspeita de combinação com forças de Itararé parece realizar-se. De Tijuca referem que o «Itaipú» chegou ao Porto Bello, distante d'aqui seis horas de viagem. Saltaram alguns homens armados. Não sei ainda qual é a manobra. Saudações. — E. Westphalen.»
Alencar, commandante «Aquidaban» — Santa Cruz.
«Não resta mais duvida que o inimigo nos espia e explora a Costa, não só pela informação do commandante da Fortaleza, como de tres cidadãos de S. Francisco. Não acha conveniente o regresso immediato do tenente A. de Carvalho, em vista das noticias recebidas? Elle pede para voltar já; só ha «Itapemirim».
«A flotilha compõe-se do «Tiradentes», «Itaipú», «Santos», «Desterro», «Nictheroy» e 4 torpedeiras, sob o commando Jeronymo Gonçalves; procurão Mello. Os informantes ouviram do Secretario do Almirante Jeronymo Gonçalves. Esta informação foi tomada no navio Argentino, e dada de S. Francisco pelo Coronel Oliveira e Major Camacho. Pensa indispensavel ida batalhão para Canavieiras?
«Não será melhor ter a força concentrada, e a costa da Ilha vigiada por vedetas de cavallaria? Um batalhão pouco poderá fazer, ao passo que muito fará reunido a outras forças, até para um caso retirada pelo continente. Emfim batalhão segue amanhã cedo só dependendo sua resposta, para não fazel-o. — E. Westphalen.»
O dr. Westphalen telegraphou a seu companheiro de

Junta Governativa, que se achava em S. José nos seguintes termos:
Dr. José Ferreira de Mello, S. José.
«A situação é esta: — Alguns navios Floriano cruzam a costa e acabo de saber que estão no Porto Bello seis navios e que esquadra é composta do Tiradentes, Itaipú, Nictheroy, Santos, Desterro e 4 torpedeiras.
«Creio que pretendem occupar esta. O «Aquidaban» está preparado, como as Fortalezas. Espera-se que tentem desembarque. Sabereis do que occorrer amanhã. Saudações. — Emygdio Westphalen.»
«Ao Inspector da Alfandega de Paranaguá. Concedida João Regis Pereira da Costa os tres mezes de licença que este funccionario péde, para tratar de sua saude. E. Westphalen.»

Dia 12 de Abril de 1894.

Dr. Westphalen, Palacio do Desterro.
«Estou gastando carvão, se não me mandarem não posso aguentar-me aqui, porque preciso para viagem; tem sido realmente imperdoavel esse pouco caso do capitão do Porto. O movimento da força; assim não se faz guerra, mande dizer as novidades da força de desembarque e se sabe alguma cousa do Rio Grande. Alexandrino de Alencar, Commandante.»
— Já o commandante do «Aquidaban» fallava em precisar de carvão para a viagem. A esquadra do almirante Jeronymo Gonçalves se approximava. Era preciso «viajar».

Dia 14 de Abril de 1894.

Telegramma do commandante do «Aquidaban» ao dr. Westphalen em 14 de Abril de 1894.
Dr. E. Westphalen, Desterro.
«Não posso dizer nada seu telegramma. Deve fazer o que julgar conveniente, no entretanto, o «Aquidaban» está as suas ordens, para a retirada. — Alexandrino de Alencar, Commandante.»

Dia 15 de Abril de 1894.

O governador provisorio dr. Antonio José Ferreira Braga em Manifesto ao Povo, communica que transferio a séde do governo do Paraná, para a cidade de Ponta Grossa, até que fiquem consolidados os negocios affectos á Revolução, por convir concentrar a Administração publica ao lado das operações de guerra, e «para que a população não fique alarmada, suppondo que essa resolução constitue uma fuga, garante que tal medida é aconselhada pela prudencia administrativa.»
«Diz que com elle só seguem os Secretarios de Estado e o Chefe de Policia, ficando em Curityba em regular funccionamento, todas as repartições.
(São extrahidos dos telegrammas em originaes e das copias dos telegrammas expedidos pelo Governo do Desterro. São todos telegrammas cifrados e por nós traduzidos, por termos descoberto a chave do enygma.)

Dia 16 de Abril de 1894.

— A esquadra Florianista ao mando do almirante Jeronymo Francisco Gonçalves a uma hora da madrugada desse dia ataca o Encouraçado «Aquidaban», que se achava no Desterro, produzindo-lhe formidavel rombo. A esquadra do Almirante Gonçalves, depois desse feito, retira-se para a enseada dos Ganchos, sem a certeza do resultado dos seus disparos de torpedos. Só no dia seguinte, um official da corveta «Arcona» foi a bordo da Capitanêa communicar que o «Aquidaban» se achava abandonado, e seriamente attingido, por um torpedo.
Nesse mesmo dia, foi a cidade do Desterro occupada sem resistencia, por ter sido abandonada pelos revolucionarios, de nada valendo as solidas fortificações, os torpedos e defesa do Porto e Barra, nem o —Leão

de Aço—, como o «Aquidaban» éra conhecido. «A esquadra de papelão», venceu sem perder uma só unidade as esquadras do Almirante Saldanha da Gama, do Almirante Custodio de Mello e as fortificações e o «Aquidaban» ao mando do commandante Alexandrino de Alencar.

Estava terminada a Revolta da Armada Nacional, que durou de 6 de Setembro de 1893 até 16 de Abril de 1894.

Por notavel coincidencia, no mesmo dia em que esses acontecimentos se desenvolveram no Desterro, a esquadra ao mando do almirante Custodio dava entrada no Rio da Prata, por ter sido derrotada no Rio Grande, fazendo o commandante della, entrega dos navios revoltados ao governo Argentino.

Julgo tambem digna de transcripção alguns trechos da parte de combate do commandante do Caça-torpedeira «Gustavo Sampaio» que torpilhou o «Aquibaban».:

«Bordo do Caça-torpedeira «Gustavo Sampaio», capitanea da divisão de torpedeiras—Enseada de Tijucas, S. Catharina, 16 de Abril de 1894.

«Ao sr. capitão de Mar e guerra, commandante de torpedeiras da esquadra.

«Passo a dar-vos a parte official do combate travado pelo navio de meu commando com o couraçado rebelde «Aquidaban», fundeado na barra do norte de S. Catharina, entre os fortes de S. Cruz e dos Ratones, na madrugada de hoje.

«Ás 2 horas e 25 minutos da manhã, reconhecido o signal do navio almirante para dar começo ao ataque, investe resolutamente a meio do canal a toda a força de vapor, sendo em seguida obrigado a diminuir de marcha para não perder de vista as outras torpedeiras, que navegavão pela popa, e assim a meia força cortei pelo centro da linha de torpedos, que consta existir entre os fortes de S. Cruz e Ponta Grossa, continuando a navegar em direcção aos Ratones sem ter dado a menor explosão. Chegando bastante proximo áquellas ilhas, mandei andar devagar, em procura do inimigo, que encoberto pela escuridão da noite, até então não dera signal de vida, o que me fez recear ter elle conseguido escapar-se barra fóra, antes de iniciado o bombardeio da esquadra legal.

«Felizmente, porem, guiando a B. E. approximei-me bastante do sacco de São Miguel a ponto de receiar o pratico não haver bastante agua (pelo que tive de navegar de prumo na mão), fazendo a volta por B. E. ainda contra as observações do pratico, conseguindo afinal, depois de momentos de maior anciedade, descobrir, já a pequena distancia da prôa o couraçado rebelde que immediatamente rompeu sobre mim vivissimo fogo de metralhadora 25 mm e dos canhões Armstrongs de 15 mm dos seus reductos, fogo esse que prohibi que fosse de bordo respondido, emquanto não terminasse o ataque de torpedos. Reconhecendo que me achava enfiado pela prôa voltada para o sul, quasi um pouco a B. B. para obter lazeira, e manobrando com as machinas consegui fazer ala, e largo por B. E., de modo a atacal-o com o torpedo de proa, não normal ao meio de seu casco a B. B., a uma distancia estimada em uns 200 metros.

«Quando, porem feita perfeitamente a visada para as machinas, e dou a vóz de fôgo, soube com desgosto que, por confuzão, o official desse tubo de torpedo julgara ouvir antes essa vóz e como a confirmassem as praças presentes antes que o navio estivesse aproado ao inimigo, de modo que, elle foi inutilmente perdido. Tentei guiar a B. E., para atacal-o com o torpedo de B. B., receei perdel-o por estar conteirando para um angulo de 30 gráus da normal, para a proa e mudando de idéa, carreguei de novo o leme a B. B., até montar a popa do inimigo, guiando então a B. E., e manobrando com as machinas, de modo a prolongar ao seu costado de B. E., com o seu B B., a tiro de pistola como pessoalmente o presenciastes, e parando ambas as machinas, dei vóz de fogo, logo que a linha de mira attingio ao seu centro tendo havido uma certa demora na execução da vóz, o que produzio naturalmente um certo desvio. Depois de alguns segundos de indizivel anciedade, vi perfeita-

mente levantar-se uma columna d'agua e como que, a prôa do couraçado suspender-se, ao mesmo tempo que cessava o terrivel e bem nutrido fogo que sobre mim fazia, desde que descobrio-me. Julgando minha tarefa concluida, não querendo arriscar-me a perder mais um dos tres torpedos, unicos que tenho, e desejando deixar as outras torpedeiras a gloria de concluirem a obra, resolvi fazer retirada e carregando o leme B. B., forcei a todo o vapor a linha de torpedos e fui reunir-me á esquadra. Só no momento de retirada é que dei ordem de fazer fogo com a artilharia, sendo essa ordem recebida com o maior enthusiasmo e arrancando cada disparo estrondosos vivas á Republica, ao Marechal Floriano, ao Almirante Gonçalves, á Marinha Nacional, ao Exercito e á vossa pessoa, de peito de toda minha briosa e patriotica guarnição, que tambem não se esquecia de saudar seu commandante. A minha é tanto maior quanto ao dar-vos a parte official do combate de hoje não tenho de mencionar o menor desastre ou ferimento. Saude e fraternidade. Altino Flavio de Miranda Correia. 1.º Tenente Commandante.»

— Apesar do enorme rombo causado pelo torpedo do «Gustavo Sampaio», o «Aquidaban» não submergio immediatamente, em razão de seus compartimentos estanques, pelo que o commandante Alexandrino de Alencar com toda a guarnição pode passar ao continente.

Dia 17 de Abril de 1894.

— A esquadra legalista que na vespera havia torpilhado o «Aquidaban», já fundeada em Canavieiras, recebe a seu bordo, no navio Capitanea, um official da Corveta allemã «Arcona» que communica achar-se o «Aquidaban» abandonado o que faz com que a esquadra suspenda da enseada de Cannavieiras, para ir fundear proximo da Fortaleza de S. Cruz. Nesse mesmo dia é nomeado um commandante para o «Aquidaban», cujo navio passou a ser occupado por forças legaes, bem como as Fortalezas da Barra e a cidade

do Desterro, que foi occupada por um contingente de 100 alumnos da Escola Militar do Brasil.

Para bem esclarecer os factos transcrevemos alguns trechos da Ordem do dia do almirante Jeronymo Gonçalves, dando conhecimento a seus commandados do resultado do ataque ao «Aquidaban»:

«Commando em Chefe da Esquadra Brasileira em operações de guerra nas costas do Brasil ao Rio da Prata e seus affluentes. Bordo do Cruzador «Andrada», em 17 de Abril de 1894.

«Camaradas! Durante a presente commissão, já tive opportunidade de publicamente manifestar a satisfação que tenho de dirigir uma expedição composta de bravos e briosos patriotas, que, alliando ao exacto cumprimento do dever o mais elevado civismo, marcham denodados á conquista dos mais sagrados direitos — a liberdade da Patria e a defeza da Republica.

«Ao entrarmos no Porto onde se achavam fortificados, provocamol-os a um combate. Elles porem abrigados á terra não tiveram a coragem precisa para avançar, e, como campeão leal, acceitar a peleja na grande arena da luta — o Oceano. Dispondo de poderosa Artilharia, protegidos por uma muralha de aço e cercados de defezas sub-marinas, tudo podiam tentar — mas, faltava-lhes a convicção da idéa, o prestigio da cauza, a força moral, e finalmente a coragem, predicados esses que, transformaram os fracos em fortes, os pequenos em grandes, e que só possuem aquelles que espozam as grandes cauzas, e que se batem pela conquista das liberdades patrias. E, assim é que, na memoravel data de 16 de Abril de 1894, apóz o bombardeio dos navios da esquadra, as fortalezas rebeldes e o vigoroso ataque feito pelas torpedeiras ao encouraçado rebelde «Aquidaban», desbaratamos completamente em algumas horas os inimigos da Patria, os inimigos da Republica.

«Cabe-me o dever, e com a maior satisfação o faço, de mandar louvar nominalmente a todos os Chefes, commandantes, officiaes e praças da armada, do Exercito e dos corpos de patriotas, pelo valor de que de-

ram exuberantes provas durante a acção. Cumpre-me, todavia salientar o chefe, commandante e officiaes das torpedeiras «Gustavo Sampaio», «Pedro Affonso» e «Silvado», que sob verdadeira aboboda de fogo, e correndo risco imminente de suas proprias vidas, portaram-se com todo o valor e galhardia, e muito contribuiram para decidir da cor do ataque, principalmente o primeiro tenente Altino Flavio de Miranda Correia, commandante da torpedeira «Gustavo Sampaio», cujo torpedo lançado com exito sobre a parte de vante do encouraçado rebelde «Aquidaban», determinou a perda do mesmo, obrigando a respectiva guarnição, composta de 275 homens, a abandonal-o. «Camaradas. Attingimos o inimigo na parte vital. O encouraçado «Aquidaban» por elles cognominado — Leão de Aço — jáz por terra em nosso poder. «O ultimo baluarte dos rebeldes desmoronou-se com fracasso e arrasta comsigo na queda, todos os productos hybridos gerados por esse monstro social de duplo nome, denominado — Esquadra e Exercito Libertador.

«Remido da culpa pelo baptismo do fogo e para que passe a posteridade tão gloriosa data, determino que o encouraçado «Aquidaban» se denomine d'ora em diante «16 de Abril», data esta que tambem commemora a passagem do exercito Brasileiro pelo Passo da Patria.

«E' pois, com o maior jubilo, e possuido de enthusiasmo que, saudo a Patria por tão glorioso feito e levanto um viva á legalidade e á Republica.

«Jeronymo Francisco Gonçalves, commandante em Chefe.»

— Por tudo isso se vê que o Dr. Emygdio Westphalen foi factor proeminente e de valor nos factos que se desenrolaram durante a revolução federalista e da revolta da armada, em 1894, nos Estados do Paraná e de S. Catharina. Bem saliente foi a sua acção e na futura historia da Revolução terá elle um lugar de grande destaque.

Do primeiro matrimonio teve:

5-1 Eudoxia, fallecida.
5-2 Elvira, fallecida.
Sem filhos do segundo matrimonio.

4-6 Manoel da Cruz Westphalen, casado com Olympia dos Santos Carneiro, 6-6 de pagina 530 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-7 João Westphalen, casado com Anna Ferreira do Amaral, 6-7 de pagina 531 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-8 Rita Westphalen, nascida a 2 de Fevereiro de 1877, casada com o Dr. Francisco Therezio Porto, nascido a 9 de Agosto de 1849, na cidade da Lapa, engenheiro civil, Director da Colonisação russa. Engenheiro das Obras Publicas do Paraná. Litterato primoroso, poeta e prosador, filho de Joaquim de Paula Xavier e de sua mulher Josepha Maria da Luz Xavier; neto pela parte materna de Francisco Therezio Porto. Dedicou-se a agricultura. Dotado de talento e illustração. Amante das bellas letras descreveu em versos o Salto do Guayra, pondo em evidencia o seu estro poetico. Modesto e bondoso era grandemente estimado, 6-8 de pagina 531 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-9 Alfredo Westphalen, casado com Adelia Netto de Mattos, 6-9 de pagina 532 do 3.º volume, ahi a descendencia.

4-10 Antonio Westphalen, fallecido em 1863, em estado de solteiro.

4-11 Candido Westphalen, fallecido aos 37 annos em 1885, solteiro.

4-12 Mauricio Westphalen, fallecido.

4-13 Olympio Westphalen, pharmaceutico na Lapa, onde foi muito acreditado commerciante e habil profissional. Cidadão philantropico prestou relevantes serviços a população que o tinha em grande conta e elevada estima. Era solteiro mas deixou muitos filhos reconhecidos.

4-14 Mauricio Westphalen, fallecido.

4-15 Celestino Westphalen, fallecido.

4-16 Germano Westphalen, casado em primeiras nupcias

com Ambrosina dos Santos Carneiro e em segundas nupcias com Maria de Jesus Vieira Neves, 6-16 de pagina 533 do 3.º volume, ahi a descendencia.
4-17 Joaquim Westphalen, fallecido.
3-2 Capitão Amalio Gonçalves da Silva, casado em primeiras nupcias com Maria Rita Pimpão, 5-9 de pagina 468 do 3.º volume, e em segundas nupcias com Julia de Albuquerque, filha de Antonio José Xavier Faria de Albuquerque, 5-2 de pagina 534 do 3.º volume. Residentes em Guarapuava.
Sem descendentes.
3-3 Paulino Gonçalves da Silva.
3-4 Eugenio Marçal Gonçalves da Silva, casado com Porcina de Sá Carneiro.
Teve:
4-1 Eugenia Carneiro da Silva, nascida a 31 de Dezembro de 1874, casada em 1901 e fallecida em 1902.
Sem descendencia.
3-5 . . .
2-2 Benedicto Eugenio da Silva, foi casado com Florisbella Rosa dos Santos, viuva de Manoel Mendes dos Santos.
Filhos:
3-1 Anna Joaquina da Silva, fallecida, foi casada com Francisco Ignacio de Sampaio.
3-2 Rosa Francisca dos Santos, casada a 4 de Dezembro de 1859 com o Tenente Coronel Luiz José dos Santos Lima, 2-6 de pagina 437. Ahi os ascendentes e descendentes.
3-3 Perpetua, fallecida solteira.
3-4 Francisco de Paula e Silva, casado com Messia da Silveira.
Filhos:
4-1 Alexandre.
4-2 Benedicto.
4-3 David.
4-4 Salustiana.

4-5 Sebastiana.
4-6 Florisbella.
4-7 Anna.
4-8 Manoel.
4-9 José.
3-5 Francisco Xavier da Silva, casado com Amelia Borges da Silveira.
Sem filhos.
3-6 Maria do Rosario, casada com Manoel Monteiro de Queiroz e Silva.
Teve:
4-1 Florisbella.
4-2 Benta.
4-3 Antonio.
4-4 Marianna.
4-5 João.
4-6 David.
4-7 Joaquina.
3-7 Maria das Dôres, fallecida, foi casada com João Caetano. Residentes em Curitybanos.
Teve:
4-1 Benedicto Caetano.
4-2 Caetano.
4-3 Florisbella.
3-8 Gertrudes Rosa da Silva, casada com Francisco de Assis Soares.
Teve:
4-1 Maria.
4-2 Benedicto.
3-9 Messias da Conceição, casada com José Mathias.
Teve:
4-1 João.
4-2 Benedicta.
4-3 Maria.
4-4 Florisbella.
3-10 José Joaquim da Silva, fallecido solteiro.
3-11 Antonia Paulina da Silva, casada com Manoel Caetano. Residentes em Curitybanos.
Teve:
4-1 Maria.

3-12 Benedicto Eugenio da Silva, casado com Luiza dos Santos Pacheco.
Filhos:
4-1 David.
4-2 Firmino.
4-3 Libino.
4-4 José.
4-5 Rosa.
3-13 Maria Rosa Pacheco, casada com Pedro dos Santos Pacheco.
2-3 Verissimo Gonçalves da Silva, fallecido, foi casado com Maria Ignacia da Silva.
Filhos:
3-1 Pedro Prestes da Silva, fallecido, foi casado com Josepha Branco, filha de Joaquim Matheus Branco e Silva, 6-1 de 5-3 de pagina 493 do 3.º volume, ahi os descendentes.
3-2 Francisco Prestes da Silva, casado. Residentes em Palmas.
3-3 Maria Prestes, casada. Residentes no Rio Grande do Sul.
2-4 Tristão Gonçalves da Silva, casado com Querubina Rosa de Sant'Anna Prestes.
Filhos:
3-1 João Gonçalves da Silva, casado. Residentes em Tamanduá.
3-2 Bellarmino Gonçalves da Silva.
3-3 Benedicto Gonçalves da Silva, residente no Rio Grande do Sul.
3-4 Pedro Gonçalves da Silva, residente no Rio Grande do Sul.
3-5 Manoel Gonçalves da Silva, tambem residente no Rio Grande do Sul.

§ 6.º

1-6 Antonio Gonçalves da Silva, tinha 5 annos de edade por occasião da morte de sua mãe, conforme declaração no Inventario feito por seu Pai Francisco Gonçalves Dias Senrra em 29 de Novembro de 1780.

CAPITULO 5.º

5 — Ignacia Maria Pereira da Silva, nascida em 1739 em Curityba, casada em Tamanduá a 26 de Julho de 1761 com João Gonçalves Barreiros, natural de S. Olalia de Cerdal-Braga, nascido em 1739, filho de José Gonçalves Barreiros e de sua mulher Maria Affonsa, tambem de S. Olalia de Cerdal. (Livro de Casamentos de Curityba do anno de 1756 a 1833.) Falleceu João Gonçalves Barreiros em Abril de 1790 e «por sua alma foram mandadas rezar 5 missas pelo Capitão Antonio José Ferreira, Thesoureiro da Irmandade do S.S. Sacramento. Curityba, 26 de Abril de 1790. Frei José da Conceição Teixeira.»
Teve:
1-1 Antonio Gonçalves Barreiros § 1.º
1-2 Anna Maria da Silva § 2.º
1-3 Josepha Gonçalves da Silva § 3.º
1-4 Maria Collecta da Silva § 4.º
1-5 Rozaura Maria da Silva § 5.º
1-6 Anna Esmeria da Silva § 6.º

§ 1.º

1-1 Antonio Gonçalves Barreiros, casado com Maria Pereira.
Filhos:
2-1 Maria Gonçalves Barreiros, casada com Antonio Rodrigues Guimarães.
Teve:
3-1 Anna Joaquina Guimarães, casada com o Major Antonio dos Santos Pacheco, 2-5 de pagina 421.
Teve:
4-1 Maria, fallecida em criança.
4-2 Maria Antonia dos Santos, casada em primeiras nupcias com o Capitão João Manoel da Silva Braga Junior e em segundas nupcias com o Dr. José dos Santos Pacheco

Lima, 3-2 de 2-5 de pagina 421 e 3-4 de 2-4 de pagina 414 deste volume. Ahi os descendentes.
3-2 José Rodrigues Guimarães, fallecido solteiro.
2-2 Anna Maria.

§ 2.º

1-2 Anna Maria da Silva, fallecida com testamento na Lapa a 24 de Novembro de 1812, casada com Bernardo José Pinto, filho natural de Antonio Pinto de Azevedo e de Luiza Fernandes. (C. O. de Curityba.) Sem descendentes.

§ 3.º

1-3 Josepha Gonçalves da Silva, casada com Antonio Valente Figueira, natural de Portugal.
Teve:
2-1 Euphrosina da Silva, baptisada a 1.º de Maio de 1787, casada com Francisco João Corrêa. Sem filhos.
2-2 João Francisco de Campos, casado no Rio Grande do Sul.
2-3 Luiz Gonzaga da Silva, casado com Miquelina de Paula.
2-4 José Francisco da Silva, casado com Francisca Corrêa da Silva, no Rio Grande do Sul.
2-5 Rita Gonçalves da Silva, casada com Candido José de Oliveira Ribas.
Teve:
3-1 José Francisco Ribas, casado com Francisca Borges da Silveira. Sem filhos.
3-2 Perpetua Ribas, casada com Domingos da Silva Rezende.
3-3 Clara Ribas, casada com Manoel Pereira Bueno.
3-4 João Francisco Ribas, casado com Anna Theodora da Silveira.

2-6 Maria Ignacia da Silva, casada com Verissimo Gonçalves da Silva, 2-3 de 1-5 do § 5.º do Capitulo 4.º
Ahi a descendencia.

§ 4.º

1-4 Maria Collecta da Silva, casada com o Capitão Manoel dos Santos Pacheco.

§ 5.º

1-5 Rozaura Maria da Silva, casada com o Tenente Lourenço da Silva Rezende.

§ 6.º

1-6 Anna Esmeria da Silva, casada a 17 de Julho de 1809 com Manoel José Barbosa.
Teve:
2-1 Ignacia Maria da Silva, fallecida em 1834, foi casada com José Ferreira Bueno, nascido em 1808 e fallecido em 1875, 5-2 de pagina 424 do 1.º volume.
Teve:
3-1 Capitão Seraphim Ferreira de Oliveira e Silva, nascido em 1834 e fallecido em 1899, casado com Julia Moreira do Amaral e Silva, nascida em 1846 e fallecida em 1912, 6-1 de pagina 424 do 1.º volume.
Filhos:
4-1 Ignacia do Amaral Marcondes, nascida em 1861 e fallecida em 1914, casada com Brasileiro Marcondes Pimpão, 7-1 de pagina 425 do 1.º volume, ahi a descendencia.
4-2 Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, de quem já tratamos em volume anterior, casado em primeiras nupcias com Paulina Braga, filha de João Manoel

da Silva Braga Junior e de sua mulher Maria Antonia dos Santos Pacheco, e em segundas nupcias com Messias Pacheco do Amaral, filha do Dr. José dos Santos Pacheco Lima e de sua primeira mulher Maria Antonia dos Santos Pacheco, de quem foi o segundo marido. Com traços biographicos e descendentes já descriptos no volume 1.º, pagina 426.

4-3 Anna do Amaral Westphalen, casada com João Westphalen, 7-3 de pagina 428 do 1.º volume, ahi a descendencia.

4-4 Josepha do Amaral, casada com seu primo o Dr. João Candido Ferreira, medico de nomeada em Curityba. Com descendentes já descriptos no volume 1.º em 7-4 de pagina 429.

4-5 Dr. Octavio Ferreira do Amaral, Juiz de Direito da Capital, casado com Elisa de Almeida, filha do capitalista José Rodrigues de Almeida e de sua primeira mulher Gertrudes da Silva Rodrigues. Com traços biographicos e descendencia já descripta no volume 1.º, pagina 430.

4-6 José Ferreira do Amaral e Silva, casado com Emilia Ferreira do Amaral, filha do professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães, já fallecido, e de sua mulher Luiza Maciel de Souza.
Sem descendentes.

4-7 Maria da Gloria Amaral, casada com o Coronel Ottoni Ferreira Maciel, filho do Coronel Pedro Ferreira Maciel e de sua mulher Margarida Ferreira Maciel. Com descendentes já descriptos no volume 1.º, pagina 431.

4-8 Dr. Joaquim Ferreira do Amaral e Silva, casado com Elvira dos Santos Amaral, filha do Dignatario Antonio Ricardo dos Santos Filho e de sua mulher Elisa Romagueira. Com descendentes já descriptos no volume 1.º, pagina 432.

4-9 Julia Ferreira do Amaral, viuva de Carlos Di Lenna, agrimensor, natural da Italia, fallecido em Março de 1917. Com descendentes já descriptos no volume 1.º, pagina 432.

4-10 Natividade Ferreira do Amaral, viuva de seu primo Joaquim José Ferreira Sampaio, fallecido em 1908.
Sem descendentes.

4-11 Seraphim Ferreira do Amaral e Silva, casado com Aurora Supplicy, filha de Arthur Supplicy e de sua mulher Eugenia Virmond Supplicy. Com descendentes já descriptos no volume 1.º, pagina 432.

4-12 Antenor Ferreira do Amaral e Silva, fallecido em estado de viuvo de Carlota von Mein, filha de Oscar von Mein e de sua mulher Rosa Stellfeld von Mein.
Sem filhos.

4-13 Cyro Ferreira do Amaral e Silva, casado em Janeiro de 1920 com Honorina do Amaral, filha adoptiva de seu irmão José Ferreira do Amaral e Silva.

2-2 Anna Maria da Silva, casada com Francisco Ferreira de Oliveira Bueno, filho de João Ferreira de Oliveira Bueno e de sua mulher Maria Helena do Nascimento, 5-4 de pagina 433 do 1.º volume.
Teve:

3-1 Alferes João Candido Ferreira, fallecido em 1880, foi casado com Anna Leocadia Ferreira, filha do Commendador Gregorio Ferreira Maciel e de sua mulher Leocadia Ferreira Maciel, 6-1 de pagina 433 do 1.º volume.
Filhos:

4-1 Dr. João Candido Ferreira, medico, já descripto em volume anterior, casado com sua prima Josepha do Amaral. Com descendentes já descriptos em 7-4 de pagina 429 do 1.º volume.

4-2 David, nascido a 10 de Abril de 1871; fallecido.

3-2 Joaquim Ferreira da Silva Bueno, casado em primeiras nupcias com Manoella Ferreira de Ramos e em segundas nupcias com Leocadia Ferreira Pinto, filha de João José Pinto, 6-2 de pagina 435 do 1.º volume, ahi a geração.

3-3 Francisco Ferreira da Silva, casado com Rosa de

Paula Xavier, filha de Miguel de Paula Xavier, 6-3 de pagina 435 do 1.º volume, ahi a descendencia.

3-4 Salvador Ferreira da Silva, casado com Anna Ferreira, filha de João José Pinto, 6-4 de pagina 436 do 1.º volume, ahi a geração.

3-5 José Ferreira da Silva, casado em primeiras nupcias com Gabriella da Cunha, filha de Francisco Teixeira da Cunha e de sua mulher Maria Augusta da Cunha, e em segundas nupcias com Delfina Ferreira Alves, 6-5 de pagina 436 do 1.º volume, ahi a descendencia.

3-6 Maria Ferreira, casada com o Tenente João Elias de Almeida, 6-6 de pagina 436 do 1.º volume, ahi a descendencia.

3-7 Dulcelina Ferreira, casada com Francisco Affonso Martins.

3-8 Tiburcio Ferreira Bueno.

CAPITULO 6.º

6 — Joanna Pereira da Silva, fallecida repentinamente na Lapa a 14 de Fevereiro de 1795, nasceu em 1735, foi casada em Curityba a 26 de Julho de 1759 com Manoel Simões, fallecido a 31 de Julho de 1800, natural de S. Bento-Barcellos-Braga, filho de Manoel Gomes e de sua mulher Domingas Simões, tambem natural de S. Bento.

Teve:

1-1 Manoel Simões § 1.º
1-2 Francisco Simões § 2.º
1-3 Rosa Pereira da Silva § 3.º
1-4 Maria da Luz § 4.º
1-5 Maria do Rosario § 5.º
1-6 Florencia Maria Simões § 6.º
1-7 Maria Ignez § 7.º
1-8 Mathilde § 8.º

(Esta filha Mathilde não figura no inventario procedido por morte de sua mãe em 1795.)

§ 1.º

1-1 Manoel Simões, fallecido com 18 annos em 1795.

§ 2.º

1-2 Francisco Simões, fallecido, já era viuvo quando morreu sua mãe.

§ 3.º

1-3 Rosa Pereira da Silva, casada em primeiras nupcias com o Alferes Joaquim Vicente e em segundas nupcias com o Capitão Bernardo Gomes de Campos. Sem filhos de ambos os matrimonios.

§ 4.º

1-4 Maria da Luz (com 20 annos de edade em 1795), casada com Antonio de Souza Fagundes. Sem descendentes.

§ 5.º

1-5 Maria do Rosario, casada com Alexandre Luiz Monteiro.

Teve:

2-1 Luiz Monteiro, fallecido no Sul, casado. Sem descendentes.

2-2 Anna Joaquina Monteiro, casada em primeiras nupcias com Marcellino José Ayres e em segundas nupcias com Manoel Xavier da Silveira. Sem filhos do primeiro matrimonio.

Do segundo matrimonio teve:

3-1 Tenente Alexandre Luiz da Silveira, casado em primeiras nupcias com Sophia da Silveira e em segundas nupcias com Maria Ignacia.

Filhos do primeiro matrimonio:

4-1 Anna Joaquina da Silveira, casada com Francisco dos Santos Pacheco Lima.

4-2 Theophilo Ottoni da Silva.

4-3 Elisa da Silveira.
4-4 Maria da Silveira.
4-5 Ozorio Luiz da Silveira.
4-6 Alexandre Luiz da Silveira Filho, nascido a 27 de Janeiro de 1874.
Do segundo matrimonio teve:
4-7 Izaias.
4-8 Manoel.
3-2 Messias da Silveira, casada com Seraphim Ferreira de Andrade, que é casado em segundas nupcias com Narciza da Cunha, da Lapa. Com descendentes em S. João do Triumpho.
3-3 Maria Rita, casada com Francisco de Paula e Silva.
Teve:
4-1 Messias Ferreira.
4-2 Sebastião.
4-3 Manoel.
4-4 Anna.
4-5 Ignacia.

§ 6.º

1-6 Florencia Maria Simões (com 15 annos de edade em 1795), casada com Manoel José de Macedo e Castro, filho de Affonso de Macedo e Araujo, natural de Braga, e de sua mulher Maria Rodrigues de França; neto pela parte paterna de Manoel de Araujo, natural de S. Leocadia-Braga, e de sua mulher Maria de Macedo; neto pela parte materna de Manoel da Costa Filgueira, natural de Braga, e de sua mulher Custodia de França, de Paranaguá.
Teve:
2-1 José Macedo de Castro, fallecido solteiro.
2-2 Manoel de Macedo Castro, residente no Rio Grande do Sul.
2-3 Carlota de Macedo Castro, residente no Rio Grande do Sul.
2-4 Fidelis.
2-5 Alexandre.

§ 7.º

1-7 Maria Ignez Simões, casada com Manoel de Moura Cardozo.
Teve:
2-1 Fidelis Militão de Moura, casado com Thereza de Moura.
Filhos:
3-1 Lucidoro.
3-2 Militão.
3-3 Joaquim.
3-4 Galdino.
3-5 Maria.
3-6 Herculana de Moura, casada em primeiras nupcias com Prudencio de . . . , e em segundas nupcias com José Vicente.
Teve do primeiro matrimonio:
4-1 Galdina.
Residente com o segundo marido no Rio Grande do Sul.
3-7 Florinda de Moura, casada com Seraphim de Moura.
Teve:
4-1 Thereza de Moura.
3-8 Clarimundo de Moura.
3-9 Maximina de Moura.
3-10 Alexandre de Moura.
3-11 Seraphim de Moura.
3-12 Senhorinha de Moura.
2-2 José Germano de Moura, casado com Constancia de Moura.
Filhos:
3-1 Clarimundo de Moura.
3-2 Severino de Moura.
3-3 Filisbina de Moura, casada com F. Nogueira.
2-3 Alexandre de Moura, fallecido solteiro.
2-4 Seraphim de Moura, casado com Florinda Moura.
2-5 Manoel de Moura, fallecido solteiro.
2-6 Anna Rosa de Moura, casada com F. Vicente.
Teve:

3-1 José Vicente, casado com Herculana de Moura. Residentes no Rio Grande do Sul.

NOTA. — João Pereira Braga tinha de seu tempo de solteiro uma filha natural:
Francisca Pereira, casada com Miguel Serra, tendo ella 25 annos em 1747.

Genealogia paranaense

Titulo Oliveira Cardoso.

TEVE origem esta Familia no Tenente-Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, natural do Porto-Portugal, onde nasceu a 5 de Março de 1765. Veio para o Brasil aos vinte annos de edade, se casando em primeiras nupcias na villa de Lages, então pertencente a S. Paulo, aos 27 de Agosto de 1789, com Anna Maria do Sacramento, filha do Capitão Bernardino da Costa Filgueiras e de sua mulher Margarida Cardoso de Jesus; ella nasceu em Curityba em Setembro de 1768 e falleceu a 5 de Maio de 1813, no abarracamento de linha — na Expedição de Guarapuava.

Em 1.º de Janeiro de 1807 exercia em Curityba, como curioso, o lugar de — «cirurgia e medicina» —, segundo attestação passada nessa data pela Camara da Villa.

Fez parte das Expedições a Guarapuava, da qual foi The-

soureiro. Por Provisão do Capitão General Governador de S. Paulo, de 26 de Agosto de 1797 foi nomeado Professor das primeiras letras da Villa de Curityba, por concorrer na sua pessoa todas as circumstancias precisas e achar-se examinado e approvado pelo Bispo da Diocese. Essa cadeira se achava vaga ha mais de um anno, — «pela deixar de continuar Antonio Xavier Ferreira» — que a exercia.

Foi casado em segundas nupcias em Guarapuava, a 10 de Outubro de 1813, com Anna Joaquina da Paixão, fallecida em Curityba a 9 de Junho de 1816; era filha do Tenente Manoel Soares do Valle e de sua mulher Thereza Maria de Jesus, filha do Capitão Antonio José da Silva, natural de Estombar, Algarve, e de sua mulher Gertrudes Maria Baptista.

Elle falleceu em Curityba a 5 de Abril de 1818.

Teve do primeiro matrimonio:

1 — Escolastica Angelica Bernardina — Capitulo 1.º
2 — Patricio de Oliveira Cardoso — Capitulo 2.º
3 — Tenente João Baptista Teixeira Guimarães — Capitulo 3.º
4 — Anna, fallecida em criança — Capitulo 4.º
5 — Anna Maria do Sacramento — Capitulo 5.º
6 — Tenente Luiz Teixeira Guimarães — Capitulo 6.º
7 — Manoela Delphina Rosa — Capitulo 7.º

Do segundo matrimonio teve:

8 — José Teixeira de Oliveira Cardoso — Capitulo 8.º
9 — Maria Joaquina da Paixão — Capitulo 9.º

CAPITULO 1.º

1 — Escolastica Angelica Bernardina, nascida em Lages a 28 de Outubro de 1790, se casou em Curityba a 29 de Novembro de 1807 com o Ajudante de milicia João Gonçalves Franco, natural de Villa Nova de Cóvas de Cerveira-Braga, filho do Tenente Luiz Gonçalves Franco e de sua mulher Ignacia Maria da Cruz, ambos da Villa de Cóvas. Vulto de destaque, gozou de vasto prestigio em Curityba, onde exerceu posições

salientes, quer politica como social, fazendo parte de sua governança. Em Janeiro de 1820 foi empossado no lugar de Juiz Presidente da Camara de Curityba. Assignou a acta da acclamação do Principe D. Pedro a primeiro Imperador, a 12 de Outubro de 1822, perante a Camara de Curityba. Foi commerciante, boticario e vaccinador do — «púz contra a variola» em Curityba, onde falleceu aos 76 annos de edade a 19 de Junho de 1853.

Teve:

1-1 Carlota Angelica de Oliveira e Souza — § 1.º
1-2 Rita Anna de Cassia Franco Velloso — § 2.º
1-3 Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco — § 3.º
1-4 Tenente Coronel Commendador João de Oliveira Franco — § 4.º
1-5 Leocadia Franco de Paula — § 5.º
1-6 Luiz José de Oliveira Franco — § 6.º
1-7 Francisca Candida de Assis Munhoz — § 7.º
1-8 Miguel Gonçalves Franco — § 8.º
1-9 Paulino de Oliveira Franco — § 9.º
1-10 Benjamim Constant de Oliveira Franco — § 10.º
1-11 Gabriella Franco Lustoza de Andrade — § 11.º

§ 1.º

1-1 Carlota Angelica de Oliveira e Souza, nascida a 24 de Agosto de 1808 e fallecida a 8 de Abril de 1871. Foi casada com o Capitão Manoel Joaquim de Souza (¹), filho de José Joaquim de Souza e de sua mulher Maria Angelica de Souza. Foi forte negociante em Morretes, passou a Curityba onde falleceu. Em vereança de 16 de Novembro de 1822, requereu ao conselho da Camara de Curityba uma sesmaria de terras na paragem chamada — «Jararacas» — ao que a camara despachou mandando que sobre isso informasse o Capitão Francisco da Silva Abreu.

Teve:

(¹) Casado em primeiras nupcias com Anna Maria do Pilar, da nota annexa do final deste Titulo.

2-1 Adelaide Constança de Souza Nogueira, natural de Paranaguá, casada com o Capitão Francisco Antonio da Costa Nogueira, filho de José Antonio da Costa Nogueira e de sua mulher Ignacia Maria Ferreira. Teve:

3-1 Frederico Augusto de Souza Nogueira, Inspector aposentado da Thesouraria de Fazenda, natural de Curityba. Solteiro.

3-2 Alfredo Nogueira, nascido em Morretes a 6 de Setembro de 1846, casado em primeiras nupcias com Carolina Fortes Nogueira, filha de Manoel Pereira Fortes, fazendeiro de gado no Rio Grande do Sul, natural da cidade do Rio Pardo, e de sua mulher Joanna Pereira Fortes. Casado em segundas nupcias com Rosalina Weiss, filha de Carlos Weiss e de sua mulher Maria Pereira. Do primeiro matrimonio teve:

4-1 Frederico Fortes Nogueira, telegraphista da estrada de ferro S. Paulo—Rio Grande. Fallecido solteiro em Curityba.

4-2 Nathalina Fortes Nogueira, foi casada em primeiras nupcias com seu primo o engenheiro Capitão Angelo Franco e em segundas nupcias casou com João de Mattos Guedes, Capitão da Força Militar do Estado. Sem filhos do primeiro matrimonio. Do segundo matrimonio teve:

5-1 Adelaide.
5-2 Albaryno.
5-3 Frederico.

Teve 3-2 de seu segundo matrimonio:

4-3 Capitão Clodomiro Nogueira, official do exercito.
4-4 Capitão Alfredo Nogueira, official do exercito.
4-5 Oswaldo Nogueira, guarda-livros.
4-6 Octacilio Nogueira, 1.º Tenente do exercito.
4-7 Aristides Nogueira.
4-8 Ezilda Nogueira, casada com Walfrido de O. Franco.
4-9 Helio Nogueira.

4-10 Fredemar
4-11 Fredomiro
4-12 Elmira
4-13 Euclydes
} fallecidos.

3-3 Major Manoel Nogueira, casado com Justina Gonçalves Polydoro, filha do Major Antonio Polydoro e de sua mulher Rosa dos Santos Polydoro. Com descendentes já descriptos no volume 3.º, pagina 223.

3-4 Viriato, fallecido em criança.
3-5 Alberto, fallecido em criança.
3-6 Maria Constança de Souza Nogueira, solteira.
3-7 Benedicto, fallecido em criança.
3-8 Pedro, fallecido em criança.
3-9 Francisco, fallecido em criança.
3-10 Francisco Antonio da Costa Nogueira Junior.
3-11 Carlota Nogueira Braga, nascida a 20 de Junho de 1860, casada a 8 de Dezembro de 1877 com Libero Badaró Teixeira Braga, filho de João Antonio da Silva Braga e de sua mulher Zulmira Rita da Purificação Braga, 2-2 de 1-3 do Capitulo 3.º adiante, ahi os traços biographicos e descendencia.
3-12 Gabriella de Souza Nogueira, professora publica, solteira.
3-13 José Nogueira, casado com Julieta Mercedes Cordeiro, filha do Coronel Bento Gonçalves Cordeiro e de sua mulher Mathilde Gonçalves Cordeiro. Já descriptos em Titulo — Rodrigues de França.
3-14 Adelaide, fallecida em criança.

2-2 Tenente Coronel Carlos José de Oliveira e Souza, casado com Rita de Azevedo Souza, filha do Tenente Coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal e de sua mulher Maria Joaquina da Paixão; por esta, neta do Tenente Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso e de sua segunda mulher Anna Joaquina da Paixão. Filhos:

3-1 Maria Josephina de Souza Franco, nascida a 20

de Abril de 1857, já fallecida, foi senhora de altas virtudes, casada com o Major Evaristo Martins Franco, filho do Commendador Antonio Martins Franco e de sua mulher Maria Angela Alves Franco, 3-1 de 2-3 do § 1.º do Capitulo 2.º, Titulo Xavier Pinto, deste volume, ahi a descendencia.

3-2 Manoel, fallecido em criança.

3-3 Gabriella de Souza Macedo, casada com o Coronel Agostinho Ribeiro de Macedo.
Com descendentes já descriptos em Titulo Rodrigues Seixas, pagina 338 do 2.º volume.

3-4 Frederico Carlos de Souza, casado com Maria Catharina de Macedo Souza, já fallecidos, 3-4 de 2-3 do § 1.º, Capitulo 2.º, Titulo Xavier Pinto, deste volume, ahi a descendencia.

3-5 Manoel, fallecido em criança.

3-6 Coronel Herculano Carlos Franco de Souza, negociante em Curityba, casado com Francisca de Macedo Souza, fallecida, que foi sua primeira mulher, casado em segundas nupcias com Maria Reinhardt Souza.
Com descendentes descriptos em Titulo Xavier Pinto, deste volume.

3-7 Alcidia Franco de Souza, casada com Izaias Natel, commerciante.

3-8 Carlos Franco de Souza, foi Collector Federal em Curityba, casado com Tharcilla Munhoz, filha do Coronel Alfredo Caetano Munhoz e de sua mulher Rita de Cassia Munhoz.
Com descendentes já descriptos em Titulo – Carrasco dos Reis.

3-9 Agostinho Franco de Souza, casado com Eulalia de Lima.

3-10 Donatilla Franco de Souza Natel, casada com Alvaro Natel.

3-11 Capitão Octavio Franco de Souza, official do exercito, fallecido em Castro em 1925 em consequencia de um desastre de automovel. Era casado com Yollanda Taques.

3-12 Francisco, fallecido, gemeo com

3-13 Francisca de Souza Castro, casada com João de Castro Junior, filho de João Antonio de Castro, fallecido, que foi 1.º Escripturario da Alfandega de Paranaguá, e de sua mulher Victoria Coelho de Castro, tambem fallecida.

2-3 Mathilde Januaria de Souza Franco, casada com seu tio Paulino de Oliveira Franco, 1-9 do § 9.º, retro. Ahi a descendencia.

2-4 Dr. João Franco de Oliveira e Souza, natural de Curityba, casado com Thomazia Passos Franco, natural do Rio Grande do Sul, fallecida em 1927, aos 89 annos de edade. Diplomado em 1861 pela Faculdade de Direito de S. Paulo.
Falleceu elle em 27 de Maio de 1887, como Juiz de Direito em D. Pedrito, Rio Grande do Sul. Foi magistrado em Cangussú, Jaguarão e D. Pedrito.
Filhos:

3-1 Harmodio Passos Franco de Souza, Despachante Geral da Alfandega de Porto Alegre, casado com Alcina Corrêa Franco.
Filhos:
4-1 Marietta.
4-2 João.
4-3 Edgard.
4-4 Heitor.
4-5 Edilia.
4-6 Rubens.
4-7 Corina.
4-8 Darcy.

3-2 Arnaldo Franco de Souza, notario em Jaguarão, casado com Vicentina Corrêa.
Filhos:
4-1 Alice de Souza Dutra, casada com o Dr. Paulino de Mello Dutra.

3-3 Idalina Passos Franco de Abreu, viuva do Dr. Joaquim Francisco de Abreu Netto.
Teve:
4-1 João.
4-2 Marina.

4-3 Mario.
4-4 Ernesto.

2-5 Manoel Franco de Oliveira e Souza, residiu em Santiago do Boqueirão, Rio Grande do Sul, onde falleceu em 1893, foi casado com Maria da Luz, filha de Antonio de Paula Xavier e de sua mulher Leocadia de Paula Xavier.
Filhos:
3-1 Maria, fallecida.
3-2 Coronel Arthur de Paula Xavier e Souza, casado com Lina Gaissler e Souza.
Filhos:
4-1 Leocadia de Souza Gaissler, casada com Arthur de Souza Gaissler.
4-2 Zacarias de Paula e Souza, fallecido.
4-3 Walfrido de Paula e Souza, casado com Lily Carneiro e Souza.
4-4 Palmyra de Paula Benitz, casada com Domiciano Ruffo Benitz.
4-5 Oscar de Paula e Souza.
4-6 Maria da Luz.
4-7 Leocilia.
4-8 Eleonora.
4-9 Arthur.
3-3 Leocadia de Souza Gaissler, casada com o Coronel Paulo Emilio Gaissler, capitalista, residente em Curityba.
Teve:
4-1 Eleonora Gaissler Guarinello, casada com o Dr. Angelo Guarinello.
Filhos:
5-1 Raphael.
5-2 Paulo.
4-2 Elfrida Gaissler, casada com o industrial Alvaro Junqueira Peniche, viuvo de Olympia Stolle Junqueira, filha de João Jacob Stolle e de sua mulher Maria Joaquina Vianna Stolle.
Teve:
5-1 Maria Irene.

4-3 Albertina Gaissler Teixeira de Freitas, casada com o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas, filho do Dr. Affonso Teixeira de Freitas e de sua mulher.
Teve:
5-1 Maria José.
5-2 João Baptista.
5-3 Paulo Alcidio.
5-4 Lauro Angelo Agostinho.
4-4 Victor de Souza Gaissler, casado com Anna Lolita Carneiro.
4-5 Dr. Caio Gracho de Souza Gaissler, casado com Zelia da Cunha, filha do Dr. Eurides Cunha.
4-6 Sergio de Souza Gaissler.

2-6 Jocelym Franco de Oliveira e Souza, natural de Morretes, casado em primeiras nupcias em Curityba, a 11 de Fevereiro de 1860 com sua prima Maria Ribas Franco, filha do Tenente Coronel Manoel de Oliveira Franco e de sua mulher Escolastica Joaquina de Sá Ribas Franco, e em segundas nupcias casou em Jaguarão-Rio Grande do Sul com Lisbella Passos de Souza. Sem descendentes.

2-7 Dr. James Franco de Souza, nascido em Morretes a 13 de Junho de 1841, casado em Maio de 1868 com Angelica Candida Macedonia Franco, no Rio Grande do Sul, filha de Leonardo da Costa Carvalho Macedonia, natural de Portugal, e de sua mulher Virginia Villela Macedonia, natural de Alegrete.
A imprensa de Porto Alegre assim biographa o Dr. James de Oliveira Franco e Souza:
«Honra hoje esta secção uma das figuras mais respeitaveis e mais dignas da magistratura rio-grandense.
«O desembargador James de Oliveira Franco e Souza, membro do Superior Tribunal do Estado desde 1893, desde 1895 é o seu Presidente. E vendo-o togado, em toda a sua dignidade, naquella casa, dá-nos elle a impressão dos senadores romanos, respeitaveis e dignos, julgando imparcialmente as causas do povo.
«S. s. nasceu em 13 de Junho de 1841, no Estado do Paraná, e é filho legitimo de Manoel Joaquim de

Souza e de d. Carlota Angelica de Oliveira Franco e Souza.

«Seguindo para S. Paulo, formou-se em 1864 em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade daquella cidade, onde, no seu rapido tirocinio academico, deixou um traço luminoso da sua clara intelligencia e saudades aos seus lentes de quem era elle grandemente estimado e respeitado.

«Formado, chegou o dr. James Franco ao Rio Grande do Sul, em 1864, sendo no anno seguinte nomeado Promotor Publico de Rio Pardo, cargo que deixou em 1866 para ir exercer as funcções de Juiz Municipal da Comarca de Alegrete.

«Em 1870 voltou para Rio Pardo, como Juiz Municipal, deixando-o annos após, para exercer a advocacia em Cachoeira.

«Durante mais dois annos conservou-se advogado, sendo muito procurado já pelo seu talento, já pela sua grande actividade e zelo.

«Installou a comarca de Passo Fundo, como Juiz de Direito que foi desde 7 de Setembro de 1875 a Novembro de 1878, indo, dahi, para o juizado de Santa Maria, cargo que occupou até Novembro de 1880, deixando, nessa cidade, como em todas as outras, sympathias sinceras e profundas.

«Nesse mesmo mez e anno assumiu as funcções de Chefe de Policia do Rio Grande do Sul, deixando-o em Janeiro do anno seguinte, tornando para Rio Pardo em Fevereiro, como Juiz de Direito dessa comarca.

«Em 1887 sahiu desse para o mesmo cargo em Cachoeira, conservando-se ahi até Dezembro de 1892.

«Corôando os seus innumeros serviços, o governo do Estado nomeou-o Desembargador do Superior Tribunal do Estado em Janeiro de 1893, occupando, desde 1895, até hoje, o elevado posto de presidente daquella digna casa.

«S. s. é tambem Soberano Grão Mestre da Maçonaria Rio Grandense á qual tem prestado relevantes serviços.

«Eis ahi pallidamente traçada a brilhante e invejavel carreira do desembargador James Franco, figura respeitavel e digna, que se tem imposto á consideração do Estado, pela sua elevação de sentimentos, pela immaculabilidade de caracter e clara intelligencia, cimentada por um estudo de largos annos.

«O nosso digno homenageado contrahiu casamento em 18 de Maio de 1868 na cidade de Cachoeira com d. Angelica Candida Macedonia, filha do distincto cidadão sr. Leonardo da Costa Carvalho e da exma. sra. d. Virginia V. Macedonia.

«Desse consorcio existem alguns filhos occupando todos magnificas posições.

«São elles: o dr. Leonardo Macedonia Franco e Souza, habil advogado, lente cathedratico e secretario da Faculdade de Direito; o dr. Arthur Franco de Souza distincto medico; o sr. Mario Franco e Souza, adiantado fazendeiro; o dr. Carlos Franco de Souza, talentoso engenheiro, e a exma. sra. d. Virginia Franco Masson, digna esposa do dr. Rodolpho Machado Masson.

«Nós, esboçando a vida do respeitavel desembargador James Franco, gloria da magistratura rio-grandense, nada mais fazemos que render sincero culto de homenagem á justiça, á bondade, á honra e ao civismo.»

(Do «Independente», de 4 de Março de 1909.)

A «Federação» de Porto Alegre assim noticiou a sua morte:

«Desembargador James Franco.

«Pela madrugada de hoje, approximadamente ás 2 horas, falleceu, nesta capital, o nosso illustre amigo desembargador James de Oliveira Franco e Souza.

«A noticia dessa morte, sabida logo ás primeiras horas da manhã, causou o mais fundo pesar na sociedade porto-alegrense, pois o desembargador Franco, que fallece aos 77 annos de idade, residia nesta capital ha mais de 25 annos, tendo aqui conquistado elevadissimo numero de amizades, a que fazia jús por seus magnificos dotes de espirito e de coração.

«Nascido em Morretes, Estado do Paraná, a 13 de junho de 1841, James Franco seguiu, ainda muito

joven, para a capital de S. Paulo, onde fez seus estudos.

«Formando-se em direito pela faculdade dali, em 25 de novembro de 1864, seguiu elle, pouco depois, para este Estado, aqui chegando em 20 de janeiro do anno seguinte.

«A 7 de fevereiro de 1865 foi o dr. James Franco nomeado promotor publico de Rio Pardo, cargo que exerceu até 21 de maio do anno seguinte, quando nomeado juiz municipal e de orphãos do Alegrete.

«A 1.º de agosto de 1870, voltou elle a exercer o cargo de promotor publico, sendo nomeado para a comarca de Alegrete, onde se conservou até 9 de setembro do mesmo anno.

«Voltando, nessa data, a exercer o juizado de orphãos, o dr. James Franco foi nomeado para Rio Pardo, de onde saíu a 10 de novembro de 1871, para assumir, ainda uma vez, o cargo de promotor publico, na comarca de Cachoeira.

«Nomeado juiz de direito, a 7 de setembro de 1875, o dr. James Franco foi servir na comarca de Passo Fundo, sendo depois transferido, successivamente, para as de Santa Maria, Rio Pardo e Cachoeira.

«Ali se conservou elle até 13 de janeiro de 1893, quando foi nomeado membro do Superior Tribunal do Estado.

«Nessa alta corporação juridica serviu o illustre magistrado durante 21 annos, tendo durante muitos annos exercido a presidencia do Tribunal, até 26 de maio de 1914, época em que foi attendido seu pedido de aposentadoria.

«O desembargador James Franco se aposentou com 43 annos de effectivo serviço publico, inclusive o periodo de 18 de novembro de 1880 a 10 de janeiro de 1881, durante o qual exerceu o cargo de chefe de policia do Estado.

«Durante o regimen monarchico pertenceu o desembargador Franco ao partido liberal, e, proclamada a Republica, adheriu ao novo regimen, filiando-se ao partido republicano, em cujas fileiras se conservou, sempre com a maxima distincção, até á morte.

«Era filiado á Maçonaria, e, com o gráo 33, exerceu as funcções de grão-mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, durante 9 annos.

«O venerando magistrado exerceu tambem durante 9 annos as funcções de fiscal do governo federal junto á Faculdade de Direito desta capital.

«O desembargador Franco, que hontem completava 50 annos de casado, deixa viuva a exma. sra. d. Angelica Candida Macedonia e Souza, e cinco filhos, o dr. Leonardo Macedonia Franco e Souza, advogado deste fôro e secretario da Faculdade de Direito; o dr. Arthur Franco de Souza, lente da Faculdade de Medicina; o dr. Carlos Franco de Souza, engenheiro residente em Pernambuco; o sr. Mario Franco e Souza, fazendeiro no municipio do Rosario, e a exma. sra. d. Virginia Franco Masson, viuva do dr. Rodolpho Masson.

«A excepção do dr. Carlos Souza, que é esperado amanhã de Pernambuco, todos os filhos do illustre morto se encontram nesta capital, onde pretendiam festejar as bodas de ouro de seus paes.

«O desembargador Franco deixa 9 netos.

«As ceremonias de encommendação e sepultamento, effectuadas hoje mesmo, á tarde, tiveram excepcional solemnidade.

«Com numerosissimo acompanhamento, foi o esquife transportado, a mão, da casa mortuaria, á rua Duque de Caxias n. 315, para á séde do Grande Oriente do Rio Grande, onde foi feita a encommendação.

«Foi recebido o esquife, na porta do templo do Grande Oriente, pelo marechal Carlos Frederico de Mesquita, coronel Joaquim Theodoro da Silva Santos, respectivamente grão-mestre e grão-mestre adjunto, major Miguel José de Vargas Giloca, Affonso Guimarães Lima, dr. Edmundo Monteiro e dr. Leopoldo.

«Collocado o caixão na urna funeraria, foi dado inicio ás ceremonias, conforme o ritual maçonico, precedidas pelo grão-mestre, marechal Carlos Mesquita.

«Fez o elogio funebre o dr. Leopoldo Biliot.

«O templo achava-se coberto de pesado crépe.

«Assistiram aos actos, os membros do supremo conselho, ministro de Estado do Grande Oriente, commissão da Grande Loja Chefe, do Conselho de Kadock, das lojas Progresso da Humanidade, Luz e Ordem, Orientação, Fidelidade e Firmeza, Regeneração, delegados e deputados de todas as lojas do Oriente e mais os srs.: Coronel Campos Netto, Antonio de Souza, Rosa Angelo Cardonari, coronel Leal Machado, major Orlando Motta, Zenon de Almeida, Onofre Segismundo, dr. Eduardo Velho Monteiro, Affonso Guerreiro Lima, coronel Juvencio Fontoura, dr. Serapião Mariante, dr. Sylvio Nascimento Barros, dr. Argemiro Cidade, dr. Carlos Teixeira da Silva, Solon de Andrade, dr. João de Deus Barbachan, capitão Alvaro Flores e Vicente Fernandes Cassal.

«Todos os maçons trajavam a rigor.

«Em seguida seguiu o corpo para a necropole, indo o caixão coberto de corôas.

«No cemiterio, foi aberto o caixão, no qual os maçons collocaram as luvas brancas que levavam.

«Uma banda de musica da Brigada Militar tocou marchas funebres por occasião da encommendação.

«O Grande Oriente do Estado tomou luto por 7 dias e suspendeu os trabalhos da Grande Secretaria.

«O Superior Tribunal do Estado, a Faculdade de Direito e o Grande Oriente hastearam bandeira, a meio pau, em signal de pesar pelo fallecimento do desembargador Franco.

«A Federação» apresenta pesames á familia do illustre morto.»

— Aposentado por Decreto de 31 de Maio de 1914, contando 43 annos, 6 mezes e 28 dias de relevantes serviços. Foi Presidente do Tribunal, de 15 de Junho de 1894 a 5 de Junho de 1914.

— Testamento do Desembargador James de Oliveira Franco e Souza.

E' este o seu testamento:

«Eu, o Desembargador James de Oliveira Franco e Souza, esperando a morte, resolvi faser o meu testamento, e o faço pela forma seguinte:

«Declaro que, tendo me casado com D. Angelica Candida Macedonia e Souza, na cidade da Cachoeira, no dia 17 de Maio de 1868, com minha esposa tenho vivido na maior harmonia possivel, e pois neste documento manifesto a minha eterna gratidão por tão digna consorte.

«Sou filho legitimo do capitão Manoel Joaquim de Souza e de D. Carlota Angelica Franco de Oliveira e Souza, tendo nascido a 13 de Junho de 1841 na então villa e hoje cidade de Morretes. Por morte de meu Pae, tendo ficado aos cinco annos de idade com mais sete irmãos debaixo da tutela e direcção de minha Mãe, por ella fui com meus irmãos encaminhado na senda da honra e do dever; a ella, cujo amor, austeridade de costumes e vigilante cuidado nunca nos abandonaram; a ella, que com desvanecimento posso comparar com Cornelia, mãe dos Gracchos, as minhas ultimas palavras de gratidão.

«Presentemente tenho cinco filhos legitimos, Dr. Leonardo Macedonia Franco e Souza, Dr. Arthur Franco de Souza, Mario Franco de Souza, Dr. Carlos Franco de Souza e D. Virginia Franco Masson, todos casados, á excepção do Dr. Carlos Franco de Souza, que é solteiro.

«Nomeio meus testamenteiros: 1.º a minha mulher D. Angelica Candida Macedonia e Souza, 2.º a meu filho o Dr. Leonardo Macedonia e em 3.º lugar a meu filho o Dr. Arthur Franco. Servirão de testamenteiros os que nomeio por ordem de collocação, o 2.º na falta do 1.º e assim por diante.

«Deixo á minha mulher D. Angelica Candida Macedonia e Souza o usufructo da metade da minha meação nos bens que existirem por occasião do meu fallecimento. Quero que nessa metade sejam incluidas as duas cazas que possuimos, a da rua Senhor dos Passos n. 79 e a da rua Garibaldi n. 101, pelo valor de dez contos cada uma; essa metade para o usufructo acima mencionado, incluidas nella as cazas referidas, por morte de minha mulher, será partilhada entre os meus legitimos herdeiros. A casa que possuimos na Praça

Conde de Porto Alegre, e rua Duque de Caxias n.º 315, deverá tocar á minha mulher e ser incluida em sua meação.

»Recommendo aos meus filhos que sejão sempre amigos, que se soccorrão mutuamente, que nunca abandonem o que estiver em necessidade ou em perigo, que tenham attenções e cuidados especiaes para com sua irmã Virginia, que, posto que casada com um moço distincto e bom -o Dr. Rodolpho Machado Masson-, poderá algumas vezes precisar das suas coadjuvações.

«Esta é a minha disposição de ultima vontade, feita de accordo com a lei, devendo ser pela justiça tida por boa, firme e valiosa.

Porto Alegre, 30 de Agosto de 1913.
James de Oliveira Franco e Souza.
Aberto a 21 de Maio de 1918.

Teve os seguintes filhos:

3-1 Dr. Leonardo Macedonia Franco e Souza, nasceu em Cachoeira, no Rio Grande do Sul, em 29 de Janeiro de 1872. Diplomou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em 22 de Dezembro de 1891. Residindo no Estado do Paraná, foi Promotor Publico de Campo Largo, de Junho de 1892 a Fevereiro de 1893 e da cidade de Curityba, de Setembro de 1893 a Junho de 1894. Foi Procurador da Republica no Paraná de Julho de 1894 a Junho de 1898. Em 5 de Outubro de 1895 contrahiu nupcias com Antonia Alves de Araujo, filha do Commendador Henrique Alves de Araujo.

Transferindo sua residencia para Porto Alegre em Janeiro de 1899, tem exercido a advocacia desde então e até hoje, na cidade de Porto Alegre. Na Faculdade de Direito, que ajudou a fundar em 1900, occupou o posto de Secretario desde 1902 até 1926, e é lente cathedratico de Direito Criminal desde 1902, tendo sido substituto desde 1900. Tem regido a cadeira, sem interrupção, até esta data.

Socio fundador do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul; é o Presidente dessa corporação.

E' membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

Filhos:

4-1 Angelica Macedonia Franco, nascida em 29 de Agosto de 1897 e casada em Fevereiro de 1927 com José Manoel de Macedo.

4-2 Laura Macedonia Franco, nascida em 17 de Setembro de 1899 e casada em 17 de Junho de 1924 com o Dr. Alvaro Cumplido de Santanna, medico.

Filho:

5-1 Alberto, nascido na Suissa, em 16 de Julho de 1926.

4-3 Dr. James Macedonia Franco, nascido em 13 de Maio de 1901, diplomado pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 29 de Março de 1922, é advogado em Porto Alegre. Solteiro.

3-2 Dr. Arthur Franco de Souza, nascido em 29 de Março de 1874, diplomado em Dezembro de 1896 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Lente das Faculdades de Medicina e de Direito de Porto Alegre, cadeiras de anatomia e de Medicina Legal. Casou-se em Novembro de 1903 com Julia de Castilhos Franco, filha do grande estadista Dr. Julio Prates de Castilhos. Falleceu em 31 de Julho de 1923.

Filhos:

4-1 Arthur de Castilhos Franco, nascido em Março de 1905. Solteiro.

4-2 Ilka de Castilhos Franco Perlhefter, nascida em Julho de 1906 e casada em Novembro de 1926 com Theodoro Perlhefter.

Filho:

5-1 Arthur, nascido em Novembro de 1927.

4-3 Paulo de Castilhos Franco, nascido em Abril de 1908. Solteiro.

3-3 Mario Franco de Souza, nascido em Julho de 1876, se casou em Maio de 1905 com Aristotelina Silveira. Fazendeiro em Jaguary.

Filho:
4-1 James Franco da Silveira, nascido em 1920.
3-4 Carlos Franco de Souza, nascido em 31 de Julho de 1878 e diplomado em engenharia pela Polytechnica de São Paulo, em 1905. Solteiro, exerce a profissão em São Paulo.
3-5 Virginia Franco Masson, nascida em 20 de Março de 1880. Casou-se em Março de 1904 com o Dr. Rodolpho Machado Masson, que era medico e lente da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e falleceu em Maio de 1914.
Filhos:
4-1 Affonsina, solteira, nascida em Dezembro de 1905.
4-2 James Franco Masson, nascido em Janeiro de 1908, aspirante ao 1.º posto do exercito em Janeiro de 1928.
2-8 Escolastica Joaquina de Souza Franco, casada com o Commendador Antonio Martins Franco, viuvo de Maria Angela Alves Franco, já descripta em volume anterior.
Teve:
3-1 Maria Augusta Franco Lima, casada com o Coronel Ernesto de Campos Lima. Residentes na Europa.
Sem filhos.

§ 2.º

1-2 Rita Anna de Cassia Franco Velloso, viuva de João Velloso Rebello, natural de Portugal, com quem se casou a 15 de Abril de 1838. Elle filho de Francisco Velloso Rebello e de sua mulher Josepha Maria da Silva. Sem descendentes.

§ 3.º

1-3 Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, foi Tenente Coronel de Cavallaria da Guarda Nacional em 1855, cavalleiro da Ordem de Christo, Juiz de Paz. Exerceu

varios cargos de eleição popular. Foi Director Geral de Indios no Paraná, cargo que lhe deu as honras de Brigadeiro. Politico de destaque, foi um dos mais prestigiosos e acatados chefes conservadores de Curityba, que lhe honrou o nome dando-o a uma das suas ruas. Falleceu em Curityba a 31 de Dezembro de 1876 sendo sepultado a 1.º de Janeiro do anno seguinte. O seu obito foi o primeiro registrado no Cartorio civil de Curityba. Foi casado em Curityba, d'onde era natural, a 22 de Fevereiro de 1838, com Escolastica Joaquina de Sá Ribas, filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas e de sua mulher Joaquina Francisca da Purificação, natural de S. Paulo.
Filhos:
2-1 Escolastica Franco de Bittencourt, casada com o Brigadeiro José Corrêa de Bittencourt, filho de Manoel José da Cunha Bittencourt, portuguez naturalisado, e de sua mulher Anna Dias. Com descendentes no 5.º volume desta obra em Titulo Correia de Bittencourt.
2-2 Joaquina Franco de Barros, casada com o Dr. Bento Fernandes de Barros, Dezembargador, ambos fallecidos. 6-2 de pagina 465 do 3.º volume, ahi a descendencia e traços biographicos.
2-3 Major Adolpho Ribas de Oliveira Franco, nascido em Curityba a 11 de Novembro de 1846, casado com Anna Rosa Garcez de Oliveira Franco, filha de Joaquim Moreira Garcez e de sua mulher Maria do Rosario Borges de Macedo.
Filhos:
3-1 Dr. Manoel de Oliveira Franco, advogado, formado pela Academia de S. Paulo em 19 de Dezembro de 1906.
Com traços biographicos em 7-1 de 6-5 de pagina 469 do 2.º volume.
3-2 Dr. João de Oliveira Franco, advogado, formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Casado com Hilda Faro, filha do General Antonio Netto de Oliveira Faro e de sua mulher Victoria Silva Faro. 7-4 de pagina

470 do 2.º volume, ahi os descendentes e traços biographicos.

3-3 Dr. Theodorico de Oliveira Franco, advogado, casado com Maria Olympia de Souza Pinto, filha do Coronel Constante de Souza Pinto e de sua primeira mulher Francisca Correia de Souza Pinto. 7-3 de pagina 470 do 2.º volume, ahi os descendentes.

3-4 Julio de Oliveira Franco, cirurgião dentista, residente em Curityba, casado com Maria José Ramos, filha de José Ramos e de sua mulher Carolina Ramos; casado em segundas nupcias com Zaida Barreto Pinto, filha do Dr. Barreto Pinto. 7-2 de pagina 470 do 2.º volume, ahi a descendencia.

2-4 Julio de Oliveira Franco, falleceu aos 33 annos de edade. Foi Tabellião, casado com sua prima Julia da Silva Pereira, filha de Francisco da Silva Pereira e de sua mulher Constança de Sá Ribas, irmã de Escolastica Joaquina de 1-3 do § 3.º 6-6 de pagina 471 do 2.º volume, ahi os descendentes.

2-5 Maria de Oliveira Ribas Franco, fallecida, foi casada com Jocelym Franco de Oliveira e Souza. 2-6 de 1-1 do § 1.º do Capitulo 1.º de pagina 567.

2-6 Francisca de Oliveira Franco, casada com José Lourenço de Vasconcellos Chaves. 6-3 de pagina 469 do 2.º volume, ahi os descendentes.

2-7 Thalia de Oliveira Franco, casada com o Professor Coriolano Silveira da Motta, fallecido, foi lente do antigo Lyceu Paranaense. Espirito emancipado, homem illustrado, jornalista e polemista de merito. 6-6 de pagina 507 do 2.º volume, ahi os traços biographicos e descendentes.

§ 4.º

1-4 Tenente Coronel João de Oliveira Franco, Commendador, natural de Curityba, onde se casou a 26 de Setembro de 1844 com Maria Rosa de Loyola, filha do Tenente José Ignacio de Loyola e de sua mulher

Guiomar Francisca da Silva. Vulto de valor e prestigio no Rio Negro, onde foi eleito Presidente da primeira Camara Municipal da Villa, elevada a esta dignidade pela lei provincial n.º 219 de 2 de Abril de 1870.

§ 5.º

1-5 Leocadia Franco de Paula ou Leocadia Ubaldina de Jesus, casada com o Major Antonio de Paula Xavier, filho de Francisco de Paula Xavier e de sua mulher Victoriana de Paula. 5-11 de pagina 480 do 1.º volume, com as correcções de pagina 618 em errata do 2.º volume e 1-3 de pagina 336 deste 4.º volume.

§ 6.º

1-6 Tenente Coronel Luiz José de Oliveira Franco — Lica Franco —, casado com Maria da Gloria Taborda, filha do Coronel Ricardo José Taborda Ribas e de sua mulher Francisca Lustoza de Andrade Taborda Ribas.

Foi Collector das Rendas Geraes em Curityba, nomeado pela Provincia de S. Paulo. Em 1853 deixou esse cargo retirando-se para o Sul, d'onde não mais voltou.

Sem descendentes.

§ 7.º

1-7 Francisca Candida de Assis Munhoz, falleceu em Paranaguá a 3 de Julho de 1861, foi casada em Novembro de 1840 com o Tenente Coronel Caetano José Munhoz. Elle era natural de Paranaguá, onde nasceu em 1817, e falleceu em Curityba a 6 de Julho de 1876. 4-1 de pagina 237 do 1.º volume, ahi os traços biographicos e descendentes.

§ 8.º

1-8 Tenente Miguel Gonçalves de Oliveira Franco, nas-

cido em Curityba a 14 de Outubro de 1822, casado com Anna Joaquina Franco.
Filhos:
2-1 João Gonçalves Franco, fallecido.
2-2 Augusto de Oliveira Franco.
2-3 Antonio de Oliveira Franco.
2-4 Maria Luiza, fallecida.
2-5 Leopoldino, fallecido.
2-6 Gabriel, fallecido.
2-7 Amelia Franco, casada com seu primo João Gonçalves Franco, filho de Joaquim Gonçalves Franco e de sua mulher Ursulina Franco.
2-8 Lindolpho, fallecido aos 18 annos.
2-9 Maria, fallecida em criança.
2-10 Luiza, fallecida em criança.
2-11 Gabriel, fallecido em criança.
2-12 Leopoldino, fallecido em criança.
2-13 João, fallecido em criança.

§ 9.º

1-9 Tenente Coronel Paulino de Oliveira Franco, casado com Mathilde Januaria de Souza Franco, sua sobrinha, filha de Carlota Angelica, 1-1 do § 1.º
Filhos:
2-1 Paulino de Souza Franco, Alferes de infantaria, ajudante de ordens do então Presidente da Procia do Paraná, Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay. Falleceu a 12 de Maio de 1888. Contrahiu matrimonio com Escolastica Lustoza de Andrade. Tinha o curso de infantaria e cavallaria da antiga Escola Militar da Praia Vermelha.
Filho:
3-1 Marcillio, fallecido em criança.
2-2 Capitão João de Souza Franco, Engenheiro militar, da arma de cavallaria. Tinha o curso das tres armas. Destacou-se como aprimorado official de cavallaria, tanto na pratica como na theoria; eximio instructor de equitação, foi um dos organisadores da primeira instrucção brasileira conhecida sob a denominação de «Instrucção Marinho», do General José Maria Marinho da Silva de quem era intimo amigo. Exerceu com destaque o cargo de instructor da antiga Guarda Nacional da Côrte, no regimen monarchico. Fez a campanha de 1894 como fiscal do 1.º Regimento de Cavallaria. Seguio para a Bahia a tomar parte na campanha de Canudos; ferido em combate, falleceu em S. Salvador em Julho de 1897, em estado de solteiro.
2-3 Carlota Franco Braga, casada a 24 de Junho de 1876 com o professor Nivaldo Teixeira Braga, nascido em Curityba a 25 de Abril de 1852, filho de João Antonio da Silva Braga, natural de Portugal, e de sua mulher Zulmira da Purificação Braga, natural de Curityba, 2-3 de 1-3 adiante.
2-4 Capitão Angelo de Souza Franco, da arma de infantaria; bacharel em mathematica e engenheiro militar. Fez a campanha de 1894, no Estado do Rio Grande do Sul, sendo desligado da Escola Militar e encorporado ao 3.º Batalhão de Infantaria, como Alferes em commissão. Servio nos antigos 17.º e 39.º batalhões de infantaria, neste Estado. Falleceu nesta capital em Maio de 1908 em estado de casado com sua prima Nathalina Fortes Nogueira. Morto em plena juventude e depois de ingentes esforços para conseguir uma posição condigna na carreira que escolheu, não chegou a desfructar o resultado de tamanha luta. Sem filhos.
2-5 Capitão Cezar Augusto de Souza Franco, da arma de infantaria do exercito. Contrahiu nupcias nesta capital com Henriqueta Saldanha Franco, viuva do 1.º Tenente Antonio Catão Mazza. Foi um dos combatentes na heroica Lapa, onde permaceu desde o começo do sitio até a capitulação, que o encontrou ferido por estilhaço de granada no ante-braço esquerdo. Reformado no posto de capitão, falleceu em 8 de Dezembro de 1921.
Com descendentes descriptos no 2.º volume em 7-6 de pagina 360.
2-6 Herminia Franco da Cunha, casada em primeiras nu-

pcias com Secundino Eustachio da Cunha, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em Canudos. Em segundas nupcias se casou com Alvaro Mendes, commerciante em Curityba.
Teve do primeiro matrimonio:
3-1 Hugo.
3-2 Bertelot Franco da Cunha, casado com Ayr Carneiro, filha do Coronel Annibal Carneiro e de sua primeira mulher Maria Izabel Borges Carneiro, filha de José da Silveira Borges, natural de Portugal, e de sua mulher Francisca Moreira Borges.
Filhos:
4-1 Ivan.
4-2 Celso.
4-3 Ivanda.
4-4 Ozail.
3-3 Dinorah.
Do segundo matrimonio teve:
3-4 . . .
2-8 Manoel Euphrasio de Souza Franco, 1.º Tenente da arma de cavallaria, ex-alumno das antigas escolas militares de Porto Alegre e do Ceará. Tem o curso de tiro da Escola Pratica do Realengo. Contrahiu nupcias no Estado do Rio Grande do Sul com Corina Térra Franco, filha de fazendeiros rio-grandenses e sobrinha do Conselheiro José Francisco Diana, ultimo ministro das relações exteriores do regimen monarchico. Serviu neste Estado nos 13.º e 14.º regimentos de cavallaria. Promovido a 1.º Tenente para o 2.º Pelotão de Estafetas que organisou e commandou de 1911 a 1914. Essa unidade suprio o Palacio da Presidencia das ordenanças montadas no periodo da Guerra do Contestado, por defficiencia da força do Estado que se achava em operações no interior. Tomou parte a bordo da Esquadra Legal contra os revolucionarios de 1894. Pedio reforma em 1914, por contar mais de 25 annos de serviços. Tem a medalha militar de prata, insignia de mais de 20 annos de bons serviços prestados. E' o actual Prefeito Municipal de Guarakessaba.

Filhos:
3-1 Altino Térra Franco.
3-2 Eloah Térra Franco.
3-3 Leony Térra Franco.
3-4 Doutora Olina Térra Franco, medica, formada pela Faculdade de Medicina do Paraná, na turma de 1928; em 15 de Dezembro do mesmo anno defendeu com brilhantismo a these: «Constituições Psychopathicas», sendo approvada com distincção.
3-5 Berthelot Térra Franco.
3-6 Yollanda Térra Franco.
3-7 Olga Térra Franco.
3-8 Onélia Térra Franco.
2-9 Maria de Souza Franco, falleceu em estado de solteira.

§ 10.º

1-10 Benjamin Constant de Oliveira Franco, casado com Izabel do Sacramento, filha de Antonio Rufino Nunes e de sua mulher Anna Maria do Sacramento.
Filhos:
2-1 Antonio.
2-2 Marcellino.
2-3 Escolastica.
2-4 Julia Praxedes Franco, casada em Ponta Grossa com João Domingues Moreira, filho de outro de igual nome e de sua mulher Mathilde Luiza da Rocha.
2-5 Maria da Luz Franco.
2-6 Francisca Franco.

§ 11.º

1-11 Gabriella Franco Lustoza de Andrade, casada com o Tenente Coronel Antonio Ricardo Lustoza de Andrade. 5-2 de pagina 253 do 2.º volume, ahi seus traços biographicos, ascendentes e descendentes.

CAPITULO 2.º

2 — Patricio de Oliveira Cardoso, casado com Anna Rita de Paula Teixeira, fallecidos.
Sem descendentes.

CAPITULO 3.º

3 — Tenente João Baptista Teixeira Guimarães, nascido a 24 de Junho de 1796. Foi descobridor do Campo Erê. Casado em primeiras nupcias com Maria Rita da Purificação, filha do Capitão-Mór José Manoel Ferreira e de sua mulher Iria da Conceição. Casado em segundas nupcias com Francisca Antonia Frias.
Do segundo matrimonio não teve filhos:
Do primeiro teve:

1-1 Brasilia Teixeira Gomes de Medeiros § 1.º
1-2 Libero Teixeira Guimarães § 2.º
1-3 Zulmira Rita da Silva Braga § 3.º
1-4 Frederico Teixeira Guimarães § 4.º
1-5 Alzira, fallecida § 5.º
1-6 Maria Rita Guimarães § 6.º

§ 1.º

1-1 Brasilia Teixeira Gomes de Medeiros, casada com José Gomes de Medeiros, filho do Tenente Joaquim Gomes de Medeiros e de sua mulher Jacintha Rosa, fallecida em Curityba em Junho de 1870; esta, mãe de Jeronymo Gomes de Medeiros, Alexandre Gomes de Medeiros e Anna de Medeiros.
Teve: (Por informações.)
2-1 Horacio Gomes de Medeiros.
2-2 Carolina de Medeiros Caxambú, casada com Horacio Caxambú.
2-3 Francisco Gomes de Medeiros.
2-4 Manoel.

§ 2.º

1-2 Libero Teixeira Guimarães, casado com Jesobina de Pinho Ribas, filha de Manoel de Pinho Mourão e de sua mulher Delphina Ribas, 6-6 de 5-12 de pagina 402 do 2.º volume, ahi os ascendentes.
Sem filhos.

§ 3.º

1-3 Zulmira Rita da Silva Braga, nascida em Ponta Grossa a 16 de Novembro de 1832 e fallecida a 17 de Abril de 1896 em Mogy-Mirim, S. Paulo. Casada na Lapa com João Antonio da Silva Braga, nascido em S. Pedro de Maximino-Arcebispado de Braga-Portugal. Veio para o Brasil com 22 annos de edade, se estabelecendo primeiramente em Piracicaba e d'ahi passou a residir na Lapa, onde se casou, vindo a fallecer em Curityba a 11 de Abril de 1879.
Teve:
2-1 Professora Alzira Braga dos Santos, nascida na Lapa a 6 de Maio de 1848. Casada com Joaquim Antonio dos Santos Ribas, negociante, filho de Manoel Antonio dos Santos e de sua mulher Mariana Ferreira Prestes.
Teve:
3-1 Maria da Conceição Braga Ribas, casada com Joaquim Candido Correia Ribas.
3-2 Manoel dos Santos Ribas, funccionario ferroviario, casado com Aurelia Rolim de Moura Ribas.
3-3 João Braga dos Santos Ribas, pharmaceutico, casado com Anna Rolim.
3-4 Antonio Braga dos Santos Ribas, industrial, casado com Luiza Marietta C. del Claro.
2-2 Conego João Evangelista Braga. Desejando dar uma bôa noticia sobre o grande pensador que foi o Conego Braga, procuramos o venerando sacerdote Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, e d'elle solicitamos alguns dados sobre a vida do nosso biographado. Elle, com a bondade que o caracterisa, recorreu ao Professor Nivaldo Teixeira Braga, de saudosa memoria, pedindo-lhe que nos

fornecesse esses dados relativos a seu irmão. Com a carta inclusa, nos enviou o Professor Nivaldo os traços principaes da vida do seu grande irmão e que com satisfação transcrevemos em seguida a ella:

«Illustre quão operoso Snr. Francisco Negrão.

«Escrevendo o presente perfil biographico do Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga, respondo tambem a amistosa carta de 2 de Julho cadente, que me escreveu Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, amigo e collega desse meu finado irmão, sacerdote distincto por muitos predicados bons, Prélado Domestico do Pontifice Romano, e Cura da Sé desta Cidade de Corytiba e cuja carta (que me despertou saudosas recordações, não só desse meu irmão mais velho, quão cedo roubado ás glorias patrias e aos levitas christãos, como tambem dos tempos idos em que o Monsenhor Celso Itiberê da Cunha parochiou Votuverava, Açunguy de Cima e Serro Azul e em que tambem soube manter a cordialidade entre seus parochianos, senão até fazer de sua Parochia um segundo Seio de Abraham) contém o honroso appello que Vossa Senhoria fez, por intermedio do illustre Monsenhor Celso Itiberê da Cunha — Pois muito estimarei que o modesto perfil biographico do Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga, por mim escripto *à vol d'oiseau,* tenha tambem guarida entre as selectas biographias de outros Paranaenses illustres, que Vossa Senhoria haja de dar á luz da publicidade. Minha edade já bastante avançada, meus sôffrimentos physicos e, maximé, o labor mal compensado para tambem pôder ganhar o pão quotidiano nesta quadra terrivel e repléta de provanças de toda a sórte, me priva do tempo preciso para produzir melhor trabalho.

«E, sem mais assumpto, subscrevo-me, com particular estima e tambem com toda a consideração:

De Vossa Senhoria,
coestadino, amigo e criado
Nivaldo Teixeira Braga,
Lente de Humanidades e tambem o ultimo dos Paranaenses.
Corytiba, 21 de Julho de 1918.

«Perfil biographico do Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga.

"L'âme intelligent est la forme du corps humaine!...
(Concile Ecuménique de Vienne.)

«Dentre o avultado numero de sacerdotes brasileiros, sempre em progressão crescente, que constituem os Levitas da Igreja Brasileira e que hão ainda constituir, com os respectivos rebanhos, o Patriarchado dos Estados Unidos do Brasil, destaca-se o venerando vulto do Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga, embora, nos ultimos tempos de sua preciosa existencia, já algum tanto alquebrado physicamente pelo peso dos annos e pelo trabalho inglorio de tão devotado Apostolo do Christianismo, ora simples Lente Cathedratico do Instituto e da Schola Normal do Paraná, depois de ter exercido brilhantemente cargos bastante salientes na Diocése de São Paulo e depois de ter tambem recusado abnegadamente o baculo episcopal da Diocése de Corytiba, quando a Sancta Sé expediu a bulla *"Ad universas orbis ecclesias"* a 27 de Abril de 1892, que creou o bispado de Corytiba das porções territoriaes dos Estados do Paraná e de Sancta Catharina, segundo nôl-o declarou o finado quão virtuoso Bispo D. Lino Dêodato Rodrigues de Carvalho, que conhecia de perto, (por ter residido longo tempo em sua companhia, como secretario do Bispado de São Paulo) as virtudes privadas e civicas, do Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga, a quem estimava e considerava pessôalmente como se fôra seu filho adoptivo.

«Tão illustre ministro da Igreja Catholica Romana, quão distincto homem de lettras, nasceu na cidade da Lapa, quando esta tinha ainda o predicamento e a denominação de — Villa do Principe — da antiga quão vasta Comarca de Corytiba, ora Estado do Paranã, a 17 de Fevereiro de 1850; e teve por progenitores ao honrado subdito portuguez João Antonio da Silva Braga e a respeitavel matrona D. Zulmira da Purificação Braga, ambos já fallecidos: esta jaz no Cemiterio Municipal da Cidade de Mogy Mirim

do Estado de São Paulo, e aquelle, no Cemiterio Municipal da Capital do Paranã tambem sob modesto carneiro advindo da respectiva piedade filial.

«Depois de ter feito seu Curso de Humanidades, *"inpartibus"* no antigo quão afamado Lycêo de Corytiba, d'onde tambem sahiram tantos outros Paranaenses, distinctissimos por muitos titulos, que souberam illustrar os nomes de suas familias e nobilitar com nobres feitos á terra-natal, senão elevar bem alto o Paranã, em Particular, e o Brasil, em geral — fez tambem no Seminario Episcopal de São Paulo, como pensionista da então Provincia do Paranã, sua educação ecclesiastica (—ahi nesse Sanctuario do Catholicismo, onde serviu, durante longos annos, de Lente até de Thêologia Dogmatica, onde tivéra como discipulos aos Arce Bispo D. José de Camargo Barros, de infausto passamento e tambem de saudosa memoria, e D. Lêopoldo Duarte da Silva e donde tambem sahiram tantos outros sacerdotes illustres, que têm sabido enaltecer o Brasil Catholico); e foi ordenado presbytero, a 8 de Dezembro de 1875, pelo saudoso Bispo D. Lino Deodato de Carvalho—

«No dia 24 de Junho de 1876, na Igreja de Nossa Senhora do Rosario, que então servia provisoriamente de Matriz de Parochia de Corytiba, ante numeroso concurso de fieis e presentes tambem os Snrs. Drs. Adolpho Lamenha Lins, então Presidente do Paranã, e Justiniano de Mello e Silva, então secretario do Governo Provincial, Tenente José Lourenço de Vasconcellos Chaves, Ajudante de Ordens da Presidencia, Dr. José de Souza Ribas, Chefe de Policia, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Juiz de Direito de Corytiba, assim como as demais auctoridades civis, militares e ecclesiasticas e selecto concurso de familias da élite corytibana, cantou o Revmo. Snr. Conego João Evangelista Braga sua primeira missa (aliaz, Missa-Nova, conforme a expressão popular), havendo então pregado ao Evangelho o Revmo. quão virtuoso e venerando Padre Agostinho Machado da Silva e Lima, de grata memoria; fez casar, em acto continuo a seu

irmão Nivaldo Teixeira Braga com a virtuosissima quão prematuramente roubada as caricias de seu desolado esposo e de suas extremosas filhas D. Carlota Franco Teixeira Braga, de saudosa recordação; e tambem baptisou e poz os Sanctos Oleos a nosso irmão então menor, Dr. Antonio Turibio Teixeira Braga, ora Juiz de Direito da Comarca do Tibagy, á quem mandou educar (assim como a nossa irmã, então tambem menor em edade, D. Amelia Braga Rolim, dilecta esposa do Snr. Parahilio Rolim d'Oliveira Ayres).

«Parochiou as Cidades da Franca do Imperador, de Mogy Mirim e do Rio Claro, no Estado de São Paulo, e de Ponta Grossa e da Lapa, no Estado do Paranã. Teve assento, como Conego Cathedratico, na Sé de São Paulo, cuja cadeira resignou expontanêamente perante o virtuoso Bispo D. Lino Deodato de Carvalho, que derramára n'essa occasião copiosas lagrimas por se vêr privado repentina e inesperadamente de uma das tangentes mais luminósas de seu Cabido; foi durante longo periodo, Vigario Geral Fôrense do Paranã (alias o 2.º), cujo mandato diocesano desempenhou criteriosamente, como bem o provão os respectivos Livros de Tombo das Igrejas parochiaes por elle visitadas como Delegado do bispo de São Paulo, as milhares de pessôas que chrismou, fez casar e baptisou, as felicitações que teve então das Municipalidades de Corytiba, da Lapa e de Ponta Grossa e as recepções brilhantes, senão tão solemnes como as episcopaes, — *"mutatis mutandis"* —, que teve dos Parochos e dos Parochianos das localidades visitadas, como bem o attestão os Annaes da Imprensa Paranaense; desempenhou as funcções de Secretario do Bispo de São Paulo, de cujo cargo obteve exoneração apóz reiterados pedidos seus; visitou por delegação diocesana do Bispo de São Paulo, então Monsenhor Cardeal D. Arco-Verde, as povoações do Sul de Minas Geraes, que presentemente constituem a Diocése de Pouzo Alegre, onde teve brilhante recepção, chrismou milhares de pessôas e

presidiu, na Cidade de Pouzo Alegre, um jantar selecto que lhe fôra offerecido, tendo a sua destra o Snr. Dr. Severiano Brandão, então Presidente do Congresso Legislativo de Minas Geraes.

«Foi tambem um filho exemplar (assim como tambem fôra um irmão abnegado, que pôderia ter ficado rico, se não tivesse partilhado com os seus, e até com estranhos, que, em dia aziago recorrêram tambem á sua generosidade e philantropia, o abençôado fructo de seu trabalho quotidiano), havendo servido de arrimo a nossa veneranda mãi, depois que esta enviuvára, e de pai adoptivo a nossos irmãos, então de menor edade, D. Amelia Braga Rolim e Dr. Antonio Turibio Teixeira Braga e havendo tambem ficado pobre, no ultimo quartel de sua vida, a ponto de ter-se visto forçado a leccionar Portuguez, Latim e Francez, em cujas especialidades fôra mestre consummado como bem o attestão os juizos insuspeitos de philologos eruditos de São Paulo, Rio de Janeiro e até de Lisbôa, da Cidade do Porto e de Roma, para tambem ganhar o pão quotidiano.

«Foi preconisado Bispo Titular de Bethlem por Leão XIII, em virtude da indigitação feita por D. Julio Fonti, quando Nuncio Apostolico acreditado juncto do Governo Federal do Brasil, assim como seu illustre quão erudito collega de Seminario e tambem ex-pensionista do Governo do Paranã quando ainda ordenando, como o finado Monsenhor Manoel Vicente da Silva tambem o fora Bispo de Nazareth, cujo breve da Sancta Sé deixou, talvez, de ser promulgado em consequencia do subsequente passamento do inclyto Pontifice Romano e tambem por não terem ambos os preconisados insistido com a Curia Romana pela respectiva confirmação.

«Teve, como orador, grande facilidade para fallar e a dicção espontanea e fluente, de modo que as concepções as mais sublimes emanavão-lhe dos labios espontaneamente, tal como já o succedêra outr'ora aos celebres prégadores Padres Antonio Vieira e Frei Monte-Alverne, com toda a uncção que soé costumar advir dos Montesquieu, Fenelon e Chateaubriand; teve tambem grande facilidade para escrever, quer como prosador, quer como poeta, como bem o attestão os Annaes da Imprensa do Paranã, de São Paulo e da Capital Federal, em que se exhibiu galhardamente, não só como simples collaborador, como tambem como redactor, primando, sobre modo, como poeta, cujo éstro fulgurante resplandece admiravelmente no bello e compungente poêma sacro — *Ecce-Homo,* ainda inedito, como outras producções intellectuaes suas, entre as quaes se destacão — Os cacetes, em latim *macarroni* e de tão grande chiste que é capaz de provocar o riso até aos hypocondriacos; diversos Sonetos á Virgem Maria, alguns tractados de Syntaxe Portugueza e Franceza e, maximé, sua preciosa e classica Monographia da particula — se —, já editada por seu auctor sob os auspicios pecuniarios do Governo Paranãense e ainda não divulgada, — *"Chi lo sa"*.

«Tão illustre Ministro de Christo quão distincto homem de lettras, falleceu as 6 horas da tarde do dia 8 de Dezembro de 1913, em sua confortavel residencia, a rua Marechal Deodoro, desta Cidade de Corytiba, na sancta paz dos justos: pouco antes de se finar, foi ungido por Monsenhor Celso Itiberê da Cunha e mostrou-se por isso resignado e satisfeito, muito embora, já moribundo, me tivesse então fitado seu olhar dolente e lhe deslisassem tambem pelas faces lividas, duas lagrimas amargas, como os travos que lhe abreviaram a existencia no ultimo quartel da vida.

. . . .

«Seu funeral foi bem concorrido, não só pelas auctoridades civis, militares e ecclesiasticas, como tambem por muitas pessoas de sua amisade e por diversos lentes e estudantes, dobrando o sino grande da Cathedral, assim como os sinos da Igreja do Rosario, quando o respectivo féretro passou pela praça Tiradentes, e pondo tambem o Instituto Paranãense e a Escola Normal do Estado as respectivas bandeiras a meio páo — E jaz no mausoléo do Cemiterio Municipal desta Capital, que mandou construir, alguns

mezes antes de fallecer, com quatro compartimentos; algum tempo depois, tambem occupados pelos treis innocentes anjos Arnaldo Moacyr, Galeane Antenor e Dejarbas Franco Braga Lui...

« . . . sobre tão distincto Paranãense quão eminente Apostolo do Christianismo, cuja vida está repléta de nobres feitos, parece que tambem pairarão aquelles treis anjos do Apocalypse de que nos falla a Lenda Catholica: Fé, Esperança e Caridade...

«Nivaldo Teixeira Braga, Lente de Humanidade e tambem o ultimo dos Paranãenses...

«Corytiba, Capital do Estado do Paranã, 23 de Julho de 1918. — Vid- portanto, meu Diccionario Geographico e Descriptivo do Estado do Paranã e tambem meu Paranã Pictoresco, embora estejão ambos ainda ineditos por falta de meios pecuniarios para tanto....» —

—O Erudito Conego Braga foi um dos Paranaenses que muito elevou sua terra natal. Grande philologo, emerito pensador, de uma philosophia propria, sã e sem affectação sectarista, timbrava em conviver com pessoas emancipadas, em cuja intimidade, dizia se sentir sempre bem.

—Era um grande livre pensador, na accepção perfeita do vocabulo; disso deu elle inequivocas provas. Formou, com seus irmãos, um formidavel bloco do saber, d'onde se diffundia proveitosos ensinamentos a seus contemporaneos. Despido de preconceitos, bom e generoso, gosava de largo circulo de verdadeiros amigos, que o admiravam pelo seu saber, virtudes e suggestiva sympathia. Foi esse o venerando e saudoso Conego João Evangelista Braga. Patriota extremado, poderiamos salientar delle dous factos caracteristicos. Por occasião da decisão contra nós, da Questão de limites com S. Catharina, quando o povo exaltado correu ao Palacio Presidencial em memoravel meeting, já noite, por entre a multidão foi visto o velho e amado sacerdote que era o Conego Braga, que, por entre estrepitosos applausos uzou da palavra electrisando a multidão, mostrando a monstruosidade

do acto que tão profundamente feria os corações paranaenses, e ao terminar o seu patriotico discurso disse: «Como sacerdote que sou não sei manobrar uma arma de fogo, mas, no meu quintal, bem proximo a porta dos fundos, plantei ha tempos uma semente, esta germinou, se fez arbusto, cresceu, se fez uma bella arvore, erecta, tem pouco mais que a grossura de uma bôa bengala, e a altura de um homem, assim, deste tamanho, pois vou cortal-a bem rente ao solo, para não perder siquer um centimetro de seu lenho, farei della um bastão para defender o sagrado territorio do Estado que nos querem roubar, para entregar a nossos contendores» — Escusado é dizer o effeito que taes palavras produziram no auditorio. Outra feita, achava-se pregando no pulpito, na Cathedral de Curityba, n'esse momento irrompem ao centro da Praça Tiradentes, hymnos e vivas: Era a inauguração festiva e solemne da Estatua do extraordinario Floriano Peixoto. O Conego Braga, mesmo do pulpito, fez enthusiastica exhortação aos que se achavam na cathedral assistindo as solemnidades religiosas, e terminou com estas palavras: «Ouvis, são os hymnos patrioticos entoados em honra ao grande Brasileiro que foi Floriano Peixoto, que hoje tem a recompensa de seus serviços memoraveis prestados á Patria, com a erecção de sua estatua na nossa principal praça. Convido o povo catholico a unir os seus applausos aos que os seus admiradores rendem ao soldado estadista. Convido a todos os presentes a me acompanharem até a Praça Tiradentes e alli, todos nós, sem distincções de sectarismos politicos ou religiosos, renderemos esse culto merecido ao grande Brasileiro.» Em seguida, ao passar pelo gradil da Cathedral, colheu pequeninos ramalhetes de madresilvas e os foi espargir no pedestal da Estatua do Marechal de Ferro. Esse facto testemunhado por todos nós da commissão dos festejos, foi commentado e applaudido com enthusiasmo e commoção profunda.

***

Terminados com brilhantismo os preparatorios, ma-

triculou-se no Seminario Episcopal de São Paulo em 24 de Junho de 1870.
Avantajou-se sempre aos seus condiscipulos pela applicação aos estudos e pelos raros dotes de seu espirito. A 31 de Março de 1872 recebeu tonsura e ordens menores. A 19 de Abril de 1874 recebeu a sagrada ordem do sub-diaconato. A 3 de Maio recebia o diaconato, e a 8 de Dezembro de 1875 recebia a ordem do presbyterato. Durante largos annos regeu diversas cadeiras no Seminario Episcopal, mostrando ahi a sua profunda competencia e illustração. Foi lente de eloquencia sagrada, mestre de disciplina e direito espiritual em 1879. Em 1880 publicava um livro — o Novo mez do Sagrado Coração de Jesus — obra muito elogiada em Roma, e que, a breve trecho, se espalhou por todo o Brasil. Jornalista emerito, o seu talento brilhou em diversos jornaes e em varias revistas. Mais tarde fundou o jornal «A Patria», onde, com elevação de vistas, com muita erudição e aprimorado estylo, tratou de importantissimas questões religiosas, sociaes e phylosophicas. Seus merecimentos fizeram com que fosse nomeado Conego Cathedratico da Sé de S. Paulo.
Pouco depois, em brilhante concurso, occupava no Cabido o cargo do theologal.
Em 1881 veio para o Paraná como Vigario de Ponta Grossa servindo até 1882, quando retirou-se para a Lapa onde foi Vigario da Vara, e dahi logo depois para Curityba, como Vigario Geral Forense, cargo que deixou, para exercer o de Secretario do bispado de S. Paulo.
Constantemente preoccupado com interessantes estudos, o Conego Evangelista Braga desenvolvia sua actividade intellectual em trabalhos que lhe consagram o nome, honrando o Brasil e enaltecendo o seu Estado. Sua dedicação pela Egreja e pela Patria formavam a divisa de toda sua existencia.

2-3 Professor Nivaldo Teixeira Braga, nascido na cidade de Curityba a 25 de Abril de 1852. Casado com Carlota Franco Braga, 2-3 de pagina 581 deste volume.

Cursou o Lyceu Curitybano onde estudou Portuguez, Francez, Inglez, Allemão, Latim, Philosophia, Logica, Historia, Geographia, Mathematica, etc.
Com seus illustrados irmãos, Conego João Evangelista Braga e Libero Badaró Teixeira Braga, fundou no interior do Estado de S. Paulo um importante estabelecimento de ensino que mais tarde transferio para o Paraná.
Philosopho e pensador, o illustre Mestre teve de fechar o seu estabelecimento devido a serios encommodos mentaes, que lhe prejudicaram para o resto da vida. Collaborou em quasi toda a imprensa provinciana e mesmo na de fóra da Provincia. Foi Director do jornal «Cruz Machado» e da «Revista do Paraná».
Regeu com grande e reconhecida competencia, cadeiras de instrucção publica primaria em Curityba, Morretes e Votuveráva. Em 1879 deixou o magisterio publico por ter sido removido acintosamente, por motivos politicos para — «Sacco de Tambarutaca» — insignificante lugarejo do municipio de Paranaguá. Pertenceu sempre ao partido Conservador, e os Liberaes, senhores da situação o procuraram ferir, pela firmeza de suas convicções partidarias. Não acceitou a remoção e exonerou-se do magisterio publico que tanto honrou e engrandeceu.
Montou então em Curityba o «Collegio Curitybano»-que marcou época pelo grande successo. Extraordinario foi o numero de alumnos que se matricularam nesse estabelecimento modelar, e cujos resultados foram demonstrados nos fins de cada anno por occasião dos exames de seus alumnos.
No antigo regimen fazia parte das bancas examinadoras de preparatorios do Instituto Paranaense e de examinador nos concursos realisados nas Repartições Publicas. Redigiu o catalogo da Exposição preparatoria para o grande certamen Universal de Berlim, em 1886, trabalho que mereceu referencias encomiasticas do «Jornal do Commercio» e da «Gazeta de Noticias», do Rio de Janeiro.

Mentalidade robusta, talento fulgurante foi um dos grandes luminares do ensino e da instrucção do Paraná. Mesmo no seu desequilibrio mental, ministrava explicações a estudantes do Gymnasio Paranaense, e escrevia brilhantes apostillas dessas materias reveladoras ainda de seus invejaveis conhecimentos.

E' auctor do importante — «Diccionario Historico e Geographico do Paraná» — que infelizmente só teve publicado os seus primeiros fasciculos.

Esta obra parece ter desapparecido na voragem destruidora do tempo, devido a seus encommodos mentaes.

Este Diccionario foi escripto em 1879, segundo o «O Paranaense» de 16 de Março desse anno que, dando noticia da obra dá a seguinte summula: «O Diccionario Geographico, historico, biographico e descriptivo da Provincia do Paraná, confeccionado pelo Professor Nivaldo Teixeira Braga, brevemente dar-se-ha publicação em fasciculos de 50 paginas cada um a razão de 500 réis cada um, para a impressão de tão util quão importante obra que todos os paranaenses patrioticos não devem deixar de possuil-a, visto como, contem ella a historia, orographia, hydrographia, climatologia, mineralogia, phyctologia, zoologia, os homens celebres, as principaes familias, chefes politicos, presidentes e outras autoridades superiores, ethnographia, industria da Provincia, phenomenos da natureza, topographia paranaense, enriquecida com a sua divisão politica, administractiva, judiciaria e ecclesiastica, bem como com a descripção e classificação de quasi todas as suas producções naturaes, alem de uma pharmacopéa de mais de 300 especies de vegetaes empregados em nossa clinica domestica».

—A idéa da organisação de um Diccionario Historico e Geographico da Provincia do Paraná partiu do Club Litterario de Curityba, que em 25 de Junho de 1877, pela «Provincia do Paraná» nomeou uma commissão tendo por presidente o Tenente Coronel Antonio Ricardo Lustoza de Andrade para se encarregar da collecta de documentos precisos á organisação da obra. Na circular então destribuida foi formulado o vasto

plano da obra, dividido em capitulos, titulos e sub titulos. Devia abranger ahi toda a vida paranaense, desde a povoação, descobrimentos, relações com os indigenas, estabelecimentos das reducções, introducção do gado e arvores fructiferas etc. Separação da Provincia e suas consequencias e antecedentes, vias de communicações, etc. etc.

Dahi partiu o interesse do Professor Nivaldo em escrever o seu Diccionario. Dedicou-se com especialidade a investigações historicas, e os seus estudos se achão esparsos pela imprensa.

A elle devemos o conhecimento da preciosa carta de D. Cordula Rodrigues de França, datada de 16 de Julho de 1821, tratando da Conjura Separatista de Paranaguá e da qual tratamos no segundo volume desta Genealogia.

A «Gazeta Paranaense» de 19 de Outubro de 1886, transcreve na integra essa carta que tanto valor historico nella encerra, por suas minucias e detalhes e por ser escripta sem pretenções litterarias, por uma mãi ao escrever ao filho ausente, e por ser ella testemunha presencial dos factos.

A morte do seu benemerito irmão Conego João Evangelista Braga, veio aggravar a sua precaria situação, até que uma pequena subvenção que lhe fôra concedida pelo Estado, veio amenisar a sua velhice honrada e soffredora, que só teve fim quando a morte o attingiu em Julho de 1924.

Teve os seguintes filhos:

3-1 João, fallecido.
3-2 Ephigenia, fallecida.
3-3 Eurico, fallecido.
3-4 Maria Eugenia Braga, casada com José Saban, natural de Malaga, Hespanha.
Teve:
4-1 João Moacyr.
4-2 Mathilde.
4-3 Maria Eugenia.
4-4 Isnardo.
4-5 Manoel.

3-5 Lucilia Braga, fallecida, foi casada com Luiz Francisco Victorio, natural de Mantua, Italia.
Teve:
4-1 Rodolpho.
4-2 Judith.
4-3 Irene.
3-6 Euridice.
2-4 Maria Rita Braga Barbosa, nascida em Curityba a 17 de Dezembro de 1854; casada em Curityba com o Tenente Joaquim Virgolino Gomes Barbosa.
Teve:
3-1 Dr. Virgolino Brasil, nascido na Villa do Arraial Queimado a 13 de Janeiro de 1878. Cirurgião dentista e lente de odontologia da Faculdade de Medicina do Paraná. Casado com Palmyra Ribas Brasil, filha do Coronel Rodolpho de Macedo Ribas e de sua mulher Ernestina de Madureira Ribas.
Com descendencia em 7-6 de pagina 387 do 2.º volume.
3-2 Maria das Dôres, fallecida aos 4 mezes de edade em 1880.
3-3 Professora Maria da Luz, diplomada pela Escola Normal de Curityba, foi casada com Euclides Thomé da Silva, ella já fallecida.
2-5 Professor Libero Teixeira Braga, nascido em Curityba a 6 de Maio de 1857. Cursou o Collegio Müller, onde terminou o curso preparatoriano, e em seguida prestou os exames para professor, sendo nomeado para a cadeira do sexo masculino de S. José dos Pinhaes em Setembro de 1875, dahi foi removido para Morretes.
Em 1883 era Professor Publico na Lapa. Logo depois deixou a carreira do magisterio publico, se dedicando ao ensino particular em Ponta Grossa, Lapa e União da Victoria, onde abriu bons collegios que lhe valeram a reputação de saber e competencia. Mais tarde seguiu para S. Paulo, onde continuou a exercer sempre o arduo e nobilitante encargo de ensino.
Ali foi nomeado para o alto cargo de Chefe de Secção da Instrucção Publica de S. Paulo, no exercicio do qual veio a fallecer a 18 de Julho de 1909. Espirito altivo e independente, jornalista e orador fluente. Collaborou nos jornaes de S. Paulo, especialmente na «Platéa» e «Municipio». Publicou: «Tristezas a Beira Mar»; «Vingança do Escravo»; «Perdão» e «Esboço Biographico do Dr. Alfredo Ellis».

Casou-se com Carlota Nogueira, filha do Major Francisco da Costa Nogueira e de sua mulher Adelaide Constança de Souza Franco, 3-11 de 2-1 de pagina 563.
Filhos:
3-1 Dr. Libero Badaró Nogueira Braga, Bacharel em direito, Procurador da Justiça do Estado, fallecido, foi casado com Regina Canac, de quem foi o primeiro marido, filha do engenheiro Ernesto Canac, natural da França.
Sem descendencia.
3-2 Petit Nogueira Braga, solteiro.
3-3 Alfredo Badaró Braga, formado em odontologia, casado com Angelica Braga.
Sem filhos.
3-4 Professora Maria Thereza, diplomada pela Escola Normal, solteira.
3-5 Claudio, fallecido.
3-6 Djalma, fallecido.
2-6 Manoel, nascido a 18 de Julho de 1859 e fallecido a 31 desse mez.
2-7 Amelia Teixeira Braga, nascida a 5 de Janeiro de 1868, casada em 1898, com o Capitão Parahilio Rolim de Oliveira Ayres, funccionario ferroviario.
Teve:
3-1 Zulmira Rolim Lamas, professora, casada com José Lamas.
3-2 Lauro, fallecido na infancia.
3-3 Maria da Luz.
3-4 Marietta Rolim de Oliveira, diplomada pela Escola Normal, solteira.
2-8 Dr. Antonio Toribio Teixeira Braga, Bacharel em Direito, nascido em Curityba em 21 de Setembro de

1872. Aos 7 annos de edade, por ter fallecido seu pai, foi entregue aos cuidados de seu venerando irmão Padre João Evangelista Braga, que com amor e carinho o fez educar, primeiro no «Collegio Curitybano» de seu illustrado irmão Nivaldo Braga e depois no «Collegio S. José» do provecto professor José Cupertino, d'ahi foi mandado para o Seminario Episcopal de São Paulo, onde estudou por algum tempo, até que voltou ao Paraná para cursar o «Gymnasio Paranaense» completando o curso de preparatorios, interrompendo seus estudos então, talvez por falta de recursos pecuniarios para poder matricular-se na Academia de Direito de S. Paulo, onde só mais tarde o poude fazer, em 1900, reencetando os seus estudos que completou com brilhantismo em 1904.
No periodo da interrupção de seus estudos, exerceu em Curityba o lugar de Bibliothecario da Bibliotheca Publica.
Serviu com dedicação a Republica, na defeza da legalidade, em 1894.
Ao completar o seu Curso de Direito, ao regressar a sua terra natal, foi surprehendido com sua nomeação de Promotor Publico da Comarca de Castro, alli servindo de 1905 a 1910, sendo então nomeado Juiz de Direito de Tibagy, servindo nesse cargo por 10 annos, com brilhantismo, justiça e zelo. Dali foi a pedido removido para a comarca do Rio Negro, onde serviu por sete annos, sendo ainda a seu pedido removido para a Comarca de Campo Largo, onde serve desde 1926, com inteireza de caracter, como Juiz integerrimo que o é. Rude pela sua franqueza, austero no cumprimento de seus deveres e na applicação da lei, indifferente as vaidades e preconceitos sociaes, é um Juiz que tem honrado sobremaneira a sua toga immaculada.
Poeta de renome, bom prosador, militou na imprensa, na sua mocidade.
Pertenceu ao grupo do «Cenaculo» com Silveira Netto, Dario Vellozo e Julio Pernetta. Hoje vive inteiramente entregue aos mysteres da sua nobre profissão de

magistrado, que mal lhe dá tempo de deleitar o espirito com as occupações litterarias. Casado em S. Paulo com Marietta Bueno Brandão, filha do Capitão Felisberto Bueno Brandão e de sua mulher Herminia Braga Brandão.
Filhos:
3-1 Antonio Bueno Brandão Braga, estudante.
3-2 João Libero Bueno Brandão Braga, estudante.
3-3 Maria Brandão Braga.
3-4 Maria Herminia Braga.
3-5 Gabriella Brandão Braga.
3-6 Zulmira Brandão Braga.
3-7 Mariano Brandão Braga.

§ 4.º

1-4 Frederico Teixeira Guimarães, casado em primeiras nupcias com Amelia Pimpão e em segundas nupcias se casou com Francisca dos Passos Carneiro. Sem filhos do primeiro matrimonio; do segundo matrimonio não descobrimos a descendencia.

§ 5.º

1-5 Alzira, fallecida em criança.

§ 6.º

1-6 Maria Rita Guimarães, casada com seu primo Francisco Rufino de Oliveira Franco, 1-1 de pagina 604.
Teve:
2-1 Maria, fallecida em criança.
2-2 Urquiza Franco, casado em Palmas com Maria Lustoza de Siqueira, filha de Luiz Lustoza de Siqueira e de sua mulher Gertrudes Siqueira.
2-3 Etelvina da Purificação Franco, casada em Ponta Grossa com Antonio Clemente de Souza, filho de José Gabriel Cardoso e de sua mulher Maria de Souza Nunes.
2-4 Irineu de Oliveira Franco, casado com Anna de

Souza Bello, filha de Diogo Narcizo Bello e de sua mulher Angelica de Souza Bello.
Filhos:
3-1 Antonio.
3-2 Libero.

2-5 Antonia de Oliveira Franco, baptisada a 24 de Maio de 1860, casada com Job de Paula Teixeira, filho de João de Paula Teixeira e de sua mulher Maria Possydonia, filha de Possydonio Antonio Cardoso e de sua mulher Maria de Jesus Cardoso.
2-6 Zeferina Franco, nascida em Outubro de 1861.
2-7 Cherubina da Purificação Franco, casada em Ponta Grossa a 13 de Abril de 1882, com Candido Sesostris de Oliveira, de Palmas.
2-8 João Rufino de Oliveira Franco, nascido em Agosto de 1865.
2-9 Jovelino de Oliveira Franco.
2-10 Frederico de Oliveira Franco.
2-11 Osorio de Oliveira Franco.
2-12 Maria Francisca de Oliveira Franco.
2-13 Jocelym de Oliveira Franco.
2-14 Elvira de Oliveira Franco.

O Tenente João Baptista Teixeira Guimarães (1-3 do Capitulo 3.º), em testamento feito na Lapa a 10 de Outubro de 1846, declarou que, antes de se casar teve 3 filhos com Maria Francisca de Jesus, viuva de Manoel Affonso e que são os seguintes:

1 — Anna Francisca Teixeira de Moraes, nascida a 1.º de Dezembro de 1821, casada com o Tenente Coronel Ignacio José de Moraes, natural de Curityba, fallecido com testamento a 14 de Junho de 1879, filho de Antonio Francisco de Moraes e de sua mulher Maria Bernardina de Assumpção.
D'esse casamento não houveram filhos.

2 — João Baptista Teixeira Junior, fallecido solteiro em Sorocaba a 15 de Julho de 1853.

3 — Virginia Affonso Teixeira Guimarães, nascida em Curityba a 18 de Março de 1826.

CAPITULO 4.º

4 — Anna, fallecida em criança.

CAPITULO 5.º

5 — Anna Maria do Sacramento, casada em primeiras nupcias com Domingos José Gonçalves Franco, que foi da governança de Curityba e em 12 de Outubro de 1822, assignou a acta da acclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil, com o povo, nobreza e tropas, filho do Tenente Luiz Antonio Gonçalves Franco e de sua mulher Ignacia Maria da Cruz, naturaes da Villa Nova de Covas da Serveira, Arcebispado de Braga.
Casada em segundas nupcias com Antonio Rufino Nunes, natural de Lisbôa, fallecido nos Carrapatos aos 75 annos de edade em 1860, e sua mulher Anna Maria ahi tambem falleceu em 1877.

Do primeiro matrimonio teve 3 filhos:

1-1 Francisco de Oliveira Franco	§ 1.º
1-2 Wenceslau de Oliveira Franco	§ 2.º
1-3 Ursulina Gonçalves Franco	§ 3.º

Do segundo matrimonio teve 9 filhos:

1-4 Anna	§ 4.º
1-5 Antonia Isabel do Sacramento	§ 5.º
1-6 João Climaco de Oliveira Nunes	§ 6.º
1-7 José Antonio de Oliveira Nunes	§ 7.º
1-8 Job Germano de Oliveira Nunes	§ 8.º
1-9 Anna Maria do Sacramento Nunes	§ 9.º
1-10 Anna Rufina do Sacramento Nunes	§ 10.º
1-11 Paulo	§ 11.º
1-12 Manoel	§ 12.º

§ 1.º

1-1 Francisco de Oliveira Franco (Chico Rufino), casado com sua prima Maria Rita da Purificação Franco. Já descriptos em 1-6 de pagina 601, Capitulo 3.º, retro.

§ 2.º

1-2 Wenceslau de Oliveira Franco, casado em Ponta Grossa com Agostinha Byron, filha de Luiz H. Lengourant e de sua mulher . . . . . Byron, naturaes da França.
Filhos:
2-1 Anna.
2-2 Domingos.
2-3 Julio.

§ 3.º

1-3 Ursulina Gonçalves Franco, casada em Curityba a 17 de Abril de 1845 com Joaquim Gonçalves Franco, filho de (um irmão do velho Franco) Miguel Gonçalves Franco, residente em Portugal, e de sua mulher Luiza Rosa Pereira da Silva, fallecidos.
Teve:
2-1 Armindo.
2-2 Gabriel, fallecido.
2-3 Floriza, fallecida.
2-4 Anna Luiza.
2-5 João Gonçalves Franco, casado com sua sobrinha Amelia de Oliveira Franco, filha de Miguel Gonçalves de Oliveira Franco e de sua mulher Luiza Rosa Pereira da Silva, naturaes de Caminha, Arcebispado de Braga, Portugal.

§ 4.º

1-4 Anna, fallecida na Lapa, solteira.

§ 5.º

1-5 Antonia Isabel do Sacramento.

§ 6.º

1-6 João Climaco de Oliveira Nunes.

§ 7.º

1-7 José Antonio de Oliveira Nunes.

§ 8.º

1-8 Job Germano de Oliveira Nunes, casado com Zeferina Ferreira Bello, filha de Diogo Narcizo Bello e de sua mulher Maria Angelica de Souza Bello.
Filhos:
2-1 Maria Angelica.
2-2 Anna Maria.
2-3 Manoel, fallecido.
2-4 Manoel, fallecido.
2-5 Antonio, fallecido.
2-6 Francisco Bello de Oliveira Nunes, casado com a viuva de José Rufino de Oliveira Franco.
2-7 Diogo de Oliveira Nunes.
2-8 Antonio Bello de Oliveira Nunes.
2-9 Isabel Bello de Oliveira Nunes.
2-10 Dionisia Bello de Oliveira Nunes.
2-11 . . .

§ 9.º

1-9 Anna Maria do Sacramento Nunes, solteira.

§ 10.º

1-10 Anna Rufina do Sacramento Nunes, casada com Francisco Paca da Rocha.
Teve 5 filhos:
2-1 Jovita.
2-2 Amelia.
2-3 Giolaz.
2-4 . . . , gemeo com
2-5 . . . , ambos fallecidos.

§ 11.º

1-11 Paulo, fallecido em criança.

§ 12.º

1-12 Manoel, fallecido em criança.

CAPITULO 6.º

6 — Tenente Coronel Luiz Teixeira Guimarães, nascido em Curityba a 10 de Abril de 1801. Casado na Lapa com Maria Pacifica Antunes, filha de Francisco Antonio e de sua mulher Clemencia Ferreira. Assignou a acta da acclamação de D. Pedro I para Imperador do Brasil, em Curityba a 12 de Outubro de 1822, conjunctamente com a nobreza, povo e tropas.

CAPITULO 7.º

7 — Manoela Delphina Rosa, nascida em Curityba a 1.º de Junho de 1808, casada com José Cezario, filho de Cezario Antonio Cardoso e de sua mulher Maria de Souza, de Antonina; neto pela parte paterna de Simião Cardoso Paes e de Maria de Jesus Cardoso. 5-1 de 4-7 de pagina 299 do 1.º volume.

CAPITULO 8.º

8 — Tenente José Teixeira de Oliveira Cardoso, filho do segundo matrimonio do Tenente Coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso com Anna Joaquina da Paixão, foi casado com Cezarina Francisca de Assis Oliveira, filha do Major Francisco de Paula Teixeira Cardoso e de sua mulher Rita Maria de Jesus Cardoso, filha de Simião Cardoso Paes e de sua mulher Maria de Jesus Cardoso.
Teve:
1-1 Lydio Teixeira de Oliveira Cardoso § 1.º
1-2 Manoel Teixeira de Oliveira § 2.º
1-3 Rita Machado Munhoz § 3.º

§ 1.º

1-1 Lydio Teixeira de Oliveira Cardoso, nascido no Boqueirão, foi casado com Anna Rita de Jesus, filha de Manoel de Paula Teixeira e de sua mulher Anna

Carneiro de Paula, 6-1 de 5-6 de pagina 297, ahi a descendencia.

§ 2.º

1-2 Manoel Teixeira de Oliveira, casado na Palmeira com sua prima Antonia Rita de Paula, filha de Manoel de Paula Teixeira e de sua mulher Anna Carneiro de Paula, 6-2 de 5-6 de pagina 297, ahi a descendencia.

§ 3.º

1-3 Rita Machado Munhoz, casada com o Commendador Alfredo Caetano Munhoz, 6-3 de pagina 297 e 5-1 de 4-1 de pagina 238 do 1.º volume, ahi os ascendentes, traços biographicos e descendentes.

CAPITULO 9.º

9 — Maria Joaquina da Paixão, nascida em Curityba a 10 de Abril de 1816, casada em Curityba a 24 de Junho de 1834 com o Tenente Coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal, nascido a 2 de Abril de 1814 em Atalaya, na Expedição de Guarapuava, filho de Diogo Pinto de Azevedo Portugal e de sua mulher Rita Ferreira de Oliveira Bueno.
Já descriptos em Titulo — Xavier Pinto — em 1-1 do § 1.º do Capitulo 2.º de pagina 338.

NOTA.

O Capitão Manoel Joaquim de Souza, de que demos noticia no começo deste Titulo como sendo casado com Carlota Angelica de Oliveira e Souza, 1-1 do § 1.º, Capitulo 1.º de pagina 561 deste volume, fôra casado em primeiras nupcias em S. Francisco, Estado de S. Catharina, com Anna Maria do Pilar. Foi estabelecido em Morretes, onde gozou de merecida consideração, d'ahi passou a residir em Curityba, onde falleceu já casado em segundas nupcias como acima dissemos.
Deste seu primeiro matrimonio teve varios filhos dos quaes conseguimos o nome dos seguintes:

1 — Geraldina do Pilar e Souza, casada em Morretes com Manoel Vianna.
2 — Barbara do Pilar e Souza, casada em Morretes, d'onde passou a Cananéa.
3 — Anna Maria do Pilar e Souza, nascida em S. Francisco do Sul em 1826, e casada em Morretes em 1840 com João Rodrigues Xisto, natural de Cananéa, onde nasceu em 1816; foi negociante em Morretes, Palmeira e Ponta Grossa e falleceu em Curityba com 80 annos de edade, era filho de Fabricio de Souza Xisto, portuguez, negociante em Morretes, e de Maria Alexandrina Nobrega.
Teve:
1-1 Amelia, nascida e fallecida em Morretes.
1-2 João Rodrigues de Souza Xisto, nascido em Morretes, foi commerciante e proprietario no Portão-Curityba, casado com Anna Silveira da Motta.
Sem descendentes.
1-3 Guilhermina, nascida e fallecida em Morretes.
1-4 Ambrosina, nascida e fallecida em Morretes.
1-5 Ritta, nascida e fallecida em Morretes.
1-6 Antonio de Souza Xisto, professor publico aposentado, natural de Ponta Grossa, casado com Julia Correia da Silva Xisto, filha de Laurindo Correia da Silva e de sua segunda mulher Gabriella Ribeiro, 6-4 de 5-13 de pagina 576 do 1.º volume.

Filhos:
2-1 Hercilia.
2-2 Ernestina.
2-3 Gabriella, fallecida.
2-4 Arthur.
2-5 Aristides, fallecido.
2-6 Victor, fallecido.
1-7 Florinda de Souza Xisto, natural de Ponta Grossa, professora publica aposentada, foi casada com o Capitão José Antonio Lopes; já fallecidos.
Teve:
2-1 Tenente Jocelym de Souza Lopes, casado com Lecticia Arthuri.
Filhos:
3-1 Joël.
3-2 Cloris.
3-3 Claud Bernard.
3-4 Eleusis.
1-8 Laurinda de Souza Wanderley, dotada de energia e força de vontade, salientou-se nos cuidados com que promoveu a educação de seus filhos que haviam ficado orphãos quando no verdor dos annos; foi casada com o Capitão Affonso Guilhermino Wanderley, natural de Florianopolis-S. Catharina, onde nasceu em 1852, filho do Pernambucano Affonso Mathias Wanderley e de Anna Augusta do Sacramento. Foi no inicio da vida, Piloto em navio de propriedade de um seu tio. Desembarcou em Antonina, ainda em tenra edade, pois contava apenas 18 annos. Foi habil pintor, profissão que exerceu toda sua vida. Foi socio fundador do Club Republicano de Curityba. Era geralmente estimado pelo seu espirito jovial e chistoso.
Teve:
2-1 Professora Julia Wanderley Petrich. Diplomada pela Escola Normal de Curityba, onde fez brilhantissimo curso. Educadora emerita. Raul Gomes na campanha que realisou em pról da erecção de seu busto, em bronze, na Praça Santos Andrade, usou das seguintes palavras:
«Quando eu penso no esforço singular de d. Julia

Wanderley, exercitando com superioridade o magisterio durante um quartel de seculo a irradiar sobre gerações de moças um ensino solido e desenvolvido, acredito na predestinação daquelle ser extraordinario, como que vindo a este meio atrazadissimo para o desempenho de altissima missão.

«Hoje que ha escolas publicas e particulares em abundancia; hoje que existem palacios providos de optimos professores gratuitos; hoje que não aprende a menina que não quer, ninguem avalia a serie de tropeços com que as moças luctavam para estudar outrora.

«Era, em primeiro lugar, a escassez de escolas. E quando havia estas, eram primarias, não satisfazendo, portanto, as mais comesinhas necessidades femininas quanto ao cultivo do intellecto.

«Os raros collegios particulares eram privativos de rapazes. Só os ricos e remediados podiam pagar professores.

«A ansia instructiva das moças morria diante de impossibilidades irremoviveis.

«A escola normal embora não tivesse margem a frequencia de mulheres até ali lhes jazera a vedada, aggravada esta deficiencia com a predominancia de preconceitos esturdios, á força dos quaes se pretendia o encurralamento perpetuo das nossas filhas e irmãs dentro dos gineceus.

«D. Julia Wanderley enfrentou todos os obstaculos e pela sua coragem, pela sua pertinacia conseguiu transpor os porticos da casa dos professores.

«E alli installada, seduziu novas companheiras, entre as quaes ainda está viva e forte, a veneranda snra. d. Isabel Guimarães Schmidt, que reproduz com fidelidade os pormenores da campanha sustentada pela grande mestra para a consecução do seu objectivo.

«Depois, feita professora, Julia Wanderley teve a sorte de professar, por largo tempo, a cadeira do segundo grau. E foi quando, já em esphera differente, seu talento e sua cultura, e sua vocação pelo magisterio houveram ensejo de prestar ao Paraná serviços dos

mais alevantados. E serviços, infelizmente, que só podem ser avaliados pelas consciencias justas, ao recordarem que nessas epocas retrogradas a escola de d. Julia era a que mais alta instrucção diffundia entre senhoritas pobres...

«Mas, não era só entre as pobres. Entre as ricas e abastadas, pois de todas as classes as moças curitybanas passaram pelas arcadas daquelle templo onde a mestra insigne dava lições com o enthusiasmo e a uncção de uma sacerdotiza.

«O Paraná deve á grande morta o bem incalculavel do preparo de varias gerações de intelligencias femininas cujo influxo na evolução de nossa mentalidade já se começou a sentir de muito.

«Essas antigas alumnas tornaram-se mães e esposas muito mais aptas ao trabalho educativo que lhes compete na familia e na sociedade.

«E mais. Teve Julia Wanderley a fortuna de ensinar dezenas de senhoritas que honraram e honram o Paraná pelo ensino, pela dedicação e pela capacidade com que exerceram ou exercem o magisterio.

«Basta citar alguns nomes: Helena Xavier, Maria da Luz Cordeiro Xavier, Alexandrina Pereira, Dulcidia Lopes, Palmyra, Julia, Maria da Luz e Helena Seiler; Acacia Macedo, Olivina Caron, Antonia Reginato (morta), Maria Olympia da Silva, as irmãs Franco, Octacilia Hasselmann, Leonidia Macedo, Mirthe Codega (morta), Judith Macedo, Almedina de Almeida, Alba Mendes Guimarães (que substituiu a mestra insigne), Mercedes Ricardina dos Santos, Euthalia Machado de Menezes, Sarah Busse, Arthemia Cruz, etc.

«Essas moças e senhoras, quando chamadas ao magisterio souberam corresponder ás lições memoraveis recebidas na celebre escola Tiradentes.

«Foram e são lucidas e cultas mentalidades que podem attestar o grau de ensino que levaram para a escola normal e de muito lhes serviu na sequencia do curso.

«Um grupo de amigos de d. Julia Wanderley está empenhado na tarefa de perpetuar no bronze a memoria della.

«Num meio como o nosso é empresa difficil, porque só são faceis os commettimentos bafejados pela politica ou visando causas apparatosas.

«D. Julia foi simplesmente professora. Consagrou a juventude, a mocidade e a madureza a essa carreira que ella, em importante documento de defesa propria, disse não ser profissão, mas, missão.

«A sua ultima visita na terra, quando já estava na visinhança da morte, foi para a escola Tiradentes. E isso eloquentemente proclama o seu amor ao magisterio.

«Mas, para levar a cabo o nosso proposito, precisamos do concurso daquellas que foram discipulas de d. Julia Wanderley.

Estamos na metade do caminho.

«E queremos que o povo todo participe dessa homenagem. E para fallar ao povo, para o convencer do dever de nos auxiliar, quem melhor do que as que hauriram as lições da professora inexcedivel.

«Vai, pois, aqui um appello ás senhoras e senhoritas que frequentaram as aulas do Grupo Tiradentes a que cerrem fileiras em torno de nós, para que consigamos com mais facilidade o nosso objectivo, que aliás, honrando a memoria de Julia Wanderley, consubstancia nella as virtudes, a abnegação da grande classe do professorado, tão mal retribuido em affecto e admiração pela sociedade que tanto lhe deve. — Raul Gomes».

— Si não foi a primeira diplomada pela Escola Normal de Curityba, por ter sido esta a digna Professora Luiza Candida Saldanha, alumna laureada do magnifico — «Collegio Curitybano», — regido superiormente pelo illustrado Professor Nivaldo Teixeira Braga, de saudosa memoria, que em 23 de Novembro de 1884 recebeu o Diploma de Professora Normalista, por ter sido approvada plenamente em todas as materias do curso normal, em brilhante concurso prestado perante a Congregação da Escola Normal de Curityba, foram contudo, ella e a Professora Izabel Guimarães as primeiras senhoras que frequentaram o curso normal no Paraná.

Era casada com Frederico Petrich, capitalista, residente em Curityba.

Sem filhos.

2-2 Minervina Wanderley da Costa, casada com o Major Antonio Herderico da Costa; foi commerciante e exerce actualmente as funcções de Chefe de Secção da Thesouraria da Municipalidade de Curityba, filho do Capitão Manoel Antonio da Costa e de sua mulher Serafina de Miranda.

Filhos:

3-1 Demosthenes Wanderley da Costa, guarda-livros.

3-2 Antonio Wanderley da Costa.

3-3 Julio Petriche da Costa, pharmaceutico formado, proprietario da Pharmacia S. Sebastião, casado com Aziolé Sardenberg.

Teve:

4-1 Julia.

3-4 Manoel Wanderley da Costa, casado com Alice Carvalho Machado. E' fiel de Thesoureiro da Administração dos Correios do Paraná.

Filho:

4-1 Alionel.

3-5 Walfrido Wanderley da Costa, guarda-livros.

3-6 Oswaldo Wanderley da Costa, gymnasiano, pertence ao corpo redactorial da «Gazeta do Povo» e é serventuario publico.

3-7 Minervina Wanderley da Costa.

3-8 Eleonora Wanderley da Costa, alumna da Escola Normal Superior.

2-3 Arthur de Souza Wanderley, fallecido.

2-4 Maria da Luz, fallecida.

2-5 Jocelym de Souza Wanderley, foi professor publico em Rio Negro, Lapa, Morretes, Ponta Grossa e nos arrabaldes de Curityba; hoje é proprietario e industrial no Rio de Janeiro, onde reside. E' casado com Donayde Carmeliana de Miranda, filha de Marcellino Carmeliano de Miranda e de sua mulher Senhorinha Pereira de Castro.

Teve:

3-1 Maria Beatriz.

3-2 Maria da Luz.
2-6 Arthur de Souza Wanderley, foi empregado na Prefeitura Municipal de Curityba. E' fallecido. Foi casado com Joannina Perelles.
Filhos:
3-1 Odilon.
3-2 Heron.
3-3 Inon.
3-4 Aurita.
2-7 Walfrido, fallecido.
2-8 Dr. Affonso Guilhermino Wanderley Junior, diplomado pela Escola Normal de Curityba. Foi professor publico em Ponta Grossa. Fez concurso para uma cadeira da Escola de Aprendizes Marinheiros. Foi estagiario na Escola Modelo de Marinheiros na Capital Federal, na Ilha das Cobras, serviu nas Escolas de Aprendizes de Paranaguá e Florianopolis. Possuidor de força de vontade, mesmo já sendo casado e com tres filhos, matriculou-se na Escola de Direitos da Universidade do Paraná, conseguindo formar-se em sciencias juridicas e sociaes em 1925, depois de um curso brilhante. Milita na imprensa desde sua mocidade. E' casado com Cecilia de Albuquerque Bello, filha do General Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello e de sua mulher Jovelina Lara Ribas.
Filhos:
3-1 Fanny.
3-2 Walter.
3-3 Libian.
2-9 Alcides de Souza Wanderley, mestre das officinas de alfaiataria da casa «A Curitybana». Casado com Escolastica Macedo.

Addenda.

No volume 2.º, pagina 553, substitua-se pela seguinte a descendencia de:
2-1 Gertrudes Maria de Andrade, casada em Curityba em 2 de Março de 1802 com o Capitão Antonio Ferreira Amado, filho de Antonio Ferreira Amado e de sua mulher Izabel Maria da Silva. Residiu na cidade da Lapa, onde falleceu a 29 de Maio de 1826, com seu solemne testamento.
Teve os seguintes filhos do casal (Inventario no Cartorio de Orphãos da Lapa):
3-1 Francisco Ferreira Amado, casado no Rio Grande do Sul.
3-2 Leocadia Ferreira Maciel, que foi a segunda mulher do Commendador Gregorio Ferreira Maciel.

Substitua-se por:
4-6 Gregorio Ferreira Maciel, nascido em 1840 e fallecido solteiro em 1888, porem com uma filha natural legitimada:
5-1 Leocadia, casada com João Pacheco dos Santos Lima Filho.

No volume 2.º, pagina 583, substitua-se pela seguinte a descendencia de:
4-7 Domingos Ferreira Maciel, casado com Francisca de Paula Guimarães.
Filhos:
5-1 Domingos Ferreira Maciel Filho, casado com Adelaide Pacheco.
Filha:
6-1 Maria Candida.
5-2 Alice Ferreira Maciel.
5-3 Ernestina Ferreira Maciel, casada com João José Pinto.
5-4 Brasilina Ferreira Maciel, casada com Paulino Ferreira da Silva.
Teve:
6-1 Elisa.
6-2 Carolina.
6-3 Maria Rosa.

6-4 Francisca.
6-5 Sebastião.
6-6 Leonor.
6-7 Anna.
6-8 Antonio.
6-9 Etelvina.

No volume 2.º, pagina 583, em 4-8, substitua-se por:

4-8 Luiza Ferreira Maciel de Souza, nascida em 1844 e casada com o Professor Pedro Fortunato de Souza Magalhães, filho de outro de igual nome e de sua mulher Henriqueta Amado de Souza Magalhães, filha de Antonio Ferreira Amado.
Teve:
5-1 Henrique de Magalhães, casado com Estephania Maciel de Magalhães, filha do Major Domingos Maciel, de Palmeira.
Teve:
6-1 Pedro.
6-2 Maria da Luz.
6-3 Fanny.
6-4 Odette.
6-5 Henrique, fallecido.
6-6 Sylvia.
5-2 Pedro Fortunato de Souza Magalhães, casado com Ottilia Correia, filha de Joaquim José Correia.
Teve:
6-1 Maria, casada com Avelino Kuss.
6-2 Luiz.
6-3 Pedro.
6-4 Alice.
6-5 Joaquim.
6-6 Lauro.
5-3 João de Souza Magalhães, casado com Julia Ferreira Pinto, filha de Gregorio Ferreira Pinto.
Teve:
6-1 Maria Luiza, casada com Antonio José Pinto.
Teve:
7-1 Thereza.
7-2 José.

7-3 Antonio.
6-2 Pedro.
6-3 Emilia.
6-4 Julia.
6-5 Olivia.
6-6 João.
6-7 José.
6-8 Luiz.
5-4 Leocadio de Souza Magalhães, casado no Rio Grande do Sul, com Maria Rodozina Amado, filha de Jeremias Amado e este de João Ferreira Amado (3-5 adeante).
Teve:
6-1 Adelgido.
6-2 Jeremias Amado.
6-3 Pedro.
6-4 Maria.
6-5 Sarah.
5-5 Emilia Magalhães Ferreira do Amaral, casada, etc.
5-6 Luiz, fallecido.

No volume 2.º, pagina 584, substitua-se pelo seguinte:

3-4 Henriqueta Amado de Souza Magalhães, casada com Pedro Fortunato de Souza Magalhães, filho de Domingos Manoel de Souza Magalhães, natural da Villa de Ruivães, Reino de Portugal.
Filhos:
4-1 Pedro Fortunato de Souza Magalhaes Filho, casado com Luiza Ferreira Maciel de Souza, 4-8 de 3-2, retro. Ahi a descendencia.
4-2 Luiz Henrique de Souza, casado com Maria Antonia de Azambuja e Souza, filha do Major João Xavier de Azambuja, natural do Rio Grande do Sul.
Filhos:
5-1 Dr. Alpheu de Azambuja e Souza, Promotor Publico da Lapa, casado com Maria da Conceição Corrêa Martins, filha de Ozorio de Oliveira Martins e de Domicilla Corrêa.

Filhos:
6-1 Waldy José.
6-2 Maria Domicilla.
5-2 Maria Luiza de Souza Amaral, casada com José Leal do Amaral.
Filhos:
6-1 José.
6-2 Luiz.
5-3 João de Azambuja e Souza, casado com Lenyra Montenegro Moreira, filha de Alfredo Cardoso Moreira e de Rosa Montenegro.
Filhos:
6-1 Aracyra.
6-2 Antonio.
6-3 Maria.
6-4 Regina.
5-4 Palmyra, fallecida.
5-5 Palmyra de Souza Westphalen, casada com Pylades Westphalen.
Filhos:
6-1 Edgard.
6-2 Olympio.
6-3 Cecilia.
5-6 Aracyra de Azambuja e Souza, solteira.
5-7 Luiz Henrique de Souza Filho, fallecido.
5-8 Antonio, fallecido.
4-3 Gertrudes de Souza Maciel, casada com o Commendador João Ferreira Maciel, 4-2 de 3-2, retro. Ahi a descendencia.
4-4 Maria das Dôres de Souza Magalhães, fallecida, solteira.
4-5 Anna Joaquina de Souza Magalhães, fallecida, solteira.
3-5 João Ferreira Amado, casado no Rio Grande do Sul.
3-6 José Ferreira Amado, casado no Rio Grande do Sul.
3-7 Antonio Ferreira Amado, fallecido solteiro em 1884, na Lapa, porem, em testamento reconheceu e instituiu sua herdeira universal, uma filha natural:
4-1 Gertrudes, casada com Procopio Ferreira da Silva.

INDICE.

A

Paginas

Paginas

B

C

L

M

Acabou de se imprimir nas officinas da
IMPRESSORA PARANAENSE
CURITYBA
aos 14 de Maio de 1929.